AULP
EX UNITATE VIS
Universidades de Língua Portuguesa

Património histórico do espaço lusófono: ciência, arte e cultura

XXVIII Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa

LUBANGO, Angola, 2018

AULP

EX UNITATE VIS

Universidades de Língua Portuguesa

XXVIII Encontro
Associação das Universidades de Língua Portuguesa

LUBANGO, ANGOLA, 2018

FICHA TÉCNICA

Título

PATRIMÓNIO HISTÓRICO DO ESPAÇO LUSÓFONO. CIÊNCIA, ARTE E CULTURA

Editor

Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP)

Coordenação editorial

Cristina Montalvão Sarmento

Pandora Guimarães

Sandra Moura

Design capa e contracapa

Pandora Guimarães

Montagem dos textos e arranjo gráfico

Pandora Guimarães

Recolha de textos e lista de participantes

Sandra Moura

Revisão dos textos

Pandora Guimarães

Sandra Moura

Sara Teixeira

Impressão e acabamento

Europress

Tiragem

300 exemplares

ISBN

978-989-8271-19-8

Depósito Legal

448111/18

Fotografia de capa (Fenda da Tundavala, Serra da Leba e Cristo-Rei, Lubango) e
Fotografia de contracapa (Serra da Leba, Lubango) por Pandora Guimarães.

Os artigos publicados nesta edição são da exclusiva responsabilidade dos seus autores. Escritos em língua portuguesa, estes representam variantes da língua consoante o país de origem.

Património Histórico do Espaço Lusófono. Ciência, Arte e Cultura

XXVIII Encontro
Associação das Universidades de Língua Portuguesa

LUBANGO, ANGOLA, 2018

ÍNDICE

LISTA DE PARTICIPANTES 15

SESSÃO DE ABERTURA

Discurso do Magnífico Reitor da Universidade Mandume Ya Ndemufayo e Presidente da AULP
Professor Doutor Orlando Manuel José Fernandes da Mata 23

Discurso de S. Ex.ª Governador Provincial da Huíla
Doutor João Marcelino Tyipingi 27

Discurso de S. Ex.ª a Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Portugal
Professora Doutora Maria Fernanda Rollo 29

Discurso de S. Ex.ª Ministra da Hotelaria e Turismo de Angola
Doutora Maria Ângela Teixeira de Alva Sequeira Bragança 39

Discurso de S. Ex. ª Ministra do Ambiente de Angola
Doutora Paula Francisco Coelho 43

TEMA I - Património Natural

As universidades e a biodiversidade na CPLP
Helena Freitas, Universidade de Coimbra 49

Programa de Twinlabs do CIBIO e Cátedra UNESCO Life on Land
Nuno Ferrand de Almeida e Carlos Almeida Pereira, Universidade do Porto 53

Divulgação do património zoológico natural de Angola
João Serôdio de Almeida, Universidade Agostinho Neto 57

Estudo descritivo das distintas variáveis ecológicas do Miombo da Província do Huambo
Luís Manuel Miápia, Universidade José Eduardo dos Santos 61

Projecto de adaptação às mudanças climáticas no Parque Nacional do Iona-Namibe
Abel Carlos Calanja, Universidade Mandume Ya Ndemufayo 75

Poder político e esfera económica na gestão de Parque Nacional de Mágoè como Património Natural e Científico da Província de Tete, em Moçambique
Osmane Adrimo Ussene, Universidade Pedagógica de Moçambique 83

Caracterização mediante FTIR de três variedades de Beterraba (Beta vulgaris L.)
Abílio Malengue, Universidade José Eduardo dos Santos 93

Óleo de sesamun indicum de cultivo angolano com actividade antifúngica
Albertina Benza Canda, Michel Francisco Cange, Universidade Agostinho Neto ... 107

Aplicação de sensores multiespectrais para a tipificação de floresta de Miombo no município do Bailundo (Huambo-Angola)
Isaú Alfredo B. Quissindo e Virgínia Lacerda Quartin, Universidade José Eduardo dos Santos 115

A flora e vegetação do sudoeste de Angola
João Francisco Cardoso, José Carlos Costa, Maria Cristina Duarte, Universidade José Eduardo dos Santos, Universidade Técnica de Lisboa e Instituto de Investigação Científica Tropical 127

Poupança de energia em tándem de moinho de cana de açúcar através da regulação de pressões hidráulicas
Jorge Michel Corrales-Suárez, José Marcos Gil-Ortiz, Pedro Dionisio Remédios-Castañeiras, José Alexander Gil-Ceballo, Universidade Katyavala Bwila 145

Preservação e valorização do património natural e científico de Angola: águas termais da Montipa, Namibe
Agostinho Francisco Cachapa e Teresa Almeida Patatas, Universidade Mandume ya Ndemufayo e Universidade Lusófona 153

Aves migratórias dos estuários de Namibe – Angola
Agostinho Adriano Manuel da Silva, Universidade Mandume ya Ndemufayo 163

TEMA I - Património Científico

Em Portugal, o sistema binário do ensino superior está em crise ou adequa-se à velocidade da mudança?
Domingos Oliveira Silva, Instituto Universitário da Maia 179

Sentidos de ensino, pesquisa e extensão na perspectiva dos professores do ISCED/UON – em Cabinda/Angola
Isael de Jesus Sena, Chocolate Brás, Marcelo Ricardo Pereira e Maria de Fátima Cardoso Gomes, Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda e Universidade Onze de Novembro 191

A cultura científica e matriz cultural no espaço das instituições de ensino superior privadas em Angola
Rui Manuel Fialho Franganito e João Soares Silva Dono, Instituto Superior Politécnico Gregório Semedo 205

Contribuição da Universidade 11 de Novembro na conservação e preservação da floresta do Maiombe em Cabinda: realidades e desafios
Helena Berta Buca Vando Marciano, Universidade Onze de Novembro 213

A atuação do psicólogo escolar sob a perspectiva dos estudantes de licenciatura em psicologia do ISCED/UON – em Cabinda/Angola
Isael de Jesus Sena, Luis Simão Balo, Maria de Fátima Cardoso Gomes, Marcelo Ricardo Pereira, Universidade Onze de Novembro e Universidade Federal de Minas Gerais . 223

Evolução do ensino farmacêutico em Angola
Manuel Londa Vueba, Universidade Agostinho Neto 235

Porquê tantos investimentos para poucos resultados no sector de água potável dos países em desenvolvimento?
Morris Zombo, Universidade Kimpa Vita 243

TEMA II - Património Linguístico e Cultural

Marcas do português no léxico das línguas bantu: o caso de Angola
Alexandre Mavungo Chicuna, Universidade Agostinho Neto 257

DJUMBAI: Património cultural imaterial da Guiné-Bissau
João Paulo Pinto Có, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa da Guiné-Bissau 269

Estratégia de internacionalização em português. O Centro de Línguas e Cultura do Instituto Politécnico de Lisboa
Ana Cristina Miranda Perdigão, Antónia Estrela, Fernando Melício, Telma Fróis, Instituto Politécnico de Lisboa 277

Lexicografia bilingue de especialidade: e-dicionário português-kimbundu no domínio da saúde
Ana Pita Grós Martins da Silva, Universidade Agostinho Neto 287

As línguas de Angola na escola: perceções dos professores sobre o ensino e aprendizagem da língua Nyaneka – Nkhumbi, na Província da Huíla-Angola
Georgina Tchilinga Dumbo Pequenino de Figueiredo, Universidade Mandume Ya Ndemufayo 297

O uso das línguas maternas no ensino do português em Benguela - Angola
Joana Quinta, Universidade Katyavala Bwila 305

Experiência e história na trilogia: *Os Filhos de Próspero*, de Ruy Duarte de Carvalho
Andrea Cristina Muraro, Universidade de São Paulo e UNILAB 313

O pretuguês, o português em/de angola "é o problema que estamos com ele"
Amélia Arlete Mingas, Universidade Agostinho Neto 329

Cooperar para crescer e internacionalizar
Madalena Alarcão, Universidade de Coimbra 339

As Bakama do Tchizo: formas de representação cultural
Miguel Raul Mazissa Zinga, Universidade Onze de Novembro 347

O papel da literatura para o conhecimento do mundo lusófono
Márcio Venício Barbosa, Universidade Federal do Rio Grande do Norte 359

Ukanyi, festejos, património e celebrações em Maputo e Gaza, Moçambique: proposta para um roteiro turístico rural
Constâncio A. Machanguana e Maria Geralda de Almeida, Universidade Eduardo Mondlane e Universidade Federal de Goiás 363

Memória e resistência ancestral em Ponciá Vicêncio, a varanda de frangipani e mãe, materno mar
Jurema José de Oliveira, Universidade Federal do Espírito Santo 373

O poder tradicional na administração da justiça na *Ombala* no sul de Angola
Daniel Navalha, Universidade Mandume Ya Ndemufayo 385

Factores relacionados com a gravidez entre adolescentes na província da Huíla
Gilberto Raimundo, Alice Inocêncio, Rosa de Lima, Isabel Catimba, Universidade Mandume Ya Ndemufayo 397

A herança cultural vs desenvolvimento sustentável
Pedro Bondo, Universidade Agostinho Neto 407

O património linguístico angolano na educação formal no Namibe: desafios para o ensino superior
Teresa Almeida Patatas, Sebastião Tumitangua, Universidade Mandume Ya Ndemufayo 417

Convivência do português com outras línguas de Angola: o caso do Umbundu
Natália Valentina Viti, Instituto Superior Politécnico Jean Piaget de Benguela 425

Uma proposta educativa de formação das comissões de pais de encarregados de educação - caso da comunidade Tchikuteni na localidade do Giraul no município de Moçâmedes, província do Namibe
Pascoal Sipata, Universidade Mandume Ya Ndemufayo 439

A coabitação língua vs cultura vs sociedade
Romualdo Santos, Universidade Agostinho Neto 447

Para uma educação literária em prol do património linguístico e cultural da CPLP
Sabino Nascimento, Universidade Agostinho Neto 457

Praxe académica, trote e baptismo dos caloiros: expressões de um ritual de iniciação académica em universidade de Portugal, Brasil e Angola
Vivaz Bandeira, Universidade Agostinho Neto 465

TEMA III - Património Histórico e Artístico

E-otyioto: projecto integrado de digitalização do património histórico e cultural
Alberto Raimundo Watchilambi Wapota, Universidade Mandume Ya Ndemufayo ... 475

Trabalhos arqueológicos realizados pelo Museu Nacional de Arqueologia de Benguela de 1976 a 1980
Angelina Lopes Luís Aguiares Ngungui, Maria Helena Benjamim, Joaquim Moisés Gombe, Universidade Katyavala Bwila 491

A dimensão pedagógica do cinema negro, como arte de afirmação da imagem positiva do ibero-ásio-afro-ameríndio na construção da lusofonia de horizontalidade democrática
Celso Luiz Prudente, Universidade Federal de Mato Grosso 499

Sustentabilidade da baixa da cidade de Luanda. Caso da rua dos mercadores
Filomena das Dores Cardoso do Espírito Santo Carvalho, Universidade Agostinho Neto 513

Toponímia de Lwanda, memória e património histórico: os casos da Ingombota e Mayanga
Nsambu Vicente, Instituto Superior Politécnico Atlântida 523

Ensino superior e património como visão global. O Politécnico de Lisboa como exemplo
Paulo Morais-Alexandre, Instituto Politécnico de Lisboa 531

Os recintos amuralhados da Província da Huíla. Elementos para um futuro projeto de investigação
Soraia Santos Ferreira, Instituto Superior de Ciências da Educação 545

Contributo da antiga capital do Reino do Kongo na construção da história de Angola 1482 – 1665
Teresa Etelvina Massanga e José Manuel Sita Gomes, Instituto Superior de Ciências da Educação e Universidade Federal de Minas Gerais 551

A inscrição dos monumentos históricos de Mbanza Kongo na lista do património cultural da humanidade: um contributo para a redefinição e/ou enriquecimento do mesmo conceito (segundo a UNESCO)
Zolana Kiasango Avelino, Universidade Onze de Novembro 563

O reino do Mbalundo hoje e as narrativas sobre sua fundação e reinados
Marino Leopoldo Manuel Sungo, Universidade José Eduardo dos Santos 569

SESSÃO DE ENCERRAMENTO

Mensagem de S. Ex.ª Deputada membro da Delegação da Assembleia da República à Assembleia Parlamentar da CPLP (AP-CPLP) ao XXVIII Encontro da AULP
Professora Doutora Elza Pais 591

Discurso do Magnífico Reitor da Universidade Mandume Ya Ndemufayo e Presidente da AULP
Professor Doutor Orlando Manuel José Fernandes da Mata 595

Lista de Participantes

ANGOLA

Abel Carlos Calanja
Universidade Mandume Ya Ndemufayo

Abdelaziza Inocência Moyo
Instituto Superior de Ciências de Educação da Huíla

Abílio dos Santos Malengue
Universidade José Eduardo dos Santos

Abrãao Mulangi
Convidado Universidade Mandume Ya Ndemufayo

Adelaide Cardoso Baião Andrade
Universidade Mandume Ya Ndemufayo

Ademar de Jesus João Neves
Gabinete de Orientação Profissional e Trabalho de Benguela

Adília Mendonça Gaspar
Universidade Mandume Ya Ndemufayo

Agostinho Adriano Manuel da Silva
Universidade Mandume Ya Ndemufayo

Agostinho Francisco Cachapa
Universidade Mandume Ya Ndemufayo

Albertina Benza Canda
Universidade Agostinho Neto

Albertino Candimba Sebastião
Universidade Técnica de Angola

Alberto Domingos Jacinto Kitembo
Universidade Katyavala Bwila

Albano Vicente Lopes Ferreira
Universidade Katyavala Bwila

Alberto Raimundo Watchilambi Wapota
Universidade Mandume Ya Ndemufayo

Alexandre Chicuna
Universidade Agostinho Neto

Aldino Miguel Francisco
Universidade Mandume Ya Ndemufayo

Alexis Montes de Oca Risco
Universidade Mandume Ya Ndemufayo

Alfredo Armando Manuel
Universidade Lueji A'Nkonde

Amélia Arlete Mingas
Universidade Agostinho Neto

Ana Domingos António Gerardo
Universidade Mandume Ya Ndemufayo

Ana Pita Grós Martins da Silva
Universidade Agostinho Neto

Ângela Bragança
Ministra da Hotelaria e Turismo

Angelina Lopes Luís Aguiares Ngungui
Universidade Katyavala Bwila

Angelino de Queirós Ávido
Universidade Mandume Ya Ndemufayo

Aníbal Alexandre Pereira da Costa
Universidade Katyavala Bwila

Antero Ngunguno
Instituto Superior Politécnico de Benguela

António Carvalho Jerónimo
Convidado Universidade Mandume Ya Ndemufayo

António Chimuco
Universidade Mandume Ya Ndemufayo

António Gameiro
Universidade Agostinho Neto

Artur Natálicio Pena Tchimuco
Universidade Mandume Ya Ndemufayo

Augusto Ezequiel Afonso
Universidade Katyavala Bwila

Augusto N'Tima Lunganga
Universidade Kimpa Vita

Augusto Rasga
Instituto Superior de Ciências de Educação da Huíla

Azenildo Martinho Catumbela
Universidade Cuito Cuanavale

Bernardo Camunda
Universidade Mandume Ya Ndemufayo

Carolina Cerqueira
Ministra da Cultura

Carla Olívia de Sousa Barbosa
Universidade Óscar Ribas

Carlos Alexandre Neto
Universidade Agostinho Neto

Carlos António Domingos
Universidade Lueji A'Nkonde

Carlos Henrique Figueiredo Alves
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca

Carlos Pedro Claver Yoba
Universidade Lueji A'Nkonde

Carlos Pinto
Instituto Superior de Ciências de Educação da Huíla

Celda Marques
Universidade Mandume Ya Ndemufayo

César Fernando Reis
Universidade Mandume Ya Ndemufayo

Cláudia Maria Furtado Paulo
Universidade Kimpa Vita

Cornélio Caley
Convidado Universidade Mandume Ya Ndemufayo

Cristóvão Simões
Universidade José Eduardo dos Santos

Daniel Navalha
Convidado Universidade Mandume Ya Ndemufayo

David Caunda
Universidade Mandume Ya Ndemufayo

Emilio Sintra
Ministério da Educação de Angola

Esperança Costa
Universidade Agostinho Neto

Eugénio Adolfo Alves da Silva
Secretário de Estado para o Ensino Superior

Eugénio Tchipako
Universidade Técnica de Angola

Eurico Ngunga
Universidade Metodista de Angola

Eurico Wongo Gungula
Universidade Óscar Ribas

Félix da Mata
Universidade Mandume Ya Ndemufayo

Fernanda Lages
Instituto Superior de Ciências de Educação da Huíla

Filomena das Dores Cardoso do Espírito Santo Carvalho
Universidade Agostinho Neto

Fleiras Rivelino de Gove
Universidade Agostinho Neto

Florenço Ningui Watumbuca
Universidade Mandume Ya Ndemufayo

Francisco António Macongo Chocolate
Universidade Onze de Novembro

Francisco Botelho Vasconcelos
Universidade Mandume Ya Ndemufayo

Francisco Domingos Cambanda
Universidade Mandume Ya Ndemufayo

Francisco Isaac Jacob
Universidade Independente de Angola

Francisco João Pedro da Cruz
Universidade Mandume Ya Ndemufayo

Francisco Mário
Universidade Mandume Ya Ndemufayo

Francisco Ricardo Monteiro
Instituto Superior de Ciências de Educação da Huíla

Georgina Tchilinga Dumbo Pequenino de Figueiredo
Universidade Mandume Ya Ndemufayo

Gerdina Verónica da Silva Serafim
Universidade Mandume Ya Ndemufayo

Gilberto Isidouro Jacinto Raimundo
Universidade Mandume Ya Ndemufayo

Guido Joaquim Prego
Universidade Katyavala Bwila

Helena Berta Buca Vando Marciano
Universidade Onze de Novembro

Helena Faustino Muondo
Universidade Kimpa Vita

Helga Constantina da Costa Raimundo
Universidade Mandume Ya Ndemufayo

Hildeth Gemalda António
Universidade Mandume Ya Ndemufayo

Isaú Alfredo Bernardo Quissindo
Universidade José Eduardo dos Santos

Janice da Mata
Universidade Mandume Ya Ndemufayo

Joana Quinta
Universidade Katyavala Bwila

João Boaventura Ima Panzo
Escola Superior Pedagógica do Bengo

João Cadete
Universidade Mandume Ya Ndemufayo

João Canhanga Henriques
Universidade Mandume Ya Ndemufayo

João de Deus Akatuca Junior Wangalala
Universidade Mandume Ya Ndemufayo

João Dono
Instituto Politécnico Gregório Semedo

João Fernando de Brito Demba
Universidade Privada de Angola

João Fernando Manuel
Universidade Onze de Novembro

João Francisco Cardoso
Universidade José Eduardo dos Santos

João Francisco de Sousa Gaspar da Silva
Universidade Kimpa Vita

João Manuel Serôdio
Universidade Agostinho Neto

João Marcelino Typingi
Governador Provincial da Huíla

João Sebastião Teta
Convidado Universidade Mandume Ya Ndemufayo

Jorge Chaves
Instituto Superior de Ciências de Educação da Huíla

Jorge Dias Veloso
Universidade Lueji A'Nkonde

Jorge Mayer
Instituto Superior de Ciências de Educação da Huíla

Jorge Michel Corrales Suárez
Universidade Katyavala Bwila

José Carlos Lima
Universidade Mandume Ya Ndemyufayo

José Chitata Chilalele Afonso
Universidade Mandume Ya Ndemyufayo

José Fernandes
Universidade Mandume Ya Ndemyufayo

José João
Universidade Mandume Ya Ndemyufayo

José Benjamim Caema Fernandes
Universidade Mandume Ya Ndemyufayo

Jose Carmona
Universidade Mandume Ya Ndemyufayo

José Luís Mateus Alexandre
Instituto Superior de Ciências de Educação da Huíla

José Manuel Sita Gomes
Universidade Onze de Novembro

José Pedro Domingos
Universidade Agostinho Neto

Juan Idalberto Ricardo Botelho
Universidade Katyavala Bwila

Julieta Lídia Madureira
Universidade Mandume Ya Ndemyufayo

Jurgen Kern
Convidado Universidade Mandume Ya Ndemufayo

Kianvu Tamu
Convidado Universidade Mandume Ya Ndemufayo

Kiombo Jean Marie
Universidade Agostinho Neto

Lucas Paulo Kananay
Universidade Katyavala Bwila

Luis João Gomes
Universidade Katyavala Bwila

Lino Manuel Vicente Sangumbe
Universidade José Eduardo dos Santos

Lívia Lau Dinis Eurico
Instituto Superior de Ciências de Educação da Huíla

Loy Inácio Gonçalves
Universidade Agostinho Neto

Luís Manuel Miápia
Universidade José Eduardo dos Santos

Luís Rocha
Universidade Gregório Semedo

Mac-Mahon Nicola Fonseca
Instituto Superior de Serviço Social

Manuel Francisco Bandeira
Universidade Katyavala Bwila

Manuel Londa Vueba
Universidade Agostinho Neto

Manuel Ndala
Universidade Mandume Ya Ndemufayo

Manuel Octávio Isaac Spínola
Instituto Superior Politécnico Kwanza Sul

Maria Antonieta Baptista
Universidade Agostinho Neto

Maria Augusta Martins
Convidado Universidade Mandume Ya Ndemufayo

Maria da Assunção
Universidade Católica de Angola

Maria da Fonseca
Universidade Agostinho Neto

Maria do Rosário Bragança Sambo
Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação

Maria Marcolina Alfredo
Procuradora do Estado

Maria Piedade de Jesus
Ministra da Cultura

Marino Leopoldo Manuel Sungo
Universidade José Eduardo dos Santos

Marisa da Conceição Gomes Tavares
Universidade Mandume Ya Ndemufayo

Miguel Raul Mazissa Zinga
Universidade Onze de Novembro

Miranda Lopes Miguel
Universidade Cuito Cuanavale

Mirian Tomas Santiesteban
Universidade Mandume Ya Ndemufayo

Morris Zombo
Universidade Kimpa Vita

Nádia da Silva
Universidade Mandume Ya Ndemufayo

Natália Valentina Viti
Instituto Superior Politécnico Jean Piaget de Benguela

Nicolay Petranof da Cruz Africano
Instituto Superior Politécnico Kwanza Sul

Nicolau Guilherme Caneta
Universidade Cuito Cuanavale

Nsambu Baptista Vicente
Instituto Superior Politécnico Atlântica

Nsambu Luyadidio
Universidade Kimpa Vita

Orlando da Mata
Presidente AULP / Universidade Mandume Ya Ndemufayo

Paula Cristina Coelho
Ministra do Ambiente

Paulo Victorino dos Reis Afonso
Universidade Técnica de Angola

Paulino Soma Adriano
Universidade Cuito Cuanavale

Pascoal Júnior Wayengo
Universidade Cuito Cuanavale

Pascol Sipata
Universidade Mandume Ya Ndemufayo

Pedro Felisberto Miguel Bondo
Universidade Agostinho Neto

Pedro Magalhães
Universidade Agostinho Neto

Pedro Rogério de Freitas Rey
Universidade Mandume Ya Ndemufayo

Piedade José
Universidade Mandume Ya Ndemufayo

Rafael Chingachiwa
Universidade Mandume Ya Ndemufayo

Ramón Francisco Bernal Chacón
Instituto Superior Politécnico da Universidades Bella

Rangel de Assunção Francisco Domingos
Universidade Mandume Ya Ndemufayo

Romualdo Dias dos Santos
Universidade Agostinho Neto

Rosa Maria Martins da Cruz e Silva
Universidade Agostinho Neto

Rui Manuel Fialho Franganito
Instituto Politécnico Gregório Semedo

Sabino Ferreira do Nascimento
Universidade Agostinho Neto

Samuel Candundo
Universidade Mandume Ya Ndemufayo

Sebastião
Universidade Privada de Angola

Sebastião Tumitangua
Universidade Mandume Ya Ndemufayo

Sónia Barreto Burity da Silva
Universidade Independente de Angola

Soraia Santos
Instituto Superior de Ciências de Educação da Huíla

Teófilo Omolundu Hawala
Universidade Cuito Cuanavale

Teresa Almeida Patatas
Universidade Mandume Ya Ndemufayo

Teresa Etelvina Massanga
Universidade Onze de Novembro

Urbano da Cruz Gaspar
Universidade Mandume Ya Ndemufayo

Valentim Mussassa
Universidade Mandume Ya Ndemufayo

Victor Manuel Burity da Silva
Universidade Independente de Angola

Virgínia Lacerda Quartim
Universidade José Eduardo dos Santos

Vivaz Bandeira
Universidade Agostinho Neto

Zolana Kiasango Avelino
Universidade Onze de Novembro

BRASIL

Ana Maria Urquiza De Oliveira
Universidade de São Paulo

Andrea Cristina Muraro
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Ana Mónica Henriques Lopes
Universidade Federal de Ouro Preto

Celso Luiz Prudente
Universidade Federal de Mato Grosso

Chocolate Adão Brás
Universidade Federal de Minas Gerais

Dawisson Elvécio Belém Lopes
Universidade Federal de Minas Gerais

Gustavo Velloso
Vencedor Prémio Fernão Mendes Pinto 2017

Gionara Tauchen
Universidade Federal do Rio Grande

Jurema de Oliveira
Universidade Federal do Espírito Santo

Liana Portilho Mattos
Advocacia Geral do Estado

Luiz Alberto Pilatti
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Luís Simão Balo
Universidade Federal de Minas Gerais

Márcio Venício Barbosa
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Maria Geralda de Almeida
Universidade Federal de Goiás

Mila Batista Leite Corrêa da Costa
Assembleia Legislativa de Minas Gerais

Rosenilton Silva de Oliveira
Universidade de São Paulo

Suely Dulce de Castilho
Universidade Federal de Mato Grosso

Waldenor Barros Moraes Filho
Universidade Federal de Uberlândia

CABO VERDE

Maria Madalena Duarte Almeida
Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais

GUINÉ-BISSAU

Joao Paulo Pinto Co
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa

MACAU

Lei Si Wan
Gabinete de Apoio ao Ensino Superior

Leung Wing On
Gabinete de Apoio ao Ensino Superior

Rui Martins
Universidade de Macau

Sílvia Ribeiro Osório Ho
Gabinete de Apoio ao Ensino Superior

Sou Chio Fai
Gabinete de Apoio ao Ensino Superior

Yonghua Song
Universidade de Macau

Hu Song
Universidade de Macau

MOÇAMBIQUE

Alberto Ferreira
Universidade Católica de Moçambique

Constancio Augusto Machanguana
Universidade Eduardo Mondlane

Francisco Noa
Universidade Lúrio

Hélder Arlindo Cuna
Universidade Politécnica / FUNDE

Joaquim Dina Charles
Universidade Pedagógica de Moçambique

Jorge Luís Ferrão
Universidade Pedagógica de Moçambique

Jose Mário Joaquim Magode
Instituto Superior de Relacoes Internacionais

Luzitisa Peterson Pereira
Universidade Pedagógica de Moçambique

Luciano Panela
Universidade Pedagógica de Moçambique

Manuel Guilherme Junior
Universidade Eduardo Mondlane

Narciso Matos
Universidade Politécnica

Nobre Roque dos Santos
Universidade Zambeze

Orlando Antonio Quilambo
Universidade Eduardo Mondlane

Osmane Adrimo Ussene
Universidade Pedagógica de Moçambique

Pedro Horácio Massinga Junior
Universidade Zambeze

Rodrigues Ulisses Anselmo Macada
Universidade Pedagógica de Moçambique

PORTUGAL

Ana Cristina Perdigão
Instituto Politécnico de Lisboa

António Augusto Cabral Marques Fernandes
Instituto Politécnico de Castelo Branco

António Carreto Fidalgo
Universidade da Beira Interior

António Fernando Salgueiro Amaral
Escola Superior de Enfermagem de Coimbra

Carlos Pereira
Universidade do Porto

Cristina Montalvão Sarmento
Secretária-Geral AULP

Elizabeth Reis
Instituto Universitário de Lisboa

Elmano da Fonseca Margato
Instituto Politécnico de Lisboa

Fernando Augusto de Sousa Ferreira Pinto
Universidade Católica Portuguesa

Fernando Melício
Instituto Politécnico de Lisboa

Gonçalo José Poeta Fernandes
Instituto Politécnico da Guarda

Helena Freitas
Cátedra UNESCO em Biodiversidade e Conservação

João Alberto Sobrinho Teixeira
Instituto Politécnico de Bragança

Jorge Manuel dos Santos Conde
Instituto Politécnico de Coimbra

José Carlos Rodrigues Gomes
Instituto Politécnico de Leiria

Luís Vicente Ferreira
Instituto Politécnico de Lisboa

Madalena Moutinho Alarcão e Silva
Universidade de Coimbra

Maria da Conceição Saraiva da Silva Costa Bento
Escola Superior de Enfermagem de Coimbra

Maria Fernanda Rollo
Secretária de Estado da Ciência Tecnologia e Ensino Superior

Maria João Pinto Cardoso
Instituto Politécnico de Coimbra

Orlando Isidoro Afonso Rodrigues
Instituto Politécnico de Bragança

Pandora Guimarães Penaforte
Gabinete de Comunicação AULP

Paulo Morais Alexandre
Instituto Politécnico de Lisboa

Pedro Miguel de Jesus Calado Dominguinhos
Instituto Politécnico de Setúbal

Raúl das Roucas Filipe
Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril

Rogério Rei
Diretor de Serviços AULP

Sandra Moura
Secretariado AULP

Susana Catita
Ministério da Ciência Tecnologia e Ensino Superior

Teresa Mateus
Embaixada de Portugal em Angola / Representante Instituto Camões

SÃO TOMÉ E PRINCIPE

Agostinho Rita
Instituto Universitário de Contabilidade e Informática

SESSÃO DE ABERTURA

Discurso do Magnífico Reitor da Universidade Mandume Ya Ndemufayo e Presidente da AULP

Professor Doutor Orlando Manuel José Fernandes da Mata

Saúdo Sua Excelência Ministra do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação, Profª. Doutora Maria do Rosário Sambo;

Saúdo também a excelentíssima Ministra do Ambiente, Dra. Paula Francisco Coelho;

A Excelentíssima Ministra da Hotelaria e Turismo, Dra. Maria Ângela Bragança;

Sua Excelência Senhor Governador Provincial da Huíla, Dr. João Marcelino Tyipinge;

Secretária de Estado da Cultura, Dra. Maria da Piedade de Jesus;

É com grande prazer que saúdo também a Secretária de Estado da Ciência e Tecnologia de Portugal, Profª. Dra. Maria Fernanda Rollo.

Estendo uma saudação muito especial e cordial aos Magníficos Reitores das Instituições de Ensino Superior, públicas e privadas, e aos Presidentes e Directores Gerais dos Institutos Superiores Politécnicos, públicos e privados, presentes neste magno evento.

A todos que acederam ao convite que lhes foi formulado e deslocaram-se ao Lubango para participarem dos trabalhos deste evento, aceitem as nossas calorosas saudações.

A Cidade do Lubango tem hoje a oportunidade de acolher, sob os auspícios da Universidade Mandume ya Ndemufayo, o vigésimo oitavo Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa.

Há um ano idealizámos e propusemo-nos a realizar este Encontro, e na linda Cidade de Campinas – Brasil manifestámos oficialmente a nossa intensão de albergar o mesmo, tendo na mesma ocasião nos candidatado à Presidência do Conselho de Administração da maior, e porque não dizê-lo, da mais prestigiada Associação de Universidades de Língua Portuguesa, tendo sido bem-sucedidos neste propósito.

Cientes da grande responsabilidade que estas missões passaram a representar para nós, colocámos mãos à obra e empenhámo-nos com afinco, para não defraudar aqueles que confiaram em nós.

Por isso, é com imensa satisfação que hoje, perante esta magnífica plateia, manifesto em nome de toda a Comunidade da Sexta Região Académica, a satisfação com que vos acolhemos neste Encontro promovido anualmente pela AULP.

O nosso orgulho é ainda maior pois a história da Universidade Mandume ya Ndemufayo, enquanto Instituição de Ensino Superior Pública Angolana, tem apenas nove anos de existência. Nesse período, conseguimos acumular uma rica experiência na organização de eventos académicos e científicos, tanto de abrangência nacional, como internacional, contando para tal com o empenho e a dedicação de todos os académicos que aqui trabalham. Estas iniciativas contribuíram para que hoje ocupássemos um lugar de destaque entre as Instituições de Ensino Superior Angolanas.

Excelências, minhas senhoras e meus senhores, distintos convidados,

A Universidade Mandume ya Ndemufayo rege-se por ideais inovadores, pois busca incessantemente a excelência, mas estes ideais não os podemos materializar na totalidade caminhando sozinhos, por isso, fazemos da partilha e do intercâmbio de conhecimentos, e da produção científica, uma mais valia para o sucesso das nossas acções académicas, investigativas e de extensão. É neste particular que procuramos extrair o máximo das valências que a nossa inserção na AULP nos fornece, aliando a força de vontade dos nossos ilustres quadros que com o seu saber e dedicação nos permitem, por meio do aproveitamento das relações políticas e culturais que ligam os Povos e Governos dos Países e Regiões de Língua Portuguesa, apostar seriamente na cooperação com Universidades e Instituições de Ensino Superior e de Investigação dos Países de Língua Portuguesa, tendo em vista a obtenção de vantagens.

Por isso, além da partilha de conhecimentos que a UMN e a AULP nos proporcionam com este XXVIII Encontro, o fortalecimento das relações bilaterais e o início de parcerias entre muitas das Instituições aqui presentes vão marcar as nossas actividades nestes três dias, tendo como foco, uniformizar os padrões de qualidade no Ensino Superior ao nível da CPLP.

Excelências, minhas senhoras e meus senhores, distintos convidados,

Concluído um ano de mandato na presidência da AULP, permitam-me em meu nome, e no de todos os colaboradores e afiliados da Associação, afirmar que obtivemos resultados bastantes positivos, sobretudo nos projectos ligados à mobilidade e creditação, e hoje reafirmamos o compromisso de prosseguirmos com a missão de continuar a promover a colaboração entre as universidades de língua portuguesa, contribuindo para o desenvolvimento do ensino superior nos nossos países.

Uma vez mais damos a nossa garantia que a AULP vai continuar a trabalhar em prol da investigação científica, incentivando acima de tudo a investigação de qualidade, pelo que incentivamos os investigadores do espaço lusófono a trabalharem arduamente, para termos a ciência em efectivo apoio à sociedade no nosso espaço.

Excelências, minhas senhoras e meus senhores, distintos convidados,

Encontramo-nos numa das cidades com um dos maiores patrimónios culturais, artísticos e científicos do mundo. Este património representa uma riquíssima fonte de investigação científica, daí que a escolha do tema central deste Encontro "Património Histórico do Espaço Lusófono, Ciência, Arte e Cultura" enquadra-se nas iniciativas idealizadas com o objectivo de fazer despertar a curiosidade científica para a cultura, a arte, a antropologia e a pura beleza natural desta bela região onde confluem culturas, e despontam imponentes monumentos que retratam uma história intercontinental, evidenciando a arte do belo no seu maior esplendor.

A AULP e a Universidade Mandume ya Ndemufayo, bem como todas as Universidades da Lusofonia, vão continuar a fazer da investigação científica, o principal meio de que dispõem, para promover a valorização e a preservação do património natural, cultural, artístico e científico desta região de Angola em particular, e da lusofonia no geral, procurando assim mais reconhecimentos à semelhança do feito alcançado pelo Centro

Histórico de Mbanza Kongo, que há um ano, ou seja no dia 8 de Julho de 2017, foi inscrito pela Organização das Nações Unidas para a Educação e Cultura (UNESCO), na lista de Patrimónios da Humanidade, sendo esse o exemplo de que juntos podemos criar condições que propiciem o desenvolvimento sociocultural e económico dos nossos países com base na investigação científica, particularmente àquela voltada para a valorização da história, da cultura, da arte e da ciência.

Esperamos que as condições de acomodação e de trabalho criadas sejam as melhores possíveis e permitam que os trabalhos decorram em harmonia e num ambiente de fraternidade e activa participação de todos.

Muito obrigado aos membros da comissão técnica da UMN, e ao secretariado da AULP, pelo trabalho e empenho na preparação deste evento.

Obrigado a todos.

Discurso de S. Ex.ª Governador Provincial da Huíla

Doutor João Marcelino Tyipinge

Suas excelências;
Senhoras Ministras do Executivo Angolano;
Senhora Secretária de Estado da Ciência e Tecnologia de Portugal, Professora Doutora Maria Fernanda Rollo;
Ilustre Reitor da Universidade Mandume ya Ndemufayo e Presidente da AULP, Professor Doutor Orlando da Mata;
Caros convidados;
Estimados conferencistas;
Minhas senhoras e meus senhores.

Agradeço em nome do povo da Província da Huíla e em meu nome pessoal o convite formulado para intervir nesta sessão solene de abertura do XXVIII encontro da AULP. A província da Huíla, possui instituições de ensino, indo do Subsistema do Pré-escolar até ao Ensino Superior.

Ao nível do Ensino Superior Público, existe a Universidade Mandume ya Ndemufayo, com as faculdades de Economia, Medicina, Direito e Instituto Superior Politécnico da Huila, e o ISCED. No Privado destacam-se o Instituto Superior Politécnico Tundavala, o Instituto Superior Politécnico Independente, o Instituto Superior Politécnico Gregório Semedo, o Instituto Superior Politécnico Sinodal do Lubango e o Instituto Superior Politécnico Evangélico do Lubango.

Quero assinalar algumas potencialidades da vida económica e sócio cultural da província da Huíla. O território da Província da Huíla tem 79 mil e 23 km², e de acordo com o censo de 2014 a sua população está estimada em 2 milhões 497 mil 422 habitantes, tem 14 municípios e 39 comunas. Os povos da província da Huila situados ao sul de Angola dedicam-se essencialmente à agricultura, em que as principais culturas são: cereais, como milho, massango, massambala, raízes, e tubérculos como batatas rena e doce e pêras e hortícolas como: tomate, couve, cebola e repolho cuja produção este ano estima-se em 670 mil toneladas.

Actualmente a área cultivada é de 701 mil hectares e pretendemos que até 2022 atinja 1 milhão de hectares. O nosso objectivo é a melhoria da produção agrícola familiar que garante a auto-suficiência alimentar para a nossa região, dado que 80% da produção agrícola total provém deste sector.

No domínio da pecuária, a província conta com um efectivo bovino de cerca de 1 milhão e duzentos animais. A nossa preocupação actual é a redução da prevalência das principais doenças em 13% e a mortalidade animal em 10%.

No domínio da Indústria são incipientes a agro-indústria, a indústria ligeira e a pesada. Destaca-se a indústria extractiva de rochas ornamentais, com uma produção semestral de 77 mil m³, 170 % da exportação em bruto.

Neste sector há necessidade de se desenvolver o processo de transformação para agregação de valor no qual a academia exerce um papel importante com a investigação sobre as cadeias produtivas e as cadeias de valor dos produtos.

A Huíla tem grande potencial turístico, natural e cultural a ser explorado de forma articulada e consistente. Existe o plano de desenvolvimento turístico que na sua essência abrange o turismo rural, ambiental, cultural, de montanha, urbano, habitacional e desportivo.

Os pontos turísticos mais procurados são: o Cristo Rei, as grutas e a lagoa do Tchivinguiro, Morro do Alto Bimbe, a Fenda e a Represa da Tundavala, as cascatas da Estação Zootécnica da Humpata e as da Huíla; da Hunguéria são o miradouro da Serra da Leba, as quedas de água do Kuvango; e de Caconda são as albufeiras das Neves, das Gangelas e de Chicomba, assim como o Parque Nacional do Bicuar e a região da Tunda do Gambos.

No âmbito da valorização do património natural e cultural da província e da região está em curso um projecto de criação do futuro Museu Regional e dos Caminhos de Ferro de Moçâmedes, fruto da colaboração entre a Cátedra, Life of Land, da Unesco, a Universidade do Porto e Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla e os Caminhos de Ferro de Moçâmedes.

No actual Museu Regional da Huíla observamos a riqueza multicultural e a variedade do seu património material e imaterial conservado, que serve para divulgação, investigação e valorização da herança cultural dos povos do sul de Angola nomeadamente: os grupos étnicos linguísticos Nyaneka, Herero, Oshivambo e Nganguela, vivendo nas províncias da Huíla, Namibe, Cunene e Cuando Cubango.

Abre-se assim uma oportunidade de trabalho onde entra a Associação das Universidades de Língua Portuguesa para a partilha de estratégias de investigação como por exemplo, a melhoria de sementes próprias resistentes às alterações climáticas, a produção de fito, medi-fármacos e o estudo da biodiversidade, assim como a transformação e conservação de produtos agropecuárias e outros.

Tal como o Cristo Rei, estamos de braços abertos, para vos receber nesta cidade do Lubango, cidade do conhecimento, terra dos morangos e dos mirangolos.

Bem-haja e boa estadia aqui na nossa província.

Património histórico do espaço lusófono. Ciência, Arte, Cultura

Professora Doutora Maria Fernanda Rollo

Cumprimento e felicito a Associação das Universidades de Língua Portuguesa pela realização do seu XXVIII encontro, desta feita em Angola, no Lubango, e ao seu Presidente, Professor Doutor Orlando Manuel José Fernandes da Mata.

É devido o público reconhecimento e o tributo merecido aos responsáveis pela AULP pela organização das suas diversas atividades, agregadas pela convicção e pela persistência da missão de aproximar e associar as instituições de ensino superior dos países de língua portuguesas unidas pelo valor universal do conhecimento e o propósito sublime da promoção e valorização da educação e da formação. Uma palavra de enaltecimento e agradecimento personalizado é devida à Professora Doutora Cristina Montalvão Sarmento, secretária-geral da AULP.

Ainda uma referência inicial no sentido da distinção e louvor da atividade e do compromisso da AULP em matéria de promoção da mobilidade dos estudantes entre as instituições que integram a AULP e a sua associação ao Programa Pessoa.

Dedico a minha intervenção neste encontro ao tema *Património histórico do espaço lusófono. Ciência, Arte, Cultura*, porque entendo que, nas atuais circunstâncias e patamar de maturidade, a consciencialização, promoção e preservação do património, científico e cultural, que a AULP representa e evoca através da participação das diversas Instituições de Ensino Superior (IES), em si e pelo que veiculam dos respetivos países, representa uma riqueza inestimável e universal que nos responsabiliza e justifica um esforço persistente e renovado de valorização, considerando as oportunidades e os desafios que os tempos atuais representam. Considero esse património em toda a sua amplitude, como legado e herança que nos aproxima, científico, cultural ou natural, mas simultaneamente distingue, reforçando o sentimento de complementaridade e enriquecimento mútuo entre as nossas culturas, entre os nossos países, coabitando e comungando um mesmo planeta e uma mesma civilização.

Noutro sentido, observando a missão e dimensões de atuação das IES bem como a sua integração nos contextos mais amplos da produção e afirmação do conhecimento no plano internacional, devem salientar-se as encruzilhadas que se configuram em matéria de formação, de investigação e de preservação e partilha do conhecimento, valorizando e potenciando a combinação harmoniosa, prosseguindo sempre uma base humanista e de responsabilidade social, entre Ciência, Arte e Cultura.

Tenho como entendimento a educação e a ciência como um compromisso social; reconheço e revigoro como matriz uma cultura de base humanista e prossigo como propósito a democratização da formação e do conhecimento, advogando a educação pelo seu valor intrínseco e pela indiciação de equidade e liberdade, compreendendo o conhecimento

como bem público e património universal. Daí a adoção e a advocacia ativa da Ciência Aberta e a defesa do conhecimento como compromisso para o Desenvolvimento, a Sustentabilidade e o Bem-Estar Comum, tema a que dediquei a intervenção e o texto que tive o privilégio de ver integrado nas atas do encontro da AULP do ano passado: *Conhecimento para o Desenvolvimento. Ciência em Português para um Mundo Global*, pois, no caso dos nossos países e das nossas IES, a língua que partilhamos concede-nos ainda mais oportunidades, mas também acarreta mais responsabilidades.

Ser-me-á sempre motivo de regozijo recordar a língua portuguesa como fator estruturante da identidade cultural dos nossos países, hoje a mais falada em todo o hemisfério Sul, aproximando mais de 260 milhões de pessoas nos 5 continentes, sendo língua oficial ou de trabalho em 32 organizações internacionais. É, com certeza, pelo tanto que contém e transporta como legado histórico e civilizacional, um património universal! Igualmente estimulante, embora muito mais desafiante, é assumi-la e promovê-la como língua de ciência – que é sem dúvida! Confiemos que a afirmação das nossas IES, em especial as que integram a AULP, compreendendo o sistema de ciência e tecnologia dos nossos países, e as possibilidades que a tecnologia digital em combinação com a disponibilização de recursos em acesso aberto e as práticas de ciência aberta oferecem no plano do ensino e da formação, designadamente no ensino a distância, contribuirão nesse sentido. Para tanto, será essencial assumirem como propósito a afirmação e crescente reconhecimento internacional da produção científica dos países de língua portuguesa e da oferta formativa existente em português. Tudo isso, evidentemente, acompanhará o valor económico da língua portuguesa e a afirmação internacional dos nossos países.

Observo e entendo a AULP como Património, compreendendo o seu histórico, a sua caminhada de encontro e crescimento e os resultados alcançados e partilhados, beneficiando essa enorme comunidade do conhecimento que aglutinam e, para além dela, as comunidades mais amplas que inspiram e atingem. Representa ainda a convergência e encontro das instituições de ensino superior dos nossos países, algumas seculares, todas singulares e essenciais, manifestando-se, afirmando-se e alastrando a sua ação no planisfério que pontuam. Cada uma é em si património; na sua relação, sintonia de propósitos e convergência de conhecimento transcendem-se e contribuem para um património comum. E, claro, não esqueçamos, nem por breves instantes, a relevância do papel e da ação que as IES, como atores e espaços determinantes, representam nas nossas sociedades; constituem uma força estruturante em matéria de organização e coesão social detendo uma enorme capacidade transformadora multinível e multidimensional. No seu conjunto, em rede, em cooperação e colaboração consciente e organizada, o seu potencial transformador amplia-se.

Como rede, a sua existência é determinante, tem vida própria e uma dinâmica que transcende fronteiras ou quaisquer constrangimentos formais, fruindo dessa liberdade e mobilidade ímpares que o conhecimento concede. A mobilidade (circulação e partilha) do conhecimento representa, na verdade, a força mais poderosa, somando-se à mobilidade e ao encontro das pessoas e das instituições. A era digital que nos envolve e atravessa, proporciona oportunidades há uns anos atrás impensáveis ou mesmo inimagináveis – saibamos e tenhamos nós a capacidade e a sabedoria para as transformarmos em vantagens.

Importa assim valorizar a AULP nesse sentido, protagonista que tem sido na construção de um 'espaço comum' dedicado ao ensino superior em português, consolidando-a pela dimensão, papel e impacto internacional que representa, disputando uma posição relevante no diálogo sul-sul e norte-sul, assumindo esse compromisso 'universal' e de universalidade que o significado institucional e o conhecimento lhe conferem. O seu sucesso tem combinado diversas dinâmicas que importa preservar, a fluidez das relações pessoais e institucionais ao nível da comunidade científica será, a par da capacidade de mobilização e organização dos seus responsáveis, um vetor determinante para a sua persistente renovação e um crescimento sustentável.

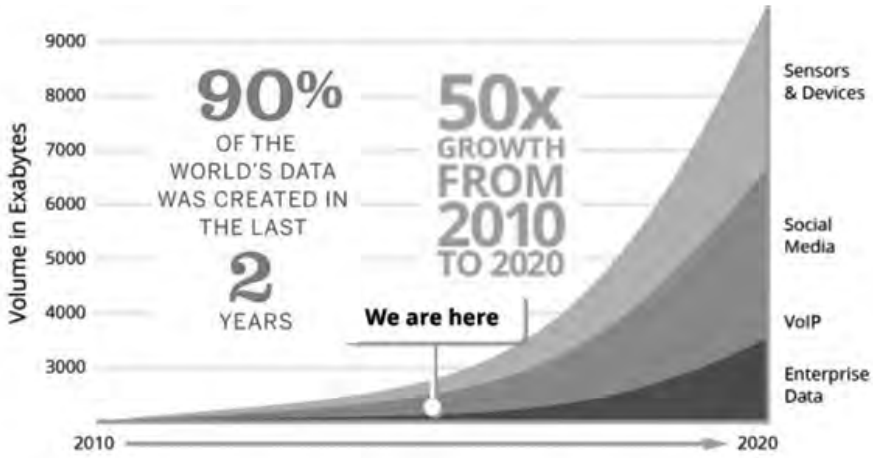
O histórico dessa colaboração, a cumplicidade que cruza heranças e experiências, constrói propósitos comuns e se deixa entusiasmar pela curiosidade e o conhecimento, contribui para a afirmação e a resiliência perante o atual contexto de incertezas, desafios e oportunidades, dominado por um ambiente de crescente competitividade, com que se confronta a comunidade académica e científica no plano internacional. São amplas e complexas as perspetivas, alargando de forma quase inusitada as preocupações e as esferas de atuação que hoje em dia impendem e influenciam a definição da missão e a esfera de atuação das IES. Refiram-se algumas dessas questões que espelham bem a dificuldade e a exigência com que se deparam hoje as IES, como as implicações da denominada era digital, a complexidade e vastidão e exigência que compõe a relação das IES, da ciência, e do conhecimento em geral, com a sociedade, o processo de internacionalização e a integração, reconhecimento e concorrência/competição que representa, a responsabilidade em matéria de inclusão, democratização e responsabilidade social e responsabilidade científica, envolvendo a assunção de compromissos claros para com as pessoas, a sociedade,

os territórios que integram, o planeta que habitam, diretamente e através da formação que conduzem e a ciência que produzem e a sua contribuição em diversas instâncias, nomeadamente ao nível das políticas públicas. Enfim, são imensos os desafios, que requerem e obrigarão a múltiplos ajustamentos institucionais, na organização física dos espaços, na formação de professores, nas formas de ensino e aprendizagem... reagindo a um mundo em constante transformação, a uma sociedade com crescentes expectativas, escrutínio crítico e vontade de participação. Entre tudo, a resposta às competências (cívicas, sociais e culturais, para além das técnico-profissionais) que as pessoas e instituições/empresas exigem, a era digital será uma das questões que requer nesta fase uma atenção de maior proximidade e reação na gestão quotidiana das instituições de ciência, tecnologia e ensino superior.

Sem dúvida, vivemos sob a implacável vertigem da era digital, reféns desse inexorável mundo da comunicação permanente que nos interpela em quase todos os instantes e azimutes do nosso quotidiano. Dificilmente conseguimos perspetivar a extensão e profundidade da inexorável transformação digital em que vivemos. É claro que as instituições de ensino superior, elas próprias integrantes ou ligadas ao sistema de ciência e tecnologia, se confrontam instantemente com as perspetivas e a imprevisibilidade da transformação digital, que elas próprias criaram ou ajudaram a criar.

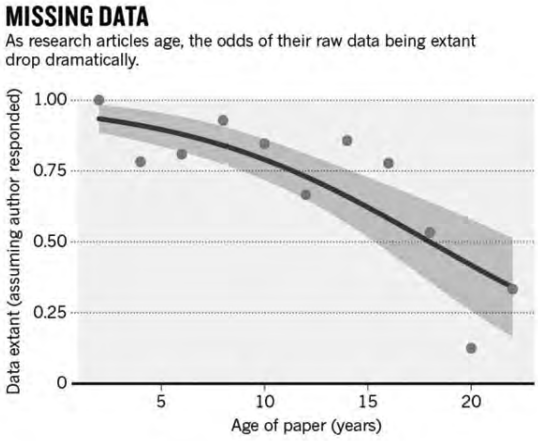
Como dominar, acompanhar a velocidade, profundidade e dimensão dessa transformação?

Veja-se o gráfico em baixo. Espelha bem o gigantismo do que está em causa. É claro que esperamos que a tecnologia dê resposta ao gigantismo da produção de dados e que até seja capaz de a organizar. A inteligência artificial supera já a nossa imaginação mais criativa estando longe de ser ficção.



Fonte: https://www.slideshare.net/sfamilian/working-with-big-data-jan-2016-part-1

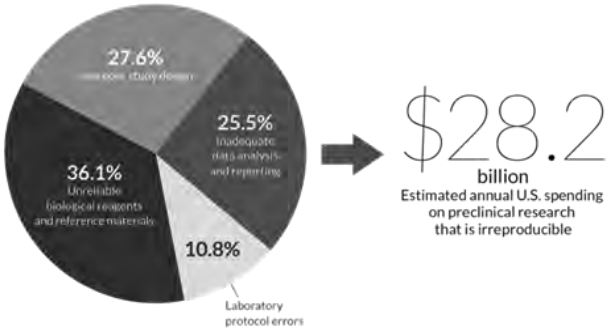
Mas, atenção. Veja-se o que está também a acontecer.



Fonte: "Scientists losing data at a rapid rate", in Nature News, 19/12/2013 https://www.nature.com/news/scientists-losing-data-at-a-rapid-rate-1.14416

Mantendo a expectativa e a esperança na ciência e na tecnologia, também será possível evitar a perda de informação. Mas, é necessário que essa vontade se imponha e que acompanhe a consciência da perda de conhecimento, de património digital, que já está a acontecer.

Esperemos que essa preservação ocorra num sentido amplo e responsável, para além do que, evidentemente, a perceção de perda de valor económico que o gráfico em baixo espelha, suscitará.



Fonte: The Economics of Reproducibility in Preclinical Research. PLOS Biology 16(4) https://doi.org/10.1371/journal.pbio.1002626

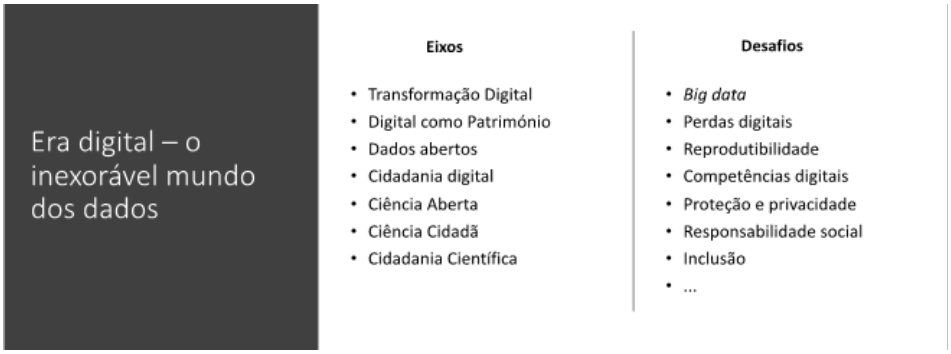
A verdade é que nunca produzimos tanto, e nunca desperdiçámos tanto. Não só dados, como bem sabemos.

A perda é ainda mais condenável considerando o seu significado em termos de desperdício de oportunidades, prejudicando possibilidades e oportunidades de reprodutibilidade e reaproveitamento de informação/dados/conhecimento que possam gerar mais conhecimento e beneficiar outros contextos e mais pessoas... lesando, é claro, recursos e um património comum. Deve acrescentar-se à preservação e curadoria e reutilização da informação

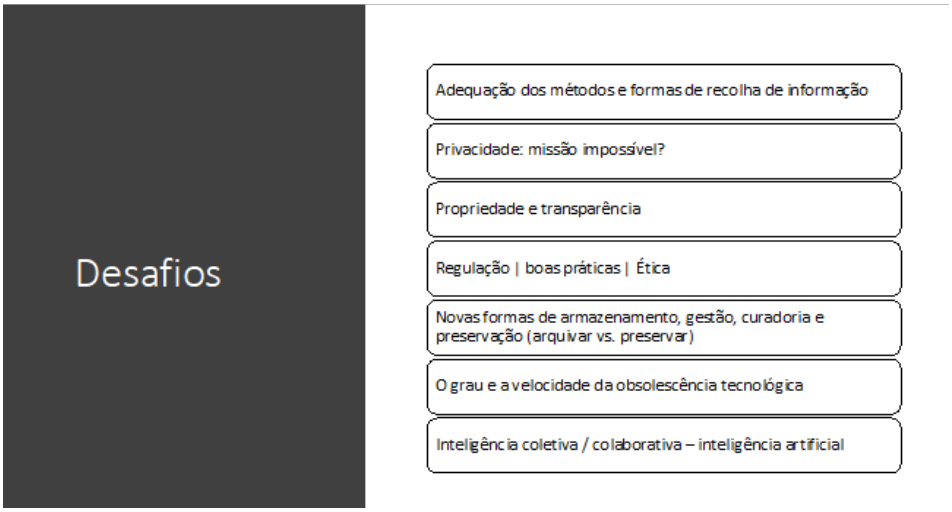
produzida, um outro tópico de reflexão e preocupação, relativa à veracidade e credibilidade dos dados e da informação em geral, prosseguindo propósitos de verdade, cumprindo boas práticas, garantindo a transparência e o respeito pela propriedade intelectual, hoje uma das angústias mais relevantes no plano da formação e da produção científica.

Enfim, o desafio é enorme, envolvendo e atingindo outros atores que não só as instituições dedicadas à ciência e à formação, colocando, de qualquer forma, estas entidades de produção de conhecimento numa posição vital no sentido de contribuir para o superar.

A era digital, embora a dificuldade e a complexidade dos desafios, transporta um quadro de possibilidades no plano da formação, da investigação e da partilha do conhecimento que podem representar uma oportunidade em contextos de colaboração/cooperação como ocorre no contexto da AULP, cumprindo os propósitos da Ciência Aberta e gerando economias de escala e sobretudo uma distribuição mais justa e responsável do conhecimento, através do acesso aberto, a resultados e dados da investigação, da partilha de recursos, nomeadamente no plano das infraestruturas e da formação. Se a honorabilidade e a essencialidade da partilha e da democratização do conhecimento são, em todas as circunstâncias e no meu entendimento, inquestionáveis, quando nos referimos a conhecimento científico financiado por fundos públicos, tornam-se imperativas. A atuação das IES transcende-se, mesmo no plano da formação, também no domínio das indispensáveis competências digitais, acompanhando as necessidades, não só ao nível da capacitação da comunidade académica mas da sociedade em geral, sobretudo na medida em que também será premente corresponder às crescentes expectativas da própria sociedade como referido em cima. Uma vez mais a conjugação de esforços e recursos resultará em melhores resultados.



A preparação das instituições e das pessoas é indispensável, devendo prevenir situações de discriminação e fatores de desigualdade. Certamente, a formação, a par das políticas institucionais e a criação de condições e infraestruturas, constituirá um elemento determinante. Terá que ser consistente e persistente, com a capacidade de antecipar tanto quanto o cenário de imprevisibilidade dos tempos que ocorrem e desta revolução invisível em curso o permitir.



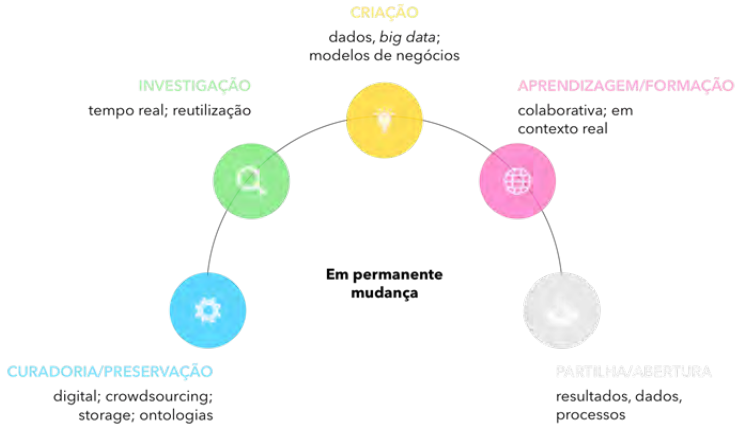
A necessidade e o compromisso são maiores que as instituições, nomeadamente com impacto no plano das políticas públicas e do bem-estar das sociedades, no apoio à tomada de decisão, provendo uma melhor utilização de dados administrativos (e.g. saúde, educação, emprego, ciência), pautado por uma ética responsável e solidária, de abertura e transparência, de reutilização, de monitorização, de racionalização e utilização mais comprometida e eficiente de recursos (e.g. resíduos, água, poluição, planeamento urbano), para evocar apenas alguns dos principais aspetos em causa. Uma vez mais, uma estratégia concertada e a ação conjunto que a AULP pode protagonizar pode ter efeitos significativos, nomeadamente no plano da promoção do desenvolvimento, da igualdade e da sustentabilidade.

Ciência Aberta – Conhecimento de todos e para todos

A adoção da Ciência Aberta, significa a assunção desse compromisso.

A conjuntura é favorável, pelos meios técnicos disponíveis e sobretudo pelas dinâmicas internacionais que ocorrem e, muito em particular, pelo compromisso assumido entre os Países CPLP ao nível do desenvolvimento e articulação dos seus repositórios digitais. Oxalá se cumpra.

É claro que o desafio, por mais estimulante que seja, é extraordinariamente exigente, desde logo ao nível da opção política e da vontade das instituições e dos elementos da comunidade científica. Requer financiamento, infraestruturas adequadas, formação, competências, envolvendo alterações nas metodologias de investigação, de preservação e curadoria da informação, respeitando as especificidades disciplinares e em harmonia com um dos seus propósitos/efeitos importantes em matéria de valorização e respeito pela propriedade intelectual. Seja como for, está em curso, conduzida e liderada por instituições internacionais (UNESCO, OCDE, União Europeia...), vários países, entre os mais ricos e mais robustos sob diversos aspetos, individualmente e com entendimentos entre si, que estão em rota acelerada para cumprir o acesso aberto e a ciência aberta. Conviria que os países CPLP não se atrasassem, perdendo essa dinâmica com consequentes muito relevantes em matéria de afirmação no plano da ciência, da tecnologia e da formação e, neste contexto geral, da defesa e valorização da língua e da ciência portuguesas. Parte considerável das IES que integram a AULP e muito especialmente o Brasil, Portugal e, de forma mais modesta vários outros países da CPLP, dispõem de repositórios digitais e estão conscientes e empenhados no reforço da sua colaboração, seja preciso ampliá-la e reforçá-la.



Entre outras e diversas dinâmicas inerentes ou arrastadas pela Ciência Aberta, não é despicienda a contribuição que proporcionará em termos de preservação, valorização, divulgação do património digital dos nossos países e claro a partilha do conhecimento que em geral pode prover.

É elevado o risco da perda de informação, da nossa história, memória e identidade, no que integra como memória e testemunho do passado e, cada vez mais, do património digital, hoje em permanente composição. Cumpre-nos criar condições de proteção desse legado, herança/património digital, não descurando quanto à sua vulnerabilidade e efemeridade.

Importa assumir como responsabilidade coletiva, a preservação do património digital em benefício das gerações presentes e futuras. Assim o tem indicado, entre outras instituições internacionais, a própria UNESCO, que lhe dedicou precisamente, em 2003, uma Charter on the Preservation of Digital Heritage.

Está dado o mote, enunciado o caminho: "the access to digital heritage materials, especially those in the public domain, should be free of unreasonable restrictions. At the same time, sensitive and personal information should be protected from any form of intrusion." E, como inspiração, "Member States may wish to cooperate with relevant organizations and institutions in encouraging a legal and practical environment which will maximize accessibility of the digital heritage. A fair balance between the legitimate rights of creators and other rights holders and the interests of the public to access digital heritage materials should be reaffirmed and promoted."

As IES, as IES da AULP, são um espaço vital na produção do conhecimento e, claro, na formação. São agentes catalisadores e repositórios das nossas formações e expressões culturais, pelo que constitui o seu património, pelo que estudam e investigam, pelo que cuidam e conservam. A maior parte do que atualmente ocorre e circula nos seus contextos acontece em ambiente digital que cumpre preservar e, quanto a mim, partilhar, acreditando nas IES, na formação e na partilha e acesso mais equitativo ao conhecimento e à investigação, como um dos caminhos mais eficazes para a igualdade, o desenvolvimento e o bem-estar.

Repositórios digitais no Mundo

http://maps.repository66.org/

Discurso de S. Ex.ª Ministra da Hotelaria e Turismo de Angola

Doutora Maria Ângela Teixeira de Alva Sequeira Bragança

Excelência Ministra do Ensino Superior, Ciência e Inovação;
Digna Representante do Governo de Portugal;
Magnifico Reitor e Presidente da AULP;
Caros Participantes;
Minhas senhoras e meus senhores.

Antes de mais quero saudar a Universidade Mandume Ya Ndemufayo e particularmente o seu Reitor e presidente desta forte Associação por esta iniciativa, e o ministério do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia pelo convite para o Ministério do Turismo participar deste evento.

Como sabemos, o Turismo é uma das actividades sócio económicas com maior dinamismo no mundo actual e com enorme potencial de desenvolvimento, assente sobretudo na valorização dos recursos endógenos, representando cerca de 10% do PIB mundial. É o sector cuja indústria mais prospera e que mais absorve mão-de-obra na actualidade, desde a cozinha à gestão, muitas são as oportunidades para o sector privado.

O Turismo é uma actividade que envolve um conjunto de relações que têm como foco o turista, e para o qual concorre o Estado com a sua função reguladora pois é o Estado que regula o sector e formula políticas, os operadores turísticos nomeadamente as unidades hoteleiras, as agências, etc., que participam em todo o processo de animação de gestão, o sector privado provedor de serviços de apoio ao desenvolvimento de turismo que deve cada vez mais primar pela qualidade e pela inovação tendo em conta a competitividade e a Globalização que se observa neste sector.

Os recursos humanos especializados e qualificados para o turismo demandam cada vez mais da diversificação e rigor na formação. Os recursos que se constituirão tema desta conferência, falo de recursos naturais, culturais, históricos, mas também dos recursos financeiros, os investimentos e outros, bem como a comunidade receptora da actividade turística que deve ser integrada de forma dinâmica em todo processo.

É pois a estruturação e o desenvolvimento do turismo um processo de transformação sócio-económica de determinadas localidades, regiões, espaços com potencialidades turísticas para o desenvolvimento da actividade turística, ao que se chama turistificação, que justifica a minha presença neste evento.

A transversalidade do sector do turismo ocupa-nos de certa forma e transforma sobretudo o património material e imaterial num recurso que por si só constitui uma atração nata, mas contudo é necessário agregar valor para que se converta numa oferta turística. Uma acção que envolve planeamento estratégico, definição e elaboração de programas

de públicos, envolve estudos e avaliação de especificidades das localidades e regiões, a mobilização e a atracão do sector privado para a dinamização da actividade. Podemos dizer que a turistificação, é um processo globalizante e de intervenção num espaço com potencial turístico, não deve ser um processo isolado mas deve promover a interacção dos diferentes agentes e sobretudo a participação das populações residentes na localidade ou no espaço a turistificar.

Temos exemplo do Mbanza Congo, enquanto património da humanidade, é um dos recursos que será enfatizado aqui nos temas desta conferência que constitui uma riqueza patrimonial que encerra o conteúdo histórico político e cultural, mas para nós a área do turismo, a turistificação deste património é importante e urgente, o que passa por um planeamento do processo em todas as suas vertentes que devam envolver as comunidades, sobretudo as comunidades influentes do poder tradicional, as organizações culturais e demais associações.

Esta acção transformará, este recurso de exaltação histórico-cultural, também num importante destino turístico que bem projectado será um grande centro de atração. É na dimensão da turistificação que o património ganha voz, porque ele deixa de ser um produto silencioso, mas preparado para se dar a conhecer ao mundo.

Na estruturação do turismo teremos com determinante o perfil do turista, o que este procura, cultura, desporto, história, natureza, mar, ciência é um processo de estudo e de investigação que deve envolver também as universidades, através da pesquisa, estudos e projectos.

É imprescindível este processo na ligação teoria e prática, e como bem disse a senhora Secretária de Estado na apropriação e na divulgação do conhecimento. E por isso eu saúdo já iniciativas que se verificam como esta aqui da Universidade da Huíla, como da Universidade de Benguela, com certeza outras que se disseminarão pelo País. Com as investigações sobretudo com a avaliação da abrangência do potencial turístico em determinadas regiões.

Ressalto por isso a iniciativa desta conferência que constituirá uma grande contribuição para o processo de valorização patrimonial e da turistificação. Uma contribuição que com a realização desta iniciativa se estende à troca de conhecimentos e experiências e cooperação entre países irmãos que partilham uma língua comum e um processo histórico do qual emanam uma riqueza patrimonial que integra e enriquece a cultura e a história dos nossos povos.

Eu aproveito aqui para referir e realçar um dos temas da conferência que é cooperar para crescer e internacionalizar, e a este propósito aproveito para lançar nesta conferência um suplemento que retiramos da conferência da comissão da OMT para África na sua Sexagésima Primeira Reunião, a Vitamina quatro Cs que é Comunicação, Colaboração, Cooperação e Coordenação. Eu creio que isso vai incentivar esta rede. A rede que bem enfatizou a senhora Secretária de Estado porque ela vai fortalecer laços, vai fortalecer conhecimento, vai sobretudo inspirar gerações relativamente ao que concerne a sua apropriação desse conhecimento e a sua valorização e divulgação.

Aproveito a oportunidade para agradecer à Universidade e neste contexto de cooperação com a Universidade de Coimbra pelo protocolo que tem com o Ministério de Turismo já há longos anos, no processo de formação pós graduada de quadros deste sector temos já três doutorados que se formaram nessa universidade dentro do plano dessa colaboração.

A província da Huíla como bem referiu o senhor Governador Provincial é detentora de um clima aprazível, uma flora e fauna diversa, uma cultura rica onde se fundem diferentes grupos étnicos linguísticos, solos aráveis, uma riqueza pecuária considerável, uma juventude dinâmica e um centro académico por excelência.

É detentora também de um forte potencial para o desenvolvimento turístico, onde se regista uma riqueza patrimonial diversa e sítios naturais deslumbrantes, que colocam a província no mapa turístico nacional. Não admira pois o que se projecta para o futuro. Tomei conhecimento da perspectiva de criação do museu de ciência e de história, creio que é uma iniciativa importante e que vai sobretudo enriquecer, o conhecimento, a cultura e o turismo do País.

Agradeço mais uma vez a Universidade por esta iniciativa e auguro sucessos aos trabalhos desta conferência e sobretudo que os seus resultados constituam uma base para um programa de trabalho a curto e médio prazo para enriquecimento da actividade cultural e turística dos nossos países.

Muito obrigada.

Discurso de S. Ex.ª Ministra do Ambiente de Angola

Doutora Paula Francisco Coelho

Excelência Senhora Ministra do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação Tecnológica;

Excelência Senhor Governador da Província da Huíla;

Magníficos Reitores da Associação das Universidades de Língua Portuguesa;

Caros Convidados;

Minhas senhoras, meus senhores.

O Património Mundial expandiu-se do cultural para o natural e outros locais, além de abraçar paisagens e heranças intangíveis e industriais.

Angola herdou um Património Natural rico constituído por uma fauna de cerca de 275 espécies de mamíferos e uma flora diversificada com mais 8.000 espécies, bem como por formações físicas e biológicas, geológicas, fisiográficas, áreas bem delineadas que constituem o habitat de espécies ameaçadas de animais e vegetais, sítios e áreas naturais bem delineados de extraordinário valor universal excepcional do ponto de vista estético, científico, da conservação ou ainda de beleza natural. As sete maravilhas de Angola, escolhidas pelo povo angolano, entram nesta categoria.

De realçar que existem em Angola espécies da fauna e da flora com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência e da conservação como é o caso da Palanca Negra Gigante, subespécie endémica e ameaçada de extinção.

A valorização e a educação ambiental são processos determinantes para a integração dos objectivos ambientais nos diferentes sectores do desenvolvimento e para a promoção de estilos de vida mais responsáveis, consentâneos com a disponibilidade de recursos e os limites do Planeta, conforme preconizado pelas Políticas e Estratégias do Sector para o milénio. A concretização de um modelo de desenvolvimento ou diversificação económica, assente no património natural, depende de diferentes factores sociais, sectores de actividades e das próprias populações.

Excelência Senhora Ministra do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação Tecnológica;

Senhor Governador da Província da Huíla;

Magníficos Reitores da Associação das Universidades de Língua Portuguesa;

Caros convidados;

Minhas senhoras, meus senhores;

O património natural e científico é um tema abrangente. Por isso, a realização de estudos científicos com as academias e outras instituições afins para melhorar o estado de conservação de habitats e espécies, fomentar a apropriação dos valores e recursos naturais e da biodiversidade, promover e reconhecer o valor do património natural, paisagístico e cultural das regiões e a revitalização das suas comunidades, torna-se um desígnio nacional.

A máxima de Património Natural amplia-se e passa a referir-se a um bem móvel, imóvel ou natural, que tenha valor significativo para uma sociedade: valor estético, artístico, documental, científico, social, espiritual ou ecológico.

Vale ressaltar ainda que, no decorrer desta trajectória, passou-se de um "conceito materialista de património" que exceptuava os bens tangíveis de carácter móvel ou monumental e, em seguida, os sítios naturais e as paisagens, para um conceito bastante amplo, que abrange todas as referências anteriores e ainda o património intangível".

Excelência Senhora Ministra do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação Tecnológica;

Senhor Governador da Província da Huila;

Magníficos Reitores da Associação das Universidades de Língua Portuguesa;

Caros Convidados;

Minhas senhoras, meus senhores.

É necessário assegurar a preservação dos monumentos arquitetónicos, paisagísticos e os bens artísticos, com o objectivo de perenizá-los frente à exploração exaustiva e a transformação progressiva das estruturas económico-sociais. Pois percebeu-se que, com o tempo, o património não poderia limitar-se a bens materiais, como afirmamos anteriormente, devido à sua importância cultural para os povos e a melhor compreensão entre os homens, visto que a identidade cultural e a diversidade cultural são indissociáveis e que as peculiaridades culturais não dificultam, mas favorecem a comunhão entre os povos. Por isso, constitui a mesma essência do pluralismo cultural e o reconhecimento de múltiplas identidades culturais.

É com base no significado amplo de património, que nos destacamos especificamente a falar do património natural pela sua importância artística, paisagística, cultural, socioeconómica de modos a fundamentar as práticas de protecção do Património Natural. Ressaltamos aqui a importância da protecção com fins turísticos, baseados num conceito de "património de todos", isto é, o património mundial. Mas o que pode ser de todos, pode acabar por não ser de ninguém.

Excelência Senhora Ministra do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação Tecnológica;

Senhor Governador da Província da Huíla;

Magníficos Reitores da Associação das Universidades de Língua Portuguesa;

Caros Convidados;

Minhas senhoras, meus senhores.

Em Angola, a elaboração de um Sistema Nacional de Áreas de Conservação, ampliando o sistema actual que conta apenas duas categorias (Parques Nacionais e Reservas

Naturais), diversificando as suas categorias e partilhando as responsabilidades entre o Estado e as administrações de poder local, permitirá proteger, preservar e conservar não só as espécies e seus habitats, mas também os sítios e monumentos naturais, sejam eles de interesse nacional ou local. Contudo, uma parte significativa do património natural do país encontra-se já nas áreas de conservação existentes. O que nos permite perpetuar a sua existência, deixando um legado às gerações vindouras. O Parque Nacional do Iona, para preservação dos ecossistemas desérticos e as espécies emblemáticas (Oryx e Welwitchia), o Parque Nacional do Maiombe para preservação da pequena porção angolana da grande floresta da bacia do Congo e as suas espécies como o Elefante de floresta, o Gorila de terras baixas e o Chimpanzé, o Parque Nacional de Cangandala e da Reserva Natural Integral de Luando que protegem, preservam e conservam a Palanca negra gigante, são exemplos dos esforços empreendidos por Angola para a preservação do Património natural.

Excelência Senhora Ministra do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação Tecnológica;

Senhor Governador da Província da Huíla;

Magníficos Reitores da Associação das Universidades de Língua Portuguesa;

Caros convidados;

Minhas senhoras, meus senhores.

O património científico pode ser encontrado em todas as instituições de ensino e pesquisa, grandes ou pequenas, de universidades a museus, de hospitais a escolas secundárias, de sociedades científicas a laboratórios de pesquisa. Está geralmente dispersa e vulnerável. Essas instituições carecem de conhecimento, procedimentos internos, políticas ou pessoal qualificado para prover sua selecção, preservação e acessibilidade. É necessário incentivar a investigação científica, criando condições que facilitam o acesso e a divulgação do trabalho científico. Neste contexto, orgulhamo-nos do trabalho iniciado pelo Ministério de Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação Tecnológica, com a elaboração dos Estatutos dos Professores de Ensino superior e dos Investigadores científicos, bem como os respectivos Estatutos remuneratórios.

Além disso, a legislação que protege o património cultural geralmente não se aplica ao património da ciência, talvez apenas o conceito de propriedade intelectual.

O Património Científico é interdisciplinar visto que abrange pesquisas que permitem o acesso ao Património Cultural, sua conservação, interpretação e gestão do património que apoiam na tomada decisões estratégicas ou de gestão ambiental. O Património científico é também um excelente veículo para o envolvimento do público com a ciência, bem como com o património.

Angola possui um importante Património que pode servir a Ciência e que precisa de ser identificado. É o trabalho que a Etnobotânica (caso da planta Makakata), o Zootecnia, a Fitotecnia e outros profissionais devem fazer no que diz respeito à medicina e os recursos alimentares. Neste contexto, notamos uma importante curiosidade de cientistas estrangeiros que organizam expedições para descobrir e descrever este importante Património, um dos mais ricos da Africa, mas um dos menos conhecidos do Mundo.

A pesquisa valoriza, cria conhecimentos e populariza o Património Científico.

Muito obrigado.

Tema I

Património Natural

As universidades e a biodiversidade na CPLP[1]

Helena Freitas

Centro de Ecologia Funcional. Universidade de Coimbra, Portugal

Cátedra Unesco em Biodiversidade e Conservação para o Desenvolvimento Sustentável (hfreitas@uc.pt)

A diversidade biológica ou biodiversidade pode ser definida como a variedade de seres vivos e das suas componentes ecológicas, ou seja, os milhões de plantas, animais e micro-organismos, bem como os seus genes e os ecossistemas que integram. A biodiversidade é por isso a matéria-prima dos ecossistemas. Os sistemas ecológicos – as zonas húmidas, as florestas, os recifes de coral, a tundra, as pradarias, os estuários e o oceano aberto – oferecem um amplo conjunto de bens e serviços essenciais à Humanidade, sustentando a vida na Terra. O conhecimento destes serviços ecológicos é essencial para compreender as implicações da perda da diversidade biológica na captura de carbono e energia, clima, no uso do solo, no ciclo da água, no ciclo do azoto, e outros.

A crescente degradação das condições ambientais ao nível local, regional ou global, a par da delapidação dos recursos naturais, vai tornando cada vez mais difícil a resposta plena às necessidades essenciais da humanidade, o que tenderá a piorar num cenário de crescimento populacional acelerado e desigual. Os efeitos deste rumo insustentável são bem visíveis na perda irreversível da biodiversidade e na degradação inexorável dos sistemas naturais que sustentam a vida, pondo em causa o bem-estar presente e o futuro da Humanidade. Os territórios dos países que integram a CPLP são particularmente ricos em biodiversidade, e fecundos em conhecimento associado ao uso e benefício que se pode obter deste imenso património natural. As instituições universitárias destes países são também muito ativas no domínio científico das ciências da vida, e estão muito empenhadas no conhecimento e uso da biodiversidade em suporte à atividade económica e bem-estar das comunidades lusófonas. O conhecimento científico que estas instituições detêm e promovem, é vital para a valorização e conservação dos recursos naturais dos países da CPLP, e o contexto institucional de partilha do conhecimento sobre a biodiversidade entre países lusófonos é especialmente relevante para a implementação efetiva do protocolo de Nagoya.

A Universidade de Coimbra, com mais de sete séculos de existência, acumulou uma vasta herança material e imaterial, edificada em distintos períodos da história. No caso

1. Este texto resume a comunicação apresentada no XXVIII Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa, que decorreu na cidade do Lubango, Angola, em Julho de 2018. A importância da biodiversidade na CPLP, é desde logo assumida pela declaração de Brasília, um documento que resultou da VII reunião dos ministros do ambiente da CPLP (Brasília, 21 de Março de 2018), e que contempla o seguinte compromisso: "apoiar a implementação do Plano Estratégico da Convenção sobre Diversidade Biológica e o cumprimento das Metas de Aichi e saudar a adoção, em Dezembro de 2016, pela 13a Conferência das Partes daquela Convenção, da Declaração de Cancún sobre a Integração da Conservação e o Uso Sustentável da Biodiversidade para o Bem-Estar, que reconhece a importância de integrar a proteção e conservação dos recursos biológicos nas políticas públicas, em particular nos setores da floresta, da pesca, do turismo e da agricultura".

particular das coleções biológicas, trata-se de espólio científico maioritariamente reunido e acumulado por investigadores das áreas da História Natural, da Física e da Química. Um espólio rico e diverso, que assume uma crescente relevância internacional.

As coleções biológicas têm importância pelo seu valor intrínseco, constituindo uma referência incontornável para o estudo da diversidade biológica, ecologia e evolução das espécies, e para a análise e valorização dos contextos naturais de que são originárias. São frequentes as notícias que dão conta de estudos em que os exemplares são raros ou mesmo únicos, e em que se apurou a extinção da espécie no seu habitat natural, factos que responsabilizam mais a instituição no esforço de conservação.

Mas preservar coleções biológicas é também uma oportunidade para fomentar o conhecimento e a sua partilha. O valor universal do imenso acervo biológico que a Universidade de Coimbra acolhe, convoca esta instituição para o esforço de o conservar, mas também para a responsabilidade de o estudar, e de o divulgar e valorizar. Em condições ideais, estas coleções dispõem de excelentes condições de conservação e podem ser estudadas.

Portugal reuniu vastas coleções de informação e espécimes biológicos originais de África, nomeadamente Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, informação que está agora armazenada e cuja importância é claramente subvalorizada enquanto fonte de informação para os países de onde são originários. Estas áreas acolhem alguns dos santuários de biodiversidade do mundo, onde se julga que existirão muitas novas espécies, tornando ainda mais relevante a reavaliação da informação histórica para os esforços de conservação que ocorrem nestes territórios.

As coleções de história natural podem contribuir de forma relevante para compreender as respostas das espécies à perda e fragmentação de habitats, invasões biológicas e alterações climáticas.

Os arquivos históricos e biológicos das Universidade de Coimbra, designadamente as coleções biológicas e os documentos históricos pertencentes às coleções e exploração científica dos países africanos de expressão portuguesa, devem ser avaliados na perspectiva do seu potencial e uso para os estudos da biodiversidade que se realizam nesses países. Os repositórios digitais são também por isso da maior importância, e a sua integração em plataformas online deve ser incrementada.

A divulgação do extraordinário acervo biológico da Universidade de Coimbra, especialmente nos países da CPLP, constitui uma plataforma privilegiada para o reforço da cooperação, transferência de conhecimento e comunicação científica, estimulando o desenvolvimento de projetos de investigação, e intercâmbio e qualificação de recursos humanos com vista ao estudo e à conservação dos recursos naturais. Este é o desígnio da Cátedra Unesco em Biodiversidade e Conservação para o Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Coimbra (parceria com a Universidade de Mandume Ya Ndemufayo, em Angola, e a Universidade Lurio, em Moçambique): promover o conhecimento científico em benefício do meio ambiente e da gestão dos recursos naturais; contribuir para o fortalecimento dos sistemas e políticas de ciência, tecnologia e inovação para a sustentabilidade, em países em desenvolvimento; constituir uma plataforma integrada de investigação, formação, e comunicação de ciência na área da conservação da biodiversidade e do desenvolvimento sustentável; implementar e apoiar uma rede de investigadores e de

instituições de ensino superior e I&D entre parceiros da CPLP, nos domínios da biodiversidade, ecologia, conservação e utilização sustentável dos recursos biológicos; investir na formação e criação de recursos educativos para alunos de pós-graduação e investigadores nos países de língua portuguesa; criar e promover plataformas digitais para a transferência de conhecimento, publicações e conteúdos multimédia; atuar em estreita cooperação com a UNESCO em programas e atividades relevantes.

Programa de Twinlabs do CIBIO e Cátedra UNESCO *Life on Land*

Nuno Ferrand de Almeida
Carlos Almeida Pereira

CIBIO – Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos, Universidade do Porto, Portugal

Apresentação do CIBIO

A missão do CIBIO (Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos) é a de investigar os processos que levam à geração e manutenção da biodiversidade do planeta, e usar este conhecimento para o estabelecimento de estratégias de conservação e desenvolvimento sustentável, em linha com os objetivos da Agenda das Nações Unidas para 2030.

O CIBIO faz parte da Universidade do Porto, tem pólos nas Universidades de Lisboa e dos Açores, e, com o apoio da FCT e em conjunto com instituições francesas do CNRS, criou o *Laboratório Internacional em Biodiversidade e Evolução*.

O CIBIO é uma instituição de investigação internacional que agrupa cerca de 400 investigadores de 20 nacionalidades – dos quais mais de 180 doutorados – e com projetos em todo o mundo.

O CIBIO é também uma reconhecida instituição de formação avançada, com programas de mestrado e doutoramento em biodiversidade, pelos quais já passaram mais de 150 estudantes.

O CIBIO tem uma unidade de divulgação muito ativa, com uma linha editorial, um programa regular de atividades na Fundação de Serralves, organização de exposições, e a realização de documentários exibidos na RTP.

O CIBIO fomenta investigação de ponta através da criação de redes de colaboração, primeiro com a Europa e a América do Norte e depois com a América do Sul, África e Austrália.

Nos últimos anos o CIBIO tem investido muito no estreitamento de laços com os países de língua Portuguesa, com o objetivo de fortalecer as capacidades destes países na área da biodiversidade – é nesta linha de ação que se insere a iniciativa dos Twinlabs e da Cátedra UNESCO apresentada aqui.

O CIBIO & África

O CIBIO estabeleceu como prioridade contribuir para colmatar as lacunas em conhecimento científico sobre biodiversidade nos países africanos de língua oficial portuguesa. A estratégia para o fazer consiste na implementação de programas de capacitação de elevada exigência. A filosofia subjacente é a de que a conciliação da preservação dos sistemas vivos com os requerimentos necessários para um desenvolvimento humano digno em cada região só pode ser alcançada se esta problemática for tomada em mãos pelos habitantes de cada região. A motivação e a ação têm de ser intrínsecas.

O Programa de Twinlabs

Com isto em mente, o CIBIO lançou o Programa de Twinlabs. Esta iniciativa consiste em estabelecer colaborações sólidas com cada um dos países de língua oficial portuguesa e com países vizinhos destes. Tais colaborações passam pelo estabelecimento de uma base física em cada país parceiro, geralmente dentro de uma instituição académica: essa base física denomina-se Twinlab.

Cada Twinlab tem um plano estratégico adaptado à realidade da região de implantação, que é desenvolvido em torno do objetivo maior da capacitação, por forma a criar massa crítica especializada na área da investigação em biodiversidade, conservação, desenvolvimento sustentável e gestão do património natural.

A atividade dos Twinlabs está estruturada em três eixos, todos eles instrumentais para a capacitação:

i) Investigação;

ii) Formação Avançada (Programas de Mestrado e Doutoramento, Cursos Técnicos);

iii) Divulgação.

Processo

Em 2012 foi oficialmente inaugurado o primeiro Twinlab, em Angola, no Herbário e Museu Zoológico do Lubango, seguido, em 2015, pelos Twinlabs de Moçambique, no Centro de Investigação e Treino em Saúde de Chókwè, e da África do Sul, na Universidade de Joanesburgo; em 2016 seria a vez de se formalizarem acordos relativos aos Twinlabs de Cabo Verde, na Universidade de Cabo Verde e da Namíbia, na Universidade de Namíbia; e, finalmente, em 2017 oficializou-se o Twinlab do Zimbabué (Universidade do Zimbabué).

Neste curto período o programa de Twinlabs atraiu mais de 2 milhões de euros para formação avançada, que resultou numa dezena de projetos de Mestrado e em 7 de Doutoramento (2 concluídos, 5 em curso). Outras 6 bolsas de doutoramento com planos de trabalho orientados para África, nomeadamente para a rede de Twinlabs do Sul de África, enquadrada pela Cátedra UNESCO *Life on Land*, abriram em janeiro de 2018. Investigadores do CIBIO administraram vários cursos técnicos, incluindo uma introdução às técnicas moleculares (Cabo Verde) e cursos avançados em bases de dados para coleções de história natural (Lubango), para além da lecionação de diferentes módulos no curso de biologia da Uni-CV.

Para potenciar a eficácia do processo de produção e de transferência/partilha do conhecimento, e manter a motivação e um sentido de propósito nesta iniciativa, o CIBIO decidiu estabelecer redes regionais (*clusters*) entre os Twinlabs de países de língua portuguesa e Twinlabs criados em países africanos vizinhos. Isto permite integrar os países de língua portuguesa na escala regional específica, onde os grandes problemas de biodiversidade e do desenvolvimento sustentável devem ser abordados.

Cátedra UNESCO *Life on Land*

Em novembro 2017, a UNESCO atribuiu à Universidade do Porto a Cátedra *Life on Land* ("Vida na Terra"), que tem como objetivo promover e coordenar as ações de interação entre os Twinlabs. Esta Cátedra está baseada no CIBIO, e o Titular é o Professor Nuno Ferrand de Almeida.

As Cátedras UNESCO são programas atribuídos por esta organização internacional das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, e por intermédio de concursos

competitivos, a projetos de excelência científica, inovadores em áreas consideradas prioritárias, e com a duração de 4 anos.

Âmbito de intervenção

Ainda que atribuída à Universidade do Porto em novembro 2017, a Cátedra entronca num processo dinâmico com cerca de 10 anos de atividade, que é precisamente a Rede de Twinlabs do CIBIO. Em face do grave problema global da Crise da Biodiversidade, e devido à impossibilidade de uma abordagem isolada do problema, o propósito da Cátedra será o de promover um sistema integrado de investigação, formação, documentação e informação em **biodiversidade**, reforçando as ligações e colaborações entre o CIBIO e instituições de alto-nível e com reconhecimento internacional, de África e outras regiões do mundo; e também incrementar e explorar as atividades de investigação e formação da Rede de Twinlabs do CIBIO no Sul de África, agora com o carimbo prestigiante da UNESCO. As áreas de intervenção prioritárias serão o desenvolvimento sustentável, as mudanças climáticas e a gestão do património natural.

Conceitos subjacentes à Cátedra:

As nossas atividades são bastante orientadas e guiadas pelas noções de:

- *learning by doing* (aprender fazendo): para além, obviamente, de uma formação pedagógica de base, as atividades de investigação e formação deverão ser conduzidas no próprio terreno, conjugando trabalho de laboratório e de campo, e envolvendo diretamente a comunidade científica local;

- ciência em Língua Portuguesa: muitos dos países envolvidos no nosso network de Twinlabs são de regiões nas quais o Inglês, como Língua, não é muito utilizado. Contudo, o Inglês é a linguagem específica da atividade científica, e esse facto pode constituir um vetor de afastamento das pessoas da Ciência. Deste modo, a nossa proposta é a de conduzir as atividades de formação e educação em Língua Portuguesa, num primeiro momento (5-10 anos), conquanto que o carácter internacional da produção científica seja garantido pela dimensão internacional do nosso consórcio.

O primeiro exercício de *clusterização* irá cobrir a região da África Austral, ligando os Twinlabs de Angola e Moçambique com os Twinlabs da Namíbia, África do Sul e Zimbabué. O ponto focal será o Twinlab do Lubango, mais concretamente o futuro Museu de História Natural e Ciência do Lubango – a criar numa parceria entre o CIBIO, o Instituto Superior de Ciências da Educação e os Caminhos de Ferro de Moçâmedes.

Divulgação do património zoológico natural de Angola

João Serôdio de Almeida
Faculdade de Ciências da Universidade Agostinho Neto, Angola

Introdução

Tendo realizado nos últimos anos diversas viagens pelo interior profundo do nosso País, apercebemo-nos da enorme carência ou mesmo ausência de material de leitura generalizada, com maior incidência nas escolas do ensino primário e secundário.

Sabendo que a leitura é parte essencial do sistema cognitivo do ser humano, a situação deixa-nos constrangidos, quando pensamos que esses alunos têm o pleno direito de prosseguir os seus estudos até ao ensino superior. Essa razão de iliteracia, deve ser a maior responsável do elevado nível de insucesso escolar no ensino superior, uma vez que lá chegados, os candidatos a estudantes universitários, não conseguem vencer a barreira do auto estudo, para além da enorme ausência de conhecimentos gerais.

Pensando nesse enorme problema, surgiu-nos a ideia de preparar material de leitura que fosse interessante para esses alunos e ao mesmo tempo pudesse contribuir para o aumento da consciência ambiental.

Se fornecermos a esses alunos material de leitura diverso e de interesse local, cobrindo matérias do dia a dia desses alunos principalmente os do mundo rural, talvez seja possível ainda despertar a pratica e o gosto pela leitura.

Lembramo-nos da leitura dos cadernos escolares do nosso tempo de escola primária, que apenas se referiam a temas de Portugal, os quais nada nos diziam.

Depois na Universidade, a ausência de material de estudo referente a Angola, induzia-nos a pensar que tudo o que fosse importante não era relativo a Angola. Assim, o bom era o que os outros tinham e faziam, não havendo nenhum esforço para valorizar o que fosse nosso.

Perante todos esses cenários que nos afligem desde sempre, decidimos aproveitar o material que é produzido anualmente pelos estudantes de Zoogeografia, monografias sobre animais selvagens de Angola, para os distribuir por todos os alunos do ensino primário, principalmente das escolas mais afastadas dos centros urbanos mais desenvolvidos, onde vai aparecendo material de leitura tal como jornais, revistas e onde o acesso à internet e à televisão são mais frequentes e fáceis.

A primeira dificuldade foi a de encontrar quem se dispusesse a arriscar a sua edição, principalmente quando seria ainda necessário procurar financiamentos.

Tivemos (em 2017) a sorte de ser procurados por alguém que tinha acabado de criar em Angola, uma editora com a designação de EUREKA, com a ideia de produzir material didático de base, mas que ainda não tinha definido qual.

Depois de longas conversas, conseguimos que se prontificasse a trabalhar a nossa ideia, apresentando-nos um orçamento para uma primeira fase experimental.

Com um valor em mente passamos à segunda etapa que foi a de encontrar quem nos pudesse ajudar financeiramente, o que também por sorte, fomos abordados por um responsável da CHEVRON, perguntando-nos se tínhamos alguma ideia para um projecto de educação ambiental à semelhança do que já teríamos feito, quando eramos os responsáveis pelo Ministério do Ambiente.

A partir desse momento o maior trabalho tem sido o de convencer os nossos estudantes a apresentarem-nos da melhor forma as suas monografias, as quais estão agora em fase de correção e aprovação do Conselho Científico da Faculdade de Ciências, conforme assumimos desde princípio.

A primeira edição experimental será apenas composta de 18 opúsculos e destinada a uma escola do município de Cazombo, uma outra na Província de Cuanza Norte e duas ou três de Cabinda.

Trata-se como afirmamos de um edição experimental, pois pretendemos depois organizar com estudantes de Sociologia e Pedagogia, um estudo do impacto junto dessas massas escolares, para futuras correções ou de paradigma ou mesmo de conteúdo.

A escolha dos locais tem por meta avaliar o impacto em grupos sociais muito diversificados, como são os locais escolhidos. A inclusão de mais de uma escola em Cabinda, resultam de uma solicitação da Empresa CHEVRON.

Ao distribuir estes opúsculos por escolas e professores das mesmas, temos como ideia a possibilidade de distribuir uma coleção aos alunos que terminem a 6º classe, que ao levarem essas publicações para casa, possibilitem que o agregado familiar também tenha a possibilidade de os ler. Abrangeremos assim outras classes etárias na tentativa da consciencialização ambiental.

Nesta primeira coleção, pretendemos fazer publicar temas relacionados com diversos tipos de animais, sejam mamíferos, aves, insectos, cobras, peixes.

Numa segunda coleção pretendemos fazer publicar temas relacionados com árvores, arbustos e capins e numa outra minerais, rochas e cristais, todos com ocorrência em Angola.

Estas coleções de forma nenhuma têm a pretensão de substituírem os materiais escolares distribuídos pelo Ministério da Educação, mas apenas contribuírem para o gosto pela leitura, o aumento dos conhecimentos da biodiversidade e de outras riquezas naturais do País. Partimos do princípio que só se pode gostar do que se conhece.

Temas sobre a conservação da natureza, como a utilização racional da água, o controlo das queimadas, a luta contra as ravinas resultado da ação humana, a preparação para as mudanças climáticas (Angola vai ser um dos países mais afetados por essas mudanças), o conhecimento real das fronteiras de Angola principalmente as terrestres, o conhecimento das várias culturas nacionais que permitam uma convivência salutar, poderão no futuro ser assuntos divulgados por publicações tipo opúsculos e preparados pelos estudantes finalistas dos vários cursos das nossas Universidades.

Deveremos em todos os momentos, ter o maior cuidado com a informação a ser transmitida, pelo que deverá sempre haver uma triagem cuidadosa, uma vez que saindo de uma Instituição Universitária, poderá por um lado distorcer o conhecimento dos jovens com consequências imprevisíveis, por outro criar um clima de desconfiança sobre o nível de ensino dessa Instituição.

Pretendemos dar a esta Coleção de divulgação científica, o título de "COLEÇÃO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL" Dr. Agostinho Neto.

Para ser possível a utilização do nome do Presidente Neto, solicitamos já à respectiva Fundação, a devida autorização.

Também já foram dirigidas tanto ao Ministério da Educação como do Ambiente, pedidos de autorizações e apoios necessários, tendo também já recebido respostas positivas e de incentivo à continuidade do projecto.

Por último, informamos que esta iniciativa insere-se nas comemorações do 50º Aniversário da Faculdade de Ciências (1968 – 2018).

Estudo descritivo das distintas variáveis ecológicas do Miombo da Província do Huambo

Luís Manuel Miápia
Universidade José Eduardo dos Santos, Faculdade de Ciências Agrárias. Campus Chianga. Bairro Chiva. Huambo, Angola (miapialuis40@gmail.com)

Introdução

O Miombo ou "mata de panda" é uma tipologia de vegetação onde predominam árvores que pertencem aos géneros *Brachystegia, Isoberlinia* e *Julbernardia*. (Revermann y Finckh, 2013), Uma franja consistente da África central, oriental e meridional é caracterizada pela presença do Miombo. A eco-região do Miombo tem uma extensão de 3,8 milhões de quilómetros quadrados e abarca cerca de 11 países: África do Sul, Angola, Botswana, Burundi, Malawi, Moçambique, Namíbia, República Democrática do Congo, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe. A área efetivamente coberta pela floresta de panda está estimada em 2,7 milhões de quilómetros quadrados (White 1983; Frost 1996). Em Angola o Miombo, ocupa uma superfície cerca de 585.949 km2 o que corresponde a 47% da superfície do país (Campbell, 1996; Sanfilipo, 2014).

A necessidade de estudar a funcionalidade dos ecossistemas e da sua resposta diante das pressões ambientais é de vital importância na hora de entender os efeitos em longo prazo e incorporar as actividades humanas no funcionamento dos mesmos ecossistemas. No entanto a investigação das relações causa-efeito é uma grande responsabilidade dos científicos pela complexidade dos ecossistemas onde existe uma mutualidade de processos que operam a distintas escalas temporais e espaciais (Levin, 1992; García *et al.,* 2001). Metodologicamente a análise espacial é uma ferramenta de extrema importância para determinar se uma variável segue um padrão espacial definido, como sendo homogéneo, heterogéneo ou aleatório. Para tal usa-se a Análise Espacial por Índices de Distâncias (SADIE pela sigla em inglês *Spatial Analysis by Distance Indices*) (Quero, 2006), cujas análises podem ser realizadas através de uma ampla gama de ferramentas disponíveis (Dale, 1999; Fortin y Dale 2005). SADIE é uma metodologia, desenvolvida explicitamente para a análise espacial de dados ecológicos através de uma contagem espacial e baseia-se em dois algoritmos, o Ia e o v que permitem descrever o grau global de associação/dissociação espacial de duas variáveis permitindo identificar áreas de agrupamento (Perry, *et al.,* 1999; Quero, 2006). As provas aleatorizadas condicionam explicitamente os pontos observados e permitem determinar a densidade populacional, dado que as inferências referem-se unicamente a disposição espacial entre pontos. (Winder, 2001).

Neste sentido, o estudo das distintas variáveis ecológicas do Miombo constitui uma ferramenta de vital importância aumentando o conhecimento sobre os padrões de ecologia espacial do Miombo floresta típica desta região africana ajudando de algum modo na tomada de decisões políticas do governo na hora de planificar e gerir os recursos naturais**.**

Objectivos gerais

Obter informações ecológicas da vegetação do Miombo, na província do Huambo através de um estudo descritivo.

Objectivos específicos

Estudar variáveis de estrutura e composição específica,
Determinar a distribuição espacial (agregação ou dispersão de espécies),
Determinar os índices de diversidade e dinâmica da regeneração natural.

Materiais e métodos

Área de estudo

O estudo foi realizado em 49 parcelas distribuídas de forma semi-aleatória por todo o território da província de Huambo, Angola. A província do Huambo, com uma área de 34.270 km2, está localizada numa zona conhecida como Planalto Central e uma população estimada de 2 milhões (INE 2016). (Figura 1).

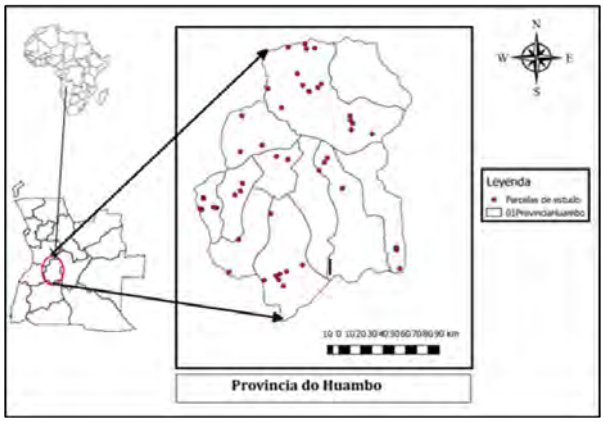


Figura 1. Área de estudo.

O clima desta região segundo a classificação de Thornthwaite e caracteriza-se como mesotérmico húmido, com invernos frios e secos, que vão de Maio a Setembro e verão quente e chuvoso, de Outubro a Abril (Cabral *et al.,* 2010). A climatologia, condicionada por uma altitude elevada (mais de 95% da sua superfície acima de 1500 m), caracteriza-se por uma temperatura média de 20ºC, com máximas de 25ºC-27ºC e mínimas de 11ºC--13ºC, uma precipitação média de 1366 mm e uma humidade relativa que varia entre 60-70% em Janeiro e 35-70% em Agosto (Diniz, 2006).

Os solos predominantes na área de estudo são do tipo ferralíticos. Segundo a Carta Fitogeográfica de Angola (Barbosa, 2009), a província do Huambo está dominada pelo tipo de vegetação nº 16 formado por savanas abertas denominadas Miombo, com uma elevada presença de *Julbernardia* e *Brachystegia* com manchas do tipo de vegetação nº 18B e 32.

Desenho experimental

A distribuição dos pontos de controlo, realizada para o estabelecimento de parcelas permanentes de amostragem, foi realizada de forma semi-aleatória A ideia era que todas as parcelas estabelecidas tivessem os requisitos mínimos. Para tal, realizou-se um prévio mapeamento a partir de distintas capas cartográficas para garantir:

• A existência de massa florestal. Para tal foi incluída a capa florestal da província de Huambo realizada por (Jaxa, 2015) baseada no mapa florestal mundial;

• A existência de distintos tipos de Miombo. Com este objetivo foi incluída uma capa digitalizada a partir do mapa fitogeográfico da província do Huambo com as principais áreas fitogeográficas da província de Huambo (FAO/UNESCO, 1970);

• A representatividade de distintos tipos de solo. Para tal foi incluído o mapa de solos de Angola de 1970 de Angola (Barbosa, 2009).

• O acesso às parcelas de amostragem, que para isso foi usada à capa das principais estradas do Huambo com um buffer de 500 m por lado.

Posteriormente, a partir da cartografia gerada pela intersecção destas capas foi realizada a selecção aleatória de 49 parcelas mediante o software livre Quantum-Gis.

Cada uma das 49 parcelas foi georreferenciada tomando as coordenadas centrais mediante um (GPS Garmin MAP 60 csx). As parcelas foram circulares um adaptado da metodologia de (Yandle e Wiant 1981) estabelecidas seguindo a direção N-S, com um raio de 10 m (314,16 m2).

O inventário

O inventario foi desenvolvido em parcelas circulares, figura nº 2.

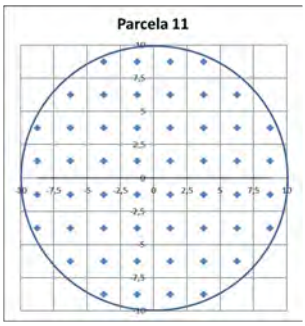


Figura nº 2. Desenho esquemático da parcela.

Cada parcela foi subdivida em 52 subparcelas de 2,5 m x 2,5 m para facilitar o processo de medição e determinação da posição relativa (coordenadas espaciais x e y) de todos os indivíduos.

Em cada uma das parcelas foi avaliada a composição e estrutura (caracterização dasométrica) como caracterização previa da avaliação da capacidade produtiva e da análise de ecologia espacial.

Composição específica

Foram identificadas as espécies presentes a partir de distintas bibliografias gerais de

espécies de Miombo (Coates e Coates 2002; Smith e Kew, 2004) e específica de Angola (Teixeira, 1964; Sanfilippo, 2014) tanto pelo seu nome em idioma nacional local *umbundu* como pelo seu nome científico. Além disso, em cada parcela foram analisadas as frequências (percentagem de indivíduos de cada espécie em relação ao total) de cada uma das espécies presentes.

Estrutura

Para caracterizar a estrutura, foram contabilizadas e medidas todas as árvores com um diâmetro normal (Dn) maior ou igual a 1,5 cm. As que apresentavam um Dn menor de 1,5 cm registraram-se e identificaram-se para avaliar a regeneração, dado que posteriormente foi utilizado no estudo de ecologia espacial.

Além da densidade, expressada em indivíduos ha^{-1}, as variáveis analisadas foram o diâmetro da secção normal (Dn) mediante uma forcípula Haglof (Mantax Black; I=650 mm), a altura total (Ht), com um hipsómetro "Blume-Leiss", o diâmetro quadrático médio e a área basimétrica.

Índices de Diversidade Ecológica

Foram calculados os índices de diversidade ecológica nas 49 parcelas de amostragem para estimar e comparar a riqueza de espécies presentes. Este enfoque baseia-se em métodos estatísticos de análises de amostras para estimar a riqueza das espécies. Centra-se nos estimadores e nos paramétricos que são universalmente válidos para todas as distribuições de abundância de espécies (Magurran, 2011).

Índice de diversidade de Simpson (D)

Empregou-se a seguinte equação:

$$D = \sum pi^2$$

Onde **pi** representa a porção de cada categoria **(n/N)**; n é o número total de indivíduos de uma espécie e N é o número total de indivíduos de todas as espécies.

Índice de diversidade de Shannon (H)

Este índice foi calculado com a proporção de espécies e a proporção da área basal (m^2/ha) utilizando a seguinte equação:

$$H = -\sum_{i=1}^{s} pi \ln pi$$

Onde **pi** representa a porção de cada categoria **(n/N)**; n é o número total de indivíduos de uma espécie; N é o número total de indivíduos de todas as espécies (Channon1949).

Índice de diversidade de Pielou (J)

Para tal usou-se a equação que se encontra na continuação:

$$J = \frac{H'}{\ln(S)}$$

$$H' = e^{-\sum_{i=1}^{S} pi \ln pi}$$

Onde **H** é a diversidade de Shannon-Weiner, e S é o número total de espécies nas parcelas de estudo (Magurran 1988).

Índice de diversidade de Margalef (d)

O índice de diversidade foi calculado, baseado na equação abaixo.

$$d = \frac{(S-1)}{\ln N}$$

Onde S é o número de espécies, e N é o número total de indivíduos na amostra. Este índice foi calculado com a proporção de espécies e a proporção de área basal (m^2/ha). Neste caso, os resultados são muito diferentes se utilizam densidades ou área basal em lugar de números totais (Bobrowski e Biondi, 2016).

Índice de Valor de Importância (IVI)

Para o Índice de Valor de Importância (IVI) foi calculado baseado na seguinte equação:

$$IVI = \frac{(\mathrm{Dr} + \mathrm{Dom} + \mathrm{Fre})}{\Sigma(\mathrm{Dr} + \mathrm{Dom} + \mathrm{Fre})} x100$$

Considera estes dados:

Frequência relativa (Fre), Densidade relativa (Dr) e Dominância (Dom).

Análises de Ecologia Espacial

A análise de ecologia espacial foi realizada para abarcar distintos objetivos:

- Avaliar os padrões de distribuição espacial do Miombo,
- Avaliar a influência da estrutura da floresta de Miombo adulto na regeneração natural,
- Avaliar a influência da humidade na regeneração natural.

A análise de ecologia espacial foi realizada em quatro parcelas permanentes selecionadas das 49 estabelecidas neste estudo.

Determinação da Regeneração Natural

Foram registrados e identificados todos os indivíduos com um Dn inferior a 1,5 cm utilizando um modelo de amostragem aleatória restringido, que abarca a maior variação espacial possível (Vaccaro, 2007). Para esta situação, o critério foi a Selecção do número de plantas que tem um Dn <1,5 cm.

Humidade

Depois de limpa a zona, foram recolhidas amostras dos centros de cada uma das subparcelas de 2,5 x 2,5 m. Cada um dos pontos de amostragem tinha associado umas coordenadas X e Y para sua posterior correlação com os dados da FCC e a regeneração natural. As amostras foram tomadas do solo a 20 cm de profundidade com uma sonda, a seguir colocada em vasos plásticos. O conteúdo de humidade determinou-se pela equação:

Peso húmido - peso seco / peso húmido x 100

Fracção Copa Coberta (FCC)

Determinou-se a FCC. Os resultados também se associaram com as mesmas coordenadas X e Y dos dados da humidade já que os dados mediram-se nos mesmos pontos com o fim de correlacionar ambas as medidas e as medidas de regeneração natural.

Determinação dos padrões de distribuição espacial

Para determinar os padrões de distribuição espacial das distintas variáveis avaliadas utilizou-se o software SADIE Shell, para a determinação das variáveis de estudo e o software Surfer V.8, para criar o mapa de distribuição espacial. Para entender os padrões de distribuição espacial se realizaram os estudos de forma separada, examinando os padrões de distribuição espacial dos adultos, da regeneração natural, da FCC e da humidade. Analisaram-se por separado estas duas categorias: adultos e regeneração.

Resultados

Composição específica

Em cada uma das quarenta e nove parcelas foram caracterizadas pelos nomes locais na língua Umbundu, e/ou por nomes científicos um total de 40 espécies. Destas, 6 não foram identificadas pelos seus nomes locais, 1 não foi identificada nem com o seu nome local nem científico e 2 só foram identificados seus nomes locais, como vem demonstrado na tabela 1.

Tabela nº 1. Espécies identificadas com nomes científicos e locais.

Nº	Nome comum	Nome científico
1	Ossese	*Albizia anthunesiana* Harms
2	Loengo	*Anisophyllea boehmii* Engl.
3		*Bobgunnia madagascariensis* (Desy) J. H.
4	Ussamba	*Brachystegia boemii* Taub
5	Omanda	*Brachystegia spiciformis* Benth
6	Ossassa	*Brachystegia tamarindoides* Benth
7		*Brachystegia utilis*
8	Ussombiambia	*Cassia abbreviata*
9	Ondeka	*Combretum collinum* Fresen.
10	Otchindjole	*Diplorynchus condylocarpon* Mull. Arg.

11	Huku	*Dombeya rotundifolia* Hochst
12		*Ehretia amoena*
13	Ombangalunda	*Erythrina abyssinica* Lam. ex DC.
14	Ongungu	*Erythrophleum africanum* (Benth.) Harms
15		*Euclea natalensis*
16	Otchilavi	*Gardenia volkensii* K.Schum.
17	Ometi	*Hymenocardia acida* Tul
18	Mone	*Isoberlinea angolensis* Hoyle e Brenan
19	Olumue	*Juberanrdia paniculata* (Benth.) Troupin
20	Ovassongombe	*Kraussia floribunda*
21	Ossui	*Monote spp*
22	Omia	*Ochna schweinfurthiana*
23	Ondjassonde	*Ondjassonde*
24	Uchia	*Parinari curatellifolia* Planch. Ex Benth.
25	Omako	*Pericopsis angolensis* (Barker) van Meeuwen
26	Tchikuniambambi	*Pseudolachnostylis maprouneifolia* Pax
27	Girassonde	*Pterocarpus angolensis* DC (fabaceae)
28		*Randia Kuhniana* F. Hoffm. Schum.
29	Upu	*Rothmannia engleriana*
30	Onenge	*Sterculia quinquebola*
31	Onganja	*Swartzia madagascariensis* (Taub.) Desv.
32	Maboque	*Strychnos cocculoides* Baker
33	Akulakula	*Syzygium guineense*
34	Mueia ou ungolo	*Terminalia brachystemma* Weiw. Ex Hiern
35	Katetembula	*Uapaca benguellensis* Muell.
36		*Uapaca gosswoilleri* Hutch.
37	Lombula	*Uapaca kirkiana* Mull. Arg.
38	Upondandjamba	*Upondandjamba*
39	*Sp (5)*	*Sp (5)*
40	Tchikuliambambi	*Tchikuliambambi*

As espécies com uma maior frequência nas parcelas estudadas foram: *Albizia anthunesiana* Harms (12,24%), *Brachystegia spiciformis* Benth (11,63%), *Jubernardia paniculata* (Benth.) Troupin (7,98%), *Monote spp* (7,96%), *Brachystegia boemii* Taub (7,42%), *Isoberlinea angolensis* Hoyle e Brenan (5,55%), *Anisophyllea boehmii* Engl (5,54%), *Syzygium guineense* (Willd.) DC (4,58%) y *Erythrophleum africanum* (Benth.) Harms (4,26%). Trabalhos de (Eugenio *et al*., 2014; (Sanfilipo, 2014) confirmam que este ecossistema é frequentemente composto por espécies como: *Anysophyllea bohemii, Brachystegia bohemii, Isoberlinia angolensis, Julbernardia paniculata* y *Pseudolachnostylis maprouneifolia*. Resultados que corroboram com os encontrados neste trabalho.

Estrutura

A densidade média dos indivíduos adultos encontrada foi 3.617,68 indivíduos por hectare. Das 49 parcelas avaliadas, destacam-se por sua elevada densidade as parcelas 44 com 12.382 indiv. h^{-1} e a 40 com 6.779,9 indiv. h-1 a 19 com 5.538,5 indiv. h^{-1} e 10 com 4.615,40. As parcelas com menor densidade foram a 5; 28; e a 31 com o mesmo valor de 2.323 indiv. h^{-1} e finalmente a 7 com 1.909 indiv. h^{-1}. Estes resultados apresentam alguma similaridade com trabalhos feitos com espécies do Miombo onde aparecem dados de densidade entre 1500 – 4100 indivíduos ha^{-1} (Campbell, 1996; Ribeiro *et al.,* 2002), 1041 indiv. ha-1 (Backeus *et al.,*2006) 1000 indiv. ha-1 (Banda *et al.,* 2006).

Índices de Diversidade Ecológica

O valor de índice de dominância de Simpson foi de 0,07 definindo uma grande diversidade de espécies. O valor de equidade de Simpson foi de 0,92. O valor de índice de Shannon médio foi de 1,27 o que determinou uma variabilidade, em termos de abundância e equidade baixa. O valor de índice de diversidade de Pielou foi de 0,34. O valor de índice de diversidade de Margalef foi de 10,14 o que indica que existe uma grande diversidade. Trabalho com o Miombo, (Nanvonamuquitxo, 2017) Encontrou valores para diversidade de Shannon-Wienner (H´) y Pielou (J') de 1,04 y 0,88 o que revelou que a área de estudo exibe baixa diversidade de espécies; por tanto, a distribuição do número de indivíduos em relação ao número de espécies é uniforme. Estes resultados apresentam alguma semelhança com os nossos resultados onde a área foi de 1,53 ha. Munhate (2004) trabalhando no Miombo numa área de 1,6 ha na reserva florestal de Muribane, obteve valores de diversidade de Shannon-Wienner (H´) de 1,27 que também coincidem com os resultados por nós alcançados.

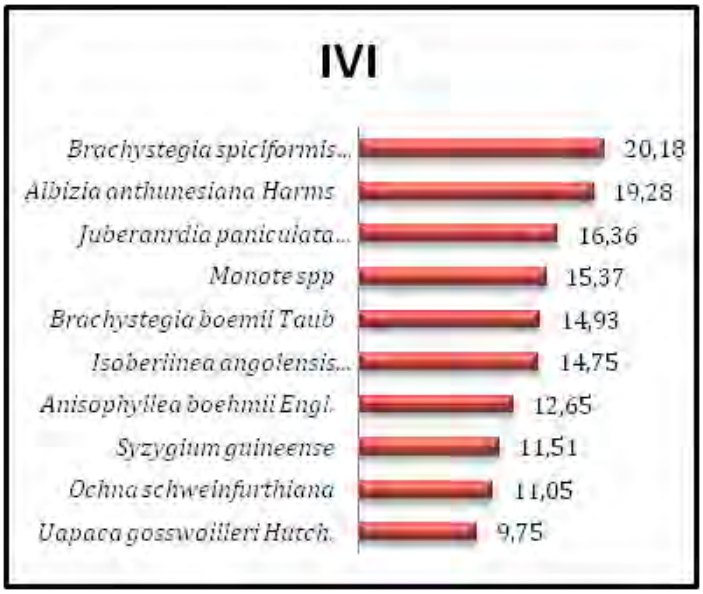


Figura nº 3 Índice de importância das espécies top 10.

Índice de Valor de Importância (IVI)

O índice de valor de importância de cada espécie se representa na Figura 3. As 10 espécies mais importantes em termos de abundância e frequência: *Brachystegia spiciformis* Benth, *Albizia anthunesiana* Harms, *Julbernardia paniculata* (Benth.) Troupin, *Monote* spp, *Brachystegia boemii* Taub, *Isoberlinea angolensis* Hoyle e Brenan, *Anisophyllea boehmii* Engl, *Syzygium guineense, Ochna schweinfurthiana y Upaca gosswoilleri Hutch* possuem os valores mais elevados, demonstrando que tem maior importância dentro da comunidade florística. Trabalhos de (IVI) no Miombo, elaborados por (Giliba *et al.*, 2011; João, 2015) encontraram como top 10 as seguintes espécies: *Brachystegia Spiciformis* Benth, *Julbernadia globiflora, Brachystegia bohemii, Anysophyllea bohemii, Isoberlinia angolensis* y *Pseudolachnostylis maprouneifolia*. Estes resultados corroboram com os nossos que abarcam as mesmas espécies no top 10.

Análises de Ecologia Espacial

Determinação da Regeneração Natural

Na parcela 2 a espécie *Monotes spp* é a que apresenta uma frequência mais elevada com (46,8%) indivíduos, seguida da *Isoberlinea angolensis* Hoyle e Brenan (21,6%), *Diplorynchus condylocarpon* Mull. Arg. (15,9%), *Brachystegia tamarindoides* Benth (7,9%), *Albizia anthunesiana* Harms (2,6%), *Ochna schweinfurthiana* (0,1%) e *Syzygium guineense* (willd.) DC. (0,1%).

Na parcela 7 a espécie *Isoberlinea angolensis* Hoyle e Brenan é a que apresenta uma frequência mais elevada com 60,6% indivíduos em relação ao total, seguida da *Syzygium guineense* (Willd.) DC (17,8%), *Terminalia brachystemma* Weiw. Ex Hiern (12,4%), *Hymenocardia acida* Tul. (5,5%) y *Albizia antunesiana* Harms (3,4%).

Na parcela 30 a espécie *Syzygium guineense* (Willd.) DC é a que apresenta uma frequência, mais elevada com um 41,3% de indivíduos em relação ao total, seguida de *Hymenocardia acida* Tul (32,7%), *Albizia anthunesiana* Harms (12,06%), *Brachystegia spiciformis* Benth (1,7%), *Isoberlinea angolensis* Hoyle e Brenan (1,7%) e *Monotes spp*. (1,7%).

Na parcela 45 as espécies *Brachystegia Spiciformis* Benth y *Syzygium guineense* (willd.) DC. São as que apresentam uma frequência mais elevada com 31,8% e 30,6% de indivíduos respetivamente em relação ao total, seguida de *Brachystegia bohemii* (26,1%), *Anisophyllea boehmii* (6,8%), *Pterocarpus angolensis* (2,2%) y *Rothmannia engleriana*.

De uma forma geral as espécies que se encontram em quase todas as parcelas são: Syzygium guineense (Willd.) DC, *Isoberlinea angolensis* Hoyle Brenan, *Albizia anthunesiana* Harms y *Brachystegia Spiciformis* Benth.

(Giliba, 2011), Trabalhando com espécies do Miombo afirma que as espécies com um maior grau em percentagem de germinação neste ecossistema e que alcançam algum equilíbrio sao: *Brachystegia microphylla*, com (19%), *Brachystegia spiciformis* (14%), *Jubernadia globiflora* (11%), *Brachystegia utilis* (8%), *Parinari curatellifolia* (5%), *Dodonea viscosa* (5%) e *Markhamia obtusifolia* (4%) o que demonstra que as espécies que mais regeneram pertencem a família Fabaceae, resultados similares encontrados no nosso trabalho.

Humidade

A humidade encontrada nos pontos amostrados foi a seguinte: Na parcela 2 o valor médio foi de: 9,66 + 1,75% Na parcela 7 o valor médio foi de 7,00 + 2,47%, Na parcela 30 o valor médio foi de 15,57 + 4,42%. Na parcela 45 o valor médio foi de 6,13 + 3,07%.

Fracção Copa Coberta (FCC)

Os valores de FCC foram os seguintes: na parcela 2 o valor médio foi de 11,37; na parcela 7 foi de 45,40; na parcela 30 foi de 80 e finalmente na parcela 45 o valor médio foi de 39,90.

Padrão de distribuição espacial de indivíduos adultos

Verificou-se que as quatro parcelas apresentaram padrões de distribuição espacial diferente. Os valores de Ia encontrados foram: na parcela 2 o valor foi 0.97, na parcela 7 o valor foi 1,4; na parcela 30 o valor foi de 0,9 e finalmente na parcela 45 o valor foi de 0,81. Estes valores encontrados não tiveram uma significação estatística de Pa>0.05.

Uma vez analisados os dados através de SADIE para os padrões de distribuição espacial, foram realizados os mapas de distribuição através de interpolação linear (Kriging) dos pontos gerados nas análises SADIE com o software Surfer V8, nos casos em que estes dados não apresentavam significação estadística (Figuras 4).

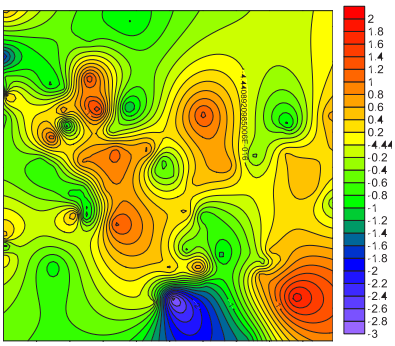


Figura nº 4. Mapa de distribuição dos indivíduos adultos da parcela 2.

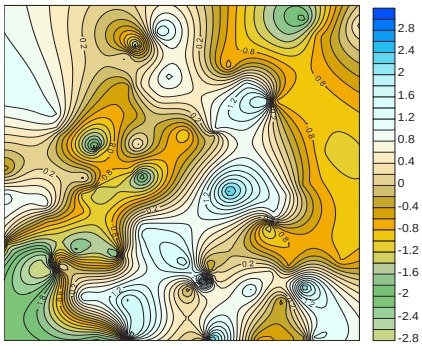


Figura nº 5 . Mapa de distribuição dos indivíduos adultos da parcela 30.

Na figura nº 4 e 5 se observa o mapa de índice de agrupação (v) dos indivíduos adultos da parcela 2 e 30, onde as áreas mais escuras indicam valores de **v** acima de 1.5 que são agregações de árvores grandes, enquanto que as áreas mais claras que indicam valores de **v** abaixo de 1.5 que são agregações de árvores pequenas. Já na figura 6 para a parcela 45 acontece o inverso, sendo as zonas claras indicarem valores de v acima de 1,5 que são agregações de árvores grandes, enquanto que as áreas mais escuras que indicam valores de v abaixo de 1,5 correspondem a agregações de arvores pequenas. O resto de árvores da parcela não delimitados tem uma distribuição aleatória.

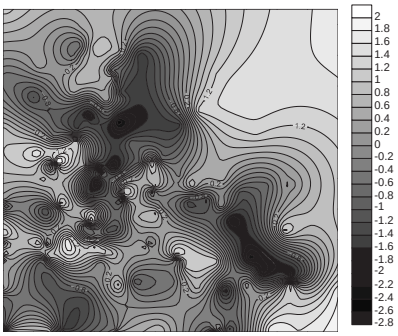


Figura nº 6. Mapa de distribuição dos indivíduos adultos da parcela 45.

Padrão de distribuição espacial de regeneração natural

O padrão espacial de regeneração natural foi aleatório para a parcela 2 com um valor de Ia 1, e agregado para as parcelas 7, 30 e 45 com valores de Ia 1,5, 1,04 e 1,2 respectivamente. Quando estudamos a significância estadística em cada uma das parcelas observou-se que existe significância estadística nas parcelas 7 e 45 onde Pa < 0.05. Da mesma forma que para os indivíduos adultos, foram gerados os mapas de distribuição nos casos em que existia significância estadística. (Figura 7 e 8).

Na figura 7 e 8 observa-se no mapa de índice de agrupação (v) da regeneração natural da parcela 7 e 45. As áreas mais claras indicam agrupações com valores de **v** acima de 1.5 que são consideradas agrupações de maior densidade, enquanto que as áreas mais escuras indicam agrupações com valores de **v** abaixo de 1.5 que são agrupações de menor densidade.

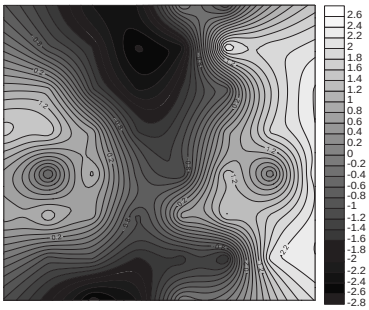


Figura nº 7. Mapa de distribuição da regeneração natural da parcela 7.

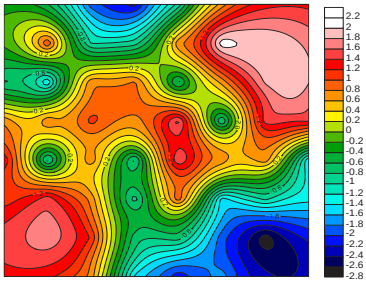
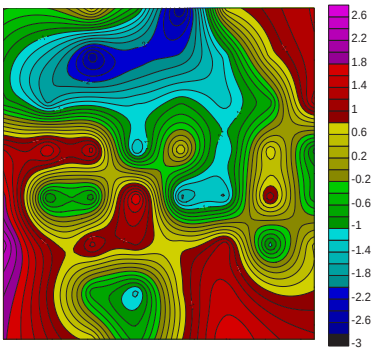


Figura nº 8. Mapa de distribuição da regeneração natural na parcela 45.

Padrão de distribuição espacial de humidade

O conteúdo de humidade no solo também tem um padrão de distribuição agregado nas parcelas 2 e 30 com valores de Ia 1,1 e 1,3. Nas parcelas 7 e 45 o padrão foi regular com valores de Ia 0,9 e 0,86. No entanto estes valores apresentam apenas significação estadística na parcela 30. O mapa mostra claramente zonas de agregação. Existem zonas onde se pode encontrar maior índice de humidade As áreas mais claras indicam agrupações com valores de **v** acima de 1.5 que são agregações de maior humidade, enquanto que as áreas mais escuras indicam agrupações com valores de **v** abaixo de 1.5 que são agrupações de menor índice de humidade (Figura 9).



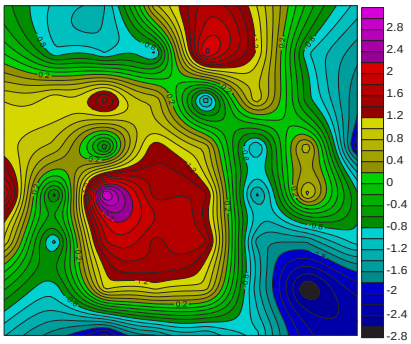


Figura nº 9. Mapa de distribuição da humidade da parcela 30. / Figura nº 10. Mapa de distribuição da FCC na parcela 45.

Padrão de distribuição espacial de FCC

O padrão de distribuição da FCC também foi agregado nas parcelas 7, 30 e 45 com valores de Ia 1,2; 1,1 e 1,4 respectivamente. A parcela 2 teve um padrão regular com um valor de Ia 0,9. As tendências são significativas para a parcela 45 com o Pa<0,05 onde se observa as áreas mais claras indicando agrupações com valores de **v** acima de 1.5 que são agregações de maior FCC, enquanto que as áreas mais escuras indicam agrupações com valores de **v** abaixo de 1.5 que são agregados de menor FCC (Figura 10).

Conclusões

Chegámos às seguintes conclusões:

As espécies com uma maior frequência nas parcelas estudadas foram *Albizia anthunesiana* Harms, *Brachystegia spiciformis* Benth e *Juberanrdia paniculata* (Benth.) Troupin.

A densidade média dos indivíduos adultos encontrada está acima de 3000 indivíduos por hectare.

O valor de índice de dominância de Simpson determinou uma grande diversidade de espécies. O valor de equidade de Shannon determinou uma baixa abundância e equidade. O valor de índice de diversidade de Pielou indicou existir uma diversidade máxima teórica acima de 30% e que determina que as espécies não são muito uniformes. O valor de índice de diversidade de Margalef indicou uma grande diversidade.

O índice de valor de importância de cada espécie determinou as espécies *Albizia anthunesiana* Harms, *Brachystegia spiciformis* Benth e a *Julbernardia paniculata* (Benth.) Troupin, como sendo as de maior importância dentro da comunidade florística.

Quanto à regeneração destacaram-se as seguintes espécies: Syzygium guineense (Willd.) DC, *Isoberlinea angolensis* Hoyle Brenan, *Albizia anthunesiana* Harms y *Brachystegia Spiciformis* Benth.

Verificou-se que as quatro parcelas apresentaram padrões de distribuição espacial dos adultos, humidade, FCC e regeneração diferentes.

Bibliografias

Banda T., Schwartz, M.W & Caro, T. 2006. Woody vegetation structure and composition along a protection gradient in a miombo ecosystem in western Tanzania. Forest Ecology & Management, 230: 179-185.

Backeus, I.; Pettersson, B.; Strömquist C.; Ruffo, C. Tree communities and structural dynamics in Miombo (Brachystegia–Julbernardia) woodland, Tanzania. Forest Ecology and Management 230: 2006. 171–178.

Barbosa, L. A. Grandvaux. (2009). Carta Fitogeográfica de Angola. ASSESCA-PLP. Coimbra.

Bobrowski, R. y Biondi, D. Comportamento de Índices de Diversidade na Composição da Arborização de Ruas. ISSN 2179-8087 (online) 2016. disponible en: http://www.scielo.br/pdf/floram/v23n4/2179-8087-floram-2179-8087147915.pdf. Acesasdo al 13/02/2018

Cabral, A., Vasconcelos, M. and Oom, D. 2010. Comparing Information Derived from Global Land Cover Datasets with Landsat Imagery for The Huambo Province and Guinea-Bissau. Wagner W., Székely, B. (eds.): ISPRS TC VII Symposium – 100 Years ISPRS, Vienna, Austria, July 5–7, 2010, IAPRS, Vol. XXXVIII, Part 7B.

Campbell BM. 1996. The Miombo in Transition: Woodlands and Welfare in Africa. Centre for International Forestry Research: Bogor, Indonesia

Coates, K. and Coates, M. 2002. Trees of Southern Africa.

Dale, M. R. T. *Spatial Pattern Analysis in Plant Ecology*. Cambridge University Press, Cambridge 1999.

Diniz, A. C. (2006). Características Mesológicas de Angola. 2ª edición, Lisboa: Instituto Portugués de Apoyo al Desarrollo.

Eugenio, J. F ; Africano, C. G.; Sanfilippo, M.; Quintana, Y. G.; Martínez, I. C.; Crespo, Y. A. Instituto de Desenvolvimento Florestal do Cuanza-Sul. Rua dos Massacres, Sumbe, Angola. Universidad de Pinar del Río, Martí 270 final, Cuba. 2014.

Fortin, M. J. y Dale, M. R. T.. *Spatial Analysis: A Guide for Ecologists*. Cambridge, University Press, Cambridge 2005.

Frost, P. 1996. The ecology of miombo woodlands. In: Campbell, B. (ed.) The miombo in transition: woodlands and welfare in Africa. CIFOR, Bogor. pp. 11-58.

García, D., Zamora, R., Gómez, J. M. y Hódar, J. A. Frugivory at *Juniperus communis* depends more on population characteristics than on individual attributes. *Journal of Ecology* 89: 639-647. 2001.

Giliba, R.A., Boon, E.K., Kayombo C.J. Musamba E.B., Kashindye, A.M. and Shayo P.F. 2011. Species Composition, Richness and Diversity in Miombo Woodland of Bereku Forest Reserve, Tanzania. J Biodiversity, 2(1): 1-7 (2011).

INE; Instituto Nacional de Estatística, Resultados preliminares do Censo realizado em Angola. 2016.

João, E. F., 2015. Estructura y composición del bosque Miombo del sector norte de Canjombe, Kuanza-Sul. Tesis en opción al Título Académico de Máster en Ciencias Forestales Mención: Manejo de Bosques.

Levin, S. A. The problem of pattern and scale in ecology. *Ecology* 73: 1943-1976. 1992.

Magurran EA 1988. Ecological Diversity and Its Measurement. Princeton: Princeton University Press, P. 179.

Magurran, A. E. Medindo a diversidade biológica. Curitiba: Editora da UFPR. Original em inglês 2011.

Munhate, A. B. Estudo da composição e estrutura arbórea ao longo de um gradiente de altitude na reserve florestal de Moribane. Maputo, Moçambique: Universidade Eduardo Mondlane, 2004.

Nanvonamuquitxo, S. J. António; Fidel Góngora Rojas, Noé Dos Santos Ananias Hofiço. 2017. Estructura y composición florística de un bosque de Miombo en el distrito de Mocuba, Mozambique. Revista Cubana de Ciencias Forestales. 2017, 5(2):140-152.

Perry, J. N., Winder, L., Holland J. M. y Alston R. D. Red-blue plots for detecting clusters in count data. *Ecology Letters* 2: 106-113. 1999.

Quero J. L. SADIE como herramienta de cuantificación de la heterogeneidad espacial: casos prácticos en el Parque Nacional de Sierra Nevada [Libro]. - Granada - Espanha : [s.n.], 2006.

Ribeiro, N.; Sitoe, A.; Guedes, B.; Staiss, C. Manual de Silvicultura Tropical. Projecto FAO GCP/Moz/056/Net. 2002.

Revermann, R. and Finckh, M. "Okavango basin-vegetation," Biodiversity & Ecology, vol. 5, pp. 29–35, 2013.

Sanfilippo, M. 2013. Trinta arboves e arbustos do Miombo Angolano. Guía de campo para a identificacao. ONG COSPE Firenze. 74 p

Sanfilippo M. Plano de manejo florestal da área comunitária de Sope, Município de Cubal,Angola. COSPE Firenze 2014.

Smith, P. and Kew, Q. Allen. 2004. Field Guide to the trees and shrubs of the miombo woodlands. Paul Smith and Quentin Allen Kew.

Shannon, C.E. y Weaver, W. The Mathematical Theory of Communication. Urbana. University of Illinois Press. 1949. 117pp.

Vaccaro, S. Caracterização fitossociológica de três fases sucessionais de uma floresta estacional decidual, no município de Santa Tereza-RS. Tese doutoramento 2007.

Winder, L., Alexander, C., Holland, J. M., Woolley C. y Perry, J. N. Modelling the dynamic spatio-temporal response of predators to transient prey patches in the field. *Ecology Letters* 4: 568-576. 2001.

White, F. 1983. The vegetation of Africa. Natural Resources Research, XX, Unesco, Paris, pp. 86-101.

Projecto de adaptação às mudanças climáticas no Parque Nacional do Iona-Namibe

Abel Carlos Calanja
Escola Superior Pedagógica do Namibe, Universidade Mandume Ya Ndemufayo, Angola (chilalelea@gmail.com)

Historial

Tombwa é um Município da Província do Namibe localizada no litoral a Sul da sede da Província com uma superfície de 18.019 km2. É limitado a Norte pelo Município de Namibe a Este pelo Município do Virei e pela Província do Cunene e a Sul pela República da Namíbia e a Oeste pelo Oceano Atlântico.

O Município foi criado em 1856 e designou-se Porto Alexandre até 1981. O Município maior da Província do Namibe, sendo ocupado quase na sua totalidade pelo Deserto do Namibe nos seus extremos, na fronteira com a Província do Cunene é possível observar-se cadeias de morros de pedras, formando uma paisagem diferenciada e pondo fim ao Deserto.

Esta Angra foi descoberta pela guarnição do Navegador Diogo Cão em Janeiro de 1486, anteriormente chada de Cavo Negro foi sempre um ponto de referência. O capitão da marinha inglesa James Edward Alexander que, em 1864 visitou a costa Ocidental de Africa, deu-lhe o seu próprio nome "Porto Alexandre" que veio das terras de Benguela.

O povo desta região, tem na sua cultura sobre tudo a pesca. No interior do Município encontramos os Mucubais, Himbas e alguns da Etnia Khoisan, cada grupo com a sua particularidade. As mulheres Himbas chamam atenção pela cor do produto com que untam seu corpo para proteger-se do sol e, para a sua beleza.

É um dos mais ricos em pontos turísticos na Província do Namibe, entre estes lugares encontramos: Deserto do Namibe, Parque Nacional de IONA, Oásis da lagoa Arco, Foz do rio Cunene, ilha da Baia dos Tigres, Quedas do Monte Negro, Colinas do Curoca, Praia dos Flamingos e Praia dos Namorados.

O parque de IONA é um dos maiores e mais ricos de Angola. Podemos encontrar uma grande variedade de espécies de animais como: Olongo, Gazela, Avestruz, Suricata, Leão, Raposa, Hiena, Zebra, Órix, entre outros animais por classificar.

Na foz do rio Cunene pode-se observar crocodilos, Golfinhos e Tartarugas verdes e outras espécies por se catalogar, tanto aquáticos como terrestres, por ser um lugar de sua reprodução e de desova.

A palavra Ecologia deriva das palavras gregas "oikos" que significa casa e "logos", ciência, estudo, significa estudo dos seres vivos no seu próprio ambiente ou seja a ciência que estuda as relações entre os seres vivos e o meio onde se encontram.

É precisamente esta parte da biologia que vai ajudar-nos a compreender a necessidade

de estudar os seres vivos no seu próprio meio, mas considerando o meio e os seres vivos como parte integrantes de um todo - a Natureza.

A interdependência dos organismos é um dos maiores e mais importantes conceitos da ciência. Para estudar esta dependência é preciso observar, experimentar, interpretar e depois tirar conclusões acerca da complexidade mas delicada teia de relações entre todos os seres vivos.

A água, o ar, a terra, a energia, constituem uma teia invisível que condiciona a existência de qualquer ser vivo. Os seres vivos por sua vez, influenciam o ambiente que os rodeia.

O homem é também parte integrante deste ambiente, como também pode destruir o mesmo através de desmatamento, caça furtiva e deflorestação. Conhecem-se actualmente na natureza mais cerca de 1.678 000 espécies vivas, de formas e dimensões muito diversas.

O fim desta investigação é trazer ao conhecimento humano as várias espécies de animais e vegetais que caracterizam o parque de Iona. Para tal, requer a classificação dos seres vivos.

Ainda que ao longo dos tempos, o homem se tenha preocupado em conhecer e descrever todos os seres vivos, ainda que a colecção dos seres estudados sejam vastíssima, ela vai aumentando de ano para ano.

Requer envolvimento de vários especialistas, quer no campo da geografia, biologia, química, antropologia cultural, paleontologia, fisiólogos e anatomistas, tendo estes descobertos muitas semelhanças entre os seres vivos estudados.

Vários cientistas começaram a idealizar processos de sistematizar o seu trabalho, agrupando os seres com base em diversos critérios estabelecidos. O primeiro passo foi dado pelo homem primitivo que para comer se viu obrigado a separar os seres em úteis ou bons e maus.

Aristóteles filósofo grego, já 23000 anos, preocupava-se com a questão da ordem das coisas vivas. Com seus discípulos preocupavam-se classificar todos os seres vivos conhecidos, situá-los em grupos. Logo compreendeu que não deveria escolher uma única característica como base de classificação.

No século XVIII, precisamente em 1735, um cientista sueco, Carlos Lineu, sentindo a necessidade de estabelecer um critério único em qualquer sistema de classificação que se revestiria de esquema, orgânicos agrupamentos menos artificias, onde tenta englobar todas as espécies vegetais e animais conhecidos.

Quando tentamos agrupar os seres vivos segundo as suas semelhanças, estamos a estudar sistemática ou Taxonomia. Quando damos o nome aos grupos formados, estamos a estudar nomenclatura.

A Taxonomia é, parte da Bilogia que procura distribuir os seres vivos em grupos, conforme a semelhança dos seus caracteres. A Nomenclatura é outra parte da biologia que se encarrega de, através de regras adaptadas denomina os grupos formados na taxonomia.

Como classificar os seres vivos? Alguns taxonomistas consideram a excelência de três reinos: Reino animal, reino vegetal e reino Protistas.

Lineu no seu livro "**Systema Naturae**" começou por formar grupos hierárquicos, a que chamou FILOS este divide-se em grupos mais restritos CLASSE, este subdivide-se

em grupos de menor extensão, ORDENS, este subdividem-se em FAMÍLIAS, esta em GÉNERO, e os géneros em ESPÉCIES, formados por vários caracteres comuns. São considerados pertencentes à mesma espécie de seres morfológicas, antónimas e fisiologicamente idênticas, capazes de se agruparem, originando seres semelhantes.

Fundamentação do projecto

As mudanças climáticas são um dos maiores desafios que os países enfrentam actualmente. Representa uma mudança á realização dos objectivos do desenvolvimento do Milénio (ODM) e produção inverte significativamente o progressos realizados ate à data no desenvolvimento humano, especialmente nas comunidades mais pobres e mais vulneráveis.

Os países africanos em desenvolvimento, na qual possuem uma alta percentagem da população pobre, os efeitos das mudanças climáticas são mais agradável, pois faz-se sentir através de diminuição nas populações dos alimentos, a biodiversidade, etc.

Os parques e as áreas protegidas são mormente afectados face ás mudanças climáticas. Este projecto centra-se no Parque Nacional do IONA.

Pois, apresenta a maior dimensão a nível do país. Este parque ocupa uma área de 15.150km2, estende-se desde as Dunas de área junto ao Oceano Atlântico até as montanhas Tchamalinde, ao Leste do mesmo.

É indispensável o projecto para o estudo do Parque do IONA, por razões fundamentais: criar mecanismos que auxiliam na proteção da biodiversidade e a promoção do ecoturismo. Proteger a biodiversidade no Parque do IONA é tarefa e responsabilidade de todos, pois ela é, por si só, importante.

A Biodiversidade dos Parques está na origem de fluxos vitais de bens como os alimentos, os combustíveis, as fibras e os medicamentos, e presta alguns serviços essenciais, como a regulação do clima, a prevenção de inundações e purificação das águas, a poluição, a formação dos solos, etc. Todos estes aspectos são necessários à propriedade económica, à segurança, à saúde, e à qualidade de vida.

No que toca à promoção do ecoturismo, como o projecto visa criar as condições que permitam o marketing territorial quer seja através da produção de livros e documentos que contem orientações, de modo a favorecer a divulgação.

Assim, torna-se imperativo o estudo de carácter científico para compreender os pontos fortes, fracos, potencialidades e ameaças para o parque Nacional do IONA em prol de garantir a sustentabilidade ambiental no contexto das mudanças climáticas.

Igualmente vão-se criar instrumentos jurídicos que possam apoiar com o vigor necessário a gestão do Parque. O projecto vai ao encontro das estratégias do plano para o desenvolvimento da província.

Apresentar contributos baseados nos princípios científicos, uma vez que os actuais conhecimentos e a tecnologia impulsionam o desenvolvimento de uma determinada área geográfica.

Problema científico: No Parque do IONA existe uma imensa biodiversidade preservando as espécies em prol da sustentabilidade ambiental?

Novidade científica: O fim desta investigação é trazer ao conhecimento humano as

várias espécies de animais e vegetais que caracterizam o parque de Iona, e a sua preservação. Para tal, requer-se um estudo mais profundo, sério que passa pela classificação dos seres vivos ali existentes por equipes multidisciplinares (Biólogos, Químicos, Geógrafos, Físicos, paleontólogos, Antropólogos, Historiadores, Ambientalistas, Economistas, Juristas) etc.

Objectivo do projecto

Estudar o impacto das mudanças climáticas sobre os ecossistemas críticos e elaborar uma estrutura de adaptação.

Apresentar mecanismos de actuação em prol da preservação dos ecossistemas e recursos naturais.

Desenvolver mecanismos de cogestão para a redução da exploração ilegal dos recursos naturais.

Reforçar a resistência dos ecossistemas face ás mudanças climáticas.

Criar condições para uma gestão económica, social e ecologicamente durável do parque, o que contribuirá assim para a preservação da biodiversidade e dos ecossistemas a nível regional, em concordância com as populações locais.

Contribuir na integração regional e nacional e no reforço da cooperação entre os países africanos.

Metodologia

Tendo em conta que a natureza da investigação científica é a pesquisa ordenada feita com a preocupação da prova, de modo a obter a compreensão imediata da realidade numa perspectiva coerente e racional; requer que a investigação científica não vise só resultados parciais, mas pretenda incluir numa verificação geral quando às possibilidades do homem alcançar o real.

Nível Teórico:

Analítico-Sintético: proporciona a valorização dos estudos desenvolvidos sobre o tema no contexto internacional, nacional e territorial, facilitando a compreensão, explicação e generalização dos principais fundamentos teóricos e metodológicos da biodiversidade.

Indutivo-Dedutivo: que parte do conhecimento das características de situações particulares para gerais dos animais e plantas.

Histórico-Lógico: proporciona a compreensão evolutiva do objecto de estudo e os seus condicionamentos com o ambiente e factores históricos.

Estudo Documental: necessidade de utilizar informações de obras já publicadas por entidades especialistas.

Nível Empírico:

Observação e Experimentação: a partir dos dados recolhidos, selecionados, classificados para o apuramento laboratorial controlado. Sem deixar de parte outros métodos como o comparativo, estatístico, hermenêutico.

E as técnicas como a Entrevista, Inquérito aos populares ali residentes nomeadamente

o povo Herero, Imbas. A investigação será feita em campo livre. Com frequência e residência provisória no parque para melhor controlo da investigação.

Perguntas científicas

Porquê estudar o ambiente do Parque de Iona?
O que investigar no ambiente?
Como investigar o ambiente?
Para quê estudar o ambiente?

Tarefa científica

Diagnosticar a diversidade e classificação dos seres vivos no parque.
Estruturar as Relações de interdependência – factores do ambiente
Analisar as Relações abióticas – relações com o meio
Apurar as Relações bióticas – relações entre seres vivos
Investigar a Interações entre os seres vivos e entre estes e o meio
Incorporar a Comunidade e o Ecossistema
Perceber as Relações energéticas (fotossíntese e respiração)
Interpretar as Relações tróficas ou alimentares
Tipificar a distribuição dos seres vivos na natureza (biomas)

Diversidade e classificação dos seres vivos

Taxinomia

Taxinomia é o nome dado á ciência que se preocupa em delinear as regras de classificação de todos os organismos. A Taxinomia aproxima-se da complexidade recorrendo à simplificação. Os taxonomistas agrupam os organismos vivos em conjuntos ou grupos, construindo um sistema classificatório este sistema organiza a diversidade em grupos de modo a reduzir a complexidade e a traçar relações evolutivas. Segunda (Catarina C.2006 pg.57)

Quem desconhece a vida na Natureza e decide passar algum tempo nas rochas, à beira-mar, junto a um lago, num pinhal ou floresta, descobrirá, um mundo imenso de seres vivos, variados nas suas formas, dimensões e cores. (Maria, A. Aveiro. 2007

Para compreender essa diversidade leva-nos a uma série de investigações que envolverão a colheita e observação de animais e plantas. Vários cientistas fizeram um grande trabalho de investigação na área da classificação dos animais e plantas.

Eis algumas biografias dos autores mais relevantes que antecedem a formulação da teoria científica da seleção natural: Copérnico que afirmara que a terra girava sob a sua áxis em volta do sol. Kepler que enumerou as leis sobre o movimento planetário que viriam mais tarde a influenciar toda a comunidade científica.

O Italiano Galileu reintroduziu a teoria de Copérnico, Francis Bacon, Descartes e Newton que desenvolveram teorias e métodos que revolucionaram o pensamento científico. Carolus Linneus (1707-1778), naturalista e crente no fixismo das espécies, propôs um sistema classificatório de animais e plantas.

Sistema binominal publicado em 1735, Conde Buffon (1707-1788) enfatiza a influência sobre todas as formas de vida, Erasmus Darwin (1731-1806) sobre a evolução e o seu

neto Charles Darwin, George Cuvier (1769-1832) conhecido como pai da Zoologia, Panteologia e Anatomia Comparada., Charles Lyell (1797-1875) é considerado o fundador da Geologia Moderna etc.

Poucos são os estudos científicos sobre as potencialidades e riqueza naturais e culturais dos povos que habitam no parque de IONA – os Hereros suas danças, crenças, hábitos, pedras rupestres, fósseis, cemitérios, caças, pastorícias, tranças, trajes, cortes e rituais e julgamentos tradicionais, etc. O meio que os envolve é desconhecido. Necessita de ser explorado. Recolhendo os dados, analisando-os, catalogando-os, classificando-os e colocando-os em discussão para o contributo da ciência e do desenvolvimento da Província.

Assim, sendo, carece de estudos que possibilitam a compreensão dessa diversidade antropológica e outrossim, aproveitar esse potencial existente em prol das divulgações etnográficas, arqueológicas, paleontológicas.

Isto pode jogar um papel chave para o futuro das comunidades, onde estas se encontram localizadas, podendo estas ser aproveitadas das mais diversas formas.

Igualmente a compreensão das várias etnias existentes na província do Namibe. Neste contexto, o turismo cultural tem um valor particular visto que, vai possibilitar fluxo de bens e pessoas durante o ano e por consequente, a entrada de capitais para a província. A indústria cultural é mais crescente em toda a africa. O Quénia, a título de exemplo, foi o país que mais cresceu economicamente nos últimos anos graças ao turismo como responsável do crescimento.

Para tal torna-se necessário em primeiro lugar fazer-se um levantamento pormenorizado de todas as estações rupestres existentes na província do Namibe.

Recurso sustentável	**Utilização turística preferencial**
Paisagem, diversidade paisagística orografia, diversidade	Turismo no espaço rural
Recurso geográficos	Turismo científico
Recurso hídrico	Abastecimento da actividade turística, espaços verdes.
Recurso Florestal	Turismo científico de lazer

Comunidade e ecossistemas

Na natureza coexistem animais e vegetais, vivendo organizados em comum no mesmo tipo de ambiente. No mesmo local – biótopo- vive uma multidão de espécie animais e vegetais que se inter-relacionam e cujo conjunto constitui uma comunidade ou biocenose. E o conjunto de indivíduos da mesma espécie que vivem numa área em determinado momento constitui uma população. (Maria, A. A.Porto.2007).

Relações de interdependência

Relações com o meio físico

Factores abióticos (climáticos e edáficos)

Luz

Temperatura

Humidade

Substrato: agua, solo,

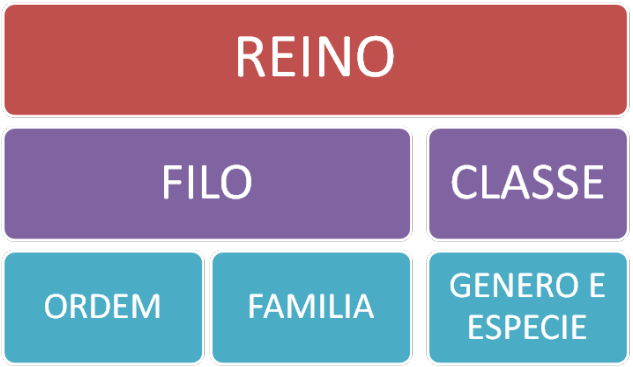
Relações bióticos
Relações interespecíficas
Relação intra – especifica

Factores climáticos e Edáficos (água e solo)
Luz (radiação visível, ultravioleta, infravermelha)
Plantas de luz (heliófilas)
Plantas de sombra (umbrófilas)
Plantas de dias curto
Plantas de dias longo
Plantas indiferentes ou neutras

A palavra Ecologia deriva das palavras gregas "oikos" que significa casa e "logos", ciência, estudo, significa estudo dos seres vivos no seu próprio ambiente ou seja a ciência que estuda as relações entre os seres vivos e o meio onde se encontram.

A interdependência dos organismos é um dos maiores e mais importantes conceitos da ciência. Para estudar esta interdependência é preciso observar, experimentar, interpretar e só depois tirar conclusões acerca da complexa mas delicada teia de relações entre todos os seres. Os seres vivos, por sua vez, influenciam o ambiente que os rodeia, teia da vida. (Maria, A.Porto.2007).

Diagrama de taxonomia



PROTOCORDADOS
Animais de temperatura variável e constante

CLASSE E ORDEM	VARIÁVEIS	CONSTANTES
	PEIXES: Dipnoicos, teleóstea, seláceas	AVES: colúmbias, aves de rapina, pássaros, trepadores, galináceas, pernaltas, palmípedes, corredores
	TRAQUIOS ou ANFÍBIOS: Urodelas, anuros, apode	

	RÉPTEIS	MAMÍFEROS: primatas, insectívoros, quipteros, roedores, artidáctilos, centauceos, sirénios
	RÉPTEIS Sáurios, Ofídios, quelónia, crocodilos	

Resultado esperado

O parque dispõe de um forte potencial em termos de biodiversidade e condições para ecoturismo. Ele joga um papel motor para o desenvolvimento a nível provincial e nacional e trará muitos benefícios e efeitos positivos.

O desenvolvimento económico local, provincial e nacional através do crescimento de infra-estruturas, o desenvolvimento da agricultura, a melhoria das condições de vida dos habitantes nas áreas envolventes, educação, saúde, a limitações dos conflitos homem/fauna e o aumento da participação das populações do seu plano de desenvolvimento.

Proteção da biodiversidade e recursos naturais. Diálogo político regional reforçando a volta da gestão dos recursos naturais a nível nacional e internacional. Marketing territorial da província do Namibe.

A actividade dos empresários para investir nas provinciais criação dos instrumentos jurídicos que auxiliam na gestão dos recursos ambientais do parque de IONA que vai servir para a gestão dos outros parques nacionais. Conhecimentos dos recursos ambientais existentes nas províncias. Portanto, vai ajudar na determinação da localização geográfica dos recursos e na forma como se pode aproveitar.

Parque de Iona

O conjunto de uma comunidade inserida em determinado biótopo e das inter-relações que se estabelecem entre seres vivos da comunidade e o biótopo constitui o Ecossistema. Podem ser muito variadas na biosfera. O mecanismo da fotossíntese.

Conclusão

O desenvolvimento consiste sobretudo na integração dos riscos e oportunidades das mudanças climáticas nos processos de desenvolvimento nacional. É indispensável o reforço das capacidades de adaptação e resistência ás mudanças.

Referências

AREIA, M.L.R. 1989. *Que ensino de Biologia na Licenciatura de Antropologia*? – Antropologia Portuguesa.

AVELAR, T,M. Matos e C. Rego. 2004.*Quem tem medo de Charles Darwin*? Lisboa.

BATES, D.G.2001. *Human Adaptive Strategies: Ecology, culture and Politics*. Boston, Mass: Ellyn & Bacon.

CATARINA, Casanova. 2006. *Introdução à Antropologia Biológica: Princípios Evolutivos, Genética e Primatologia*. Ed.ISCSP-UTL. Lisboa

CHAPMAN, C.A. 2001. *Primate conservation in the new millennium: the role of scientists. Evolution of Anthropology*.

RIDLEY, M. 2005. *How to Read Darwin*. Londres: Grata Books.

MARIA, Antonieta Aveiro; Manuel M. *Ciência da Natureza*. 7ºAno. Ed.Porto. 2007

Poder político e esfera económica na gestão de Parque Nacional de Mágoè como Património Natural e Científico da Província de Tete, em Moçambique

Osmane Adrimo Ussene
Departamento de Ciências Naturais e Matemática, Universidade Pedagógica de Moçambique

Introdução

A evolução da espécie humana sempre foi pautada pela criação de objetos, de sistemas, de linguagens, tecnologia, teorias, ciência, arte, códigos, leis, normas, decretos e etc. Foi neste âmbito que a União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN), através de sua Comissão Mundial de Áreas Protegidas, definiu Parque Nacional, como tipo de área protegida da Categoria II. A intenção humana na invenção de qualquer terminologia não pode ser considerada pacifica porque pela natureza, o ser humano, é egocêntrico, ambicioso e toda a sua vida é marcada pela angústia e insatisfação.

No contexto amplo, se entende que o Parque Nacional de Magoe foi criado pelo Decreto n.º 67/2013 de 11 de Dezembro, com o objectivo de contribuir para a conservação dos recursos naturais desenvolvendo os mecanismos de gestão adequados, mitigando conflitos e utilizando de modo sustentável os recursos para o benefício das comunidades locais, do distrito, da província e do país em geral, sempre com base nas medidas fixadas no quadro legal e noutros instrumentos de referência indispensável. Na criação deste património natural e científico, o decreto não considera a noção da autorregulação ou automedicação, ou seja, a relação dualista automediadora entre o homem e a natureza porque é a natureza que propicia a mediação entre si mesma e o homem por um lado; por outro lado, porque a própria actividade mediadora é apenas um atributo do homem, localizado numa parte específica da natureza.

Conforme se verifica, foi o poder político na esfera económica, a decretar esta parcela territorial como património natural. O poder político ao decretar este património exerce uma dominância ou colonização de espaço e marginaliza as populações da zona tampão, cuja sobrevivência, dependia da exploração excessiva dos recursos faunísticos e florais daquela região. Não obstante, a exploração excessiva dos recursos faunísticos e florais pelo homem não impede a capacidade de automedicação da natureza através dos mecanismos da sustentabilidade das espécies faunísticas e florais que consiste no alto potencial reprodutivo equilibrado dos indivíduos; adaptação às mudanças das condições ambientais; diversidade e ramificação da cadeia alimentar.

O presente ensaio analítico e crítico objectivou analisar de forma crítica a interface do poder político e esfera económica como principais factores que contribuem com a incompatibilidade dos objectivos da criação do património natural e cientifico tendo em conta a relação automediadora entre o homem e a natureza.

Metodologia de Pesquisa

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, baseada no método indutivo e fenomenológico. Sobre o tema "Poder político e esfera económica na gestão de Parque Nacional de Mágoè como Património Natural e Científico da Província de Tete, em Moçambique" a pesquisa considera que existe uma relação entre o património natural e científico e o sujeito que não pode ser traduzido em números; a pesquisa é descritiva, o pesquisador tende a analisar seus dados indutivamente. Com recurso ao método empirista, o qual considerou o conhecimento dos gestores do Parque Nacional de Magoe e população arredor do monumento natural baseado na experiência. A generalização dos resultados derivou de observações de casos da realidade concreta a partir de constatações particulares dos gestores e populações arredores entrevistados.

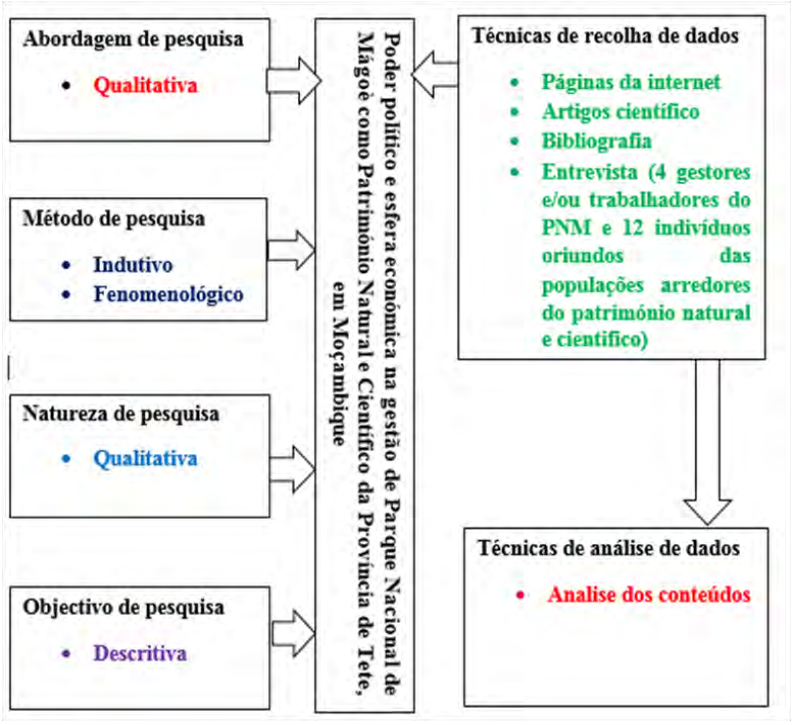
A pesquisa objectiva gerou conhecimentos novos para avanço da ciência sem aplicação prática prevista para gestão do Parque Nacional de Mágoè (PNM) como património natural e científico, baseado na descrição com recursos a consultas bibliográficas, páginas da internet e entrevista com os gestores e população arredor do monumento natural. A pesquisa preocupa-se com a descrição direta da experiência dos gestores e população arredor do monumento natural, a realidade que foi construída socialmente e entendida da forma que é interpretada.

Foram consultadas páginas da internet e artigos científicos ligados à matéria, como por exemplo, a BIOFOUND; o Plano de Acção Nacional sobre Rinoceronte e Marfim (NIRAP) - 2015 – 2016; e relatório produzido para WWF Moçambique sobre abordagem estratégica para o combate ao tráfico ilegal de fauna e caça furtiva de elefantes e rinocerontes; relatório da Wildlife Conservation Society (WCS) e outros artigos científicos.

Foram entrevistados 4 gestores e/ou trabalhadores do PNM e 12 indivíduos oriundos das populações arredores do património natural e científico. A entrevista com os gestores de PNM, foi contruída pelas seguintes questões: *Quem são os responsáveis pela gestão de Parque Nacional de Mágoè? Como é feita a gestão de Parque Nacional de Mágoè? Quais as principais ameaças que interferem na gestão de Parque Nacional de Mágoè? Quais os pontos fracos que dificultam a gestão de Parque Nacional de Mágoè? Como avalia o envolvimento dos gestores nos casos de casa furtiva no Parque Nacional de Mágoè? Quais os tipos de instrumentos usados para a caça furtiva no Parque Nacional de Mágoè?*

E a entrevista com os 12 indivíduos oriundos das populações arredores do património natural e científico ou PNM foi construída pelas seguintes questões: *Que benefício tem a população da gestão de Parque Nacional de Mágoè? Quem são os responsáveis pela gestão do Parque Nacional de Mágoè? Quem são os caçadores furtivos? Onde vendem os marfins de elefantes e os cornos de rinocerontes?* O esquema a seguir ilustra os procedimentos da pesquisa sobre "Poder político e esfera económica na gestão de Parque Nacional de Mágoè como Património Natural e Científico da Província de Tete, em Moçambique".

Esquema 1: Procedimento de pesquisa



Fonte: Autor (2018).

A Gestão de Parque Nacional de Mágoè (PNM)

Segundo a BIOFOUND (2013), o PNM é caracterizado por uma floresta parcialmente homogénea predominantemente de Mopane (*Collophospermium mopane*), florestas higrófilas ribeirinhas e de montanha ao longo da Albufeira de Cahora-Bassa e Serra Comboio e por ocorrência de uma gama de espécies faunísticas com destaque para grandes mamíferos como o Elefante (*Loxodonta africana*), Búfalo (*Syncerus caffer*), Macacos (*Papio ursinos e Cercopithecus aethiops*); Coelho (*Orictolagus cuniculus*), Crocodilo (*Crocodylus niloticus*) e Hipopótamos (*Hippopotamus amphibius*), que abundam na Albufeira de Cahora-Bassa e ao longo do Rio Zambeze. Estas e outras espécies faunísticas e aves, constituem um excelente atractivo para o ecoturismo, turismo cinegético e contemplativo, recreativo e outras actividades. O Parque Nacional de Mágoè é a única área de conservação de Moçambique onde ocorre a palanca vermelha, uma espécie em risco de extinção e que precisa de ser preservada.

A criação de Parque Nacional de Mágoè supõe a ideia de "preservação da natureza" e a ideia de "conservação". De acordo com Diegues (2008), a ideia de "preservação da natureza" reproduz o mito moderno da natureza intocada e, portanto, o dualismo homem/natureza, evocando, assim, um suposto conflito entre os povos da tradição e a proteção da biodiversidade. E a ideia de "conservação", sugere o uso sustentável da natureza, afina-se com o progresso científico e com a crença na capacidade da tecnologia de mitigar

as externalidades ambientais, o que implica a ausência de condicionantes ao modelo de desenvolvimento econômico extensivo. Segundo Diegues (2004), o conservacionismo se mostra menos biocêntrico que o preservacionismo, a presença humana é vista como um perigo à proteção ambiental, por isso, um dos fundadores da biologia da conservação, Michel Soulé, queixava-se de que a linguagem das políticas de conservação se tinha tornado mais humanista em valores e economicista em substância e, portanto, menos naturalista e ecocentrada.

De acordo com os técnicos e/ou gestores entrevistados a gestão de Parque Nacional de Magoe é feita pela Administração Nacional das Áreas de Conservação (ANAC), entidade sob tutela do Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (MITADER). Na gestão de PNM, existem mecanismos para o controlo do uso e das actividades não apropriadas, mas há grandes problemas em implementá-los eficazmente; há pouca manutenção do equipamento e das instalações e pouca informação disponível sobre os habitats críticos, as espécies e os valores socioculturais associados à área protegida; o pessoal não tem capacidade efectiva/recursos para fazer cumprir a legislação e os regulamentos na área protegida; não há nenhum programa de educação e consciencialização; há pouco contacto entre gestores e operadores do turismo que utilizam a área protegida; não há orçamento garantido para a área protegida e a gestão é totalmente dependente do exterior; a gestão do orçamento é fraca e constrange a eficácia; os requisitos para a gestão activa de importantes ecossistemas, espécies e valores culturais não foram avaliados; os sistemas de fiscalização não são eficazes no controle de acesso e uso de recursos e importante biodiversidade, valores ecológicos e culturais estão a ser severamente degradados.

A falta de políticas claras e capital financeiro debilita a gestão do património natural e científico e para além de atender os seu propósito o "público", passa necessariamente a atender fins obscuros. Segundo Ruschmann (2002), a conservação de recursos naturais deve atentar para o facto de que o meio ambiente é considerado patrimônio público e o aspecto da sua conservação ecológica deverá estar equilibrado com o uso público e contato do cidadão com a natureza.

Ainda, de acordo com os técnicos e/ou gestores entrevistados, as principais ameaças consistem na existência de concessões aprovadas antes da declaração do PNM, grande procura de produtos florestais e faunísticos, acesso ao Parque por qualquer ponto, fraca colaboração de grande parte dos membros das autoridades locais; presença de assentamentos humanos dentro da área, existência de estradas nacionais e de gestão de outras instituições e presença de ex-trabalhadores do programa Tchuma-tchatu no estado de desemprego fáceis de serem aliciados para actividades ilegais. Os principais pontos fracos estão relacionados com a falta de um plano de estabelecimento de vias de acesso; falta de fundos para abertura de vias de acesso e outras infraestruturas de gestão, elevado índice de analfabetismo no corpo de fiscais e falta de equipamento e meios para os fiscais.

Quando se têm políticas claras e recursos financeiros suficientes para a gestão de um património natural e científico as ameaças e os pontos fracos ativam as forças e as oportunidades obedecendo os mecanismos de feedback na gestão do património. Segundo Primack; Rodrigues (2001), a biologia da conservação aponta para uma relação de reforço mútuo entre a diversidade cultural e a diversidade biológica, indicando que os modos de vida das populações tradicionais colaboraram significativamente para a diversificação genética das

espécies. De acordo com Descola (1999), as populações tradicionais souberam integrar o ambiente à sua vida social, colocando em prática estratégias de uso da natureza que não subvertem os seus princípios nem põem em risco a sua reprodução. Portanto, se têm políticas claras e recursos financeiros suficientes para a criação de uma área de conservação, o melhor é deixar a gestão da áreas às populações tradicionais e manter o controlo e fiscalização da exploração dos recursos faunísticos e florais não autorizado para a sua utilização porque as populações tradicionais souberam integrar o ambiente à sua vida social, colocando em prática estratégias de uso da natureza que não subvertem os seus princípios nem põem em risco sua reprodução.

Segundo os gestores/técnicos que foram entrevistados, existem gestores envolvidos nos casos de caça furtiva e exploração dos recursos florestais no Parque Nacional de Mágoè envolvendo ainda polícias, fiscais e outras figuras do governo. Os instrumentos usados para caça furtiva de elefantes são armas de calibre 375 e 458 e AKM-47 e caçadores furtivos vindos do Zimbabué usam substâncias tóxicas como o cianeto, o qual obtém das minas no Zimbabué, para envenenarem pontos de água e alimentos ao longo de corredores de elefantes. Segundo *Wildlife Conservation Society* (2016), entidades ligadas à protecção da natureza, o número de elefantes em Moçambique diminuiu para cerca da metade em cinco anos, ao passar de 20000 para cerca de 10300 em 2015, devido à caça furtiva. A situação atingiu um nível tal que representa hoje um risco sério para a sobrevivência das espécies preferidas e reduz a contribuição do sector para a economia nacional. Mais do que isso, afecta a segurança de Moçambique e Estado de Direito, perigando, por outro lado, as relações interestaduais regionais. O fenómeno da caça furtiva resulta, de entre outras causas, da fragilidade institucional, a vários níveis, que não permite o controlo do quadro bastante negativo, prejudicando a imagem do país. A fragilidade é sistemática e generalizada e está associada às comunidades e profundamente ligada aos elevados índices de pobreza. A segunda fragilidade está associada ao quadro legal vigente em Moçambique, baseado na Lei de Florestas e Fauna Bravia. À luz deste dispositivo legal, qualquer crime ambiental, sobretudo incidindo sobre florestas e fauna bravia, é considerado apenas como um ilícito administrativo, punível apenas com uma multa "simpática".

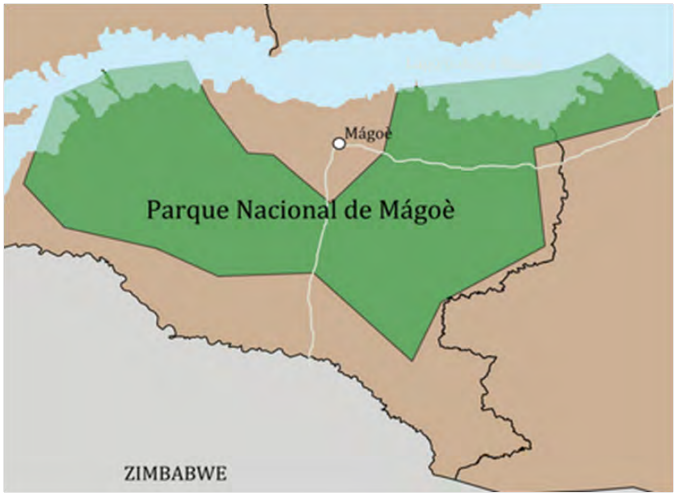
De acordo com os 12 indivíduos oriundos das populações arredores do património natural e científico entrevistados, as populações não tem nenhum benefício com a criação de PNM, e acham que foram ilegalmente expulsos destas terras e por vezes são acusados de caçadores furtivos quando se fazem presentes na área de conservação à procura de alimentos correndo o risco de serem presos, espancados, torturados e mortos nas mãos de fiscais. Apontam o governo como os responsáveis pela gestão de Parque Nacional de Mágoè e alguns fiscais, polícias e desconhecidos como caçadores furtivos, desconhecem o mercado de venda dos marfins de elefantes e os cornos de rinocerontes. Estas afirmações se distanciam com a ideia de Ruschmann (2002), que destaca a conservação de recursos naturais como práticas que devem atentar para o facto de que o meio ambiente é considerado património público e o aspecto da sua conservação ecológica deverá estar equilibrado com o uso público e contato do cidadão com a natureza.

Na República de Moçambique, a responsabilidade de gestão de recursos de fauna é repartida por diferentes órgãos do Estado, nomeadamente o Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar e o Ministério do Turismo e Cultura. Existe igualmente uma responsabilidade

complementar assumida pelos Ministérios da Defesa Nacional e do Interior. *Contudo, devido ao comportamento de camuflagem e mimetismo por analogia de alguns indivíduos envolvidos na gestão de áreas de protecção, nepotismo e a neocolonização, o índice de cooperação para a solução do problema ainda não é dos melhores.*

A figura a seguir ilustra o mapa de Parque Nacional de Magoe, na Província de Tete, em Moçambique.

Figura 1: Mapa de Parque Nacional de Magoe.



Fonte: BIOFOUND (2013).

O poder político, nepotismo, neocolonialismo, esfera económica, mimetismo e camuflagem

O poder político, nepotismo, neocolonialismo

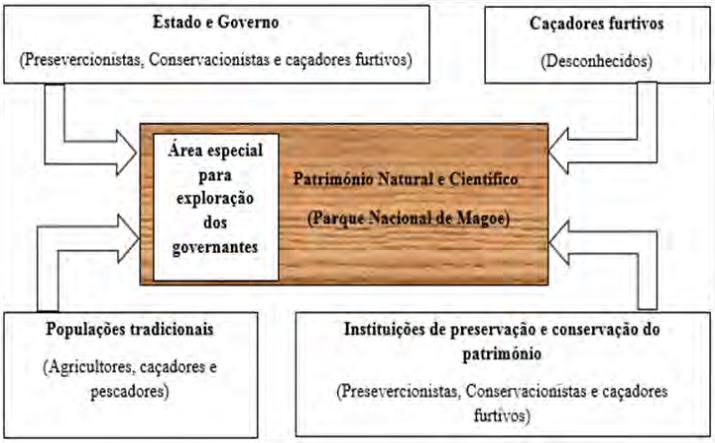
Para além destes e outros factores que dificultam a concretização dos objectivos preconizados na criação do património natural e científico, também, interfere *o poder político, o nepotismo, o princípio de neocolonialismo, o mimetismo, a camuflagem e a esfera económica***.**

Na gestão de Parque Nacional de Mágoè há os funcionários de carreira, concursados, e há os políticos eleitos, emergindo um conflito na gestão, os interesses "técnicos" dos funcionários de carreira e os interesses "políticos" dos funcionários nomeados. Os funcionários concursados são técnicos com noções de preservação e conservação da biodiversidade e se preocupam com as acções de longo prazo (políticas de Estado), enquanto, os políticos eleitos se preocupam com as ações de curto prazo (políticas de governo). Devido ao envolvimento de guardas, líderes comunitários, polícias e alguns governantes ou funcionários de Estado, maculam o Estado de Direito Moçambicano, o poder de Estado fica fragilizado na gestão e emerge o poder político Aristocrático e Cleptocrático. Se por um lado se entende que está construído um sistema elitista, onde quem comanda o estado é um grupo de pessoas pertencentes à classe social dominante; por outro lado, parece estar construído um governo de ladrões, onde o estado não é governa-

do de maneira correta e justa, e passa a ser um estado corrupto. Assim, surge uma nova colonização (neocolonialismo), onde as elites com poder político e económico, pela natureza egoísta e ambiciosa se comportam como ex-colonizadores e continuam a dominar os outros Moçambicanos através de saque dos recursos florais e faunísticos em forma de autêntica pirataria, financiando desta forma os seus planos.

A falta de controlo das forças antropogénicas que exercem pressão sobre o património natural e científico, contam com o carácter do poder político Aristocracia e Cleptocracia nas unidades de conservação que aumentam situações de caça furtiva de elefantes, rinocerontes e outros recursos faunísticos e florais mais valiosos. Embora os sistemas vivos são caracterizados pelas desordens, a partir das reações químicas no interior da célula e obedecendo a todas as hierarquias de organização do organismo, o ser humano deve ser controlado, os indivíduos que entram e saem na unidade de conservação devem ser controlados pelo Estado, sobretudo, a sua proveniência, as suas actividades e os seus locais de hospedagem para evitar a caça ilícita.

Esquema 1: forças antropogénicas que exercem pressão sobre o património natural e científico



Fonte: Autor (2018).

A escolha dos gestores de PNM por confiança da cor partidária e/ou laços familiares também incrementa a exploração massiva dos recursos naturais na área de conservação, porque eles, têm a impressão que são impunes perante os ilícitos. A nomeação de parentes para o provimento de cargos em comissão e cor partidária e/ou laços familiares poderia ser considerada como dissonante do princípio da moralidade administrativa, pois fere o senso comum imaginar que a administração pública possa ser transformada em um negócio de família.

As forças antropogénicas (Estado e Governo, Caçadores furtivos, populações tradicionais e instituições de preservação e conservação do património) que exercem pressão sobre o Parque Nacional de Magoe, contam com o carácter do poder político Aristocrático e Cleptocrático, e o nepotismo nas unidades de conservação.

3.2. Mimetismo e Camuflagem

Devido à pobreza a nível local, governação a nível nacional e a demanda por recursos faunísticos (marfim e cornos de rinoceronte) e florais a nível global, por analogia, alguns indivíduos integrados na gestão do património natural e científico comportam-se como uma espécie mímica, as suas formas de pensar assemelharam-se com os preservacionistas ou conservacionistas, enquanto são autênticos depiladores dos recursos naturais faunísticos e florais dentro da unidade de conservação, um exemplo de evolução convergente de pensamento.

Para além de se comportarem como uma espécie mímica, camuflam-se, possuem técnicas e métodos que permitem permanecer indistintos no ambiente entre os preservacionistas ou conservacionistas integrados na gestão do património natural e científico, dificultando, o alcance dos objectivos preconizados na criação do património.

Portanto, estes comportamentos não são surpreendentes, o manifesto do mimetismo e camuflagem tem raízes no conceito de biodiversidade. O conceito biodiversidade integra toda a variabilidade entre os organismos vivos, incluindo genes, espécies, população e ecossistemas. De acordo com o Ferrão (2010), um grupo de indivíduos da mesma espécie forma uma população, mas os indivíduos de uma população não são idênticos por possuírem uma herança genética própria.

3.3. A Esfera económica

No PNM como património natural e científico importante, biodiversidade, valores ecológicos e culturais estão a ser grosseiramente degradados. O relatório produzido para WWF Moçambique sobre abordagem estratégica para o combate ao tráfico ilegal de fauna e caça furtiva de elefantes e rinocerontes, aponta o programa MIKE (*Monitoring the Illegal Killing of Elephants*), que uma diversidade de factores ecológicos, biofísicos e socioeconómicos ao nível local, nacional e global, contribuem para a degradação do património natural e científico. Os três principais factores apontados incluem a pobreza a nível local, governação a nível nacional e a demanda por marfim e cornos de rinoceronte a nível global.

Relatos de jornais e notícias apontam que os recursos faunísticos e florais saqueados são muitas vezes transportados para fora do país através das fronteiras, ou por via dos aeroportos e portos. Por exemplo, em Janeiro de 2011, no porto de Pemba, foram apreendidas 126 pontas de marfim no contentor com madeira em toro, com destino à Ásia. Em 2013, foram apreendidas pelas alfândegas no Porto de Maputo,1,5 toneladas de marfim de elefantes com destino da carga para o Cambodja. Em 2014, as autoridades alfandegárias do Cambodja descobriram centenas de pontas de marfim, crânios de chitas, escamas de pangolim e ossos de diversos outros animais selvagens escondidos em contentores de madeira provenientes de Moçambique, o contrabando estava escondido em três contentores com toros de madeira rara, os troncos foram escavados e no seu interior inseridos 1,3 toneladas de presas de elefante africano, 10 crânios de chita, 82 quilos de ossos de animais e 137 quilos de escamas de pangolim, acondicionados com cera.

O relatório produzido para WWF Moçambique sobre abordagem estratégica para o combate ao tráfico ilegal de fauna e caça furtiva de elefantes e rinocerontes, destaca que o marfim é vendido nas feiras de artesanato domésticas do país, apenas na cidade capital

do país, é comum a comercialização de marfim nas duas principais feiras - “Feira do Pau” (que ocorre todos os sábados na Praça 25 de Junho) e “Feira de Artesanato, Flores e Gastronomia” - FEIMA (aberta todos os dias no Jardim dos Continuadores). O mercado internacional tem sido assumido pela China que ocupou a posição de maior parceiro comercial do continente africano. No mesmo relatório, a CITES (*Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora*) destaca a China como país mais implicados no comércio ilegal de marfim. Com o aumento da riqueza na Ásia, o preço do chifre de rinoceronte disparou, chegando o quilo a ser alegadamente comercializado nos mercados de Hong Kong e China por mais de US $60.000. E para realizarem esta actividade o atirador ganha cerca de 1.500.000,00 Mtn, os outros cerca de 750.000,00 Mtn cada, e normalmente recebem um depósito dos mandantes antes de partirem para as operações, o que os coloca uma posição de grande. As armas são normalmente alugadas às brigadas de furtivos, por valores que variam entre 60.000,00 Mtn a 90.000,00 Mtn. A origem das armas é também razão de preocupação, estando muitas delas ligadas a agentes de segurança e protecção.

Portanto, na esfera económica, existem valores aliciantes envolvidos que encorajam a prática de saque dos recursos faunísticos e florais em qualquer espaço que existirem. A existência de feiras onde os produtos são vendidos elucida a fragilidade do poder de estado em controlar a caça furtiva, pois, se por um lado a caça é ilegal e por outro lado, a vendas nas feiras é legal, todo o esforço de preservar e conservar a biodiversidade nas áreas de conservação do espaço lusófono como património natural e científico é fracassado.

Conclusão

A criação de PNM foi importante porque ajuda na preservação e manutenção dessas áreas com vista a não serem destruídas pelas acções do Homem. Como PNC, onde habitam animais e plantas de todas as espécies e onde o homem tem acessibilidade tem caráter cultural próprio da região.

As noções de “preservar” e “conservar”, não se aplicavam às populações tradicionais daquela região, por isso, as práticas oficiais de proteção tomam as populações tradicionais como um obstáculo, os seus saberes são sistematicamente preteridos pelo conhecimento científico, assim como a conservação da biodiversidade vai se tornando, cada vez mais, uma tarefa exclusiva da ciência e do poder político e económico da gestão de PNM.

O controlo social na região de PNM de proveniência e hospedagem dos indivíduos; das fontes de renda ou das actividades quotidianas; a aplicação de penas altas aos infractores e o cumprimento das legislações a todos níveis pode minimizar a perda da biodiversidade e valores culturais do património natural e científico.

Colocar em prática, que a ideia de conservação de recursos naturais deve atentar para o fato de que o meio ambiente é considerado património público e o aspecto da sua conservação ecológica deverá estar equilibrado com o uso público e contato do cidadão com a natureza; e reconhecer que as populações tradicionais souberam integrar o ambiente à sua vida social, colocando em prática estratégias de uso da natureza que não subvertem seus princípios nem põem em risco a sua reprodução deve ser a tarefa dos que detém o poder político e económico, especialistas preservadores e conservadores.

Os que detém o poder político e económico, especialistas preservadores e conservadores devem valorizar as populações tradicionais e criarem um modelo de gestão participativa, devem reconhecer que a biodiversidade contribui de modo efetivo para a produção da diversidade cultural, visto que, para diferentes povos tradicionais, cada planta, grupo de animais, solo e paisagem corresponde a uma variedade linguística, a categorias de conhecimento, a usos práticos e sentidos religiosos distintos.

Referências bibliográficas

Alier, M. *Justiça ambiental (local e global*). In: Cavalcanti, C. (Org) Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2001.

Descola, P. *A selvageria oculta*. In: Novaes, A. (Ed) *A outra margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

Diegues, A. C S. *Comunidades tradicionais e manejo dos recursos naturais na Mata Atlântica.* São Paulo: Hucitec, 2004.

Ferrão, José, *A convenção Sobre a Diversidade Biológica, Gestão Comunitária dos Recursos Naturais na África Austral*, Texto Editores, Lisboa, 2010

http://www.biofund.org.mz/en/mozambique/conservation-areas-of-mozambique/

https://www.wcs.org/

Madyo Couto. *Abordagem estratégica para o combate ao tráfico ilegal de fauna e caça furtiva de elefantes e rinocerontes*. Relatório produzido para WWF Moçambique. Maputo,2014

Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural. *Plano de Acção Nacional Sobre Rinoceronte e Marfim (Nirap) 2015 – 2016.* 2015

Primack, R. B. Rodrigues, E. *Biologia da conservação*. Londrina: Planta, 2001.

Caracterização mediante FTIR de três variedades de Beterraba (Beta vulgaris L.)

Abílio Santos Malengue
Faculdade de Ciências Agrárias da Universidade José Eduardo dos Santos, Angola

1. Introdução

A beterraba é utilizada, seja para a cultura como forragem, seja como matéria-prima para a produção de açúcar, sendo esta última amplamente utilizada na Europa (Silva et al., 2015). A beterraba é a principal matéria-prima cultivada na Espanha para a produção de açúcar (Azucarera, 2016). A produção e composição química da beterraba, podem ser largamente dependentes de factores (Gumienna et al., 2016).

Quadro 1. Maiores produtores em hectares de beterraba na UE. Fonte: Eurostat, 2015

Tempo/Países	2005	2007	2010	2013
Alemanha	389880	370480	299130	285030
Bulgaria	534610	493130	370490	254410
Espanha	1079420	1043910	989800	965000
França	567140	527350	516100	472210
Grecia	833590	860150	723060	709500
Hungria	714790	626320	576810	491330
Italia	1728530	1679440	1620880	1010330
Letoania	128670	107750	83390	81800
Polónia	2476470	2390960	1506620	1429010
Portugal	323920	275080	305270	264420
Reino Unido	286750	226660	186800	185190
Roménia	4254150	3931350	3859040	3629660

Espectroscopia de absorção infravermelha

A espectrometria de absorção no infravermelho, é uma técnica de análises que tem se demostrado de grande precisão, rapidez, versátil e de baixo custo e (Herrera, 2009), (Silverstein, Webster and Kiemle, 2010).

Quadro 2. Regiões Espectrais do infravermelho. Fonte: (Silverstein, Webster and Kiemle, 2010).

Região	Intervalo de longitude de onda, µm	número de onda, cm^{-1}	frequência, Hz
Cercana - NIR	0,78 a 2,5	12800 a 4000	3,8 x 1014 a 1,2 x 1014
Mediana - MIR	2,5 a 50	4000 a 200	3,8 x 1014 a 1,2 x 1014
Longínqua - FIR	50 a 1000	200 a 10	3,8 x 1014 a 1,2 x 1014

1.1. Espectroscopia IR com transformada de Fourier (FT-IR)

A espectroscopia de infravermelho acoplada à análise multivariada oferece várias vantagens importantes em relação aos métodos químicos tradicionais: não é destrutiva, rápida, diminui o uso de reagentes tóxicos e não é prejudicial ao meio ambiente, é um método de rotina, requer uma quantidade mínima de amostra e a precisão é alta (Cozzolino et al., 2011). A espectrometria de absorção no infravermelho é um método instrumental usado principalmente em química analítica e baseado na interação da radiação eletromagnética com uma amostra ou objeto, para identificá-lo ou caracterizá-lo (Curran, Dungan e Peterson, 2001). Dada a alteração da radiação pela interação com as espécies químicas presentes, em uma freqüência específica ao longo do tempo, mudanças no caráter ou quantidade de um link particular podem ser medidas. Isto é especialmente útil para medir o grau de polimerização nos açúcares e / ou nas células presentes na beterraba (Armenta, Garrigues e de la Guardia, 2007).

2. Objectivos

2.1. Geral

Determinar mediante a técnica de espectroscopia infravermelha com transformada de Fourier (FTIR) a abcsorção de enlaces em moléculas orgânicas e inorgânicas presentes na beterraba (Beta vulgaris L.), a matéria prima mais importante para a produção de açúcar.

2.2. Específicos

• Analizar a absorção de enlaces em moléculas ou espécies químicas presentes na beterraba açucareira, de diferentes proveniências, variedades e anos.

• Estabelecer a variedade que apresenta o maior conteúdo de sacarose para a comercialização.

3. Matérias e métodos

3.1. Área de estudo

O estudo foi realizado na comunidade de Catilla y León, com uma área superior a 94.000 km^2, representa cerca de 20% do território peninsular (Lanuza, 2006), correspondendo a um quinto do território espanhol, (Atlas de Espanha, 1993). Com uma produção em ordem e importância, 86,3% da produção de beterraba no inverno em toda Espanha (Sanchez, 2016).

3.2. Variedades utilizadas

Para a determinação da composição química da beterraba, foram utilizadas três variedades, Sandrina, Amalia e Dulzata respectivamente. As mesmas foram plantadas durante um estudo que se levou a cabo durante duas campanhas agrícolas 2010-2011 e 2011-2012. Na primeira campanha utilizaram-se as variedades Sandrina e Dulzata. Na segunda campanha foram semeadas as variedades Sandrina e Amalia (esta última de comportamento similar a Dulzata, para no entanto as poder comparar). As parcelas experimentais foram estabelecidas graças à colaboração da Associação de Investigação para a Melhoria do Cultivo da Beterraba Açucareira (AIMCRA), em 5 áreas distintas (figura 2), de Cas-

tilla y León. Estas parcelas pertencem a agricultores privados da cultura beterraba sob recomendações técnicas da AIMCRA .

Figura 1- Situação de Castela e Leão na Península Ibérica e as usinas de açúcar que operam actualmente. Fonte: (Sánchez Sastre, 2016).

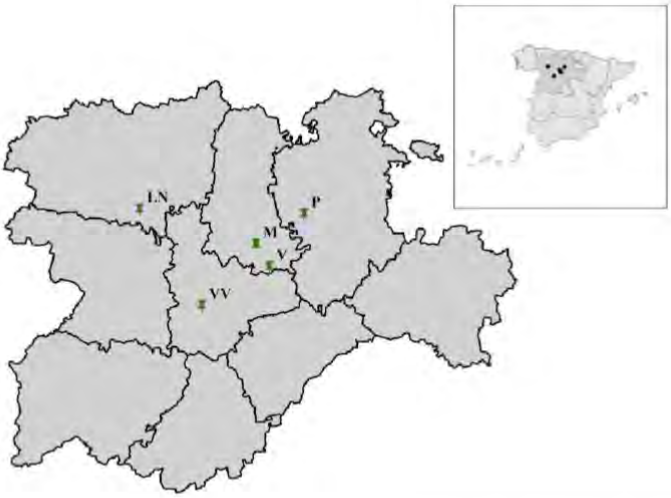


Figura 2- Localização do mapa do experimento. LN: Laguna de Negrillos; M: Magaz de pisuerga; P: Pampliega; V: Vertavillos; VV: Villavieja.

3.3. Preparação das amostras

Foram selecionadas 36 plantas com a finalidade quantificar e melhorar a precisão da técnica de FTIR, as amostras dispersas foram preparadas em uma matriz de brometo de potássio (KBr). As amostras foram previamente secas em estufa durante 24 horas. Para a composição dos comprimidos (pastilhas) de KBr com cerca 750 mg (figura 4) usou-se

balança analítica de precisão para a posterior análise, por meio de FTIR. A tabela 3 ilustra os códigos das diferentes localidades onde foram tomadas, sendo Laguna de Negrillos (L), Magaz de Pisuerga (M), Plampliega (P), Tordesilhas (T), Vertadillo (VT) e Villavieja (W). A válvula utilizada permite aplicar uma pressão de cerca de 10 atmosferas durante 3 a 5 minutos.

3.4. Análise e caracterização das amostras

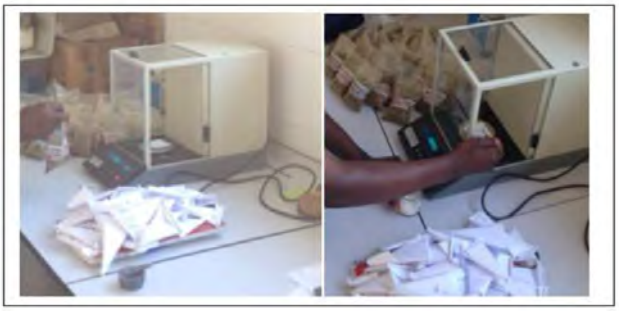


Figura 3- Preparação das amostras (peso)

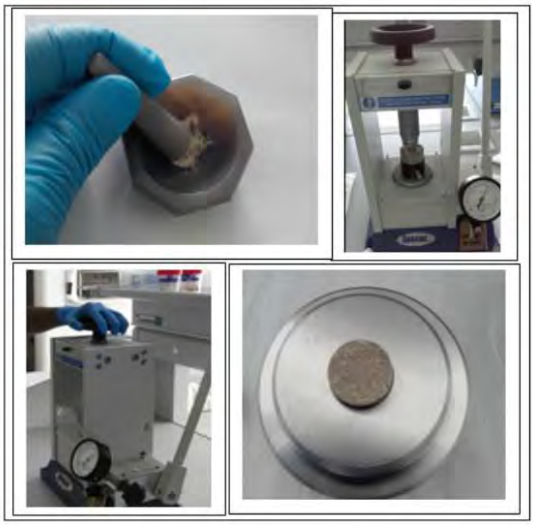


Figura 4- Resumo esquematico da preparacao das pastilhas de KBr

As amostras preparadas foram analisadas e caracterizadas por espectroscopia infravermelha com transformada de Fourier (FTIR), utilizando um espectrofotómetro Thermo Scientific, modelo Nicolet iS50 FT-IR, com faixa de leitura de 400-4000 cm^{-1} pertencente ao Laboratório de Técnicas Instrumentais (LTI) localizado no Campus Palencia e pertencente à Universidade de Valladolid (UVa).

Figura 5. Caracterização das amostras com FTIR

As amostras analisadas foram agrupadas por uma média espectral correspondente com a variedade, procedência e ano. Das 36 amostras, 14 espectros são finalmente oferecidos (Figura 7), com correção da linha de base para o estudo correto das vibrações moleculares (Figura 8) e sua relação subsequente com a área do pico. Para a análise estatística, se utilizou o programa IBM SPSS Statistics 24, seguindo a codificação especificada (ver quadro 4).

Quadro 3. Codificação utilizada

Número	Localidade	Provincia	Variedade	Ano	Código
1	Laguna de Negrillos	León	Dulzata	2011	LD DUL
2	Laguna de Negrillos		Sandrina	2011	LD SAN
3	Magaz de Pisuerga	Palencia	Dulzata	2011	MP DUL
4	Magaz de Pisuerga		Sandrina	2011	MP SAN
5	Tordesillas	Valladolid	Dulzata	2011	TOR DUL
6	Tordesillas		Sandrina	2011	TOR SAN
7	Laguna	Valladolid	Amalia	2012	LAG AM
8	Laguna		Sandrina	2012	LAG SAN
9	Pampliega	Burgos	Amalia	2012	PAM AM
10	Pampliega		Sandrina	2012	PAM SAN
11	Vertavillo	Palencia	Amalia	2012	VER AM
12	Vertavillo		Sandrina	2012	VER SAN
13	Villavieja	Valladolid	Amalia	2012	VILL AM
14	Villavieja		Sandrina	2012	VILL SAN

4. Resultados e discussão

Os diferentes espectros foram coletados no infravermelho médio, entre 4000 e 400 cm^{-1}. A Figura 7 ilustra, todas as amostras analisadas com seus diferentes grupos funcionais e os

comprimentos de onda dos picos observados. Para a comparação dos espectros, realizou-se a correção da escala e da linha de base. A Figura 8 representa os espectros com tais correções e na Figura 9 a região da impressão digital, que é a região do espectro em que pequenas diferenças na estrutura e constituição de uma molécula resultam em mudanças importantes na distribuição dos picos de absorção. Comparando as variedades de beterraba na localidade de Tordesilhas, notou-se uma maior absorção espectral dos grupos funcionais da variedade de Dulzata (em azul) e uma menor absorção da variedade Sandrina (em vermelho), em toda a região do infravermelho médio. Por outro lado, em Magaz de Pisuerga o comportamento foi completamente diferente (figura 10). Em Laguna de Negrillos, os espectros das duas variedades são muito semelhantes, entrelaçando de acordo com a área observada.

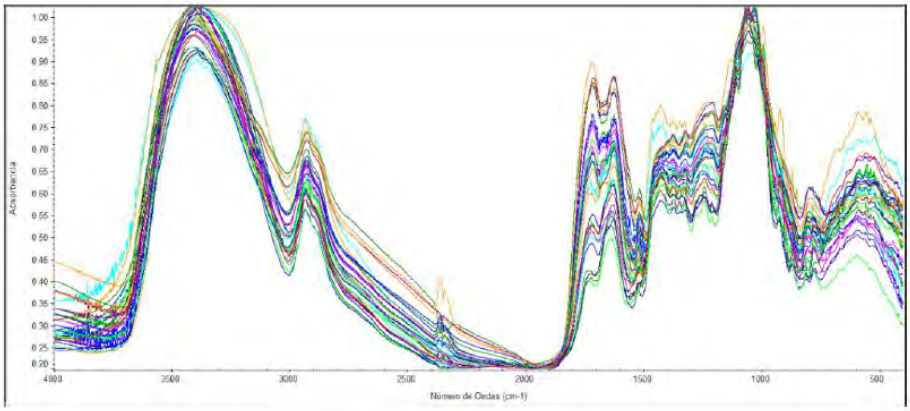


Figura 6. Espectros de absorção de todas as amostras de raiz de beterraba no infravermelho médio.

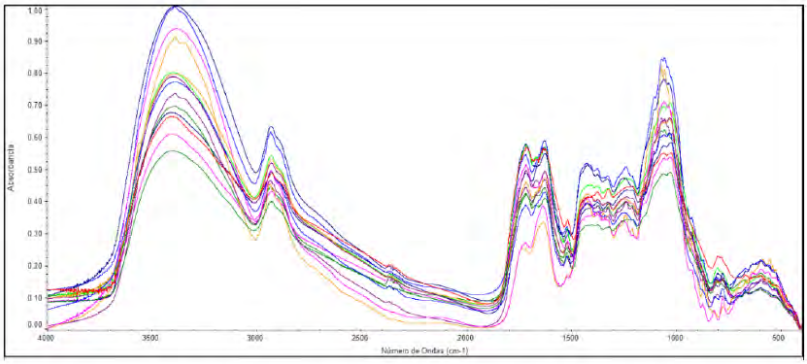


Figura 7. Espectros de absorção das médias por localidade e variedade da raiz de beterraba no infravermelho médio, com correção da linha de base.

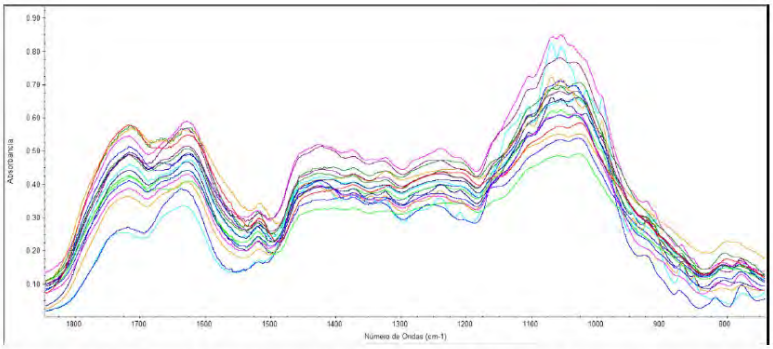


Figura 8. Espectros de absorção das médias por localização e variedade da raiz de beterraba, e respectivas médias anuais, no intervalo da impressão digital com correcção de base.

O predominio das vibrações e o número de ondas de diferentes espécies químicas presentes nas variedades de beterraba sacarina se ilustram na Tabela 6 e são similares aos encontrados com os autores, Garrigues, 2000; Salas et al., 2008 e Ftirsearch, 2016. A Tabela 7 reflete os valores das absorbâncias para os comprimentos de onda selecionados e para cada amostra e variedade codificada.

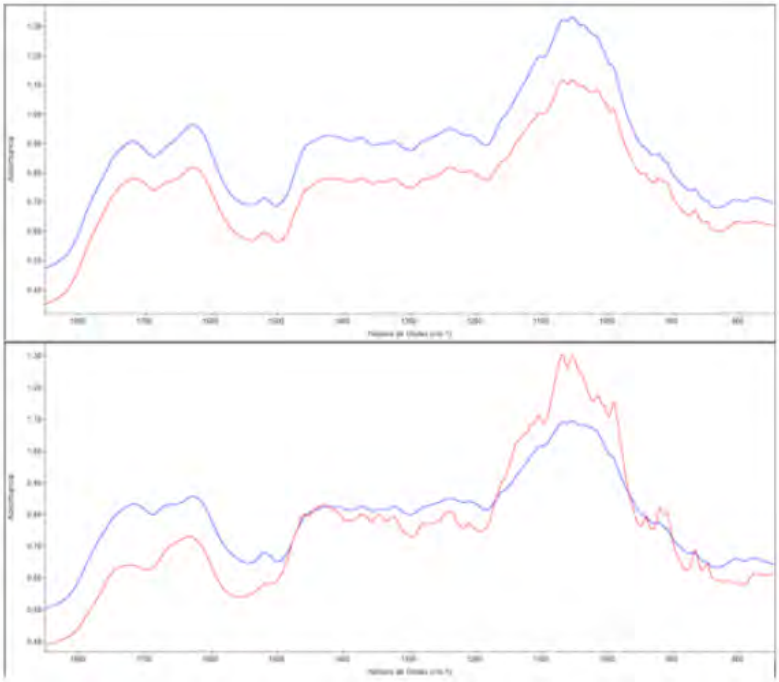


Figura 9. Comparação das impressões digitais das variedades Sandrina (vermelha) e Dulzata (azul) de (i) Tordesilhas e (ii) Magaz de Pisuerga, de 2011.

Como se pode ver na Figura 11, os grupos funcionais da variedade Dulzata coletadas em 2011, têm valores de absorbância mais altos na localidade de Tordesilhas em todos os picos analisados.

Tabela 6. Atribuições das vibrações dos grupos funcionais de diferentes espécies químicas e para diferentes variedades de beterraba.

Número de onda (cm^{-1})	Grupos funcionales	Especie química
3292	CH, NH o NH_2	Pectina
2921	CH, CH_2, CH_3	Celulosa
1619	COO	Lignina
1415	COO, $CH=CH_2$,CO,COOH, C-CH_3	Hemicelulosa
1319	CH_3-Si	Celulosa
1080	CH_2-OH	Sacarosa
	CH_2-OH	Sacarosa
1030	CH_2-OH,	Hemicelulosa
980	$CH=CH_2$	Eteno

Em relação aos números de onda onde 1319 e 2921 correspondem a celulose e 1619 lignina e cm^{-1} alocalidade de Laguna de Negrillos registou a maior absorbância para os três comprimentos de onda, seguido por Tordesilhas e Magaz de Pisuerga.

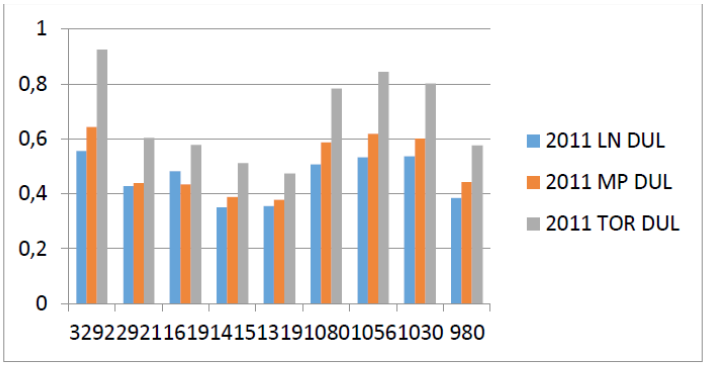


Figura 10- Histograma de absorção em diferentes números de onda da variedade Dulzata em 2011 nas diferentes localidades

Assim como a variedade Sandrina de 2011, a Amalia de 2012 possui absorbâncias de diferentes magnitudes de acordo com o composto analisado. Na Figura 13 verificou-se maior conteúdo de pectina nas amostras de Pampliega se comparadas com as demais. No caso da celulose as da Laguna apresentam os maiores valores (diferentemente dos demais), e na faixa de 1080-980 cm^{-1}, correspondente a sacarose e hemicelulose, oferecem semelhantes registos as de Pampliega e Laguna, seguidas pelas localidades de Villavieja e finalmente as de Vertavillo.

Finalmente, a variedade Sandrina em 1012 difere da variedade anterior na medida em que a ordem de magnitude dos registros permanece constante (exceto para o teor de lignina em 1619 cm-1). A localidade de Pampliega difere em até dois décimos dos valores de absorbância em alguns pontos, seguidos por Villavieja e Vertavillo com valores muito próximos uns dos outros e deixando Laguna por último, exceto pelo conteúdo de lignina acima mencionado, com absorbância semelhante à de Pampliega Figura 14.

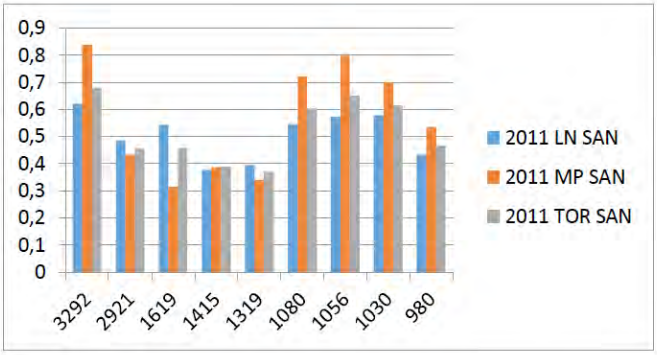


Figura 11- Histograma de absorções para diferentes números de onda da variedade Sandrina em 2011 nas diferentes localidades.

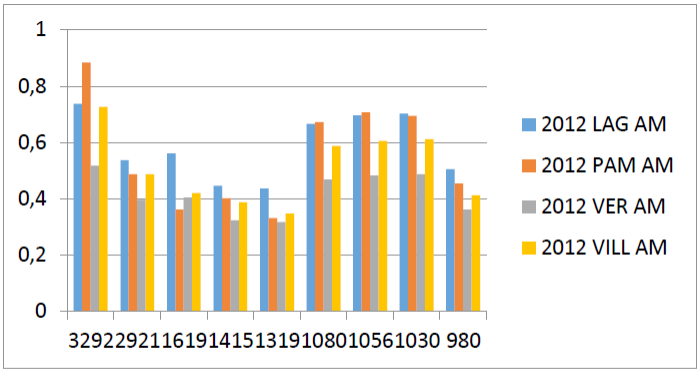


Figura 12- Histograma de absorção para diferentes números de onda da variedade Amália em 2012 nas diferentes localidades.

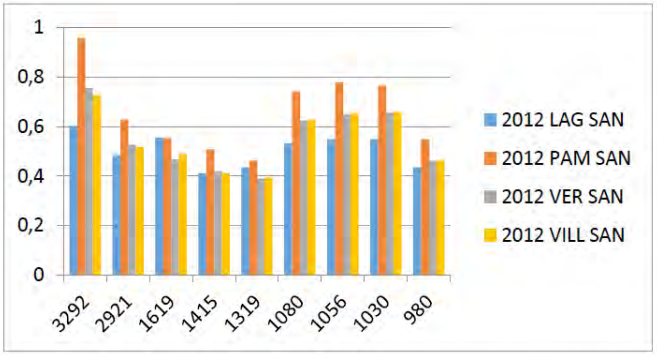


Figura 13- Histograma de absorções para diferentes números de onda da variedade Sandrina em 2012 nas diferentes localidades.

4.1.Área de pico

Se relacionou a área sob a curva correspondente ao pico de sacarose, após a correção da base de cada espectro, a fim de estabelecer uma relação entre variedades dentro de um mesmo ano. Figura 17, 18, 19 e 20.

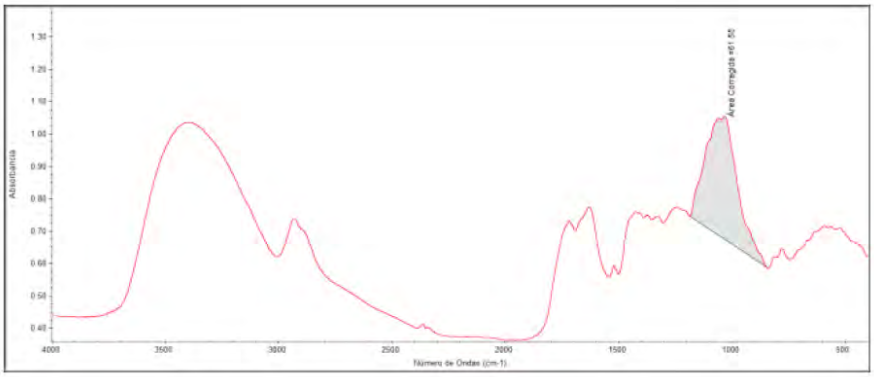


Figura 14- Áreas utilizadas para a variedade Sandrina 2011

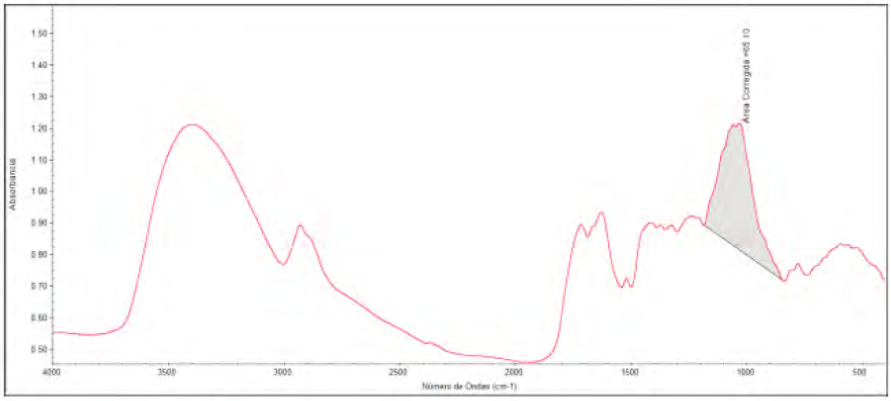


Figura 15- Áreas utilizadas para variedad Dulzata 2011.

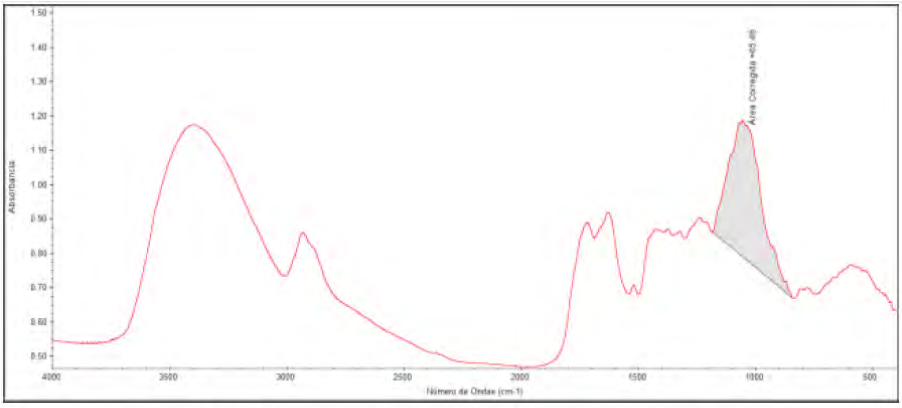


Figura 16- Áreas utilizadas para a variedade Sandrina 2012

5. Conclusões

1. As absorções de ligações específicas em moléculas orgânicas tais como: pectina, celulose, lignina, hemicelulose, sacarose e eteno predominam nos seguintes números de onda (3292, 2921 e 1319, 1619, 1415 e 1030, 1080 e 1056 e 980 cm^{-1}, respectivamente).

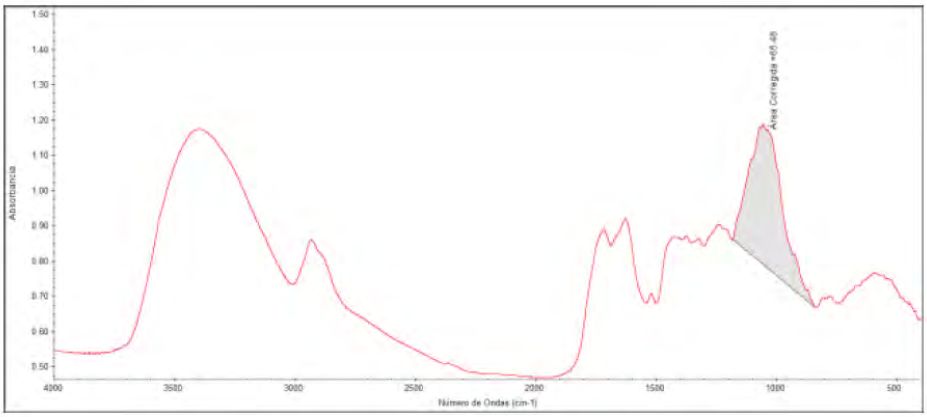


Figura 17- Áreas utilizadas para a variedade Sandrina Amalia 2012

2. A partir dos histogramas realizados, conclui-se mediante FT-IR, que as absorvâncias dos grupos funcionais de sacarose são muito superiores aos restantes dos grupos funcionais presentes na pectina, celulose, lenhina, hemicelulose e eteno; e, consequentemente, a riqueza em sacarose predomina sobre o resto das espécies químicas.

3. Apesar de alguma similitude entre as três variedades analizadas com relação ao teor de sacarose, notou-se que a Sandrina possuiu maior.

6. Referências bibliográficas

ACOR, (2014). *Variedades de remolacha recomendadas para la campaña 2014-2015*. 1st ed. [ebook] Valladolid: Acor, p.1. Available at: http://www.acor.es [Accessed 12 Jun. 2016].

Afshar, P., Honarvar, M., Gharachorloo, M., Eshratabadi, 2. and Bazyar, B. (2014). *Investigation of the Physico-Chemical Properties of Press Mud: A Sugar Industry Waste*. 1st ed. Advances in Environmental Biology, pp.1053-1058.

AIMCRA, (2016). *Recomendaciones de cultivo > Adversidades de la remolacha*. [online] Available at: http://aimcra.com/Biblioteca/Enfermedad.aspx?ID=1 [Accessed 12 Jun. 2016].

Armenta, S., Garrigues, S. and de la Guardia, M. (2007). Partial least squares-near infrared determination of pesticides in commercial formulations. *Vibrational Spectroscopy*, 44(2), pp.273-278.

Atlas de España. (1993). Madrid: El País-Aguilar.

Azucarera, (2016). *Azucarera*. [online] Available at: http://www.azucarera.es/descubre_proceso.php [Accessed 2 Jun. 2016].

Azucarera, (2016). *Plan 2020 azucarera. Recomendaciones para una siembra en abril/mayo*. 1st ed. Zamora: azucarera.es.

Bekiaris, G., Lindedam, J., Peltre, C., Decker, S., Turner, G., Magid, J. and Bruun, S. (2015). Rapid estimation of sugar release from winter wheat straw during bioethanol production using FTIR-photoacoustic spectroscopy. *Biotechnol Biofuels*, 8(1).

Botero Herrera, J. (2009). *Determinación del nivel foliar de nutrientes mediante espectroscopia de reflectancia*. Tesis Doctoral. Universidad Nacional de Colombia.

Brito de Medeiros, A. (2009). *Uso de ATR/FTIR e FTNIR associado a técnicas quimiométricas para quantificação de aditivos em gasolina automotiva*. 1st ed. [ebook] Brazilia. Available at: https://www.researchgate.net [Accessed 12 Jun. 2016].

Castaneda-Pérez, E. (2013). *Uso de FTIR-HATR y análisis multivariable para el seguimiento de la degradación de compuestos bioactivos durante el secado de pimiento rojo.* 1st ed. [ebook] Scielo.Org.Mx, 12(2), pp.pp.193–204. Available at: http://www.scielo.org.mx/pdf/rmiq/v12n2/v12n2a2.pdf. [Accessed 12 Jun. 2016].

Cozzolino, D., Cynkar, W., Shah, N. and Smith, P. (2011). Multivariate data analysis applied to spectroscopy: Potential application to juice and fruit quality. *Food Research International,* 44(7), pp.1888-1896.

Curran, P., Dungan, J. and Peterson, D. (2001). Estimating the foliar biochemical concentration of leaves with reflectance spectrometry. *Remote Sensing of Environment,* 76(3), pp.349-359.

Damazio, D., Santos, R., Diniz, M., Mattos, E. and Dutra, R. (2015). Determinação do teor de ENB em EPDM (elastômero puro) por FT-IR de transmissão, por meio de *banda relativa. Polímeros, 25(2), pp.181-185.*

Dewaest, M., Villemejane, C., Jouan-Rimbaud Bouveresse, D., Eveleigh, L., Rutledge, D., Verel, A. and Michon, C. (2016). Interest of coupling ATR-MIR spectroscopy with independent components analysis to follow starch hydrothermal transformations. *Food Hydrocolloids,* 58, pp.298-307.

Echevarría a Ruiz de Vargas, C. and Morillo-Velarde PeÌ•rez-Barquero, R. (2005). *Aspectos fisiológicos de la remolacha azucarera de siembra otonÌƒal.* Sevilla: Consejería a de Agricultura y Pesca.

Ferrer, N. and Vila, A. (2005). *Determinación de polímeros en obras de patrimonio mediante la espectroscopia de infrarrojos por Transformada de Fourier*. 1st ed. [ebook] Barcelona: Serveis Cientificotècnics., p.1. Available at: https://www.researchgate.net [Accessed 12 Jun. 2016].

Food and Agriculture Organization of the United Nations. (2016). *El estado de la inseguridad alimentaria en el mundo 2015.* [online] Available at: http://www.fao.org/hunger/es/ [Accessed 30 May 2016].

Ftirsearch, (2016). *What is FTIRsearch.com.* [online] Available at: http://ftirsearch.com [Accessed 27 Jun. 2016].

García-Serrano Jiménez, P. (2011). *Guía práctica de la fertilización racional de los cultivos en España*. Madrid: Ministerio de Medio Ambiente y Medio Rural y Marítimo.

Garrigues, J. (2000). Direct ATR-FTIR determination of sucrose in beet root. *Talanta,* 51(2), pp.247-255.

Gumienna, M., Szwengiel, A., SzczepaÅ„ska-Alvarez, A., Szambelan, K., Lasik- KurdyÅ›, M., Czarnecki, Z. and Sitarski, A. (2016). The impact of sugar beet varieties and cultivation conditions on ethanol productivity. *Biomass and Bioenergy,* 85, pp.228-234.

Hind, A., Bhargava, S. and McKinnon, A. (2001). At the solid/liquid interface: FTIR/ATR — the tool of choice. *Advances in Colloid and Interface Science,* 93(1-3), pp.91-114.

Infoagro.com. (2016). Agricultura. *El cultivo de la remolacha azucarera. 1Âª parte.*.[online] Available at: http://www.infoagro.com/herbaceos/industriales/remolacha_azucarera.htm [Accessed 1 Jun. 2016].

Lanuza, L. (2006). *Gran Atlas de España*. Madrid: Planeta.

Magrama.gob.es. (2016). *Remolacha azucarera - Cultivos herbaceos e industriales - Producciones agrícolas - Agricultura - magrama.es.* [online] Available at: http://www.magrama.gob.es/es/agricultura/temas/producciones-agricolas/cultivosherbaceos/remolacha-azucarera/ [Accessed 30 May 2016].

Malavolta, E. (2006). *Manual de nutriç ão mineral de plantas.* São Paulo (SP): Agronomica Ceres.

Martínez, J. (2007). *Espectroscopía infrarroja. 1-Fundamentos.* 1st ed. [ebook] p.1. Available at: http://www.upct.es/ [Accessed 27 Jun. 2016].

Meza, M. (2014). *El espectro electromagnético.* 1st ed. [ebook] Mexico: Bing Bang Fautiniano, p.1. Available at: http://revistas.unjfsc.edu.pe [Accessed 12 Jun. 2016].

Mikolajczyk-Bator, K., Blaszczyk, A., Czyżniejewski, M. and Kachlicki, P. (2016). Characterisation and identification of triterpene saponins in the roots of red beets (Beta vulgaris L.) using two HPLC_MS systems. *Food Chemistry,* 192, pp.979-990.

Morales, J. (2010). *La remolacha forrajera (Beta vulgaris L.) y su potencial para zonas áridas y semiáridas.* Doctorado. Universidad Autónoma Agraria Antonio Narro.División ciencia animal.

Oliveira, R., Gatiboni, L., Valicheski, R., Miquelluti, D. and Brunetto, G. (2016). Calibração da adubação fosfatada e potássica para beterraba na região do Vale do Itajaí. *Hortic. Bras.,* 34(2), pp.210-215.

Ortiz-Cañavate Puig-Mauri, J., Ruiz Altisent, M. and Hernanz Martos, J. (1995). *Las máquinas agrícolas y su aplicación*. Madrid: Mundi-Prensa.

Pan, L., Zhu, Q., Lu, R. and McGrath, J. (2015). Determination of sucrose content in sugar beet by portable visible and near-infrared spectroscopy. *Food Chemistry,* 167, pp.264-271.

Pérez López, G. and Velázquez Angulo, C. (2013). *Huerto urbano sostenible.* Madrid: Mandi Prensa.

Perkins, W. (1986). Fourier transform-infrared spectroscopy: Part l. Instrumentation. *J. Chem. Educ.,* 63(1), p.A5.

Rodriguez Suppo, F. (1982). *Fertilizantes*. México, D.F.: AGT Editor.

Sala, O. (2008). *Fundamentos da espectroscopia RAMAN e no infravermelho.* São Paulo: Unesp.

Salas, Y., Colque, M., Lazo, A., Ccorymanya, R. and Obregón, C. (2008). *Obtención y caracterización fisicoquímica y funcional de las fibras dietéticas del níspero común (mespilus germanica).* 1st ed. Revista de la Sociedad Química del Perú.

Salunkhe, D., Kadam, S., Vázquez Yañez, O. and Calo Nata, P. (2003). *Tratado de ciencia y tecnología de las hortalizas.* Zaragoza: Editorial Acribia.

Sanchez Sastre, L. (2016). *Analysis of the influence of environmental variables on carbon content of sugar beet crop and estimation of nitrogen content in leaves by vegetation indices.* Doctorado. Universidad de Valladolid.

Sánchez, M. (2011). *Aportaciones al conocimiento de la dinámica de la materia orgánica edáfica en suelos calizos del páramo castellanoleonés.* Doctorado. Universidad de Valladolid.

Sánchez, R. (2016). *Exploring the Best Solutions for Your FT-IR Applications*.

Santos, M., Gerbino, E., Tymczyszyn, E. and Gomez-Zavaglia, A. (2015). Applications of Infrared and Raman Spectroscopies to Probiotic Investigation. *Foods,* 4(3), pp.283-305.

Silva, A., Silva, Ê., Bassoi, L. and Klar, A. (2015). Desenvolvimento de cultivares de beterraba sob diferentes tensões da Água no solo. *Hortic. Bras.,* 33(1), pp.12-18.

Silverstein, R., Webster, F. and Kiemle, D. (2010). *Identificação espectrométrica de compostos orgánicos.* Rio de Janeiro: Grupo Gen - LTC.

Skoog, D., Holler, F., Nieman, T. and Caracelli, I. (2002). *Princípios de análise instrumental*. Porto Alegre: Bookman.

Vsevolodovna, R. (2014). *Supersimetría en moléculas diatónicas y reacciones de transferencia. Maestria.* Universidad Juaréz Autónoma de Tabasco.

Óleo de sesamun indicum de cultivo angolano com actividade antifúngica

Albertina Benza Canda
DEI de Química Faculdade de Ciências, Universidade Agostinho Neto, Angola (docente mbenza901@msn.com)

Michel Francisco Cange
DEI de Biologia Faculdade de Ciências, Universidade Agostinho Neto, Angola

1. Introdução

É notória a frequência do aparecimento de infecções micóticas no seio da população nas sociedades, devido a condições sanitárias e não só. O tratamento para micoses apresenta muitas limitações terapéuticas devido ao desenvolvimento de resistência microbiana e a toxicidade dos medicamentos sintéticos. Assim, a necessidade de novos produtos como alternativa no combate das infecções em causa é uma emergência. Os produtos vegetais da dieta alimentar podem proporcionar garantias para o efeito, visto que contêm material portador de nutrientes com diversas funções biológicas, apresentam uma dada isenção toxicológica e são, na sua generalidade, de fácil aquisição. Neste caso, tomou-se em consideração a semente de sesame (gergelim), dado ao seu notório valor nutritivo e terapéutico.

Objectivos

Dado que a vida saudável de um povo é intrínseca aos seus costumes e à sua dieta alimentar, o objectivo deste trabalho visou na valorização de uso de gergelim na dieta alimentar como forma de prevenção contra fungos.

Em específico:

- Avaliar a actividade antifungica do óleo de gergelim sobre o género *candida Aubicans*;
- Contribuir na divugação de potencialidade nutritiva e preventiva das sementes;
- Motivar a introdução de gergelim na dieta alimentar;
- Reforçar o cultivo de gergelim na agricultura angolana.

Métodos

Foi adoptada a extração de óleo por prensagem a frio e para a avaliação da actividade antifúgia, recorreu-se ao método de difusão em disco.

2. Fundamentos teóricos

Os óleos essenciais contidos em muitas plantas foram incluídos na alimentação desde o início das civilizações e muitas dessas plantas eram usadas como fontes de produtos

farmacêuticos para combater as enfermidades que assombravam o homem. Portanto, os óleos essenciais figuram entre os primeiros medicamentos utilizados pelo homem primitivo atendendo às suas propriedades bioactivas[1]. As mesmas propriedades são fruto do metabolismo secundário da própria planta gerando compostos químicos com finalidade de protecção contra os seus invasores. Esses compostos químicos podem ser isolados das diferentes partes da planta desde raízes até as sementes.

Semente de gergelim

Trata- se de uma semente da família Pedaliaceae, oleaginosa, de forma oval, tamanho muito reduzido, com colorações várias e de sabor característico. A sua polpa é doce com casca ligeirarmente consistente e um pouco amarga. Gergelim é um dos alimentos mais promotores de saúde e bem estar do homem. Todavia, o seu consumo não tem sido relevante no seio dos angolanos dado ao desconhecimento de benefícios que é capaz de proporcionar ao organismo, salvo algumas etnias que o usam como alimento, constituindo um prato típico indispensável na sua dieta, servido com puré de bombom(funge), batata doce, mandioca, banana pão ou ainda com arroz. As mesmas sementes são internacionalmente conhecidas, mesmo assim, de consumo também reduzido, geralmente como aperitivo. O seu maior realce está na extração do seu óleo cuja aplicação reverte mais para as áreas farmacêutica e cosmética.

O valor nutritivo de sementes de gergelim resume-se em serem ricas em lípidos, fibras, proteínas (principalmente do complexo B), antioxidantes (tocoferol, sesamolina e sesamol) e sais minerais como cálcio, ferro, fósforo, magnésio, sódio, zinco, selênio, entre outros, em quantidades apreciáveis como mostra a tabela 1. Os seus constituintes químicos conferem-lhe uma maior importância terapêutica, podendo participar no combate contra as doenças do século: doenças cardíacas, degenerativas e ainda doenças de invasão parasitária no homem[2].

Tabela 1 Principais nutrientes nas sementes de gergelim e sua composição média

Constituinte	Valores (expressos/100g de sementes)
Energia (kcal)	578,0
Umidade (g)	4,7
Proteínas (g)	19,8
Gordura (g)	51,9
Carboidrato (g)	15,3
Fibra (g)	3,1
Cinzas (g)	5,2
Cálcio (mg)	1200,0
Fósforo (mg)	540,0
Ferro (mg	9,6
Sódio (mg)	2,0
Potássio (mg)	400,0
Caroteno (mg)	17,0
Vitamina B1 (mg)	0,95
Vitamina B2 (mg)	0,25
Niacina (mg)	5,1

Fonte: Adaptado de FIRMINO & BELTRÃO (1997).[2]

1. António P. Cunha, Odet Roque e Maria Nogueira, *Plantas Aromáticas e Óleos Essenciais e Aplicações* (Lisboa: Foundação Calouste Gulbenkian, 2012).

2. Corso Marinês A. P. Estudo da extração de óleo de sementes de gergelim (sesamun indicum L.) empregando os solventes dióxido de carbono supercrítico e n-propano pressurizado. Toledo - PR 2008. Dissertação Engenharia química, Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Cultivo de gergelim

No cultivo de gergelim destacam-se 75 países, em especial na Ásia, com produção mundial estimada em 3,16 milhões de toneladas com uma produtividade de 481,40 kg/he[3]

No nosso país, o cultivo de gergelim é fácil pois este cresce quase em todo o território angolano, com maior relevância nas zonas Norte e Sul cujo a população é consumidora do mesmo. Gergelim tem a sua disponibilidade durante todas as estações do ano. Todavia, ainda se trata de uma agricultura de forma familiar/rudimentar. Cultiva-se em três qualidades: a semente branca e castanha escura no Sul, e a castanha clara no Norte.

Nesta altura em que a diversificação económica é um imperativo para o nosso país, desenvolver o cultivo de gergelim constitui uma fonte de receita para o país, envolvendo o sector empresarial e consequentemente outros sectores como: agricultura, alimentar, farmacêutico, cosmético, etc.

O seu óleo é portador de componentes químicos capazes de:

Fortalecimento do sistema nervoso e dos ossos prevenindo a osteoporose; ajuda na diminuição de dores inflamatórias; conferir elasticidade e suavidade à pele; coadjuvação no processo de coagulação sanguínea equilibrando o sistema cardiovascular, evitando ataques cardíacos, hipertensão, enfartes e derrames; controlo de níveis de colesterol no sangue, diabetes, obesidade; inibição do crescimento de caroços no organismo; combate contra os radicais livres que estão na base de muitas doenças nomeadamente o cancro, contribuindo na regeneração das células; combate à invasão de parasitas/microrganismos no organismo[4].

O nosso país regista um elevado número de acidentes rodovários e cardiovasculares com sequelas devastadoras; o óleo de gergelim é um bom cicatrizante e revitalizante das células danificadas.

Outra hora, algumas sementes eram usadas para o processo de desparasitação nas crianças nas aldeias angolanas. Actualmente as fitoterapeutas ambulantes recomendam as sementes de gergelim para combater as dores de bexiga e infecção urinária.

Atividade biológica

O modo de atuação dos óleos essenciais portadores de atividade antimicrobiana está associado à presença de determinados compostos químicos neles incorporados, particularmente os taninos, que têm a capacidade de alterar a permeabilidade da membrana externa dos microrganismos e/ou inibir enzimas importantes para o crescimento e a sobrevivência dos mesmos[5.]

Para a avaliação de uma ação inibidora de microrganismos de um composto químico existem vários métodos. O método de difusão em disco é um dos mais aplicados. Este método consiste na difusão do composto químico portador de princípio antimicrobiano num meio de cultura sólido inoculado com o microrganismo a testar. A partir da difusão ocorre o aparecimento de uma região isenta de crescimento do microrganismo, denomi-

3. Ibid, Corso Marinês A. P.

4. Donald P. B.," Medicinal Plants and Phytomedicines. Linking Plant Biochemistry and Physiology to Human Health", *Plant Physiology*, 124 nº 2, 2000 http://dx.doi.org/10.1104/pp.124.2.507.

5. Glehn, E.AV.and Rodrigues, G.P.S., "Antifugigrama para comprovar o potencial de ação dos extratos vegetais hidroglicólicos sobre Candida sp", *Rev. Bras. Plantas med.*[online], 14 nº3, 2012, www.sielo.br.pdf.rbpm

nada por halo de inibição. O halo de inibição apresenta um diâmetro mesurável e o seu valor permite a avaliação da ação do antimicrobiano testado[6]. Podendo assim determinar se o micorganismo é ou não sensível ao composto. Alguns antibióticos mais comuns no mercado apresentam halos de diâmetros bem conhecidos para determinados géneros de microrganismos.

3. Apresentação e discussão de resultados

Material e método

Sementes

As sementes foram adquiridas no mercado nacional do Kwanza, provenientes do norte do país na província de Uíge. Apresentaram-se com cor castanha clara, fig. 1. Inicialmente foram peneiradas e lavadas e depois secas a temperatura ambiente e moídas numa trituradora coffee grinder, marca EiCON, model nº EC-828 de 50 Hz, 100W.

Fig.1 - Sementes de gergelim

Fungo *Candida albicans*

As estripas de Candida Albicans em estudo foram extraídas de humanos, a partir de um hospital da capital angolana, caracterizadas por Mestre Matondo Tando.

Extração do óleo

As sementes moídas foram submetidas à ação mecânica, por prensa a frio, resultando em óleo extra virgem como mostra a fig 2a-b. Observou-se que, durante a extração, o óleo foi surgindo acompanhado de uma espuma branca persistente.

O método aplicado na extração de óleo, usando um pilão de madeira, foi adaptado para aproximar à técnica comummente usada na cozinha tradicional na confeção de gergelim, afim de trabalhar com óleo puro cuja técnica de obtenção é acessível a todos, apesar de ser muito trabalhosa.

6. "Instructions for useready-to-use plated media" BDTM Mueller Hinton II Agar BD Mueller Hinton II Agar 150 mm BD Mueller Hinton II Agar, Square. PA-254032.08 Rev. Februaryl 2017.

Fig. 2 - Processos de extração a prensa à frio e o óleo virgem

Óleo essencial de gergelim

O óleo obtido, fig 1_b, apresentou-se de cor amarela dourada com um aroma muito suave e característico. A densidade do óleo obtido foi de 0,87 g/ml.

Avaliação da actividade antifúngica do óleo

A sensibilidade do fungo à acção do óleo foi determinada com recurso ao método de difusão em disco usando o meio de Ágar Mueller Hinton.

Preparação de soluções de óleo para teste

Esta etapa foi precedida de uma seleção de solventes tendo em conta a solubilidade do óleo e a possível interferência da ação do solvente com o microrganismo em estudo. Neste caso, foi seleccionado o álcool etílico.

Foram preparadas as soluções alcóolicas de óleo numa série de concentrações predefinidas (0,25; 0,5; 25; 50; 100; 150; 250; 500 e 1000 µg/ ml).

Avaliação de sensibilidade de *Candida Albicans*

Procedimento

É de salientar que todo o material usado passou primeiramente pelo processo de esterilização. Assim, procedeu-se primeiramente ao semeio, por espalhamento, com auxílio de uma zaragatoa, 100 µl da cultura microbiana numa placa de Petri contendo o meio Ágar de Mueller Hinton.

Os discos de papel filtro embebidos de solução alcoólica de óleo foram depositados e fixados sobre o meio semeado, tendo usado cinco discos para cada concentração em duplicata.

As respectivas placas foram invertidas e seguiram para a incubação numa estufa de aerobiose a 37°C durante 48h, tendo resultado em antifungigramas.

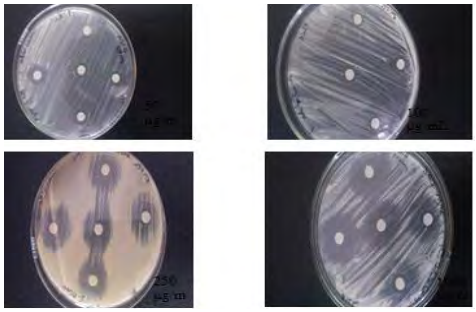
Após a incubação, obtiveram-se os respectivos antifungigramas, ver fig 3.

Por último, avaliou-se a amplitude da actividade antifúngica das amostras, medindo os diâmetros dos halos observados[7,8].

7. Cunha, R. (2016): in Jorgensen, Ferrero. "Antimicrobial susceptibility testing: general principles and contemporary practices", *Clinical Infectious Diseases*. 49 nº 11, 1998.

8. Carlos Sinogas, Luís Alho, Isabel Brito, "Microbiologia Textos de apoio e Manual prático", 2002 / 2003, Universidade de Evora.

Fig. 3 - Alguns antifingigramas de óleo sesames sobre *C. Albicans*



Resultados e discussão

Foram observados halos de inibição para um vasto espectro de concentrações, desde 0,50-250 µg/mL, correspondentes aos diâmetros variados de 10 à 20 mm, ver a tabela 2.

Tabela 2. Diâmetros dos halos nas diferentes concentrações.

Solução	1	2	3	4	5	6	7	8
Concentação (µg/ml)	0,50	25,00	50,00	100,00	150,00	250,00	500,00	1000
Diâmetro de halo(mm)	10	10	12	13	13	13	15	20
Resultados	-S	-S	S	S	S	S	+S	+S

Nota: -S significa pouco sensível, S, sensível e +S, mais sensível

De acordo com os dados registados, pode-se afirmar que o óleo de gergelim apresentou actividade antifúngica a partir da concentração de 50,00 até 1000 µg/mL. A sensibilidade foi proporcional às concentrações naquele intervalo, considerando uma resistência do fungo para as concentrações abaixo 0,50µg/mL, sendo a maior sensibilidade atribuída nas concentrações de 250 a 1000 µg/mL, uma vez que ocorreu a formação de maiores halos de inibição, com diâmetros variando de 15 à 20 mm respectivamente.

Estes resultados levam-nos a considerar o gergelim como um alimento nutricêutico. A sua inclusão na dieta alimentar não apresenta apenas benefícios nutricionais mas também terapêuticos, sendo capaz de controlar possíveis distúrbios com colónias candidas no organismo. O seu uso bem como do seu óleo no combate contra as infecções de Candida Aubicans é uma alternativa para evitar os efeitos tóxicos dos fármacos usuais.

4. Conclusões

O óleo de gergelim possui acção antifúgica sobre o género *Candida Albicans*, constituindo uma alternativa para evitar os efeitos tóxicos dos fármacos usuais.

O uso deste óleo pode ser, no seu estado natural, incorporado em outros fármacos já existentes ou ainda ingerido a partir de sementes.

As sementes de gergelim e o seu óleo apresentam um benefício para a saúde humana e uma fonte de receita para as famílias bem com para o país.

Em função da sua capacidade inibidora observada sobre o género *Candida Albicans*, pode-se recomendar o incentivo de produção/cultivo e o consumo de gergelim, algo que as entidades de saúde pública devem tomar em consideração como alternativa.

5. Referências bibliográficas

Cunha, A. P., Roque, O. R e Nogueira M.T. *Plantas Aromáticas e Óleos Essenciais e Aplicações*. Lisboa: Foundação Calouste Gulbenkian. 2012.

Corso Marinês. "Estudo da extração de óleo de sementes de gergelim (sesamun indicum L.) empregando os solventes dióxido de carbono supercrítico e n-propano pressurizado". (Tese de mestrado) Reirada de Universidade Estadual do oeste do Paraná. 2008

Donald P. B." Medicinal Plants and Phytomedicines. Linking Plant Biochemistry and Physiology to Human Health". *Plant Physiology*, 124 nº 2 2000 http://dx.doi.org/10.1104/pp.124.2.507.

Glehn E.AV.and Rodrigues, G.P.S. "Antifugigrama para comprovar o potencial de ação dos extratos vegetais hidroglicólicos sobre Candida sp" *Rev. Bras. Plantas med.*[online]. vol.14 nº3 2012. www.sielo.br.pdf. rbpm.

"Instructions for useready-to-use plated media". BDTM Mueller Hinton II Agar BD Mueller Hinton II Agar 150 mm BD Mueller Hinton II Agar, Square. PA-254032.08 Rev.: Februaryl 2017.

CUNHA,R.(2016): in JORGENSEN, J.H.; FERRERO, M.J. Antimicrobial susceptibility testing: general principles and contemporary practices. Clinical Infectious Diseases, v. 49, n. 11, p. 973-980, 1998.

Carlos Sinogas, Luís Alho, Isabel Brito "Microbiologia Textos de apoio e Manual prático". 2002 / 2003. Universidade de Evora.

Ferreira,Tatiana Morais et al. "Atividadde antifungica do citral em leveduras do género Candida isoladas de pacientes hospitalizados". Rev. Inst. Adolf Lutz. [online] 2009, vol.68, n.1, pp. 118-125.

Aplicação de sensores multiespectrais para a tipificação de floresta de Miombo no município do Bailundo (Huambo-Angola)

Isaú Alfredo B. Quissindo
Virgínia Lacerda Quartin
Universidade José Eduardo dos Santos, Huambo, Angola (josuealf.2011@hotmail.com)

1. Introdução

A floresta de *Miombo* (palavra swahili para *Brachystegia,* um género que inclui um grande número de espécies arbóreas) distribui-se na África central e meridional e estende-se desde Zimbabue, Zâmbia, Moçambique, Angola, República Democrática do Congo, Tanzânia e Malaui (Figura 1); tem uma extensão de cerca de 3.200.000 km^2, que a torna a maior extensão de floresta seca do mundo (Scholes y Biggs, 2004; Campbell, 1996; Frost, 1996).

As zonas de Miombo apresentam uma grande variedade de clima desde húmido a semiárido, tropical e subtropical ou incluso temperado (Frost, 1996). A sua composição e estrutura é relativamente uniforme em grandes regiões devido às árvores dominantes do dossel (Campbell, 1996; Francisco *et al.*, 2014; Celender, 1983; Frost, 1996; Burrough *at al.,* 2015). A aparência geral do Miombo altera em resposta a uma estação marcada de precipitação (Scholes y Biggs, 2004).

Cerca de 65% da população sub-saariana é rural e depende direta ou indiretamente das florestas para obter alimentos, lenha para cozinhar, material de construção, medicamentos, óleos, colas, resinas e forragens (FAO, 2010; World Bank, 2008).

Considera-se que apenas o Miombo Africano garante meio de subsistência a mais de 100 milhões de pessoas em áreas urbanas e rurais (Dewees *et al.*, 2011; Campbell *et al.,* 2007). Assim, o Miombo é crucial para a redução da pobreza em alguns países da África Subsaariana. Em Angola, o ecossistema tem uma grande importância socioeconómica em termos de combustível lenhoso, materiais de construção, produtos alimentícios e plantas medicinais (MINADERP, 2011).

Dada a sua grande importância socioeconómica para as comunidades rurais na África Subsariana, existe uma grande pressão nas florestas de Miombo (MINADERP, 2011).

Assim, o avanço das fronteiras agrícolas em substituição das áreas florestais, o crescimento populacional, a pobreza e a alta dependência das suas populações dos recursos naturais para sobreviver e obter rendimentos são algumas das razões que impedem a conservação através da exploração sustentável do ecossistema de Miombo.

Embora grande parte da pesquisa florestal realizada na província do Huambo tenha sido feita neste município, a realidade é que muitos destes dados ainda não foram divulgados. Por este facto, a pesquisa apresentada neste trabalho é baseada em dados e técnicas de detecção remota como uma possibilidade para tipificação da floresta de Miombo no município de Bailundo.

Foram utilizados dados do sensor Sentinel 2A por responderem à técnica e aos requisitos científicos para a realização do presente estudo, ou seja, as imagens do sensor Sentinel de acesso gratuito, com as suas características (ver descrição no Quadro 1 em Material e Métodos) permitiram tipificar a floresta de Miombo no município de Bailundo.

Tendo em conta o acima exposto, desenhou-se o seguinte esquema metodológico:

Objectivo geral:

Tipificar a floresta de Miombo no município de Bailundo (Huambo-Angola) mediante o uso de dados de sensor multi-espectral de média resolução espacial.

Objectivos específicos:

- Obter, analisar e processar os dados disponíveis (informações bibliográficas, arquivos vetoriais, MDT e imagens Sentinel-2A) para o estudo do município de Bailundo (Huambo, Angola).

- Realizar todo o processo de processamento de imagens no software Quantum Gis para obter cartografias temáticas que permitam tipificar a floresta de Miombo no município de Bailundo.

2. Material e Métodos

2.1 Área de estudo

A área de estudo corresponde ao Bailundo, que com cerca de 56.000 habitantes ocupa uma área total de 7.065 km² (Marcelino, 2009) do planalto central de Angola (USAID, 2008). Quer a sua localização como os seus limites podem ser vistos abaixo na Figura 1.

O município do Bailundo situa-se a norte da cidade do Huambo (Figura 1), a uma distância de 65 km; latitude 12º 12 ‘S, longitude 15 ° 51’ E e uma altitude média de 1650 metros. A precipitação média no município chega a 1.400 mm / ano. O clima é tropical e húmido, com duas estações: chuvosa e seca, com cinco meses (Projecto Angola, 2014).

Em relação aos recursos naturais, o município de Bailundo apresenta (André, 2015, Cabral *et al.*, 2010; Rede Terra, 2004): cadeias montanhosas de Lumbanganda, Chilono, Niti, Ngolo, Ngoma, Kupassi; recursos hidrográficos como os rios Queve, Cutato, Cupassi, Cuvira, Cunhongãmua, Curindi, Culele, Cucai e Chitonga; fauna com prevalência de aves silvestres; flora diversificada e típica do Miombo, com destaque a *Brachystegia spiciformis, Albizia antunesiana, Brachystegia russeliae, Criptosepalum curtisiorum*, etc.; recursos minerais dominados por ferro, magnésio, bário e diamante; solos ferralíticos, com baixas reservas minerais e teores de matéria orgânica, tornando-os inférteis.

Do ponto de vista agroecológico, o município localiza-se na zona agrícola 24 (Marcelino, 2009). Economicamente, a população pratica a agricultura e o pastoreio (Amaral, 2004).

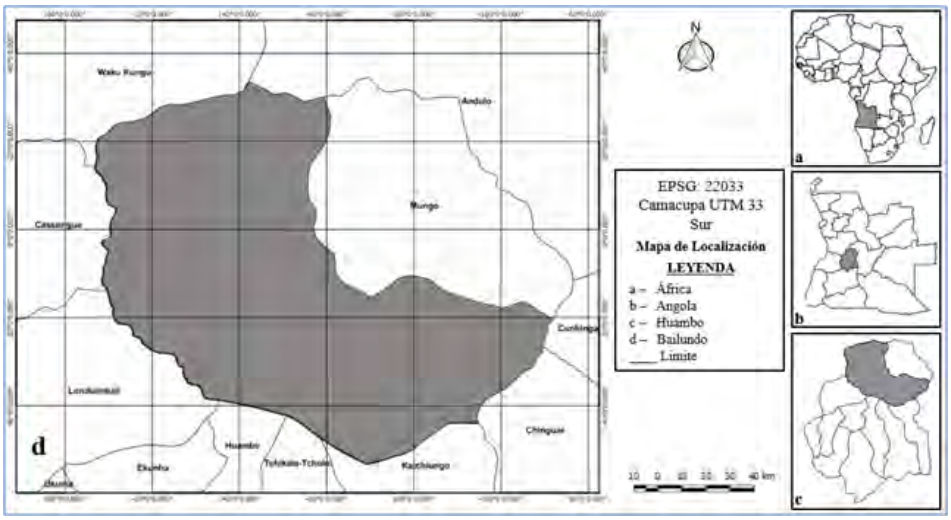


Figura 1. Localização da área de estudo

2.2 Sensor Sentinel 2A

A missão Sentinel-2 é uma constelação de vigilância terrestre de dois satélites que fornecem imagens ópticas de alta resolução destinadas a dar continuidade à posição actual e missões Landsat. O interessante dessa missão é o seu foco especial na agricultura, nos recursos florestais, no meio ambiente e na sua interoperabilidade com o programa Landsat (ESA, 2015).

A sua resolução espectral é distinta pelo facto de as bandas visíveis ou RGB, (do Inglês *Red*, *Green* e *Blue*) serem capturadas em alta resolução 10 metros (Figura 2).

As imagens têm aplicações no estudo de mudanças na cobertura e uso da terra; variáveis biogeofísicas (teor de clorofila e água na folha); desastres naturais (Drusch, 2012); e possibilidades de aplicações nas diversas áreas do saber (ESA, 2015).

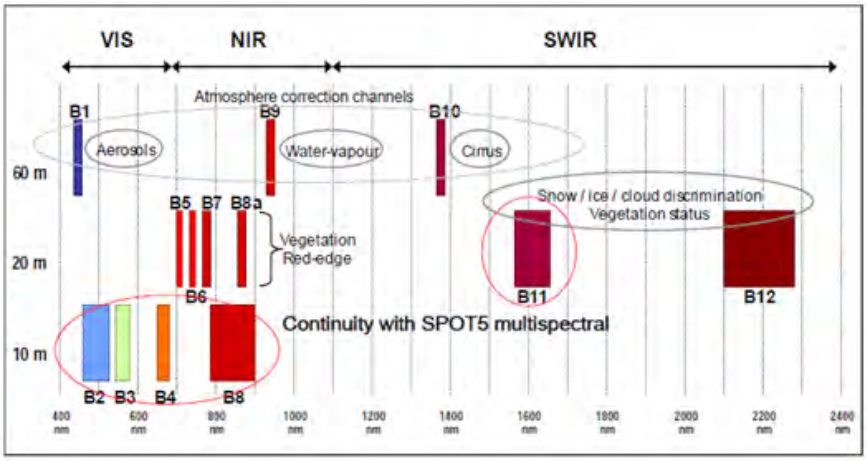


Figura 2. Bandas espectrais comparadas com a resolução espacial do Sentinel 2.

2.3 Servidores, bancos de dados e software

Os dados vectoriais com divisão administrativa foram obtidos na base de dados MAP LIBRARY [http://www.maplibrary.org/library/ stacks / Africa / index.htm], que é uma fonte de domínio público de dados básicos com fronteiras administrativas dos países de África.

Já as informações sobre a precipitação média anual da área de estudo foram baixadas na página do Departamento de Educação [https://education.usgs.gov/] do Serviço Geológico dos Estados Unidos da América - USGS [http: //earthexplorer.usgs.gov/]. Mesmo a partir deste último banco de dados, que está associado ao Centro de Dados da NASA Global Data Explorer, foi baixado um modelo de terreno digital (DTM). Estes dados permitiram, através de cruzamento com informação sobre áreas florestais, tipificar o Miombo no Bailundo de acordo a precipitação média anual e as altitudes médias.

As três imagens Sentinel 2A, que cobrem todo município de Bailundo, foram baixadas com a ferramenta de código-fonte aberto SPC (*Semi-Automatic Classification Plugin*) do software *Quantum Gis*. As características e aplicações das imagens Sentinel 2A e outras, podem ser vistas no Quadro 1.

2.4. Passos metodológicos

De uma forma resumida os passos metodológicos obedecidos nesta pesquisa foram:

- Conversão automática de refletância de superfície;
- Corte e união das três imagens;
- Criação do conjunto de bandas;
- Criação das regiões de interesse;

As classes de regiões de interesse (ROIs) definidas foram: ID = 1 VEGETAÇÃO (florestal); ID = 2 AGRICULTURA (Cultivos); ID = 3 ÁREA URBANA (Edifícios e Estradas); ID = 4 SOLO (Solo descoberto). Para a classe de cursos de água (ID = 5 ÁGUA) utilizou-se dados importados do *OpenStreetMap* no *Quantum Gis*. Por não ter pontos de controlo retirados no campo (área de estudo), a avaliação da classificação obtida baseou-se na observação visual em uma ortofoto.

- Criação de uma classificação prévia: classificação supervisionada e cálculo do Índice de Vegetação por Diferença Normalizada (NDVI);
- Criação da saída de classificação: o algoritmo utilizado foi Distância Mínima.

Após a classificação das classes de uso e ocupação de solo, fez-se a classificação do Miombo segundo a biomassa, tendo como parâmetro o NDVI, ou seja, zonas de Miombo Fechado / Denso correspondem as áreas de NDVI acima de 0,6 e zonas de Miombo Aberto NDVI 0,4 -0,6. Uma outra classificação foi baseada na de Frost (1996) e Ribeiro *et al.* (2002), que classificam o Miombo em Denso (áreas com precipitação média anual entre 1.200 a 1.800 mm), Médio (900-1.400 mm / ano) e Pobre (800-900 mm / ano).

Quadro 1. Tipos de sensores, suas características e aplicações

Sensores	*Resolução espacial*	*Resolução espectral*	*Aplicações*	*Referências bibliográficas*
***Landsat TM 5** ***Landsat 8**	30 m e 80 m 15 m e 30 m	7 bandas 11 bandas	Desmatamento no planalto central de Angola	Cabral *et al.* (2010)
****Aster**	15 m e 30 m	14 bandas	Predição de estrutura florestal; Caracterização vegetal	Gebreslasie *et al.* (2010); Falkowski *et al.* (2005)
****Spot 4 e 5**	2.5 m, 5 m e 10 m	5 bandas, 6 bandas	Mapeamento de tipos de vegetação	Verhegghen *et al.* (2012)
***Sentinel-2ª**	10 m, 20 m e 60 m	13 bandas	Classificação de cultivos e espécies arbóreas	Immitzer; Vuolo; Atzberger (2016)
****World View 2**	0,46 m e 1,84 m	9 bandas	Descriminação de espécies; Floresta urbana	Mansour (2013); Kanniah *et al.* (2014)
****Ikonos**	1 m e 4 m	4 bandas	Estrutura e delimitação florestal	Palace *et al.* (2014); Özkan y Yeşil (2016)

*****Sensores de acesso gratuito

*****Sensores de acesso comercial

3. Resultados e discussão

3.1 Modelo digital de elevação do Bailundo

Primeiramente, obteve-se um modelo digital de elevações da área de estudo. Este mostrou que cotas de altitudes variam entre 1.300 a aproximadamente 1.800 metros (Figura 3), tendo uma média de cerca de 1.550 metros. Os resultados deste modelo mostraram que as zonas do Nordeste e Centro do município correspondem as áreas mais altas e as zonas do Noroeste, do Este e parte do Centro-sul correspondem as áreas mais baixas.

Estes resultados são semelhantes aos encontrados por Projecto Angola (2014), que considera que o município de Bailundo alcança altitudes médias de 1.600 metros.

Este mapa (Figura 3) foi útil, como será descrito adiante, para discriminar na zona de estudo as áreas de floresta de Miombo em zonas altas e baixas. Esta classificação foi baseada nas propostas por MUAA (2006) e Sinclair *et. al.* (2004).

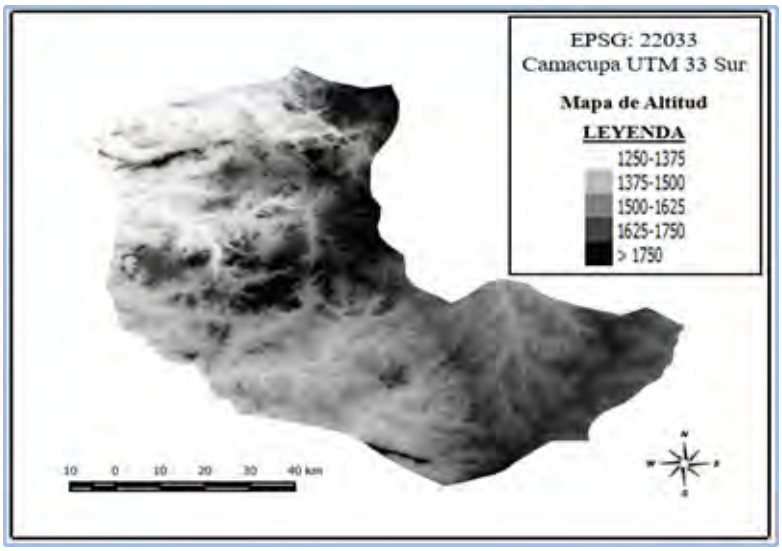


Figura 3. Modelo digital de elevação de Bailundo.

3.2 Índice de vegetação de diferença normalizada (NDVI)

Como mostra a Figura 4, o Índice de vegetação de diferença normalizada (NDVI) obtido para o ano 2016 apresentou maioritariamente valores entre 0,2 a 0,6. Com auxílio da ortofoto e das classes de regiões de interesse (ROI), considerou-se, de modo geral, que zonas com valores de NDVI acima de 0,4 correspondem-se as florestas; zonas com NDVI entre 0,3 a 0,4 agroforestais; valores de NDVI entre 0,2 a 0,3 zonas agrícolas; zonas urbanas com valores entre 0,15 a 0,3; e solo descoberto 0-0,15. Algumas vezes estes valores foram irregulares. As zonas com valores de NDVI mais baixos correspondem as áreas semidesérticas, onde há escassez de vegetação, seguido pelas pastagens e áreas de matagal, o que concorda com Rede Terra (2004), que considera que grande parte da área do município de Bailundo está composta principalmente de floresta de Miombo e savana com matagal.

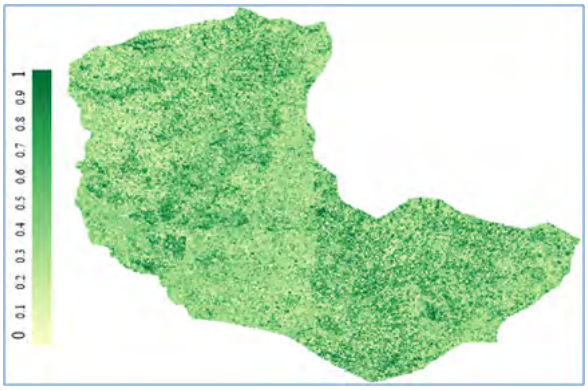


Figura 4. Mapa de NDVI para o município de Bailundo

O resultado obtido neste trabalho é semelhante ao apresentado por Huete *et al.* (2015), que estimaram o NDVI para o município de Bailundo, uma vez que, grande parte dos valores de NDVI está abaixo de 0,6, assim como o resultado obtido no presente estudo.

Em um estudo realizado por pesquisadores da província do Huambo, o NDVI estimado para a província do Huambo em 2014, indicou que a biomassa é relativamente baixa ou existe um menor vigor fisiológico da vegetação presente na área do Bailundo na época da seca (Quartin *et al.*, 2015).

3.3 Uso e cobertura de solo no município de Bailundo

A cartografia temática elaborada para a área de estudo com base em dados de um sensor multiespectral de média resolução espacial apresenta cinco principais classes de uso e ocupação de solo (Figura 5), onde a agricultura representa 37,59%, florestas 36,54%, área urbana 1,28% e solo descoberto 24,58%.

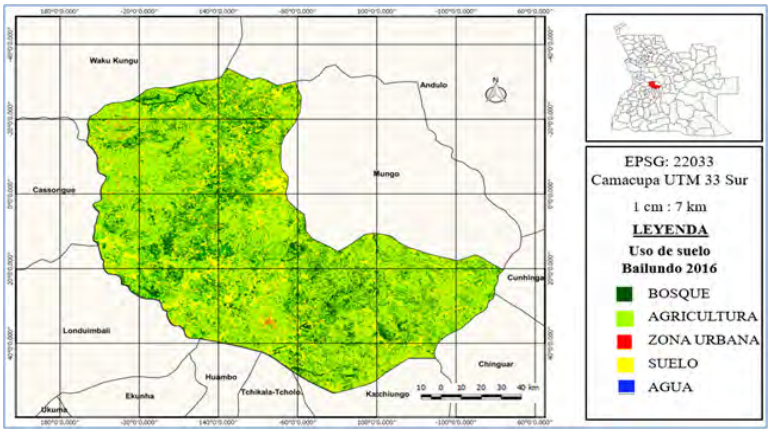


Figura 5. Mapa de uso e ocupação de solo do município de Bailundo

Dados científicos mostram que as mudanças das classes de uso e ocupação de solo podem estar associados à expansão da fronteira agrícola, abate de árvores para a produção madeireira e lenha, crescimento de zonas urbanas (Geist e Lambin, 2001). Assim, para o caso de Bailundo, a abertura de novas estradas, o estabelecimento e crescimento das cidades (Angop, 2013), são factores observáveis da crescente dinâmica das classes de uso e ocupação de solo. A título de exemplo, entre os anos de 2012 e o final de 2015, a construção do novo centro urbano a norte do Bailundo foi concluída (Angop, 2016). Essas áreas urbanas podem ser claramente vistas no canto superior esquerdo, marcadas em vermelho (Figura 5).

O crescimento da fronteira agrícola no município de Bailundo, é um dos factores que deve ser tido em conta na dinâmica de uso e ocupação de solo. Um caso deste é o apresentado por Marta (2015), que considera haver na safra agrícola 2012/2013 mais de 94.000 hectares de terras cultivadas, números que continuam a aumentar gradualmente com o tempo.

Já Cabral *et al.* (2010), considera que actualmente os principais factores relacionados a mudança de uso e ocupação do solo nas zonas de Miombo no Huambo, onde encontra-se

Bailundo são: elevada taxa de desflorestação associada ao desmatamento realizado por produtores e comerciantes de carvão e novos agricultores, uso excessivo do fogo em zonas de vegetação.

As extensas zonas sem ou com escassa vegetação no Bailundo, concordam com dados da FAO e IDF (2009), que consideram que grande parte da área do município de Bailundo é ocupada por pastagens savana e grama e, caracteriza-se por solo coberto de gramíneas e vegetação herbácea natural com algumas árvores dispersas.

3.4 Distribuição da floresta de Miombo

O município de Bailundo apresentou cerca de 203.866,15 hectares de floresta aberta de Miombo, isto é 29,03% da área total deste município, sendo mais expressiva que a floresta de Miombo fechado ou denso (Figura 6 e 7). Apenas cerca de 7,51% (52.765,83) da área do Bailundo é coberto por floresta de Miombo fechada.

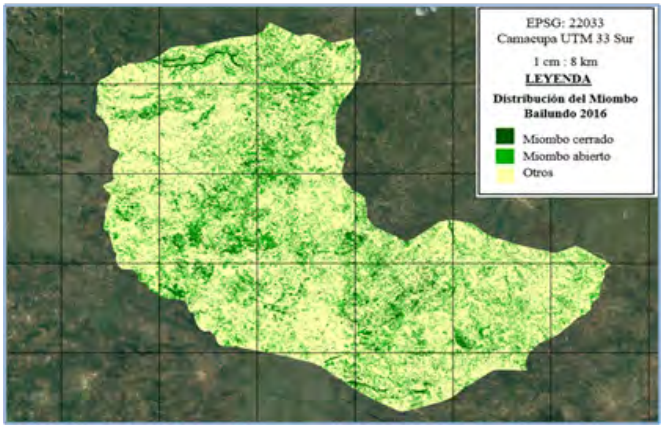


Figura 6. Distribuição da floresta de Miombo na área de estudo

Assim, apenas cerca de 1/3 da área do município de Bailundo é ocupada pela floresta de Miombo, e o restante (445.617,67 hectares correspondente a 63,46%) é ocupado por outras classes de uso e ocupação de solo.

Estes resultados concordam com os de MEA (2016), que classifica o Miombo na província de Huambo como Miombo florestas abertas, porque é a mais prevalente na região.

Outro resultado similar ao obtido neste trabalho é de um estudo realizado em Angola sobre os principais tipos de vegetação do planalto central de Angola, onde MUAA (2006), considera que a maior parte das florestas de Miombo do sul e centro de Angola, incluindo cerca de 80% do município de Bailundo é classificado como Miombo aberto com árvores que atingem entre 10-20 metros.

Chissingui (2017), no seu estudo sobre análise da paisagem e das alterações de uso e ocupação do solo no Lubango, concluiu que grande parte da vegetação desta área é classificada como Miombo aberto com savana bosque caracterizada por matas dominadas por espécies lenhosas mais ou menos dispersas, caducifólias e semicaducifólias.

3.5 Distribuição do Miombo de acordo com a altitude média

Na área de estudo, a floresta de Miombo ocupa uma superfície de 256.631,98 hectares (36,54% da área total do município), que se distribui em zonas baixas (entre 1300-1550 metros) e zonas de terras altas (entre 1550-1800 metros).

Assim, tal como apresentado abaixo (Quadro 2) a floresta de Miombo presente em terras altas representa 22,54 % (158.317,03 hectares) da área do Bailundo e o Miombo de terras baixas com uma área de 98.314,95 hectares representa 14%.

Tal como no presente trabalho, anteriormente nas zonas planálticas de Angola já foram observadas florestas de Miombo em terras altas e baixas (Chissingui, 2017).

No Bailundo a floresta de Miombo denso que ocupa cerca de 7% (52.765,83 hectares) da área de estudo, em termos de altitude média, está distribuída da seguinte maneira: cerca de 14.045 hectares (2%) está em zonas de terras baixas e 38.720,84 hectares (5,5%) em zonas de terras altas. Já a floresta de Miombo aberto que abrange uma área de 29% (203.866,15 hectares) apresentou 12% em zonas de planície e 17,03% em terras altas (Quadro 2).

MUAA (2006), concluiu que grande parte da área de Miombo aberto encontra-se em zonas de altitudes entre 1.400 me aproximadamente 2.000 m.

Quadro 2. Relação da ocorrência do Miombo denso e aberto em terras baixas ou altas

Tipo de Miombo	Terras baixas	Terras altas	Total
Denso / fechado	2 %	5,5 %	7,5
Aberto	12 %	17 %	29 %
Total	14 %	22,5 %	36,5 %

O facto de a maior parte da floresta de Miombo estar concentrada em terras altas, deve estar associado à pouca facilidade de acesso em relação ao Miombo de terras baixas, que é mais acessível.

Resultados semelhantes à melhor conservação da floresta de Miombo em áreas montanhosas em relação às florestas de áreas não montanhosas, foram relatados por Lupala *et al*. (2015), que relaciona essa conservação à redução de actividades ilícitas devido ao difícil acesso desse tipo de florestas.

3.6. Classificação do Miombo de acordo com a precipitação média anual

O Bailundo não possui floresta de Miombo pobre, pelo facto de a precipitação média anual em todo município ser superior a 900 mm.

Em função da precipitação média anual, classificou-se que cerca de 8,54% (59.972,08 hectares) da área de estudo é constituído pelo Miombo denso e cerca de 28% (196.629,9 hectares) é ocupado pelo Miombo médio (Figura 7).

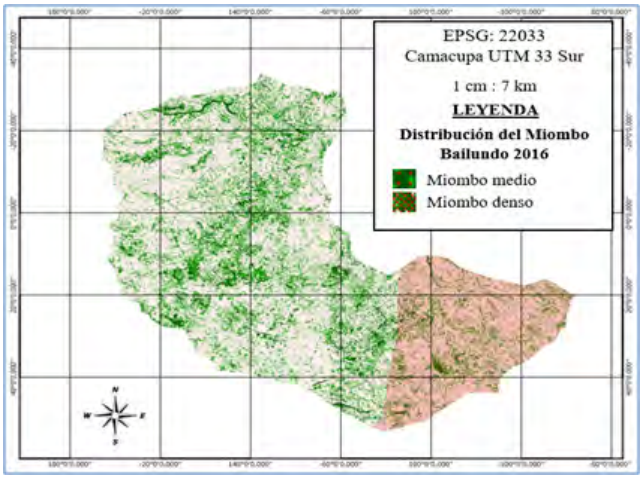


Figura 7. Distribuição do Miombo no Bailundo de acordo com a precipitação média anual

Macarringue (2014), considera que o Miombo angolano é principalmente do tipo médio e denso, devido a ocorrência desta floresta em terras altas e por receberem grandes quantidades de precipitação durante o ano.

Em Angola, o Miombo denso ocorre no bioma Zambeziano (Frost, 1996; Ribeiro et al, 2002), que ocupa mais de 80% da área do país e inclui uma variedade de florestas, principalmente o Miombo (MEA, 2016).

A classificação de Sanfilippo (2014), subdivide o Miombo em húmido (que recebe mais de 1.000 mm de precipitação / ano) e seco (anualmente recebe menos de 1.000 mm de precipitação). Assim, uma vez que a precipitação média anual no Bailundo é superior a 1.000 mm, toda a floresta de Miombo nesta área é classificada como Miombo húmido.

4. Conclusões e recomendações

As conclusões que encerram o presente estudo são:

- As principais classes de uso e ocupação de solo são: agricultura (37,59%), floresta (36,54%) e solo exposto (24,58%);

- A floresta de Miombo denso representa 7,51% e a floresta de Miombo aberto 29,03%;

- A floresta de Miombo no Bailundo encontra-se maioritariamente em zonas com quotas altitudinais superior a 1.550 metros, uma vez que 22.54% do Miombo estão em zonas altas e 14% em zonas baixas;

- De acordo com a precipitação média anual, houve uma predominância de Miombo médio em relação ao Miombo denso.

5. Referências bibliográficas

Amaral, S. (2004). O Impacto da universidade do Huambo no desenvolvimento do planalto central de Angola. Tese de Mestrado em Gestão Pública. Universidade dos Açores.

André, A. N. C. (2015). Caracterização morfológica de algumas espécies nativas do miombo angolano presentes nos municípios de Wako-Kungo (Kwanza Sul) e Huambo (Huambo) Monografia. Engenharia Agronómica. Universidade José Eduardo dos Santos.

Angop – Agência Angola Press. (2013). Angola pode substituir consumo de lenha e de carvão vegetal por gás butano. Huila, 07/06/2013. Disponible en: <www.angop.ao/>.

___ (2016). Huambo: Nova centralidade: expoente máximo nos 114 anos do Bailundo, 18/07/2016. Disponible en: <www.angop.ao/>.

Burrough, S. L.; Thomas, D. S. G.; Orijemie, E. A.; Willis, K. J. (2015). Landscape sensitivity & ecological change in western Zambia. 30(1) 44–58. ISSN 0267-8179.

Cabral, A. I. R.; Vasconcelos, M.J.; Ooma, D.; Sardinha, R. (2010). Spatial dynamics and quantification of deforestation in the central-plateau woodlands of Angola (1990 e 2009). Applied Geography 31 (2010) 1185e1193.

Campbell, B. (1996). The Miombo in Transition. Woodlands and Welfare in África (CIFOR. Bogor). Indonesia. 266 p.

Campbell, B.M.; Angelsen, A.; Cunningham, A.; Katerere, Y.; Sitoe, A.; Wunder, S. (2007). Miombo woodlands: opportunities and barriers to sustainable forest management. CIFOR, Bogor, Indonesia, 41 pp.

Celender, N. (1983). Miombo Woodland in Africa- Distribution, Ecology and PatternVersitet. International Rural Development Center. Arbestsapport, Workingpaper 16. Uppsala. 54 p.

Chisingui, A. V. (2017). Análise da paisagem e das alterações de uso/ocupação do solo no Lubango e arredores. Tese de doutoramento. Universidade de Évora: IIFA.

Dewees, P.; Campbell, B.; Katerere, Y.; Sitoe, A.; Cunningham, A.; Angelsen, A. A.; Wunder, S. (2011). Managing the Miombo Woodlands of Southern Africa: Policies, Incentives, and Options for the Rural Poor. Washington, DC: Program on Forests.

Drusch, M. (2012). Sentinel-2: ESA's optical high-resolution misión for GMES operational services, Rem. Sens. Env. (accepted).

ESA - European Space Agency. (2015). Manual do Usuário Sentinel2. Disponible en: https://sentinel.esa.int/documents/247904/685211/Sentinel2_User_Handbook.

FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação; IDF - Instituto de Desenvolvimento Florestal de Angola. (2009). Monitorização e Avaliação de Recursos Florestais Nacionais de Angola – Guia para recolha de dados. National Forest Monitoring and Assessment Working Paper NFMA XX/P. Rome, Luanda.

___ (2010). Agricultura "climáticamente inteligente": Políticas, prácticas y financiación para la seguridad alimentaria, adaptación y mitigación. Disponible en: <www.wocat.org>.

Francisco, E. J.; Africano, C. G.; Sanfilippo, M.; Quintana, Y. G.; Martínez, I. C.; Crespo, Y. A. (2014). Estructura y composición del bosque Miombo del sector norte de Canjombe, Angola. Revista Forestal Baracoa vol. 33, Número Especial 2014. Artículo científico, pp. 306-316. ISSN: 2078-7235.

Frost, P. (1996). The Ecology of Miombo Woodlands. IN: CAMPBELL, B. TheMiombo in transition Woodland and Welfare in Africa. South Africa. p 19 -39.

Geist, H. and E. Lambin. (2001). Proximate causes and underlying driving forces of tropical deforestation. BioScience. 52(2): 143-150.

Huete, A.; Didan, K.; Miura T.; Rodriguez, E. P.; Gao, X.; Ferreira, L. G. (2015). Overview of the radiometric and biophysical performance of the MODIS vegetation índices. Remote sensing of environment 83 (1-2): 195-213 NOV 2015.

Lupala, Z. J.; Lusambo, L. P.; Ngaga, Y. M.; Makatta, A. A. (2015). The land use and cover change in miombo woodlands under community based forest management and its implication to climate change mitigation: A case of southern highlands of Tanzania. International Journal of Forestry Research, Hindawi Publishing Corporation. Vol. 1, Article ID 459102, 11 pp.

Macarringue, L. S. (2014). Análise da potencialidade agrícola na região de predomínio do bioma miombo, ao norte de Moçambique, com ênfase em características biofísicas do ambiente. Dissertação de Mestrado. Feira de Santana: Universidade Estadual de FS, 2014.

Marcelino, H. (2009). Pesquisa sobre o Contexto da Gestão de Terras. Projecto de Gestão Sustentável de Terras, agosto 2009. ADRA-Huambo.

MEA - Ministério de Energia e Águas. Quadro de Gestão Ambiental e Social (QGAS) para o Projecto de Desenvolvimento Institucional do Sector de Águas (PDISA), Angola. Direcção nacional de águas, unidade de coordenação de projectos. SFG2527, 08/2016.

MINADERP - Ministério da Agricultura Desenvolvimento Rural e das Pescas. (2011). Perfil Florestal de Angola. Jornada técnica Científica Sobre Florestas e Segurança Ministério do Urbanismo e Ambiente de Angola Alimentar em Angola. Luanda. Fecha de presentado: 28-30 setiembre 2011. 40p.

MUAA - Ministério do Urbanismo e Ambiente de Angola. (2006). Primeiro Relatório Nacional para a Conferência das Partes da Convenção sobre a Diversidade Biológica.

Projecto Angola. (2014). Geografia de Angola. [cit. 2015-04-14]. Disponible: <http://www.portaldeangola.com/>. Consulta: 04/10/2016.

Quartin, V. L.; Palacios, G.; Lara-Gomez, M.; Márquez, A.; Vaca, J. L.; Ariza, D.; Navarro-Cerrillo, R. M. (2015). Spatial dinamic and quantification of deforestation and degradation in miombo forest of Huambo province (Angola). SASSCAL Project Proceedings. UJES. 182 pp.

Rede Terra (2004). Sistemas de uso da terra agrícola em Angola – Estudos de caso nas províncias do Huambo, Lunda Sul e Uíje. Relatório final, Vol. 1. ADRA (Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente). Luanda, Dezembro de 2004, 50 p.

Ribeiro, N.; Sitoe, A. A.; Guedes, B. S.; Staiss, C. (2002). Manual de silvicultura tropical. Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de agronomia e engenharia Florestal, Departamento de Engenharia Florestal. Maputo, 2002. FAO, Projecto GCP/Moz/056/Net.

Sanfilippo M. (2014). Trinta árvores do miombo Angolano. Guia de campo para a identificação. COSPE, Firenze.

Scholes, R. J.; Biggs, R. (2004). Ecosystem services in southern Africa: A regional assessment. Council for Scientific and Industrial Research, Pretoria, South Africa.

Sinclair, I., Spottiswoode, C., Cohen, C., Mills, M.S.L., Cassidy, R., Pinto, P.V. & Ryan, P. (2004). Birding in Angola. Bull ABC, 11: 152-160.

USAID. (2008). 118/119 biodiversity and tropical forest assessment for Angola. United States Agency for International Development.

World Bank. (2008). Managing the Miombo Woodlands of Southern Africa Policies, incentives and options for the rural por. Technical Annexes. May 2008, 53618 v2.

A flora e vegetação do sudoeste de Angola

João Francisco Cardoso
Universidade José Eduardo dos Santos, Reitoria, Huambo, Angola (joaofca1974@gmail.com)

José Carlos Costa
Universidade Técnica de Lisboa (Lisboa), Instituto Superior de Agronomia, Centro de Botânica Aplicada à Agricultura (CBBA), Lisboa, Portugal. (jccosta@isa.utl.pt)

Maria Cristina Duarte
Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT), Jardim Botânico Tropical, Lisboa, Portugal.

1. Introdução

Angola situa-se no Hemisfério Sul do continente africano, abrangendo uma superfície de 1 246 700 km2. As suas características geográficas e a sua localização tornam-na um país com uma das mais ricas diversidades vegetais na África subsariana, porém ainda insuficientemente conhecida, pois são poucos os estudos efectuados (Dombo *et al*. 2002b).

O valor da flora de Angola reside, para além de outros atributos, no número de espécies endémicas (i.e., espécies de distribuição restrita ao país ou a determinada região). A percentagem de espécies endémicas, avaliada em função do número total de espécies que devem ocorrer em Angola, é relativamente elevada (Moreira, 2002).

A preocupação sobre o estado de conservação dos recursos biológicos, do qual depende significativamente a vida humana, está a aumentar e muitas espécies, em particular espécies endémicas ou de distribuição limitada diminuem rapidamente a níveis populacionais críticos. Habitats importantes são frequentemente destruídos, fragmentados, degradados e vários ecossistemas são desestabilizados através da poluição, de mudanças do clima, de espécies invasoras e através da pressão directa que o homem exerce na natureza (Dombo *et al*. 2002b).

O presente trabalho visa o estudo das comunidades vegetais do sudoeste de Angola, ao longo de gradientes ecológicos e, atendendo à enorme importância dos recursos vegetais, avaliar os impactos causados nas comunidades vegetais pelo aproveitamento pelas populações locais das plantas com especial interesse económico (espécies florestais, medicinais, forrageiras, entre outras) no sentido de equacionar formas de uso sustentável das mesmas.

Mais especificamente os objectivos pretendidos com este trabalho são:

1. Caracterizar as principais unidades de vegetação (utilizando, principalmente, a metodologia fitossociológica): análise da estrutura, composição florística e ecologia das comunidades ao longo dos gradientes ecológicos;

2. Caracterizar a paisagem vegetal através da cartografia das geosséries de vegetação;

2. Caraterização da zona de estudo

A área de estudo do presente trabalho situa-se no Sudoeste de Angola. Do ponto de vista das divisões administrativas a área de estudo contém parte da província da Huíla e Namibe. Abrange os Municípios do Lubango, Humpata, Chibia, Bibala, Virei, Namibe e Tombua.

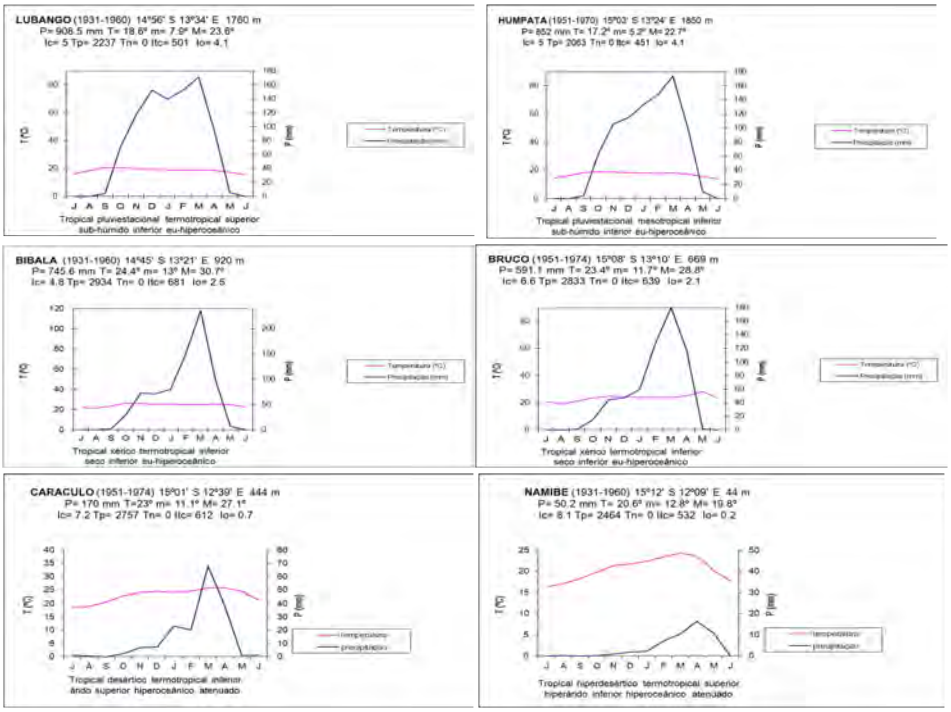
Fig. 1 - Mapa de Angola, com a província da Huíla e do Namibe. (Extraído de http://www.info-angola.ao/index.php, 3/2014). / Fig. 2 Localização dos Inventários

3. Caracterização bioclimática da zona de estudo

O clima é frequentemente apontado como o primeiro factor a influenciar a distribuição da flora e consequentemente da vegetação (Walter, 1986; Woodward & Williams, 1987; Capelo, 2003; Peinado *et al.*2007). No entanto, também a vegetação é tida como influenciadora do sistema climático, esperando-se efeitos de retroalimentação importantes ao ponto de se equacionar e se considerar proveitosa a sua inclusão em modelos de circulação geral atmosférica (Foley *et al*. 1998; Costa & Foley, 2000; Li, Ji & Yinpeng, 2002; Durieux, Machado & Laurent, 2003). No entanto, nem todas as espécies, têm a sua distribuição geográfica correlacionada com variáveis climáticas, podendo mesmo esta relação variar abruptamente dentro de uma mesma espécie (Gavin & Feng, 2006).

A aplicação dos diversos índices bioclimáticos aos dados termopluviométricos das seis estações meteorológicas analisadas (Lubango, Humpata, Bibala, Bruco, Caraculo e Namibe) mostra, desde logo, a forte influência oceânica a que estão sujeitos estes territórios. Este resultado foi obtido através do Índice de Continentalidade (Ic), que representa a amplitude média anual da temperatura de um dado território, ou seja, traduz a diferença, em graus célsius, entre a temperatura média do mês mais quente (Tmáx) e a temperatura do mês mais frio do ano (Tmín).

Na nossa área de estudo o bioclima varia entre o tropical hiperdesértico termotropical superior hiperárido inferior e o tropical pluviestacional mesotropical inferior sub-húmido inferior. Nas figuras 3 a 6 apresentam-se os diagramas ombrotérmicos das 6 estações meteorológicas com a respetiva classificação bioclimática:



(da esquerda para a direita e de cima para baixo) Fig. 3.- Diagrama ombrotérmico do Lubango**. /** Fig.4 - Diagrama ombrotérmico da Humpata. / Fig.5 - Diagrama ombrotérmico da Bibala. / Fig. 6- Diagrama ombrotérmico do Bruco. / Fig. 7 - Diagrama ombrotérmico do Caraculo. / Fig.8 - Diagrama ombrotérmico do Namibe.

4. FLORA

4.1 Identificação de espécimes vegetais

Para a identificação dos espécimes colhidos recorreu-se a bibliografia mais relevante para a área, nomeadamente Flora Zambesiaca, Flora of Tropical Africa, Flora of Southern Africa, Flora of Tropical East Africa, Conspectus Florae Angolensis (Exell & Mendonça 1937, 1951, 1954, Exell & Fernandes 1961, 1962, 1966, 1991; Exell *et al*. 1970 e à sua comparação com espécimes de herbário (LISC) devidamente identificados. Na identificação foi utilizado o seguinte material: lupa binocular de até 30x de aumento; lupa de campo 20x; e paquímetrodigital (resolução: 0,01 mm; precisão: 0,03 mm). No trabalho de campo recorremos ao trabalho de van Wyk & van Wyk (2007).

Os endemismos angolanos foram referidos a partir do trabalho de Figueiredo &Smith (2008).

4.2 Elenco florístico

O elenco apresentado representa sobretudo os táxones espontâneos colhidos na área de estudo durante a realização do presente trabalho e os táxones presentes nos inventários fitossociológicos realizados. Decorre de um esforço do autor em aprofundar o conhecimento pela flora autóctone local e está longe de ser um elenco florístico completo da região.

Assinalamos 508 táxones, dos quais 74 (14,5%) são endémicos em Angola, distribuídos por 84 famílias e 284 géneros. As famílias com maior número de táxones são: Fabáceas (84, 14 endémico). Poáceas (66), Asteráceas (45, 6 endémicos), Acantáceas (22, 2 endémicas), Rubiáceas (21, 4 endémicas), Euphorbiáceas (21, 10 endémicas, sendo 8 do género *Euphorbia*), Apocináceas (15, 1 endémica), Malváceas (11), Tiliáceas (11, 4 endémicas), Combretáceas (10), Escrofulariáceas (8, 3 endémicas), Anacardiáceas (7, 1 endémica), Aizoáceas (7, 1 endémicas), Caparáceas (7, 3 endémicas), Aloáceas (7, 4 endémicas).

As espécies das famílias Caparáceas e Burseráceas ocorrem principalmente nas áreas mais áridas do território em estudo. As espécies do género *Commiphora* (Burserácea), tem uma adaptação à secura bastante interessante: o ritidoma descasca-se em finas camadas (parecendo papel) e o tronco adquire cores diferentes em cada espécie.

Destaque-se ainda o género *Kalanchoe*da família das Crassuláceas que está representado por 6 taxónes, dos quais 5 são endémicos de Angola, maioritariamente ocorrem no Bimbi e na Tundavala.

Brownanthus pseudoschlichtianus foi colhido e observado em diversos locais pela primeira vez no Sul de Angola, durante os nossos trabalhos de campo. Este género também não estava referido para o deserto do Namibe angolano. Este arbusto suculento, com cerca de 70 cm de altura, é facilmente reconhecido pelas suas flores pequenas de pétalas brancas e pelo fruto (cápsula) com 4 válvulas (Le Roux & Wahl, 2005).

***Sarcocornia natalensis* subsp. *affini*s** foi também pela primeira vez assinalada para Angola. Esta espécie estava referida no catálogo de Figueiredo & Smith (2008) como *Arthrocnemum macrostachyum*. O género *Arthrocnemum* tem uma cavidade indivisa no artículo após o destacamento das flores, contudo as plantas que observámos nos sapais do Namibe têm três cavidades que corresponde ao género *Sarcocornia*. *Arthrocnemum macrostachyum* é um nanofanerófito erecto com mais de 75 cm, enquanto *Sarcocornia natalensis* subsp. *affini*s é um caméfito prostrado rizomatoso, suculento, lenhoso na base, com artículos com 5-15 mm de comprimento 2-3 mmm de diâmetro. Este táxone foi observado por nós ao longo da costa angolana nos sapais e áreas salgadas desde Tombua até à foz do rio Cuanza.

Parkinsonia africana foi observada por nós em dois locais na estrada Namibe-Lubango. Esta espécie não estava catalogada nos Herbários com espécimes de Angola, contudo está referida para o país em Figueiredo & Smith (2008).

Seguimos o critério Leuenberger (2001) de segregar ***Welwitschia mirabilis*** em duas subespécies (subsp. ***mirabilis*** e subsp. ***namibiana***), que se distinguem pela cor e dimensões das brácteas dos cones masculinos. A primeira é endémica de Angola enquanto a segunda é da Namíbia.

Na estrada Namibe-Virei observámos e colhemos *Citrullus lanatus*, melância, no seu estado natural e selvagem. As populações nómadas da região, os "Mucubais", utilizam-na na sua alimentação sendo uma das suas fontes de água.

White (1981) considera a família *Welwitschiaceae* como endémica do centro regional de endemismos Karoo-Namibe, assim como os géneros *Adenolobus, Ceria* e *Phaeoptilum*. São também característicos deste território representantes das famílias das Asclepiadáceas e Aizoáceas. Os géneros *Aloe, Babiana, Euphorbia, Sarcocaulon, Stipagrostis, Zygophyllum,* entre outros.Têm uma concentração importante de espécies endémicas.

Fig. 9 Welwitschia mirabilis ssp. mirabilis / Fig. 10 Welwitschia mirabilis ssp.namibiana

4.3 Material e Métodos

Foram analisados 252 inventários fitossociológicos pelo programa estístico R v3.0.2 (R Core Team, 2013) usando a função *agnes* do pacote *cluster* v1.14.4 (Maechler *et al.* 2013) e a função *vegdist* do pacote *vegan* v2.0.8 (Oksanen, 2013) para a obtenção do dendrograma. As comunidades só com um inventário não foram usadas na análise.

Para a realização do dendrograma o valor da escala de Braun-Blanquet foi transformado no valor médio de percentagem de cobertura de cada classe (Monteiro-Henriques, 2010). O dendrograma apresentado usa a dissimilaridade de Bray-Curtis como medida de dissemelhança e o método UPGMA (*Unweighted Pair Group Method with Arithmetic Mean*) como estratégia de agrupamento.

5.Vegetação

5.1 Fitossociologia Clássica

A fitossociologia clássica tem por base o conceito de associação vegetal, que corresponde à sua unidade básica e fundamental. Uma associação é uma comunidade vegetal que tem uma série de características florísticas, biogeográficas, ecológicas, dinâmicas e históricas, que lhe são particulares (Rivas-Martínez, 2007). Tem uma jurisdição geográfica precisa, um conjunto próprio de plantas características e diferenciais, estatisticamente fiéis a um habitat concreto, e corresponde a uma etapa estruturalmente estável no processo de sucessão (Rivas-Martínez, 2007).

Genericamente, para cada um dos níveis hierárquicos, é aplicado um sufixo latino específico, que o permite reconhecer de imediato: associação (*-etum*), aliança (*-ion*), ordem (*-etalia*) e classe (*-etea*). Este sistema adopta ainda, quando necessário, subassociações (*-etosum*), subalianças (*-enion*), subordens (*-enalia*) e subclasses (*-nea*).

O processo de estudo das comunidades vegetais, através do método fitossociológico, tem por base a realização de inventários, e passa por duas etapas distintas: a etapa analítica e a etapa sintética.

6. Análise multivariada

6.1 Classificção UPGMA

A classificação de dados ecológicos respeita à constituição de grupos ou classes definidas por inventários, espécies ou variáveis ambientais. Dado um contexto, as classes obtidas constituem *Conceitos* mutuamente exclusivos e geralmente de carácter politético. As fronteiras entre classes podem ser mais ou menos evidentes ou ter um carácter probabilístico (*i.e.*vago ou *fuzzy:* Podani.88)

A *cluster analysis* aglomerativa inicia-se com os inventários individuais que vão sendo aglomerados em grupos maiores, de acordo com o cálculo de índices de similaridade. Os índices de similaridade tentam traduzir a afinidade florística entre dois inventários, ou entre um inventário e um grupo de inventários. Kent & Coker (1992) reviram este assunto exaustivamente. Os índices de similaridade podem ser de dois tipos: i) *índices de similaridade entre inventários*, que se baseiam na composição florística e na abundância relativa de cada uma das espécies, ou ii) *índices de afinidade entre espécies*, que se baseiam na co-variação das espécies ao longo de um conjunto de inventários (Capelo, 2003).

Os resultados da classificação hierárquica obtida são representados sob a forma de um *dendrograma* representando as fusões sucessivas e os níveis de similaridade a que ocorrem. Os dois grupos com maior similaridade entre si são fundidos num novo grupo, mas, ao contrário do que acontece com um par de inventários isolados, a definição de similaridade entre grupos é variável e baseia-se em critérios ou estratégias distintas (Capelo, 2003).

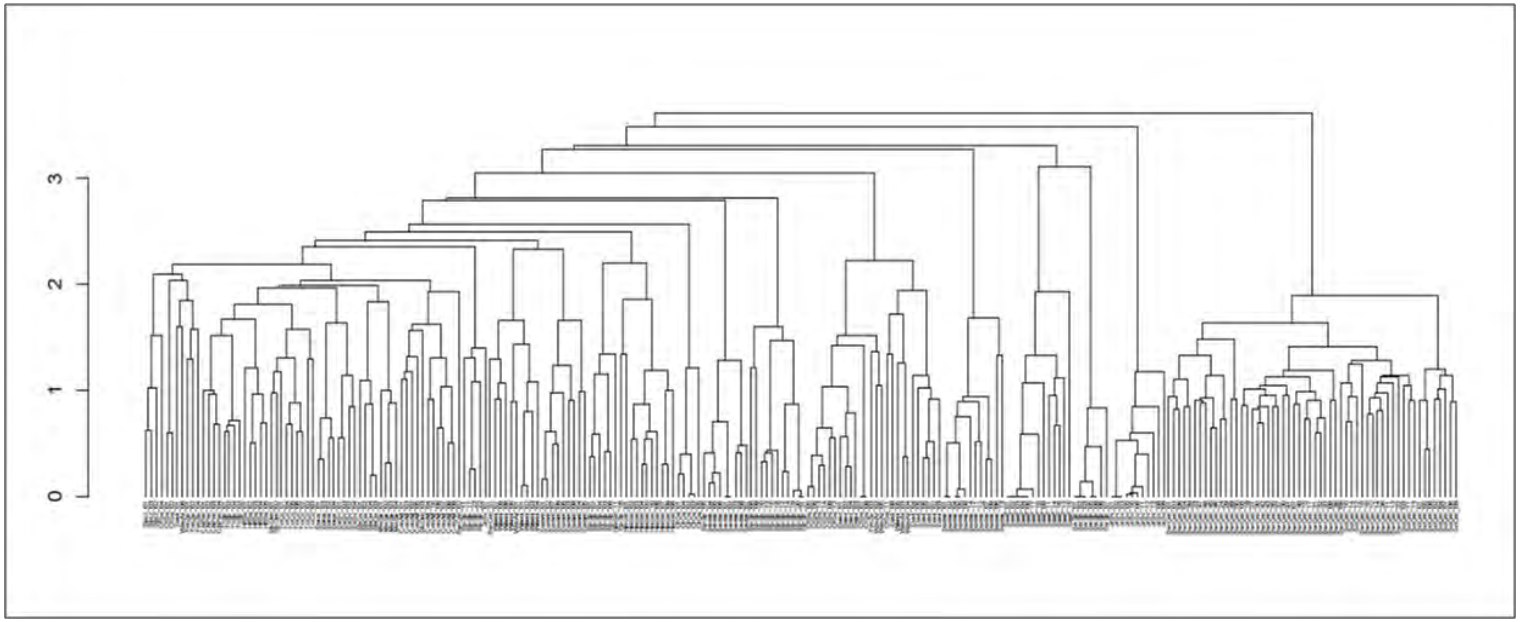


Fig. 11- Dendrograma resultante da classificação dos 252 inventários (dissimilaridade de Bray-Curtis como medida de dissemelhança e o método UPGMA (Unweighted Pair Group Method with Arithmetic Mean)

7. Resultados

Apresentamos seguidamente associações fitosociologicas encontradas no território em estudo.

7.1 *Chamaecristae huillensis-Podocarpetum milanjiani* ass. nova hoc loco

Comunidade microfanerofítica de alta montanha acima dos 2100 m, formada por pequenas árvores e arbustos de folha persistente, de folha caduca e marcescente, em que dominam *Faurea saligna, Podocarpus milanjianus, Syzygium guineense,*acompanhadas de *Myrsine africana, Protea welwitschii, Asparagus africanus, Landolphia parvifolia, Strychnos cocculoides, Bothriocline carrissoi, Cyphostemma chloroleucum, Brachystegia spiciformis,* entre outras. Nela ocorrem alguns arbustos endémicos deste território *Chamaecrista huillensis, Aloe palmiformis, Aloe vallaris, Tephrosia tundavalensis*dando uma grande originalidade a esta associação. Esta comunidade ocorre nas montanhas da Tundavala e do Bimbe.

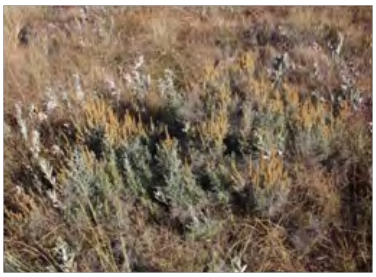


Fig. 12 - Chamaecristae huillensis-Podocarpetum milanjianae na Tundavala. / Fig. 13 - Teophrosio tundavalensis-Seriphietum plumosi.

7.2 *Teophrosio tundavalensis-Seriphietum plumosi* ass. nova hoc loco

Comunidade constituída por caméticos e hemicriptófitos adaptados ao fogo (alguns deles com xilopódio) em que predominam *Seriphium plumosum, Helichrysum kraussi, Eriosema psoraleoides* acompanhados de *Eragrostis sclerantha, Eragrosis huilensis, Selago alopecuroides, Tephrosia tundavalensis, Aristida hordeacea, Xerophyta capillaris, Melinis repens,* etc. em solos mais ou menos profundos derivados de arenitos nas montanhas. Rico em gramíneas e leguminosas é pastoreado pelo gado bovino e caprino.

7.3 *Haplocoeli foliosae-Brachystegietum spiciformis* ass. nova hoc loco

Bosque microfanerofítico (5-8 m) dominado por Brachystegia spiciformis acompanhada de pequenas árvores (Brachystegia floribunda, Pteleoptsis anisoptera, Faurea saligna, Haplocoelum foliolosum, Tarchonanthuscamphoratus arbustos Barleria spinulosa, Aspilia, Tephrosia tundavalensis, Helichrysum kraussii,e gramíneas (Andropogon schirensis, Heteropogon contortus, Pogonarthria squarrosa,Melinis minutiflora,). Apesar de se tratar de espécies de folha caduca, não perdem as folhas todas na mesma época, por isso a comunidade aparenta ser um microbosque de folha persistente. Este tipo de formação designa-se por miombo ou mata de panda. Ocorre na Serra da Leba em solos neutro-ácidos (pH 6,5-7), de textura franco-arenosa, derivados granitos, em bioclima tro-

pical pluviestacional, termotropical superior a mesotropical inferior, sub-húmido. Pode ser observada entre os 1600 m e os 2100 m de altitude.

Fig. 14 - Colophospermo mopanes-Andansonietum digitatae / Fig. 15 -Haplocoeli foliosae-Brachystegietum spiciformis

7.4 *Colophospermo mopanes-Andansonietum digitatae* ass. nova hoc loco

Comunidade mesofanerofítica caducifólia que pode atingir os 30 m dominada pelo imbondeiro (*Adansonia digitata*) acompanhado de *Colophospermum mopane, Grewia flavescens, Grewia cyclopetala, Spirostachys africana, Terminalia prunioides, Commiphora mollis, Sclerocarya birrea* subsp.*caffra, Acacia brevispica, Distephanus angolensis, Ximenia americana,* as gramíneas *Eragostris superba, Eragrostis dinteri, Eragrostis aspera, Heteropogon contortus,* etc. Esta savana assinala-se na serra da Leba entre 700-1100 m. Ocorre em solos franco-arenosos neutro-ácidos (pH 6,5-7) derivados de granitos. O fruto do imbondeiro é utilizado para o fabrico de bebidas, gelados e doces sendo por isso uma árvore protegida pelas populações locais.

7. 5 *Sclerocaryio caffrae-Colophospermetum mopanes* ass. nova hoc loco

Entre 700-550 m de altitude, observa-se a associação constituída por: *Colophospermum mopane, Terminalia prunioides, Sclerocarya birrea* subsp. *caffra* (mongongo), *Commiphora mollis, Commiphora angolensis, Commiphora mossamedensis, Ximenia caffra, Ximenia americana, Acacia nilotica* subsp. *kraussiana, Acacia brevispica, Acacia senegal,* as gramíneas *Eragrostis dinteri,Eragrostis superba, Eragrostis hierniana, Aristida hordeacea, Eragrostis*. Ocorre em solos neutros-alcalinos (pH 6,5-8), de textura franco-arenosa a franco-argilososa derivados de granitos. Esta savana arbórea caducifólia mesofanerofítica (10-20 m de altura). As populações locais acarinham *Ximenia* spp., porque do seu fruto extrai-se um óleo utilizado para cosméticos para o cabelo das mulheres e *Sclerocarya caffra* cujo fruto é comestível, sendo também usado para o fabrico de bebida alcoólica.

7.6 *Boscio welwitschii-Colophospermetum mopanes* ass. nova hoc loco

Savana micro a nanofanerofítica dominada por mopane (*Colophospermum mopane*) acompanhada de diversas árvores e arbustos também caducifólios *Terminalia prunioides, Adenolobus garipensis, Catophractes alexandri, Acacia mellifera* subsp.*detinens, Boscia welwitschii, Boscia microphylla, Boscia polyantha, Amphiasma benguelense, Commiphora mollis, Commiphora angolensis, Commiphora mossamedensis, Commiphora*

glaucecens, Ximenia caffra, Ximenia americana, etc. E diversas gramíeas entres as quais *Eragrostis dinteri, Eragrostis cylindriflora, Eragrostis superba, Enneapogon cenchroides, Pogonarthria squarrosa, Danthonia mossamedensis.* Esta comunidade pode apresentar diferente fácies: a altura das plantas aumenta e a árvore *Boscia welwitschii* começa a rarear chegando mesmo a desaparecer nos territórios xéricos semiáridos; Ocorre em solos alcalinos (pH 7-9), textura franco-arenosa.

Fig. 16 - Sclerocaryio caffrae-Colophospermetum mopanes / Fig. 17 - Boscio welwitschii-Colophospermetum mopanes

7.7 *Sesamothamno bengallensis-Cyphostemmetum uter* ass. nova hoc loco

Comunidade constituída por nanofanerófitos caducifólios (até 2, 20 m), suculentos e ou espinhosos como *Cyphostemmauter, Sterculia setigera, Boscia pestalozziana, Phaeoptilum spinosum, Petalidum glandulosum, Sesamothamnus benguellensis, Commiphora mossamedensis, Euphorbia subsalsa* subsp. *kaokoensis, Sarcocaulon mossamedense, Orthanthera albida,* etc. Ocorre em solos arenosos profundos derivados de granito, cerca da povoação do Caraculo, as precipitações invisíveis (nevoeiros) são importantes para a ocorrência desta associação, pois frequentemente se observam líquenes sobre os ramos das plantas lenhosas que as compõe. Os frutos da vitácea odre-do-deserto (*Cyphostemmauter*) são usados pelos macacos babuínos na sua alimentação.

Fig. 18 - Sesamothamno bengallensis-Cyphostemmetum uter Estrada Caraculo Namibe / Fig. 19 - Euphorbietum carunculiferae estrada Namibe Caraculo

7.8 *Euphorbietum carunculiferae* ass. nova hoc loco

Comunidade dominado pelo microfanerófito suculento *Euphorbia carunculifera* que

pode atingir em 4 m de altura acompanhado de diversos nanofanerófitos e caméfitos caducifólios, suculentos ou espinhosos como por exemplo *Dicoma foliosa, Boscia pestalozziana, Petalidium halimoides, Cryptolepsis oblongifolia, Euphorbia subsalsa, Marcelliopsis denudata, Hoodia currorii, Euphorbia claytonioides, Felicia mossamedensis, Blepharis welwitschii, Sarcostemma viminalis, Orthanthera albida, Aloe hereroensis, Schmidtia kalahariensis* etc. Ocorre em encostas em solos profundos derivados de grauvaques avermelhados.

Fig. 20 - Euphorbio eduardoi-Moerigietum ovalifoliae em Dois Irmãos (Caraculo) / Fig. 21 - Euphorbio subsalsae-Sarcostemmetum viminalis Estrada Namibe-Caraculo

7.9 *Euphorbio eduardoi-Moeringietum ovalifoliae* ass. nova hoc loco

Comunidade aberta que pode atingir os 20 m de altura dominada pelo endemismo namibiano suculento espinhoso *Euphorbia eduardoi* e pela árvore caducifólia *Moringa ovalifolia.* Podem ser acompanhadas de microfanerófitos e nanofanerófitos caducifólios, alguns deles também suculentos e/ou espinhosos: *Amphiasma bengallense, Commiphora angolensis, Boscia welwitschia, Croton mubango, Boscia polyantha, Commiphora glaucescens, Grewia villosa, Boscia microphylla, Phragmanthera polycrypta, Ceraria carrissoana, Distephanus angolensis, Blepharis welwitschii, Sterculia setigera, Commiphora mossamedensis, Acacia ataxacantha, Catophractes alexandri,* e as gramíneas: *Stipagrostis uniplumis, Danthonia mossamedensis*. O seu habitat são rochas graníticas fendidas que permitem a infiltração e o armazenamento de água. Esta comunidade faz a transição entre as comunidades de planta gordas do deserto e a savana arborizada.

7.10 *Euphorbio subsalsae-Sarcostemmetum viminalis* ass. nova hoc loco

Em solos pedregosos derivados de grauvaques, observa-se uma comunidade em que predomina o caméfito suculento *Sarcostemma viminalis,* acompanhado de outros caméfitos caducifólios, alguns deles também suculentos e espinhosos como *Dicoma foliosa, Euphorbia subsalsa, Petalidium halimoides, Boscia pestalozziana, Hoodia currorii.* Ocorre em zonas muito rochosas ou em encostas muito declivosas, derivados de granitos entre os 180 e 550 m de altitude.

7.11 *Euphorbietum negromontanae* ass. nova hoc loco.

Comunidade em linhas de água temporárias em solos arenosos calcários, dominada

pelo nanofanerófito suculento endémico do Namíbe *Euphorbia negromontana* acompanhado de caméfitos e outros nanofanerófitos, alguns deles prostrados, como por exemplo *Brownanthus pseudoschlichtianus, Petalidium lepidagathis, Boscia pestalozziana,* de gramíneas vivazes *Chloris flabellata,* de hemicriptófitos e terófitos G*eigeria spinosa, Cocumis africanus, Cleome mossamedensis*. Esta associação observa-se a oeste e a norte da cidade do Namibe.

Fig. 22 - Euphorbietum negromontanae Estrada Namibe-Lubango / Fig. 23 - Euphorbietum virosae nas paleodunas junto ao Aeroporto do Namibe.

7.12 *Euphorbietum virosae* ass. nova hoc loco

Associação psamófila em areias calcárias, dominada pelo nanofanerófito com cerca de 1-1,20m *Euphorbia virosa* subsp.*virosa,* acompanhadadas gramíneas perenes *Stipagrostis hochstetteriana* var.*secalina*e *Chloris flabellata,* do nanofanerófito*Salvadora persica* e de alguns caméfitos como *Zygophyllum orbiculatum, Sarcocaulon mossamedense, Hoodia currorii,* Esta comunidade encontra-se ameaçada pelo crescimento da cidade do Namibe e devia merecer um estatuto de proteção através da criação de uma ou mais microreservas.

7.13 *Euphorbietum arenicolae* ass. nova hoc loco

Nas areias estabilizadas das dunas litorais da Praia Amélia observámos uma comunidade formada pelo nanofanerófito (entre 75cm e 1m) endémico *Euphorbia virosa* subsp. *arenicola,* acompanhado das gramíneas *Stipagrostis hochstetteriana* var.*secalina, Chloris flabellata* e do caméfito *Brownanthus pseudoschlichtianus.*Esta fitocenose encontra-se ameaçada pela construções de casas e devido à sua raridade e de estar muito localizada, deve ser proposta uma criação de uma reserva natural ou de uma microreserva.

Fig. 24 - Euphorbietum arenicolae praia Amélia (Namibe) / Fig. 25 - Welwitschietum mirabilis Namibe

7.14 *Welwitschietum mirabilis* ass. nova hoc loco

Associação camefítica/nanofanerofítica tropical hiperdesértica (acentuada), termotropical superior, ultra-hiperárida superior, hiperoceânica atenuada (semi-hiperoceânica), dominada por *Welwitschia mirabilis* acompanhada de *Felicia mossamedensis, Rhynchosia candida, Brownanthus pseudoschlichtianus, Petalidium lepidagathis,* da gramínea-*Chloris flabellata* e do terófito *Geigeria spinosa,* etc. Assinala-se no deserto do Namibe em linhas de água temporárias.

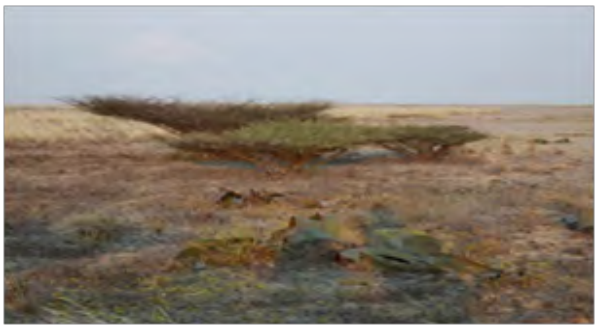


Fig. 26 - Welwitschio mirabilis-Acacietum reficiens estrada Namibe-Tombua

7.15 *Welwitschio mirabilis-Acacietum reficiens* ass. nova hoc loco

Associação nanofanerofítica (cerca de 2 m), savanóide, caducifólia, constituída por *Acacia reficiens, Welwitschia mirabilis,Chloris flabellata, Stipagrostis seclalina, Zygophyllum orbiculatum, Petalidium lepidagathis, Geigeria spinosa*. etc. Ocorrem solos arenosos profundos no deserto do Namibe, em leitos e margens de rios temporários ou em depressões

8. Paisagem vegetal

O objectivo principal deste subcapítulo é apresentar a cartografia das geosséries de vegetação principal (sensu Alcaraz 1996) presentes na área em estudo. Para o estabelecimento das catenas de vegetação mais frequentes na área de estudo, recorreu-se maioritariamente a informação recolhida no campo.

Na Figura 27 apresentam-se as clisséries altitudinais da Serra da Leba entre a Tundavala e o Caraculo, constutuída por seis séries de vegetação.

Na Figura 28 apresentamos a clissérie longitudinal entre a cidade do Namibe e o Caraculo, onde assinalamos dois *permasigmenta* e sete séries de vegetação.

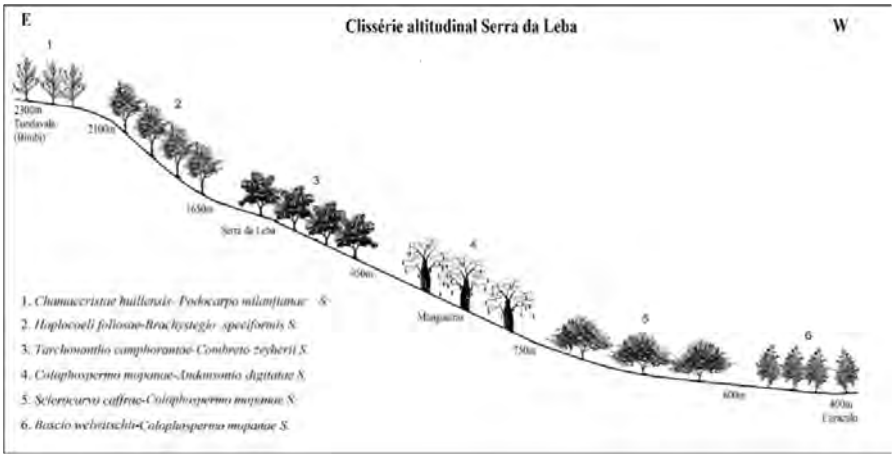


Fig. 27 - Clissérie altitudinal Serra da Leba: 1. *Chamaecristae huillensis-Podocarpo milanjianae S.*, 2. *Haplocoeli foliosae-Brachystegio spiciformis S.*, 3. *Tarchonantho camphorantae-Combreto zeyherii S.*, 4. *Colophospermo mopanes-Andansonio digitatae S.*, 5. *Sclerocaryo caffrae-Colophospermo mopanes S.,* 6. *Boscio welwitschii-Colophospermo mopanes S.*

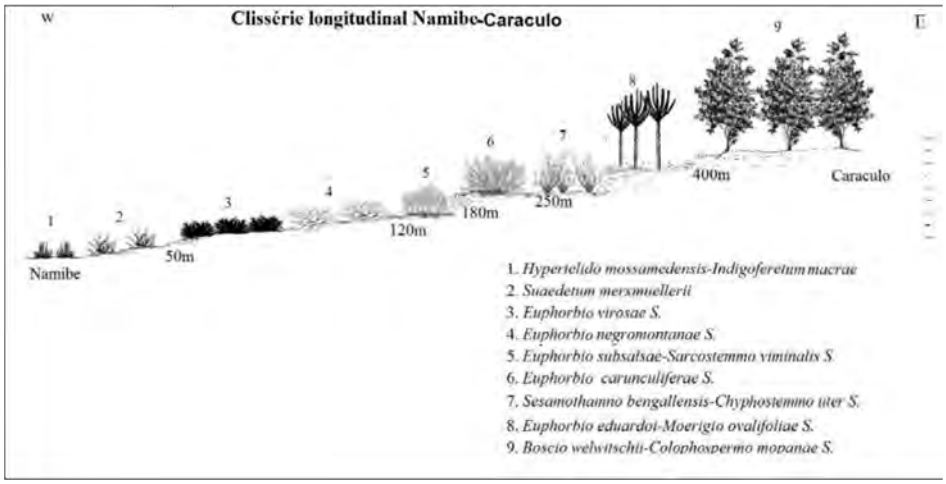


Fig. 28 - Clissérie longitudinal Namibe-Caraculo: 1. *Hypertelido mossamedensis--Indigofero macrae geopermasigmetum,* 2. *Suaedo mexmellerii geopermasigmetum,* 3. *Euphorbio virosae S.*, 4. *Euphorbio negromontanae S.*, 5. *Euphorbio subsalsae-Sarcostemmo viminalis* S., 6. *Euphorbio carunculiferae S.*, 7. *Sesamothemno benguellensis--Chyphostemmo uter S.*, 8. *Euphorbio eduardoi-Moeringio ovalifoliae S.*, 9. *Boscio welwitschii-Colophospermo mopanes S.*

7. Considerações finais

No sudoeste de Angola, segundo a classificação bioclimática da Terra de Rivas-Martínez, o bioclima varia entre o tropical hiperdesértico termotropical superior hiperárido

inferior e o tropical pluviestacional mesotropical inferior sub-húmido inferior como se pode constatar através da observação dos seis diagramas ombrotérmicos**.**

Relativamente à flora do sudoeste de Angola (Huila e Namibe) foram identificados 508 táxones dois quais 74 (14,5%) são endémicos de Angola, distribuídos por 84 famílias e 284 géneros. As famílias com maior número de táxones são: Fabáceae (84, das quais 14 são endémicas), Poáceas (66), Asteráceas (45, 6 endémicas), Acantáceas (22, 2 endémicas), Rubiáceas (21, 4 endémicas), Euphorbiáceas (21, 10 delas endémicas, sendo 8 do género *Euphorbia*), Apocináceas (15, 1 endémica), Malváceas (11), Tiliáceas (11, 4 endémicas), Combretáceas (10), Escrofulariáceas (8, 3 endémicas), Aloeáceas (7, 4 endémicas, Anacardiáceas (7, 1 endémica), Aizoáceas (7, 1 endémica), Caparáceas (7, 3 endémicas), Crassuláceas (6, 5 endémicas) Burseráceas (6).

Brownanthus pseudoschlichtianus foi colhido e observado em diversos locais pela primeira vez em Angola. Este género também não estava referido para o deserto do Namibe angolano.

Sarcocornia natalensis subsp. *affinis* também é referida pela primeira vez para as áreas salgadas de Angola, estava citada na bibliografia como sendo *Arthrocnemum macrostachyum*.

A partir dos 256 inventários fitossociológicos realizados obteram-se 15 associações para o Sudoeste de Angola:

Chamaecristae huillensis-Podocarpetum milanjiani, Teophrosio tundavalensis-Seriphietum plumosi, Haplocoeli foliosae-Brachystegietum speciformis, Colophospermo mopanes-Andansonietum digitatae, Sclerocaryio caffrae-Colophospermetum mopanes, Boscio welwitschii-Colophospermetum mopanes, Sesamothamno bengallensis-Cyphosthemetum uter, Euphorbietum carunculiferae, Euphorbio eduardoi-Moeringietum ovalifoliae, Euphorbio subsalsae-Sarcostemmetum viminalis, Euphorbietum negromontanae, Euphorbietum virosae, Euphorbietum arenicolae, Welwitschietum mirabilis, Welwitschio mirabilis-Acacietum.

Definiram-se, no total, dezessete séries de vegetação: *Chamaecristae huillensis-Podocarpo milanjianae S., Haplocoeli foliosae-Brachystegio spiciformis S., Tarchonantho camphorantae-Combreto zeyherii S., Colophospermo mopanes-Andansonio digitatae S., Sclerocaryo caffrae-Colophospermo mopanae S., Boscio welwitschii-Colophospermo mopanes S., Euphorbio virosae S., Euphorbio negromontanae S., Euphorbio subsalsae--Sarcostemmo viminalis* S., *Euphorbio carunculiferae S., Sesamothemmo benguellensis--Chyphostemmo uter S., Euphorbio eduardoi-Moerigio ovalifoliae S., Boscio welwitschii-Colophospermo mopane S., Euphorbio arenicolae S., Euphorbio arenicolae S., Welwitschio mirabilis S., Welwitschio mirabilis-Acacio reficiens S.*) e dois *permasigmeta* de vegetação (*Hypertelido mossamedensis-Indigofero macrae geopermasigmetum, Suaedo mexmellerii geopermasigmetum*, Apresentou-se a clisséries altiduninal da Serra da Leba entre Tundavala e Caraculo, bem como a clissérie longitudinal entre o Namíbe e Caraculo.

Referências bibliográficas

Capelo, J. (2003) - *Conceitos e métodos da Fitossociologia: Formulação contemporânea e métodos numéricos de análise da vegetação*. Oeiras: Estação Florestal Nacional – Sociedade Portuguesa de Ciências Florestais.

Costa, M. H. & Foley, J.A. (2000) Combined Effects of Deforestation and Doubled Atmospheric CO2 Concentrations on the Climate of Amazonia. *Journal of Climate* 13 (19):18-34.L

Dombo, A. Costa, E. & Neto, G. (2002b) - *Angola. Em Golding*, J.S. (ed.) Southern African Plant Red Data Lists, p. 8-11. *Southern African Botanical Diversity Network Report* No. 14: 12-15. SABONET, Pretoria.

Durieux, L. Machado, L.A.T. & Laurent, H. (2003) - The impact of deforestation on cloud cover over the Amazon arc of deforestation. *Remote Sensing of Environment* 86 **(**1): 132-140.

Exell, A.W. & Fernandes, A. (1961) - *Crassulaceae*. (Fernandes, A. & Mendes, E. J., eds.) *Conspectus Florae Angolensis*, Fam. 70: 5-39. Instituto de Investigação Cientifica Tropical / Junta de Investigações do Ultramar. Lisboa.

Exell, A.W. & Fernandes, A. (1991) - *Leguminosae (Papilionoideae: Genisteae – Galegeae*. (Exell, A.W. & Fernandes, A., eds.) *Conspectus Florae Angolensis*, Vol. III Fasc. 1: 1-187. Junta de Investigações do Ultramar. Lisboa.

Exell, A.W. & Fernandes, A. (1962) - *Conspectus Florae Angolensis* Vol. III, Fasc.1. *Leguminosae (Papilionoideae: Genisteae – Galegeae).* Pp 1-187. Junta de Investigações do Ultramar. Lisboa

Exell, A.W. & Fernandes, A. (1966) - *Conspectus Florae Angolensis* Vol. III, Fasc. 2. *Leguminosae (Papilionoideae: Hedysareae-Sophoreae).* Pp 189-408 .Junta de Investigações do Ultramar. LisboaExell, A. W. & Fernandes, A. (1961) *Crassulaceae.* (Fernandes, A. & Mendes, E.J., eds.) *Conspectus Florae Angolensis,* Fam. 70: 5-39. Instituto de Investigação Científica Tropical/Junta de Investigações do Ultramar. Lisboa.

Exell, A.W. & Gonçalves, M.L. (1973) - A statistical analysis of a sample of Flora of Angola. *Garcia de Orta, Sér. Bot.* 1 (1-2): 105-128.

Exell, A.W. & Mendonça, F.A. (1937) - *Conspectus Florae Angolensis* (Carriço, L.W., ed.) Vol. I, Fasc. I *Ranunculaceae-Aquifoliaceae,* pp 1-176. Instituto Botânico de Coimbra. Museu Britânico (British Museum).

Exell, A.W. & Mendonça, F.A. (1951) - *Conspectus Florae Angolensis* Vol. I, Fasc. II *Malvaceae-Aquifoliaceae*, pp. 177-422. Junta de Investigações, Lisboa.

Exell, A.W. & Mendonça, F.A. (1954) - *Conspectus Florae Angolensis* Vol II, Fasc. 1. *Celastraceae-Connaraceae.* Pp 1-152. Junta de Investigações do Ultramar. Lisboa

Exell, A.W. Fernandes, A. & Mendes, E.J. (1970) - *Conspectus Florae Angolensis* Vol. IV *Rosaceae-Alangiaceae.* 1-401 Pp. Junta de Investigações do Ultramar. Inst. Inv. Ciênt. Ang.

Foley, J.A. Samuel Levis, I. Prentice C., Pollard D. & Thompson, S. L. (1998) - Coupling dynamic models of climate and vegetation. *Global Change Biology* 4 (5): 561- 579.

Gavin, D.G. & Feng, S.H. (2006) - Spatial variation of climatic and non-climatic controls on species distribution: the range limit of Tsuga heterophylla. *Journal of Biogeography* 33 (8): 1384-1396.

Le Roux, A. & Wahl, Z. (2005) *Namaqualand. South African Wild Flower Guide 1.* Botanical Society of South Africa. 3ª edition. Cape Town

Leuenberger, B.E. (2001) - *Welwitschia mirabiles* (Welwitschiaceae), male cone characters and a new subspecies, *Willdenowia* 31, 357-38.

Li, D. Ji. J. & Yinpeng L. (2002) Climate Simulations based on a different-grid nested and coupled model. *Advances in Atmospheric Sciences* 19 (3): 487-499.

Monteiro-Henriques, T. (2010) - *Landscape and phytosociology of the Paiva River's hydrographical basin*. Tese de doutoramento, Lisboa: Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa.

Moreira, I. (2002) - *Conhecimento da Flora de Angola. Importância Agronómica e para a Conservação da Natureza*. Agricultura Sociedade e Desenvolvimento Rural. Colóquio. Angola. 142-157 pp.

Peinado, M., J. L. Aguirre, Delgadillo J. & Macías M. Á. (2007) - Zonobiomes, zonoecotones and azonal vegetation along the Pacific coast of North America. *Plant Ecology* 191 **(**2): 221-252.

Rivas-Martínez S. (2007) - Mapa de series, geoseries y geopermaseries de vegetación de España (Memoria del Mapa de Vegetación Potencial de España), Parte I. Itinera Geobotanica 17:5-436.

van Wyk, B. & van Wyk, P. (2007) - *Field Guide to Trees of Southern Africa*. Struik Publishers. Cape Town.

Walter, H. (1986) - V*egetação e zonas climáticas: tratado de ecologia global.* São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária.

White, F. (1981) - *UNESCO/AETFAT/UNSO Vegetation Map of Africa* / Carte de Végétation de l'Afrique. Paris, UNESCO. (Escala 1:5.000.000).

Woodward, F.I. & Williams, B.G. (1987) - Climate and plant distribution at global and local scales. V*egetatio* 69 **(**1): 189-197.

Poupança de energia em tándem de moinho de cana de açúcar através da regulação de pressões hidráulicas

Jorge Michel Corrales-Suárez
Instituto Superior Politécnico da Universidade Katyavala Bwila e Universidade de Las Tunas

José Marcos Gil-Ortiz
Pedro Dionisio Remédios-Castañeiras
Universidade de Las Tunas. Centro de Estudos de Energia e Processos Tecnológicos

José Alexander Gil-Ceballo
Empresa Nacional de Desenvolvimento de Software. Departamento de Programação

Introdução

O processo industrial de produção da cana crua envolve uma primeira etapa tecnológica que consiste na preparação da cana-de-açúcar e posterior extração da sacarose que ela contém. Este último pode ser feito por difusores com ou sem moinhos de pré-extração, ou pelo processo combinado de embebição e compressão, em prensas ou moinhos tandem, fenómeno que vem sendo estudado por diversos autores [6, 10]. O objetivo de um trem de moinhos é extrair o açúcar da cana a um custo proporcional às características mecânicas dos mesmos e que também depende do modo de operação. A eficiência do trabalho em tandem é medida pela % pol (sacarose aparente) e a % de humidade no bagaço final, assim como o consumo de energia associado.

O consumo de energia em um conjunto de usinas de cana-de-açúcar depende de muitos fatores: elétrico [9], mecânico (projeto do moinho); operacional (pressões hidráulicas, ajustes do moinho, nível de embebição e temperatura da água de embebição); características da cana que entra no moinho (massa, fibra na cana, variedade e preparação), etc. [5] Uma das maneiras de reduzir os custos do processo de produção de cana-de-açúcar bruto é reduzir as perdas de sacarose no bagaço e o consumo de energia no conjunto. O uso de altas pressões hidráulicas nas usinas influencia negativamente a capacidade da usina, aumenta os custos operacionais e de manutenção, bem como a extração de não-açúcares [5].

A energia exigida pelo motor que aciona um moinho em tandem foi estudada a partir das leituras de corrente eléctrica e um quilowattímetro, quando a pressão hidráulica, a moagem e o nível de embebição variam [3]. Há relatos sobre como homogeneizar a pressão aplicada ao colchão de bagaço [4], mas não para determinar a magnitude da pressão hidráulica que deve ser aplicada. Experimentos foram conduzidos em que são pressões simultaneamente variadas de todas as fábricas, a fim de verificar a hipótese de que o mais conveniente na eficácia da extração são altas pressões, dando a entender que os resultados obtidos são certos. No entanto, não atingem os valores mínimos admissíveis de pressões hidráulicas que permitem a extração do suco com eficiência e consumo mínimo de energia [5]

Outros autores caracterizaram experimentalmente o processo de compressão para diferentes superfícies, demonstrando que a energia consumida no processo é afetada pelo

tipo de superfície de compressão, mas diretamente [2]. Há estudos em terrenos mais altos e equações obtidas que podem determinar as cargas dinâmicas do moinho considerando a flutuação da massa de topo e por conhecer as leis do movimento para determinar todas as cargas dinâmicas do moinho dependente da cinemática do funcionamento das coroas [1]. Em outra pesquisa realizada, são propostos planos de acção para controlar as perdas de sacarose no processo de extração, mas a pressão hidráulica nesses planos não é levada em conta [8].

Uma prática comum usada pelos operadores do tandem para tentar reduzir as perdas de açúcar no bagaço de resíduos consiste em aumentar as pressões hidráulicas aplicadas nos moinhos e o nível de embebição, ignorando o aumento no consumo de energia que essa prática acarreta. É mais conveniente aplicar a pressão hidráulica necessária para extrair o suco de uma cana com alta percentagem de células abertas [5] e baixa extração de componentes sem açúcar das paredes celulares. Sabe-se que a composição do suco que é extraído da cana é afetada notavelmente pela magnitude da pressão com a qual é extraído, em qualquer caso, a pressão aplicada a cada moinho deve ser suficiente para atingir o nível de extração necessário a um custo conveniente [5]. Apesar de todas as desvantagens mencionadas acima, a tendência geral dos operadores é o uso de altas pressões hidráulicas nos moinhos, sem ter uma base teórica ou experimental para a seleção dos valores a serem utilizados. Não há relatos sobre o comportamento do processo de extração de sacarose de cana-de-açúcar no tandem de moinho, quando são variadas as pressões hidráulicas nos moinhos de extração húmida, mantendo as pressões do primeiro e último moinho nos níveis de trabalho tradicionalmente estabelecido na indústria.

O objetivo da pesquisa foi determinar as possibilidades de reduzir o consumo de energia do tandem, regulando adequadamente as pressões hidráulicas nos moinhos intermediários sem reduzir a eficiência do processo de extração, processo que outros autores tentaram melhorar [7]. Partiu-se da hipótese que as pressões hidráulicas nos moinhos de extracção em húmido fossem reduzidas até valores que não afectam significativamente a eficiência do processo de extracção de sacarose, então o consumo de energia do tandem pode ser reduzido operando nas novas pressões hidráulicas.

Materiais e métodos

O conjunto de moinhos tem uma capacidade de moagem de 9200 t/dia (800000 @/dia), é composto de seis moinhos de três mazas com um quarto cubo ou alimentador e tem funil de alimentação Donnelly em todas as fábricas. A cana usada na investigação chegou por via férrea dos centros de colecta e em carros. Para os experimentos, os carrinhos com a (cana) foram seleccionados aleatoriamente no corredor.

O método estatístico utilizado nesta investigação foi um planejamento fatorial completo 24. Este projeto levou em consideração três variáveis dependentes % pol, % humidade, potência exigida e quatro variáveis independentes, pressão hidráulica dos moinhos intermediários: 2, 3, 4 e 5 para dois níveis de presença e cinco experimentos no nível central para a estimativa de variância (tabela 1). Variáveis controladas: moagem média 384 t/h, matéria estranha média 10%, fibra média da cana 16 %, temperatura da água 60º C, nível de embebição $M_{água}/M_{fibra\ na\ cana} = 2$ e pressões hidráulicas nas usinas 1 e 6 iguais 19,3 MPa (tabela 2).

Tabela 1. Variáveis independentes e seus níveis de presença.

Moinho	Pressão hidráulica, MPa		
	Nível baixo (-1)	Nível central (0)	Nível alto (+1). Pressão de trabalho estabelecida no moinho em tandem
Moinho 2	14,5	16,2	17,9
Moinho 3	13,1	14,8	16,5
Moinho 4	13,1	14,8	16,5
Moinho 5	14,5	16,2	17,9

Tabela 2. Pressões no experimento, MPa.

	Moinho 1	Moinho 2	Moinho 3	Moinho 4	Moinho 5	Moinho 6
Pressão de trabalho por moinho estabelecida na planta (alto nível no experimento).	19,3	17,9	16,5	16,5	17,9	19,3
Pressão com redução de 3,45 MPa (baixo nível no experimento)	19,3	14,5	13,1	13,1	14,5	19,3

Os experimentos foram realizados aleatoriamente de acordo com a matriz (tabela 3).

Tabela 3. Matriz dos experimentos.

Moinho 2	**Moinho 3**	**Moinho 4**	**Moinho 5**
1	1	1	-1
1	1	-1	-1
-1	1	-1	1
1	-1	-1	-1
-1	1	1	1
1	-1	1	-1
1	-1	1	1
-1	-1	1	1
-1	1	1	-1
0	0	0	0
1	1	1	1
-1	-1	1	-1
0	0	0	0
-1	-1	-1	-1
-1	-1	-1	1
1	-1	-1	1
0	0	0	0
-1	1	-1	-1
0	0	0	0
1	1	-1	1
0	0	0	0

Procedimento para o desenvolvimento dos experimentos.

1. A cana foi marcada com cal, proveniente das lâminas, na entrada do primeiro moinho para medir o tempo que permanece no tandem, a fim de aguardar esse tempo para estabilizá-lo.
2. O fluxo de água de embebição foi fixado em 80 m^3/h.
3. A temperatura da água de embebição foi fixada em 60 °C
4. As pressões hidráulicas dos moinhos intermediários foram variadas de acordo com o planejamento fatorial.
5. Depois de ajustar as pressões nos moinhos 2, 3, 4 e 5, esperamos 5 minutos para que o tandem se ajuste às novas condições de trabalho, um tempo maior que a retenção do bagaço no tandem.
6. A amostra de bagaço foi retirada na saída do conjunto na amostra retirada pelo Laboratório de Açúcar. O bagaço foi amostrado nas extremidades e no centro das amostras colhidas na saída do moinho 6, formando uma amostra cumulativa por um tempo de 5 min.
7. Procedeu-se a leitura da potência demandada pelo motor de cada usina no analisador de rede.
8. A amostra de bagaço foi reduzida pelo método de pá alternada no laboratório químico para a análise de pol e humidade.

Resultados e discussão

Para analisar a influência das pressões hidráulicas dos moinhos intermediários em tandem no processo de extração de sacarose da cana-de-açúcar e a potência demandada para uma redução de 3,45 MPA, no modelo foi adotado o nível de significância $\alpha. = 0,05$.

Efeito da redução de pressão em 3,45 MPa no processo de extração de % Pol

Neste caso, nenhuma das variáveis independentes ou suas interações tiveram efeitos significativos no processo de extração (fig. 1). Este resultado indica que a % pol no bagaço final depende principalmente da preparação da cana e da qualidade do processo de lixiviação (processo de embebição nas usinas de extração húmida). Frequentemente, não é dada a atenção requerida no processo de lixiviação de sacarose do bagaço e a actividade é polarizada para o controle das pressões hidráulicas e a preparação da cana-de-açúcar.

Efeito da queda de pressão em 3,45 MPa no processo de extração por % de humidade

Para essa variável dependente, nenhuma das variáveis independentes e suas interações tiveram efeitos significativos sobre a humidade do bagaço final. Esse resultado indica que a humidade do bagaço final depende fundamentalmente da eficiência do último laminador em tándem que executa a função do moinho secador.

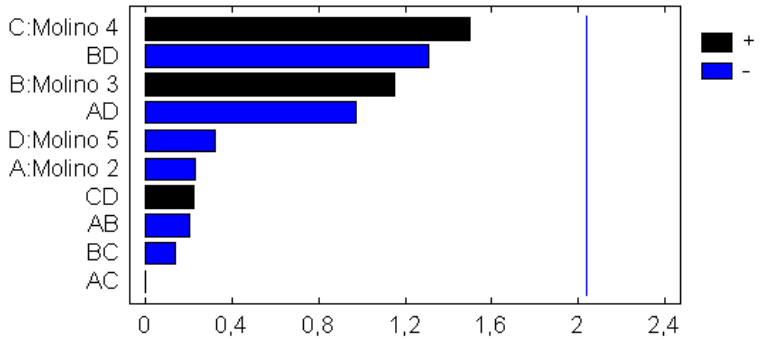


Fig. 1. Influência de pressões hidráulicas de usinas intermediárias em % pol em bagaço.

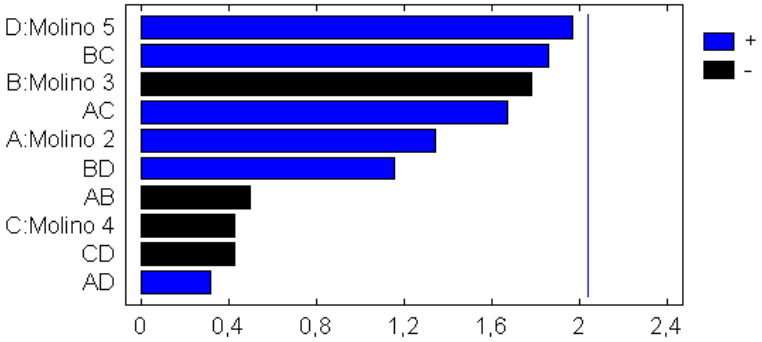


Fig. 2. Influência das pressões hidráulicas dos moinhos intermediários na humidade do bagaço final.

Efeito da redução de pressão em 3,45 MPa no processo de extração da demanda de potência pela tandem dos moinhos.

Todas as variáveis independentes foram significativas para a potência demandada do conjunto ou seja do tándem, não foi o caso com suas interações (Figura 3). O modelo é apresentado com o objectivo de analisar o comportamento das variáveis e não de prevê-las. O modelo completo, com as variáveis codificadas é:

$$\begin{aligned} Potencia &= 2{,}78905 + 0{,}115625P_2 + 0{,}13125P_3 + 0{,}11625P_4 + 0{,}108125P_5 \\ &-0{,}00125P_2P_3 - 0{,}0025P_2P_4 + 0{,}011875P_2P_5 - 0{,}010625P_3P_4 + 0{,}0075P_3P_5 + 0{,}005P_4P_5 \end{aligned} \quad (1)$$

Onde:

P_2: Pressão hidráulica codificada, moinho 2.

P_3: Pressão hidráulica codificada, moinho 3.

P_4: Pressão hidráulica codificada, moinho 4.

P_5: Pressão hidráulica codificada, moinho 5.

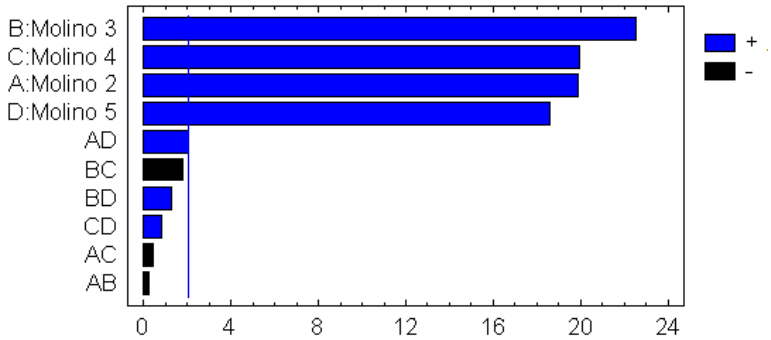


Fig. 3. Influência das pressões hidráulicas dos moinhos intermediários na potência demandada.

A análise de variância permite simplificar o modelo excluindo as interacções, pois elas não são significativas.

$$Potencia = 2{,}78905 + 0{,}115625P_2 + 0{,}13125P_3 + 0{,}11625P_4 + 0{,}108125P_5 \quad (2)$$

O comportamento do gráfico dos principais efeitos no modelo indica que a potência demandada pelo conjunto diminuiu em direção aos baixos valores das pressões hidráulicas (Fig. 4). O comportamento do modelo coincide com os resultados de outros pesquisadores [5].

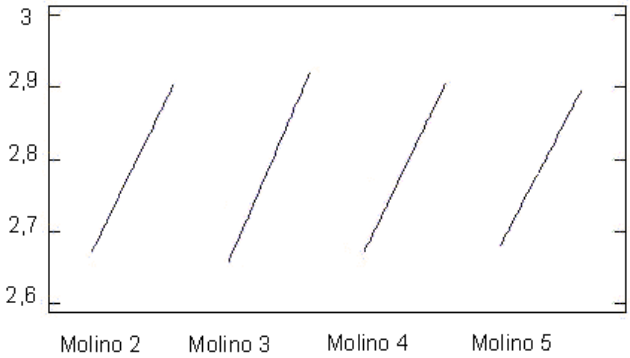


Fig. 4. Principais efeitos para a potência demandada (MW).

Poupança de energia do tándem

Estabelecendo uma comparação entre a potência demandada do tandem com a aplicação das pressões estabelecidas e com a redução de 3,45 MPa nos moinhos intermediários de acordo com as medidas (leitura do analisador de rede) feitas para o planejamento fatorial, uma redução de um 8,12% (tabela 4).

Tabela 4. Energia exigida pelas diferentes pressões aplicadas nos moinhos intermediários.

Pressões hidráulicas em moinhos de extração húmida	Demanda de potência (MW)
Pressões hidráulicas estabelecidas de trabalho	2,906
Pressões hidráulicas com redução de 3,45 MPa	2,670

Para uma colheita média de 100 dias, obtém-se uma economia de energia de:

$$Aenerg_{zafra} = \left(\sum_{i=1}^{6} IHP_{est} - \sum_{i=1}^{6} IHP_{red} \right) * 2400 \frac{h}{zafra} = 566,4 \frac{MWh}{zafra} \quad \text{o} \quad 0,566 \frac{GWh}{zafra} \qquad (3)$$

Conclusões

1. É possível reduzir a demanda de energia de uma usina de cana-de-açúcar em tándem, reduzindo as pressões hidráulicas aplicadas aos moinhos de extração húmida, a ponto de não afetar a eficiência do processo de extração.
2. A diminuição nas pressões hidráulicas de trabalho de 3,45 MPa nos moinhos de extração húmida não afetou a recuperação da sacarose ou a % de humidade do bagaço final do conjunto.
3. A potência exigida pelo motor de cada moinho de extração húmida do conjunto depende significativamente da pressão hidráulica aplicada e aumenta com o aumento deste.
4. Um decréscimo de 3,45 MPa na pressão de trabalho hidráulico nos moinhos intermediários representa uma redução de 8,12% na demanda por energia tandem, o que implica uma economia de energia na ordem de 0,556 GWh/zafra.

Referências bibliográficas

Cabello, M. J., Cabello, J. J., Moya, J., et al. "Modelación matemática del funcionamiento de las coronas de molinos considerando la flotación de la maza superior". Rev. *Ingeniería Mecánica.* 2011, vol 14, nº 3, p. 209-220. [Consultado el: 27 de Febrero de 2013]. Disponible en: http://www.ingenieriamecanica.cujae.edu.cu/index.php/revistaim/article/download/23/757. ISSN 1815-5944.

Díaz, A., Iglesias, C. "Dinámica del proceso de extracción de jugo a compresión de la caña de azúcar para la producción de panela". Rev. *Ciencias Técnicas Agropecuarias.* 2012, vol.21, nº 2, p. 81-85. [Consultado el: 27 de Febrero de 2013]. Disponible en: http://scielo.sld.cu/pdf/rcta/v21n2/rcta14212.pdf. ISSN 2071-0054.

Gil, J. M., Nápoles, O., Remedios, P. et al. "Evaluación del consumo de potencia del motor eléctrico del sexto molino de un tándem cañero". Rev. *Tlatemoani***.** Marzo 2011, nº 5, p. 1-5 [Consultado el: 2 de octubre de 2012]. Disponible en: http://www.eumed.net/rev/tlatemoani/05/ogcsp.pdf. ISSN 1989-9300.

Goytisolo, R., Águila, N., Arzola, J. "Elevación de la eficiencia de extracción de jugo de caña en los molinos de caña de azúcar". En: *7mo. Taller Internacional de Energía y Medio Ambiente.* Cienfuegos. Cuba. 2012. Disponible en: CD Memorias 7mo. Taller Internacional de Energía y Medio Ambiente. ISBN 978-959-257-323-9.

Hugot, E. *Manual para ingenieros azucareros*. Traducido por Carlos Ruiz Coutiño. México. Ed. Compañía Editorial Continental, S.A. Tercera impresión. 1974. 784 p.p.185 -195.

Kent, G. A. "The effect of added water temperature on milling train operation and performance*" Rev. Sugar Tech.* 2011, vol 13, nº 1, p. 1-6. [Consultado el: 27 de Febrero de 2013]. Disponible en: http://link.springer.com/article/10.1007%2Fs12355-011-0062-8. ISSN 0974-0740.

Lloyd, T., Eastment, S., Mitchell, P. “Milling train maceration control utilising nir technology”. Australian Society of Sugar Cane Technologists. 2010, vol 32, p. 688-695. [Consultado el: 27 de Febrero de 2013]. Disponible en: http://www.assct.com.au/media/pdfs/M%2016%20Lloyd.pdf.

Ortiz, F., Tobón, L. G., Alvarado, A. M., et al. “ Disminución de pérdidas de sacarosa en la elaboración de meladura en un ingenio azucarero”. Rev. Ingeniería Industrial. 2008, vol 2, nº 1, p. 1-23. [Consultado el: 27 de Febrero de 2013]. Disponible en: http://academiajournals.com/downloads/OrtizTobon.pdf. ISSN 1940-2163.

Rosero, E., Ramirez, J. “Modelado y control de molinos de caña de azúcar usando accionamientos eléctricos”. Rev. Iberoamericana de Automática e Informática Industrial. 2009, vol 6, nº 3, p. 44-53. [Consultado el 2 de Octubre de 2012]. Disponible en: http://zl.elsevier.es/es/revista/revista-iberoamericana-automatica-e--informatica-331/pdf/90083496/S300/. ISSN 1697-7912.

Thaval, O. P., Kent, G. “An enhanced mill extraction model”. Proceedings of the 34th Conference of the Australian Society of Sugar Cane Technologists. 2012. [Consultado el 2 de Octubre de 2012]. Disponible en: http://eprints.qut.edu.au/50930/

Preservação e valorização do património natural e científico de Angola: águas termais da Montipa, Namibe

Agostinho Francisco Cachapa

Professor Associado da Escola Superior Politécnica do Namibe e Instituto Superior Politécnico da Huíla, Universidade Mandume ya Ndemufayo (agostinhocachapa@esptn.umn.ed.ao)

Teresa Almeida Patatas

Docente e Chefe da Biblioteca da Escola Superior Politécnica do Namibe, Universidade Mandume ya Ndemufayo. Investigadora Associada do Centro de Estudos Interdisciplinar de Educação e Desenvolvimento (CeiED) (teresapatatas.angola@gmail.com)

Introdução

A divulgação de qualquer tipo de património para a sociedade, é um passo muito marcante no sentido da sua preservação, pois quanto mais se souber sobre o bem patrimonial, maior número de pessoas e de entidades se envolverá na sua defesa, na sua valorização. Deste modo, este património se tornará parte da identidade dos sujeitos de uma determinada área.

O património possui uma condição de legado que integra os bens de uma colectividade, definidos pelo seu valor científico, estético, educativo, recreativo, terapêutico, cultural e simbólico, sem esquecer todos aqueles voltados para o bem comum. O património inclui componentes de carácter diverso, utilizados pelas comunidades humanas para fins socioeconómicos, este é também o caso do património termal da Montipa.

O município da Bibala, na localidade da Montipa, possui um recurso hidrotermal que, valorizado como atractivo turístico pode ser mais utilizado para práticas relacionadas com o lazer, a recreação e a terapia. Este património termal pode criar um ponto de práticas turístico-recreativas, fazendo com que a Montipa seja reconhecida como um destino desejável. Pode oferecer ao turismo uma actividade socioeconómica, proporcionando uma maior divulgação do património natural e local. Assim, o presente trabalho tem como objectivo dar a conhecer as águas termais da Montipa, e, a necessidade de valorização e a preservação deste bem patrimonial.

A comunicação está dividida em quatro partes, sendo a primeira uma contextualização sobre o património natural, científico e termal, águas termais, termalismo e desenvolvimento turístico local; na segunda parte encontram-se os aspectos metodológicos para obtenção dos dados da comunicação; na terceira parte a exposição e discussão dos resultados e na última parte apresentam-se as conclusões.

Referencial Teórico: Água versus património natural, científico e cultural

O património deve ser deliberado com base no que dizia Ruiz (1996), como constituído por elementos materiais e imateriais, naturais ou culturais, herdados do passado ou criados no presente, no qual um determinado grupo de indivíduos reconhece sinais da

sua identidade. Pode-se dizer que o património, segundo Álvarez-Vasquez e Uña-Álvarez (2015, p. 1), "integra todos os bens de uma colectividade, definidos pelo seu valor científico, estético, educativo, recreativo, simbólico e cultural".

Como parte do património, segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO, 2005), o natural se define como as formações geológicas e fisiológicas, zonas de interesse naturais e as zonas estritamente delimitadas que constituem habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação ou beleza natural. O valor cultural do património define-se como grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem que têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência (Gambarota, Leonardi e Elias, 2018), ou como diz a UNESCO (s.d.), são obras do homem ou obras conjuntas do homem e a natureza, assim como as zonas, incluídos os lugares arqueológicos, que tenham um valor universal desde o ponto vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

Património científico, também chamado de património cultural de ciência e tecnologia (C & T), se considera "o conhecimento científico e tecnológico produzido pelo homem, além de todos aqueles objectos (inclusivé documentos em suporte papel), colecções arqueológicas, etnográficas e espécimes das coleções biológicas que são testemunhos dos processos científicos e do desenvolvimento tecnológico." (Granato, 2009, p. 79). Ainda se pode acrescentar neste conceito, aqueles lugares ou zonas os quais podem ser utilizados para estudos de carácter científico e académico.

Neste contexto, as águas são consideradas como um património natural, por fazerem parte de territórios e espaços e também servir de base económica e política de determinados grupos sociais, ainda são fontes de identificação cultural e referência simbólica. (Catullo & Brodin, 2015). E, porque estes têm uma história, um passado (Quintela, 1999) e servem como objecto de investigação cientifica. Neste diapasão, é muito importante ter em conta com o que, as Nações Unidas, no relatório sobre os recursos hídricos (2006), afirma que as águas são patrimónios que se podem converter no bem mais caro da história da humanidade e ser mais motivo de guerras do que o ouro negro: o petróleo.

Águas Termais como Património Termal e Turístico

As águas termais são águas subterrâneas mineralizadas e aquecidas provenientes de rochas. As águas termais são bastante importantes, visto que possuem características que lhes conferem propriedades de reabilitação, tratamento e promoção da saúde. Por este facto, elas são muito procuradas para proporcionar o bem-estar às populações e criam o valor turístico deste património. Assim sendo surge o turismo termal que consiste em viagens para uso e desfrute dos patrimónios naturais da água minero medicinal e termal e seus derivados por orientação médica em instalações para o seu uso. Por isso, a necessidade da sua valorização e preservação como algo singular do património balnear, fundamentalmente na melhoria da saúde humana, baseada no termalismo.

O termalismo está relacionado com o património de águas termais, na sua utilização para fins terapêuticos e de todo o seu entrono, desde os gases que emanam da fonte até às lamas. Assim, se pode definir *Termalismo*, segundo Grácio (2016, p. 41), "como um conjunto de práticas onde a água termal tem a função de agente terapêutico".

Metodologia

Desde o ponto de vista metodológico, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental sobre os aspectos relacionados com águas termais e termalismo, património natural, termal, científico e cultural, sem esquecer as questões das potencialidades turísticas, relacionando-os com este caso em particular da área da Montipa. Depois fizeram-se várias visitas de campo ao local para observação, onde foram tiradas algumas fotos e recolha de amostras de águas, em várias épocas durante os anos de 2015 e 2016, no tempo quente e no tempo do frio, para análise tanto *in situ* (pH, conductividade, turvação e temperatura de emergência) como ao nível laboratorial.

Trata-se de um estudo de caso, da zona da Montipa, visto que como afirma Meirinhos e Osório (2010, p. 16), "é frequentemente referido como permitindo estudar o objecto (caso) no seu contexto real, utilizando múltiplas fontes de evidência (qualitativas e quantitativas) e enquadra-se numa lógica de construção de conhecimento, incorporando a subjectividade do investigador".

- **Colheitas, acondicionamento e transporte de amostras.**

A colheita de amostra de água é uma das etapas mais importantes no momento da qualidade de um corpo hídrico. A confiabilidade dos resultados e sua interpretação adequada dependem da sua correcta execução. No caso dos colectores superficiais, geralmente são utilizados frascos de vidro de borossilicato (V e VB) ou de polietileno (PE). Para o nosso trabalho, utilizaram-se frascos de vidro e de PE, que foram previamente esterilizados, como recomendados por Tiago (2017).

- **Análises dos Parâmetros Físicos e Químicos**

As determinações de parâmetros organoléticos, físicos e químicos da água, como a temperatura, condutividade eléctrica (CE), turvação, cor, cheiro e sabor devem ser preferencialmente realizados em campo (*in situ)*, imediatamente após a colheita, para prevenir alterações nas suas propriedades, usando como recurso os medidores multiparametros portáteis de alta precisão, hoje existentes no mercado. Os sólidos totais dissolvidos (STD) e os parâmetros químicos (pH, ferro, alumínio, magnésio e manganés, dureza total, amónio, cloro residual livre, nitrato, cloretos, sulfatos) foram analisados no laboratório de água na cidade do Lubango, segundo os procedimentos baseados nos Métodos para Análises de Águas Potáveis e Residuárias - Standard Methods for Examination of Water and Wastewater (APHA-AWWA-WPCF, 2003).

Caracterização da Localidade da Montipa

A localidade da Montipa encontra-se localizada a Norte do município da Bibala próximo à margem do Rio Peça (Puilangombe). A área é constituída por 11 bairros e terá sido descoberta por um caçador chamado Tchimôngua, originário dos povos Muimbas na área do Iona.

Esta área, corresponde à da divisão topográfica de Angola limitada, pelos paralelos 14´30´ S e 15´00 S e a Oeste e Leste pelos meridianos, 13´00´E e 13´ E respectivamente. (Tiago, 2017). Conforme as Figuras 1 e 2:

Figura 1. Centro turístico da Montipa. Fonte: Google earth. / Figura 2. Localização da área objecto de estudo. Fonte: Google earth

A capela Soful, na povoação da Montipa, foi construída em 1955, por uma organização portuguesa e passaram ao controlo do Governo Angolano depois de 1975. (Tiago, 2017). Conforme a Figura 3:

Figura 3. Representa a fundação da área de estudo. Fonte: Tiago, 2017.

Geologia e Hidrogeologia

A área da Montipa está directamente relacionada com a enorme fenda NW-SE que coincide com o rio Puilangombe e encontra-se sobre uma fenda menor de descompressão com direcção NE-SW que intercepta a primeira fenda. (Pereira, Van-Dunem & Tassinari, 2006).

A Missão de Pedologia de Angola (1963, citado por Fernandes, 2014) distinguiu, de entre outras, a zona geológica que se estende de Oeste para Leste, com rochas ígneas pós-pérmicas, na qual se destacam os doloritos olivínicos, e não olivínicos. A zona essencialmente está formada por rochas eruptivas ou sedimentares altamente metamorfizadas, com especial realce para as graníticas.

Desde o ponto de vista hidrogeológico, a mineralização das águas aumenta, por faixas paralelas de E ao W, bruscamente nos interflúvios igualmente aos vales aluvionares dos cursos de água que envolvem a Escarpa da Chela e que engloba as zonas de Cainde, Bibala e Lola. (Victor et al., 2007).

Climatologia

A área da Montipa, como parte do município da Bibala, as precipitações anuais atingem os 800-900 mm, devido à subida forçada das correntes atmosféricas provocada pela cadeia montanhosa. A estação chuvosa tem a duração de cinco meses (Novembro a Março). (Victor et al., 2007).

O município da Bibala tem a temperatura média anual, rondando os 23,7º C. Como demonstardo na Figura 4.

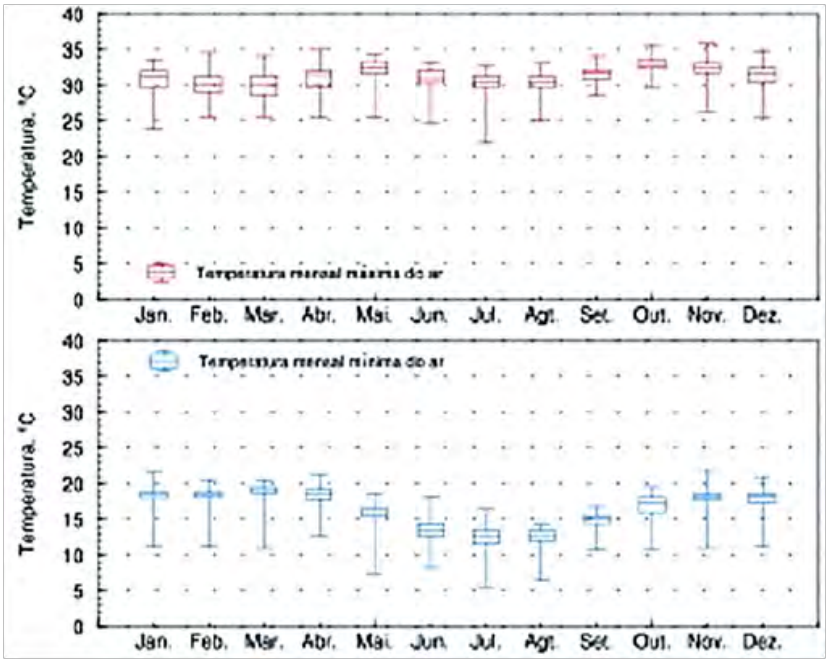


Figura 4. Temperaturas máximas e mínimas do município da Bibala. Fonte: Victor et al., 2007.

A humidade relativa anual no município é de 58,1%, ocorrendo os valores máximos em Março e os mínimos em Novembro e Dezembro. De acordo com a classificação climática de Thorntwaite, o clima da Bibala é semi-húmido seco (C1), marcando a transição para os planaltos do interior, com clima húmido. (Victor et al., 2007).

Resultados e Discussão

Para a apresentação dos resultados e discussão mostram-se primeiro os parâmetros físicos e depois os parâmetros químicos deste recurso hidrotermal da Montipa.

1. Parâmetros físicos

Trata-se de uma água límpida, sem cheiro e sem sabor, que emerge a uma temperatura média entre 48-49^{0}C e se desconhece a sua extensão. (Tiago, 2017).

Este património termal foi descoberto em 1955, por uma organização aquando da construção da capela do Soful. (Tiago, 2017).

A conductividade é uma propriedade relacionada com o grau de mineralização da água, e é de 625 µS/cm. (Tiago, 2017), e é de mineralização média, segundo Hindi (1999).

A turvação é considerada como um factor importante para estimar a qualidade da água relacionada com o seu grau de transparência e limpeza, logo a água da Montipa é considerada clara e transparente, segundo a classificação de Massol (2010).

As águas termais da Montipa consideram-se hipertermal, já que emergem com uma temperatura superior a 37ºC (48^{0}C), pelo facto, está água pode ser aplicada para fins terapêuticos, pela acção térmica sobre o organismo humano. (Torres, 2006, p. 52). E segundo Armijo e Martin, (1994), pode ser utilizada concretamente como sedante e combate de contracções e hipertonia muscular. No local, há uma outra piscina, em que a temperatura é mais baixa, esta pode ser utilizada para outros fins, tais, como:

- Estimulante;
- Melhoria da circulação de órgãos internos;
- Activação das mudanças metabólicas;
- Acção dermatológica;
- Exerce a acção vasoconstrictora.

As águas termais da Montipa, por apresentar valores de STD entre 300 e 450 mg/L e com base em a quantidade de STD, classificam-se, segundo o Livro Branco, (2010 citado por Santos, 2011), em águas hipomineralizadas. (STD no rango de 500 e 1500 mg/L), e segundo Davis e Dewiest (1966), são consideradas como água doce e levemente salina.

2. Parâmetros químicos

Estes resultados dos parâmetros químicos analisados se espelham na Tabela 1 abaixo:

PARÂMETRO	VALOR	UNIDADE
pH	8.2	Escala de Sorenson
Fe	0.2	mg/L Fe
Al	0,01	mg/L Al
Mn	0.0	mg/L Mn
NO^-_3	6.5	mg/L NO_3^-
NH_4^+	0.01	mg/L NH_4^+
SO_4^{2-}	>400	mg/L SO_4^{2-}
Dureza total	80	mg/L $CaCO_3$
Cloro residual	0.0	mg/L Cl_2

Tabela 1. Resultados das análises dos parâmetros químicos. Fonte: Autores.

Com base nos resultados, que se apresentam na Tabela 1, pode-se aferir que a água termal que emerge na zona da Montipa, é mineral e natural. Apresenta as seguintes características:

- ✓ Trata-se de uma água alcalina por ter carácter básico, com um pH maior que 7;
- ✓ O pH, para além de controlar a maior parte das reacções químicas na natureza, controla, também, a actividade biológica que é, na maior parte dos casos, apenas possível para valores de pH compreendidos em 6 e 8.
- ✓ Embora muitas substâncias possam contribuir para a alcalinidade de uma água, a

maior parte desta característica nas águas naturais é devida aos hidróxidos (OH), carbonatos (CO_3^{2-}) e bicarbonatos (HCO_3^-).

De acordo com os resultados obtidos, as características alumínicas desta água são quase nulas devido a sua reduzida concentração de alumínio.

Em relação à concentração do ferro, existe uma certa quantidade que se pode ter em conta, que segundo Rojas, Fortich e Pavajeau, (2014), esta água pode ser aplicada ao corpo humano, por ingestão para reforçar a hemoglobina.

A dureza (em geral expressa em mg/L de carbonato de cálcio $CaCO_3$) de uma água é devida à presença de catiões metálicos bivalentes principalmente cálcio (Ca^{2+}) e magnésio (Mg^{2+}). Estes iões metálicos bivalentes estão, em geral, associados com o anião bicarbonato (HCO_3^-), sulfato (SO_4^{2-}), cloreto (Cl^-) e nitrato (NO_3^-). (Sousa, 2001).

De acordo com os resultados obtidos, a água térmica da Montipa, classifica-se como água moderadamente dura, com base na classificação de Massol (2010). Esta característica faz com que esta água tenha solubilidade dos compostos metálicos.

Em relação ao anião sulfatos, este resultado mostra altas concentrações de minerais sulfatados na fonte, podendo esta água ser aplicada como purgante, quando ingerida. Segundo Rojas, Fortich e Pavajeau (2014) pode ser utilizada para a melhoria da saúde humana, ao nível gastrintestinal.

Aproveitamento deste Património Termal

A água térmica da Montipa trata-se de um património com elevado potencial turístico, porque para além da água que emerge quente, há uma envolvente natural com determinadas características potenciais para o ecoturismo.

Existe uma grande importância em conhecer as propriedades deste recurso hidrotermal, já que o estudo determina o aproveitamento ou o benefício que esta água pode proporcionar ao município em particular e a província em geral. Os resultados encontrados mostram um imenso potencial para o seu aproveitamento em actividades de turismo de saúde, através de banhos na água quente, proporcionando acções terapêuticas na pele (balneoterapia) e interior do organismo (ingestão).

Assim, com base na sua composição físico e química, água térmica da Montipa, podem ser indicados para tratar enfermidades do foro reumático, dermatológico e estados de esgotamento psicofísico.

Apesar do grande potencial deste património, a sua valorização e preservação são quase que nulas, independentemente, de ser aproveitado por alguns visitantes.

A Valorização e Preservação do Património Termal da Montipa

Tendo em conta o estado e aproveitamento que se dá, e que se pode dar, às águas termais da Montipa e do seu entorno, é pertinente e imperioso valorizar e preservar este património termal. Para esse alvo deve-se envolver a comunidade, visto que o adequado aproveitamento deste recurso contribui para o desenvolvimento humano e melhoria da qualidade de vida.

Para isso, será necessário, começar com a implementação na comunidade de um processo de educação patrimonial, que é, segundo Surya (2009, p. 6), "processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no património como fonte primária de

conhecimento e enriquecimento individual e colectivo". Isso pode-se realizar, com base no seguinte:

- Promoção de uma relação de afectiva da comunidade pelo património, despertando assim um processo de aproximação da população ao património, à memória, de forma agradável, prazerosa e lúdica;
- Levar as crianças e adultos a um processo activo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança natural e termal;
- Capacitar a todos para um melhor usufruto desses bens que as Termas da Montipa oferecem.

Há necessidade de realização de iniciativas, por parte da Administração Municipal, do Governo da Província e das comunidades, no sentido da valorização e preservação deste património hidrotermal, nomeadamente:

- Elaboração de uma brochura ou uma cartilha para a divulgação do património;
- Inclusão destas termas nos pacotes turísticos provincial e/ou nacional;
- Melhoria do acesso rodoviário Bibala-Montipa;
- Implementação de zonas de protecção, no sentido de prevenir, reduzir e controlar a poluição da água termal deste local;
- Implementação de projectos e actividades contínuas com estudantes de diversos níveis de ensino do município.
- Realização de eventos de carácter científico, cultural e turístico para se abordar a importância desta água para o desenvolvimento local;

O local, objecto de estudo, é de gestão privada, que se encontra em estado de "semia-bandono", é sem dúvida, um património que necessita de intervenção urgente, no sentido da sua preservação e valorização. Neste sentido, este espaço poderia beneficiar de um projecto para reabilitação total na vertente terapêutica (balneários) e no aproveitamento dos espaços naturais (turismo ecológico), que circundam a fonte termal, para dar um valor acrescentado para o desenvolvimento sustentável, qualitativo, socioeconómico, das comunidades e do município da Bibala.

Considerações Finais

O presente trabalho, apesar de ser uma investigação preliminar, pretende contribuir para o estudo do património natural e termal da Montipa e a sua valorização. Neste diapasão, reconhece a importância do turismo, enquanto estratégia da preservação e valorização do património e desenvolvimento local.

Assim, a caracterização do local da fonte termal, e dela como tal, mostra as qualidades deste património natural que pode contribuir para o desenvolvimento sustentável e turístico das comunidades, do município da Bibala, da Província do Namibe, sendo por isso, urgente a sua preservação e valorização.

A preservação e a valorização deste património natural e termal é importante para um melhor conhecimento do mesmo e permitiria ao mesmo tempo restituir a importância que este sítio merece, com base na relação histórica que teve e que tem com a comunidade circundante, possibilitando ao mesmo tempo colocar o mesmo num sentido mais global ao nível da importância do termalismo para a saúde humana no nosso país.

Num período, em que no país se evidencia a diversificação da economia, é de bom

tom, que promova o turismo. Acredita-se que o trabalho realizado é uma mais valia, no sentido de trazer uma visão de como alavancar o desenvolvimento provincial e melhorar a qualidade vida da população da área da Montipa.

O estudo pode e poderá servir de base e referência a futuras investigações relacionadas com a temática do patrimonio natural e termal e novas propostas de itinerários e roteiros que incluam a incomparável Montipa.

Referências bibliográficas

Álvarez-Vázquez, M. & Uña-Álvarez, E. (2015). Integración del patrimonio natural en el área termal de Ourense (Galicia): importancia de las formas erosivas fluviales. *Congreso Internacional del Agua* – Termalismo y Calidad de Vida. Campus da Agua, Ourense, España.

APHA-AWWA-WPCF. (2003). *Standard methods for the examination of water and wastewater.* Washington D. C: American Public Health Association. 20ª Edition.

Armijo & Martin, S. (1994). Águas bicarbonatadas. in: *Curas Balnearias y Climáticas. Talasoterapia y Helioterapia.* Madrid: Ed. Complutense, 261-267.

Catullo, M. & Brodin, D. (2015). Las aguas termales como patrimonio tangible y soporte de prácticas. Ciudad Nueva Federación (Argentina) y municipio de Santo Amaro da Imperatriz (Brasil). *Astrolabio*. Número 5. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba. ISSN: 1668 7515.

Davis, S. N & Dewiest, R. J. M. (1996). *Hydrogeology*. New York: Wiley.

Fernandes, J. (2014). *As pinturas do abrigo do Tchitundu-Hulu Mucai. Um contributo para o conhecimento da arte rupestre da região*. Vol I. Tese de mestrado. Tomar: Instituto Politécnico de Tomar – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Gambarota, D., Leonardi, V. & Elías, S. (2018). Las aguas termales como patrimonio natural y cultural. Potencialidad turística en Bahía Blanca (Argentina). *International Journal of Scientific Management and Tourism*. 4-2, 285-301.

Grácio, A. (2016). *Turismo Termal em São Pedro do Sul.* Dissertação de Mestrado em Lazer, Património e Desenvolvimento da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra: Universidade de Coimbra.

Granato, M.; Maia, E. & Santos, F. (Jul./Dez. 2014). Valorização do patrimônio científico e tecnológico brasileiro: descobrindo conjuntos de objetos de C&T pelo Brasil. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, 22* (2), 11-34. Acessado 04 de Junho de 2018. Disponível em https://dx.doi.org/10.1590/S0101-47142014000200002.

Hindi, E. C. (1999). *Caracterização Hidroquímica e Hidrogeológica das fontes cársticas das bacias dos rios Tumiri, água comprida, fervida e das onças – Colombo, PR.* Dissertação (Mestrado) Curitiba: Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

Massol, A. (2010). *Curso microbiología sanitaria.* Mayagüez: Universidad de Puerto Rico.

Medeiros, M. & Surya, L. (2009). *A Importância da educação patrimonial para a preservação do patrimônio.* Fortaleza: ANPUH – XXV Simpósio Nacional DE História.

Meirinho, M. & Osório, A. (2010). O estudo de caso como estratégia de investigação em educação. *EDUSER: Revista de Educação, Inovação, Investigação em Educação*. 2(2). Bragança: Instituto Politécnico de Bragança. ISSN 1645-4774.

Naciones Unidas (2006). *El agua, una responsabilidad compartida. 2° Informe de las Naciones Unidas sobre el Desarrollo de los Recursos Hídricos en el Mundo.* Programa Mundial de Evaluación de los Recursos Hídricos. Acessado a 03 de Junho de 2018. Disponível em http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001444/144409S.pdf.

Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). (2005). *Carpeta de información sobre el patrimonio mundial*. Paris.

Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). (s.d.). *Indicadores UNESCO de cultura para el desarrollo: Patrimonio. Manual metodológico.* Acessado a 04 de Junho de 2018. Disponível em http://es.unesco.org/creativity/sites/creativity/files/iucd_manual_metodologico_1.pdf

Pereira, E.; Van-Dunem, M. V.; Tassinari, C. C. G. (2006). *Notícia explicativa da carta geológica de Bibala. Folha 335. Sul D-33. N-III.* Luanda: Instituto Geológico de Angola.

Quintela, M. (2011). Curar e recrear em águas termais: um diálogo etnográfico entre Portugal (Termas de São Pedro do Sul e Termas da Sulfúrea) e Brasil (Caldas da Imperatriz). *Anuário Antropológico [Online],* II |, Posto online em 24 novembro 2015. Acessado a 04 de Junho de 2018. URL: http://journals.openedition.org/aa/1151; DOI: 10.4000/aa.1151.

Rojas, E., Fortich, M., & Pavajeau, H. (2014). Determinación del origen y la composición de las aguas termales ubicadas en los municipios de Becerril (Cesar) y Ciénaga (Magdalena), Colombia. *Ingenium,* 8 (21), 35-42.

Ruiz, J. C. (Septiembre 1996). ¿Hacia una nueva definición de patrimonio histórico? *PH Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, n. XVI, Sevilla: IAPH.

Santos, (2011). *Propriedades e aplicações dermatológicas das águas termais*. Porto: Universidade Fernando Pessoa. Acessado a 29 de Janeiro de 2016. Disponível em http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/2438/3/MONOGRAFIA.pdf.

Sousa, E. (2001). *Noções sobre qualidade da água.* Lisboa: Instituto Superior Técnico.

Tiago, E. (2017). *Caracterização física da água termal da Montipa*. Trabalho de fim de curso de licenciatura em Engenharia Ambiental. Namibe: Escola Superior Politécnica do Namibe

Victor, J.; Pinto, C.; Almeida, L.; Calejo, M. & Veríssimo, L. (2007). *Plano de Desenvolvimento Integrado da Província do Namibe 2007-2013. Estudos Sectoriais. Estrutura Biofísica.* Vol. 3. Namibe: Governo Provincial do Namibe.

Aves migratórias dos estuários de Namibe – Angola

Agostinho Adriano Manuel da Silva
Escola Superior Politécnica do Namibe, Universidade Mandume Ya Ndemufayo

Introdução

Em Angola, tal como na maioria dos países do mundo, o estado do ambiente não é dos melhores. Os principais problemas ambientais que se observam e que provocam graves problemas sócio-económicos e sócio-culturais são: a desflorestação, a perda da biodiversidade, a urbanização, a contaminação e destruição dos solos, a contaminação das águas fluviais e marítimas, a contaminação do ar, a destruição dos mangais e estuários, a poluição sonora e visual, a caça e pesca furtivas, etc.

A província de Namibe situada na parte sul de Angola é uma das regiões do país onde predominam áreas áridas, semi-áridas e sub-húmidas secas, caracterizadas por chuvas sazonais altamente variáveis, secas frequentes e inundações repentinas, devido às mudanças climáticas globais e também às intensas quedas pluviométricas que ocorrem ciclicamente no planalto da serra-da-Chela e nas encostas da cadeia marginal de montanhas que separa o planalto do litoral.

É uma das dezoito províncias de Angola. Está dividida em cinco municípios (Moçâmedes, Bibala, Virei, Camucuio e Tômbwa). Tem uma área de 57 091 km² e sua população é de 471613 habitantes. Fica situada no sudoeste do país, sendo Moçâmedes a sua cidade mais importante e capital da província, situada a 1195 kilómetros de Luanda a capital do país. O povo aborígene da província são os Cuvale (Mucuvales ou Mucubais) e descendem do grupo Herero. Estes povos apresentam costumes próprios aos quais se apegam de forma religiosa, são essencialmente criadores tradicionais de gado e praticam pouco a agricultura. No entanto, a guerra e outros motivos fizeram com que muitos outros povos de outras regiões e grupos etno-linguísticos de Angola migrassem para o território do Namibe, miscigenando os povos aborígenes. Estes outros povos, maioritariamente do grupo etno-linguístico Ovimbundo, praticam a agricultura e a pecuária.

Desenvolvimento

Tendo em conta o desenvolvimento não regulado que se processa na sociedade e o consumo excessivo dos recursos naturais, o mundo (de modo geral), Angola (em particular) e Namibe (de modo específico) enfrentam hoje em dia um grande risco de saturação pelo acúmulo de vários tipos de problemas, conhecidos como problemas ambientais. Estes são manifestados pela contínua e qualitativa degradação dos ecossistemas, causado pela industrialização, urbanização, exploração irracional dos recursos, pressão demográfica, etc., que podem ser de carácter global, regional e local.

Devido ao deterioro da relação homem – ambiente produto da irracional aplicação social dos avanços da ciência e da tecnologia, somente a educação pode contribuir na

formação de um indivíduo que contribua no cumprimento das metas políticas estabelecidas nas conferências e nos protocolos ambientais por diferentes governos e almejar a formação de uma cidadania ambiental responsável em todos os cidadãos de todos os países do mundo, um dos quais é Angola, de modo a que se possam cumprir as máximas de: "pensar global e actuar local" enunciada na Conferência Inter-governamental de Tblissi.

Devido a grande quantidade de animais como bovinos, caprinos e ovinos que criam e ao crescimento das cidades, aldeias e vilas, os espaços para a actividade agro-pecuária vão diminuindo, e para manter as suas actividades, a população utiliza qualquer espaço ao seu dispor, para pescar, caçar, construir, enfim para sobreviver, mesmo sabendo que incorrem em ilegalidade. Para além disso, por dificuldade e ineficiência da fiscalização sobre as actividades piscatórias tradicionais, se nota uma acelerada destruição dos estuários, pois há caça de aves e pesca nesses locais; outras vezes pratica-se a agricultura nos terrenos circunvizinhos aos mesmos, fenómenos esses que contribuem para a perda da biodiversidade nestes locais.

Em função da situação exposta e, tendo em conta que Angola é signatária de vários acordos internacionais que a obrigam a: promover o seu estudo e conservação, para o que podem beneficiar de financiamento e assistência internacional (Convenção de Ramsar); conservar as espécies migratórias pertencentes à fauna selvagem (Convenção de Bona); assegurar que o comércio de animais e plantas selvagens, e de produtos deles derivados, não ponha em risco a sobrevivência das espécies nem constitua um perigo para a manutenção da biodiversidade (Convenção de Washington) e a conservar a flora e fauna selvagens e os seus habitats naturais, em particular as espécies e os habitats cuja conservação exija a cooperação de diversos estados (Convenção de Berna) se procura com este trabalho abordar a real situação das aves migratórias que vivem ou visitam os estuários do Namibe, contribuindo assim para o conhecimento e a tipologia dos estuários nessa parte do território angolano e iniciar estudos científicos sistematizados nessa linha que possam ser extensivos para toda a costa angolana, uma vez que não há conhecimento de algum trabalho igual.

Angola, como país signatário do acordo de Ramsar, também segue o mesmo caminho e tem legislação virada para a conservação e preservação desses ecossistemas. Independentemente dos acordos existentes sobre conservação e protecção das zonas húmidas e dos estuários, um pouco por toda Angola em geral, e no Namibe em particular, as acções humanas são as principais causas da degradação e, ou destruição das zonas húmidas em geral e em particular as estuarinas. Os aterros dos estuários para expansão urbana, a drenagem para a prática da agricultura, ou outras acções como, a construção de barragens a montante que impedem o normal curso dos rios ou a construção de furos para extracção de água subterrânea para consumo animal e para a práctica da agricultura em locais próximos aos estuários, altera as características dos mesmos. Todos estes factores têm grande impacto e consequências diversas sobre a biodiversidade que busca habitat no referido ecótono, fundamentalmente, a biodiversidade avícola e em especial as aves migratórias.

Ao nível do mundo, as aves migratórias estão abrangidas pela protecção legal da convenção de Berna (Convenção sobre a conservação da flora e fauna selvagens e os seus habitats naturais, em particular as espécies e os habitats cuja conservação exija a cooperação de diversos estados), pela de Bona (Convenção sobre a Conservação das Espécies

Migradoras pertencentes à Fauna Selvagem ou mais conhecida simplesmente por Convenção de Bona) e da Convenção de Washington ou CITES (Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção, ou Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção e que tem como objectivo assegurar que o comércio de animais e plantas selvagens, e de produtos deles derivados, não ponha em risco a sobrevivência das espécies nem constitua um perigo para a manutenção da biodiversidade).

Em todo o país podem ser observadas acções que vão contra o espírito e a letras dos acordos atrás citados. Muitos elementos da biodiversidade do país são explorados até à exaustão sem que as estruturas afins façam muito para impedir ou mitigar tais situações muitas vezes porque a legislação está desactualizada ou porque não se tem conhecimento de que tal espécie é considerada em risco de extinção. Outras vezes, simplesmente existe o desconhecimento deste ou daquele elemento da biodiversidade das localidades. As aves migratórias como elementos constituintes da biodiversidade avícola geral do país não têm merecido a atenção devida e por esse facto, na actualidade não existem dados fiáveis sobre o assunto. Pela grandeza da biodiversidade e o fácil acesso, as zonas húmidas estuarinas são importantes para o fomento do ecoturismo, como a observação de aves e outros animais e para a criação de praias balneares. Com o avanço dos conhecimentos sobre o papel destes ecossistemas e da responsabilidade ambiental, nos últimos anos muitos países têm elaborado legislação virada à sua conservação.

As aves migratórias no Namibe, em particular, estão ameaçadas por inúmeras situações entre as quais a destruição e degradação dos habitats, a utilização de químicos mortais na agricultura, a fraca disponibilidade de alimentos, o abate ilegal, a contaminação das águas, a perturbação humana aos seus habitat's, a concorrência, etc. Isto exige que todos os cidadãos tomem consciência para este facto. Geralmente os caçadores de aves no Namibe nem sempre são cidadãos nacionais, pois estes têm pouco hábito de caçar aves e por isso raramente o fazem; preferem animais quadrúpedes.

Em contrapartida, a caça de aves nos estuários é um acto realizado por cidadãos expatriados que têm por costume caçar aves nos seus países de orígem. Estes usam os dias de pouca actividade nos estuários para realizar tais actos, muitas vezes com o beneplácito do silêncio dos decisores e da legislação que é omissa aos estuários, aos casos de caça nos estuários e a que tipo de aves devem ser preservadas e ou caçadas a nível do território nacional.

Os rios que atravessam o território da província do Namibe apresentam características diferentes tanto no curso; local de nascimento, tipo de solos por onde fluem, quantidade e qualidade de lençóis de água existentes no seu curso; etc. Os principais são: Bentiaba, Bero, Caitou, Carunjamba, Cunene, Curoca, Giraul e Inamangando. As características hidrográficas dos rios existentes na província do Namibe, para além da quantidade de água que flui neles e determinam o seu volume hídrico, dependem também da característica do relevo, composição do solo, fisiografia e hidrografia da região onde o mesmo nasce; etc.

Os rios existentes na província do Namibe na sua maioria nascem no planalto-da-Chela (com excepção do Cunene) e fluem para Oeste em direcção ao oceano Atlântico. Devido às características dos solos do território do Namibe, os rios existentes nele e as suas bacias hidrográficas são de pequeno caudal e curso cheios de meandros, pois as suas

águas irrompem sobre territórios bastante irregulares quanto a sua constituição geomorfolígica. Alguns são rios perenes na primeira metade do seu curso, mas ao entrarem no território namibense se tornam intermitentes, pois a água penetra no subsolo e continua fluindo no subterrâneo em direcção a embocadura (casos dos rios Giraul, Bero e Carunjamba, por exemplo).

Quando os índices pluviométricos a montante são baixos, a água nos rios infiltra-se rapidamente para os lençóis freáticos, enchendo aqueles que se encontram com níveis baixos. Somente após estes lençóis estarem abastecidos é que a água acumulada pode fluir à superfície do leito do rio. Mesmo não aparecendo à superfície, em alguns rios a água flui no subterrâneo e dão à superfície a poucos metros da embocadura (Casos dos rios Carunjamba, Inamangando, Giraul, Bero e Curoca). Os principais rios existentes na província do Namibe e que formam estuários se caracterizam pelos seguintes aspectos hidrográficos:

Rio Bentiaba: este rio nasce na cadeia marginal de montanhas da comuna da Lola (município da Bibala – província do Namibe) e flui para oeste em direcção ao Oceano Atlântico atravessando uma extensa planície constituida por floresta zambezíaca, savana e deserto (arenoso e rochoso). Em vários locais do seu curso o leito é alargado e permite a prática da agricultura. No seu curso existem vários lençóis freáticos que drenam água subterrânea em direcção ao Oceano, facto que mantem o estuário com um nível de água considerável junto à desembocadura e permite a prática da agricultura e pecuária no vale do Bentiaba. É um rio intermitente, não navegável, que tal como os demais rios do Namibe atravessam o deserto e a estepe.

As enchentes deste rio acontecem no tempo chuvoso, são cíclicas e às vezes se tornam perigosas pela quantidade de detritos que arrasta para o mar. Estes detritos destroem culturas e arrastam outros bens da população. As características dos solos e a aridez do deserto impede a formação de floresta-galeria na maior parte do curso deste rio.

Rio Bero: nasce nas imediações da Huguéria (município da Chibia – província da Huíla) e flui para oeste, atravessando a parte sul da extensa cordilheira da Chela. Durante o tempo seco é um rio de águas claras, mas no tempo chuvoso o caudal de água no seu leito aumenta e se torna num rio de águas pretas. Da sua rede hidrográfica não se conhecem muitos rios importantes. No primeiro troço ele é um rio permanente e no seu percurso para o Oceano Atlântico atravessa regiões de florestas de Brachystegia, cadeia marginal de montanhas, zonas sub-desértca e desértica, arrastando no seu curso vários tipos de detritos sólidos. No primeiro terço do seu curso existe também a floresta-galeria que desaparece ao cruzar territórios com características desérticas e com elevada aridez. Pelo tipo de relevo principal das rochas do seu leito. Ao longo do seu curso se localizam variadíssimos lençóis freáticos que abastecem de água os vários poços que fornecem água para o consumo humano e para a agricultura na cintura verde da cidade de Moçâmedes. Ao passar para o território da província do Namibe se transforma num rio intermitente, que somente apresenta água à superfície do seu leito quando os índices pluviométricos na Chibia são elevados, enchem os lençóis freáticos e estes transbordam e enchem o leito do rio acabando por transportar esse excesso para o Oceano Atlântico.

A pouca quantidade de água que flui da nascente, continua a fazé-lo no subterrâneo em direcção ao Oceano. É um rio não navegável que desemboca no oceano Atlântico na

baia de Moçâmedes, junto à salina "Sal do Sol" nos arredores da cidade. Nas margens do vale do rio Bero se pratica a agricultura e a pecuária em grande escala. A zona de alagamento e concentração de sapal deste rio vai desde a salina "Sal do Sol" até ao limite do antigo bairro "Nação-Praia" na fronteira entre a praia das Miragens e a praia do Chiloango e, da embocadura até a ponte ferroviária do CFM.

Rio Caitou ou Caitovo: nasce a oeste da comuna de Caitou (município de Camucuio – Namibe). Apresenta uma rede hidrográfica pequena e pobre com poucos rios de planície. Na zona de abrangência da sua rede hidrográfica existem vários lençóis freáticos com águas termais, como as águas termais do Caitou situadas junto à comuna de Caitou. Este rio, no seu percurso para o Oceano, corta a estrada Bibala – Camucuio na localidade de Caitou e a estrada nacional 100 junto à localidade das salinas a caminho da Lucira. É um rio intermitente e o seu leito somente tem água durante o tempo chuvoso; por essa razão, as enchentes no seu leito são muito raras e cíclicas e somente acontecem quando os índices pluviométricos na sua área hidrográfica são abundantes. A zona de desague deste rio é muito diferente dos demais rios do Namibe, pois não se nota neste a existência de uma zona tampão onde se acumula o sapal proveniente do rio.

Este rio que nasce na cadeia marginal de montanhas, desde a sua foz até a desembocadura, atravessa zonas de floresta de montanha, zonas áridas sub-desérticas e desérticas com pouca vegetação. O vale do rio Caitou, junto ao mar, é muito seco e não é possível a prática da agricultura bem como da pecuária.

Rio Carunjamba: nasce na Serra da Neve no município do Camucuio. Desce a encosta como um riacho de águas permanentes que aumentam no tempo chuvoso. Recebe o contributo hídrico de vários cursos de água e lençóis freáticos que abundam no subsolo por onde o rio passa e cria nas proximidades da embocadura um vale de aproximadamente 5000 hectares, onde se praticam a agricultura e a pecuária. A embocadura deste rio está impedida por acumulação de areia. A água que flui no subterrâneo se acumula na desembocadura e cria uma lagoa onde podem ser vistos vários animais domésticos e selvagens (aves fundamentalmente). Quando, no tempo chuvoso, acontecem as enchurradas a montante o rio transborda e lança águas e detritos ao mar tanto na maré-baixa e na maré-alta uma vez que na embocadura deste rio se situa abaixo do nível médio do mar. Este é um rio intermitente que no seu percurso atravessa regiões de floresta de montanha, savana, estepe e deserto rochoso. A aridez e o tipo de solos impedem a existência de floresta galeria ao longo do curso do rio em toda a sua extensão.

A redução da actividade agrícola no vale deste rio faz com que a água que escorre no subterrâneo se acumule no estuário formando uma lagoa uma vez que a embocadura se encontra bloqueada por depósitos de areia proveniente do mar.

Rio Cunene: nasce na comuna de Boas-águas, no município de Chicala-Cholohanga (província da Huambo). Juntamente com outros rios existentes na comuna do Cuima, município da Caála (província do Huambo), forma a represa hídrica do Gove que abastece a barragem hidro-eléctrica de mesmo nome, situada na província do Huambo. A rede hidrográfica do rio Cunene se estende às províncias de Huambo, Huíla e Cunene.

É um rio de águas negras, de caudal permanente e variável em função da quantidade de água que recebe dos rios tributários, dos índices pluviométricos e da quantidade de água que perde por evaporação, evapo-transpiração e para uso na agricultura e consumo

animal. Assim sendo, durante a época chuvosa, o seu caudal aumenta e na época seca ou de cacimbo o caudal pode baixar consideravelmente. Os principais tributários do rio Cunene são os rios Qué e Caculuvar que nascem respectivamente nos municípios de Caluquembe e Lubango na Província da Huíla. Para além da barragem do Gove, este rio possui mais duas outras barragens hidro-eléctricas como sendo as da Matala (na Matala) e a de Kalueke, na fronteira entre as Repúblicas de Angola e da Namíbia. Este rio abastece de água várias zonas agricultáveis com particular realce para o perímetro irrigado da Matala.

Este rio de vertente Atlântica e no seu percurso para o Oceano atravessa regiões de planalto, florestas de Brachystegia, savanas de deserto. Serve como fronteira natural entre as Repúblicas de Angola e da Namíbia. Este rio apresenta vários rápidos, quedas de água ou cataratas, com particular destaque para as Quedas ou Cataratas do Ruacaná. Este rio não é navegável e pertence na totalidade à República de Angola, pois, a fronteira entre os dois países (Angola e Namíbia) situa-se na margem esquerda do mesmo (sentido nascente – desembocadura).

Rio Curoca: É um rio de vertente Atlântica que nasce na comuna de Chiange, no município dos Gambos (província da Huíla). No seu curso para o Oceano atravessa a cadeia marginal de montanhas da parte sul da grande cordilheira da Chela-Leba e desagua no mar a dez quilómetros da Vila piscatória do Tombwa (município de Tombwa – província de Namibe). No seu percurso para o Oceano este rio atravessa regiões sub-planálticas, cadeia marginal de montanhas e a planície; atravessa regiões de savana, de floresta de Brachystegia, estepe e deserto. É o fornecedor principal de água para a "Lagoa do Arco" e do vale do Curoca, zona agrária principal do município do Tombwa.

Este rio é intermitente e a água no seu leito somente abunda durante o tempo chuvoso e quando os níveis pluviométricos nos Gambos forem consideráveis. A sua rede hidrográfica é pequena e os afluentes conhecidos desse rio de águas pretas são poucos e têm as mesmas características. Por essa razão e dadas as características do relevo da região onde nasce e passa esse rio, as enchentes do mesmo são raras e cíclicas. A água que flui no seu leito subterrâneo e humedece o vale do Curoca provém dos lençóis freáticos situados ao longo do mesmo. Estes também abastecem os furos de água para a irrigação das hortas e lavras, bem como para consumo humano e são por sua vez abastecidos durante o tempo chuvoso. A redução da actividade agrícola no vale deste rio faz com que a quantidade de água que se acumula no estuário aumente consideravelmente, uma vez que a desembocadura deste rio se encontra bloqueada por depósitos de areia proveniente do mar. Este rio tem grande importância na dinâmica dos solos arenosos do deserto do Tombwa.

Rio Giraul: nasce no município da Humpata, flui para sul e depois para Oeste, atravessando a estrada Namibe – Lubango no cimo da estrada da Leba onde é conhecido como rio Leba. É um rio de águas claras no tempo seco, mas no tempo chuvoso o nível das águas no seu leito aumenta e se transforma num rio de águas pretas.

A sua rede hidrográfica abrange toda a cadeia marginal de montanhas que se estende desde o Munhino do Capangombe até a região da Tampa e as encostas do Bruco no Tchivinguiro (Humpata – Huíla). Recebe os contributos dos rios e cursos de água situados entre a Serra do Bruco (Humpata – Huíla), o morro Maluco (Bibala – Namibe) e a Serra da Leba, entre eles o rio das mangueiras e o rio do Munhino do Capangombe. No seu curso em direcção ao oceano Atlântico, atravessa zonas de florestas de Brachystegia,

cadeia marginal de montanhas onde forma as cascatas da Leba, floresta-galeria, estepe e deserto rochoso. No seu percurso para o mar este rio escava a montanha rochosa, desde a cadeia marginal de montanhas até ao deserto rochoso, criando vales de irrigação onde se praticam a agricultura e a pecuária.

É um rio intermitente que somente apresenta água à superfície no tempo chuvoso e quando os índices pluviométricos na encosta da Leba, no Bruco, na Cacanda (Bibala) e na Humpata forem altos e consideráveis. Na sua rede hidrográfica existem vários lençóis freáticos que fluem no subterrâneo e as águas emergem à superfície a poucos metros da desembocadura. As enchentes desse rio são raras e cíclicas e quando ocorrem são perigosas e a água na sua escorrência arrasta vários tipos de detritos, entre troncos, areia, pedregulhos e outros materiais que se acumulam junto à desembocadura. Tem três pontes rodoviárias e uma ferroviária ao longo do seu curso na estrada Namibe – Lubango e não é navegável. A redução da actividade agrícola no vale deste rio faz com que a quantidade de água que escorre no subterrâneo se acumule no estuário, uma vez que a desembocadura deste rio se encontra bloqueada por depósitos de areia proveniente do mar. A sua zona de alagamento e concentração de sapal durante a época chuvosa se extende desde a ponte ferroviária até à desembocadura.

Rio Inamangando: esse rio nasce na fronteira entre os municípios da Bibala e do Camucuio, na cadeia marginal de montanhas que constitui a cordilheira da Chela. É um rio intermitente e subterrâneo que no seu percurso para o mar atravessa áreas ricas em lençóis freáticos que abastecem os vales de alagamento e permitem a prática da agricultura e pecuária.

Tem poucos tributários de interesse e no seu curso para o oceano Atlântico atravessa regiões de floresta de montanha, estepe e deserto. Quando as quedas pluviométricas a montante são abundantes e consideráveis, o leito do rio enche-se de água e esta arrasta para a desembocadura detritos de vários tipos e tamanhos granulométricos que são depositados no mar ou no estuário. A água dos lençóis freáticos acumulada no subsolo é extraída com a ajuda de meios mecânicos e é utilizada na agricultura e pecuária.

A redução desta actividade agrícola no vale junto à foz faz com que a água que flui no subterrâneo se acumule no estuário, uma vez que a desembocadura deste rio se encontra bloqueada por depósitos de areia proveniente do mar.

O estuário como uma área ao longo da costa onde um rio se juntam, durante a maré alta, os detritos provenientes do mar e os que são arrastados pelo rio, no seu percurso em direcção ao mar. Os estuários são assim zonas de alagamento e concentração de sapal, ricos em nutrientes arrastados pelas águas do rio na zona circunvizinha ao lugar onde as águas do rio se juntam ao mar (foz ou boca do rio). Podem ser parcialmente fechados, tendo uma conexão livre com o mar aberto, essa conexão pode ser permanente ou periódica. Nos estuários a água do mar é diluída pela água-doce, formando um ambiente de água salobra.

Pode também ser considerado como um ambiente aquático de transição entre um rio e o mar. Um estuário sofre a influência das marés e apresenta águas doces próximos da sua cabeceira, águas salobras, e águas marinhas próximo da sua desembocadura. As zonas entremarés são geralmente constituídas de sapais e pântanos que são óptimas zonas para o desenvolvimento de espécies aquáticas. Um aspecto muito importante é que, devido

aos nutrientes que as águas de terra transportam, um estuário é geralmente uma região com elevada productividade biológica. No entanto, a poluição ou a salinidade excessiva, podem transformá-lo num deserto biológico.

Muitos autores vêem abordando diferentes perspectivas sobre estuários e aqui são apresentadas algumas das principais definições e ideias sobre os mesmos. Eis algumas dessas definições:

Pritchard (1967) diz que, no sentido restrito, um estuário é um corpo de água costeiro semi-fechado que possui uma ligação livre com o mar aberto e no interior do qual a água do mar se dilui com a água doce proveniente de um rio de drenagem terrestre.

Fairbridge (1981) considera que um estuário é uma entrada do mar no vale de um rio até ao limite máximo da preia-mar, sendo normalmente divisível em três sectores: a) o estuário marinho ou estuário inferior, com ligação livre ao mar aberto; b) o estuário médio, sujeito a forte mistura de águas doce e salgada e c) o estuário superior ou estuário fluvial, caracterizado pela presença de água doce, mas sujeito a acção diária das marés.

Day et al. (1989), consideram um estuário como uma reentrância costeira profunda com uma comunicação restrita com o mar e que permanece aberta pelo menos intermitentemente.

Entretanto, outros autores consideram um estuário como um ecossistema diferente que pode ser subdividido em três regiões: a) a zona de maré fluvial, caracterizada pela ausência de salinidade, mas sujeita ao efeito das marés; b) o estuário propriamente dito (ou a zona de mistura), caracterizado pela mistura de massas de água e pela existência de fortes gradientes físicos, químicos e biológicos entre a zona de maré fluvial e a embocadura de um rio ou de um delta na maré-baixa e, c) a zona de turbidez no mar aberto, junto da costa, situada entre a zona de mistura e a extremidade da pluma da maré no pico da maré-baixa. Como se pode perceber esta definição aumenta a abrangência dos limites de um estuário, passando a incluir o meio marinho costeiro adjacente a zona de mistura de águas.

Na realidade, para muitos rios de Angola e do namibe em particular, quando a montante as enchurradas são de nível considerável a zona de turbidez ocupada pelas águas fluviais durante a maré-baixa pode alcançar dezenas de metros para lá da costa e uma extensão que pode atingir vários quilómetros. Esta zona de turbidez ficará com águas misturadas por um longo período de tempo, enquanto os índices pluviométricos se mantiverem. Acontece nas embocaduras dos grandes rios como Congo, Cuanza, Catumbela, Cunene e mesmo na de pequenos rios como Longa, Queve, Cubal, Curoca, Carunjamba, Bero, Bentiaba, Inamangando e Giraul.

No caso concreto do Namibe, onde os rios que formam estuários são na sua maioria intermitentes (a excepção do Cunene), aqueles cujas águas fluem no leito subterrâneo e surgem à superfície em vários pontos (nascentes) junto ao estuário diminuindo a salinidade das águas. No estuário, a quantidade de organismos que neles se encontram é bastante alta (caso dos estuários do Bero, Bentiaba, Carunjamba, Cunene, Giraul e Inamangando) se comparar-se com os estuários dos rios cujas águas apresentam uma alta salinidade (caso do estuário do Curoca).

Seja qual for a definição que se considere, torna-se claro que no ambiente estuarino, actuam de forma natural muitos factores que estão intimamente relacionados com a distribuição da salinidade; a força das correntes e a agitação marinha; a amplitude das marés

e a dinâmica da circulação hídrica de uma forma geral. Estes processos condicionam e interactuam com a deposição de sedimentos e, em conjunto, todos condicionam os níveis de oxigénio dissolvido na água dos estuários e na quantidade de nutrientes existentes nos mesmos. A todos estes factores, adicionam-se ainda a influência dos poluentes que possam existir nos estuários e as alterações físicas introduzidas por acções antrópicas, tais como obras portuárias e depósito de resíduos líquidos e sólidos.

Por essa razão, os estuários podem possuir uma elevada productividade e diversidade biológicas em todas as espécies, pois recebem grande quantidade de nutrientes dos rios, do mar e até mesmo da própria vegetação que os margeia. Uma vez que os nutrientes entram neles a acção das marés e a mistura das águas evita que eles sejam perdidos para os sedimentos como normalmente ocorre em águas estratificadas, e tendem a ser reciclados por outros organismos que os aproveitam. Apesar da alta productividade, os estuários têm uma diversidade reduzida em comparação com outros ambientes marinhos, pois a água salobra é um enorme desafio para a fisiologia de muitos organismos e sendo assim, eles apresentam um número reduzido de espécies com elevada densidade e biomassa.

Poucas espécies conseguem completar o seu ciclo de vida nos estuários. A fauna de peixes é composta principalmente por espécies marinhas, que utilizam o estuário para desovar, mas passam a maior parte da vida no mar; espécies de água doce que ocasionalmente penetram na água salobra e espécies residentes que permanecem toda a vida nos estuários. Entretanto, muitas espécies marinhas utilizam os estuários como criadouros de larvas, juvenis e sub-adultos, visto que esses ambientes apresentam condições favoráveis ao desenvolvimento desses organismos, como alimentação e abrigo proporcionado pelas plantas. A vegetação dos estuários também é limitada, ocorrendo principalmente bancos de gramíneas. Na região tropical os estuários apresentam como vegetação principal os mangues, que são responsáveis por adicionar maior diversidade a esses ambientes.

Angola como país é signatário de vários acordos inter-governamentais internacionais sobre a protecção do ambiente e dos ecossistemas naturais, onde se enquadram os estuários. Sobre esse assunto, a Constituição da República, no seu artigo 39º, nos pontos 1, 2 e 3 assume claramente as normas legais e jurídicas sobre o seu comportamento como Estado na salvaguarda do ambiente como património nacional. Derivados deste pressuposto, o estado angolano elaborou a Lei do Ambiente, que traça os caminhos a seguir e as normas gerais para uma cidadania responsável em relação ao ambiente que é em última análise, propriedade de todos os cidadãos angolanos.

Em Angola, apesar de se reconhecer através de documentos legais nacional e internacional a grande importância da preservação do ambiente, fundamentalmente dos estuários, como zonas húmidas e ecossistemas únicos de concentração de uma enorme e variável quantidade de elementos da flora e fauna, eles são actualmente ambientes ameaçados pela expansão humana ou pelas acções antrópicas. Muitas dessas acções são infelizmente executadas sob o beneplácito das autoridades governamentais e por indivíduos "responsáveis" do aparelho do estado. Entre essas acções se podem citar a expansão das áreas urbanas para as áreas estuarinas, o aterro dos estuários para construção de salinas ou mesmo de habitações de luxo, a construção de diques no curso dos rios sem um prévio estudo de impacto ambiental, o que em certa medida pode levar a seca dos estuários ou a

redução da quantidade de água-doce nos mesmos, a deposição de resíduos ferrosos e não ferrosos nos estuários, etc.

Como signatário do protocolo de Ramsar, o país não tem uma legislação concretamente direccionada para a protecção e preservação dos estuários e da biodiversidade existente neles. Confundem-se muito os termos estuário e mangal; não se presta importância aos estuários que não apresentam no sapal plantas do género *Mangue* e, os mangues não são estudados e em alguns casos são privatizados. Por esses e outros factos, assiste-se em muitos locais por onde desaguam a maioria dos grandes rios, o encerramento por drenagem, o entulho dos estuários para construção de infra-estruturas de vário tipo que poderiam ser erguidas em outros locais ou o uso dos mesmos como áreas de deposição de materiais ferrosos e lixo de todo o tipo (como ocorre concretamente com os estuários do Lobito e do Cavaco em Benguela).

No Namibe, sem que estejam a ser feitas obras de grande vulto nos estuários, a população ocupa áreas desses ecossistemas e pratica neles a agricultura, pastorícia, ateia fogos, pesca e caça dentro dos mesmos. Essas acções que paulatinamente levam à destruição desses ambientes influenciam negativamente a sobrevivência de todos os organismos dessas comunidades, fundamentalmente as aves migratórias, que ao passarem nessas localidades de forma sazonal, não encontram nelas os recursos necessários para a sua sobrevivência e desaparecem. Em função da pouca pluviosidade que se faz sentir em toda a província do Namibe, os poucos rios que existem no território são na maioria intermitentes e a água que flui no subterrâneo emerge à superfície a poucos metros das embocaduras, criando estuários. Nestes estuários pode ser observada enorme diversidade biológica entre aves, animais quadrúpedes, insectos, répteis, peixes e plantas. Das inúmeras espécies de aves que ocorrem nos estuários do Namibe, as migratórias são sazonais e é o motivo principal deste trabalho, pelo que se fará uma breve abordagem geral das mesmas.

Há cerca de 65 milhões de anos, com a extinção da maioria dos grandes grupos de répteis ocorreu uma grande radiação adaptativa e consequente diversificação das aves, que passaram a povoar praticamente todos os ambientes terrestres. A filogenia dos grupos actuais de aves ainda está pouco elucidado, sendo difícil afirmar quais os grupos ancestrais e quais os mais derivados e de quem descendem.

As migrações são fenómenos voluntários e intencionais com carácter periódico que têm como objectivo encontrar alimento e boas condições de reprodução de acordo com as meteorológicas do lugar onde a ave sai e aonde ela vai. No entanto, este comportamento não deve ser confundido com as deslocações ocasionais ou com os movimentos dispersantes que vários grupos de aves processam.

Os factores que desencadeiam as migrações são variados tais como o aumento de hormonas; a variação do número de horas de dia; as variações climatéricas; a escassez de alimentos; o aumento da população; etc. Durante as migrações algumas aves orientam-se principalmente pelas características topográficas, como rios, árvores ou pelas características do litoral. Outras espécies orientam-se pela posição do sol e pelo eixo estrelar de rotação. Quando as condições climatéricas, ou outras, não são favoráveis as aves podem mudar o modo como se orientam. Para as aves conseguirem finalizar as migrações necessitam, para além do sentido de orientação, de várias estratégias como voar apenas de noite aproveitando o dia para se alimentar, ou voar durante o dia para

aproveitar as correntes térmicas diminuindo esforço físico ou, acumular reservas de gordura que permite percorrer grandes percursos sem paragens para se alimentar ou, ainda, percorrer pequenas distâncias diárias, parando frequentemente para se alimentarem.

A migração é o movimento direcional em massa de indivíduos de uma determinada espécie que se desloca da área de reprodução para áreas de alimentação e descanso numa determinada época do ano. Em outra época do ano, as aves podem retornar às suas áreas de reprodução, repetindo esse ciclo anualmente. Esse fenómeno é amplamente difundido entre as aves e tem como uma das causas a disponibilidade sazonal de alimento. Nas regiões mais frias, a intensidade de luz diária tem sido indicada como um factor que estimula a migração das aves. A migração precisa gerar um ganho muito alto para a ave, pois é um fenómeno energeticamente custoso.

Para algumas espécies de aves, por exemplo, a fonte de alimento não está disponível durante o tempo seco e a migração é benéfica porque evita que elas morram por falta de alimentação ou por outros constrangimentos no seu habitat, buscando outros que mesmo sendo temporários tenham as condições ideais para a sua sobrevivência. Para outras espécies, o retorno energético consiste na economia da energia que gastariam para manterem o seu metabolismo no estresse térmico do ambiente onde viviam. Para outras aves ainda, a principal vantagem da migração é a reprodução quando os recursos no novo habitat são abundantes e elas têm mais tempo para forragear, devido à abundância de recursos alimentares.

Em outros casos a mudança para locais que estejam em tempo de solstícios onde os dias são mais longos que as noites, permitem que elas tenham maior tempo durante o dia para se alimentarem e maior possibilidade de reproduzirem e alimentarem os seus filhotes. E como no hemisfério boreal o solstício com essas características (de Dezembro) é antecedido pelo equinócio de Setembro que coincide com o início da época chuvosa, as condições se tornam óptimas para que as aves migrem para os territorios onde existam essas condições. Um dos principais riscos da migração é a presença de predadores que se alimentam dos animais exaustos que percorreram longas distâncias ou de competidores que no novo habitat utilizam e consomem o mesmo tipo de nutrientes, tornando-os excassos. Outro risco é a existência de cabos eléctricos de baixa tensão onde as mesmas embatem e acabam por morrer electrocutadas antes de alcançarem o destino. Já no destino, a existência de caçadores, predadores naturais e outros elementos antrópicos no seu habitat, podem ser causas mais do que suficientes para a redução ou morte dos elementos do grupo. Assim, é comum que as aves migratórias viajem em grupos de forma a reduzirem ao máximo os riscos de serem capturadas.

Estas aves geralmente utilizam árvores de médio e grande porte, encostas, penhascos, águas pouco profundas ou frequentam aterros sanitários, portos pesqueiros e outros locais próximos ao mar, para poiso, refúgio e reprodução. Para além das várias ameaças a que as aves migratórias estão submetidas naturalmente durante as migrações, já no novo habitat elas podem encontrar e enfrentar outras que também podem precipitar e ocasionar uma nova migração ou por vezes provocar a morte daquelas espécies que se mostrem incapazes de empreender uma nova viagem por falta de meios de sobrevivência.

Nos estuários do Namibe, devido às características dos rios que os sustentam aliado a sazonalidade do próprio clima local, nem sempre as condições são as mesmas todos os

anos. Quando os índices pluviométricos a montante são abundantes e a época chuvosa inicia cedo, as condições nos estuários começam a melhorar em meados de Outubro e a partir de meados de Novembro nota-se neles um grande número de espécies de aves migratórias e, caso as condições tardem a melhorar as aves surgem somente a partir de Janeiro e em bandos pequenos, geralmente provenientes do rio Cunene, a sul, do interior (Huíla) ou do norte (Benguela).

Dos estudos empreendidos até ao momento se observou que existem nos estuários do Namibe e nas áreas circunvizinhas, actividades antrópicas que constituem ameaças graves à biodiversidade avícola nativa e migratória nestes lugares.

Entre as alterações antrópicas encontradas se podem citar as seguintes:

• A intensificação da agricultura junto aos estuários diminui o espaço do habitat das espécies;

• O fogo que se faz nas áreas agricultáveis junto aos estuários pode ter efeitos devastadores sobre as espécies de vertebrados e invertebrados e reduzir a dieta alimentar das mesmas, para além de destruir os ninhos de algumas espécies;

• O aumento da utilização de agro-químicos na agricultura pode envenenar os alimentos utilizados pelas aves, bem como a água dos estuários;

• O sobre-pastoreio, feito nos estuários, afecta a composição e estrutura da vegetação, reduzindo quer a disponibilidade de alimentos quer a protecção vegetal utilizada por algumas aves para nidificar;

• A drenagem e destruição de zonas húmidas e caniçais para aproveitamento agrícola, pecuário e para outros fins;

• A abertura de furos para a captação de água doce (para a agricultura, consumo humano e animal) a montante dos estuários diminui a quantidade de água doce nos mesmos, tornando-os mais salgados, fenómeno que facilita a emigração das aves de um estuário para outro ou para outra área;

• A poluição marinha e fluvial por hidrocarbonetos e o aparecimento de pequenos plásticos despejados pelas embarcações são ameaças a considerar, pois quando a maré sobe esses materiais vão parar aos estuários, afectando sobremaneira a dieta das aves em causa, pois envenenam o sapal;

• A contaminação das águas com efluentes urbanos, industriais e agrícolas principalmente elimina e envenena os elementos da dieta dessas aves e pode indiretamente envenená-las também, reduzindo assim a abundância ecológica delas nesses lugares;

• O desconhecimento ou ignorância pelos humanos das ameaças a que essas espécies estão sujeitas nos locais contaminados;

• A concentração de material de pesca abandonado ou envelhecido pode provocar o afogamento acidental das espécies em algumas zonas onde ocorram e a densidade de redes no mar abandonadas for elevada;

• A perturbação humana provocada por algumas actividades agro-silvícolas, cinegéticas, turismo e lazer, entre outras, que afectam os locais de alimentação e descanso das espécies;

• O abate ilegal das espécies, por caçadores furtivos diminui a abundância ecológica dos mesmos e pode provocar a sua migração.

As condições climatéricas existentes nos estuários do Namibe fazem deles locais de permanência, trânsito e reprodução de algumas espécies de aves, muitas das quais se podem considerar como raras e difíceis de encontrar ao longo de centenas de quilómetros. Muitas dessas aves adaptaram-se de tal forma a certos estuários que já parecem não ser migratórias, pois a variação climática verificada em Angola e no Namibe em particular, apenas diminui a abundância ecológica das mesmas, continuando a ser observadas nos mesmos estuários durante todo o ano [caso concreto dos Galeirões-de-crista (Fulica cristata) no estuário do Giraul].

Em função dos estudos realizados nos estuários dos rios Bero, Bentiaba, Carunjamba, Curoca, Giraul e Inamangando e dentre as inúmeras aves migratórias existentes nos mesmos foram observadas e identificadas até ao momento várias espécies de aves migratórias, das quais se destacam as seguintes:

Águia-pesqueira ou Águia-pescadora (*Pandion haliaetus*); Alfaiate ou Avoceta (*Recurvirostra avosetta*); Andorinha-do-mar-anã, Gaivina-anã ou Garajau-de-bico-amarelo (*Sternula albifrons*); Andorinha-do-mar-de-bico-preto ou Gaivina-de-bico-preto (*Sterna nilotica* ou *Gelochelidon nilotica*); Borrelho-grande-de-coleira (*Charadrius hiaticula*); Borrelho-grande-de-coleira (*Charadrius hiaticula*); Colhereiro-comum ou Flamingo-bico-de-colher (*Platalea leucorodia*); Corvo-marinho preto ou Galheta (*Phalacrocorax aristotelis*); Corvo-marinho-de-faces-brancas ou Cormorão (*Phalacrocorax carbo*); Flamingo-comum ou Flamingo-rosado (*Phoenicopterus roseus*); Flamingo-pequeno (*Phoeniconaias minor*); Frango-da-água-comum, Galinha-da-água**,** Galinhola-da-água, Jaçanã-galo ou Peituda (*Gallinula chloropus meridionalis*); Frango-de-água-menor (*Gallinula angulata*); Gaivina-de-bico-vermelho ou Garajau-grande (*Hydroprogne caspia*); Gaivota-de-rabo-preto (*Larus atlanticus*); Galangundo, Garça-real ou Garça-cinzenta (*Ardea cinerea*); Galeirão-comum (*Fulica atra);* Galeirão-de-crista (*Fulica cristata*); Ganso-do-Egipto, Ganso-do-Nilo, Ganso-raposo ou Balandira (*Alopochen aegyptiacus*); Garça-azul grande (*Ardea herodias*); Garça-branca pequena ou Garcinha (*Egretta garzetta*); Garça-branca-grande-africana ou Garça-branca-africana (*Ardea ardea melanorhynchos*); Garça-branca-pequena, Garça-pequena ou Garceta (*Egretta thula*); Garça-caranguejeira ou Papa-ratos (*Ardeola ralloides*); Garça-dos-recifes, Garça-negra ou Garça-dimorfa (*Egretta gularis ou Egretta dimorfa*); Garça-real negra ou Egara negra (*Egretta ardesiaca*); Garça-vaqueira, Carraceira ou Garça-boieira (*Bubulcus ibis*); Íbis-preto (*Plegadis falcinellus*); Íbis-sagrado (*Threskiornis aethiopicus*); Jaçana-africana ou Jacana-africana (*Actophilornis africana*); Maçarico-das-rochas (*Actitis hypoleucos*); Maçarico-das-rochas (*Actitis hypoleucos*); Maçarico-galego (*Numenius phaeopus*); Pássaro-cinza-pernalta-da-orla ou Maçarico-pernilongo (*Calidris himantopus*); Pato-de-assobio-de-rosto-branco ou Pato-de-rosto-branco (*Dendrocygna viduata*); Pato-de-bico-vermelho ou Marreco-de-bico-vermelho (*Anas erytrorhyncha*); Pato-hotentote (*Anas hotentota*); Pato-marreco-do-Cabo ou Marreco-do-Cabo (*Anas capensis*); Pato-trombeteiro (*Anas clypeata*); Pelicano-africano (*Pelecanus rufescens*); Pernilongo-de-costas-negras, Perna-de-pau ou Maçaricão (*Himantopus himantopus*); Pilrito-das-praias ou Maçarico-branco (*Calidris alba*); Pilrito-semipalmado ou Maçarico-rasteirinho (*Calidris pusilla*).

Bibliografia

Alerstam, T. e Christie, D. A. (1993). Bird migration. Cambridge Univ Pr.

Alves, M. A. S. (2007). Sistemas de migrações de aves em ambientes terrestres no Brasil: exemplos, lacunas e propostas para o avanço do conhecimento- Revista Brasileira de Ornitologia 15 (2) 231-238.

Brown, L. H.; Urban, E. K. e Newman, K. (1982). The birds of Africa. Volume I. London, Academic Press.

Catry P, Costa H, Elias G & Matias R (2010a). *Aves de Portugal, Ornitologia do Território Continental*. Assírio e Alvim, Lisboa

Coelho, E. P.; Alves, V. S.; Soneghet, M. L. L. e Carvalho, F. S. (1990). Levantamento das aves marinhas no percurso Rio de Janeiro – Bahía (Brasil). Bolm Instituto Oceanografia. S. Paulo, 38(2):161-167.

Cooke, R. G. e Olsen, S. L. (1984). Um registro arqueológico para o pato silvestre de rosto branco (Dendrocygna viduata) no Panamá Central. Condor, 86, 493-494.

Delany, S. e Scott, D. (2006). Estimativas da população de aves aquáticas. Wageningen, Países Baixos, Wetlands International.

Neves, R. e Rufino, R. (1992). As salinas em Portugal – sua importância ornitológica. Correio da Natureza 15 (2): 2-7.

Nunes, A. P. e Tomás, W. M. (2004). Aves migratórias ocorrentes no Pantanal: Caracterização e Conservação-ISSN 1517-1981.

Nunes, A. P. e Tomás, W. M. (2008). Aves migratórias e nômades ocorrentes no Pantanal-Embrapa Pantanal Corumbá, MS.

Petrie, S. A. (2005). Condição do corpo de mola, status de muda, dieta e comportamento de patos silvestres de rosto branco (Dendrocygna viduata) no norte da África do Sul. Zoologia africana 40 (1): 83-92

Petrie, S. A. e Rogers, K. H. (1997). O orçamento da atividade da criação de patos de dentes brancos Dendrocygna viduata em viveiros em semi-árida África do Sul e uma comparação com as aves aquáticas norte--temperadas South African Journal of Wildlife Research, vol. 27: 79-85.

Rufino, R. (Ed.) (1989). Atlas das aves que nidificam em Portugal Continental. Lisboa, CEMPA, SNPRCN.

Treca, B. (1981). Dieta do pato de árvore de rosto branco (Dendrocygna viduata) no delta do Senegal. Oiseau et la Revue Francaise d 'Ornithologie 51 (3): 219-238

Volodin, I. A.; Volodina, E.V.; Klenova, A.V. e Filatova, O. A. (2005). Diferenças individuais e sexuais nas chamadas do pato silbante monomórfico Dendrocygna viduata. Acta Ornitológica 40: 43-52.

Tema I

Património Científico

Em Portugal, o sistema binário do ensino superior está em crise ou adequa-se à velocidade da mudança?

Domingos Oliveira Silva
Instituto Universitário da Maia – ISMAI

Em Portugal, as raízes das Universidades remontam a 9 de agosto de 1290, na resposta do Papa Nicolau IV ao pedido de um grupo de prelados portugueses, em 12 de novembro de 1288, para a criação do Estudo Geral, por vontade de D. Dinis.[1]

Ao longo dos séculos, a Universidade vivenciou diversas crises e até ruturas, sendo distintas e de natureza muito específica as suas causas, predominando as de natureza política, religiosa, cultural e mesmo de credibilidade científica.

Em 1911, a estrutura do ensino superior foi robustecida com a criação das Universidades de Lisboa e Porto, por iniciativa dos pensadores atuantes da República, implantada em 1910.[2]

A democratização tardia do ensino superior em Portugal recebeu um forte impulso do Ministro Veiga Simão, com a criação dos Institutos Politécnicos pela Lei n.º 5/73, de 25 de julho, sendo autorizados a ministrar, apenas, cursos com o grau de bacharel, grau que poderia ser obtido nas Universidades, nos Institutos Politécnicos e nas Escolas Normais Superiores e outros estabelecimentos equiparados, devendo proporcionar uma formação adequada ao «exercício de determinadas atividades profissionais».

Além da licenciatura, à Universidade era reconhecida a capacidade de conferir o grau de Doutor aos licenciados «que realizem trabalhos científicos originais de elevado mérito e demonstrem superior conhecimento e capacidade de investigação nos ramos do seu interesse, ainda que diferente do ramo da precedente licenciatura».

É notório que a formação a desenvolver nas universidades constituía a via principal para o prosseguimento de estudos para obter a licenciatura e, com base no desenvolvimento de trabalhos científicos, para a obtenção do grau de Doutor, sem passar pelo grau de mestre, condição que não voltou a repetir-se a partir de 1986.

É inquestionável, que a diferenciação do sistema binário do ensino superior português – Universitário e Politécnico – situava-se fundamentalmente, a nível da formação prática, próxima do mercado de trabalho, identificando-se com o Ensino Politécnico[3], enquanto que a formação científica mais sólida, potenciando mais ambição dos estudantes e mais promoção profissional, social e económica aos docentes, era incomparavelmente mais favorável pela via da Universidade.

1. Carvalho, Rómulo de – História do Ensino em Portugal. F.C. Gulbenkian, pág. 43 e segs.

2. Carvalho, Rómulo de. Op. Cit., pág. 651 e segs.

3. "O Ensino Superior em Portugal", publicação da Direção Geral do Ensino Superior de Pedro Lourtie em 1999. Na pág. 15, o autor refere «Este subsistema foi criado em 1979 e 1980 com os objetivos de dotar o país de cursos de formação mais curta e profissionalizante e de propiciar instrumentos de desenvolvimento regional». O autor esquece ou desconhece a lei n.º 5/73, de 25 de julho.

Recorde-se que «a formação de técnicos de nível médio» como acontecia antes de 1973, foi, definitivamente, interrompida, por efeito dos Decretos-Lei n.º 830/74, 316/76, e 327/76, de 31 de dezembro, de 29 de abril e 6 de maio, respetivamente, sendo transformada em ensino superior, avolumando-se a fragilidade do corpo docente qualificado, excessivamente escasso, em relação às necessidades crescentes.[4]

É neste contexto que é publicado o Decreto-Lei n.º 427-B/77, de 14 de outubro, estipulando o Artigo 1.º que «É instituído o ensino superior de curta duração tendente à formação de técnicos especialistas e de profissionais de educação a nível superior intermédio» a ministrar «em estabelecimentos de ensino predominantemente de âmbito regional com a denominação de escolas superiores técnicas e escolas superiores de educação», abrangendo, concretamente, os institutos superiores de contabilidade e administração e as escolas de regentes agrícolas a reverter em escolas superiores técnicas até ao início do ano letivo de 1979-1980, enquanto que as escolas normais de educadores de infância e as escolas do magistério primário passariam pela mesma solução até ao início do ano letivo de 1981-1982.

Por um lado, o Decreto-Lei, em relação às escolas superiores técnicas apontava essencialmente o foco para os domínios da tecnologia industrial, de produção agrícola, pecuária e florestal, de saúde e dos serviços e, por outro lado, as escolas superiores de educação tinham a finalidade de «formar educadores de infância e professores de ensino primário».

O sistema do ensino, incluindo o superior, estruturava-se assim, para fazer face aos difíceis desafios causados pelo acentuado crescimento demográfico dos anos sessenta e setenta, e ainda pelo movimento universal de democratização do ensino que se manifestou em meados do séc. XX, com o maior impacto sistémico em meados dos anos oitenta, obrigando o governo à publicação da Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, conhecida como "Lei de Bases do Sistema Educativo". Esta Lei consagra o sistema binário do Ensino Superior, embora o diploma em questão tenha experimentado visíveis dificuldades de estabelecer, a nível de "Âmbito e Objetivos", a fronteira entre ensino universitário e ensino politécnico. No ensino universitário, o objetivo era «assegurar uma sólida preparação científica e cultural e proporcionar uma formação técnica que habilite para o exercício de atividades profissionais e culturais e fomente o desenvolvimento das capacidades de conceção, de inovação e de análise crítica.»

O ensino politécnico visava «proporcionar uma sólida formação cultural e técnica de nível superior, desenvolver a capacidade de inovação e de análise crítica e ministrar conhecimentos científicos de índole teórica e prática e as suas aplicações com vista ao exercício de atividades profissionais».

Nuclearmente, no ensino universitário, a tónica da formação científica aprofundada, distinguia-se claramente da tónica focada "na formação cultural e técnica de nível superior, fortemente associada ao ensino politécnico".

Relativamente aos graus e diplomas, a referida Lei n.º 46/86, no artigo 13.º, estabelecia que «No ensino superior são conferidos os graus de bacharel, licenciado, mestre e doutor, sendo os três últimos no âmbito das universidades e o primeiro (bacharel) no âmbito do ensino politécnico. Esta situação continuava a desqualificar o politécnico, afe-

4. Introdução do Decreto-lei n.º 427-B/77, de 14 de outubro.

tando negativamente a sua imagem perante a sociedade, circunstância que, apesar de tudo, não impedia a crescente procura, cujo excesso não encontrava acolhimento em todo o setor público, o que viria a determinar, por imperativos políticos, a publicação do Decreto-Lei n.º 271/89, de 19 de agosto, mais conhecido por "Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo". Se a modesta qualidade de ensino, explicada pela escassez de docentes cientificamente qualificados, já era pouco recomendada, às dificuldades do ensino politécnico público, acumularam-se as dificuldades de recrutamento no ensino superior privado, num e noutro, com exigências legais bem inferiores, respeitantes aos docentes do universitário, com os graus de mestre e de doutor, um dos indicadores da qualidade institucional, à luz da visão da comunidade científica internacional.

A afetar o prestígio do ensino politécnico, agora no público e no privado, na impossibilidade de conferirem o grau de licenciado, podiam ser atribuídos diplomas de estudos superiores especializados (DESES), após a frequência dos cursos superiores especializados, com acesso, através do grau de bacharel (ou licenciado), sendo o diploma considerado equivalente ao grau de licenciado, para efeitos profissionais e académicos, ou seja, para prosseguimento de estudos.

Perante as gigantescas dificuldades, conectadas com a qualidade do ensino superior, em 1994, no âmbito do Departamento de Programação e Gestão Financeira do Ministro da Educação, foi realizado um trabalho coordenado por José Mariano Gago que viria a ser publicado com o título "Prospetiva do Ensino Superior em Portugal. Estudo financiado pelo Fundo Social Europeu no âmbito da Assistência Técnica ao PRODEP", tendo o coordenador beneficiado dos seguintes contributos: Projeções Quantitativas (Luísa Proença); Procura do Ensino Superior (Sérgio Grácio); Mercado do Trabalho 1 (Maria João Rodrigues); Mercado de Trabalho 2 (Lino Fernandes); Evolução Institucional (Beatriz Ruivo); Formação Contínua (Teresa Ambrósio com Mariana Gaio Alves); Produção Científica (Cândido Marciano da Silva, com Manuel Lisboa); Doutorados (Teresa Duarte com J. M. Gago) e Instalações (Manuel Teixeira).[5]

Como o título do trabalho publicado sugere, era natural que o estudo nele contido abrangesse tanto o Ensino Universitário, como o Politécnico, quer do Setor Público, quer do Privado e até do Concordatário. Porém, o coordenador, Doutor Mariano Gago, refere que o estudo analisa sobretudo as Universidades Públicas, esclarecendo que foram também estabelecidos contactos com a Escola Superior de Tecnologias de Setúbal e o Instituto Superior de Engenharia do Porto, no campo do Ensino Politécnico Público, enquanto que no Ensino Privado, apenas é referida a visita à Universidade Internacional, o que parece constituir um campo de consulta muito reduzido e pouco representativo.

Se esta metodologia adotada valoriza sobremaneira as Universidades Públicas e subestima os Institutos Politécnicos, facilmente se perceciona que a publicação de Mariano Gago ainda mais acentua a distância das universidades, quer dos Politécnicos públicos, quer da concorrência dos privados.

Na evolução da Universidade em Portugal, na mesma obra, é relevada a preocupação da preparação de profissionais, até final dos anos 70, contrastando com o modelo dos anos

5. Trata-se de um trabalho notável, substancial e da maior importância para a história do Ensino Superior em Portugal que, lamentavelmente, tem sido esquecido.

50, direcionado para a formação geral dos estudantes, seguindo-se a afirmação da Universidade de investigação[6], materializada em 1979 pela Carreira Docente Universitária (Decreto-lei n.º 448/79, de 13 de novembro e a Lei n.º 19/80, de 16 de julho), documentos que enfatizam a influência das atividades de I&D, determinantes na progressão na carreira, muito superior ao que as mesmas atividades representam na carreira docente, nos politécnicos, (Decreto-Lei n.º 185/81, de 7 de julho), por alguns considerada uma réplica da carreira universitária.

Nos anos 90, o traço forte que mais marca as Universidades, centra-se nas ligações ao exterior, particularmente às indústrias. Mariano Gago coloca grande ênfase na «evolução das universidades e seu papel», recorrendo a uma lista de 25 obras dedicadas ao assunto, incidindo constantemente na missão da Universidade, sem que se verifique referências significativas às instituições politécnicas.

Uma outra lista de 12 obras incide nas «formas organizativas das ligações Universidade-Indústria», identificando o ensino superior, como motor de desenvolvimento, independentemente das políticas regionais a adotar, hoje, intrinsecamente associadas às políticas seguidas pelo ensino politécnico.

Com a publicação da Lei n.º 115/97, de 19 de setembro (alteração à Lei n.º 46/86, de 14 de outubro) o Ensino Politécnico acabou por ser valorizado, com a autorização de poder conferir, além do grau de bacharel, também o grau de licenciado, o que exigia mais docentes qualificados e outros requisitos, conforme o esforço de avaliação feito pelos responsáveis[7]. Ao mesmo tempo, estava em desenvolvimento a estruturação do Processo de Bolonha, iniciado em 1998, tendo o antigo Ministro da Educação, José Veiga Simão, sido desafiado pelo então Ministro da Educação, Guilherme Oliveira Martins, para preparar um trabalho dedicado ao Ensino Superior. Este viria a ser publicado em novembro de 2002, enriquecido pela colaboração de Sérgio Machado dos Santos (experiência de Reitor da Universidade do Minho) e de António de Almeida Costa na liderança de uma Escola Superior de Educação.

A obra deu à estampa com a designação de "ENSINO SUPERIOR: UMA VISÃO PARA A PRÓXIMA DÉCADA"[8]. No capítulo II desta obra, sob o título "O poder político e o governo académico", a equipa responsável pelo trabalho aborda o "Novo modelo de governo universitário" e "Organização e autonomia politécnica", centrando-se na abordagem da última, nas "Novas orientações para o governo politécnico". Sobre este assunto, é recordada a Lei n.º 26/2000, de 23 de agosto que, «sem revogar a Lei de Bases», refere «que o ensino politécnico é ministrado por institutos politécnicos, os quais se organizam em unidades orgânicas designadas por «escolas superiores». Veiga Simão ainda adiantou que era urgente adotar uma nova lei que garanta «o estatuto e a autonomia dos estabelecimentos do ensino superior politécnico, em similitude com as propostas para

6. Gago, Mariano, Op. Cit. Pág. 217 e segs.

7. Ver: Lei n.º 38/94, de 21 de novembro no Artigo 9.º refere-se às fases de avaliação (autoavaliação e avaliação externa. Reveste-se do maior interesse para compreensão da época, consultar: Decreto-Lei n.º 201/97, de 7 de agosto; Resolução do Conselho de Ministros n.º 139/97, de 21.08.97 e Decreto-Lei n.º 205/98, de 11 de julho. Sobre o estado do Ensino Superior na época ver: "Ensino Superior e Competitividade", resultante de um Seminário organizado pelo Conselho Nacional de Ensino Superior, em 22 e 23 de novembro de 2000.

8. O "Ensino Superior: Uma Visão para a próxima Década". Gradiva, 2004, é uma obra que prossegue a política de desenvolvimento da qualidade que teve o grande impulso na obra citada, de Mariano Gago.

as universidades. Concretamente referiu: Missão e Autonomia; Novo modelo de gestão; Abertura a novos públicos; Intensificação da relação dos institutos com a comunidade envolvente; Cooperação entre institutos politécnicos e universidades e, finalmente, Escolas politécnicas não integradas.

O ensino politécnico estava a viver um período de afirmação crescente, na procura e na qualidade de ensino, e foi valorizado pela Lei n.º 49/2005, de 30 de agosto, com o direito de conferir o grau de mestre, mas as dificuldades de o distinguir do Universitário continuavam.

Analisando e comparando o disposto nos números 3 e 4 do artigo 11.º da Lei citada, o que parece distinguir o Ensino Universitário e o Ensino Politécnico prende-se com a investigação, no primeiro caso, segundo se infere, investigação fundamental, enquanto que, no segundo caso, refere-se expressamente à «investigação aplicada», sendo difícil separar especificidades.

A publicação da Portaria nº 256/2005, de 16 de março, aprova a atualização da Classificação Nacional das Áreas da Educação e Formação, mas não toca no assunto, continuando, até hoje, cursos com iguais designações e iguais objetivos de formação e iguais saídas profissionais, a ser acreditados pela Agência de Avaliação e de Acreditação do Ensino Superior (A3ES), sendo ministrados tanto nas Universidades como em Institutos Politécnicos, com poucas exceções, sendo a mais flagrante, o curso de Medicina, curso exclusivamente conferido nas Universidades.

No prosseguimento da política definida pelo Programa do XVII Governo para o ensino superior, no período de 2005-2009, e em concretização do já anunciado Processo de Bolonha, foi publicado o Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março (Regime Jurídico dos Graus e Diplomas do Ensino Superior – RJGDES).

Para atribuição do grau de licenciado numa determinada área de formação exigia-se que os estabelecimentos de ensino superior (sem discriminação) «disponham de um corpo docente próprio, qualificado na área em causa e adequado em número, cuja maioria seja constituída por titulares do grau de doutor ou especialistas de reconhecida experiência e competência profissional» e, além disso, entre outros requisitos, «disponham de recursos humanos e materiais indispensáveis a garantir o nível e a qualidade de formação adquirida».

Porém, no ciclo de estudos conducente ao grau de mestre, o legislador não evita as dificuldades de distinguir os dois campos – universitário e politécnico. No n.º 3 do Artigo 18.º é referido que «No ensino universitário, o ciclo de estudos conducente ao grau de mestre deve assegurar que o estudante adquira uma especialização de natureza académica com recurso à atividade de investigação, de inovação ou de aprofundamento de competências profissionais».

No n.º 5 do mesmo artigo, abrangendo universitário e politécnico, a vertente da atividade de investigação e de inovação deixam de ser valorizadas, para ser enfatizada «a aquisição pelo estudante de uma especialização de natureza profissional».

A implementação do Processo de Bolonha tinha assim o seu início, obrigando à adequação de todos os cursos até aí regularizados, devendo a mesma ser realizada até ao final do ano letivo de 2008-2009, porque «no ano letivo de 2009-2010, todos os ciclos de estudos devem estar organizados de acordo com o regime jurídico fixado pelo presente decreto-lei».

No mesmo período de implementação do Processo de Bolonha, com a adequação de todos os cursos na linha do que vinha sendo veiculado, sustentado em práticas consolidadas na Europa, apareceram os cursos destinados a novos públicos[9], já referidos nas duas obras atrás citadas de 1994, a de Mariano Gago e a de 2002, a de Veiga Simão. Nessa linha, o Decreto-Lei n.º 64/2006, de 21 de março, é publicado em conformidade com o Programa do XVII Governo Constitucional, tendo como objetivo «prosseguir a política do ensino superior, promovendo a igualdade e oportunidades, numa lógica de aprendizagem ao longo da vida. Nessa lógica, o decreto tinha a finalidade de regulamentar «as provas especialmente adequadas destinadas a avaliar a capacidade para a frequência do ensino superior dos maiores de 23 anos», permitindo que fosse retomada a formação académica a todos os interessados, independentemente da sua fase etária.

Dois meses mais tarde, o universo de novos públicos foi contemplado com o Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de maio, que criou os Cursos de Especialização Tecnológica (CET), considerados cursos pós-secundários não superiores para aquisição do nível 4 de formação profissional, em conformidade com a Decisão n.º 85/368/CEE, do Conselho, de 16 de julho, podendo ter acesso a estes cursos os candidatos com o 12.º ano não concluído, com a qualificação profissional do nível 3 e outros titulares de diferentes diplomas, interessados na sua requalificação profissional.

Os CET poderiam ser ministrados em: estabelecimentos de ensino desde que ministrem cursos de nível secundário de educação; estabelecimentos de ensino superior públicos particulares ou cooperativos; centros de formação profissional da rede sob a coordenação do Instituto do Emprego e Formação Profissional, de gestão direta ou participada; Escolas Tecnológicas e ainda noutras instituições de formação acreditadas pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

Importa salientar que estes cursos curtos, sendo pós-secundários, não superiores eram, na generalidade, ministrados na Europa, enquadrados no Ensino Superior, independentemente da natureza da instituição ser universitária ou politécnica, prática que deverá ter encorajado a abertura em Portugal, tanto nas universidades, ainda que poucas, como nos institutos politécnicos, quase todos, embora seja seguro que nalgumas instituições houve vontade de acolhimento, mas não houve candidatos interessados.

De acordo com Inquérito ao Registo de Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior, DGEEC/MEC, estes cursos começaram por ter início antes da publicação do Decreto, sendo até mais procurados nas universidades em 2004/2005 e 2005/2006, revertendo-se a tendência a partir de 2006/2007, altura em que os candidatos ou foram mais atraídos pelos politécnicos, ou as universidades, na sua esmagadora maioria, desinteressaram-se e, outras até, nunca chegaram a admitir nos seus projetos educativos que fossem ministrados, como forma de proteger o seu prestígio institucional.

Sublinhe-se que o funcionamento dos CET nas instituições de ensino superior prolongou-se apenas até 2014/2015, e, por efeitos da publicação do Decreto-Lei n.º 43/2014, de 18 de março, foram criados os cursos curtos, designados Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTeSP). De acordo com o normativo foram autorizados a funcionar em

9. Ver: "Novos Públicos" in "O Ensino Superior em Portugal" da Dir. Geral do Ensino Superior, 199, pág. 45 e segs. Coordenado por Pedro Lourtie, Diretor-Geral do Ensino Superior.

todas as instituições de ensino superior politécnico, bem como nas unidades orgânicas de ensino superior politécnico, integradas em instituições de ensino superior universitário, se os seus estatutos o permitissem, em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro (Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior - RJIES). Aproveitando a publicação do Decreto-Lei n.º 43/2014, de 18 de março, alguns politécnicos consideraram uma oportunidade para aumentarem a sua população escolar com os cursos curtos. Como eram direcionados para a realidade económica regional, abriam expectativas de emprego e, por essa altura, muitos jovens e até adultos, em fases críticas das suas vidas, atingidos, por insucesso escolar, por abandono escolar precoce ou infortúnios, à semelhança do que se verificava na Europa, viram nestes cursos uma oportunidade de antecipação da sua inserção na vida ativa.

Entretanto, tinha sido publicado o Decreto-Lei nº 107/2008, em 25 de junho, que no seu artigo 8.º, relativamente ao grau de licenciado no ensino politécnico, continuava a referir que «deve valorizar especialmente a formação que visa o exercício de uma atividade de caráter profissional», ao passo que no n.º 2 do artigo 9.º, no concernente ao mesmo grau no universitário, a formação, além das referências a nível europeu, deverá ter «em vista assegurar aos estudantes portugueses condições de mobilidade e de formação de integração profissional semelhantes, em duração e conteúdo, às dos restantes Estados que integram aquele espaço».

Para o grau de mestre no universitário, aponta-se que o estudante «adquira uma especialização de natureza académica com recurso à atividade de investigação, de inovação ou de aprofundamento de competências profissionais», enquanto que no politécnico, permanece que o grau de mestre «deve assegurar, predominantemente, a aquisição pelo estudante de uma especialização de natureza profissional».

Facilmente se conclui, que, entre o grau de mestre no politécnico e no universitário, a diferença residia na exigência de investigação, inovação e aprofundamento, neste último, enquanto que, a formação mais direcionada para a especialização de natureza profissional, continuava associada ao politécnico.

Na Introdução de um trabalho de avaliação dedicado ao "ENSINO SUPERIOR 2011/2015", divulgado em outubro de 2015, assinado por Nuno Crato, Ministro da Educação e Ciência e José Ferreira Gomes, Secretário de Estado do Ensino Superior, é feito um pequeno balanço do ensino superior[10]. Foi salientada a melhoria da qualidade e a competitividade da oferta educativa, tendo-se mantido a relação discente/docente na linha da média da OCDE e da UE21, e procurando-se «atrair mais jovens para o ensino superior e abrir o acesso a outros públicos», com o objetivo de «elevar os níveis de formação superior da população portuguesa». Com destaque, também é salientado «o apoio à competitividade internacional das instituições…» e «uma melhor articulação entre a formação de nível superior, o desenvolvimento do tecido empresarial e o mercado de trabalho».

Conforme o EUROSTAT, foi enfatizado: «a percentagem da população com qualificação ao nível de ensino superior na faixa etária dos 30-34 anos subiu para 31,3% em 2014

10."Ensino Superior. 2011-2015" foi publicado em outubro de 2015 pelo Ministério da Educação e Ciência de Nuno Crato. É apresentado como «balanço de quatro anos de governação do ensino superior que se desenrolaram numa conjuntura anormalmente difícil».

(em 2001 era de 11,7% e em 2011 de 26,7%), mas, relativamente ao objetivo de 40% de diplomados do ensino superior na faixa dos 30-34 anos por volta de 2020, uma meta da União Europeia, não parece haver grande convicção para que o mesmo seja atingido.

Sobre o sistema binário do ensino público, os autores do trabalho valorizam a criação das escolas politécnicas nos Açores e na Madeira, integradas nas respetivas universidades, sem deixarem de salientar que, no setor privado, algumas entidades instituidoras de estabelecimentos de ensino de natureza universitária alteraram os seus estatutos para natureza politécnica. Outras alteraram a natureza politécnica para universitária, caso do Instituto Universitário da Maia, então a privada com mais alunos de CET, impedida de ministrar os CTeSP, foi obrigada a criar o Instituto Politécnico da Maia, criando assim condições legais que permitissem enquadrar o funcionamento dos CTeSP.

Também a investigação científica, em 2013, já tinha sido alvo de atenção, sendo publicado um trabalho "Diagnóstico do Sistema de Investigação e Inovação. Desafios, forças e fraquezas rumo a 2020", por iniciativa da FCT (Fundação para a Ciência e Tecnologia).[11]Ao longo do mesmo, os politécnicos têm pouca visibilidade, ao passo que a alusão às universidades é uma tendência constante, naturalmente, devido ao peso real das mesmas nos resultados atingidos. A título de exemplo, considerando a análise SWOT Global, releva-se, entre os pontos fortes, o nº 9: "universidades com qualidade académica e científica, posicionadas a meio da tabela nos rankings mundiais" e o nº14: "aumento do número de colaborações entre empresas, universidades e institutos de investigação, ainda que predominantemente promovidas por apoios públicos".

Elucidativo ainda, é que, nos últimos 5 anos, como "domínios científicos e tecnológicos com maior taxa de crescimento médio anual (número de publicações) constam por ordem decrescente: Ciências Médicas e de Saúde (Sistema Respiratório – 78%; Psicologia Multidisciplinar – 46%; Medicina Geral e Interna – 41%; Reumatologia – 40%; Ciências do Desporto – 38%; Ciências Exatas (Matemática – 12%; Matemática Aplicada – 12%; Química Multidisciplinar – 12%) e outras, predominantemente no âmbito das universidades.

Pelo Decreto-Lei nº 115/2013, de 7 de agosto, (a nova revisão do n.º 74/2006), a diferenciação dos requisitos de corpo docente a satisfazer pelos ciclos de estudo do ensino universitário e do ensino politécnico, veio novamente trazer à atualidade uma questão de grande sensibilidade. Por essa altura, surgiram abundantes manifestações, de professores dos principais Politécnicos, colocando em causa a estabilidade do sistema binário, fundamentalmente pelo facto do número de docentes doutorados no politécnico vir a aumentar consideravelmente, refletindo-se o mesmo, a nível de produção científica, publicações nacionais e internacionais, transferência do conhecimento para as indústrias e sociedade em geral e, ainda pela população escolar de alguns Institutos Politécnicos ser semelhante ou superior à de algumas universidades.

Os fundamentos para uma aproximação ao nivelamento das carreiras profissionais, para o acesso a concursos a projetos científicos em similitude e, finalmente a reclamação do direito a conferir cursos de Doutoramento, constituíram motivações para um número

11. Seabra, Miguel, Presidente da FCT em maio de 2013, na obra "Diagnóstico do Sistema de Investigação e Inovação…" apresenta como Sumário Executivo: "Diagnóstico do Sistema de Investigação e Inovação português como contribuição para uma Estratégia de Especialização Inteligente de Portugal e das suas regiões".

significativo de docentes e responsáveis pelos principais politécnicos desenvolverem um movimento que tem conquistado aderentes, até, entre responsáveis pela políticas estratégicas inerentes à orientação governativa na execução dos Planos de Ação dos últimos governos, tendo significativos reflexos na comunicação social.

Apesar disso, nas exigências respeitantes ao perfil dos docentes, se comparado o disposto no Decreto-Lei nº 115/2013 de 7 de agosto e o disposto no Decreto-Lei nº 63/2016, de 13 de setembro, as diferenças no essencial não sofrem alterações. Nem relativas aos docentes, nem relativas às licenciaturas e aos mestrados, entre o ensino universitário e o ensino politécnico. Tanto no Decreto-Lei n.º 115/2013, de 7 de agosto, como no 63/2016, de 13 de setembro, repetem-se os requisitos do corpo docente como se segue:

Quadro 1

Corpo docente	Licenciaturas		Mestrados	
	IES universitárias	**IES politécnicas**	**IES universitárias**	**IES politécnicas**
Próprio	≥ 60 % RTI	≥ 60 % RTI	≥ 75 % RTI	≥ 75 % RTI
Academicamente qualificado	≥ 50 % doutores	≥ 15 % doutores	≥ 60 % doutores	≥ 40 % doutores
Especializado	i) ≥ 50 % especialistas ou doutores especializados na(s) AFF(s) ii) ≥ 30 % doutores especializados na(s) AFF(s) *Ver Notas 1 e 2*	≥ 50 % especialistas ou doutores especializados na(s) AFF(s) *Ver Notas 1 e 2*	i) ≥ 50 % especialistas ou doutores especializados na(s) AFF(s) ii) ≥ 40 % doutores especializados na(s) AFF(s) *Ver Notas 1 e 2*	i) ≥ 50 % especialistas ou doutores especializados na(s) AFF(s) ii) ≥ 20 % doutores especializados na(s) AFF(s) *Ver Notas 1 e 2*
Coordenador do ciclo de estudos	Doutorado na AFF 100 % RTI	Doutorado ou especialista na AFF 100 % RTI *Ver Nota 1*	Doutorado na AFF 100 % RTI	Doutorado ou especialista na AFF 100 % RTI *Ver Nota 1*

AFF: área de formação fundamental do ciclo de estudos – área que, de harmonia com a Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação - CNAEF (Portaria nº 256/2005), representa, pelo menos, 25% do total dos créditos.

RTI: regime de tempo integral – regime de exercício da docência em que se encontram os que fazem do ensino e investigação a sua atividade profissional exclusiva ou predominante, não podendo ser considerados como tal em mais de uma instituição de ensino superior (IES).

Nota 1 – Definição de especialista: aquele que satisfaça uma das seguintes condições:

i) ser detentor do título de especialista, conferido nos termos do disposto no DL nº 206/2009, de 31 de agosto;

ii) ser detentor de um grau académico e possuir, no mínimo, 10 anos de experiência profissional, com exercício efetivo durante, pelo menos, cinco anos nos últimos 10, e um currículo profissional de qualidade e relevância comprovadas, devidamente confirmado e aceite pelo órgão científico ou técnico-científico da IES;

iii) ser considerado como tal pela A3ES no âmbito do processo de acreditação de ciclos de estudos, mesmo não cumprindo todos os requisitos definidos na alínea anterior.

Nota 2 – Quando exista mais de uma área de formação fundamental num ciclo de estudos, os docentes especializados devem ter uma distribuição por áreas adequada ao peso de cada uma.

Nota 3 – Excecionalmente, podem integrar docentes não doutorados detentores de um currículo académico, científico ou profissional reconhecido, no âmbito do processo de acreditação, como atestando capacidade para ministrar este ciclo de estudos, i.e. estes docentes têm que ser validados pela A3ES.

Sendo o primeiro decreto de um governo conservador e o segundo decreto da oposição anterior, pode-se concluir, que o perfil, da qualificação académica e da especialização dos docentes, exigido para o universitário e para o politécnico, se mantém claramente superior no primeiro, sendo a diferença, a exigência científica na qualificação académica e na formação especializada.

Analisando-se a Lei nº 7-B/2016, de 31 de março, que aprova as Grandes Opções do Plano para 2016-2019, no campo do sistema educativo, constata-se que o foco incidia em: «Combater o insucesso escolar, garantir 12 anos de escolaridade; investir na juventude; promover a educação de adultos e a formação ao longo da vida; modernizar, qualificar e diversificar o ensino superior; reforçar o investimento em ciência e tecnologia, democratizando a inovação e reagir ao desafio demográfico (este fator direcionado para todos os setores da Sociedade)». Nada transparece naquela Lei qualquer sinal de atendimento ao movimento reivindicativo dos Politécnicos, dos docentes dos principais politécnicos que aspiram ao direito de conferir o grau de Doutor, respaldados nas qualificações académicas semelhantes dos docentes e produção científica nalgumas áreas, não inferior às universidades já contempladas com doutoramentos.

O Plano para 2016-2019 evidencia a preocupação de se avaliar o regime de acesso ao ensino superior, denota preocupações para aumentar a sua frequência e «criar um programa de apoio à mobilidade no ensino superior e a estudantes deslocados que associe Estado, universidades e municípios», com o objetivo central de «fazer de Portugal um país da ciência, da cultura e do conhecimento», não distinguindo nenhum dos dois subsistemas.

Para diminuir a diferença em relação à média europeia de diplomados e aumentar a capacidade competitiva dos portugueses na Europa e no mundo, são indicadas várias medidas a adotar, concretamente direcionadas para o reforço da Ação Social Escolar, passando pela desburocratização do sistema, reforço da mobilidade dos estudantes, assim como do prosseguimento de estudos no ensino superior, «em especial para os estudantes que concluem os Cursos Técnicos Superiores Profissionais», esta a única tendência concreta com o objetivo de materializar o crescimento do ensino politécnico.

Quanto à diferenciação entre ensino universitário e politécnico, a política a seguir é de continuidade pelo que se infere da medida «Aproveitar e desenvolver a diversidade do ensino superior, universitário e politécnico, potenciando a capacidade instalada». De resto, a modernização do sistema do ensino superior, a flexibilidade curricular, a sistematização dos estágios curriculares e mecanismos de apoio à empregabilidade dos licenciados e graduados, tal como o reforço do «investimento em ciência e tecnologia, democratizando a inovação», constituem preocupações dominantes nas políticas a adotar no ensino superior.

Embora o Plano para 2016-2019 não aborde o assunto, era sabido que em 2017 a OCDE tinha sido solicitada pelo Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES), para desenvolver uma avaliação do sistema do ensino superior, após o exercício realizado em 2006-2007. No início de fevereiro de 2018, os jornais começaram a divulgar resultados dessa avaliação e a selecionar recomendações constantes no Relatório em causa, vindo-se a saber que tinha a data de 5 de fevereiro.

Na verdade, em 9 de fevereiro, o "Jornal Económico" titulou um artigo «OCDE diz que investimento em ciência e no ensino superior tem de aumentar 100 milhões por ano»

e, na mesma data, o "Correio da Manhã" anuncia «Portugal continua a ter doutoramentos a menos e em situação laboral precária».

Em 15 de fevereiro, o "Público" referia: «Governo vai autorizar doutoramentos nos Politécnicos» e no dia seguinte o "Jornal de Notícias" com grande visibilidade apontava «Heitor apanha universidades de surpresa", sublinhando «Doutoramento nos politécnicos e redução dos mestrados integrados geram apreensão. Institutos aplaudem medidas e falam em coesão territorial».

O "Jornal de Notícias" voltou ao assunto em 18 de fevereiro, para relevar que «Novo regime jurídico define período transitório para universidades adaptarem cursos. A3ES defende criação de *numerus clausus*».

Referindo-se à necessidade de revisão da Lei de Bases do Sistema Educativo, na mesma página recorda-se que "alterações carecem de aval do Parlamento". No dia seguinte, o mesmo jornal insiste no assunto, agora direcionado para a pressão sobre os cursos de ciências sociais porque "há um número significativo de doutores" e surpreende ao referir que a «A3ES defende criação de mecanismos que impeçam fim do sistema binário», intuindo-se que o mesmo estará ameaçado.

Com base no Relatório da OCDE, o governo disponibilizou à opinião pública a proposta de Decreto-Lei n.º 38/2018, de 14 de fevereiro, que mereceu do Conselho Nacional de Educação (CNE) um parecer publicado em D. R. de 28 de maio de 2018, com onze pontos resultantes da reunião plenária de 7 de maio de 2018. Três desses pontos são dignos de ponderação: 1. Percentagem de docentes de carreira para acreditação dos cursos; 3. Eliminação do conceito de especialista (com muito peso na acreditação dos cursos do Politécnico) e 9. Exigência de unidades de investigação acreditadas pela FCT com a classificação de «Muito Bom» ou «Excelente» para acreditação dos cursos de doutoramento.

Na generalidade, na consulta pública, como no CNE, apela-se à prudência e que se evite precipitações, sendo advogado em comum, que as medidas recomendadas pela Relatório da OCDE exigem um período considerável de transição para implementação.

Saliente-se que, na generalidade, o ensino politécnico rejubilou com a proposta do anunciado decreto, prevendo o funcionamento dos Doutoramentos, enquanto que as Universidades optaram por um silêncio, que é natural, para quem tinha a exclusividade desses cursos. Muito significativa foi a posição tomada pelo ex-Secretário de Estado do Ensino Superior, José Ferreira Gomes que poderá aproximar-se do pensamento da Universidade relativamente aos Doutoramentos no Politécnico. No jornal "Público" de 9 de abril, alerta que «A autorização de doutoramentos nos institutos politécnicos com um modelo de coordenação que replique o universitário irá reproduzir e agravar as deficiências aqui registadas».

Em 20 de abril, no "Observador", Ferreira Gomes acrescenta: «Mesmo tendo falhado na consolidação de um Sistema Binário, o Estado tem de garantir que o ensino superior oferece percursos distintos para satisfazer as diferentes ambições de estudantes e famílias». Volta ao assunto no "Observador", em 13 de maio, para fazer a retrospetiva da história do ensino politécnico para, finalmente, em 2 de junho questionar: «Que espaço para os TeSP depois de extinto o politécnico?».

Esta polémica à volta dos Doutoramentos nos Politécnicos domina a atualidade do ensino superior, aguardando-se que seja publicado o novo Decreto-lei sobre "Graus e

diplomas no Ensino Superior". Todos sabem que a proposta do Governo, se concretizada em decreto, só poderá vigorar depois da Revisão da Lei de Bases do Sistema Educativo e do Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior e só a Assembleia da República poderá autorizar tais alterações.

Associadas à problemática dos Graus e Diplomas, poderão estar em causa os Estatutos da Carreira Docente Universitária, os Estatutos da Carreira Docente do Politécnico e os Estatutos da Carreira Docente do Ensino Superior Privado e Cooperativo (prevista no RJIES, de 10 de setembro de 2007, e nunca concretizada).

Será que nesta conjuntura é possível uma solução de carreira universitária única (uma carreira de professores que investigam ou de investigadores que ensinam) contemplando simultaneamente, a componente ensino e a componente investigação como foi defendido por António Cruz Serra, Reitor da Universidade de Lisboa.[12]

E a mesma solução poderá ser adotada em todo o sistema de ensino superior?

Inquestionável é que a velocidade da mudança no ensino superior exige soluções ajustadas aos sinais que se manifestam no terreno, já que, a nível de imaginação, há quem continue a defender um elitismo, quer a nível de intervenção científica, quer a nível de afirmação profissional, como são exemplos, os autores da obra "A Universidade como deve ser",[13] sendo digna de ser lida, apesar dos seus autores deixarem transparecer que a realidade no terreno está longe da realidade imaginada e desejada.

12. Uma Nova Carreira Universitária in "Público" de 9 de junho de 2018, pág. 58.

13. Feijó, António M. e Tamen, Miguel, *A Universidade como deve ser.* Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2017.

Sentidos de ensino, pesquisa e extensão na perspectiva dos professores do ISCED/UON – em Cabinda/Angola[1]

Isael de Jesus Sena

Psicólogo clínico e social, doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social da FaE/UFMG, em regime de cotutela internacional com a Université Paris 8 – Vincennes Saint Denis.

Chocolate Brás

Licenciado em Ciências da Educação, opção Ensino de Psicologia pelo ISCED de Cabinda/Angola. Mestrando em Ciências da Educação pelo ISCED/Luanda. Pós-Graduado em Administração Educacional pelo ISCED/Luanda.

Marcelo Ricardo Pereira

Psicólogo, psicanalista, professor associado de Psicologia, Psicanálise e Educação da FaE/UFMG. Co-fundador do LPPE/ISCED/UON – FaE/UFMG.

Maria de Fátima Cardoso Gomes

Psicóloga, professora associada de Psicologia, Psicanálise e Educação da FaE/UFMG. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social da FaE/UFMG.

Introdução

A internacionalização dos programas de pós-graduação em psicologia e educação, tem sido um passo decisivo e inovador no que tange a ampliar as interlocuções com outras universidades. No contexto da globalização, o conhecimento não se restringe mais às esferas internas dos departamentos de pesquisa. A universidade tem sido cada vez mais convocada a formar capital humano e produzir conhecimentos científicos e tecnológicos de modo a responder aos desafios de uma economia competitiva e dinâmica do mundo.

De uma perspectiva histórica ampla, o dialogo além-fronteiras constitui um dos objetivos do papel da universidade. Se observarmos os debates sobre a cooperação internacional, a Conferência Mundial sobre Educação Superior, realizada em 1998, representou um marco significativo nesta discussão. Naquela ocasião, a Declaração de Paris debateu enfaticamente a necessidade de a universidade "compartilhar conhecimentos teóricos e práticos entre países e continente". Percebe-se através desta discussão o papel que a educação tem como estratégia para o desenvolvimento dos países. (PANIZZI, 2006).

A internacionalização do conhecimento tornou-se um fato incontestável. Diante disso, acordos de cooperação internacional entre universidades, intercâmbios e mobilidade académica, realizada tanto pelos professores, como pelos alunos, tornou-se uma prática

1. Pesquisa realizada entre os meses de outubro a dezembro de 2016, no âmbito de uma missão de estudos e trabalho, financiada pelo Programa Pró-Mobilidade Internacional CAPES/AULP, em parceria entre a Universidade Federal de Minas Gerais (Brasil) e a Universidade 11 de Novembro (Angola).

comum entre as universidades no mundo. Reconhece-se que essas práticas, mesmo considerando os aspectos culturais, económicos, políticos e sociais de cada contexto, podem ser avaliadas de modo positivo no sentido dos encaminhamentos que a universidade vem realizando diante da complexidade das realidades a serem superadas.

As instituições de ensino superior angolanas não fogem a este desiderato, pelo que têm apostado na sua internacionalização como forma de melhorar a sua qualidade por meio da partilha de experiências e melhor posicionar-se no contexto das universidades mundiais. Essa aposta é um "imperativo" nacional por ser parte da política macro de afirmação de Angola no mundo. Razão pela qual, recentemente, no seu discurso de tomada de posse, ocorrido em 26 de Setembro de 2017, o novo Presidente da República de Angola reforçou esse apelo, ao considerar ser fundamental investir-se na qualidade do Ensino Superior universitário e politécnico, com vista à criação de um modelo de Ensino Superior que esteja mais de acordo com as práticas universais, ajustado às necessidades do mercado de trabalho e ao desenvolvimento sustentável do país.

A educação, em Angola, tem sido considerada, quer no plano das políticas, quer no das práticas, uma área estratégica para o desenvolvimento social, não apenas pelo que representa em termos de escolarização e formação de recursos humanos, mas essencialmente, pela possibilidade de qualificar a população para a cidadania. Além disso, implica o desafio da participação coletiva na reconstrução nacional, após longos anos de subserviência (SILVA, 2016).

Nesta perspectiva de mudança de conjuntura, o governo angolano vem referindo insistentemente a importância da educação na superação do atraso socioeconómico e na qualificação da população para a vida social. Ao mesmo tempo, defende-se o processo de reconstrução e tem aprovado nos últimos anos programas nacionais de desenvolvimento educativo. De tais programas destacam-se na visão de Silva (2016, p.5) "o Plano de Educação para Todos (2004), a Estratégia Integrada para a Melhoria do Sistema de Educação 2001-2015 (2001), a Estratégia de Alfabetização e Recuperação do Atraso Escolar 2006-2015 (2005)", cuja relevância radica na possibilidade de reverter o quadro de atraso educativo em que o país tem estado mergulhado.

Estes desafios e programas, em nosso entender, só serão alcançados apostando principalmente na cooperação internacional, para qual é necessário definir os princípios e reais propósitos, privilegiar o estabelecimento de relações de cooperação com universidades e centros de investigação de referência mundial. Nessa direção, busca-se dessas instituições o apoio necessário para assegurar uma formação docente de qualidade e a prossecução da actividade de investigação científica, em níveis adequados de uma universidade que logra responder aos desafios contextuais, culturais, sociais e acadêmicos.

Dessa maneira, o tema da cooperação, e da diversidade, estão associados intimamente quando inserimos a universidade como ferramenta para reduzir ou mesmo eliminar os efeitos perversos da globalização predatória, que consequentemente gera desigualdades profundas entre os povos e tem aumentado a pobreza no mundo. Nessa direção, a universidade é sem dúvida, lócus no qual as realidades podem se reunir e frutificar, contribuindo desta forma em novos entendimentos sobre a vida, o mundo e os seres humanos. Ou seja, é papel da universidade, através da comunidade científica, contribuir no sentido de lidar com as complexas e difíceis interações, além disso ajudar a promover a qualidade de vida melhor para os cidadãos (MELFI, 2006).

Nesse sentido, à luz do debate atual sobre a difusão do conhecimento e com base em pressupostos da pesquisa etnográfica contrastiva e interpretativa, visamos neste capítulo analisar os diferentes sentidos que professores do ISCED/Cabinda – Angola atribuem ao tripé ensino, pesquisa e extensão, como práticas indissociáveis de uma universidade que deve constantemente aprimorar-se para responder aos desafios da sociedade. Além disso, discutimos a contribuição estabelecida a partir da parceria entre a UFMG e a UON, no que tange a implementação do Laboratório de Psicologia, Psicanálise e Educação – LPPE. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, realizada entre os meses de outubro a dezembro de 2016, na qual utilizamos a entrevista semiestruturada como estratégia para acessar os coordenadores de grupos operativos do LPPE.

Os resultados demonstram que os coordenadores de grupos compreendem a indissociabilidade no que tange a relação entre a atividade de ensinar e investigar, como práticas sociais que são construídas a partir da iniciação científica do aluno, inicialmente ela ocorre através do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, sob enfoques com maior predominância do víeis quantitativo, em detrimento ao qualitativo. Quanto à atividade de extensão, está associada às ações que devem responder às demandas da sociedade, através da mediação entre o Estado e a Universidade. Constatamos, através dos diferentes relatos, que as burocracias, associadas à dinâmica das hierarquias daqueles que ocupam posições de poder dentro das instituições universitárias, além da crise financeira que afeta o país, são entraves que dificultam a execução de projetos de cunho comunitário. Ademais, algumas ações dos professores são realizadas individualmente com os seus alunos, portanto, são isoladas e por esta razão necessita-se de projetos coletivos os quais contemplem a dimensão inter e multidisciplinar dos sabres. Referem-se à necessidade de coesão e união entre os professores e coordenadores do LPPE, com vistas a superar dificuldades estruturais do laboratório e fortalecerem a identidade do grupo de pesquisadores. Assim, reiteram a importância da cooperação internacional através da UFMG, no sentido de fomentar as publicações das pesquisas e ajudá-los através de consultoria diante do atual contexto. Acreditam na mobilidade académica, pois possibilita as trocas de experiências entre professores e estudantes Angolanos e Brasileiros, contribuindo desta forma para o aperfeiçoamento das práticas em curso e na resolução de problemas identificados pelas pesquisas.

Organizamos a discussão em três seções. Na primeira, contextualizamos a implementação do Laboratório. Na segunda, discutimos aspectos teóricos-metodológicos. Na terceira, analisamos as entrevistas sobre os diferentes sentidos atribuídos pelos professores ao tripé que envolve ensino, pesquisa e extensão no contexto da universidade e a maneira como iniciativas mais pontuais vem revelando novas possibilidade de repensar a Universidade no contexto da globalização.

A implementação do LPPE no ISCED em Cabinda/Angola

O Instituto Superior de Ciências da Educação de Cabinda (ISCED-Cabinda) está integrado à Universidade 11 de Novembro como uma das suas Unidades Orgânicas, tal como se pode ver no n.º1 do art.10º do Decreto n.º 7/9, de 12 de Maio do Conselho de Ministros da República de Angola. Oferece actualmente os cursos de graduação em Pedagogia com duas saídas profissionais (Ensino Primário e Gestão e Supervisão Escolar), Ensino

de Biologia, Ensino de História, Ensino de Língua Portuguesa, Ensino de Língua Inglesa, Ensino da Matemática e Ensino de Psicologia. Estando em projecção cursos de pós-graduação em nível de mestrado, nomedamente Mestrado em Metodologias de Ensino, Mestrado em Ensino da Matemática e o Mestrado em Psicologia Escolar. No que tange a estrutura investigativa, conta-se com o Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais (CEPEd) aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 7/15, de 2 de Janeiro e o Laboratório de Psicologia, Psicanálise e Educação (LPPE) – objecto de nossa pesquisa.

O Laboratório de Ensino e Pesquisa em Psicologia, Psicanálise e Educação – LPPE foi implementado em 2015, embora desde de 2012 estudos prévios vinham sendo realizados através de missões de estudos e trabalho envolvendo a equipe brasileira e angolana. O Laboratório foi concebido através de uma parceria entre a Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais e o Instituto Superior de Ciências da Educação da Universidade Onze de Novembro, em Cabinda – Angola. O projeto de fundação do Laboratório foi financiado através do Programa Pró-Mobilidade Internacional da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, em parceria com a Associação das Universidades de Língua Portuguesa – AULP. Na ocasião de sua estruturação, contou com a coordenação de 3 (três) professores[2] da FaE/UFMG, a equipe brasileira, e de um professor[3] do ISCED, da equipe angolana. Durante o período do projeto, entre 2013 a 2017, foram constituídas missões de estudos e trabalhos como parte da implementação do Laboratório.

Consideramos o laboratório como lócus orgânico de todas as ações e iniciativas acadêmicas de psicologia, psicanálise e educação endereçadas e inscritas nele. Mais do que um mero espaço físico, o LPPE fundamenta a Linha de Pesquisa, reune toda a produção na área e cria um sítio para onde se convergirá o ensino, a pesquisa e a extensão realizados pelo instituto. Para alcançar tais objetivos, foi criado um organograma de funcionamento do LPPE-ISCED-UON, baseado metodologicamente no Grupo Operativo, proposta como técnica de pesquisa-intervenção pelo psicanalista Pichon-Rivière (1983/2000). O Grupo Operativo permite transformar uma situação coletiva em um campo de investigação e, ao mesmo tempo, de ação, de maneira não necessariamente diretiva, cujos sujeitos participantes tornam-se ativos protagonistas tanto na produção de conhecimento como nos sentidos das práticas culturais e dos valores morais que dão significado à sua experiência real. Essa técnica pauta-se na dimensão psicossocial do sujeito, em suas possibilidades concretas de aprendizagem contínua e no protagonismo do grupo de produzir seu próprio referencial conceitual que seja operativo na realidade e em seu aprendizado.

Com base nessa técnica, e na perspectiva contrastiva, propomos em nosso trabalho a criação de 5 (cinco) Grupos Operativos como subdivisão do LPPE com vínculo e tarefa específicos para cada um, visando a alcançar os objetivos redimensionados. Passamos, então, a contar com os seguintes Grupos Operativos: Grupo de Trabalhos (GT); Grupo de Publicação (GPU); Grupo de Ensino (GEN); Grupo de Pesquisa (GPE); e Grupo de Extensão (GEX). Cada grupo, desde a implementação do LPPE, atuaria com objetivos específicos em prol do desenvolvimento das atividades voltadas ao Laboratório.

2. Maria de Fátima Cardoso Gomes, Maria Inês Mafra Goulart e Marcelo Ricardo Pereira.

3. Nlandu Balenda.

Nota-se que, com esta iniciativa de implantação do laboratório, realizava-se uma verdadeira convulsão interna no sentido de ampliarmos conjuntamente a visão e o funcionamento seguindo os parâmetros de uma instituição académica internacional. É notável o quanto a atuação universitária da UON se reduz quase que exclusivamente ao ensino e à formação do Licenciado em Psicologia, mas pensamos que se fez nascer com o LPPE a necessidade de também atuar na extensão e na pesquisa, de ampliar o diálogo com a Psicanálise, bem como de promover intercâmbios entre discentes e docentes, e possibilitar a promoção da internacionalização da UON como um todo.

Considerações teórico-metodológicas

Adotamos nesta pesquisa uma perspectiva etnográfica, contrastiva e interpretativa (Geertz, 1989; Green, Dixon & Zaharlic, 2005; Gomes, Neves & Costa, 2015), de acordo com dois pressupostos: da Etnografia em Educação (Green, Dixon & Zaharlic, 2005), à concepção de sujeito/pessoa tanto da Psicologia Histórico-cultural de Vigotski (1934/1993; 1983/1995).

Do ponto de vista teórico-metodológico da Psicologia Histórico-cultural, compreendemos que a apropriação da realidade é uma construção dialética entre as pessoas que acontece nos níveis individual e social. Para Vigotski (1934/1993) a pessoa se individualiza ao apropriar-se do mundo que é externo à pessoa a qual constrói sentidos muito diversos para si mesmo e para o mundo. Essa construção é sempre mediada pelo Outro, pela cultura e pela fala/linguagem. Mediação semiótica produzida nas e pelas interações sociais que é constitutiva das pessoas. Assim é no contexto da interlocução, vista como o processo de construção de significação (Pino, 1991) que as pessoas e suas práticas culturais são construídas.

Segundo Gomes, Neves & Dominici (2015) o sujeito ao apropriar-se do mundo que o cerca atribui sentido às suas práticas culturais e dependendo da cultura em que vive esses sentidos vão variar muito. Isso se estende, reconhece Pereira (2011), para os sentidos (hiper) morais que são internalizados no sujeito sob a forma inconsciente.

Dessa variação de sentidos das práticas culturais e dos valores morais internalizados pelos sujeitos/pessoas que estão nas duas universidades, resultou compreendê-la de modo contrastivo – e não comparativo. Pelo contraste podemos evidenciar as diferenças e semelhanças, sem necessariamente compará-las, entre o que esses sujeitos fazem acerca das práticas de ensino, de pesquisa e de extensão da FaE-UFMG e as práticas de ensino do ISCED-UON. Essa perspectiva contrastiva, que também é etnográfica e interpretativa, admite a necessidade de analisarmos as relações entre linguagem/discursos e culturas, conscientes e inconscientes, produzidas nas duas universidades considerando o neologismo *languaculture* (Agar, 1996; Green, Dixon & Zaharlic, 2005). *Langua* significa discurso não apenas palavras e frases isoladas e *culture* são os sentidos/significados produzidos pelos participantes das culturas (Agar, 1996). Mais do que isto, é preciso compreender os pontos de vista dos sujeitos/pessoas das diferentes culturas, de forma êmica (de dentro das comunidades) e ética (de fora das comunidades mantendo o respeito às diferenças culturais).

Nessa direção, a pesquisa foi realizada com os coordenadores dos Grupos de Trabalhos: publicação, ensino, estudos e pesquisas e extensão. As entrevistas semiestruturadas

continham 3 (três pautas) que visavam conhecer os trabalhos desenvolvidos pelo coordenador de cada GT, desde a implantação do LPPE, principais percalços encontrados no planejamento e execução das propostas/atividades e possíveis contribuições oriundas da cooperação internacional com a UFMG diante dos entraves enfrentados na consecução dos projetos. As entrevistas foram realizadas na sala do LPPE e transcritas na integra, totalizando 1 horas e 20 minutos.

A vivência no Laboratório: o ensino, a pesquisa e a extensão no ISCED – UON

Considerando o recorte da proposição deste trabalho, vamos nos deter a analisar os relatos mais emblemáticos que envolvem as dimensões dos sentidos que os coordenadores dos grupos de trabalho têm acerca das atividades concernentes a especificidade de cada objetivo do grupo e os alcances deles. Ademais, destacamos o sentido da cooperação internacional com vistas a fortalecer o tripé: ensino, pesquisa e extensão nos moldes de uma universidade.

Em se tratando do ensino, a partir da realização do diagnóstico construído em conjunto entre a equipe brasileira e angolana, mostrou-se necessário a construção de um projeto político pedagógico que pudesse contemplar a formação em psicologia educacional e escolar para atender as demandas das dificuldades nos processos de escolarização de crianças e adolescentes, além da evasão escolar e problemas associados ao uso e abuso de bebidas alcoólicas pelos jovens. Desse modo, uma das premissas do GEN (Grupo de Ensino) deveria envolver esta inovação no novo currículo, o qual pudesse contemplar formação de um novo profissional em psicologia socioeducacional, com atuação mais ampla. Dessa maneira, alguns avanços podem ser avaliados positivamente conforme relata o coordenador.

> [...] a gente está fazendo ainda vários trabalhos relativos ao ensino ainda. Isso em função da própria adequação que tem que ser feita relativamente. Primeiro, a própria denominação do próprio curso e aquilo que chamamos de estratégias para a implementação de novas área de formação no curso de ensino de psicologia do ISCED, que nós pretendemos sair do ensino da psicologia, para a psicologia escolar. Então, como GT ensino, a primeira coisa que nós temos que trabalhar é no currículo do próprio curso. Estamos avaliando um pouco sobre a grade curricular e a inserção no mercado de trabalho deste profissional que é formado neste curso do ensino da psicologia. Na verdade, até o momento, o que nós fizemos foi avaliar a grade curricular, o que pode permanecer, o que não pode permanecer. O que é que pode caracterizar o próprio psicólogo escolar, relativamente, aquilo que nós chamamos de ambiente de trabalho e ver aquela que são as saídas da funcionalidade do psicólogo escolar. Então, é um trabalho que está em curso. Porque isso também demanda uma matéria específica que é currículo. Currículo não se muda de dia pra noite ou de ontem para amanhã. Os currículos devem obedecer a uma série sequencial para serem avaliados em função do contexto e em função do que nós queremos amanhã. Aquilo que nós chamamos de psicólogo escolar. Então, é isso que nós estamos. (Coordenador do GEN – Grupo de Ensino).

Nota-se nesta passagem uma compreensão do coordenador acerca da necessidade de adequação da formação do psicólogo, ainda restrito a Licenciatura, para uma nova área a

qual contemple a diversidade dos fenômenos escolares e a caracterização do novo perfil profissional. No entanto, parece esbarrar na natureza do currículo e a sua mudança, como se percebe, é processual, ou seja, necessita levar em consideração o contexto sociopolítico. Nesse sentido, Champangnatte (2016) nos mostra que a significação curricular na universidade envolve uma dimensão complexa que ultrapassa a dimensão apenas do ensino, programas e grades curriculares. Nesse âmbito estão envolvidas dimensões mais complexas, as quais envolvem ideologias, práticas e políticas.

Apesar deste aparente esbarramento da natureza do currículo, impõe-se pontuar que a necessidade de reforma dos currículos dos cursos de graduação dos Institutos Superiores de Ciências da Educação em Angola (ISCED´s) já vem sendo discutida. No caso do ISCED de Cabinda essa situação ficou evidente com a pesquisa realizada durante a segunda missão de estudo da equipe brasileira. O estudo intitulado *As salas de aula de Cabinda/ Angola sob um olhar Etnográfico*, que foi apresentada na XXIII Semana de Iniciação Científica da Universidade Federal de Minas-Gerais, Brasil, em 2014, constata que o currículo do curso de Licenciatura em Ensino da Psicologia é demasiado generalista, fornecendo poucas valências técnicas e metodológicas específicas em ensino e investigação da Psicologia. Neste sentido, os estudantes finalistas manifestaram o desejo de verem reformulada a grade curricular de graduação em Ensino da Psicologia (REIS *et al,* 2014).

Importa referir que além da discussão sobre a reforma dos currículos dos cursos de graduação dos ISCED´s (já em vigor desde finais de 2016), alguns estudos hoje apontam a necessidade de reestruturação da formação em Ciências da Educação em Angola, por se considerar que o formato das mesmas enquanto instituição que corresponde às exigências do sistema educativo já não é satisfatório face à evolução da situação educativa do país. A propósito Silva (2016, p.123) afirma "o ISCED é uma instituição que se dedica desde a sua fundação, em 1980, à formação de professores e formadores mas cuja acção pode actualmente estar desfasada das exigências decorrentes da evolução do sistema educativo angolano".

Compreende-se deste modo, a necessidade de não só reformar as grades de graduação dos cursos dos ISCED´s bem como reestruturar a própria instituição de modo a ampliar o seu âmbito de formação, integrando novas áreas e espaços de intervenção em Ciências da Educação, que resultam do desenvolvimento e objectivos do sistema educativo previstos na Lei n.º 17/16, de 7 de outubro, e das demandas da sociedade angolana.

Em se tratando da pesquisa, percebemos basicamente que as atividades têm se concentrado em orientações de Trabalho de Conclusão de Curso, realização de Fóruns departamentais de iniciação científica, e Ciclos de Debates. Os fóruns departamentais ocorrem geralmente no primeiro semestre do ano organizado pelos Departamentos de Ensino e Investigação (DEI´s). Enquanto o Ciclo de Debates acontece no segundo semestre do ano reunindo os diferentes grupos de actores do ISCED-Cabinda e da UON, além de renomados especialistas e investigadores nacionais e internacionais para sob o lema "Educação Hoje e Amanhã" discutir-se a *Legislação, Financiamento, Investigação* e Práticas Pedagógicas.

Desde a implementação do LPPE, práticas de orientação têm sido feitas no espaço físico do Laboratório. Esta prática contribui de modo a tornar comum a vivência do Laboratório, ao passo que tem se concentrado em investigar os problemas no processo de

escolarização e o papel dos Encarregados de Educação como agentes significativos, além dos professores, na superação de determinados fenómenos escolares.

Desde a implantação, até agora, estou a trabalhar com algumas pesquisas. Mas, são pesquisas que tem a ver com todas as pessoas que fazem parte do grupo que são orientandos de trabalhos dentro do laboratório. Desde o ano passado, até cá, eu pessoalmente tenho estado a fazer pesquisas, desde que estejam vinculadas ao nosso laboratório. As pesquisas em curso, volto a dizer, são pesquisas que nós desenvolvemos com os nossos alunos da instituição. É que nós formamos este grupo de pesquisa. São várias temáticas que estão sendo abordadas dentro destas pesquisas: dificuldades de aprendizagem e problemas com encarregados de educação. (Coordenador do GEP – Grupo de Estudos e Pesquisas)

Tradicionalmente, as pesquisas de TCC, realizadas pelos estudantes de Psicologia, têm dado um enfoque quantitativo aos fenómenos escolares. A necessidade de ampliar a discussão sobre o papel do encarregado de educação e sua importância no processo de ensino e aprendizagem de crianças e adolescentes, levando em consideração o fato de que suas falas podem ser subjetivamente acolhidas, tem revelado a necessidade de mudança em relação as abordagens da pesquisa.

> [...] as pesquisas, tem um maior, são de cunho quantitativo. Estou tentando a mudar a visão, um outro olhar qualitativo. Nós trazemos a fala dos sujeitos para construir o que é o nosso e não simples abordagem quantitativa. Várias pesquisas foram desenvolvidas sobre esta situação sobre o encarregado de educação e essas pesquisas sempre o encarregado de educação não aparece. Então, tive que orientar as pesquisas qualitativas para saber porque este encarregado de educação não aparece. Então, de modo que os resultados são interessantes para ver os motivos pelos quais eles não aparecem nas escolas: alguns são desempregados, outras são as condições sociais, isso tudo impacta no encarregado de educação. (Coordenador do GEP – Grupo de Estudos e Pesquisas)

Nesta narrativa, a crítica sobre o delineamento quantitativo na pesquisa está associada ao fato de se tratar de uma abordagem que por prezar objetivamente pelo preenchimento de questionários, acaba desconsiderando elementos discursivos que se atentamente acolhidos em uma pesquisa pode revelar problemáticas. Dessa maneira, através de um recorte qualitativo, por meio de entrevistas, é possível deduzir através dos relatos os motivos que estão relacionados a ausência dos encarregados de educação nas atividades escolares. Como declara o entrevistado, “eles não aparecem na escola” porque “alguns estão desempregados, outras são as condições sociais”. Esta percepção mais ampla das condições concretas da existência, colhidas da pesquisa, favorece uma compreensão crítica acerca de fatores sociais intervenientes nos processos de escolarização. Chama a nossa atenção o fato de que essa dimensão, na pesquisa quantitativa acaba sendo ignorada. Na visão de Coutinho (2008), a questão da fiabilidade e validade dos métodos, os quais o pesquisador recorre, deve ser uma preocupação no campo educacional, uma vez em ambos delineamentos o rigor prevalece, mas sob modos bem distintos. Ou seja, a pesquisa de caráter quantitativo tende a seguir os padrões fielmente clássicos do positivismo.

Tratando do aspecto da extensão universitária, reconhece-se ainda que ela é porventura o elo mais fraco da missão tripartida das Instituições de Ensino Superior angolanas, pois no âmbito do desenvolvimento das suas actividades, maior ênfase é dada ao Ensino e à pesquisa em detrimento da Extensão.

Estudos apontam que a extensão universitária entre as dimensões da universidade foi das últimas a funcionar nas Instituições de Ensino Superior angolanas. A título de exemplo Chocolate *et al* (2018) aponta que apesar de se observar a realização de actividades de extensão universitária nas universidades angolanas, é importante dizer que a mesma está prevista no Decreto 90/09, de 15 de Dezembro, que estabelece as *normas gerais reguladoras do subsistema de ensino superior em Angola*, mas não se encontra ainda regulamentada.

A falta de regulamentação da extensão universitária persiste, por não existir uma política nacional de extensão universitária que permita a definição de um plano nacional de extensão que possa explicitar os princípios orientadores para estruturação e desenvolvimento da extensão universitária nas Instituições de Ensino Superior.

Essa situação no nosso entender tem estado a levar com que os académicos em Angola explorem pouco esse pilar da missão das instituições universitárias, pelo que se afigura necessário a adopção de medidas e procedimentos de ordem metodológica, inerentes à estrutura universitária e medidas que visam a valorização da extensão universitária no plano nacional e no plano interno das IES.

Tanto as Instituições de Ensino Superior públicas, quanto as privadas, por força da legislação, não tinham uma área específica que respondesse pela extensão universitária no quadro do organograma de funcionamento institucional. Esta situação específica deixou, de certo modo, um vazio na materialização das actividades voltadas para esse domínio, uma vez que a sua gestão nas IES não tinha indicadores próprios.

Outro descaso que se observa e faz com que as actividades de extensão não tenham ainda muito peso no âmbito das tarefas dos docentes universitários, na óptica de Chocolate *et al* (2017), prende-se ao facto de o actual estatuto da carreira docente universitária em suas linhas de orientação não prever pontos no quadro da avaliação e progressão do docente pela promoção e participação em actividades e projectos de extensão. Desse modo, pode-se considerar que a extensão universitária não tem ainda efeitos visíveis sobre a vida académica dos docentes.

Mas vislumbram-se algumas mudanças nas universidades públicas. Por exemplo, em 2015, incluiu-se no organograma das IES a Vice-reitoria para a Extensão e Cooperação. Esta inclusão, em nosso entender, trouxe outra dimensão e percepção sobre a necessidade de as IES estarem mais próximas da sociedade no cumprimento da sua responsabilidade social, participando na discussão e solução de problemas de âmbito local. Contudo, é importante ressaltar que muito ainda tem de ser feito, pois essa introdução ainda não foi acompanhada de nenhum instrutivo ou ainda de uma política de execução e institucionalização quer seja em nível constitucional, quanto ao nível legal.

Especificamente, existem já algumas iniciativas ainda que incipientes no ISCED. Envolve formar pequenas parcerias, divulgação acerca dos espaços e a própria discussão sobre a natureza do trabalho nela desenvolvida. Segundo a coordenadora do GEX (Grupo de Extensão),

> [...] desde a inauguração até ao presente momento [2016] avançou e não avançou. Avançou porque dentro do nosso programa, ou seja, este grupo tem como objetivo primeiro difundir a extensão universitária dentro da universidade. O que é isso? Explicar, contextualizar a extensão universitária desde o tripé da própria universidade, do ensino superior, da investigação universitária e da extensão. Sendo este terceiro pouco conhecido, era quase impossível entrar em prática sem que soubesse primeiro o que é extensão universitária. Daí, termos contactado alguns professores, que nos cederam alguns minutos do seu tempo letivo, e fomos passando turma a turma explicando o que é isto – extensão universitária no contexto geral. Posteriormente, explicar no âmbito do laboratório o que é a extensão universitária e depois escutá-los também. Fizemos isso, correu tudo bem. Podemos ouvir e receber alguns contributos da parte dos próprios estudantes. (Coordenadora do GEX – Grupo de Extensão).

De acordo com o relato apresentado, a iniciativa de divulgação acerca do que se trata uma extensão universitária só pode ser concebida a partir de uma iniciativa pontual de sua apresentação aos professores e alunos. O sentido de Laboratório como espaço de construção de conhecimento, até então, não era de conhecimento de todos. Outra iniciativa, ainda pontual, como "uma exposição dos estudantes de medicina", realizada nas 8ª Jornadas do Novembro Académico, bem como "a criação de um grupo de teatro", "incentivo ao coral", são avaliadas pela coordenadora como sendo positiva na difusão de informações e na demonstração dos talentos humanos da Universidade. Há uma iniciativa, ainda em projeto, que envolve a difusão sobre o papel da Universidade. Segundo a entrevistada,

> [...] Solicitamos uns 30 minutos de antena na rádio, para explicar o que é a universidade, qual é o seu papel dentro da sociedade e quais são os serviços que a universidade pode oferecer para além daquilo que a sociedade conhece: o ensino e a investigação. Através da extensão universitária podemos chegar mais perto do cidadão. Explorar a cultura local, que é muita rica, pode servir de trampolim para a universidade. Ou seja, explorar e levar para catalogar, de maneira que depois a universidade devolva, mas já devidamente catalogada. Porque a carência de instrumentos, de material sobre a cultura. Então, nós vimos nisto a oportunidade de fazer algo mais. (Coordenadora GEX – Grupo de Extensão).

O sentido de extensão universitária, como declara a coordenadora, explicita ações que estariam voltadas a transmitir ou transferir conhecimento à população menos privilegiada. Embora seja este um dos objetivos da extensão, ou seja, elevar o nível cultural das pessoas e comunidades, ela não representa o seu todo. De acordo com Fraga (2017) a extensão seria, assim, um processo educativo de transferência do conhecimento produzido pela universidade às pessoas que a ela não tiveram acesso. Distribuir conhecimento, nessa perspectiva, seria a maneira pela qual a universidade poderia contribuir com a melhoria das condições de vida das classes populares.

Podemos perceber iniciativas muito pontuais que dizem respeito ao processo de implementação do Laboratório, o que pode revelar com isso um posicionamento dos coordenadores no que tange as suas atribuições e o cumprimento de tarefas de cada Grupo Operativo. Não obstante, algumas dificuldades mencionadas contribuem direta e indiretamente

com a inviabilização de propostas mais coletivas, quando se esbarram na carência tanto de recursos humanos como materiais, a saber:

> [...] Se a gente for lá na próxima semana vamos encontrar o espaço totalmente diferente. Já temos mesas e cadeiras. Precisamos de secretária para trabalhar. Agora, o que estamos lutando é material de informática. Precisamos de computadores, internet para permitir esta comunicação com o próprio Brasil. (Coordenador do GEN – Grupo de Ensino).

> [...] dentro do laboratório ainda estamos à espera que se pronuncie se podemos avançar ou não (Coordenadora de GEX – Grupo de Extensão).

> [...] Então, a prática de reunir e compartilhar ideias em conjunto para desenvolver a ciência ainda é algo não vigente ao nível da nossa universidade. Então, uma das nossas dificuldades é agrupar as pessoas para que em conjunto possam sentar e refletir relativamente aos problemas do processo de ensino e aprendizagem. (Coordenador do GEN – Grupo de Ensino).

Elegemos esses três relatos, pois cada um parece destacar questões muito específicas. O primeiro alude às condições materiais que certamente repercutem no uso mais eficiente da sala do Laboratório, que envolve desde a presença de uma secretária, para administrar a rotina, até à instalação de computadores com acesso amplo à internet. O segundo, destaca o papel do coordenador, a necessidade de sua proatividade e a expectativa de ações mais efetivas de sua parte, no sentido de desenvolver iniciativas que congreguem os coordenadores do GT's. Por fim, a última narrativa mostra a necessidade da formalização de reuniões entre os coordenadores dos grupos de modo que possam refletir conjuntamente sobre problemáticas escolares e ao mesmo tempo "compartilhar ideias" em prol de um projeto coletivo de Universidade que leve em consideração realidade sociocultural e os desafios de Cabinda.

A pouca experiência em relação às práticas e rotinas de um Laboratório de Pesquisa, no ISCED, em comparação às universidades brasileiras, é um dos elementos dos contrastes que precisam ser levados em consideração neste trabalho. Os coordenadores dos grupos de trabalhos, de modo geral, são bastantes enfáticos quando questionados sobre a contribuição que a UFMG poderia realizar com o objetivo de colaborar diante das dificuldades vivenciadas por eles com fins de concretizar as ações dos Grupos de Trabalho do LPPE. "Continuar com a cooperação internacional" foi uma expressão unânime entre eles e que se repetiu em todas as entrevistas. A justificativa para essa continuidade foi enfaticamente defendida pelo Coordenador do Grupo de Publicação:

> O Brasil já tem grande experiência na área de ensino e educação, e não é um país europeu. É aí que podemos encontrar uns pontos de coordenadas entre África e Brasil. Eu gostaria, com a vossa experiência, poder dar um impulso. Porque vocês já venceram estes problemas que têm lá. Porque existe lá também a cultura e encontraram soluções para estes problemas. Creio que eles podem, pelo menos ao nível dos instrumentos e dos métodos, ajudar-nos a encontrar vias. (Coordenador do GEP – Grupo de Publicação).

Nota-se nesta narrativa a necessidade de dar continuidade à cooperação internacional, à qual é enfatizada pela "experiência" académica da nossa universidade brasileira. Nesse sentido, os "instrumentos" e os "métodos" de pesquisa e intervenção no campo social, podem contribuir com o contexto de Cabinda e "ajudar a encontrar vias", ou seja, encontrar alternativas e soluções para os problemas vivenciados por eles. Logo, a dimensão "cultural", como destaca o coordenador, é um aspecto positivo a ser considerado na relação de parceria "entre África e Brasil". Ademais, o fato de o Brasil não ser "um país europeu", possibilita a construção de parcerias e pontos de convergências numa relação de trabalho que apesar dos contrastes podem ser tratadas de forma horizontal em igualdade de condições de diálogo e construção mútua.

Dessa maneira, podemos concluir que a inciativa de implementação do LPPE, a partir de um trabalho de parceria entre a UFMG e a UON, tem contribuído de modo significativo no desenvolvimento de uma universidade, em Cabinda, que atende minimamente aos parâmetros de uma IES que tem vocação para o Universal. Assim, concordamos com Panizzi (2006, p. 64) segundo a qual

> [...] estamos todos convidados a participar ativamente nesse debate para fortalecer o campo dos que querem promover a cooperação internacional marcada pela solidariedade e pelo diálogo entre iguais – cooperação que não faz parte apenas dos tratados ou da história, mas que é constitutiva da instituição universitária.

Referências

AGAR, M. *Language shock:* understading the culture of conversation. New York: Harper Collins, 1996.

ANGOLA, DECRETO n.º 90/09, de 15 de Dezembro. Normas Gerais Reguladoras do Subsistema de Ensino Superior em Angola. Publicado no Diário da República I Série, N.º 87.

_____.DECRETO n.º 7/09, de 12 de Maio. Estabelece a reorganização da rede de instituições de ensino superior públicas, a criação de novas IES e o redimensionamento da Universidade Agostinho Neto (UAN). Publicado no Diário da República, I Série, N.º 87.

_____.DECRETO-LEI nº 17/16, de 07 de Outubro. Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino em Angola. Assembleia da República; Publicado no Diário da República I série nº 170;

CHAMPANGNATTE, D.M.O. Currículo universitário: do México ao brasil neoliberais. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), 21, 1, 2016, p.109-123.

COUTINHO, C.P. A qualidade da investigação educativa de natureza qualitativa: questões relativas à fidelidade e validade. Educação Unisinos, 12, 1, 2008, p. 5-15.

FRAGA, L.S. Transferência de conhecimento e suas armadilhas na extensão universitária brasileira. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), 22, 2, p. 403-419.

GOMES, M. F. C., NEVES, V. F. A. E DOMINICI, I. C. A. Psicologia Histórico-cultural em diálogo: a trajetória de pesquisa do GEPSA. *Fractal: Revista de Psicologia:*Lev Vigotski e a teoria histórico-cultural no Brasil: alguns relatos de pesquisas, v. 27, n.1, 2015, p.44-49, jan.abr.

GREEN, J. L., DIXON, C. N. E ZAHARLIC, A. (2005). A etnografia como lógica de investigação. Ethnography as logicofinquiry. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, FAE.UFMG, v. 42, p. 13-79.

MELFI, A.J. Universidade, cooperação internacional e diversidade. In. GAZZOLA, A.L.A; ALMEIDA, S.G. Universidade: Cooperação Internacional e Diversidade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 57-60.

PANIZZI, W.M. Cooperação internacional: solidariedade e diálogo entre iguais? In. GAZZOLA, A.L.A;

ALMEIDA, S.G. Universidade: Cooperação Internacional e Diversidade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 61-68.

PEÑA, D.A. La democratización la enseãnza superior como factor de desarrollo y cooperación. In. GAZZOLA, A.L.A; ALMEIDA, S.G. Universidade: Cooperação Internacional e Diversidade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 69-74.

REIS, D. B; CONGO, S.G. BRÁS, C.A. As salas de aula de Cabinda/Angola sob um olhar Etnográfico. Comunicação apresentada na XXIII Semana de Iniciação Científica da Universidade Federal de Minas-Gerais, Belo Horizonte: 2014

CHOCOLATE, F. A. M. & BRÁS, C. A. *Políticas e Acções de Extensão Universitária na Universidade 11 de Novembro*. In: Actas da I Conferência Internacional sobre a Extensão Universitária em Angola. Escola Superior Pedagógica do Bengo: Mayamba Editora, 2018, p. 49-63.

SILVA, E. A. A. Gestão do Ensino Superior em Angola: Realidades, Tendências e desafios rumo à qualidade. Luanda: Mayamba Editora, 2016.

VIGOTSKI, L. S. *Obras Escogidas*, v. II, Madrid: Aprendizaje: visor, 1993 (original publicado em 1934). Site: http://www.fae.ufmg.br/pagina.php?page=historia_FAE

UNIVERSIDADE 11 DE NOVEMBRO. Plano de Desenvolvimento Institucional. PDI, 2017-2030, Cabinda, 2017.

A cultura científica e matriz cultural no espaço das instituições de ensino superior privadas em Angola

Rui Manuel Fialho Franganito
Director Geral do Instituto Superior Politécnico Gregório Semedo

João Soares Silva Dono
Director Geral Adjunto para Área Científica e Pedagógica do Instituto Superior Politécnico Gregório Semedo

1. Revisão da Literatura

Da revisão da literatura realizada sobre a temática aplicada ao contexto Africano não existem investigações nem evidências para o contexto Angolano que expliquem a relação e funcionalidade entre cultura e ciência (incluindo os indicadores de desempenho científico), sendo que para os autores deste artigo o facto de existir uma dinâmica científica em qualquer país é uma causa determinística relacionada com a cultura do mesmo e o seu constructo social. Efectuar o levantamento desta identidade cultural com impacto na cientificidade de um povo e das suas instituições, com base nas diferentes teorias da identidade, é um processo urgente que permitirá valorizar as culturas eruditas no espaço Angolano e proporcionar à academia em Angola uma integração de saberes e promoção dos valores tradicionais como força viva no processo ensino e aprendizagem.

O conceito de cultura utilizado para este trabalho refere-se a um conjunto de códigos, valores, atitudes e preferências de um grupo sociocultural determinado, cujo objectivo é criar a sustentabilidade para a dinâmica de aprendizagem, escrita ou não escrita, como um processo de aquisição e construção do conhecimento a disseminar entre gerações, como mecanismo de selecção natural e adaptabilidade ao meio envolvente, numa dialéctica entre a natureza e a sociedade.

A cultura tem então uma natureza híbrida, flexível, dinâmica e complexa, envolvendo um processo contínuo de transmissão e utilização do conhecimento, o qual depende das dinâmicas existentes dentro das próprias comunidades, entre comunidades e entre as comunidades e outras instituições da sociedade (Blanchet e Pepin, 2015).

De referir, que o processo cultural deve ter em consideração o indivíduo, a sua especificidade e identidade.

Este desiderato é estratégico como linha de investigação no Instituto Superior Politécnico Gregório Semedo, com base na sua missão institucional de compreender as suas comunidades e culturas eruditas na sua zona académica e incentivar a diversidade e riqueza cultural em Angola.

É importante distinguir a cultura erudita de cultura científica (Bachelard, 1997), o mesmo refere que os dois momentos são diferentes, ou seja, a paciência da erudição nada tem a ver com a paciência científica pois o dogmatismo preenche a primeira. Defende que

a transformação do erudito em cientificidade é um mecanismo que deve continuar, pois só assim se encontra a verdadeira ciência.

Assim, este mecanismo deve ser adoptado pela academia, ou seja, identificar o valor acrescentado dos seus estudantes de diferentes contextos culturais e identidades, ao mesmo tempo promover o diálogo constante entre o erudito e a dinâmica social, com suporte das novas tecnologias.

Não será adequado existir uma disrupção do saber entre a cultura do estudante e a nova realidade que enfrenta na academia e que não valoriza a sua história, a sua identidade e o seu processo de aprendizagem. A academia deve dar continuidade a este processo de transformação cultural, pois este conhecimento tácito adquirido e transformado em conhecimento explícito será uma riqueza para a instituição e ignorá-lo seria uma perda irreparável. Este é o verdadeiro percurso da ciência, transformar a realidade de cada estudante em conceitos práticos que contribuem para a melhoria e dinâmica das sociedades.

Também se deve referir que os conceitos de cultura e ciência aplicados na academia nos seus diferentes contextos continuam muito vagos e são determinados por um pensamento globalizado que ignora as realidades do continente africano, principalmente os saberes tradicionais, assentes numa partilha e disseminação de conhecimento que para alguns não seguirá os padrões e normativos que definem o que será a tipologia e "modus operandi" da simbiose entre cultura e ciência. O continente africano como berço da humanidade teve culturas milenares que definiram as regras e conceitos científicos base da sociedade actual, precisamente com a sustentabilidade dessas culturas milenares e saberes acumulados, conhecimento tácito.

Para o presente estudo, considera-se a ciência na sua vertente de ciências formais e ciências factuais (Lakatos e Marconi, 2000).

A primeira, centra-se no estudo das ideias, tendo como base o binómio da lógica e matemática. Não são validadas pela realidade, apenas mostram hipóteses.

A segunda, estudam os factos, e apresentam o binómio naturais e sociais. Apresentam como base as observações e experiências que validam ou não as hipóteses. E tem carácter provisório.

Falar sobre ciência é também abordar a metodologia científica, ou seja, verificar o método ou métodos. O método é uma abordagem mais ampla, com um nível mais elevado dos fenómenos da natureza e da sociedade. Os métodos, seriam, método indutivo, método dedutivo, método hipotético-dedutivo e por último o método dialético (Lakatos e Marconi, 2000).

Assim, é necessário criar e desenvolver um novo paradigma, ter consciência que a anomalia desempenha um papel na emergência de géneros novos de fenómenos. Não surpreenderá ninguém que uma consciência análoga, mas mais profunda, seja um pré-requisito de quaisquer mudanças aceitáveis numa teoría (Thomas S. Kuhn, 1962) que reforce a interligação entre a cultura erudita e a cultura científica, espaço onde as academias têm um papel decisivo e progressivo em transformar o conhecimento tácito em conhecimento explícito, nas diferentes áreas do saber, estudando os fenómenos de interiorização da realidade (socialização primária e socialização secundária), pois muitas culturas eruditas ainda não foram estudadas no processo de socialização do conhecimento.

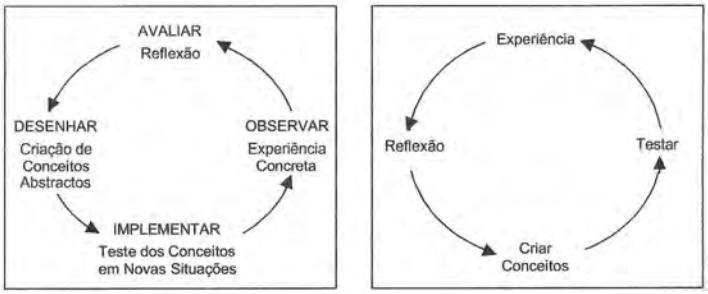
O mundo em que o estudante então entra não é, no entanto, fixado de uma vez por todas pela natureza do meio ambiente, por um lado, nem pela ciência, por outro. Em vez disso, ele é determinado conjuntamente pelo meio ambiente e pela tradição da ciência normal que a educação do estudante o ensina a seguir (Thomas S. Kuhn, 1962), eis uma outra razão adicional para explicar o facto de as escolas que seguem paradigmas diferentes terem sempre objectivos ligeiramente opostos (Thomas S. Kuhn, 1962).

Também de referir o trabalho de (Foucault,1974) em que a história no singular tem de voltar a ser dissolvida, não na diversidade das histórias narrativas, mas num pluralismo de ilhas discursivas que emergem sem regra para voltarem a submergir e a necessidade de acabar com uma historiografía global a qual concebe secretamente a história como uma macroconsciência.

A ciência não é o único caminho de acesso ao conhecimento e à verdade (Lakatos e Marconi, 1992).

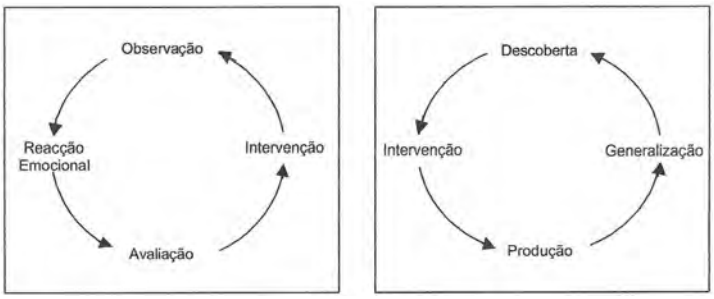
Para os autores, o processo de aprendizagem na academia é um processo de aquisição e construção do conhecimento erudito e científico e não um processo formatado e global de medida e formato único. O ciclo de aprendizagem na academia, ver fig.1 e fig.2, deve ser pedagógico e livre de compreender as diferentes dialécticas dos seus estudantes, no contexto das suas riquezas e especificidades culturais, para incentivar uma formação plural e diversificada e não padronizada, quer linguística quer cultural, com base em modelos aceites no mundo globalizado.

Figura 1. Ciclo de aprendizagem de Kofman e de Kolb



Fonte: Kofman (1993) e Kolb (1999)

Figura 2. Ciclo de aprendizagem de Schein e de Argyris e Schon



Fonte: Schein (1985), Argyris e Schoon (1978)

O perigo da existência de um processo de aculturação massivo e uniformização cultural deve ser repensado na academia, pois isso a suceder iria inibir a riqueza da sua comunidade académica.

Assim, um dos objectivos das Instituições de Ensino Superior é promover a sua diversidade como garante da sua sustentabilidade e tal deveria ser uma variável de diferenciação no mecanismo de rankings das IES.

No Instituto Superior Politécnico Gregório Semedo existe a constante preocupação em ter um projecto educativo baseado numa perspectiva holística do saber tendo como principal base a sua sustentabilidade no reforço e disseminação nos valores culturais da sua zona académica e promover a interligação entre cultura e práticas científicas na sala de aula com utilização das mais modernas abordagens e recursos pedagógicos, como laboratórios e simuladores.

Esta abordagem permite desenvolver um saber integrado entre práticas culturais e científicas de modo a não lançar no esquecimento a riqueza cultural das Províncias da Huíla e Namibe, províncias onde a instituição está presente.

1.1. Breve Descrição do contexto geográfico e sócio económico da Província da Huíla e Namibe

Sobre a Província da Huíla ver em: http://www.huila.gov.ao/InformacoesProvinciais.aspx?tipo=Perfil

A Província do Namibe localiza-se a Sudoeste de Angola cuja capital e a cidade de Namibe. Está confinada pelo Oceano Atlântico (Oeste), Namíbia (ao Sul) e as províncias de Benguela (ao Norte), Huíla (ao Este) e Cunene (ao Sudeste).

A Província de Namibe tem uma superfície de 57 091 km^2 e uma população estimada em 1 195 779 habitantes constituída, na sua maioria, pelo povo étnico dos Mucubais, segundo os dados do Governo Provincial do Namibe.

A população concentrou-se sobretudo na costa litoral, nas localidades de Namibe, Tômbwa e Baía dos Tigres. Ao Sul da província encontra-se o Deserto de Namibe que estende-se até o Nordeste de Sul África e tem um cumprimento aproximado de 1 500 quilómetros.

Segundo os dados do Governo Provincial do Namibe, no ano 2011, estimou cerca de 393.899 população estudantil na Província, sendo que o município sede da Província, Namibe, tem mais de metade do total da população. Seguidamente os municípios de Tômbwa, Bibala, Kamucuio e, por último, Virei.

Namibe (antiga Moçâmedes) é uma província de Angola, dividida em cinco municípios. Os cinco municípios são: Bibala, (Vila Arriaga), Camucuio, Namibe (Moçamedes), Tombwa (Porto Alexandre) e Virei.

A população da Província é estimada em 1.195.779 habitantes.

O grupo étnico mais característico da Província corresponde aos Hereros (Ovakuvale ou Cuvales, Ovahimba ou Himbas, Ovakwanyoka ou Cuanhocas, e Ovanguendelengo ou Guendelengos) embora se verifique a existência de Nyanyeka-Humbe, Ambos, Nganguelas, Ovakwissi e Ovakwepe. O período pacífico que se verificava na Província durante o desenrolar dos conflitos armados no restante país conduziu a que esta se tornasse o destino de muitos angolanos vindos do centro do país e das Províncias

vizinhas, nomeadamente o grupo Ovibundo. Presentemente este corresponde ao grupo étnico maioritário.

2. O Modelo Conceptual

Assim, da revisão da literatura existente, os estudos realizados por Hofstede (1993, 2001) que comparam a dinâmica cultural, diferenças culturais existentes em vários países e em que o mesmo autor referiu a existência de uma padronização cultural com referência a cinco variáveis explicativas do fenómeno cultural, afigurou-se um modelo aproximado para orientar a nossa investigação, de forma a compreender a simbiose entre cultura erudita e cultura científica, nas províncias referidas.

São elas: distância do poder, individualismo versus colectivismo, masculinidade versus feminilidade, orientação curto prazo versus orientação longo prazo e aversão à incerteza.

A dimensão da cultura denominada distância do poder reflete o grau de aceitação da sociedade em relação à diferente distribuição do poder. As comunidades com maior distância de poder favorecerem uma autoridade tradicional e enfatizam a aceitação no cumprimento das normas e a execução do que é socialmente aceite.

A dimensão individualismo-coletivismo refere-se à natureza das relações existentes entre o indivíduo e a sociedade ou grupos. Em culturas mais individualistas, as pessoas preocupam-se consigo e seus familiares, além de preferir agirem independentemente, visando sua autonomia e realização. A tomada de decisão baseia-se no julgamento racional sobre os atributos do produto, como preço e qualidade, que lhe tragam melhor custo-benefício.

Indivíduos com cultura coletivista, por sua vez, pertencem a um ou mais grupos que agem de forma coesa com princípios próprios, a partir dos quais o indivíduo busca não se destacar.

A dimensão masculinidade-feminilidade define a extensão na qual as sociedades mantêm os valores tradicionalmente tidos como masculinos ou femininos. Em sociedades predominantemente masculinas a busca por realização, performance, sucesso e a competição são constantes, e o status é importante para mostrar poder.

Em sociedades tipicamente femininas há uma orientação às pessoas e a valores como qualidade de vida e zelo, o status não possui tanta importância e a diferença de géneros é menos intensa quando comparada às sociedades masculinas (Hofstede, 2001).

A orientação para longo prazo, por sua vez, compreende a extensão que as pessoas têm em perspectivas orientadas para o futuro. Sociedades com orientação de longo prazo tendem a desenvolver relações duradouras. A gestão, portanto, tende a estar mais direcionada ao desenvolvimento de alianças e relações de longo prazo com os parceiros comerciais, acarretando em maior esforço e atenção voltada a um único parceiro.

Já as sociedades orientadas para curto prazo apresentam um senso de urgência maior, focando-se em resultados no curto prazo, bem como na valorização da liberdade, de questões individuais em relação a questões relacionais.

A aversão à incerteza é definida por (Hofstede, 2001) como a intensidade com que as pessoas se sentem ameaçadas pelas situações incertas e desconhecidas, o que reflete na forma como a sociedade lida com as incertezas inerentes à vida. Essa dimensão está

presente nos valores culturais mais conservadores e tradicionais, relacionando-se com a necessidade de comportamentos rituais, regras explícitas e estabilidade. De salientar que para (Shane, 1993) aponta que em culturas com baixa aversão à incerteza as pessoas tendem a ser inovadoras, flexíveis e empreendedoras; elas são mais tolerantes às ideias e aos comportamentos divergentes, aceitam riscos mais facilmente, sendo mais susceptíveis ao que lhes é diferente.

Os autores acrescentam 3 variáveis ao modelo conceptual, a saber: contrato social, rigidez e flexibilidade e grau de abertura.

- O contrato social determina o acordo tácito estabelecido entre a cultura e as subculturas de modo a permitir a sua estabilidade social e garante das relações sociais;
- O grau de rigidez e flexibilidade, determina o estilo conservador ou progressista interno da cultura e subculturas;
- O grau de abertura externa a outras realidades e a aceitação das mesmas.

3. Metodologia

Neste estudo exploratório, foram realizadas 30 entrevistas a estudantes do IGS, sendo 15 para os alunos da Província da Huíla (Lubango) e 15 da Província do Namibe (Moçâmedes), inscritos nas diferentes licenciaturas e diferentes anos de frequência. O objectivo foi em ambiente aberto, recolher informações sobre as seguintes questões:

1. A distância do poder e a sua difícil acessibilidade e partilha afectam a criação de uma cultura científica?
2. Percepciona a sua comunidade como mais individualista ou colectivista na perspectiva da investigação científica?
3. Existe uma diferença entre o género masculino e feminino no processo de tomada de decisão em termos de investigação científica?
4. A diferente perspectiva de curto e longo prazo na comunidade define a tipologia de investigação? CPLP
5. A aversão à incerteza determina o grau de cientificidade de uma sociedade?
6. O contrato social existente na sociedade afecta a dinâmica da investigação?
7. A descrição e importância das componentes rigidez e flexibilidade como indicadores de explicação do fenómeno científico?
8. O grau de abertura de uma sociedade e parcerias entre o sector público e privado promove a investigação científica?

4. Breves considerações sobre os resultados encontrados

Do estudo exploratório realizado a principal diferença de desempenho entre a Huíla e o Namibe, as províncias em que o Instituto Superior Politécnico está presente, foi a variável dimensão, em que a província da Huíla, em particular a cidade do Lubango, surge como uma cidade de maior dimensão e mais cosmopolita, comparativamente a Moçâmedes, na província do Namibe.

Analisando as respostas, podemos constatar que as Províncias mais pequenas, mais distantes da capital e do poder central, têm uma maior proximidade com o Poder

e as Instituições instaladas na Província, permitindo um acesso fácil aos dirigentes e decisores, incluindo os afectos ao ensino superior. Esta proximidade das pessoas e uma cultura mais colectivista, pode permitir uma maior partilha de conhecimentos e criação de uma cultura propícia à investigação e produção. Por outro lado, as limitações em termos de oportunidades e de ofertas formativas faz com que haja menor acesso à informação e o género masculino, por ter maior facilidade de deslocação, acaba por ter mais oportunidades.

Há que salientar, também, que a maior abertura e oportunidades nas províncias de maior dimensão permite uma maior parceria entre as instituições públicas e privadas e, consequentemente, uma investigação com maior rigor e riqueza científica.

Contudo, independentemente, da dimensão da província, o encontro de estudantes oriundos de diversas províncias com vivências e percursos diferentes constitui uma mais-valia em termos de investigação e produção de conhecimentos.

Também foi recorrente no estudo exploratório realizado, que a variável dimensão coloca mais pressão nas componentes aversão ao risco e perspectiva temporal. Nas províncias de maior dimensão existe menor aversão ao risco, à incerteza e a dinâmica temporal é mais de curto prazo com uma maior capacidade de absorção das novas tecnologias.

É imperativo, olhar para os pontos fortes do País e dele tirar o máximo proveito. Infelizmente, ainda perdemos muito tempo com as dificuldades e problemas, ignorando, o que de temos de positivo e desperdiçando grandes oportunidades.

Conclusão

A principal conclusão a reter é que a dimensão da comunidade em que se vive afecta positivamente a dinâmica científica, ou seja, quanto maior for a comunidade, maior interactividade existe, maior abertura e tal cria um ambiente favorável à disseminação da ciência em circuito aberto. Assim, as culturas e subculturas em ambiente cosmopolita, como é o caso da Huíla, tendem a globalizar-se e entram num processo de aculturação crescente, com um maior grau de abertura para a cientificidade.

Mas é preciso manter as especificidades culturais, evitando o seu desaparecimento, pois o processo de aculturação rápido pode lançar no esquecimento, sem registo oral ou escrito, todo um saber acumulado e codificado que poderia dar toda a sustentabilidade a novos paradigmas científicos. Assim, o Namibe como província de menor dimensão que a Huíla, apresentou em geral resultados nas variáveis em estudo que mostram uma maior resistência ao fenómeno da globalização e conceito de cientificidade única e reforça o seu tradicionalismo, menor grau de abertura e rigidez e um contrato social mais forte e duradouro do que a Huíla.

No contexto global de desempenho científico, verifica-se em ambas as províncias características inovadoras, com o Namibe a liderar nas práticas com base na sabedoria mais tradicional e não assimiladas na cultura generalista.

Pode-se ainda concluir que uma Instituição com estudantes oriundos de várias províncias apresenta uma maior diversidade cultural, maior dinamismo e, consequentemente maior cultura científica. Devendo as instituições orientar as suas linhas de investigação para produção de conhecimento e projectos de incubação que reforçam a riqueza e diversidade cultural dos seus estudantes e também docentes.

Angola, bebendo de experiências dos outros países, deve procurar o seu próprio modelo de ensino, tendo em conta as potencialidades que a cultura e a riqueza do seu povo permite.

Recomenda-se a continuação deste estudo exploratório, extensível a outras províncias de origem dos estudantes da instituição, para testar e validar o padrão comportamental observado.

Bibliografia

Bachelard, G.(2000). A epistemologia. Edições 70.

Foucault, M. (1993). História da loucura na Idade Clássica. São Paulo, Editora Perspectiva.

Foucault, M. (2000). Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. Rio de Janeiro, Forense.

Hofstede, G. (1980). *Culture's consequences: International differences in work-related values*. Beverly Hills, CA: Sage.

Hofstede, G. (2001). *Culture's consequences: Comparing values, behaviors, institutions, and organizations across nations*. 2nd ed. Thousand Oaks, CA: Sage.

Lakatos, E.; Marconi, M. (2000). Metodologia científica. 3.ed. São Paulo: Atlas.

Kuhn, T. S. (1970). *The Structure of Scientific Revolutions*. 2 ed., enlarged. Chicago and London: University of Chicago Press.

Contribuição da Universidade 11 de Novembro na conservação e preservação da floresta do Maiombe em Cabinda: realidades e desafios

Helena Berta Buca Vando Marciano
Doutorada em Ciências da Educação, Opção Ensino de Biologia.
Professora Associada da UON, colocada no ISCED (hbbvamarc@yahoo.es)

Introdução

Quando se considera a necessidade de se promover o crescimento económico, modernizar o sistema político, social e ambiental ou de fazer cidadãos membros participantes, críticos e responsáveis da sociedade, a educação aparece como elemento chave nas medidas a serem tomadas.

Assim sendo, assumindo o seu compromisso de Instituição de Ensino Superior, que se assenta em três pilares a saber: Ensino, Investigação e Extensão, fazendo uso dos dois primeiros, a Universidade 11 de Novembro inserida na Região Académica III, que abrange as províncias de Cabinda e Zaire, está preocupada com a preservação da floresta do Maiombe-Cabinba, na perspectiva da sua manutenção. Nesta conformidade, a instituição assume, com o presente trabalho, um papel activo no reflorestamento do Maiombe - Cabinda, propondo-se a contribuir concretamente na conservação e preservação das espécies da flora e da fauna desta.

Sobre a Universidade 11 de Novembro, pesa a responsabilidade de ajudar a sociedade a encontrar mecanismos e soluções para a preservação, conservação e reflorestamento das espécies da biodiversidade da Floresta do Maiombe-Cabinda, através de acções em prol do desenvolvimento sustentável, onde se inserem actividades e projectos como: Criação de viveiros, realização de Ateliês, criação de um Jardim Botânico, encontros de trabalho com o Instituto de Desenvolvimento Florestal de Cabinda (IDF), com o Centro de Investigação de Agronomia de Cabinda, realização de palestras sobre educação ambiental, plantio de árvores e outras.

A floresta do Maiombe situada na província de Cabinda, constitui por si só um ecossistema importante, cuja grandiosidade reside na biodiversidade que acolhe. Esta grande dimensão induz a vários aspectos a considerar, que passam pela importância como ecossistema de floresta tropical protegida pelas leis internacionais e nacionais e cujo valor assenta na sua contribuição como libertadora de oxigénio para a atmosfera do nosso planeta.

A província de Cabinda tem uma extensão de 7.283 km^2 e uma população de cerca de 200.000 habitantes, que tem como capital o município com o mesmo nome. Está administrativamente constituída por quatro municípios, nomeadamente: Cabinda, Cacongo, Buco - Zau e Belize.

Apesar da sua superfície reduzida encontramos em Cabinda um largo espectro de ambientes naturais. O clima é tropical de uma estação húmida. A temperatura na costa é

sensivelmente mais quente e seca e varia entre 21-27ºC e uma pluviosidade de 798 mm por ano (mm/ano). Na estação mais fria a temperatura varia de 21-23ºC e vai de Julho a Setembro. Em termos gerais, a pluviosidade em Cabinda vai aumentando da costa para o interior. Por isso, no Maiombe caem de 1.200-1.400 mm/ano de chuvas, nas regiões mais húmidas das cristas mais altas até 1.900 mm/ano. A quantidade de luz solar, a excepção na faixa costeira, é reduzida e em geral inferior a 1.000h/ano.

Acerca de 40km da costa começa o maciço do Maiombe, coberto pela floresta do mesmo nome que recobre o restante território de Cabinda até à fronteira do interior com o Congo-Brazaville, onde de repente a uma distância de 120 km da costa na última crista de cordilheira a floresta se transforma em savana seca do interior na planície de Niarí. (JIRKU, M. *et all*. 2008, p. 25)

A floresta do Maiombe, que faz parte do bioma Guineo-Congolian, forma a margem sul da floresta tropical perene da África Ocidental. A mesma, é compartilhada por quatro países – Gabão (sudoeste), Angola (leste e noroeste da província de Cabinda), República do Congo (oeste, o Distrito de Kouilou e sul e oeste do Distrito de Niarí) e a República Democrática do Congo (sul-oeste, norte do rio Congo).

O maciço do Maiombe é caracterizado por uma série de cristas que correm paralelamente ao oceano. Podem-se diferenciar duas partes do maciço. A parte oriental é constituída por montes e cristas baixas que gradualmente vão baixando até a costa. A parte ocidental é constituída por uma série de cristas altas de pedras arenosas e quartzo separadas por vales de xisto. A altura de cada uma das cristas sobe gradualmente à medida que avança para o interior e o cume mais elevado superior a 800m encontra-se numa zona de 100-120 km da costa. As últimas cristas em média de 600 m de altura descem abruptamente na fronteira no interior entre Cabinda e Congo Kinshasa para a planície de Niarí a uma altura de 370 m. (INÁCIO, V. *et all*, 2012, p. 30).

Floresta do Maiombe como refúgio florestal

Durante o período de guerra a conservação da biodiversidade era atribuída menor prioridade, em relação a garantia de sobrevivência das comunidades assim como a sustentabilidade económica nacional e regional. Apesar da grande importância em termos de biodiversidade no contexto regional e global tem merecido pouca protecção e atenção. Os primeiros esforços para a conservação da biodiversidade da floresta do Maiombe-Cabinda iniciaram no ano 2000 pela iniciativa da Direcção Provincial da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, em colaboração com a ONG Grémio ABC (Ambiente, Beneficência e Cultura), a Empresa Petrolífera Chevron Texaco e assessoria da PNUD-NORAD, em conjunto desenvolveram dois projectos de conservação da biodiversidade com especial realce para conservação de gorilas e chimpanzés no Maiombe, ambas espécies encontram-se em fase de extinção por causa da degradação e fragmentação do habitat, conflitos armados, caça e transmissão de doenças perigosas. (RON *et all*, 2004).

A importância mundial da floresta do Maiombe deve-se ao facto de se tratar de um dos poucos refúgios florestais em que, quase certamente, vivem muitos animais e plantas que não vivem em qualquer outra parte. Dizemos quase certamente, pois aqui deparamo-nos com o problema da falta de informações, pelo que não sabemos ao certo que animais ou plantas se encontram no Maiombe. Com certeza conhecemos a existência de grandes animais como

o Gorila, Chimpanzé, Elefante, assim como das principais árvores, mas certamente no Maiombe vive uma série de organismos raros, tais como: rãs, peixes, insectos, mamíferos pequenos etc., que desconhecemos.

Na floresta fechada e húmida em Cabinda, no alto Maiombe, a estratificação das árvores é muito pronunciada, podendo ser identificados distintos estratos relacionados com a altura das árvores e, por consequência, com a variação da exposição à luz solar e distância do solo. O critério alimentação constitui um bom indicador ecológico na identificação dos estratos segundo o critério distribuição espacial das espécies, como, por exemplo, pelas aves insectívoras, carnívoras e morcegos, que ocupam o estrato copa das árvores emergentes. Abaixo deste estrato emergente ocorrem aves e morcegos frutíferos, mamíferos que se alimentam de folhas, frutos e néctares. Nos troncos verificam-se também várias espécies de insectos, aves e morcegos insectívoros. Os grandes animais, como mamíferos e répteis, vivem no solo e se alimentam de frutas vegetação ou mesmo carnívoros que procuram caçar. Outros pequenos animais, tais como aranhas, milípedes, insectos e pequenos mamíferos vivem no solo e subsolo, onde se alimentam e dão início à decomposição da matéria orgânica. Os fungos desempenham um papel importante na dinâmica das comunidades de floresta, pois são os organismos que, juntamente com as bactérias, participam activamente na decomposição das árvores e vegetação em geral. A grande interacção especializada entre bactérias, fungos, plantas e animais garante a sobrevivência das espécies e, por consequência, a manutenção do ecossistema de floresta auto-suficiente. (INÁCIO, V. *et all*, 2012, p. 38).

A descoberta da sua presença exige no entanto uma investigação prolongada e sistemática com o envolvimento de uma série de investigadores de várias áreas que infelizmente ainda não teve lugar. O refúgio terá sido, muito provavelmente só aparte situada a 500 m de altitude e precisamente esta deverá ser a mais importante do ponto de vista biológico. Encontram-se duas destas regiões no Maiombe. A norte, uns tantos maciços no sul do Gabão. Um destes maciços é Monts Doudou, um refúgio relativamente bem conhecido e onde presentemente decorre uma profunda investigação. No sul trata-se da região montanhosa com centro em Cabinda, aproximadamente a nordeste de Belize, que se estende até ao Congo-Brazaville e aos limites do Congo-Kinshasa. No Congo-Brazaville as montanhas e a floresta Maiombe são atravessadas pelo grande rio Kouilou, o qual pode servir de barreira à expansão de alguns organismos da floresta. Por isso é quase certo que a fauna e a flora dos refúgios no sul do Gabão e no sul do Maiombe (em Cabinda) são diferentes. (JIRKU, M. *et all*. 2008, p. 26).

Exploração de madeira na floresta do Maiombe

A preservação da biodiversidade constitui um dos desafios mais importantes do desenvolvimento mundial. Pois, os recursos naturais são renováveis e não renováveis, e com procedimentos de gestão racional e sustentável participados e adequados, todos poderemos colaborar, com o objectivo de preservarmos o património biológico para as gerações actuais e vindouras. (INÁCIO, V. *et all*, 2012, p. 3)

Na floresta tropical de África crescem muitas espécies de madeira de importância comercial que constituem uma das principais fontes de recursos para as pessoas que vivem nas regiões florestais. Para a indústria madeireira uma das madeiras mais importantes das

florestas da África Central são os diferentes tipos de mogno (género de Entandropharagma e Khaya), Terminalia (Terminaliasuperba) e muitas mais. Tal como as outras árvores, também as de interesse comercial se desenvolvem nas florestas africanas em pouca densidade, o que significa que numa determinada área da floresta só é possível explorar uma relativamente pequena quantidade de madeira. Dentro de quanto tempo se poderá explorar de novo a área explorada, depende se decorreu o tempo suficiente para o crescimento necessário das árvores que durante a última exploração ainda eram pequenas.

Certamente, isto depende também se durante a última exploração de madeira foram deixadas árvores pequenas em número suficiente que se desenvolveram. Para que seja assegurada uma suficiente produtividade da floresta tropical, é necessário que a exploração não se repita com frequência para não afectar demais a floresta. O facto de as árvores precisarem de determinado tempo para o seu desenvolvimento é bem conhecido, contudo menos atenção é dada ao facto de uma floresta, que foi demasiadamente danificada pela exploração, deixar de poder produzir madeira suficiente de significado comercial por a sua população não se poder renovar tão rapidamente.

Um princípio importante para a manutenção de uma saudável população de madeiras comerciais é de deixar algumas árvores adultas que produzem sementes e são capazes de criar uma reserva de árvores jovens que depois esperam na moita pela oportunidade de se poderem desenvolver. Há uma regra segundo a qual, quanto menos a floresta foi danificada pela exploração de madeira, quanto mais rapidamente e em maior quantidade se desenvolve nela uma segunda geração de madeiras importantes. (JIRKU, M. *et all* 2008, p. 42- 43)

A particularidade da floresta do Maiombe é a existência de floresta de montanha, mais precisamente de floresta de submontanha, que aparece nas cristas do maciço do Maiombe, já a uma altitude de 300m. Nas florestas de montanha crescem só poucas árvores de altura superior a 18 m, razão pela qual às vezes fazem lembrar altos arbustos. Característicos são os tapetes de musgo que com plantas epífidas cobrem também os troncos e ramos das árvores.

A província de Cabinda é detentora de um património florestal rico em biodiversidade com aproximadamente 220.000 hectares. A floresta do Maiombe - Cabinda, é caracterizada como uma floresta tropical e pode ser entendida como floresta húmida de montanha, visto que as temperaturas são constantemente altas e a chuva ocorre em quase todos os meses do ano. Sob essas condições, a actividade das plantas é contínua, resultando num luxuriante desenvolvimento de floresta tropical densa ou fechada e dividida em camadas ou zonas, tendo como critério a altura e o desenvolvimento da copa das árvores: as emergentes com altura entre 50m e 60m; as de médio porte, com 20m a 30m; as de baixo porte, com 2m a 5m; os arbustos, os fetos e as ervas, por último, no nível do solo e subsolo, com vegetação rasteira e raízes.

Apesar da sua importância ecológica e económica do ponto de vista regional e global tem recebido pouca atenção.

As florestas tropicais têm as maiores taxas de produção primária dos ecossistemas terrestres, significando em termos comparativos que um m^2 de floresta tropical integra mais carbono por m^2 do que qualquer outro tipo de vegetação ocorrente noutros ecossistemas terrestres. Estes ecossistemas constituem, portanto, grandes reservatórios de carbono para a humanidade. (INÁCIO, V. *et all,* 2012, p. 33).

Ao longo de décadas a floresta vem sofrendo exploração predatória de seus recursos naturais por vários factores como: manejo inadequado na extracção de madeira; exploração selectiva; prática ilegal, o abate de árvores para uso como lenha e carvão, as queimaduras, a agricultura itinerante, a sobre-exploração agrícola, a desmatação, a caça, o incumprimento das leis relativas ao uso de recursos e poluição, a carência de recursos humanos qualificados. Estes são alguns dos problemas que ainda se enfrenta, a par de outros, como os ainda baixos índices de escolarização da população de Cabinda, que também contribuem para um cenário ainda não tão animador como seria desejável.

Para se mitigar os efeitos negativos dos comportamentos anteriormente referenciados, o Instituto Superior Politécnico de Cabinda, uma das Unidades Orgânicas da Universidade 11 de Novembro, já trabalha num viveiro florestal que permite obter as espécies a reflorestar nestas áreas e para a arborização da cidade de Cabinda.

Alguns dos resultados destes impactos, estão na base da qualidade de espécies florestais típicas de Cabinda com diferentes alternativas de substrato e a sua plantação nas áreas desflorestadas na localidade de São Vicente, a partir da aprovação de um projecto financiado, com o objectivo de se criar um Jardim Botânico com a diversificação de diferentes espécies florestais e de frutas, contribuir para o desenvolvimento florestal sustentável, através da produção de mudas de espécies florestais e ornamentais, visando apoiar futuros projectos de reflorestamento e arborização urbana e rural, além da promoção na formação de habilidades práticas e de investigação nos estudantes do curso de Engenharia Florestal, em prol da educação ambiental e conservação da biodiversidade.

A velocidade de exploração da madeira na Floresta do Maiombe - Cabinda, não é compatível com a capacidade natural de regeneração, aliada ao pouco conhecimento sobre as espécies florestais locais, a falta de cultura sobre as actividades de repovoamento florestal por parte da população e das empresas madeireiras de Cabinda, cujo foco da sua actividade é maximizar os lucros a custo da madeira, a falta de um viveiro capaz de disponibilizar de forma regular e permanente mudas em quantidade e qualidade necessárias, as actividades de repovoamento florestal, quer com espécies nativas, quer com espécies exóticas de rápido crescimento são praticamente nulas.

As espécies madeiráveis preciosas e mais exploradas na floresta do Maoimbe - Cabinda são: Tola-branca (Grossweilerodendronbalsamiferum), Pau-rosa (Swartziafistuloides), Takúla (Plerocarpustinctorius), Benge (Guibourtiatessmanii), Tola-cinfuta (Oxystigmaoxyphyllum), Kakongo (Afzeliapachyloba), e Nsinga (Piptademiastrumafricanum).

As mais usadas nas carpintarias de Cabinda são: Kámbala (Clorophora excelsa), Moabi (Bailonella Toxisperma), Tola Branca (Grossweilerodendronbalsamiferum), Undianuno preto (Lovoatrichilioides), Limba (Terminaliasuperba), Takúla (Plerocarpustinctorius), Ngulomazi (Naucleadedirichi), Menga – menga (Stauditastipitata), Nsinga (Piptademiastrumafricanum), Undianuno branco (Guareacedrata) e Tola cinfuta (Oxystigmaoxyphyllum).

O impacto das acções para conservação e preservação da floresta do Maiombe--Cabinda promovidas pela UON

O continente Africano possui pouco desenvolvimento social e económico a nível do mundo (FAO, 2014), onde se deixa claro que esta realidade é um exemplo de como esta

situação passa pelo desenvolvimento de processos tecnológicos e muito especial naqueles países que dependem de processos produtivos.

Neste contexto tanto os ambientes dos bosques, como os demais têm sido afectados por uma agricultura tradicional migratória, caracterizada por prática de corte, queima e seguidamente de plantação de cultivos económicos com a finalidade de melhorar a alimentação e a busca de alternativas que permitam manter as famílias.

(SONANGOL E.P, 2012) retrata a floresta tropical da província de Cabinda região da floresta húmida a norte, e também a zona da floresta de savana sul, numa altura em que as preocupações com as alterações climáticas e a biodiversidade se interligam com as linhas Gerais Estratégicas para as Áreas de Conservação adoptadas pelo Governo. Essas linhas permitem o alargamento de 6,7% para cerca de 12,5% de novas áreas, o que já possibilitou transformar a zona mais rica da floresta do Maiombe num Parque Nacional e integrar o mesmo a uma das iniciativas mais importantes de África: a Iniciativa Transfronteiriça do Maiombe, inserida nos recentes compromissos de Nagoya, nas decisões assumidas na Cimeira da Rio+20 e nos desafios com a sustentabilidade do planeta, através da protecção das florestas tropicais.

PNUD (2015), afirma que Angola é uma amostra neste continente de grandes reservas de recursos naturais, com espaçosas áreas com bosques, os grandes caudais dos rios e a sua alta produtividade da cobertura edáfica, onde se expressam a amplitude destes recursos, apesar de que, a transformação dos seus ecossistemas e com a posterior degradação, tem sido um dos principais problemas que enfrenta. Isto tem vindo a produzir desequilíbrio na flora e na fauna, câmbios na cobertura edáfica que incrementam particularmente a erosão como uma das modalidades de degradação dos solos, a perda da biodiversidade, a contaminação do ambiente e em especial a desflorestação, que constitui a preocupação e ocupação das autoridades e especialistas.

MUA (2006) e MOSQUERA *et all*. (2015), explicam que o manejo destes recursos naturais tem sido de vital importância tanto para a actividade florestal como para a agrícola, que se desenvolvem com as práticas tradicionais onde se destaca a queima da vegetação e a desflorestação como principais causas da degradação destes ecossistemas, no caso da desflorestação se realiza como uma alternativa económica, práticas sistemáticas que tem modificado os ecossistemas mas que também tenham provocado desequilíbrio no ordenamento florestal do território.

Figura 1. Ecossistemas afectados pela actividade de abate e queima.

Por outra parte, MAZO *et all*. (2015), e FERREIRO *et all*. (2015) deixam claro que as actividades de desflorestação demonstram o pouco conhecimento que têm tido os produtores, a partir do escasso interesse e motivação pela utilização de medidas agro - ecológicas ou outras alternativas que garantem a estabilidade destes ecossistemas (Figura 1).

Todos estes antecedentes influenciaram na decisão da Universidade 11 de Novembro de incluir o curso de Engenharia Florestal no Instituto Superior Politécnico de Cabinda, onde se traçou uma estratégia global com vários objectivos como: fortalecer a capacidade no manejo dos recursos naturais e o ambiente; traçar e promover a adopção de políticas que permitam os responsáveis deste ramo orientar os processos de desenvolvimento económico e social, recuperar e manejar os diversos recursos naturais e energéticos, identificar as necessidades de infra-estructuras, estabelecer políticas integrais que contemplam o fortalecimento dos instrumentos financeiros e de mercado e fomentar o desenvolvimento de planos de aproveitamento integral dos diversos recursos do bosque, com a participação da comunidade.

Para se implementar a estratégia global anteriormente referenciada, a Universidade 11 de Novembro e especificamente o Instituto Superior Politécnico de Cabinda, ministra o curso de Engenharia Florestal relacionado com a formação de um Engenheiro Florestal que possa ter um modo de actuação nas áreas de Silvicultura, Ordenação de Bosques, Aproveitamento Florestal, Manejo de Parques Naturais, Ecologia, Impacto Ambiental, Protecção Florestal, Indústrias de Madeira, Uso e Manejo de Água e do Solo, Recuperação de Áreas degradadas, Administração de Empresas Florestais, Bacias Hidrográficas, Investigação, Extensão e Participação Comunitária e Dasonomia Urbana.

Geralmente, todo o trabalho começa com um levantamento dos principais problemas que o local em estudo enfrenta, neste caso o território de Cabinda, especificamente a Floresta do Maiombe, como parte da missão da carreira, onde se definiu quais problemas se podiam dar solução mediante a investigação científica. O assessoramento tecnológico através do serviço científico técnico e a capacitação dos produtores ou superação dos profissionais.

Neste sentido, o trabalho intencional e integrado de Empresas – Universidade 11 de Novembro, permitiu-nos conhecer as principais linhas de trabalho que podem acelerar o impacto socioeconómico do trabalho desenvolvido até ao momento.

Figura 2. Viveiro do Curso de Engenharia Florestal do Instituto Superior Politécnico de Cabinda.

A criação de um viveiro como ponto de partida com vários objectivos como: o primeiro vinculado com o ensino - educativo entre os estudantes do curso e os docentes, com o propósito de fomentar o sistema de conhecimento e o segundo de facilitar a propagação de espécies florestais de interesse docente como parte da formação económica e ecológica e com a projecção que num futuro imediato se estabeleça as condições para o plantio de espécies no Jardim Botânico na localidade de São Vicente, que não somente ajudaria a incrementar a formação de bosques, senão também a desenvolver um espaço onde os estudantes realizam as práticas florestais e que permita a vinculação com as outras disciplinas afins como parte do seu currículo. (Figura 2)

Esta responsabilidade que faz parte da estratégia curricular da carreira se cumpre através das aulas práticas com todos os estudantes e principalmente com a participação dos do terceiro ano, com a realização de um levantamento das principais espécies florestais de interesse medicinal, a fim de se identificar o seu habitat natural e sua adaptação às condições edafoclimáticas, os quais constituem um ponto de partida para as investigações científicas, com a participação de investigadores do Centro de Investigação de Agronomia de Cabinda, sobre a cobertura edáfica e cujo objectivo é caracterizar a génesis da sua formação e determinar a classe produtiva a qual pertencem, por outro, esta investigação se desenvolve no âmbito da colaboração da instituição com o centro.

Estes intercâmbios com os centros de investigação e com a Empresa Floresta do território, constituem a principal forma que os docentes e investigadores encontram de realizar as investigações na carreira, como parte de três temas de superação científica em opção ao grau científico de Doutor em Ciências Florestais, estas temáticas respondem ao levantamento realizado no território, acoplado aos ateliês e capacitação desenvolvida, onde tenham incidido na preparação e formação dos produtores e profissionais destes centros, na actualidade se intensifica a auto preparação de técnicos para o ingresso à universidade no caso dos profissionais em superação para elevar o grau académico dos mesmos.

Com os resultados obtidos, de forma preliminar, começou-se o trabalho para a criação de um projecto de desenvolvimento florestal da província, que faz parte de uma proposta com as linhas de trabalho na Estratégia da Educação Ambiental, que permita cambiar a forma em que a sociedade de Cabinda interage com a natureza e especialmente com os bosques, para além disso, é de significar que esta proposta de projecto integraria aos vários organismos, empresas e instituições.

O assessoramento científico joga um papel metodológico e experimental para a condução e cumprimento de cada uma das etapas previstas, onde existe um elemento primário na docência que faz parte do processo de formação e que se deve ressaltar que é a vinculação dos estudantes da carreira florestal que constitui o eixo primário, o trabalho metodológico desenvolvido nos seus processos principais, tanto de formação do profissional, a investigação científica e a extensão universitária e alcançar a orientação das investigações curriculares e extracurriculares de maneira que integre todos os conhecimentos obtidos na carreira.

Os primeiros impactos positivos do trabalho podem ser apreciados com a formação em educação ambiental intra e extra institucional que tem permitido à comunidade universitária e a sociedade conhecer a importância dos bosques para a protecção do meio

ambiente e o que significam, para a diminuição da contaminação ambiental que se está produzindo.

A criação por parte dos docentes e estudantes de um viveiro na instituição universitária, que constitui um dos maiores impactos da faculdade já que este permite o vínculo entre os estudantes com as actividades agrícolas, como semear e plantar de espécies florestais de interesse económico e ornamental que tributará para o embelezamento das comunidades da província mediante o processo de arborização da cidade de Cabinda com a Tabebuiasp.

Desde o grau de satisfação dos estudantes sobre os indicadores ambientais e o trabalho com a vinculação de projecto de investigação, criaram-se vários espaços através da coordenação da carreira e na própria instituição universitária, em função de se estabelecer a relação entre a direcção do ISPC e os profissionais de diferentes instituições para a realização de conferências e ateliês com temáticas como o Manejo Florestal em Cabinda, Políticas para Regulações Jurídicas sobre o manejo dos bosques, necessidade de se criar estratégias de Ordenamento Florestal, onde também participam os docentes e investigadores através de diferentes cursos de superação para os técnicos e profissionais interessados em solucionar diferentes problemáticas sobre o manejo das sementes florestais, aproveitamento e tecnologias da madeira nas serrações, manejo sustentável dos bosques e por último oferecer-lhes ferramentas estadísticas para processar informações em função dos resultados científicos.

O trabalho de plantio de espécies florestais na localidade de São Vicente e outras, devastando a vegetação e queimando, utilizada pelos produtores, é uma das práticas tradicionais mais utilizada que afecta os diferentes ecossistemas.

Nesta etapa de trabalho, apresentaremos os primeiros resultados científicos em Eventos de base a nível da faculdade e finalizar com a apresentação nas próximas Jornadas Científicas de Novembro Académico, a nível da Universidade 11 de Novembro em Cabinda, é a preocupação do momento, para se generalizar os primeiros resultados do Projecto Viveiro do Curso de Engenharia Florestal.

Resultados obtidos no viveiro do curso de engenharia florestal

O viveiro Florestal Docente do ISPC da Universidade 11 de Novembro serviu para aquisição de habilidades dos estudantes da carreira florestal, assim como para a investigação científica, com o estudo de espécies florestais. Até à data se produziram algumas espécies florestais entre elas: Tabebuiasp Delonix régia, Afzelliapachyloba, Acácia melanoxylon, Grevilha robusta. Também contamos com alguns exemplares de espécies colectadas na floresta de Maiombe e foram salpicadas e postas em bolsas no viveiro, entre elas está a Terminaliasuperba, Afzeliapachyloba, e Gambeiasubnuda. As espécies em referência, serviram para o reflorestamento da cidade de Cabinda como a Tabebuiasp e a Acácia melanoxylon. As outras como Delonix régia, Afzelliapachyloba, Grevilha robusta, Terminaliasuperba e Gambeiasubnuda estão no bosque florestal de São Vicente, para que num futuro breve sejam transladadas para a Floresta do Maiombe - Cabinda para o reflorestamento das zonas desvastas pelas empresas madeireiras.

Considerações finais

Em guisa de conclusão, a partir duma descrição feita ao longo do trabalho desde a situação geográfica até ao contributo inerente a Universidade 11 de Novembro por via da Engenharia Florestal, destacamos o seguinte:

Com o projecto do viveiro em S. Vicente, alcança-se a integração entre as Empresas, Instituições e a Universidade 11 de Novembro, através das principais linhas de trabalho no impacto socioeconómico.

A criação deste viveiro permitiu abrir vários espaços desde a licenciatura para garantir o grau de satisfação dos estudantes sobre os indicadores ambientais.

Este projecto, permite a formação em educação ambiental intra e extra institucional que tem permitido a comunidade universitária e a sociedade conhecer a importância dos bosques para a protecção do meio ambiente e o que significam, para a diminuição da contaminação ambiental que se está produzindo.

Diante da situação actual da floresta do Maiombe – Cabinda, de merecer pouca atenção por algumas instituições vocacionadas para tal efeito e pela exploração predatória dos seus recursos naturais, torna-se evidente a necessidade de realizar-se mais projectos de pesquisa sobre a flora e a fauna, programas de monitoramento, de gestão e conservação da biodiversidade da floresta a nível regional e internacional e ao mesmo tempo alertar e conscientizar a comunidade local sobre a importância da sua participação como agente crítico e fiscalizador do que ocorre na região.

Bibliografia

FAO. *State of the World's Forests. Enhancing the socioeconomic benefits from forests*. 2014.

INÁCIO, VICENTE, et all. Biodiversidade em Cabinda. Edição Designers. Luanda. Pp.30-38. 2012.

JIRKU, MILOSLAV, et all. Maiombe – a Esmeralda de Angola. 1ª edição, UstavbiologieobratlovcuAkademieved CR. 2008.

KINGDON, J.: Island África: The Evolution of África's Rare Animals & Plants. Princeton University Press, New Jersey. 1989

MAZO, N., RUBIANO, J. Y CASTRO, A. *Sistemas agroforestales como estrategia para el manejo de ecosistemas de Bosque seco Tropical en el suroccidente colombiano utilizando los SIG"*. Revista Colombiana de Geografía. Vol. 25 (1). 2016.

MOSQUERA, M., FERREIRO, N., SANTIAGO, J. Y FERNÁNDEZ, E. *Los sistemas agroforestales como forma de gestión en la adaptación al cambio climático. En Estrategia de Adaptación y casos prácticos.* MAGRAMA. 2015.

MOSQUERA, M., MORENO, G.Y SANTIAGO, J. Sistemas Agroforestales. 2015

MUA (MINISTÉRIO DO URBANISMO E AMBIENTE). *Primeiro Relatório Nacional para a Conferência das Partes da Convenção da Diversidade Biológica*. 2006.

PNUD (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO). *Programa de Apoio Estratégico para o Ambiente* (PAEA). 2015.

ROON, T. Floresta do Maiombe-Cabinda: Esforços para preservação de Biodiversidade. Revista Workshop Provincial sobre conservação da biodiversidade. 2004.

A atuação do psicólogo escolar sob a perspectiva dos estudantes de licenciatura em psicologia do ISCED/UON – em Cabinda/Angola[1]

Isael de Jesus Sena

Psicólogo, doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social da FaE/UFMG, em regime de cotutela internacional com a Université Paris 8 – Vincennes Saint Denis. Bolsista pela CAPES.

Luis Simão Balo

Licenciado em Ensino de Psicologia, pelo ISCED/UON. Foi intercambista na Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG/ Brasil, em 2017, pelo Programa Pró-Mobilidade Internacional CAPES/AULP. Integrante do LPPE.

Maria de Fátima Cardoso Gomes

Psicóloga, professora associada de Psicologia, Psicanálise e Educação da FaE/UFMG. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social da FaE/UFMG. Ex-coordenadora do Projeto – 0035/12 CAPES (2013-2017). Ex-coordenadora LPPE/ISCED/UON – FaE/UFMG

Marcelo Ricardo Pereira

Psicólogo, psicanalisa, professor associada de Psicologia, Psicanálise e Educação da FaE/UFMG. Co-fundador do LPPE/ISCED/UON – FaE/UFMG

1. Introdução

A formação do psicólogo escolar, em Cabinda – Angola, tem sido objeto de discussões e estudos recentes, uma vez que os problemas no processo de escolarização de crianças e adolescentes, a evasão e o fracasso escolar, além do uso e abuso de bebidas alcóolicas nessa faixa etária, lançam desafios e requerem abordagem que contemple esses impasses também enfrentados pelos professores e famílias. Além disso, o Instituto Superior de Ciências da Educação – ISCED, da Universidade Onze de Novembro, tem em seu perfil de saída somente a Licenciatura em Ensino de Psicologia. Estes profissionais, quando concluem o curso, atuam nas escolas públicas na área de ensino. Eis a razão para discutirmos a necessidade de mudanças curriculares de modo que contemple responder as demandas mais emergentes de Cabinda.

Como se percebe, a necessidade de reforma do currículo passou a ser objeto de discussão dos cursos de graduação dos Institutos Superiores de Ciências da Educação em Angola (ISCED´s). No caso do ISCED de Cabinda, essa situação ficou evidente com a pesquisa realizada durante a segunda missão de estudo da equipe brasileira. O estudo intitulado *As salas de aula de Cabinda/Angola sob um olhar Etnográfico*, que foi

1. Pesquisa realizada entre os meses de outubro a dezembro de 2016, no âmbito de uma missão de estudos e trabalho, financiada pelo Programa de Pró-Mobilidade Internacional CAPES/AULP, em parceria entre a Universidade Federal de Minas Gerais (Brasil) e a Universidade 11 de Novembro (Angola). Processo CAPES/AULP – 99999.000412/2016-03.

apresentada na XXIII Semana de Iniciação Científica da Universidade Federal de Minas--Gerais, Brasil, em 2014, constata que o currículo do curso de licenciatura em Ensino da Psicologia é demasiado generalista, fornecendo poucas valências técnicas e metodológicas específicas em ensino e investigação da Psicologia. Neste sentido, os estudantes finalistas manifestaram o desejo de verem reformulada a grade curricular de graduação em Ensino da Psicologia (REIS *et al*, 2014).

Nesse sentido, o presente trabalho, à luz do enfoque crítico da psicologia educacional, discute os diferentes sentidos, sobre a atuação do psicólogo escolar, atribuídos pelos estudantes de licenciatura em psicologia do ISCED/UON – em Cabinda/Angola. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, realizada através de rodas de conversas, com estudantes do 3º e 4º ano do ISCED. A atividade foi orientada pelas seguintes pautas de discussão: caracterização do trabalho do psicólogo escolar, abordagens e formas de intervenção, parcerias com as instituições e articulação com os saberes interdisciplinares. As entrevistas coletivas foram transcritas na integra, totalizando seis horas de gravação.

A partir dos relatos dos estudantes, observamos que os mesmos têm uma representação do psicólogo escolar como um profissional que atua no sentido de ajudar a intervir no âmbito da subjetividade, principalmente nos problemas associados às dificuldades no processo de escolarização de crianças e adolescentes, visando assim a superar debilidades e fracassos escolares. No que tange as formas de intervenção, caberá ao profissional durante a avalição e o diagnóstico ter uma compreensão contextualizada acerca das histórias dos sujeitos para propor estratégias de cuidado.

Além disso, o seu trabalho deve levar em consideração a parceria com as demais instituições como escolas, igrejas, além de acolher os encarregados de educação e trabalhar numa perspectiva interdisciplinar com professores, psicopedagogos, psicólogos clínicos e médicos. Apontam a necessidade de o psicólogo não recuar diante dos transtornos globais do desenvolvimento que as crianças apresentam. Dessa maneira, acreditam que a experiência se constrói no caso a caso, ou seja, é preciso levar em consideração as singularidades.

Portanto, o diagnóstico embora apresente sintomas de natureza coletiva, serve apenas como baliza para estruturar intervenções particularizadas, por isso não deve ser generalizado. O psicólogo escolar é uma identidade que ainda está em construção, depende das mudanças curriculares e os estudos que começamos a delinear é uma resposta as demandas que foram identificadas em uma pesquisa em parceria entre o ISCED/UON e a FaE/UFMG, através do Programa Pró-Mobilidade Internacional CAPES/AULP.

O trabalho está organizado em 4 (quatro) sessões. Na primeira, contextualizamos a discussão. Na segunda, optamos por discutir o contexto do LPPE e de que modo a sua implementação favorece a formação específica em psicologia escolar e educacional. Na terceira, refletimos sobre o contexto da pesquisa e a metodologia. Por fim, na quarta, abordamos e refletimos a visão que os estudantes têm acerca de como deveria atuar o psicólogo escolar.

2. A contribuição do LPPE na formação do psicólogo escolar e educacional

Considerando a formação em psicologia em Angola, nota-se que os primeiros cursos surgiram no início da década de 2000, a partir da criação das primeiras Instituições de Ensino Superior privadas. Daquele período aos dias atuais, cresce o interesse e o reconheci-

mento da importância da formação, decorrente das diferentes demandas apresentadas pelas organizações, escolas e outras instituições. (SAVEIA, BASTOS & PEIXOTO, 2015).

O autor acentua ainda que os psicólogos vão desenvolvendo atividades às vezes fragmentadas, com pouca ou nenhuma visão da totalidade e complexidade do contexto em que estas atividades se inserem e nelas são desenvolvidas. A Psicologia em Angola não se tem diferenciado efetivamente de outros campos do conhecimento, há pouca clareza sobre as técnicas e apenas recentemente começou a despertar o interesse pelo seu estudo. Assim, o cenário ainda é incipiente, principalmente para aquelas atividades que vão além das tradicionais. Desse modo, pode-se concluir que

> [...] No país, até ao momento, e provavelmente pelo surgimento recente da formação na área, não há nada sistematizado sobre como a Psicologia surge e se organiza, gerando uma lacuna a ser preenchida, em parte, por este trabalho, que objectiva resgatar o percurso da profissionalização do campo no país. (SAVEIA, BASTOS & PEIXOTO, 2015, p.1099).

Dentro desta perspectiva, o Projeto de Implementação do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Psicologia, Psicanálise e Educação – LPPE, implementado em 2015, concebido através de uma parceria entre a Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais e o Instituto Superior de Ciências da Educação da Universidade Onze de Novembro, em Cabinda – Angola, visou reunir saberes nessas três áreas e contribuir com a formação de psicólogos que pudessem atuar sobretudo no campo educacional.

Este projeto foi financiado através do Programa Pró-Mobilidade Internacional CAPES/AULP, entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e a Associação das Universidades de Língua Portuguesa – AULP[2]. Na ocasião de sua estruturação, contou com a coordenação de 3 (três) professores[3] da FaE/UFMG, a equipe brasileira, e de um professor[4] do ISCED, da equipe angolana. Durante o período do projeto, entre 2012 a 2017, foram constituídas missões de estudos e trabalhos como parte da implementação do Laboratório.

As duas Missões de Trabalho iniciais aconteceram no segundo semestre de 2013 e contaram com as presenças dos coordenadores co-fundadores do LPPE – do lado brasileiro no ISCED/UON, e do lado angola na FAE/UFMG. A Missão de Trabalho realizada pela coordenadora brasileira serviu ao propósito de firmar as bases teórico-metodológicas e os objetivos de nosso trabalho conjunto. A Missão de trabalho realizada pelo coordenador angolano cumpriu com o objetivo de entrar em detalhes sobre como desenvolveríamos nosso trabalho e descortinou para nós o problema central: a formação de licenciados em ensino psicologia no ISCED/UON que não mais respondia ao que a sociedade cabindense necessita desse profissional.

Nesse sentido, seria necessário repensar sobre o curso de Pós-Graduação em Psicologia Educacional. Para tanto, as Missões de Estudos da equipe de Angola, realizadas em 2014 e 2015, cumpriram os objetivos de formação de estudantes de graduação, mestrado

2. Destina-se à estruturação, fortalecimento e internacionalização dos Programas de Graduação,Pesquisa e Pós-Graduação das Universidades integrantes da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP).

3. Maria de Fátima Cardoso Gomes, Maria Inês Mafra Goulart e Marcelo Ricardo Pereira

4. Nlandu Balenda

e doutorado, conforme o planejado; e as missões de Estudos de equipes brasileiras, também realizadas em 2014 e 2015, cumpriram finalidades de mapear (a) a realidade socioeducacional de Angola, mais especificamente de Cabinda, lócus da pesquisa; (b) realizar um seminário com todos os professores do Curso de Licenciatura em Psicologia na UON sobre o perfil do profissional Psicólogo Educacional e suas implicações na formação em nível de pós-graduação; (c) contrastar estudos relativos aos tempos e espaços das escolas de Angola e brasil, às dificuldades no processo de escolarização de Angola e Brasil no que tange à infância, à adolescência, alcoolismo precoce e à evasão escolar que figuram nos dois países; (d) aprimorar a biblioteca do ISCED.

A segunda Missão de Estudo Brasileira, que ocorreu em 2014 e 2015, teve como objetivo construir os alicerces do funcionamento do Laboratório. De posse dos dados, das temáticas e produções dos alunos do ISCED-UON e do extenso trabalho diagnóstico desenvolvido na sede do Instituto, passamos coletivamente a conceber a materialidade e a implantação do LPPE. Consideramos o laboratório como lócus orgânico de todas as ações e iniciativas académicas de psicologia, psicanálise e educação endereçadas e inscritas nele. Mais do que um mero espaço físico, o LPPE deverá fundamentar a Linha de Pesquisa, reunir toda a produção na área e criar um sítio para onde se convergirão o ensino, a pesquisa e a extensão realizados pelo instituto.

Para além da pesquisa, como inicialmente projetamos, percebemos a necessidade de fomentar os três pilares fundamentais que sustentam as atividades de uma universidade contemporânea, agora, a serem estendidos também à UON. Com a implantação do LPPE, e conhecendo melhor a realidade local, redimensionamos seus objetivos que passaram a ser os seguintes: Contribuir para a delimitação e efetivação de uma psicologia propriamente angolana e africana; vetorizar as atividades de psicologia da UON aplicadas à educação; consubstanciar a formação em nível de graduação e de pós-graduação do ISCED; auxiliar no aprimoramento de métodos de ensino dos professores atuais do Instituto; ampliar o espaço de trabalho do licenciado em psicologia (Psicólogo Escolar e Educacional) na província de Cabinda; instituir uma revista indexada e congressos bienais em nível internacional; promover intercâmbios de discentes e de docentes do ISCED; e contrastar estudos de Angola com os de outros países em psicologia, psicanálise e educação.

No que diz respeito à discussão sobre a reforma dos currículos dos cursos de graduação do ISCED, está em vigor desde finais de 2016. Alguns estudos hoje apontam a necessidade de reestruturação da formação em Ciências da Educação em Angola, por se considerar que o formato das mesmas enquanto instituição que corresponde às exigências do sistema educativo já não é satisfatório face à evolução da situação educativa do país. Silva (2016, p.123) chama a atenção para o fato de que "o ISCED é uma instituição que se dedica desde a sua fundação, em 1980, à formação de professores e formadores mas cuja acção pode actualmente estar desfasada das exigências decorrentes da evolução do sistema educativo angolano". Nota-se, por exemplo, que os estudos em Cabinda, no que tange às dificuldades no processo de escolarização, ratificam a necessidade de intervenção de profissional especializado do campo educacional. Canhici e Gomes (2016) mostram a partir de um estudo que:

> Os processos de escolarização nessas escolas de Cabinda, embora incluam os alunos nas escolas, caminham para a exclusão dos mesmos, o que nos indica que as dificuldades não são necessariamente de aprendizagem, mas, sim, que estão nesse processo excludente de escolarização. Pois as monografias estudadas também apontam as condições precárias de funcionamento das escolas e da formação de professores, além das diferenças linguísticas entre a língua local e o português, língua que se fala e escreve nas escolas, como fatores que concorrem para a exclusão de grande parte dos alunos. Isso revela a dupla face da modernidade que, se, por um lado, integra os alunos dentro das escolas, por outro, são excluídos dos processos de ensino-aprendizagem quando tais estudantes manifestam diferenças socioculturais. (CANHICI; GOMES, 2016, p. 485).

Compreende-se deste modo a necessidade de não só reformar as grades de graduação dos cursos do ISCED, bem como reestruturar a própria instituição de modo a ampliar o seu âmbito de formação integrando novas áreas e espaços de intervenção em Ciências da Educação que resultam do desenvolvimento e objectivos do sistema educativo, tal como está previsto na Lei n.º 17/16, de 7 de outubro, e que atenda aos desafios da sociedade angolana.

Algumas iniciativas do governo denotam preocupação em encontrar alternativas frente às demandas escolares. Por exemplo, o Decreto Presidencial n.º 16/11 de 11 de Janeiro, do Diário da República de Angola, art. 40° apontava a necessidade da criação de Gabinete de Apoio Psico-pedagógico, como um espaço multifuncional de atendimento a todos os alunos com necessidades educativas especiais ou não, para que tenham as mesmas oportunidades de sucesso, se promova a equidade na aprendizagem e se garanta a sua inclusão escolar. Ademais, neste mesmo Decreto, em seu art. 41° refere, assinala que

> [...] os responsáveis dos Gabinetes de Apoio Psico-pedagógico devem estar dotados de conhecimentos relativos à psicologia das idades e pedagogia social, devido às características/ particularidades do seu trabalho no atendimento aos alunos com necessidades educativas especiais, e no desenvolvimento de recursos didácticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem.

A temática que envolve criação do "Gabinete de Apoio Psico-pedagógico", ainda em discussão, tem sido objeto de alguns estudos, os quais problematizam a contribuição deste dispositivo no que tange à escuta qualificada e a oferta de trabalhos individuais e em grupos com crianças, adolescentes, famílias e envolvendo também os professores. Ao mesmo tempo, as pesquisas começam a questionar possíveis modelos clássicos de atendimentos que tendem a reduzir aos sujeitos e às suas famílias os problemas de escolarização de crianças e adolescentes (SENA; GOMES & PEREIRA, 2017; BALO, 2018). O que se espera dos profissionais que atuarão neste Gabinete é que

> [...] eles possam servir de operadores de intervenção orientados por uma visão socioeducacional, favorecendo os processos de escolarização dos sujeitos, revertendo as práticas medicalizantes dos processos escolares e ampliando a discussão de como estamos avançando na abordagem de impasses educacionais para além dos transtornos bioquímicos para tratar o psíquico. (SENA; PEREIRA & GOMES, 2017, p. 140).

Considerando esta perspectiva da criação dos Gabinetes de Apoio Psico-pedagógico, a pesquisa buscou compreender a visão que os estudantes de licenciatura tinham sobre os modos de atuação do profissional em psicologia escolar. Nesse sentido, estávamos interessados em entender suas percepções e também incompreensões, o que sugere a necessidade de amplo debate, como descreveremos na seção seguinte.

3. O contexto da pesquisa com os estudantes de licenciatura em psicologia

Em 2016, como parte do projeto de implementação do LPPE, havia uma projeção de realizar o I Encontro Internacional de Psicologia, Psicanálise e Educação entre Angola e Brasil, o qual estava associado a um grande evento das "8as Jornadas do Novembro Académico 2016"[5], que acontece anualmente em Cabinda. Naquela ocasião buscou-se dar visibilidade ao Laboratório e a produção que já vinha sendo realizada no âmbito da parceria FaE-UFMG e ISCED-UON. Assim, um encontro científico em Cabinda nos pareceu propício e fecundo para a divulgação científica oriunda do Laboratório.

A missão de trabalho e estudos da equipe brasileira contou com a participação de um doutorando[6] em educação, uma graduanda em pedagogia[7] e a coordenadora do projeto[8]. Além disso, fomos assessorados pelo Coordenador do Grupo de Trabalho de Pesquisa (GPE)[9] e por um aluno de Licenciatura de Ensino de Psicologia, ambos angolanos, os quais também apresentaram comunicações no referido Encontro. O plano de trabalho da equipe consistiu em desenvolver oficinas de preparação para o desenvolvimento de projeto de pesquisas, promover minicurso de formação de estudantes de psicologia para lidar com a queixa escolar e realizar atividade de pesquisa com os estudantes finalistas, do 4° anos de Licenciatura de Ensino de Psicologia.

As atividades, em boa parte, foram desenvolvidas dentro das instalações do LPPE – (ISCED-UON e FaE-UFMG, fruto de projeto da AULP-Capes[10]), em uma sala cedida pela Residência Universitária. Pretendíamos com aquelas atividades tornar a vivência do Laboratório num espaço comum, desmistificando dessa forma uma visão deturpada sobre aquele espaço, geralmente associado ao laboratório da área de saúde. Além disso, criamos um espaço de fala e escuta entre os estudantes, prática incomum em razão da ênfase dada ao ensino tradicional.

Para realizar as entrevistas semiestruturadas, em grupo, com os 14 (quatorze) estudantes finalistas da Licenciatura, utilizámos como estratégia a roda de conversa. Gravámos cada fala dos estudantes e os relatos foram transcritos na integra. Visávamos explorar as percepções que eles tinham acerca de como poderia ser realizado o trabalho do psicólogo escolar, já que se tratava de uma identidade profissional em construção. Os conteúdos dessas entrevistas foram categorizados em temáticas segundo as proposições de Bardin (2011). Quanto à análise das categorias, inspiramo-nos numa perspectiva

5. Jornada de apresentação de trabalhos acadêmicos realizada pela Universidade 11 de Novembro – UON, Cabinda, Angola.

6. Isael de Jesus Sena.

7. Katiane dos Santos Oliveira.

8. Maria de Fátima Cardoso Gomes.

9. Domingos Sebastião Luembra Sambo.

10. Programa Pró-Mobilidade Internacional de Apoio à Pesquisa e ao Ensino CAPES/AULP – Edital – n° 33/2012.

etnográfica-contrastiva, por meio da qual fenómenos ou práticas culturais são estudados a partir da observação do contexto e considera o fato de que:

> [...] a cultura não é uma variável, ou mesmo um conjunto de variáveis, mas um conjunto e princípios de práticas que são construídas por seus membros à medida que estabelecem papéis e relações, normas e expectativas, e direitos e obrigações que constituem o sentimento de pertença ao grupo social. (GREEN;DIXON; ZAHARLICK, 2005, p. 17).

Após a escuta e leitura das entrevistas, realizamos as categorizações. Em razão do recorte deste trabalho, vamos destacar aqui apenas duas grandes temáticas: atuação do psicólogo escolar e formas de tratamento dos problemas escolares.

4. A visão dos estudantes sobre o trabalho do psicólogo escolar

A identidade do psicólogo angolano, especialmente em Cabinda, ainda está em processo de construção, uma vez que na Província, apenas o Instituto Superior Politécnico da UON, a partir de 2012, iniciou a formação em psicologia clínica. Portanto, os recém-formados encontram poucos espaços de atuação junto à sociedade, em razão da ausência de políticas públicas que favoreçam a sua inserção. Por outro lado, percebemos que os estudantes de Licenciatura em Ensino de Psicologia do ISCED, embora ainda não tenham em seu perfil de saída a formação em psicologia educacional e escolar, eles compreendem a representação do psicólogo escolar como um profissional que atua na resolução de problemas diretamente voltados aos aspectos que interferem no processo de aprendizagem, como nos relata um dos estudantes:

> [...] aquele que é formado na psicologia da educação, esse que é um psicólogo que tem a ver com os problemas da educação. Então, ele vai interagir com os problemas que tem relação com a aprendizagem, com o comportamento que os alunos apresentam dentro do ambiente escolar. (Carlos, 4° ano de Lic. Psicologia).

Nota-se que o estudante parece ter clareza sobre a especificidade do trabalho do psicólogo escolar. De um lado considera que o profissional de psicologia tem como foco de sua atuação os problemas que envolvem a educação, ou seja, o próprio processo de escolarização a as dificuldades associadas a ele. Na visão do entrevistado, o foco da ação deve ser o ambiente escolar. Este sentido, incialmente parece ainda bastante reduzido, pois não se considera os outros atores sociais que compõe a escola, a saber: professores, família e a comunidade.

Nesse sentido, nos parece bastante apropriada a colocação de um estudante que observa a necessidade de também realizar um trabalho com os professores e os demais atores da escola para lidarem com as dificuldades que são inerentes ao processo de escolarização.

> Também queria acrescentar que os problemas que os psicólogos vão intervir não são só aquilo que abrange os alunos. Tem a ver também com a parte profissional do professor. Saber que para se compreender as crianças têm que saber as fases do desenvolvimento do próprio homem. Há professores que aprendem, mas que dizem que não apenderam. Aprenderam,

> mas, talvez, às vezes têm preguiça de investigar um pouco mais e acabam por esquecer. Não conseguem deduzir certos comportamentos que a criança apresenta numa faixa etária. Não conseguem compreender. Isso tem sido causa de problemas na escola. Uma criança deu uma expressão e o professor não gostou! Talvez para outra pessoa que entende dos comportamentos da criança acha que é normal. Mas, aquele professor, por não estar inserido dentro destes conhecimentos, acha que é um problema sério e leva enquanto exposição da criança, uma coisa que seria simples. Então, o psicólogo escolar está aí não só para ajudar a criança, mas a família e a própria instituição escolar. Ali está a direção, os professores, diretores para ajudar nos planos do desenvolvimento do próprio processo de ensino e aprendizagem. (Manuel, 4º ano de Lic. Psicologia).

Percebemos neste relato o amplo alcance da atuação do psicólogo escolar, quando o estudante considera como parte da intervenção o foco também com os professores. Segundo o entrevistado, é papel do psicólogo contribuir na ajuda às dificuldades de escolarização da "criança", mas também acolher as demandas da "família", e contribuir com a "instituição escolar". Esta narrativa contempla as discussões suscitadas por Souza (2014) segundo a qual, a formação deve considerar como relevante melhorar a qualidade dos serviços educacionais e não apenas a competência de seus professores. A autora se posiciona criticamente apontando:

> [...] um argumento que vem sendo utilizado para sustentar a crescente importância atribuída à formação continuada de professores no interior de um projeto de melhoria da qualidade da escola. Trata-se do argumento da incompetência, cujo cerne afirma a principal causa para a baixa qualidade do sistema educacional é, justamente, a incompetência dos professores. Em função de sua má-formação inicial, os professores não saberiam como lidar com a diversidade de alunos presente nas escolas hoje, especialmente aqueles das camadas populares. Consequentemente, seguindo essa linha de raciocínio, a única ou a principal ação a ser perseguida para melhorar a qualidade do sistema educacional, seria melhorar a competência dos professores. (SOUZA, 2014, p. 80).

Quando questionados a respeito do modo como os psicólogos escolares deveriam atuar nos espaços escolares, percebemos que alguns estudantes defendem uma visão restrita a intervenção focada através no psicodiagnóstico, enquanto outros ampliam a atividade considerando como possibilidade a "orientação" como parte do processo de cuidado.

> Se porventura eu tiver a sorte de trabalhar como psicólogo escolar, vamos em princípio fazer um diagnóstico historial de cada criança a partir da convivência familiar. Se porventura trabalhar com ensino secundário, primeiro e segundo ciclo, devemos considerar o que vem da escola. Qual é a convivência desses meninos com outro? É esse, eu acho que isso aqui não é novidade. Em certas escolas fazem isso, de historiar fichas dos estudantes, da própria criança. Assim vai-nos ajudar a identificar certos problemas que vieram com ele desde a base e aqueles que porventura podem surgir no processo. (Maria, 4° ano de Lic. Psicologia)

> Mas, o elemento base, tendo em conta de que nós estamos em uma formação, em uma fase embrionária, é a orientação. Primeiro que nós, o elemento fundamental do princípio de nossa atividade é orientar. Porque nós não estamos em condições de tratar ou curar qualquer criança que puder aparecer com qualquer transtorno que puder surgir. Era mais ou menos isso que eu queria. (Armênio, 4° ano de Lic. Psicologia)

A primeira narrativa nos mostra de modo bem distinto três formas de abordagemaos problemas de escolarização. Primeiro, elaborando um psicodiagnóstico levando em consideração como ocorre a vivência da criança na convivência com a sua família. Segundo, avaliar o nível de interação, portanto, a socialização surge como um elemento que não deve ser desprezado, pois pode ser revelador de debilidades. Terceiro, investigar a relação da criança com a escola. Parte-se do pressuposto de que as escolas também fazem anotações sobre as crianças. Logo, os professores no seu cotidiano têm alguma percepção e saber sobre o desenvolvimento dos alunos. Chama a nossa atenção a busca de encontrar os determinantes das dificuldades escolares como sendo resultante de uma visão reducionista, por exemplo, o estudante relata "certos problemas que vieram com ele desde a base", ao passo que quando o problema não é concebido como uma questão individualizante, ele é de certo transferido para o meio ambiente, conforme declara o estudante: "aqueles [problemas] que porventura podem surgir no processo".

No que diz respeito a segunda narrativa, o estudante considera esse momento da formação do psicólogo escolar como "uma fase embrionária", levando a sugerir que a construção da identidade profissional está em fase incipiente. Logo, caberia ao psicólogo trabalhar com a "orientação". Na tentativa de se contrapor ao primeiro estudante, o segundo leva em consideração as limitações decorrentes da ausência de práticas, que são características deste processo inicial do torna-se psicólogo. Assim, considera-se que no estágio atual em que se encontravam e, considerando os diferentes transtornos que as crianças apresentam, acreditava que havia limites claros quanto à dificuldade "de tratar ou curar qualquer criança que puder aparecer com qualquer transtorno".

Depreende-se dessas narrativas que os estudantes de Licenciatura de Ensino de Psicologia parecem ter clareza sobre as diferentes possibilidades de atuação do psicólogo considerando o contexto escolar como seu principal *lócus* de prática. A visão de reduzir os problemas escolares estritamente aos sujeitos não seria incomum, já que a literatura americana, durante décadas, buscava identificar os determinantes do baixo rendimento escolar em variáveis externas ao sistema escolar. Dessa maneira, influenciados pela "teoria da carência cultural" os pesquisadores e profissionais da educação e saúde de um modo geral, buscam identificar os determinantes do baixo rendimento escolar em variáveis externas ao sistema escolar.

> Havia a predominância de estudos que não só caracterizavam psicológica e sociologicamente os sujeitos ou o ambiente em que vivem, mas também investigavam a influência dessas características – como variáveis independentes sobre a aprendizagem ou o nível de escolaridade (ANGELUCCI, et al, 2004, p.55).

Foi nesse contexto, marcado pela disseminação de uma concepção de fracasso escolar, sobretudo diante de altas taxas de reprovação e evasão escolar da escola pública, que coincidentemente "importava-se" para o Brasil a "teoria" norte-americana da *carência cultural*. (ANGELUCCI, et al, 2004). O que esta teoria explicava era o fato de "as crianças das chamadas minorias raciais não se sairiam bem na escola porque seu ambiente familiar e vicinal impediria ou dificultaria o desenvolvimento de habilidades e capacidades necessárias a um bom desempenho escolar (PATTO, 1992, p. 109). De modo objetivo, Patto sintetiza o conjunto desses "saberes" os quais buscavam explicar a origem do fracasso escolar:

> Todas essas versões, sob certos aspectos muito diferentes umas das outras, têm em comum o fato de situarem as causas das dificuldades escolares nos alunos e em suas famílias. Se é verdade que há progressos nesta sequência – na passagem da primeira para demais, por exemplo, dá-se a passagem de concepções genéticas para concepções ambientalistas da inteligência –, é verdade também que todas elas definem "ambiente" de maneira naturalista, a-histórica, não levando em conta as relações de produção e as questões do poder e da ideologia e, nessa medida, deixam espaço para a penetração da Ciência pelo senso-comum, pelo que parece ser, pelos preconceitos e estereótipos sociais relativos a pobre e não-brancos (PATTO, 1992, p. 109)

Percebe-se que este discurso da individualização do fracasso escolar ainda tem sido utilizado como argumento para responsabilizar as crianças, os adolescentes e as suas famílias pelas dificuldades vivenciadas em seu processo de escolarização. Não obstante, também identificámos um novo movimento feito através de práticas e saberes que agenciam novas formas de atuação do psicólogo escolar, certamente pautado em uma compreensão crítica, buscando, assim, novas possibilidades de mudanças nas diferentes formas de lidar com os processos que dificultam o ensino e a aprendizagem.

Nessa perspectiva, o desafio da formação em psicologia escolar para os angolanos talvez não tenha a mesma dimensão e significado tal como se compreende nos diferentes campos de atuações dos psicólogos brasileiros, profissão regulamentada desde 1962, com caraterísticas que lhes são próprias, embora ainda em construção, mas com muitos saberes já consolidados. Nesse sentido, a missão de estudos possibilitou construir, através do LPPE, um espaço de diálogo em um campo formação em processo de construção. Embora tenha um contraste bastante claro, no que diz respeito ao psicólogo escolar no Brasil e as possibilidades de se também constituir essa formação em Angola. Nos solidarizamos com a reflexão proposta por Viana (2016), pois entendemos que os problemas escolares daqui, envolvendo evasão, fracasso escolar, problemas diversos no processo de escolarização de crianças e adolescentes se relacionam de alguma forma ao cotidiano de Cabinda.

Na nossa sociedade cultuamos os direitos individuais e comunitários, entretanto convivemos com a problemática da exclusão de grande parcela da população na participação dos bens. O direito à educação formal com todos os seus efeitos na vida social, ainda não se concretizou para uma boa parte da população. Esta realidade faz parte do cotidiano e dos problemas com os quais se deparam os psicólogos e as psicólogas escolares. O discurso crítico não é hegemónico, embora nos últimos anos tenha começado

a surgir algumas práticas inovadoras, que de maneira geral, são construídas em bases e expectativas mais realistas. E assim se propõe a pensar a Psicologia Escolar como uma possibilidade de favorecer a criação de condições apropriadas ao desenvolvimento e à aprendizagem, colocando no campo das preocupações a ética individual e social (VIANA, 2016). Desse modo, considera-se que

> Outro desafio do exercício profissional é o de alicerçar a atuação e ações e ferramentas que tenham suporte empírico na pesquisa, considerada como base para quaisquer níveis de intervenção e para quaisquer atividades nas várias subáreas de atuação da Psicologia. O desafio é o de compreender que uma prática profissional competente e ética é indissociável da absorção do conhecimento resultante da pesquisa científica honesta e bem conduzida. É ela que permite ao profissional articular o como fazer ao porque fazer, não apenas respondendo passivamente às demandas da sociedade, mas pensando sobre elas, problematizando-as, debatendo-as, tornando-se, dessa forma, um profissional diferente. (SAVEIA; BASTOS & PEIXOTO, 2015, p. 1113).

Considerações finais

Diante do exposto, percebe-se que algumas iniciativas como a implementação do LPPE, as pesquisas oriundas de dissertações e teses, além dos trabalhos de conclusão de cursos desenvolvidos sobre a realidade sociocultural de Cabinda, cada vez mais convergem na demonstração da necessidade de formação específica em psicologia que possa atender as demandas dos processos de escolarização. Ademais, nota-se que a abordagem a partir do tripé ensino, pesquisa e extensão inicia-se num debate nas instâncias da Universidade, a qual fomenta a necessidade da reforma curricular de modo a contemplar a formação em psicologia educacional, tendo como perfil de saída o psicólogo escolar, o qual certamente poderá contribuir, junto com outros profissionais, diante dos problemas enfrentados por crianças, adolescentes, famílias e professores no que diz respeito às vivências da escolarização e os processos que envolvem a dinâmica do saber.

Concordamos com Silva (2016), segundo a qual, a educação em Angola tem sido considerada, quer no plano das políticas, quer no das práticas, uma área estratégica para o desenvolvimento social, não apenas pelo que representa em termos de escolarização e formação de recursos humanos, mas essencialmente, pela possibilidade de qualificar a população para a cidadania. Além disso, implica o desafio da participação coletiva na reconstrução nacional, após longos anos de alienação (SILVA, 2016).

Referências

ANGELUCCI, C.B; KALMUNS, J; PAPARELLI, R; PATTO, M.H.S. O estado da arte da pesquisa sobre o fracasso escolar (1991-2002): um estudo introdutório. *Educação e Pesquisa,* v. 30, n. 1, p. 51-72, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S151770220040001000004&script=sci_abstract>Acesso em: 26/05/2018.

COLLARES, C.A.L; MOYSÉS, M.A.A. A educação na era dos transtornos. In VIÈGAS, L.S; RIBEIRO, M.I.S; OLIVEIRA, E.C; TELES, L.A.L (Orgs). *Medicalização da Educação e da Sociedade*. Salvador: EDUFBA, 2014. p. 45-65.

CANHICI, M. H. (2014). *Estudo sistemático de monografias dos finalistas do ISCED/UON sobre Dificuldades de Aprendizagem (2006-2011),* 2014. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

BALO, L. S. Gabinetes de apoio psico-pedagógico: uma necessidade de criação nas escolas de Ensino Geral em Cabinda. *Trabalho de Conclusão de Curso*. Instituto Superior de Ciências da Educação – ISCED da Universidade Onze de Novembro. Cabinda, Angola, 2018. p. 60.

PATTO, M.H.S. A família pobre e a escola pública: *anotações sobre um desencontro*. *Psicologia (USP),* 3, (1,2), p. 107-121, 1992.

SAVEIA, J.M; BASTOS, A.V.B & PEIXOTO, A.L.A. A profissionalização da psicologia em Angola: um percurso em construção. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 15, 3, 2015, p. 1096-1117.

SENA, I.J; PEREIRA, M.R; GOMES, M.F.C. A polêmica criação dos Gabinetes de Apoio Psico-pedagógico em Cabinda: orientações, discursos e contrastes entre Angola e Brasil. In. *Confluências de culturas no mundo lusófono*. Campinas SP, 2017, p. 139-152.

SILVA, E. A. A. Gestão do Ensino Superior em Angola: *Realidades, Tendências e desafios rumo à qualidade*. Luanda: Mayamba Editora, 2016.

SOUZA, B.P. Orientação à queixa escolar. In: VIÈGAS, L.S; RIBEIRO, M.I.S; OLIVEIRA, E.C; Teles, L.A.L (Orgs.). *Medicalização da Educação e da Sociedade*. Salvador: EDUFBA, 2014. p. 69-92

VIANA, M.N. Interfaces entre a Psicologia e a Educação: Reflexões sobre a atuação em Psicologia Escolar. In. FRANCISCHINI, R; VIANA, M.N. (orgs.). *Psicologia Escolar: que fazer é esse?* Conselho Federal de Psicologia: Brasília, 2016, p. 54-73.

Evolução do ensino farmacêutico em Angola

Manuel Londa Vueba
Instituto Superior de Ciências da Saúde, Universidade Agostinho Neto (mvue71@yahoo.com)

1. Introdução

A Declaração de Tóquio da Organização Mundial de Saúde (OMS) sobre o papel do farmacêutico enquanto agente de Saúde Pública estabeleceu a prestação de Cuidados Farmacêuticos como a função prioritária do farmacêutico. Para implementar este conceito, a OMS solicitou às entidades nacionais que desenvolvessem programas de formação contínua com o objectivo de preparar os farmacêuticos para actividades de investigação e de prática profissional relacionada com os Cuidados Farmacêuticos. Em resposta a estas recomendações, um conjunto de Faculdades de Farmácia a nível mundial propuseram-se em criar um programa harmonizado de formação graduada e pós-graduada neste domínio. Inserida nesta estratégia, a docência é amplo campo de actuação e tem como uma das principais responsabilidades formar novos farmacêuticos (1).

Em Angola, a actividade farmacêutica enfrenta ainda muitos desafios, devido: deficit de quadros farmacêuticos tanto em quantidade e qualidade, pelo facto de o ensino farmacêutico ter tido o seu início recentemente nas Instituições de Ensino Superior. Os instrumentos legais que regulam a própria actividade estão desactualizados e outros não aprovados, falta de laboratórios de controlo de qualidade de medicamentos, o sistema de registo e homologação em fase de implementação, preços de medicamentos ainda não controlados e, são os mais altos no seio da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, as importações de medicamentos ainda não totalmente controladas, insuficiência de recursos financeiros e inadequação do modelo de financiamento; e, o reduzido acesso à água potável, saneamento e energia entre outros factores (2,3,4). Portanto, as estratégias de ensino e aprendizagem são úteis se forem utilizadas na perspectiva de optimizar os resultados da farmacoterapia, melhorando a qualidade de vida dos usuários de medicamentos.

O curso de Licenciatura Ciências Farmacêuticas (LCF) e/ou Farmácia destaca-se pelo facto de ser o único curso académico que conduz à profissão de farmacêutico (5,6). A prática desta profissão está enraizada na sociedade há séculos, sendo o farmacêutico a peça central no estudo, produção e dispensa do medicamento (7). Para esse efeito, o ciclo de estudos de LCF orienta os estudantes para as áreas base da Química e Biologia, fazendo a interligação destas ciências com a Medicina e a Farmácia. Para além de uma forte formação de base, o curriculum incorpora também formação aplicada à prática farmacêutica, desde a tecnologia farmacêutica, passando pela gestão, até aos cuidados farmacêuticos (8).

A actividade farmacêutica, nos seus diversos sectores, apresenta uma profissão de elevada importância e responsabilidade social, dinâmica, estimulante e intelectual. Dados

da Ordem dos Farmacêuticos de Angola (OFA) no ano de 2016, durante a 3ª semana da Farmácia em Angola, apontam para uma empregabilidade de 95%, pelo facto de neste momento existirem menos de mil farmacêuticos inscritos na OFA (9).

A profissão farmacêutica é uma actividade com um longo passado, mas principalmente com um promissor futuro, na fronteira da inovação científica e na prática e disseminação de melhores cuidados de saúde. Neste sentido, a Universidade tem a obrigação de promover uma formação completa e integrada dos seus estudantes. Sendo a componente científica e pedagógica essencial no percurso académico de um estudante, e a sua formação será extremamente enriquecida se o desenvolvimento de competências transversais como a autonomia, a capacidade de adaptação e integração em ambientes diferenciados, a fluência em línguas estrangeiras e até mesmo a consciencialização da internacionalização forem promovidas pela Universidade. Daí a importância do estabelecimento de várias parcerias que podem permitir a sucesso nos nossos estudantes. Enfatizar que a farmácia e as ciências farmacêuticas é uma profissão de prestígio, um presente indispensável à saúde e à sociedade e, por isso mesmo, um futuro relevante aberto aos desafios da sociedade moderna e fazendo sobressair a sua importância actual e futura (10).

Assim, o presente artigo intenta fazer um levantamento cabal sobre as instituições de ensino superior de farmácia e/ou ciências farmacêuticas em Angola, no sentido de contribuir para uma organização curricular dos diversos cursos de Farmácia e/ou ciências farmacêuticas em Angola numa perspectiva profissional e clínica, em conformidade com o programa do Governo Angolano da Política Nacional Farmacêutica.

2. Metodologia

Este estudo constitui-se de uma revisão da literatura especializada, realizada entre Fevereiro de 2015 e Maio de 2016, baseando na busca e leitura de materiais bibliográficos. As bases de dados Scielo e PubMed foram consultadas, utilizando os seguintes unitermos: educação farmacêutica e ensino farmacêutico, bem como *pharmaceutical education* e *pharmaceutical teaching*, respectivamente. Entretanto, diante da dificuldade em encontrar materiais em quantidade suficiente que permitiria uma abordagem mais completa sobre a formação educacional de farmacêuticos, outros materiais, impressos ou em formato eletrónico, voltados para a temática proposta, foram incluídos neste trabalho (monografias, dissertações e teses, livros e artigos). Mais, dados oficiais da Direcção Nacional de Formação Graduada do Ministério do Ensino Superior de 2015, também foram utilizados no presente artigo de revisão.

3. Resultados e discussões

O ensino farmacêutico em Angola teve o seu início nas Universidades Privadas em 2001, mais especificamente na Universidade Jean Piaget e na Universidade Privada de Angola (UPRA), outrora Instituto Superior Privado de Angola (ISPRA) – e, somente depois nas Universidades públicas. Actualmente, a LCF ou Farmácia, é lecionado em dez instituições de ensino superior – duas públicas e oito privadas. Todas conferem os graus de licenciado em Ciências Farmacêuticas ou Farmácia para exercerem a profissão farmacêutica (Tabela Nº1). Os parâmetros curriculares dos diferentes cursos ainda não estão devidamente normatizados e uniformizados o que permitiria orientar melhor os professores por meio da

de alguns factores fundamentais concernentes a cada disciplina. A formação académica pós--graduada em Ciências Farmacêuticas ou Farmácia não existe em todo o país.

3.1. Universidade Jean Piaget de Angola

A Universidade Jean Piaget de Angola (UJPA) é uma instituição de ensino superior privado localizada em Luanda, Angola, inaugurada em dezembro de 2000. A universidade foi criada através de um acordo de cooperação entre o Instituto Piaget de Portugal e o Ministério da Educação de Angola, celebrado em 8 de julho de 1998, com o decreto nº44--A/01 do conselho de Ministro de 2001, com abertura de vários cursos de Licenciatura, com o curso de LCF, criado pelo Decreto Executivo n.º 66/04 de 22 de Junho, do Ministro da Educação em que foram aprovados os cursos de Enfermagem e Ciências Farmacêuticas. A base legal da sua actividade: Constituição da Associação Instituto Piaget de Angola a 10 de Fevereiro de 1999 no 1.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, tendo sido os seus Estatutos publicados em Diário da República, I série, n.º 14, de 5 de Abril do mesmo ano. Já formou vários licenciados em Ciências Farmacêuticas que participam em acções pedagógicas e profissionais, havendo uma cobertura ainda insuficiente para as tarefas que lhes são inerentes (11). Entre os precursores, para a implementação da LCF, destaca-se o farmacêutico como o Dr. André Pedro Neto (UJPA) e outros, que muito contribuíram para o crescimento e sucesso desta especialidade das Ciências da Saúde. O corpo docente é composto por Farmacêuticos procedentes de vários países, pelo facto de que o período que se seguiu à independência de Angola, o país foi caracterizado pelo monopartidário, com uma economia planificada de orientação socialista, e seguiu-se o período de economia de mercado com início em 1992 (12). Talvez por esta razão, se explica que muitos estudantes beneficiaram de bolsas do governo Angolano para frequentarem estudos em países do bloco socialista como Cuba, ex-URSS e outros países por ligações históricas, culturais e linguísticas como a República de Portugal, República Federativa do Brasil e ex-Zaire (actualmente, República Democrática do Congo) (12). O curso tem uma duração de 5 anos, com um plano curricular composto por maioritariamente disciplinas tais como Ciências Químicas e/ou Biológicas (13).

3.2. Universidade Privada de Angola

A Universidade Privada de Angola (UPRA) reconhecida pelo Governo no Decreto nº28/07, tem a sua génese no Instituto Superior Privado de Angola, outrora Instituto Superior Privado de Angola (ISPRA) reconhecido no Decreto 58/00, de 15 de Dezembro, publicado no Diário da Republica 1ª série nº 53. A UPRA é uma entidade colectiva de direito privado, dotada de personalidade jurídica, vocacionada para o Ensino Superior Universitário em todos os domínios do saber, a investigação científica, a pós graduação, a extensão universitária e a prestação de serviços à sociedade. Entre os diversos cursos de saúde que possui no seu leque de oferta, destaca-se a LCF, com uma duração de 5 anos, tendo já formado mais de 50 profissionais que exercem as suas funções em diversos sectores, em conformidade com os perfis de saídas profissionais. No momento da sua criação, a LCF foi coordenada pelo Prof. Doutor Santos Moras Nicolau e outros Farmacêuticos (13).

3.3. Instituto Superior de Ciências da Saúde da UAN

A Licenciatura em Ciências Farmacêuticas no Instituto Superior de Ciências da Saúde (ISCISA) da Universidade Agostinho Neto (UAN), foi criada a luz do Despacho nº032/GR/UAN/07 de 19 de Abril, do Gabinete do então Magnífico Reitor da Universidade Agostinho Neto, Prof. Doutor Eng. João Sebastião Teta, considerando a necessidade premente de instalar o curso de LCF na UAN, através da criação de uma comissão dinamizadora, que foi composta por integrantes da UAN e da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra. A Comissão Permanente do Senado Universitário da UAN, reunida no Lubango na sua 6ª Reunião Ordinária, realizada aos 12 de Setembro de 2007, aprovou o Curso de LCF e o respectivo Plano de Estudo com Deliberação N.°___/CPSUAC/2007. Contudo, a sua implementação efectiva somente foi possível em 2011, ao abrigo do artigo 16.º do Decreto n.º 90/09, de 15 de Dezembro, que estabelece as normas gerais do subsistema do Ensino Superior, sobre a criação de novas instituições, o que permitiu o redimensionamento da UAN. O curso tem uma duração de 4 anos, e foi coordenado pelo Prof. Doutor Manuel Londa Vueba desde da sua implementação até o ano de 2016 (13).

3.4. Instituto Superior Politécnico Internacional de Angola

O Instituto Superior Politécnico Internacional de Angola (ISIA), é uma Instituição privada de Ensino Superior em Angola, criado a luz do Decreto Presidencial nº 168/12 de 24 de Julho, vocacionado em ensino de qualidade, tradução de conhecimentos de ciência e da tecnologia de ponta, bem como a promoção de valores cívicos e ético com realizações de pesquisas científicas em benefício da sociedade. A LCF é um dos cursos ministrados nesta Instituição, desde do ano de 2012 e, tem uma duração de cinco anos (12).

3.5. Instituto Superior Politécnico de Kangonjo

O Instituto Superior Politécnico de Kangonjo – ISPKA – é um projecto da empresa de direito angolano "Grupo Manico Henda e Filhos, Lda" vocacionado em proporcionar uma oferta formativa de nível superior em Angola. Está localizado na Província de Luanda, Município de Cacuaco, Comuna da Nova Urbanização, Bairro 17 de Setembro, via expressa, numa área de mais de 2.000 m^2. Criado à Luz do Decreto Executivo nº 115/11, publicado no Diário da República de 5 de Agosto, 1ª Série, nº 149, o Instituto Superior Politécnico de Kangonjo preconiza na sua política educativa, entre outros objectivos, a formação de profissionais angolanos hábeis em desenvolver o País na investigação, na produção científica, na promoção e valorização da cultura e na promoção do saber.

Está autorizado a ministrar treze cursos que conferem o grau de Licenciatura com a aprovação dos respectivos planos de estudos com o Decreto Executivo nº 89/12 de 27 de Fevereiro, dividido em três áreas de ensino: Ciências da Educação (ACED), Ciências da Saúde (ACS) e Ciências Jurídicas, Económicas, Sociais e Tecnologia (ACJEST) (13).

3.6. Instituto Superior Politécnico Atlântida

Instituto Superior Politécnico Atlântida é uma Instituição de Ensino Superior Legalizada pelo D.R III Série nº 41 decreto Presidencial nº 168/12 alínea h (13).

3.7. Instituto Superior Politécnico de Malanje

O Instituto Superior Politécnico de Malanje – Malanje, abreviadamente denominada

ISPM é uma das unidades orgânicas da Universidade Lueji A´Nkonde com o código Nº08 com os cursos de Licenciaturas em Enfermagem e Farmácia. A Universidade Lueji A'Nkonde abreviadamente designada "ULAN", criada pelo Decreto n.º 7/09, de 12 de Maio, é nos termos da lei, uma entidade colectiva de direito público, com Estatuto de Estabelecimento Público, dotada de autonomia estatutária, científica, pedagógica, administrativa, patrimonial, financeira e disciplinar, nos termos da legislação em vigor. A ULAN é de âmbito regional e desenvolve as suas actividades na região académica IV, que abrange as províncias da Lunda Norte (Sede), Lunda Sul e Malanje (13).

3.8. Instituto Superior Politécnico Kalandula de Angola

O Instituto Superior Politécnico Kalandula (ISPEKA) de Angola é uma instituição de ensino superior privado, aprovado pelo Decreto Presencial Nº168/12 de 24 de Julho e enquadrado no subsistema de ensino superior, nos termos do Decreto-Executivo Nº429/12 de 19 de Outubro e Nº434/12 de 25 de Outubro, publicado no Diário da República nº 205, I série, da mesma data, o ISPEKA tem o seu primeiro campus situado na Rua Direita da Camama, Bairro Camama, Município de Belas, em Luanda. Nos termos da lei, pode conferir Certificados e Diplomas de frequência e aprovação em cursos de graduação e pós-graduação não conferentes de grau (13).

3.9. Instituto Superior Politécnico Jean Piaget de Benguela

O Instituto Superior Politécnico Jean Piaget de Benguela (ISP JEAN PIAGET) de Benguela é uma instituição de ensino superior privado, que esta localizado Estrada Nacional nº 100, Bairro N. Sra da graça e apresenta potencialidades nas áreas da Tecnologia, Saúde e Educação. Proporcionamos um espaço de ensino e assumimos um compromisso com o futuro, que começa na formação e especialização de profissionais em diversas áreas (13).

3.10. Universidade de Belas

A Universidade BELAS-UNIBELAS é uma instituição de ensino superior privado, criada à luz do Decreto nº 25/07 do Conselho de Ministros, situa-se a aproximadamente 20 km do centro de Luanda, no Município da Samba, comuna numa zona aprazível, entre quintas, vivendas e praias de inegável qualidade. Distante do reboliço citadino luandense, fruto do intenso metabolismo cultural, Belas, em nítido contraste, respira paz e sossego que se espraiam para este infinito mar que é o espírito humano, oferecendo-lhe condições singulares para a actividade reflectiva, transformando por si só a UNIBELAS num local de ensino e de investigação (13). Tem como objectivos formar profissionais de qualidade, preocupando-se com o desenvolvimento da experiência prática em ambiente profissional e o acompanhamento dos avanços tecnológicos, para que possam atender as necessidades do mercado de trabalho de forma satisfatória. Ser um parceiro estratégico do Estado no sentido de formar quadros de qualidade e desta forma contribuir para o desenvolvimento do país.

Tabela Nº1. Distribuição das Instituições de Ensino Superior que Ministram os Cursos de LFC ou Farmácia. Adaptado da Nota nº 0028/DNFG/MÊS/2015 da Direcção Nacional de Formação Graduada do Ministéiro do Ensino Supeiror (14)

Nº	Instituição	Local	Decreto de Criação do Curso	Grau Académico	Curso de Licenciatura	Duração (Aprox.)	Tipo de Estab. de Ensino
1	Universidade Jean Piaget de Angola	Luanda	Decreto Executivo n.º 66/04 de 22 de Junho	Licenciatura	Ciências Farmacêuticas	5 Anos	Privada
2	Universidade Privada de Angola	Luanda	Decreto Executivo n.º 178/08 de 19 de Agosto	Licenciatura	Ciências Farmacêuticas	5 Anos	Privada
3	Instituto Superior de Ciências da Saúde da UAN	Luanda	Decreto Executivo n.º 07/09 de 12 de Maio	Licenciatura	Ciências Farmacêuticas	4 Anos	Pública
4	Instituto Superior Politécnico Internacional de Angola	Luanda	Decreto-Lei nº 168/12 de 24 de Julho no Artigo Iº, pelo Diário da Republica nº 141.	Licenciatura	Farmácia	5 Anos	Privado
5	Instituto Superior Politécnico de Kangonjo	Luanda	Decreto Executivo n.º 89/12 de 27 de Fevereiro	Licenciatura	Ciências Farmacêuticas	5 Anos	Privado
6	Instituto Superior Politécnico Atlântida	Luanda	Decreto Executivo n.º 433/12 de 24 de Outubro	Licenciatura	Ciências Farmacêuticas	5 Anos	Privado
7	Instituto Superior Politécnico de Malanje da ULAN	Malanje	Decreto Executivo n.º 07/09 de 12 de Maio	Licenciatura	Ciências Farmacêuticas	5 Anos	Pública
8	Instituto Superior Politécnico Kalandula de Angola	Luanda	Decreto Executivo n.º 434/12 de 25 de Outubro	Licenciatura	Ciências Farmacêuticas	5 Anos	Privado
9	Instituto Superior Politécnico Jean Piaget de Benguela	Benguela	Decreto Presidencial N.º168/12, 24 de Julho	Licenciatura	Ciências Farmacêuticas	5 Anos	Privado
10	Universidade de Belas	Luanda	Decreto Executivo n.º 171/11 de 10 de Outubro	Licenciatura	Farmácia	5 Anos	Privada

Fonte: Direcção nacional de formação graduada do ministéiro do ensino supeiror de 16 fevereiro de 2015. (nota nº 0028/dnfg/mês/2015) (14)

4. Considerações finais

Relativamente ao Ensino Farmacêutico em Angola, os dados evidenciaram uma evolução significativa nos últimos 18 anos. Ficou evidente a necessidade de criar espaços de discussão e reflexão sobre o papel do farmacêutico e a organização dos cursos de formação.

A verificação se as propostas de ensino atendem à formação do profissional com o perfil exigido no momento actual, seria interessante na melhora do Ensino. Atrelado às mudanças sociais e políticas, o ensino farmacêutico não é linear; e, a sua história passa por inúmeras propostas de alteração.

A uniformização de currículos é necessária, pois inúmeras tensões concorrem para formar, reformar ou deformar o papel social do farmacêutico.

5. Referências bibliográficas

1- El Papel del Farmacéutico en el Sistema de Atención a la Salud: Informe de reunión de la OMS en Toki. La Declaración de Tokio Federación Internacional Farmacéutica. Informe de La Reunión de la OMS. Tokio, Japón, 31 de agosto al 3 de septiembre de 1993.

2- Mangueira, K. M. Contrafação de medicamentos em Angola: um problema de saúde pública. Tese de mestrado, Regulamentação e Avaliação do Medicamento e Produtos de Saúde, Universidade de Lisboa, Faculdade de Farmácia, 2014.

3- Ministério da Saúde de Angola. Direcção Nacional de Medicamentos e Equipamentos (DNME). – AR Angolana. SP, 24-28 de Outubro de 2016.

4- Medicamentos: Angola pratica os preços mais altos da região da SADC. 10-10-2014 | Fonte: Jornal de Angola.

5- Vueba, M.L. 2ª Semana da Farmácia Angolana. Centro de Convenções de Talatona. Luanda. 14 a 21 de Setembro de 2015.

6- Vueba, M. L. Formação pré-graduada, pós-graduada E contínua em Angola. IX Congresso Mundial de Farmacêuticos da Comunidade de países de Língua Portuguesa (CPLP). Praia, Cabo Verde, 24 Abril, 2008.

7- Pita, J.R. História da Farmácia. Edições Minerva Coimbra, dezembro de 2007.

8- Sánchez, Alina M. Project for the continuing professional development for pharmacists from Portuguese-speaking countries, 2016.

9- 3ª Semana da Farmácia Angolana. Centro de Conferências de Belas. Luanda. 22 a 26 de Setembro de 2016.

10- Cabral, C. e Pita, J.R. Sinopse da História da farmácia - Cronologia. Edição: Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS 20), 2015.

11- Ministério da Saúde de Angola. 40 Anos do Serviço Nacional de Saúde. Luanda, 06 Outubro de 2015.

12- Kamgno J. A história do ensino farmacêutico em Angola. Revista da Ordem dos Farmacêuticos de Angola; 2:25, 2014.

13- Ministério do Ensino Superior. Quadro actual de legalidade de cursos de graduação ministrados nas Instituições de Ensino Superior Públicas e Privadas, 2016.

14- Direcção Nacional de Formação Graduada do Ministério do Ensino Supeiror de 16 fevereiro de 2015. (Nota nº 0028/DNFG/mês/2015).

Porquê tantos investimentos para poucos resultados no sector de água potável dos países em desenvolvimento?

Morris Zombo
Director da Investigação Científica e Pós Graduação, Universidade Kimpa Vita, Angola
Investigador, Centro de Estudos dos Modos de Industrialização-CEMI-EHESS,
Paris, França (musssemabroad@gmail.com)

Introdução

A inovação frugal em torno da "bomba azul"[1], o índice de ecoeficiência (Índice Zombo-Iz) e a métrica de criticidade de um sistema de abastecimento de água potável, são as três ferramentas principais, cuja a primeira é tecnológica e as duas últimas são ferramentas de gestão que podem ser usadas no processo de tomada de decisão no sector de água potável, particularmente nos países em desenvolvimento. Essas ferramentas derivam da nossa pesquisa anterior que visa melhorar a governança (UNDP, 2007) e a gestão dos serviços públicos e o bem comum (Ostrom, 2010), incluindo a água potável.

Este estudo sobre a ecoeficiência dos sistemas de abastecimento de água potável nos países em desenvolvimento, mostrou que a maior problemática dos grandes investimentos (Gauthier & Meyronin, 2013) até então consentidos neste sector da água, tem a ver com a fraca participação das populações locais (Friedman, 2002) no desenho como na implantação dos projetos hidráulicos, a falta de acompanhamento das actividades, ao não levar em conta a ecoeficiência, bem como a inadequação das actividades implementadas neste sector, num contexto socioeconómico e ambiental. Estes factores essenciais fundamentam os fracos resultados gerados por esses grandes investimentos empregados no sector de água (Zombo, 2017).

No entanto, a ecoeficiência (Curl & al,2013) essa ferramenta de gestão considerada como um subconjunto do desenvolvimento sustentável (Ademe 2007, Guerin & Libaeret 2008, Eugène 2005) e definida como a eficiência com que os recursos ambientais são usados para atender às necessidades humanas (Afnor, 2011), levaria em consideração apenas três dimensões principais, incluindo a dimensão ambiental, social e económica. Isso mostra que é a procura de uma boa prática de gestão (Bouquin, 2005) para medir a criticidade de um sistema de abastecimento de água existente ou a instalar em uma aldeia, cidade, ou município com relação à ecologia (Farid, 2006), faz parte das boas práticas de gestão dos recursos hídricos que a natureza oferece para satisfazer as necessidades humanas (Lustenberger,2014; Mintzberg, 2014)

1. A Bomba azul é uma inovação frugal sustentável foi inventada em 2017 por Morris ZOMBO e já foi testada com sucesso em Angola. A bomba azul torna o sistema de abastecimento de água resiliente dentro dos limites de criticidade e é potencialmente aplicável em agricultura, no sector de água potável, indústria e pecuária…. Esta tem uma ferramenta de, fácil instalação, baixa energia, poluição zero e manutenção de baixo custo, que opera 24 horas /sete dias. Este dispositivo de propriedade muito simples e fabricação local oferece um serviço de longa duração mínimo de 30 anos.

Engajar-se em tal abordagem é justificado porque a humanidade ainda precisa de muita água potável (Banco Mundial, citado por Zombo, 2016) e muita água implica em sistemas de água eficientes, resilientes e apropriados para comunidades rurais (Zombo, 2017).

Os sistemas ecoeficientes requerem desenho e implementação que levem em conta as dimensões ambiental, económica e social. (Terre des hommes 2013). Quase 800 milhões de pessoas no mundo não têm ainda acesso a água potável (UN Water, 2015). Esta situação preocupa mais as populações rurais que urbanas, isto em uma proporção média de 65% a nível rural.

O continente africano também não sai poupado (N'diaye-Corread,2006). A crise da água em África é aguda (Dufour, 2015), afectando cerca de 48% da sua população. As comunidades africanas estão vivendo a realidade da escassez (OCDE, 2012) mais do que em qualquer lugar do mundo, seguido pela Ásia e no final pela América Latina, enquanto a África sozinha, detém mais de 80% das reservas água doce global. Em Angola, o investimento no sector da água não só em áreas urbanas, mas também nas áreas rurais, é a expressão de uma vontade política que procura meios e vias para resolver o problema do acesso à água para as populações. Os municípios angolanos receberam do governo central desde 2008, subvenções no âmbito do programa de luta contra a pobreza, com a finalidade de implementar projectos de impacto social "visível" autogeridos pelos municípios, incluindo os de água potável. Infelizmente, apesar dos investimentos públicos feitos, os resultados estão longe de estar a altura da demanda das populações. Se o cálculo do índice de ecoeficiência conhecido como índice Zombo (Zombo, 2017), que é definido também como o rácio ecológico atribuído a um sistema de abastecimento de água potável proporcionalmente ao material, recursos financeiros e humanos investidos na sua implementação e aos resultados alcançados como efeitos económicos, sociais e ambientais, deste que o dito sistema leva em conta 96 variáveis, 26 variáveis exógenas e 70 endógenas. Este índice determina tanto a criticidade dos sistemas de água existentes e a sustentabilidade dos novos sistemas a implementar. O cálculo da criticidade como um imperativo de pesquisa de campo, com o objectivo de identificar as limitações funcionais dos sistemas de abastecimento de água potável o meio rural angolano de Buengas rurais, a fim de ter em conta na concepção de sistemas futuros, as omissões resultantes dessa medida de criticidade nas três localidades em estudo, em termos de indicadores de ecoeficiência.

Este artigo trata primeiramente da apresentação da zona de estudo e explica as políticas (Rochet, 2010) do sector da água em Angola. Finalmente, o estudo fornece um diagnóstico geral das condições exigidas nos sistemas de abastecimento existentes no município de Buengas, para entender melhor o problema da água potável em áreas rurais, determinando o grau de criticidade de cada sistema de água estudado.

Posteriormente, antes da conclusão geral, este estudo apresenta a cadeia de causalidade de criticidade e determina o impacto da ausência da abordagem de desenho ecológico (Fritz, 2005) no modo de regulação do serviço de água, a ligação entre ecodesenho resiliência de identidade de um sistema de abastecimento de água potável.

Material e metodologia

Este diagnóstico compartilhado é baseado em um estudo de caso múltiplo que envolve três localidades rurais das 112 que conta o município de Buengas, incluindo Cuilo Cambozo,

Nova Esperança e Buenga Sul. O município de Buengas é um dos 173 municípios da República de Angola, incluindo 145 rurais. Além disso, este município de Buengas é um dos 16 municípios que compõem a província do Uíge. O município de Buengas está localizado a 280 km de Uíge, a capital da província e a 600 km da cidade de Luanda, capital do país. Situa-se a uma altitude de 921 metros acima do nível do mar, cujas coordenadas são 6 °40' 0 «N 15 °49›60" E. Este município agrícola tem uma área de 2875 km² e uma população ao redor 78 mil habitantes. É limitado a norte pelo município de Maquela do Zombo, a leste pelos municípios de Quimbele e Milunga e a sul pelo município de Sanza Pombo e a oeste pelo município de Damba. É composto por três comunas incluindo Buenga Sul, Buenga Norte e Cuilo Cambozo. Escolheu-se como marco deste estudo, não só por sua ruralidade (Corread, 2006) e seu isolamento, mas também e sobretudo porque a sua situação de abastecimento de água permanece alarmante, apesar dos investimentos colossais realizados e da existência de um sistema de água em três das suas localidades, incluindo Nova Esperança, sede do município, e nas sedes de administrações municipais de Buenga Sul e Cuilo Cambozo.

Ao nível metodológico, da observação participante dos três sistemas hídricos existentes, que visavam ver a operacionalidade (Davis & Brikke, 1995) desses sistemas, bem como as oportunidades oferecidas ecologicamente pelo ambiente natural em torno da aldeia. Para realizar o cálculo real da criticidade de três sistemas de abastecimento de água potável, estudou-se o método de Análise de Modos de Falha, seus efeitos e criticidade (AMDEC).

Esta análise funcional consistiu em descrever as instalações de cada sistema de abastecimento de água instalado nas três localidades do Município de Buengas usando as funções que eles têm que cumprir. As funções principais então divididas em funções de nível inferior até que o nível de detalhe desejado fosse alcançado. A análise funcional dos sistemas de abastecimento de água potável utilizou vários tipos de funções.

A principal função neste caso, é aquela que satisfaz a necessidade de água de qualidade (Duncan 1990) e em quantidade, de forma permanente e abundante. Esta é a razão pela qual cada sistema de água foi instalado. As funções induzidas directas representam todas as funções necessárias para executar a função principal. Eles então se dividem em funções secundárias mais detalhadas. Finalmente, as funções restritas, que constituem os modos de falha que expressam as limitações da cadeia de água. Essas limitações são aquelas relacionadas aos recursos de ambiente, tecnologia, regulamentos, segurança e gerenciador local. Nesta análise de criticidade, gravidade, probabilidade e detectabilidade foram combinadas, que são os principais parâmetros. Gravidade (G) corresponde ao impacto de um mau funcionamento do sistema de água. Mede a importância das consequências, a importância dos impactos previstos em caso de aplicação de medidas correctivas, em caso de pesquisa da ecoeficiência do sistema de abastecimento de água. A fim de tornar a gravidade o mais objectiva possível, a captação, o tratamento, o transporte, o armazenamento, a distribuição assim como a gestão ineficiente de serviços são considerados, e o efeito de "bloqueio" numas das etapas do sistema de água é também considerou, tais como o baixo caudal da fonte, o destino da água em caso de controle microbiológico positivo sobre a água a ser distribuída, serviço ocasional da água, a suspensão da distribuição da água para consumo humano).

A probabilidade (V), por sua vez, expressa a possibilidade da ocorrência do risco, em outras palavras, o potencial para a ocorrência da disfunção. Preferimos este termo verosimilhança ao termo frequência, pela simples razão de que este último gera uma confusão entre a frequência potencial do acidente e a frequência de exposição ao perigo, e também prefere o termo probabilidade porque isso implica um rigor. A matemática nem sempre é necessária quando se aborda o campo do gerenciamento de riscos. Finalmente, a detectabilidade (D) mostra que o defeito do sistema é facilmente detectável pelo projeto da arquitectura do sistema, pela produção e pelo gerenciamento da água, pela manutenção do sistema de água. Para calcular a criticidade (Sullivan, 2002) de três sistemas de abastecimento de água potável estudados em Buengas, foi realizada uma ponderação de risco para determinar primeiro a criticidade de cada risco e, em seguida, a de cada sistema de água. A criticidade média de cada sistema hídrico instalado na aldeia foi calculada com base nos diacríticos do macron abaixo:

$$\bar{x} = \frac{x_1 + x_2 + \ldots + x_n}{n} = \frac{1}{n}\sum_{i=1}^{n} x_i.$$

Para avaliar a criticidade (Sonderreger & al, (2015) em si, multiplicamos esses três critérios. A avaliação permitiu obter a criticidade dos riscos de disfunção dos sistemas hídricos, aplicando a seguinte fórmula:

Criticité (C)= G x V x D

Esta avaliação dos critérios foi feita utilizando uma escala de 1 a 4, representada abaixo e levou em consideração o seguinte resultado:

- Criticidade do risco entre 1 e 11: risco menor
- Criticidade de risco maior ou igual a 12: risco crítico

Tabela 1: Notas de cada parâmetro de criticidade.

Valor	Probabilidade	Gravidade	Detectabilidade
1.	Muito improvável	Fraco.	Eficaz
2.	Improvável (raro)	Médio.	Risquée
3.	Provável (ocasionnel)	Grave	Não confiável
4.	Muito provável (frequente)	Muito grave	Nenhuma

Fonte: AMDEC

A avaliação de criticidade dos sistemas de água no Município de Buengas que tivemos no primeiro, passou pela classificação funcional do sistema de abastecimento de água potável. Com esta classificação funcional que tinha um conjunto de funções 36 divididas em quatro categorias, sendo: função principal, funções induzidas, funções secundárias e funções restrições. Neste conjunto, 3 funções são induzidas, 12 funções secundárias, 20 funções restritas e uma função é principal. Este último diz respeito a um abastecimento abundante e permanente de água potável de qualidade destinada ao consumo humano. Em segundo lugar, foram codificadas as diferentes funções do sistema de abastecimento de água potável, e a avaliação da criticidade real foi realizada também. Neste nível, os

critérios de avaliação foram identificados e o peso de cada operação do sistema de água foi determinado, como mostrado na Figura 1 abaixo. Não é ambíguo que a ineficiência de um sistema de abastecimento de água potável possa ocorrer quando o projectista assume o risco na fase crucial do projeto, deixando de lado, especialmente a dimensão ambiental e a participação dos beneficiários.

A ocorrência de anomalias causadas por eventos levantados no funcionamento da cadeia de água, é acompanhada por uma probabilidade que depende do risco que provavelmente foi tomado inicialmente. A ocorrência dessas anormalidades não é sistemática, mas quanto maior a probabilidade, mais devemos esperar. Além disso, se ocorrer, as consequências resultantes podem variar de acordo com os níveis de gravidade que também estão sujeitos à probabilidade. É por isso que achamos necessário avaliar a importância dos sistemas de abastecimento de água direccionados. Também procuramos determinar uma série de pontuações para a avaliação de cada critério e, posteriormente, definir e adoptar um cenário provável para caracterizar a criticidade dos sistemas de abastecimento de água potável das aldeias estudadas.

Resultados

Política Nacional de Água e Saneamento

Quanto ao contexto, legislação e políticas do sector da água em Angola, a promulgação da Lei das Águas tem sido um passo importante na reforma e desenvolvimento do sector em Angola, criou um ambiente favorável para o desenvolvimento e implementação das políticas e estratégias da água, a concessão da autoridade necessária aos órgãos responsáveis pela gestão da água (Governo Angolano, 2004) Nos últimos anos, houve progressos significativos no processo de reforma e modernização do sector da água em Angola. Em 2004, a Resolução nº 10/04 do Conselho de Ministros aprovou o Plano de Desenvolvimento do sector da água (Governo Angolano, 2004), que é a estratégia orientadora do sector. Em termos de gestão de recursos hídricos prevê o estabelecimento de instituições e promoção da coordenação, tais como o Instituto Nacional de Recursos Hídricos, gestão de bacias hidrográficas instituições, o Conselho Nacional da Água e os Conselhos Regionais e o inventário permanente de recursos. No que diz respeito ao abastecimento de água e saneamento, o plano de desenvolvimento estabelece que os objectivos do Estado são garantir um consumo diário mínimo de 70 litros/pessoa/dia nas áreas urbanas e 30 nas áreas periurbanas, onde a oferta é feita por fontes (i); reabilitação e fortalecimento da infra-estrutura existente para permitir melhor disponibilidade de serviços (em andamento) (ii); expansão da infra-estrutura para cobrir áreas não atendidas (em andamento) (iii); o estabelecimento de organizações de gestão de sistemas comercialmente viáveis que sejam sustentáveis e descentralizadas, sem negligenciar economias de escala, como uma questão de rentabilidade e eficiência (de empresas públicas) (iv).

Além desses planos, a Autoridade Nacional da Água propõe as seguintes reformas para o sector de água e saneamento. A primeira reforma é a criação, no âmbito do Ministério da Energia e Águas (MINEA), uma entidade pública para a gestão do património água (UNIGEP ou o início imediato do Instituto Água e Saneamento (INAS) do Governo, cuja visão é capacitar o tal instituto para apoiar as seguintes tarefas: Formular estratégias para o desenvolvimento do abastecimento de água e serviços de saneamento; investir no

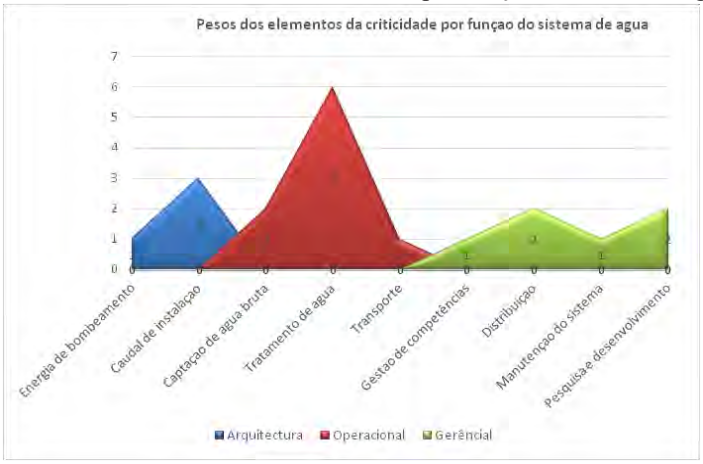
sector, planificar acções, levantar fundos e gerir sua implementação, promover modelos eficazes de prestação de serviços por meio da criação de uma empresa provincial ou regional para a operação dos sistemas, negociar contratos de gestão de sistemas de água com as autoridades, e estes contratos, por sua vez, estabelecem para a prestação de serviços. A segunda reforma diz respeito ao estabelecimento de empresas públicas provinciais /ou regionais de abastecimento de água e saneamento. Como último recurso, a terceira reforma: Criação de uma entidade pública para o sector de regulação económica (Comissão Tarifária) sob a jurisdição de um número de ministérios interessados na forma como ela (MINEA, MOF, MOP, etc...). O objectivo fundamental desta última reforma consiste em assegurar que, para as tarifas a aplicar pelas entidades operadoras, permitir, por um lado, os serviços do ponto de vista financeiro e a resposta, por outro lado, parâmetros de eficiência e preços justos para operadores e consumidores. Além disso, os esforços do governo para atender à demanda da população rural por água ganharam um novo impulso com o lançamento do Programa de Abastecimento Rural de Água - "Água para Todos", que se tornou uma ferramenta importante para melhorar a qualidade da água. Condições de vida de milhares de angolanos que vivem em pequenas cidades e áreas remotas do país. O objectivo geral deste programa é implementar o compromisso do Governo com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e seus próprios compromissos, através dos quais devem fornecer serviços de água adequados para 70% da população urbana até 2015 e 80% da população rural até 2012. O programa se estende a 17 das 18 províncias do país.

Matriz de criticidade da cadeia de água de Buengas

Este diagnóstico, que faz parte da verificação do esforço do governo para modernizar as áreas rurais, refere-se aos dados da avaliação dos sistemas de abastecimento de água existentes, integrados ou não à produção de água e energia renovável em três localidades diferentes do município de Buengas, na província angolana do Uíge, incluindo Cuilo Cambozo, Buenga Sul e Vila Nova Esperança.

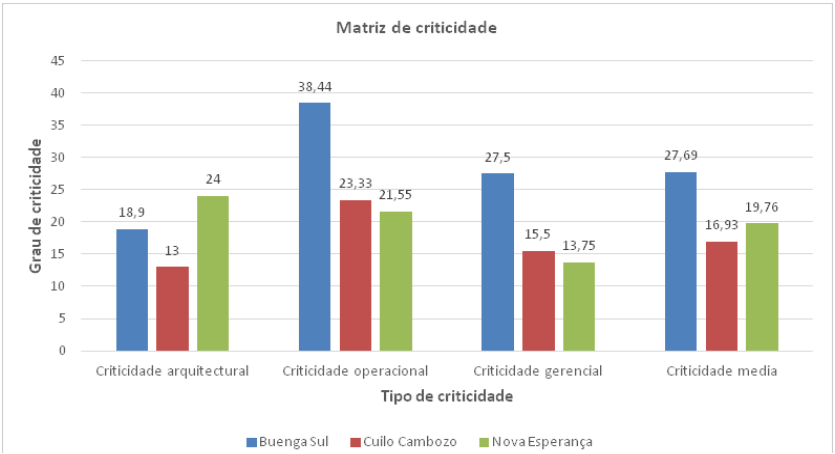
De forma muito equilibrada, Cuilo Cambozo está localizado na parte norte do município, com Nova Esperança no centro e Buenga Sul no sul. Os dois objectivos perseguidos por este diagnóstico compartilhado em relação aos parâmetros-chave, relativos à arquitectura da cadeia de água, à operacionalidade e à gestão da cadeia de água em cada localidade visada pela pesquisa, foram: identificar as causas e efeitos do mau funcionamento desses sistemas de água, (i) e as acções que podem eliminar ou minimizar uma possível falha potencial em termos de aspectos para o tecnológico, ambiental, económico, administrativo e social (ii). A necessidade de identificar os constituintes das diferentes funções de um sistema de abastecimento de água potável, achamos crucial no cálculo da criticidade dos três sistemas de abastecimento de água potável em estudo como parte desta pesquisa. A figura 1 abaixo referida lista todos os constituintes de um sistema de abastecimento de água potável. Porque essas anormalidades se referem a esse efeito, aos parâmetros que, por sua vez, reduzem, de uma forma ou de outra, a chance de um município rural ter um sistema de água eficiente e eficaz. Também, os pesos dos constituintes de cada função do sistema de água foram determinados e mostrados na Figura 1 abaixo.

Figura 1. Pesos dos constituintes da criticidade por função na cadeia de água



Os pesos dos 11 constituintes das várias funções da cadeia da água, incluindo, entre outros: extracção de água bruta, tratamento de água bruta, transporte de água tratada para reservatórios, armazenamento de água tratada, captação de água bruta, potabilização de água, transporte, implementação de sistemas, gestão de competências, abastecimento de água potável, manutenção do sistema de abastecimento de água e pesquisa e desenvolvimento, mostram que, em ordem de importância, a tarefa relacionada à potabilidade de água tem em si só o peso mais importante como elo na cadeia da água. Ele é seguido por três outras tarefas, incluindo fluxo de instalação, fornecimento de água e pesquisa e desenvolvimento. Os últimos três elementos posicionados em último, são: a cadeia de energia de bombeamento, a gestão de competências e a manutenção do sistema. Tendo conhecido o peso dos vários elos da cadeia de água, pudemos avaliar o grau de criticidade dos sistemas de água existentes.

Figura 2. Histograma de visualização da matriz de criticidade dos sistemas de água existentes.



Esta avaliação é, portanto, um reflexo da exposição do sistema de abastecimento de água e da gravidade das anomalias aparentes nas localidades em estudo. O resultado dessa avaliação de criticidade deve levar a um plano de acção consistente com o limite identificado para projectar sistemas de abastecimento de água aprimorados. Em outras palavras, as medidas correctivas resultantes da avaliação da criticidade para acções destinadas a melhorar os sistemas existentes de abastecimento de água potável devem corresponder ao nível de criticidade obtido.

É claro que toda a anomalia gerada pelo sistema pode levar a uma grave gravidade, estamos seguros de que a nossa matriz de criticidade tem prioridade sobre o mais provável.

Cadeia de causalidade da criticidade

Na cadeia de causalidade de criticidade, os parâmetros das seguintes causas de efeitos foram colocados em contacto: acesso a água potável, controle de qualidade, o fluxo da fonte, a gestão do serviço, purificação da água, protecção da infra-estrutura, qualidade da fonte, reciclagem da água, redução da poluição, fonte de energia, tecnologia, transporte de água e vocação do sistema de água.

Impacto da ausência da abordagem do desenho ecológico na regulação do abastecimento de água

A ausência de uma abordagem de concepção ecológica tem um impacto negativo na regulação do abastecimento de água potável. Considerou-se que um regulamento é o conjunto de práticas para o funcionamento contínuo e estável do sistema de abastecimento de água potável, pode garantir um serviço abundante e contínuo, e tendo em conta as metas sensíveis e vulneráveis. Agora, os três sistemas de água estudados no caso de Buengas eram portadores de uma nova identidade, que não é naturalmente bom. Com essa identidade, a iniciativa dos gestores públicos locais surge como um exercício DIY para encontrar um serviço deficiente apesar disso. Nesta fase, estes sistemas tiveram que operar na base de um regulamento que consideramos de "excepcional". Ou seja, aquele que fornece uma resposta a uma situação irregular na cadeia da água. Nós definimos este tipo de regulação como "aquele que sabe, uma mudança ditada por uma ou mais restrições naturais, de gestão ou técnicos, garantindo um serviço de água limitada ou em parte, para a prioridade pré-designada pelos fabricantes alvo". Os alvos prioritários do regulamento excepção, podem incluir hospitais, clínicas, maternidades, o escritório da polícia, prisões, escolas, residências, oficial, hotéis ...). No momento, para o serviço ocasional, discriminatória e menos abundantes, o município de Buengas será o conteúdo que esta forma de regulação.

Ligação entre o ecodesenho e a resiliência de identitária de um sistema de abastecimento de água potável

Demonstramos neste estudo a existência de uma ligação de cinco vias entre o ecodesenho e a resiliência de identidade que apareceu nos sistemas de água instalados no município de Buengas. Experimentamos a "resiliência identitária como a incapacidade desses sistemas de água de absorver um distúrbio, de se reorganizar e de continuar a operar no

respeito da tela de seu projectista e das expectativas dos usuários estabelecidos antes da ocorrência de qualquer gargalo".

Estes sistemas de água carregam então toda uma identidade. Ou seja, há sempre um certo número de limites (ou limiares) que enfrentam a resiliência teórica normal desses sistemas, além dos quais esses sistemas adoptaram um modo de funcionamento diferente. Essas disfunções dos sistemas hídricos surgiram por causa das omissões flagrantes observadas pelo diagnóstico, parece que as dimensões ecológicas não foram levadas em conta devido à capacidade crítica dos atores locais na questão da durabilidade dos sistemas complexos (baixo fluxo de água de nascente, energia não renovável, gestão irresponsável do recurso).

Era, portanto, necessário definir a ligação que pode existir entre a resiliência caracterizada pela regulação de excepção e o ecodesenho como uma abordagem sistémica. Existe de fato um link para cinco (L5E) efeitos entre resiliência e ecodesenho. Em primeiro lugar, como consequência do primeiro elo entre os dois parâmetros, qualquer sistema de abastecimento de água não ecoeficiente gera situações gerenciáveis de excepção, em vez de um modo de gerenciamento adaptativo com uma resiliência de identidade (1). Diante dessa ineficiência do sistema, a transição de uma resiliência de identidade para uma resiliência normal gera quatro outros links Requer a implementação de medidas correctivas a bordo, que podem incluir a redefinição, modelagem e implementação dos megaprocessos de um novo sistema de água esperada totalmente resiliente (2); a mobilização de recursos adicionais para sustentar essa transição (3); monitorar a transformação da capacidade crítica dos gestores locais (4); finalmente, o sistema que se tornou totalmente ecoeficiente, por sua vez, neutraliza todas as situações excepcionais latentes ou emergentes (5). Então, diante dessa realidade, a pesquisa, na sua fase pós-diagnóstica, focou-se na concepção de um sistema de abastecimento de água potável ecoeficiente; já que o sistema ecoeficiente desejado é aquele que valoriza a dimensão social, económica e ambiental que pode garantir um abastecimento justo, abundante e contínuo de água de qualidade para a comunidade.

Além disso, a nossa pequena observação mostrou que projectar esse sistema não é fácil. A nossa primeira ideia foi a de que devemos atacar os culpados desta situação, entre os quais a incapacidade de ter em conta a dimensão ambiental do sistema ecoeficiente e a participação dos utilizadores e a omissão de certas práticas de gestão que garantam a sucesso de tal exercício.

Conclusão

Em e para áreas rurais de países em desenvolvimento, como as de Angola, os governos estão a buscar incansavelmente soluções adaptadas ao contexto local, através de sistemas de abastecimento de água, que permitem tanto a prestação de serviço em grande escala e a sua sustentabilidade, graças às novas tecnologias e à gestão eficiente da água distribuída.

Em vista dos indicadores de ecoeficiência, este estudo mostrou que o acesso inadequado e uso indevido de serviços de água potável e saneamento pela maioria da população rural, continuaram a ter sérias repercussões, especialmente nas crianças. O nosso diagnóstico mostra que de fato, o Governo angolano, através do Ministério de Energia e Água

(MINEA), com o apoio de seus parceiros internacionais de desenvolvimento, tomou uma série de medidas correctivas para reverter essa situação de precariedade no sector da água. Entre essas medidas, identificamos, o desenvolvimento de uma estratégia nacional nacionalmente eficaz para o desenvolvimento do sector, a lei sobre a água e a adopção da legislação correspondente. As autoridades públicas ainda estão a trabalhar em reformas institucionais que aumentarão a participação do sector privado na provisão e gestão de recursos hídricos. Em concreto, já são preparados planos directores para abastecimento de água e gestão de águas residuais nas 18 cidades capitais das provinciais, o ambicioso programa "Água para Todos" com os objectivos definidos para o abastecimento de água potável e melhoria da gestão de águas residuais em pequenas cidades. Localmente, demonstramos no município dos Buengas através de nosso diagnóstico compartilhado que estudou sistemas de água estudados, são dependentes de um nível muito elevado de criticidade em suas três funções principais, incluindo arquitectura, operacionalidade e gestão do sistema.

Essa criticidade, excedendo o limite aceitável de 1 a 11, resultou na debilidade dos sistemas, na capacidade crítica dos atores locais e nos limites conceituais. Mostramos que existem 36 funções em 4 subconjuntos em um sistema de abastecimento de água potável. Em seguida, mostramos que nas três funções induzidas de um sistema de água (arquitectura, operação e gestão do sistema) incluídas em nossa lista de verificação dos sistemas existentes de abastecimento de água potável nas três localidades estudadas, mais de um terço dos elementos constituintes representa o peso da ecoeficiência nesses sistemas, totalizando 10 elementos. No Cambozo Cuilo como na Nova Esperança, apenas três destes 10 aspectos relacionados a ecoeficiência foram considerados positivamente, seja 30%. No sistema da comuna do Buenga Sul, o único aspecto que foi desenvolvido, é aquele relacionado com a distribuição de água pela força da gravidade, sem recorrer à utilização de energias nocivas.

Entendemos que através de leis e programas de intervenção em curso em Angola, a situação decifrada no terreno por esta pesquisa, aponta que apesar dos investimentos disponíveis, há sempre a necessidade urgente de melhorar acesso nas instalações de água e saneamento e intensificar a adopção de práticas de higiene, a fim de obter os maiores benefícios desses serviços.

Daí a necessidade de um modelo de desenho de modelo ecoeficiente que contribua significativamente para o posicionamento dos sistemas de água em um nível aceitável de criticidade.

Bibliografia

ADEME., (2007), L'Ecoconception en actions, éditions Eyrolles, 220 p.

AFNOR, (2005), *Étude sur l›écoconception : État de l›art dans le domaine de l›écoconception*, Brun Émilie, Saillet Florence, 63 pages.

BOUQUIN (2005), les fondements du contrôle de gestion, PUF, 3ème édition, Paris

BRISCOE J (1992), Pauvreté et alimentation en eau comment aller de l'avant in *Finances et développement* Décembre1992, Banque Mondiale, Washington.

CABY F & JAMBARAT C (2000), *La qualité dans les services. Fondements, témoignages, outils*, Paris, Economica.

DAVIS I & BRIKKE B (1995), Making you water work .O et M os small water supply systems, IRC Occasional paper N° 29 , IRC, International Water and Sanitation Centre, The Hague

DRUCKER P (2006), *The Effective Executive in Action* (parution *post-mortem*) Les Éditions d'Organisation,

DUFOUR J (2015), L'eau douce se raréfie : Un bilan hydrique mondial. Conflits ou coopération ? Mondialisation.ca. En ligne : http://www.mondialisation.ca/leau-douce-se-rarefie-un-bilan-hydrique-mondial-conflits-ou-cooperation/5448276

DUNCAN J(1990), « La recherche de l'efficacité. Le credo de la gestion scientifique », dans : *Les grandes idées du management*, Afnor Gestion, 1990, p. 23-40.

EUGENE B (2005), « Le «développement durable» Une pollution mentale au service de l'industrie », Agone, n°35

FARID B (2006), Le développement durable au quotidien, Éditions d'organisation.

FREDERIC L & DESCROIX, L (2011)**.** *Eaux et territoires. Tensions, coopérations et géopolitique de l'eau*. Presses de l'université du Québec. 492 pages.

FRIEDMAN M (2002), « A Friedman Doctrine : The Social Responsability of Business ». *New York Times Magazine*.

GAUTHIER C & MEYRONIN B (2013) : Vers une nouvelle économie des services publics durables,- Management & Avenir, - cairn.info

N'DIAYE-CORREARD G (2006), « Arbre à palabres, arbre à palabre, arbre-des-palabres », in *Les mots du patrimoine : le Sénégal*, Archives contemporaines, p. 41.

GOUVERNO ANGOLANO (2004), Plano de Desenvolvimento do Sector das Águas (Resolução *n°10/04 do* Conselho de Ministros.

GUERIN AJ & LIBAERT T (2008), Le développement durable, Dunod. Topos.

HOLLAND G &SENE O (2010), « Elinor Ostrom et la Gouvernance Economique », Revue d'économie politique, Vol. 120 (3), p. 441-452.

CURL JM, SWAIM PD, BELLAMY WD (2013), Sustainable Approaches for Water Treatment Plant Optimization, *Comprehensive Water Quality and Purification*, Volume null, Issue null, Pages 19-33 CH2M HILL, Englewood, CO, USA.

FRITZ JC, (2005), L'ordre public écologique. Towards an ecological public order (en codirection avec Marguerite Boutelet), Bruylant - Bruxelles.

BEVEN KJ & ALCOCK RE (2012), Modelling everything everywhere: a new approach to decision-making for water management under uncertainty- Freshwater Biology,- Wiley Online Library.

LUSTENBERGER, P (2014) Integration of Water Quality to the Global Water Criticality Assessment. Master's Thesis, Tsinghua University China, ETH Zurich,

MINISTERIO DE ENERGIA E AGUA (2004), Programa de Desenvolvimento do Sector das Águas, MINEA.

MINTZBERG H (2014), « Un management efficace. L'essence même du management », dans : Manager. L'Essentiel, Vuibert, p. 129-160

OCDE (2012), L'eau et l'assainissement en milieu rural, Évaluer les impacts, Département de l'évaluation des politiques et des opérations, Ministère des Affaires étrangères, Pays-Bas, Comité d'aide au développement

OFOUEME-BERTON Y (2013), « L'approvisionnement en eau des populations rurales au Congo-Brazzaville », *Les Cahiers d'Outre-Mer* .

OSTROM E (2010), *La gouvernance des biens communs : Pour une nouvelle approche des ressources naturelles* ; Ed. De Boeck,p23.

ROCHET C (2010), Rochet C, (2010). Politiques publiques. De la stratégie aux résultats, 2010 - Bruxelles, De Boeck.

SONDEREGGER T, PFISTER S & HELLWEG S (2015), Criticality of Water: Aligning Water and Mineral Resources Assessment, ETH Zurich, Institute of Environmental Engineering, Chair of Ecological

SULLIVAN, C (2002) Calculating a Water Poverty Index, World Development.

TERRE DES HOMMES (2013) ; Qu'est-ce que la problématique de l'accès à l'eau dans le monde ? Terre des hommes, Lausanne, Suisse.

UNDP (2007), Governance of Water and Sanitation in Angola's Poor Neighborhoods, UNDP, MDGF-1830

ZOMBO M (2017), A Ecoeficiência: para melhor gerir a governanca de água potável no sul, Editions Universitaires Européennes, Germany, p217

ZOMBO M (2016). De la mise en œuvre du système d'approvisionnement en eau potable à la régulation de sa desserte en milieu rural africain : des déviances qui exigent le recours à l'écoconception. Revue Camerounaise de Management-RCM

Tema II

Património Linguístico e Cultural

Marcas do português no léxico das línguas bantu: o caso de Angola

Alexandre Mavungo Chicuna
Professor Auxiliar e Decano da Faculdade Decano da Letras da Universidade Agostinho Neto, Angola, investigador colaborador do Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa

1. Introdução

O léxico de uma língua enriquece ao longo da sua existência com unidades lexicais importadas de outras línguas.

Esta comunicação tem como objectivo apresentar o resultado da nossa investigação lexicológica, referente às unidades lexicais de raiz portuguesa patentes nas línguas nativas de Angola. Neste trabalho, procuramos analisar os fenómenos linguísticos resultantes do contacto entre a Língua Portuguesa e as Línguas Bantu de Angola. Em consequência do contacto linguístico, as línguas nativas de Angola integram muitos portuguesismos de uso frequente entre os seus falantes.

2. Situação Linguística de Angola

Linguisticamente, Angola é um país plurilingue, caracterizado pela coexistência do Português e de outras línguas nativas, do grupo bantu.

O termo *bantu* está associado a duas acepções: língua/cultura e população. Assim, as línguas *Bantu* designam todas as línguas faladas do Sul dos Camarões até à África do Sul, que têm semelhanças fonéticas, morfológicas, semânticas lexicais e culturais. No segundo caso, o povo *Bantu* designa o conjunto de populações da África subequatorial que falam línguas da mesma família, embora pertencendo a tipos étnicos muito diversos, designando o ser humano por *muntu*, no singular, e *bantu*, no plural.

As línguas *bantu* de Angola são línguas locais, línguas de comunicação na família; veículo de transmissão das tradições orais; línguas utilizadas em vários meios sociais: nos media (Rádio e Televisão), nos serviços religiosos e em actos políticos.

Por sua vez, o Português, língua românica, faz parte do mosaico linguístico de Angola, sendo a única língua não africana falada em todo o território nacional. Por conseguinte, o Português desempenha um papel muito importante na sociedade angolana, pois funciona como única língua oficial e língua de unidade nacional, permitindo a comunicação entre os angolanos.

Em Angola, o Português comporta os estatutos seguintes: língua materna, língua segunda, língua oficial, língua de escolaridade e língua veicular. O Português é *língua materna* para uma minoria da população e língua *segunda* para a maioria da população angolana. É *língua oficial, porque* é a única utilizada em toda a Administração Pública, na justiça, nos meios de comunicação social (Rádio, TV, Jornais). É *língua de escolaridade,* porque é a língua usada no sistema educacional, como meio de ensino, em todos os níveis,

e como matéria, com carácter obrigatório, até ao Secundário e Préuniversitário. Mesmo os que não têm o Português como língua materna aprendem, durante o primeiro contacto com a escola, a ler e a escrever em Língua Portuguesa. O Português é também *língua veicular*, sendo o meio de comunicação mais utilizado nas zonas urbanas, permitindo contacto com os não falantes de nenhuma língua nativa de Angola. O Português também é um meio de aquisição de conhecimentos científicos e tecnológicos e, finalmente, meio de comunicação internacional, porquanto permite o contacto com o exterior.

3. Contacto entre o Português e as Línguas Bantu de Angola

A Língua Portuguesa em contacto com outros povos, nomeadamente da Europa, da África, da Ásia e da América enriqueceu o seu léxico, com contribuições de várias línguas. Da mesma forma, o Português também forneceu muitas unidades lexicais às outras línguas. A Língua Portuguesa, Património cultural, ao longo da sua história, entrou em contacto com as línguas angolanas, de origem Bantu. Desse contacto registaram-se os fenómenos de enriquecimento lexical, contribuindo, assim, para a integração de vários portuguesismos nas línguas angolanas. Dado o estatuto científico da Língua Portuguesa, as línguas nativas de Angola incorporaram no seu léxico terminologias de vários domínios, tais como: medicina, política, economia, diplomacia, religião, transporte, desporto, comunicações, militar.

Durante o período colonial, a Língua Portuguesa foi o único meio de contacto entre os Portugueses e os povos autóctones de Angola, falantes de outras línguas não neolatinas. O contacto estabelecido com esses povos deixou várias marcas nas línguas nativas. A influência do Português nas línguas nativas é assinalada por Manuel Martins quando escreve: "*Nas quatro partidas do mundo, onde exercemos influência cultural, ficou indelevelmente marcada nos falares nativos a presença da língua portuguesa"* (Manuel Martins, 1958: 120).

Em Angola, a Língua Portuguesa, tendo em conta o seu estatuto e desenvolvimento científico, exerce, por razões históricas, uma influência muito forte sobre as línguas nativas.

Dado o contacto permanente com o Português, as línguas nativas de Angola adoptam vários *portuguesismos*. Designamos por portuguesismos todas as unidades lexicais do Português integradas noutras línguas.

4. Estudos Anteriores sobre os Portuguesismos

Ao longo da sua história, a Língua Portuguesa deixou marcas em várias línguas *bantu*. Daí, a presença de portuguesismos nessas línguas constitui uma realidade, tendo sido, por isso, objecto de estudo de autores como BARRADAS, A. (1945), MARTINS, M. A. de Morais (1958) ESTERMANN, Carlos (1963), VALKHOFF, Marius F. (1975), BAL, Willy (1979 e 1981)› ANDRÉEDOUARD, YengokiNgimbi (2003), CHICUNA, Alexandre (2009 e 2014).

Segundo Wily Bal (1979:79), a integração dos portuguesismos nas línguas *bantu* é "uma tarefa evidentemente útil ao desenvolvimento da ciência linguística, em geral, e não deixa de ser proveitoso para a linguística portuguesa."

5. Marcas do Português nas Línguas Bantu de Angola

Em Angola, o Português ao longo da sua história forneceu várias unidades lexicais às línguas nativas de Angola.

Tendo em conta o mosaico linguístico angolano, nesta comunicação apresentamos algumas unidades lexicais de origem portuguesa integradas nas seguintes línguas: *Iwoyo, Kiyombe, Kikongo, Kimbundu, Ngangela, Oluyaneka e Umbundu.*

Assim, o *Iwoyo*, uma das línguas de Cabinda, recebeu do léxico português as seguintes unidades lexicais:

Iwoyo	**Português**
lumingu <	*domingo*
nzeta <	*azeite*
pala <	*para*
santu <	*santo*
vinyu <	*vinho*
xikola <	escola
xabawu <	*sabão*
xalu <	*sal*
xapatu <	*sapato*
Zezu <	Jesus

O *Kiyombe,* língua do Mayombe, norte de Cabinda, em contactos com o Português integra no seu léxico os seguintes *portuguesismos*:

Kiyombe	**Português**
dikalu <	carro
bola <	bola
bukalu <	caro
dikalu <	carro
dikopiti <	helicóptero
dikulusu <	cruz
dilalanzi <	laranja
dilesu <	lenço
dilima <	lima
disodi <	soldado
fofolo <	fósforo
fogawu <	fogão
ngalu <	garrafão
kasu <	caixa
kibibila <	bíblia
kibulasi <	bolacha
kikada <	escada
kikoti <	chicote
kikola <	escola

kisabala < sábado
kunyadu < cunhado
kutaka < atacar
kuvota < kuvota
lapi < lápis
leta < leite
loso, losi < arroz
lumingu < domingo
masodi < soldados
meza < mesa
mfelimi < *enfermeiro(a)*
nela < janela
ngrasia[1] < graça
nzaba < sabão
Putu < *Portugal*
santu < santo
sapatu < sapato
sala < sala
sebola < cebola
tsabi < chave
vasina < vacina
vinyu < vinho
Yesu < Jesus
zeta < azeite

O Kikongo incorpora no seu léxico os portuguesismos seguintes:

Kikongo Português
edimpa < pão
ekalu < carro
fofo, fófolo < fósforo
kiumbu < chumbo
kopo < copo
kuluzu < cruz
loya < rolha
meza < mesa
mbota < botão
nsalu < sal
nsapatu < sapato
nzába, nzabau < sabão
sikola < escola
tuáia < toalha

1. Cf. http://christusrex.org/www1/pater/JPNkiyombe.htm

vinya, uvinhu < vinho

A Língua Kimbundu integra os seguintes portuguesismos:

Kimbundu Português
dilasola < *lençol*
dikalu < carro
dotolo < doutor
fófolo < fósforo
jipitalu < hospital
masoladi < soldados
madivulu < livros
mbaluku < barco
mbolo < bolo, pão
ngatu < gato
ngeleja < igreja
nsabá < sabão
Putu < Portugal
sabalu < sábado
vinhu < vinho
xikola < escola

A Língua *Ngangela* importou do Português as seguintes unidades lexiciais:

Ngangela Português
lindúmawu < limão
líswaláli < soldado
mbolo < bolo
mphulísi < polícia

A Língua *Olunyaneka* atesta os seguintes portuguesismos:

Olunyaneka Português
elivulu < livro
esapatu < sapato
fofolo, ofofo < fósforo
ombola < bola
osukali, osuka < açúcar
oswikidi < açúcar
otyikasa; okakasa < caixa
otyipapeli < papel
otyasapalu < sábado
ovinya, ovinya < vinho

A Língua Umbundu incorporou as seguintes unidades lexicais de raiz portuguesa:

Umbundu Português
elasola < lençol
ofofo < fósforo
ombutãwu < botão
omesa < mesa
ombolo < pão
onjapãwu < sabão
sapalo < sábado

5.1 Quadro dos portuguesismos nas línguas Bantu

Português	Kiyombe	Iwoyo	Kikongo	Kimbundu	Umbundu
carro	*dikalu*	*likalu*	*ekalu*	*dikalu*	*ekalu*
cruz	*dikulusu*	*likulusi*	*kulusu*	*dikulusu*	
cruzes	*makulusu*	*makulusi*	*makulusu*	*makulusu*	
domingo	*lumingu*	*lumingu*	*lumingu*	*lumingu*	*kalumingu*
escola	*kikola*	*xikola*	*sikola*	*xikola*	*sikola*
fósforo	*fofolo*	*fofolo*	*fofo, fofolo*	*fofolo*	*ofofo*
lençol	*dilasola*	*lilasola*	*dilasola*	*dilasola*	*elasola*
mesa	*meza*	*meza*	*meza*	*meza*	*omeza*
pão	*dipa*	*limpa*	*edimpa*	*mbolo*	*ombolo*
Portugal	*Putu*	*Putu*	*Putu*	*Putu*	
sábado	*kisabala*	*xabala*	*nsabala (u)*	*sabalu*	*sapalo*
sabão	*nzaba*	*xabawu*	*nzaba*	*nzaba*	*onjapãwu*
sapato	*sapatu*	*xapatu*	*nsapatu*	*sapatu*	
vinho	*vinyu*	*vinyu*	*vinya*	*vinyu*	*ovinya*

Os portuguesismos integrados nas línguas *nativas de Angola* sofreram várias alterações, porque a Língua Portuguesa apresenta algumas características próprias, inexistentes nas línguas bantu, tais como: ditongos orais e nasais; palatais [ʃ], [ʒ], [λ]; vibrantes [r], [R]; encontros consonânticos indivisíveis: (/br/; /bl/; /cl/, /cr/; /dr/, /fl/; /fr/; /gl/; /gr/; /pl/; /pr/; /vr/. São também encontros consonânticos inseparáveis gn, mn, ps, pt, tm, quando iniciais; oposição de género entre o masculino e o feminino; existência de dois morfemas flexionais, sendo o morfema /ø/ para o singular, e o morfema /s/ para o plural; sufixação dos morfemas flexionais ao morfema lexical.

Para análise dos processos ocorridos na integração dos portuguesismos nas línguas bantu, tomamos como referência o Kiyombe, língua do Mayombe (Cabinda).

6. Processos Fonéticos Aplicados

As unidades lexicais do Português integradas no Kiyombe sofreram várias alterações fonéticas para a sua integração na língua receptora.

Para a integração dos portuguesismos nas línguas bantu foram aplicados três processos, a saber: processo de queda ou elisão, processo de adição e processo de alteração.

6.1. Processo de Queda ou Elisão

O processo de queda ou elisão consiste na supressão de fonemas. O processo de supressão classificase em: *aférese, síncope e apócope*.

a) Aférese

Usando a queda ou elisão de fonema ocorre no início da unidade lexical.

A título de exemplo, apresentamos alguns *portuguesismos* afectados pelo processo de *aférese*:

Kiyombe	**Português**
loso/losi	< arroz
kikola	< escola
kutaka	< atacar
nela	< janela
sukadu	< açúcar
zeta	< *azeite*

Neste processo, suprime-se a sílaba vocálica /a/ inicial das unidades lexicais do Português, tendo em conta as características da estrutura silábica do Kiyombe. De igual modo, em *escola* e *janela* foram também eliminados as sílabas iniciais dos respectivos lexemas.

b) Síncope

Consiste na supressão de um fonema no meio da unidade lexical. Por exemplo, a *síncope* ocorreu nas seguintes unidades lexicais do Kiyombe:

disodi	<	soldado
famila	<	família
fofolo	<	fósforo

c) **Apócope**

Consiste na elisão de um fonema no fim da unidade lexical.

Apresentamos, a título de exemplo, algumas unidades lexicais afectadas pelo fenómeno de apócope, tais como:

dipa < pão
nzaba < sabão
dikopiti < helicóptero
ngalu < garrafão
kulava < lavar
kutaka < atacar
lapi < lápis
mfelimi < enfermeiro
polisi < polícia

6.2. Processos de Adição

Consiste no acrescentamento de fonemas. Assim, o fenómeno da adição classifica-se em prótese, epêntese e paragoge.

a) Prótese

A prótese é o fenómeno de acréscimo de um fonema no início da unidade lexical. Por exemplo:

ngalu < garrafão
ngoyaba < goiaba
tsaku < saco
tsalu < sal
kulava < lavar

Nos lexemas *ngalu e ngoyaba* há substituição de uma consoante oral por outra prénasal, porquanto a velar oral sonora não existe na língua kiyombe.

b) Epêntese

A *epêntese* é o processo de acrescentamento de um fonema no meio da unidade lexical. Tendo em conta as características do sistema linguístico português, a *epêntese* aplica-se em muitos casos para facilitar a integração dos *portuguesismos* nas línguas bantu.

Apresentamos, em seguida, exemplos de algumas unidades lexicais do Kiyombe formadas através de epêntese:

*dik**u**lusi* < cruz
*dikop**i**ti* < helicóptero
*kibib**i**la* < bíblia
*kif**u**lu* < flor

c) Paragoge

A *paragoge* consiste na adição de um fonema no final da unidade lexical. A paragoge ocorre em vários portuguesismos incorporados no Kiyombe.

A paragoge ocorre nos seguintes portuguesismos:

*dilasol**a*** < lençol
*dikulus**i**, dikulus**u*** < cruz
*los**i**, los**o*** < arroz
*mil**i*** < mil
*papel**a*** < papel
*tsal**u*** < sal

6.3. Processos de Alteração

O processo de alteração consiste na mudança ou substituição de um fonema por outro numa unidade lexical. Para a integração de unidades lexicais, de raiz portuguesa, no

Kiyombe foram aplicados vários processos, que alteraram a estrutura inicial da língua dadora. Os processos de alteração registados em alguns portuguesismos são: nasalação, desnasalação, alteração vocálica, substituição da palatal, substituição das vibrantes, substituição da fricativa, substituição da velar.

a) Nasalação

A nasalação consiste na substituição de um fonema oral por um nasal. A Língua Kiyombe regista os seguintes portuguesismos que sofreram seminasalação:

ng*alu* < **g**arrafão
ng*itara* < **g**uitarra
nz*aba* < **s**abão
*lu****ng****osi, lu****ng****oso* < ne**g**ócio

b) Desnasalação

A desnasalação consiste na perda de um fonema nasal. Neste processo, as vogais nasais do Português perdem a sua nasalação.

Exemplos:

*dil****a****sola* < l**en**çol
*dil****e****so* < l**en**ço
*dip****a*** < p**ã**o
*nzab****a*** < sab**ã**o

c) Alteração vocálica

A alteração vocálica consiste em substituir o fonema /e/ por outros fonemas vocálicos. Neste processo, o fonema /e/, em posição final, é substituído pelos fonemas /a/ ou /i/, como se pode verificar nos exemplos seguintes:

*bilyet****a*** < bilhet**e**
*let****a*** < leit**e**
*zet****a*** < azeit**e**

O fonema /e/, em posição final, também é substituído pelo fonema /i/, nos seguintes portuguesismos:

*lob****i*** < rob**e**
*kaf****i*** < café
*kikot****i*** < chicot**e**
*kov****i*** < couv**e**

d) Redução de ditongo

Neste processo ocorre a redução de ditongos orais e nasais.

i) Regista-se a redução de ditongos orais /ei/ e /ou/, tanto em posição final, como em posição mediana. Por exemplo:

*band**e**ra* < band**ei**ra
*lapiz**e**ra* < lapis**ei**ra
*l**e**ta* < l**ei**te
kasu < c**ai**xa
kovi < co**u**ve
*mant**e**ka, mant**e**ga* < mant**ei**ga
*z**e**ta* < aze**i**te

ii) Regista-se também a redução dos ditongos nasais em posição final. Por exemplo:

dipa < pão
nzaba < sabão
vyaje < viagem

e) Substituição da palatal

Este processo consiste em substituir um fonema palatal por outro fonema. Assim, a palatal /ch/ [ʃ], em posição inicial, é substituída pela africada /ts/; a palatal /lh/, em posição mediana, passa a palatal /y/ e/ou a lateral palatalizada /ly/; a palatal [ʃ], em posição final, é substituída pela fricativa /s/. Por exemplo:

tsabi < **ch**ave
*lo**y**i* < ro**lh**a
*bi**ly**eta* < bi**lh**ete
*metra**ly**adora* < metra**lh**adora
*dikulu**s**u* < cru**z**
*lo**s**o* < arro**z**

f) Substituição das vibrantes

Neste processo, as vibrantes simples e dupla do Português /r/ e /R/ são substituídas pela velar /l/. A título de exemplo, apresentamos as seguintes unidades lexicais, de origem portuguesa, incorporadas no Kiyombe:

*buka**l**u* < ca**r**o
*dika**l**u* < ca**rr**o
*dila**l**anzi* < la**r**anja
*diku**l**usi, diku**l**usu* < c**r**uz
***l**obi* < **r**obe
***l**osi, **l**oso* < a**rr**oz
***l**oyi* < **r**olha
*pita**l**oyi* < petróleo

De notar que a substituição da vibrante /r/ pela lateral /l/ deve-se à inexistência da primeira consoante no sistema linguístico kiyombe.

g) Substituição da fricativa

Neste processo, o fonema /s/ do Português, em posição inicial, é substituído, em certos casos, pela africada /ts/. Apresentamos, em seguida, exemplos de substituição da fricativa:

tsaku < saco
tsalu < sal

h) Ensurdecimento da velar

A velar oclusiva sonora /g/ é substituída pela sua correspondente surda /k/. A título de exemplo, apresentamos as seguintes unidades lexicais:

*kulu**k**a* < alu**g**ar
*mante**k**a* < mantei**g**a

i) Desintegração dos grupos consonânticos

Os grupos consonânticos do português são desintegrados, por meio de uma vogal epentêntica. Por exemplo:

kibibila < bí**bl**ia
dikulusi < **cr**uz

Conclusão

Em Angola, as línguas nativas atestam várias marcas do português, de uso frequente entre os seus falantes. A Língua Portuguesa contribui para o enriquecimento terminológico das línguas Bantu de Angola. Os portuguesismos integrados nas línguas nativas de Angola sofreram várias alterações, porque a Língua Portuguesa apresenta algumas características próprias, inexistentes nas línguas receptoras.

Referências bibliográficas

BAL, Willy (1979) – *AfroRomanica Studia,* Albufeira, Edições Poseidon.

BAL, Willy (1981) – *Mots d'Origine Portugaise dans Quatre Langues Bantoues du Zaïre,* Separata de Biblos, LVII, Coimbra.

BARRADAS, A. (1945) – «Lusismos na União da África do Sul», in *Revista de Portugal* (Série de Língua Portuguesa), t. 6, pp. 352354.

CHICUNA, Alexandre Mavungo (2015) – *Portuguesismos nas Línguas Bantu. Para um Dicionário Português-Kiyombe*, 2ª edição, Lisboa: Edições Colibri.

CHICUNA, Alexandre Mavungo (2009) – *Tratamento Lexicográfico dos Portuguesismos em Kiyombe,* Tese de Doutoramento em Linguística, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

MARTINS, M. A. de Morais (1958) – *Contacto de Culturas no Congo Português*, Lisboa.

MARTINS, M. A. de Morais (1958) – "Contribuição para o Estudo da Influência do Português na língua Quicongo", in *Garcia de Orta*, Lisboa, t. 6, pp. 3351

MORAIS, Manuel de (1963) – *Contacto de Culturas no Congo Português*, Lisboa.

NOGUEIRA, Rodrigo de Sá (19501951) – "As Línguas Bantas e o Português", in *Estudos Coloniais*. Revista da Escola Superior Colonial, Lisboa, t. 2, pp. 161201.

OBENGA, Théophile (1985) – *Les Bantu: langue – Peuples et Civilisations*, France, Présence Africaine.

REDINHA, José (1971) – *Distribuição Étnica de Angola*, Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola.

VALKHOFF, Marius F. (1975) – *Miscelânia lusoafricana*, Colectânea e Estudos Colegidos, Lisboa, Junta de Investigações Científicas do Ultramar.

GUENNEC, Pe. Grégoire Le e VALENTE, Pe. José F. (1972) – *Dicionário Português Umbundu*, Luanda, Instituto de Investigação Científica de Angola.

LOPES, Ilídio da Silva (1961) – *Da Interrogação em Quimbundu*, Lisboa, AgênciaGeral de Ultramarino.

MAIA, Pe. António da Silva (1961) – *Dicionário Português – Kimbundu – Kikongo Línguas nativas do Norte de Angola*).

MAIA, António da Silva (1964) – *Dicionário Rudimentar PortuguêsKimbundu (Língua nativa falada mais ou menos de Luanda a Malanje)*, 1.ª ed., Editorial Missões – Cacujães.

MAIA, Pe. António da Silva (1994) – *Dicionário complementar PortuguêsKimbunduKikongo*, 2.ª edição.

NTONDO, Zavoni (2006) – *Morfologia e Sintaxe do Ngangela*, Luanda, Editorial Nzila.

SILVA, Pe. António Joaquim da (1966) – *Dicionário de Português – Nhaneca*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica de Angola.

SILVA, Pe. António Joaquim da (1966) – *Dicionário Português – Nhaneca*, Instituto de Investigação Científica de Angola, Lisboa.

Djumbai: Património cultural imaterial da Guiné-Bissau

João Paulo Pinto Có
Antropólogo e historiador. Investigador e Coordenador do CEHA - Centro de Estudos de História e Antropologia, do INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, Guiné-Bissau

Contexto histórico da Guiné-Bissau

Guiné-Bissau, um país multiétnico e pluricultural situado na Costa Ocidental da África, fica encravado entre o Senegal e a República da Guiné, ambas ex-colónias francesas e que juntamente são herdeiros de fortes traços do antigo Império de Mali. Este Império congregava vários reinos africanos e o Kaabu (atual Guiné-Bissau) foi muito importante no seu crescimento, mas também na sua decadência e dissolução.

Mali era formado necessariamente por grupos étnicos Mandinga, Fulani, Sossó, Serere, Wolof, Banhun e minoritariamente por algumas etnias que compõem o atual tecido étnico da Guiné-Bissau: Balanta, Papel, Manjaco, Bijagó, Mancanha, etc.

Para entender melhor a paisagem cultural da atual Guiné-Bissau torna-se necessário recuar ao século XII para constatar os traços de um primeiro avanço dos Mandingas em direção ao litoral do Oeste africano.

Recolhidas na Senegâmbia, em Casamansa e em Kaabu, as tradições orais referem-se a uma colonização agrícola malinké (Mandinga) sobre os povos autóctones Bainuk, Balanta, Papel, Beafada entre o fim do século XII e o começo do XIII, de acordo com Wondji (2010).

No interior de tais interpenetrações grupais dominavam os clãs Fati (muçulmanos) e Sane, adeptos da religião dos ancestrais, núcleos originais das famílias reinantes do futuro império do Kaabu.

Dentro desta pacífica migração camponesa apareceu a migração conquistadora dos furiosos soldados do famoso Tiramaghan Traore, um dos generais eméritos de Sundiata Keita. Portanto, a conquista dos territórios atlânticos dos Joola, Balanta e Bainuk, facilitada pela cumplicidade dos primeiros colonos, permitiu ao Mali a posse de uma larga abertura no mar, no fim do século XV, e o domínio dos territórios compreendidos entre a Gâmbia e Serra Leoa.

Se atentarmos para as tradições que se reportam a tal expansão para Oeste, perceberemos que talvez ela tenha sido a consequência de certas características sociais e económicas da sociedade mande. Em razão da existência da regra da sucessão baseada na linha colateral, os irmãos sucedendo-se uns aos outros até à morte do último irmão da geração mais antiga, era difícil e impaciente para os filhos de dirigentes sucederem ao seu falecido pai. Muitos dentre eles, após terem reunido os membros de sua família que desejavam acompanhá-los como guerreiros e escravos, partiram em direção ao Oeste para, a partir daí, fundarem seus próprios Estados. Grande parte destes grupos migrantes era também

animada pelo desejo de participar das trocas comerciais, cada vez mais numerosas na região da fronteira ocidental, e de ter parte na riqueza que estava a aumentar.

No entanto, não se sabe se tais movimentos unicamente como conquistas militares, apenas colocando os guerreiros em causa outros membros da sociedade mande, tais como comerciantes, caçadores, arrendatários desejosos em tirar proveito do comércio com o Ocidente ou em encontrar regiões onde pudessem se fixar, da mesma forma que artesãos e escravos, participaram ativamente da expansão rumo ao Oeste (Boahen, 2010). Os movimentos migratórios são igualmente percebidos pelas múltiplas trocas entre os diversos grupos étnicos e linguísticos, os quais possibilitaram espaço às novas misturas. É justamente neste quadro de interpenetrações culturais que as sociedades guineenses "se apoderaram" fortemente dos costumes do antigo Mali, onde a Oralidade tem um peso colossal.

De acordo com o Hampate Ba (2010), na sua contribuição à escrita da História da África, patrocinada pela UNESCO, quando se fala da tradição em relação à história africana, refere-se essencialmente à tradição oral, e não há outra forma de conhecer a história e o espírito dos povos africanos se não pela Oralidade, enquanto uma herança de conhecimentos de toda espécie, pacientemente transmitidos de boca a ouvido, de mestre a discípulo, ao longo dos séculos. Essa herança ainda permanece e reside na memória (coletiva) da última geração de grandes depositários – os Griot's ou os Tradicionalistas - de quem se pode afirmar "são a memória viva da África". Nas nações ocidentais modernas, onde a escrita precede sobre a oralidade e onde o livro constitui o principal veículo da herança cultural, por muitos séculos se considerou que povos ágrafos eram povos a históricos e desprovidos de cultura e civilização. Todavia, esse pensamento caiu por terra após duas guerras mundiais que assolaram essencialmente o Continente europeu, graças ao brilhante trabalho empreendido por etnólogos africanos e outros estudiosos versados em assuntos africanos. Atualmente, as nobres ações inovadoras e corajosas da UNESCO ajudam a desmistificar os mistérios sobre os tesouros dos conhecimentos africanos transmitidos pela tradição oral, elementos que pertencem ao patrimônio cultural da Humanidade.

Porém, para alguns pesquisadores, o grande problema que se coloca é se pode dar à Oralidade o mesmo crédito que se atribui à escrita quando a abordagem é sobre os fatos do passado.

Na concepção do etnólogo maliano, Hampate Bâ (2010), esta não deve ser a preocupação central sobre o problema em apreço, uma vez que o testemunho, seja ele, escrito ou oral, se refere ao testemunho humano e, a escrita ou a fala são produções do Homem e nada mais. A escrita é filha da oralidade e os primeiros arquivos e bibliotecas do mundo foram os cérebros dos homens.

Já para o tradicionalista da ordem de Tijaniya, em Bandiagara, Salif Thierno Bokar: "Antes de escrever um relato, o homem recorda os fatos tal como lhe foram narrados ou, no caso de experiência própria, tal como ele mesmo os narra. Nada prova a priori que a escrita resulta em um relato da realidade mais fidedigno do que o testemunho oral transmitido de geração a geração" (BA, 2010).

Crónicas das guerras modernas, por exemplo, são provas vivas da força da oralidade e da palavra e é contada obviamente a partir do prisma das paixões, da mentalidade particular, dos interesses ou da avidez em justificar um ponto de vista, como diz um ditado africano: "cada nação enxerga o (sol do) meio-dia a partir da porta de sua casa".

Portanto, o que está por trás do testemunho é o próprio valor do homem que faz o testemunho, o valor da cadeia de transmissão da qual ele faz parte, a fidedignidade das memórias individual e coletiva e o valor atribuído à verdade em uma determinada sociedade.

Dito de outro modo, a ligação entre o homem e a palavra é intrínseca. Nas sociedades de tradição oral, a função da memória é mais desenvolvida e a ligação entre o Homem e a Palavra é mais sólida.

Nas sociedades onde a escrita é ausente, o sujeito está ligado à palavra que profere. Está comprometido com a palavra. O sujeito é a palavra, e a palavra encerra um testemunho daquilo que ele é. A própria coesão da sociedade repousa no valor e no respeito pela palavra.

Na medida em que se difunde a escrita, se constata que ela pouco a pouco tende a substituir a palavra falada, tornando-se a única prova e o único recurso.

O exemplo disso é assinatura das celebrações de acordos ou contratos que vão se tornando compromissos formalmente reconhecidos pelas partes e por boa parte da sociedade. Ou seja, laço sagrado e profundo que une o homem e a palavra está a desaparecer progressivamente, dando assim lugar a títulos universitários convencionais.

O nascimento da Palavra

Aprendemos com os mais velhos que a Palavra é a propriedade do Deus Supremo, *Maa Ngala,* criador de tudo. Coisas visíveis e invisíveis.

A tradição do grupo étnico Bambara, do Mali também nos ensina que a Palavra, *Kuma,* é uma força fundamental que emana do próprio Ser Supremo, *Maa Ngala,* como instrumento da criação: "Aquilo que *Maa Ngala diz,* é!" costuma exaltar o chantre e mestre iniciador (normalmente um ferreiro), afirmando ainda para os jovens circuncidados que a criação mítica do universo e do homem se deve à necessidade de o *Maa Ngala* ter um interlocutor. Daí, decidiu criar o Primeiro Homem, atribuindo-lhe uma parte do seu nome, *Maa.*

Maa Ngala ensinou, portanto ao *Maa,* seu interlocutor, as leis que devem reger todos os elementos da formação do cosmo e como devem continuar a existir. Também nomeou o *Maa* de guardião do Universo e zelador pela conservação da Harmonia universal.

Tendo passado pelo processo iniciático sob orientação do *Maa Ngala,* o *Maa,* por sua vez, transmitiu a seus descendentes todo o aprendizado que recebeu. Foi assim, segundo Hamapaté Ba (2010) que teria começado o início da grande cadeia de transmissão oral iniciatória.

Tendo origem em *Maa Ngala,* a Palavra é divina. Só após entrar em contato com a corporeidade é que perdeu um pouco da sua divindade, mas se carregou de sacralidade. Uma vez que a Palavra não pertence ao *Maa,* este não pode em hipótese nenhuma distorcê-la.

Assim, *Maa,* síntese e receptáculo da força suprema e epítome de todas as forças existentes, recebeu por hereditariedade uma parte do poder divino: o dom da Mente e da Palavra.

Djumbai, uma escola para a formação social do sujeito

Tomando de empréstimo as definições da UNESCO (1997) sobre o património, fare-

mos aqui um recorte sobre aquilo que o nosso trabalho se interessa, patrimônio cultural imaterial, enquanto:

1) Saberes: conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades. 2) Formas de expressão: manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas. 3) Celebrações: rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

4) Lugares: mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e se reproduzem práticas culturais coletivas.

Nas sociedades tradicionais africanas a educação é societária, ou seja, a sua transmissão envolve todos os entes adultos, principalmente os já iniciados. A principal forma de transmissão do saber é feita por via oral. Tudo é passado pacientemente de boca a ouvido, de geração para geração e de mestre ao discípulo.

Os transmissores do saber e do conhecimento são chamados de tradicionalistas ou Griot's. Segundo Hampaté Bâ (2010) são eles os depositários da herança oral e a memória viva da África. São suas melhores testemunhas e suas denominações variam de acordo com as línguas africanas. Em Bambara, é Doma ou Soma, os "Conhecedores", ou Donikeba, "fazedores de conhecimento"; na língua Fula, varia de região para região, de Silatigui, Gando ou Tchiorinke, o mesmo significado de "Conhecedor".

Estes mestres iniciados ou iniciadores podem ser especialistas em um ramo de conhecimento tradicional como ferreiro, tecelão, caçador, pescador, etc. ou possuidor do conhecimento total da tradição em todos os seus aspectos. Deste modo, há aqueles Domas que conhecem a ciência do ferro, da pastagem, da tecelagem, ou das grandes escolas de iniciação da savana.

Um ancião pode ser também um generalizador, conhecendo não apenas a ciência das plantas (as propriedades boas ou más de cada planta), mas também a "ciência das terras" (as propriedades agrícolas ou medicinais dos diferentes tipos de solo), a "ciência das águas", astronomia, cosmogonia, psicologia, etc.

Guardião dos segredos da Gênese cósmica e das ciências da vida, o ancião tradicionalista, geralmente dotado de uma memória prodigiosa é também um arquivista de fatos passados transmitidos pela tradição, ou de fatos contemporâneos. Além do ensino esotérico ministrado nas grandes escolas de iniciação – por exemplo, o Komo ou as demais já mencionadas, a educação tradicional começa, em verdade, no seio de cada família, onde o pai, a mãe ou as pessoas mais idosas são ao mesmo tempo mestres e educadores e constituem a primeira célula dos tradicionalistas. Costumam ministrar as primeiras lições da vida, não somente através da experiência, mas também por meio de histórias, fábulas, lendas, máximas, adágios, etc. Os provérbios são as missivas legadas à posteridade pelos ancestrais.

Nas tradições guineenses, o ensinamento não é sistemático, mas ligado às circunstâncias da vida, um procedimento prático e muito ativo.

A lição que se dá à uma criança na ocasião de certo acontecimento ou experiência tende a ficar profundamente gravada na memória dela, por isso o Djumbai pode acontecer também em qualquer lugar e a qualquer momento, respeitados os tabus.

Quando um ancião e as crianças caminham pela mata e encontrarem um formigueiro isso dará ao velho mestre a oportunidade de abordar sobre conhecimentos variados, em

conformidade com o perfil dos ouvintes. Mas também é uma oportunidade para o mestre falar sobre o próprio animal, sobre as leis que governam sua vida e a classe de seres a que pertence, pode dar também uma lição de moral às crianças, mostrando-lhes como a solidariedade é imprescindível na vida da comunidade.

Assim, qualquer incidente da vida, qualquer acontecimento trivial pode sempre dar ocasião a múltiplos desenvolvimentos e pode induzir à narração de um mito, de uma história ou de uma lenda, como a que se segue.

O CAÇADOR E O CROCODILO

Um caçador foi à caça e encontrou um crocodilo que também estava à espera de uma vítima. O caçador quis matá-lo, porém o crocodilo suplicou-lhe para não lhe tirar a vida, dizendo:
-Vim cá simplesmente à procura de qualquer coisa para matar a fome. Não encontro o caminho de regresso. Leva-me, por favor até à margem do rio.
Respondeu-lhe o caçador:
-Eu bem que te queria levar, mas tenho medo que me comas.
O crocodilo jurou que não havia de o comer. Propôs-lhe então o caçador:
-Só te levo se te amarrar a boca.
– Amarra-me a boca – atalhou o crocodilo.
O caçador amarrou-lhe a boca com uma corda, em seguida ligou-lhe todo o corpo a um pau e levou-o às costas até às margens do rio. Chegados ao destino, o caçador quis pô-lo no chão; o crocodilo pediu-lhe:
-Leva-me para mais longe.
O caçador entrou na água até aos joelhos. Suplicou-lhe o crocodilo de novo:
-Leva-me ainda um pouco mais longe.
O caçador aceitou. Disse-lhe então o crocodilo:
-Desamarra-me a boca, caso contrário não poderei comer.
Assim que o caçador lhe desamarrou a boca, o crocodilo disse-lhe:
-Prestaste-me, é certo, um serviço; mas agora tenho de te comer, única e exclusivamente para respeitar a nossa tradição: os meus pais, os avós, comiam todos os homens quantos encontravam no caminho.
Foi a vez do caçador pedir com insistência para não ser comido. O crocodilo rejeitou categoricamente tal pedido. O caçador fez-lhe então a seguinte proposta:
– Estou inteiramente de acordo que me comas, mas proponho que previamente peçamos o parecer de três transeuntes.
Um cavalo velho foi o primeiro a passar por lá. Cada um lhe contou a sua aventura a seu modo. Escutou com muita atenção as duas versões, depois se dirigiu ao crocodilo:
– Come-o, como é vosso hábito. O homem é muito ingrato; quando eu era novo, com todo o vigor, cuidava bem de mim. Agora faz de conta que não me conhece.
Apareceu depois uma velha. Ela ouviu as duas versões da mesma aventura e disse logo ao crocodilo:
– Come-o, os homens são todos ingratos. Quando jovem e bela, o meu marido jurou-me que só haveria de me amar a mim. Agora casou com raparigas novas, e nem sequer olha

para mim. Come-o, segundo as vossas tradições.
O caçador estava desesperado, não vislumbrando nenhuma solução favorável à sua situação. Chegou a lebre. Cada um lhe expôs a aventura a seu modo.
– Estais muito longe, disse-lhes a lebre; já estou velha e oiço muito mal. Vinde, pois aqui à margem, para que vos oiça melhor.
Ambos saíram da água e chegaram perto da lebre, a quem contaram de novo tudo. Disse-lhes a lebre: Custa-me a acreditar. Como é que este homenzinho pode carregar com um gigante como tu? Para dar o meu parecer, é preciso eu ver com os meus olhos tudo quanto estais a contar-me. Portanto, regressai à floresta. Que o caçador te amarre de novo e te traga até aqui.
O crocodilo e o caçador aceitaram. Quando chegaram à floresta, a lebre disse ao caçador para amarrar melhor o crocodilo e perguntou-lhe:
– A vossa casta não come crocodilo?
O caçador respondeu:
– Claro que comemos.
A lebre disse-lhe:
– Salvaste-lhe a vida e ele quis comer-te; agora leva-o para casa e comei-o em família, tu, a tua mulher e os teus filhos. (MWELO WETO, 2018)

Esta história mostra exatamente o compromisso que um indivíduo deve ter com a palavra. Pois, nas tradições orais africanas, quando o sujeito mente, ou se desvia da sua palavra dada, é lhe decretado a morte civil, se desliga da sua ancestralidade e perde toda a sua credibilidade perante a sociedade.

Vale notar que nos contos guineenses, os animais ganham a vida semelhante a seres humanos e acabam por "se humanizarem".

Além da história ou estórias de fracasso e de desvirtualidade, o mais velho, durante à noite de lua cheia pode contar uma história de esperança de persistência aos jovens, como esta, por exemplo:

Salton ku si mindjer

Un mindjer sai pa ba panha salton na roda di mar. I tchiga, i panha salton manga del, i fia na korda. I bin panha un salton e fia na korda. Mindjer di salton sai, i odja si omi, i ba tchora djanan la na metadi di tarafi. I na tchora, i na tchora, i fala si omi ku panhadu, i na tchora. Salton fala si mindjer: "Ka bo tchora. Ora ku bo sinti nha tcheru na iassadu bo ta tchora, ma tementi N ka iassadu inda, ka bo tchora". Mindjer ku panhal i ditanda gora korda e ba laba kurpu. Salton salta, i kapli na corda e miti dentru di koba. I fala si mindjer: "N tarda contau. Tementi bo ka na sinti nha tcheru na fugu, sibi cuma N ka muri".

Tradução

O saltão e sua mulher

Uma mulher saiu para apanhar saltões à beira-mar. Ela chegou, apanhou um monte de saltões e enfiou na corda. Pegou saltões e enfiou na corda. A mulher do saltão saiu e viu seu homem e foi chorar pra valer no meio do mangue. Ela chorou, chorou, dizendo que seu homem fora apanhado, e chorou. O saltão lhe disse: "Não chore. A hora que

você sentir meu cheiro sendo assado, você chora; mas, enquanto eu ainda não estiver assado, não chore". A mulher que o apanhara pôs a corda [de peixes] no chão e foi tomar banho. O saltão saltou e escapuliu da corda e se meteu dentro de um buraco. Ele disse a sua mulher: "Eu não lhe disse! Enquanto você não sentir o meu cheiro no fogo saiba que eu ainda não morri". (MWELO WETO, 2018)

Portanto, a Antropologia que, desde os seus primórdios trabalha com as tradições orais, busca manter uma tradição ininterrupta em manipular as tradições orais.

Estes foram privilegiados na medida em que constituíam a única via de acesso à descrição e compreensão das comunidades que constituíam seu objeto de estudo.

Todavia, são os historiadores, *par excellence,* interessados na reconstrução das sociedades ágrafas que vêm desenvolvendo uma metodologia avançada, associando o estudo das tradições orais a uma preocupação com a temporalidade.

Os historiadores entendem de que o trabalho com as tradições orais deve se basear na avaliação sobre a transmissão oral que as sociedades em jogo vêm transmitindo ao longo do tempo.

De qualquer maneira, a problemática toda se resume na confiabilidade das informações levantadas sobre o passado, levando em conta a seriedade da qualidade do material recolhido sobre o passado, principalmente a sua consistência interna e externa, confirmando-a com a consulta de outras fontes.

Nesta linha de trabalho, conforme Piscitelli (1992) só são consideradas evidências históricas as tradições que se originaram de observações de uma situação determinada. Dito isto, para esta perspectiva é necessário estabelecer que parte da mensagem recriada ao longo das gerações é verdadeiramente antiga e em que medida expressa uma relação de contemporaneidade entre registo e observação.

Considerações finais

Este ensaio, por partir da experiência e vivência do próprio ensaísta, visou também debater com investigadores africanos hodiernos que trabalham sobre o resgate da cultura e identidades africanas, visando uma investigação mais aprofundada e acurada num futuro próximo sobre o assunto.

O espírito Djumbai ganhou contornos atualmente ao ponto de ser uma ferramenta para "deter" muitas crianças e jovens nas igrejas católicas, sendo um evento semanal em que todos os catequistas e catequizandos devem participar, a fim de propiciar uma aproximação maior com a comunidade.

Bibliografia

BA, A. H. *A Tradição Viva.* Em: História Geral da África, I: Metodologia e pré-história da África / editado por Joseph Ki-Zerbo. – 2ª ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010.

BOAHEN, A. A. *A África diante do desafio colonial.* Em: História Geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935 / editado por Albert Adu Boahen. – 2ª ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010.

MWELO WETO. Literatura, Linguística e Cultura Africanahttps://mweloweto.com/2016/03/09/o-cacador--e-o-crocodilo/ : acesso, 08/07/2018.

PISCITELLI, A. Tradição Oral, Memória e Género: Um Comentário Metodológico. Seminário Interna-

cional Del Uso de Historias de Vida em Ciencias Sociales: Prácticas, Teorias y Metodologias. Villa de Leyva, Colombia, março de 1992.

UNESCO. Nossa diversidade criativa: Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento. Brasília: UNESCO, Ed. Papirus, 1997.

WONDJI, C. Os Estados e as Culturas da Costa da Alta Guiné. Em: História Geral da África, V. África do século XVI ao XVIII / editado por Bethwell Allan Ogot. – Brasília: UNESCO, 2010.

Estratégia de internacionalização em português. O Centro de Línguas e Cultura do Instituto Politécnico de Lisboa

Ana Cristina Miranda Perdigão
Mestre em Estudos Europeus – Dominante Jurídica,
Professora Coordenadora do ISCAL, IPL, Lisboa, (acperdigao@sp.ipl.pt)

Antónia Estrela
Doutorada em Linguística,
Professora Adjunta da ESELX, IPL, Lisboa (antoniaestrela@eselx.ipl.pt)

Fernando Melício
Doutorado em Engenharia Eletrotécnica,
Professor Coordenador do ISEL, IPL, Lisboa (fmelicio@deea.isel.ipl.pt)

Telma Fróis
Mestre em Urbanismo e Ordenamento do Território,
Bolseira de Investigação, IPL, Lisboa (tfrois@sp.ipl.pt)

I – Considerações gerais

A internacionalização do ensino superior, em especial nas vertentes de mobilidade académica e de captação de estudantes e investigadores internacionais, implica opções estratégicas em termos linguísticos.

O trabalho académico realizado em língua inglesa aparece em geral como adequado a estas vertentes da internacionalização e encontra-se atualmente bastante facilitado pelo domínio que as novas gerações de docentes e investigadores têm deste idioma, o que constitui, na realidade, um imperativo em termos de publicação de artigos científicos.

Por outro lado, em diversas áreas do conhecimento em que se perspetiva com maior incidência um mercado de trabalho global, os próprios estudantes nacionais aderem com muito interesse à oferta formativa em língua inglesa por considerarem que ficarão assim mais capacitados para o mercado de trabalho.

Será então esta a única aposta em termos linguísticos com vista à internacionalização de uma instituição de ensino superior? Estamos em crer que não.

Como é referido por Carlos Reis[1] no relatório produzido em 2010 por solicitação do Ministério dos Negócios Estrangeiros e do Ministério da Educação – *A Internacionalização da Língua Portuguesa: para uma política articulada de promoção e difusão:*

i) A língua portuguesa constitui um instrumento de afirmação estratégica que transcende a estrita dimensão da esfera linguística;

ii) A projeção internacional da língua portuguesa não corresponde, neste momento, à dimensão do seu universo de falantes;

1. Reis, C. (coord.). (2010). *A Internacionalização da Língua Portuguesa: para uma política articulada de promoção e difusão*. Lisboa: Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação, p. 13.

iii) Uma política da língua deve, de forma articulada e coerente, congregar esforços de diversos protagonistas em Portugal e (num plano que ultrapassa o presente relatório) convocar também a intervenção de outros países, no quadro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Por seu turno, o Conselho de Ministros do Governo Português, em Resolução n.º 78/2016, de 20 de outubro[2], que aprova as orientações gerais da política de internacionalização do ensino superior e da ciência e tecnologia, faz notar a necessidade de *o processo de internacionalização do sistema nacional de ciência, tecnologia e ensino superior se enquadrar com clareza e coerência no conjunto das políticas públicas para a internacionalização que se encontram em curso e dizem respeito, designadamente, aos domínios do investimento e do comércio externo, da mobilidade, da língua,[3] do património e da cultura, da cooperação com países terceiros e da participação em organizações multilaterais.*

Neste contexto em que aparece claramente identificado um problema de deficiente[4] e talvez inconsistente projeção internacional da língua portuguesa e em que deve ser consensual a necessidade de integração de políticas públicas, pensamos que as instituições de ensino superior devem contribuir ativamente para a valorização e difusão da nossa língua.

Para tanto não bastará disponibilizar, sem mais, a estudantes, docentes e investigadores a nossa oferta formativa em português. É preciso tomar medidas que visem a capacitação desses públicos para trabalharem em língua portuguesa.

O Politécnico de Lisboa, com esse objetivo, vem oferecendo, desde 2005, aulas de português como língua estrangeira que disponibiliza, gratuitamente, a todos os estudantes internacionais e em mobilidade. Mais recentemente, já em 2107, criou o Centro de Línguas e Cultura do Politécnico de Lisboa – CLiC-IPL, onde tem vindo a densificar e consolidar esta prática.

II – O Centro de Línguas e Cultura do Politécnico de Lisboa

No âmbito da missão e atribuições previstas nos artigos 2.º e 3.º dos Estatutos do Instituto Politécnico de Lisboa[5], o seu Conselho Geral, por deliberação de 12.07.2017[6], aprovou a criação de um Centro de Línguas e Cultura que se rege pelos respetivos Estatutos aprovados pelo Presidente do Politécnico de Lisboa[7].

---

2. Resolução do Conselho de Ministros n.º 78/2016 de 20 de outubro, Diário da República, 1.ª Série, 30.11.2016.

3. Sublinhado nosso.

4. Vide artigo de Nuno Pacheco publicado no Jornal *Público* de 14.06.2018, p.45, *Língua portuguesa, do lirismo ao desastre,* em que este jornalista refere o seguinte: - *Há como que uma espécie de embriaguez que nos tolda os sentidos e nos impede de ver o que se esconde por detrás dos desejos, da retórica, das frases encomiásticas, das estatísticas que anunciam, sem pejo, que a língua portuguesa se é falada hoje (garantem) por 260 milhões de seres, sê-lo-á por 400 milhões até 2050 e por nada menos que 600 milhões até ao final do século. É obra senhores, é obra! Mas é obra, sobretudo, da imaginação.*

5. Estatutos do Instituto Politécnico de Lisboa, aprovados pelo Despacho Normativo n.º 20/2009 do Ministro da Ciência Tecnologia e Ensino Superior, de 13.5.2009, publicado no Diário da República, 2.ª Série, de 21 de maio de 2009.

6. Deliberação do Conselho Geral do Instituto Politécnico de Lisboa n.º 949/2017 de 29.9.2017, publicada na 2.ª Série do Diário da República de 31 de outubro de 2017.

7. Despacho n.º 126/2017-IPL do Presidente do Instituto Politécnico de Lisboa a que se encontram anexos os Estatutos do Centro de Línguas e Cultura do Instituto Politécnico de Lisboa, disponíveis em https://www.ipl.pt/sites/default/files/ficheiros/media/despacho_no_126-2017_-_criacao_centro_linguas_-_anexo.pdf

Na introdução daqueles Estatutos aprecem referidos, entre outros, os seguintes objetivos:

i. Ensino de português para estrangeiros

No âmbito da mobilidade académica realizada ao abrigo do programa ERASMUS +, o IPL já organiza em cada semestre letivo, sob a responsabilidade da ESELx em coordenação com o GRIMA, cursos de português, em dois níveis, para os estudantes estrangeiros que frequentam as nossas Escolas e Institutos.

Neste aspeto, pretende-se, agora, aproveitando essa experiência de vários anos, institucionalizar esta prática e, por outro lado, diversificar a oferta formativa na área das línguas, de modo que possa constituir um dos suportes da estratégia de internacionalização do IPL.

ii. Ensino de cultura portuguesa

A esta formação de língua portuguesa poder-se-ia adicionar, ou apresentar autonomamente, formação em cultura e hábitos culturais portugueses, de modo a facilitar a integração de cidadãos estrangeiros em Portugal.

Assumiu-se, assim, como prioridade o ensino do português como língua estrangeira, tirando partido das competências científicas e pedagógicas dos professores da Escola Superior de Educação de Lisboa, na lecionação das pedagogias próprias do ensino da língua portuguesa, mas também na lecionação de cursos de português como língua estrangeira aos estudantes internacionais e em mobilidade do Politécnico de Lisboa.

Paralelamente, foi desenvolvida oferta formativa em outras línguas que é disponibilizada aos estudantes, docentes e funcionários não docentes.

Esta formação, que é gratuita nos níveis elementares, tem por objetivo contribuir para o aumento da internacionalização do Politécnico de Lisboa no que respeita à lecionação em inglês e ao acompanhamento dos estudantes internacionais e em mobilidade pelos serviços administrativos.

Foram ainda preparados cursos intensivos das línguas dos países mais procurados pelos estudantes em mobilidade *outgoing* de modo a apoiar a sua integração nos países para os quais viajarão com vista ao seu período de estudos ou estágio.

A procura destas formações no segundo semestre do corrente ano letivo de 2107/2018 encontra-se representada nas figuras 1 e 2.

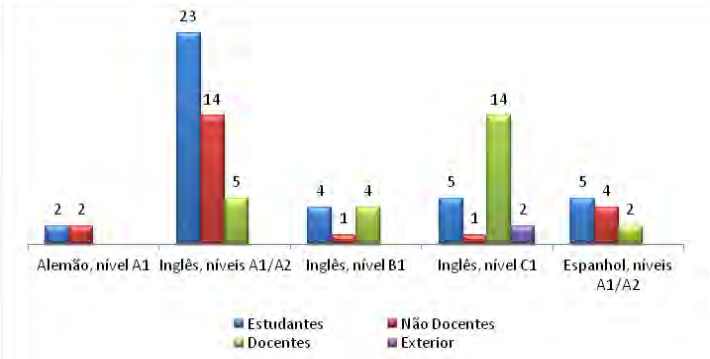


Figura 1 – Cursos semestrais de língua estrangeira – CLiC 2017/2018. Fonte: CLiC – IPL

No que concerne à lecionação de inglês, os níveis A1/A2 são procurados sobretudo por estudantes (23). A lecionação de inglês, nível C1 é direcionada maioritariamente a docentes (14).

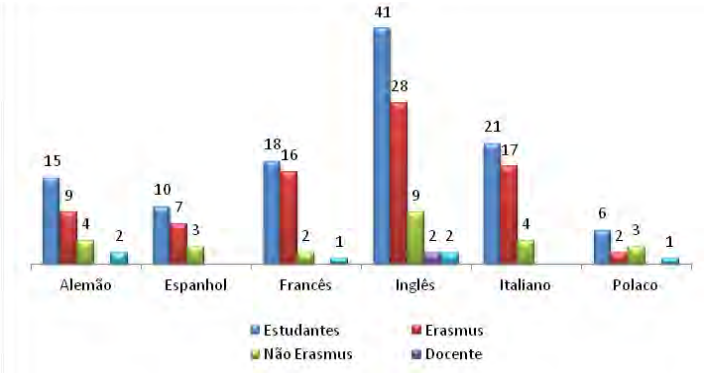


Figura 2 – Cursos intensivos de verão – julho de 2018. Fonte: CLiC – IPL

O CLiC – IPL disponibiliza cursos intensivos de verão, em julho de 2018, nomeadamente seis (6) idiomas distintos. A língua inglesa é a mais procurada, sobretudo por estudantes nacionais e alunos Erasmus. Nesta modalidade de oferta estival denota-se a reduzida participação de docentes e de participantes exteriores ao universo IPL.

III – A oferta formativa de português como língua estrangeira

No que respeita ao português como língua estrangeira (PLE), são oferecidas as seguintes formações:

i. Cursos intensivos e regulares

É preparado um curso intensivo de quarenta horas que os estudantes internacionais e em mobilidade podem frequentar antes do início do seu período de estudos ou estágio. Este curso é de nível elementar, prevendo-se a disponibilização de cursos intermédios ou avançados a curto prazo. No decurso de cada um dos semestres letivos, decorrem cursos regulares de sessenta horas cada, também em diferentes níveis.

Todas estas formações são suscetíveis de ser creditadas segundo o sistema ECTS pelos órgãos competentes das instituições de ensino superior.

Em todos os cursos de português como língua estrangeira, fazem parte do programa conteúdos linguísticos e culturais. Abordam-se temáticas diversas, ressaltando-se as questões de património histórico e cultural. Nesta perspetiva são usados materiais autênticos que dizem respeito a recursos disponíveis em museus, centros ciência viva, e ainda diferentes publicações. Paralelamente, sempre que possível, são organizadas visitas a sitios específicos da cidade, como o Museu de Lisboa - Palácio Pimenta, Palácio *Baldaya,* que encerram todo um conhecimento sobre a cidade de Lisboa, mas também do país.

A procura destes cursos, relativa aos três últimos anos letivos, encontra-se representada nas figuras 3 a 8[8].

8. Em virtude da *transição* do curso de português como língua estrangeira para o Centro de Línguas e Cultura do IPL no ano letivo de 2017/18, não foi ainda *uniformizada* a forma de recolha e tratamento dos dados. Optámos, ainda assim, por divulgar os dados existentes ainda que não completamente comparáveis, por ora,

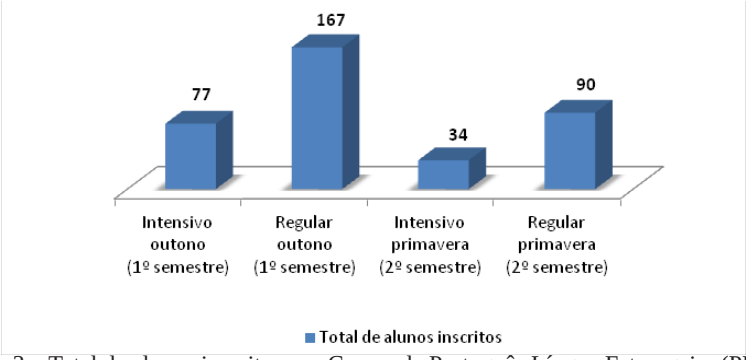


Figura 3 – Total de alunos inscritos nos Cursos de Português Língua Estrangeira (PLE) - Ano letivo 2015/2016. Fonte: CLiC – IPL

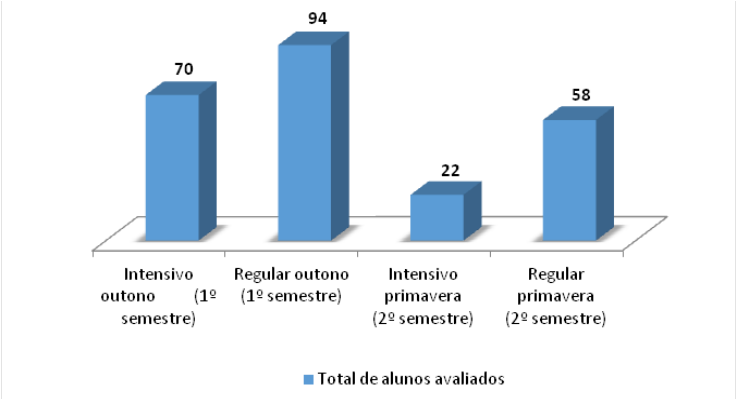


Figura 4 - Total de alunos avaliados nos Cursos de Português Língua Estrangeira (PLE) - Ano letivo 2015/2016. Fonte: CLiC – IPL

No ano letivo de 2015/2016, o total de alunos inscritos nos Cursos de Português Língua Estrangeira (PLE), apresenta-se superior ao número de alunos avaliados. A diferença entre alunos avaliados e inscritos nos períodos de outono é de 80 alunos, enquanto nos períodos de primavera é de 44 alunos.

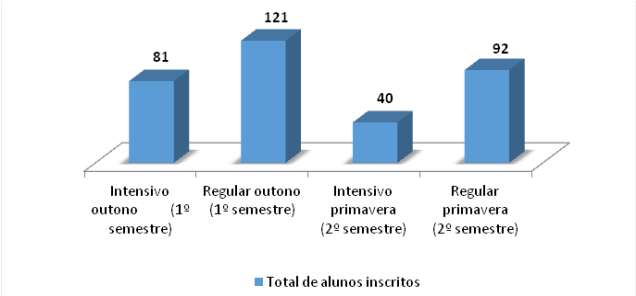


Figura 5 - Total de alunos inscritos nos Cursos de Português Língua Estrangeira (PLE) - Ano letivo 2016/2017. Fonte: CLiC – IPL

com os dos anos anteriores.

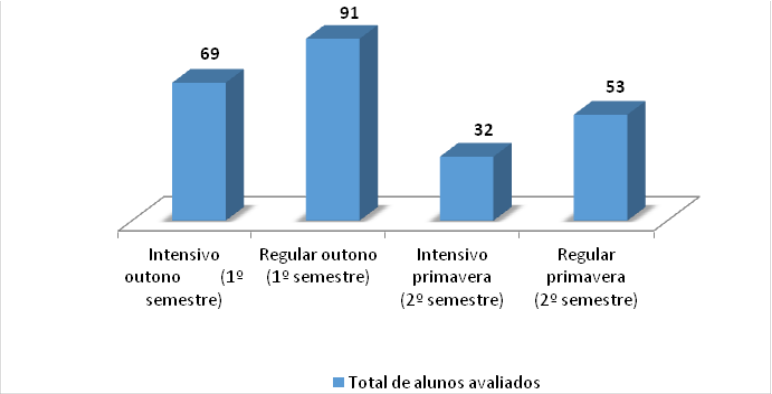


Figura 6 - Total de alunos avaliados nos Cursos de Português Língua Estrangeira (PLE) - Ano letivo 2016/2017. Fonte: CLiC – IPL

No ano letivo de 2016/2017, o total de alunos inscritos nos Cursos de Português Língua Estrangeira, apresenta-se também superior ao número de alunos avaliados, contudo deve-se assinalar uma diminuição considerável desta diferença. A diferença entre alunos avaliados e inscritos nos períodos de outono é de 42 alunos, enquanto nos períodos de primavera é de 47 alunos. É de salientar ainda que ocorre entre os anos letivos de 2015/2016 e 2016/2017 uma redução substancial do número de alunos inscritos (34) nos Cursos PLE.

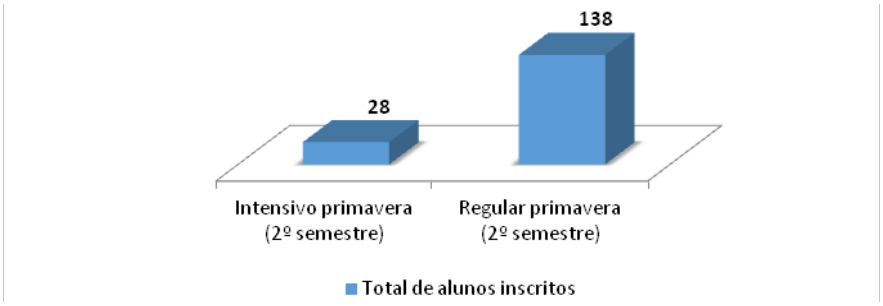


Figura 7 - Total de alunos inscritos nos Cursos de Português Língua Estrangeira (PLE) - Ano letivo 2017/2018. Fonte: CLiC – IPL

Sendo comparável, no ano letivo de 2017/2018, o número de alunos inscritos (166) e aprovados (66) do período da primavera, há a indicar a diferença entre os mesmos de 100 alunos.

ii. *Summer school*

Atualmente é oferecida uma formação intensiva em formato de *Summer School*.

Para além do ensino do português como língua estrangeira, pretende-se, com a *Summer School*, divulgar o património cultural português. Assim, do programa fazem parte as aulas de língua propriamente ditas e sessões sobre música, história e arte das últimas décadas, no contexto português.

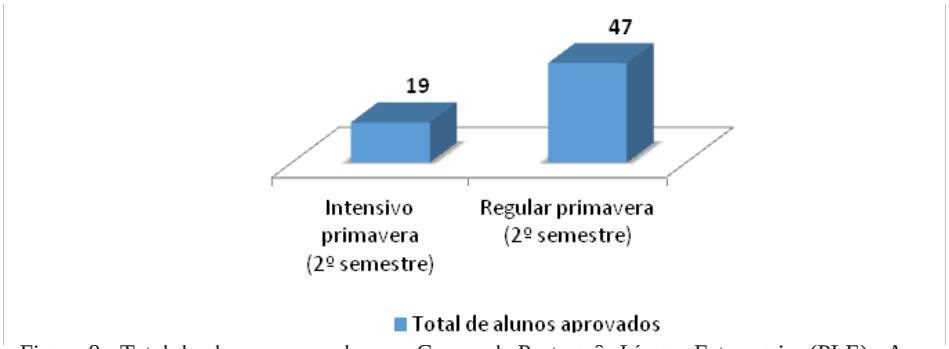


Figura 8 - Total de alunos aprovados nos Cursos de Português Língua Estrangeira (PLE) - Ano letivo 2017/2018. Fonte: CLiC – IPL

iii. Programas à medida

Está em curso um processo de *negociação* com alguns dos parceiros internacionais do Politécnico de Lisboa com vista à preparação de programas desenhados em conjunto que aliarão formações intensivas nas áreas científicas das suas unidades orgânicas a formações em língua e cultura portuguesa.

Neste âmbito decorrem ainda ações que visam implementar cursos de português como língua estrangeira (PLE), a pedido de parceiros institucionais e empresariais.

É ainda de mencionar a existência destas formações em programas de solidariedade académica, promovendo ativamente o acolhimento e apoio a refugiados e pessoas deslocadas em situações de emergência humanitária, no âmbito da Plataforma Global de Assistência Académica de Emergência a Estudantes Sírios[9].

IV – Investigação sobre o tema

Tendo em vista o incremento da produção científica dos seus docentes, o Centro Interdisciplinar de Estudos Educacionais (CIED), da ESELx, apoia a realização de projetos propostos pelos docentes e suas equipas, através de financiamento concedido pelo próprio Instituto, e tem por objetivo a criação de conhecimento e cultura, pelo incremento do número de publicações, trabalhos e o registo de patentes de autoria ou coautoria dos docentes

Neste âmbito, na edição de 2107 foi proposto, selecionado e financiado, um projeto que versa sobre a temática do ensino de português como língua estrangeira – *PLE em contexto*, que tem vindo a ser desenvolvido por Antónia Estrela, a coordenadora, e Ana Boléo, Ana Rita Dourado, Patrícia Ferreira, Sandrina Esteves e Vanda Magarreiro, todas docentes da Escola Superior de Educação de Lisboa e/ou do CLiC. Tendo também o apoio do CLiC, este projeto coloca a tónica no perfil do próprio estudante para que se possa conceber todo um conjunto de sessões que tornem mais profícua a aprendizagem da língua.

O principal objetivo deste projeto é perceber quem são os alunos do IPL que frequentam as aulas de PLE, quais são as suas motivações e interesses e as representações que

9. O IPL coopera na Plataforma Global de Assistência Académica de Emergência a Estudantes Sírios, tendo já adotado um conjunto de práticas de integração académica, social e cultural destes estudantes nas unidades orgânicas de acolhimento.

os próprios têm face às suas competências no que se refere ao domínio e à aprendizagem do português.

A partir da caracterização desses estudantes e dos seus centros de interesse, várias estratégias podem ser utilizadas, desde uma abordagem mais situacional, até uma baseada em conteúdos, em competências ou em tarefas. Na verdade, o que a prática sugere é que será mais vantajosa a integração de duas ou mais abordagens para um ensino mais eficaz e adequado[10]. Com base nesta premissa, a criação de módulos temáticos será tanto mais proveitosa para o sucesso dos aprendentes quanto mais próximos dos centros de interesse do público-alvo estiverem os conteúdos.

Reconhecendo que o contexto de imersão é facilitador da aprendizagem da língua e da apropriação de aspetos culturais, afigura-se particularmente útil se os estudantes puderem ter, com supervisão pedagógica e linguística, acesso a locais que farão parte do seu quotidiano.

Por outro lado, parece igualmente importante, desenvolver um programa de mentorado na aprendizagem da língua, dado afigurar-se pertinente o apoio interpares, potenciado pelos benefícios de uma relação próxima, cujos comportamentos de modelagem[11] poderão facilitar a promoção de uma boa adaptação dos novos estudantes nos primeiros momentos de vivência numa dada instituição[12] e proporcionando assim aos estudantes internacionais e em mobilidade um envolvimento significativo com a comunidade escolar, como seja: conhecer a instituição, o seu funcionamento e o contexto geográfico em que se insere; e dinamizar estratégias de acolhimento de forma a evitar o isolamento social e ajudar a delinear objetivos académicos claros e exequíveis.

Neste contexto, são vários os objetivos traçados:

1. Conceção de um teste de diagnóstico para posicionamento em nível de língua para os alunos Erasmus que já apresentam alguns conhecimentos de português e/ou de outras línguas românicas.

2. Caracterização dos alunos Erasmus do IPL, no que diz respeito às suas expetativas face à aprendizagem do português como língua estrangeira.

3. Criação de módulos temáticos de conteúdos, tendo em conta os interesses dos alunos Erasmus das várias escolas do IPL.

4. Desenvolvimento de atividades que tenham por base o uso da língua em contexto efetivo.

5. Conceção de sessões de mentorado em que estudantes portugueses assumiriam o papel de mentores perante os estudantes Erasmus, visando um trabalho mais personalizado sobre a oralidade.

No final, são esperados os seguintes resultados:

i. A criação de diversos materiais de ensino/aprendizagem mais ajustados aos perfis dos estudantes;

---

10. Leffa, V. J. (2008). *Como produzir materiais para o ensino de línguas*. In: Vilson J Leffa (Org.). *Produção de materiais de ensino: teoria e prática*. 2. ed. Pelotas: EDUCAT, p. 15-41.

11. Bandura, A. (1969). *Principles of behaviour modification*. New York: HOLT, RINEHART & WINSTON.,Não é necessária página por não se tratar de uma citação direta.

12. Welling, H. (1997). *Mentorado em Portugal*. Consultado em http://www.indeks.pt/mentorado.htm em 23 de novembro de 2017.

ii. A melhoria dos métodos de constituição de turmas, porque mais bem aferidos os perfis dos candidatos;

iii. Participação mais efetiva dos alunos, porque os seus interesses e motivações serão considerados;

iv. Maior sucesso na aprendizagem do português;

v. Maior apropriação de questões culturais e linguísticas;

vi. Maior valorização dos diferentes currículos científicos das várias escolas do IPL;

vii. Aumento da disseminação da língua e da cultura portuguesa nos países de origem, facto potenciador de mais alunos Erasmus em anos seguintes.

Apoiando o desenvolvimento de projetos, através dos seus vários centros de investigação, o IPL contribui para o incremento da produção científica dos seus professores, no geral, e promove, neste caso específico, a criação de conhecimento na área do ensino e aprendizagem do português como língua estrangeira, um domínio em franca expansão e com muitas potencialidades para a internacionalização da língua portuguesa.

V – Considerações finais

A internacionalização das instituições de ensino superior é premente no atual contexto e a internacionalização em língua portuguesa assume particular pertinência, se pensarmos nos espaços e estatuto que esta língua ocupa no mundo.

Estando atento ao panorama atual, o IPL criou um centro de Línguas e Cultura que proporciona o ensino de diversas línguas, mas também do português como língua estrangeira, com o intuito de dotar os seus estudantes Erasmus e internacionais de competências linguísticas em português e de todo um conhecimento histórico-cultural, fundamentais para o seu desenvolvimento enquanto estudantes, mas também enquanto cidadãos plenos, humanistas.

A investigação nesta área constitui um caminho pertinente para que o trabalho desenvolvido seja proveitoso, sendo uma mais-valia um projeto como PLE em Contexto, que também se justifica pela presença, cada vez maior, de alunos estrangeiros no IPL. Estes discentes procuram não só a instituição, mas também o conhecimento da língua e da cultura do próprio país. Será muito útil para a instituição conhecer o perfil dos seus estudantes estrangeiros e conceber instrumentos que melhorem e potenciem as suas aprendizagens da língua portuguesa, perspetivando o impacto que o acolhimento a estes estudantes poderá ter no acréscimo de alunos que procuram a instituição.

A aposta na disseminação da língua portuguesa será, com certeza, garante de maior visibilidade da instituição a nível internacional e, por consequência, de mais estudantes estrangeiros. Ao oferecer o português a quem procura o IPL, a instituição estará a contribuir de forma decisiva para a aproximação ao país, à sua cultura, literatura, história. É o que se pretende neste mundo global.

Referências bibliográficas

Bandura, A. (1969). *Principles of behaviour modification*. New York: HOLT, RINEHART & WINSTON.

Conselho da Europa (2001). *Quadro Europeu Comum de Referência para as línguas*. Tradução de Joana Pimentel do Rosário e Nuno Verdial Lopes, Lisboa: Asa.

Declaração Constitutiva da CPLP. Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (1996), disponível em http://www.cplp.org/Admin/Public/DWSDownload.aspx?File=%2fFiles%2fFiler%2fcplp%2fDocumentos+Base%2fDeclara%ef%bf%bd%ef%bf%bdoConstitutivaCPLP.pdf

Espaço de Ensino Superior da CPLP, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (2004), disponível em http://www.cplp.org/id-4643.aspx

Estatutos da AULP, Associação das Universidades de Língua Portuguesa AULP (2005). disponível em http://aulp.org/sites/default/files/AULP_Estatutos2005_0.PDF

European Commission (2014). *Erasmus+ statistics 2014*. Consultado em 17 de novembro de 2017, em http://ec.europa.eu/dgs/education_culture/repository/education/library/statistics/2014/portugal_en.pdf

Hutchinson, T., Waters, A. (2010). *English for specific purposes: a learning-centred approach*. (25nd ed.). Cambridge: Cambridge University Press.

Leffa, V. J. (2008). *Como produzir materiais para o ensino de línguas*. In: Vilson J Leffa (Org.). *Produção de materiais de ensino: teoria e prática*. 2. ed. Pelotas: EDUCAT, p. 15-41.

Lemos, M. (2005). *Motivação e aprendizagem*. Psicologia da Educação, Temas de Desenvolvimento, Aprendizagem e Ensino. Lisboa. Relógio D'Água Editores, pp. 193-221.

Pacheco, Nuno, *Língua portuguesa, do lirismo ao desastre,* Jornal Público de 14.06.2018, p. 45.

Plano Estratégico Ensino Superior, Ciência e Tecnologia para 2014-2020, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (2004), disponível em http://www.cplp.org/Admin/Public/DWSDownload.aspx?File=%2fFiles%2fFiler%2fCESCT%2fCPLP_Plano_Estrat%c3%a9gico_Ensino_Superior_Ci%c3%aancia_Tecnologia_2014-2020.pdf

Reis, C. (coord.). (2010). *A Internacionalização da Língua Portuguesa: para uma política articulada de promoção e difusão*. Lisboa: Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 78/2016 de 20 de outubro, Diário da República, 1.ª Série, 30.11.2016.

Welling, H. (1997). *Mentorado em Portugal*. Consultado em http://www.indeks.pt/mentorado.htm em 23 de novembro de 2017.

LISTA DE ABREVIATURAS, ACRÓNIMOS E SIGLAS

AULP – Associação das Universidades de Língua Portuguesa

CIED – Centro Interdisciplinar de Estudos Educacionais

CLiC - IPL – Centro de Línguas e Cultura do Politécnico de Lisboa

CPLP – Comunidade de Países de Língua Portuguesa

ECTS – European Credit Transfer System

ERASMUS – European Region Action Scheme for the Mobility of University Students

ESELx – Escola Superior de Educação de Lisboa

GRIMA – Gabinete de Relações Internacionais e Mobilidade Académica

IES – Instituições de Ensino Superior

IPL – Instituto Politécnico de Lisboa

PLE – Português como Língua Estrangeira

Lexicografia bilingue de especialidade: e-dicionário português-kimbundu no domínio da saúde

Ana Pita Grós Martins da Silva
Faculdade de Letras, Universidade Agostinho Neto (anpigromasil@gmail.com)

Introdução

O nosso estudo teve como motivação, o fenómeno da falta de comunicação, no âmbito da saúde, entre falantes de Português e de Kimbundu.

Nas visitas efectuadas aos bancos de urgências dos diversos hospitais e centros de saúde de Luanda, tivemos a possibilidade de constatar que, alguns médicos enfrentam dificuldades de comunicação com o público, na medida em que não dominam a língua nacional Kimbundu e os pacientes que ocorrem aos bancos, não dominam a língua Portuguesa. Em consequência, interessou-nos o registo de situações pontuais, nos principais hospitais, nomeadamente as vividas nos bancos de urgências.

É neste meio social que antevemos inseridos, o médico, enfrentando dificuldades para compreender o seu paciente, falante de uma língua bantu que aquele não domina; paralelamente, o enfermeiro num meio rural, predominantemente de língua Kimbundu, ou ainda, o promotor de saúde que pretende apresentar palestras sobre cuidados primários de higiene a uma população que desconhece ou que tem um fraco domínio da língua Portuguesa.

Uma análise da situação linguística Angolana permite-nos constatar que, apesar do domínio da língua Portuguesa, as línguas nacionais em geral, e o Kimbundu, em particular, resistiram a todas as influências, pois, um bom número de falantes tem essa língua como materna.

A preservação da identidade linguística e cultural**,** de cada país, implica que cada um dos Estados Africanos adopte medidas capazes de desenvolver programas de ensino, que contemplem diferentes abordagens, desde o ensino da língua materna, da língua segunda e língua estrangeira, até à língua de especialidade, enquanto língua materna e língua estrangeira.

A investigação, aqui apresentada, tem por objectivo último despertar a atenção dos responsáveis pela área, para o facto de a elaboração de políticas linguísticas terem por base princípios teóricos e metodológicos provenientes das Ciências da Linguagem, muito em especial da Terminologia, das Ciências da Educação e da Didáctica das Línguas.

A mesma destina-se a um melhor conhecimento da Língua Kimbundu, enquanto língua de especialidade e tem por objectivo o ensino-aprendizagem da terminologia médica nesta língua que, frequentemente, está em situações de contacto com o Português.

Interessou-nos a abordagem Lexicográfica, Lexicológica e a Terminológica, pela oportunidade que representou o estudo do léxico de especialidade na área da saúde, assim como, a observação e caracterização de algumas metáforas terminológicas utilizadas nesta área, nas duas línguas, e que têm uma base cultural.

A Linguística tem sido objecto de um extraordinário desenvolvimento desde a segunda metade do século XX. Abrange, hoje, uma multiplicidade de domínios, os quais têm vindo a adquirir uma especialização e características próprias. Destes destacamos os que de algum modo têm afinidades com o nosso campo de investigação: a língua, a língua mãe, a língua segunda, a língua de especialidade, o bilinguismo, o multilinguismo, a Interpretação, a Tradução, a Análise do Discurso, a Sociolinguística, a Política Linguística, a Lexicologia e Lexicografia, a Terminologia.

Os domínios da Lexicologia, da Lexicografia e da Terminologia são, entre outros, aqueles que mais directamente se relacionam com a nossa área de especialização. Na perspectiva do seu objecto linguístico, preocupam-se, na generalidade, com questões relacionadas com a dualidade do signo: significado-significante, o que implica o estudo de questões conceptuais, nocionais, referenciais e semânticas, no âmbito da problemática da estruturação do léxico.

A investigação, por nós desenvolvida, enquadra-se nas tendências recentes da Terminologia, na perspectiva da Socioterminologia (cf. Gaudin, 2003) e da Terminologia Cultural (cf. Diki-Kidiri, 2008). Enquanto a Socioterminologia sublinha a importância dos usos sociais e dos diferentes protagonistas que utilizam uma determinada língua de especialidade e a respectiva terminologia, a Terminologia Cultural tem por objectivo identificar sistemas conceptuais e terminológicos, e descrever os termos, analisando as particularidades culturais dos conceitos subjacentes a determinadas unidades terminológicas.

Para enquadrarmos a problemática do ensino da Terminologia e das Línguas de Especialidade, reportámo-nos às políticas linguísticas defendidas pela União Europeia, e às medidas tomadas pelo Conselho da Europa, para que os diferentes Estados-Membros promovam, divulguem e preservem as suas línguas. Por outro lado, a teoria da Terminologia Cultural, proposta por Diki-Kidiri (2008, p. 14), desenvolvida ao longo deste trabalho, veio alertar os países Africanos para a necessidade do desenvolvimento de terminologias científicas.

O recurso à ciência terminológica impõe-se quando é preciso dominar um conjunto de termos, para conhecer, reconhecer e manipular os dados comunicacionais, em toda e qualquer comunidade linguística. A divisão do trabalho social, ligado a todas as práticas da língua, a cientificidade do saber, a multiplicação das técnicas e as dificuldades trazidas pelo parcelamento do conhecimento, que caracterizam os países desenvolvidos ou em vias de desenvolvimento, potenciam esta necessidade.

Analisámos a pertinência do investimento no desenvolvimento da investigação em Terminologia e na construção de novos produtos terminológicos, que têm por base o recurso às novas tecnologias de informação, no qual a Internet, em particular, detém um papel preponderante. Estes novos recursos tornam possível a concepção de inovadores sistemas interactivos de aprendizagem.

Assim se compreende que o desenvolvimento da Terminologia**,** como disciplina das Ciências da Linguagem, seja um fenómeno de relativa actualidade, facto que fica a dever-

-se, por um lado, ao progresso vertiginoso das ciências e das técnicas e, por outro, às necessidades acrescidas de comunicação, no seio de uma mesma comunidade linguística ou entre povos de línguas diferentes. Trata-se de assegurar, a nível nacional e internacional, a comunicação especializada, garantia dos avanços do saber científico e técnico e do desenvolvimento económico, cultural e social de uma dada comunidade.

Assim, a investigação tem como primeiro objectivo o estudo lexical da língua Kimbundu, língua que tem muitos contactos com o Português; este estudo deverá conduzir a um objectivo último, que é o da produção de um dicionário bilingue interactivo, com recurso às novas tecnologias de informação, através da disponibilização de uma página na Internet, permitindo, deste modo, a sua pesquisa e consulta on-line.

Constituindo o texto de especialidade, o veículo de transmissão do conhecimento, organizámos um *corpus* bilingue Português/Kimbundu, no domínio da Saúde e dos seus cuidados primários. Procedemos, numa primeira fase, à análise do *corpus*, no sentido de observar a estrutura conceptual e linguística da terminologia dos subdomínios da Anatomia e da Fisiologia Humana. Numa segunda fase, seleccionámos os termos médicos: os termos anatómicos estabelecem uma interface entre o significado em Português e em Kimbundu.

Metodologia de investigação

Com a necessidade de minimizar as dificuldades de comunicação em saúde, que profissionais e utentes enfrentam, principalmente, nos bancos de urgências de alguns hospitais de Luanda, sentimos a necessidade de efectuar uma recolha de dados junto da população alvo por nós definida: a da província do Bengo; assim efectuámos uma pesquisa com um carácter de diagnóstico, com o objectivo de avaliarmos o conhecimento daquela população, em relação ao Português e à língua Kimbundu.

Para a execução desta nossa pretensão, levamos a cabo uma pesquisa de campo junto de pessoas ligadas à área da saúde e com vários níveis de conhecimento do assunto a ser tratado, a saber: 80 médicos (nacionais e estrangeiros), 90 enfermeiros, 70 promotores de saúde e 200 pacientes, com conhecimentos sobre Kimbundu, o que facilitou a recolha e identificação de termos médicos, até agora nunca ou mal dicionarizados.

Os dados recolhidos foram sistematizados e ordenados, constituindo o *corpus terminológico de referência do corpo humano em Kimbundu*; efectuámos uma organização conceptual dos termos em Kimbundu e constituímos uma base de dados terminológica para registo destes termos kimbundu.

Os princípios teóricos e metodológicos da Terminologia, da Lexicologia e da Lexicografia serviram de fundamento para a concepção do modelo do dicionário que apresentamos como um instrumento para a gestão do conhecimento especializado. Os conceitos de "interactivo" e "virtual" assumem um papel de relevo, pois remetem para a acessibilidade ao conhecimento sob diferentes perspectivas e de acordo com diferentes objectivos.

Na abordagem teórica, sublinhámos a importância das estruturas e das combinatórias terminológicas. Partindo de princípios teóricos e da reflexão sobre as necessidades sentidas relativamente ao ensino da Terminologia e das línguas de especialidade, apresentamos um modelo que designamos de "E-dicionário de Língua de Especialidade em Saúde". Este modelo tem por objecto o domínio da Saúde e dos seus cuidados primários,

em que privilegiámos os sistemas da Anatomia e da Fisiologia Humana.

Trata-se de um recurso terminológico que, estamos certos**,** permitirá ao utilizador, a gestão da auto-aprendizagem das línguas e da terminologia associada às áreas de especialidade. Identificámos, de igual modo, o público-alvo e as competências requeridas ou a desenvolver durante o processo de aprendizagem da língua de especialidade. Destacámos a importância das diferentes situações de comunicação especializada e as diferentes motivações que levam à necessidade de aprendizagem de uma língua de especialidade.

No presente modelo, é proposto um dicionário interactivo que surge como um recurso, no ensino das línguas em questão, para que o utilizador possa aceder à informação terminológica. O modelo prevê também, uma componente lexical com exercícios de tipo lexical e gramatical. Deste modo, o utilizador poderá adquirir, aprofundar ou consolidar, o conhecimento especializado e desenvolver diferentes competências linguísticas na língua Kimbundu.

Metáforas terminológicas

Cristo[1] foi o grande mestre das metáforas, por isso, os seus ensinamentos atraíam multidões. Expressões, como "semeador", "pescador de homens", foram tão persuasivas, que mesmo no fim de dois mil anos não perderam a sua contemporaneidade**.**

A metáfora é essencial à comunicação entre línguas e culturas, participando na consolidação da variedade das mesmas, pois, existem numerosas conexões que determinam e explicam os fundamentos das estruturas metafóricas. Seria praticamente impossível falar e pensar sem recorrermos à metáfora; ela é um processo linguístico muito utilizado, no dia-a-dia, na comunicação humana, pois o ser humano necessita de unidades lexicais, de termos e de expressões metafóricas para designar objectos e realidades do mundo que o rodeiam e para expressar o que sente .

Um dos meios mais poderosos das metáforas são as comparações não explícitas, pois elas permitem fazer um número ilimitado de conexões mentais. Quando não percebemos algo, usamos uma unidade lexical, contendo uma metáfora, e dessa maneira a compreensão de uma noção torna-se mais fácil. É essa a grande força da metáfora que permite usar expressões como "carrego o mundo nos ombros". Todos nós usamos metáforas, às vezes involuntariamente, devido à força do hábito, pois são unidades lexicais ou expressões que do ponto de vista semântico e pragmático contêm uma maior força e persuasão do que outras unidades lexicais.

As metáforas que usamos, todos os dias, fazem parte da língua corrente e, provavelmente, fazem parte da nossa "cultura partilhada" (termo criado por Robert Galisson, 1987).

O uso de expressões metafóricas, que interiorizamos, determina os nossos pensamentos, os nossos actos e exerce um grande poder sobre a nossa vida. As metáforas que usamos do ponto de vista semântico podem ser positivas e intensas; fazem parte das convicções que adoptámos e, ao quebrá-las, ou ao mudá-las, suspendemos esse paradigma.

A língua de especialidade é descritiva, clara e neutra. Mas não ignora a utilização de figuras de estilo consideradas como sendo circunscritas aos textos literários. Na tradução

1. Bíblia Sagrada, Mateus: 12-28

especializada observam-se também inúmeros exemplos de recurso a metáforas que ultrapassam o âmbito de mero ornamento retórico, passando a expressar conceitos técnicos e científicos e a assumir o estatuto de termo. Desta forma, as metáforas através das suas funções denominativa e didáctica têm um papel importante, por um lado, no desenvolvimento da ciência e, por outro, na difusão da ciência.

A história da ciência demonstra que à medida que diversos estudos no âmbito da língua científica foram realizados, a metáfora tem uma função significativa na fundamentação da ciência. As metáforas, neste domínio, são indispensáveis, pois a língua desde sempre incluiu expressões metafóricas. O próprio termo Terminologia tem uma origem metafórica, uma vez que um novo termo implica sempre uma delimitação conceptual.

As metáforas não são apenas figuras de estilo; elas estão subjacentes a muitos termos e neónimos científicos, políticos e sociais.

Na língua científica, o "encanto" da metáfora apresenta-se como uma componente integrante do discurso científico. Segundo Contenças (cf. 1999, p. 9), as metáforas e as expressões figurativas interceptam o discurso científico de uma determinada disciplina.

Num estudo sobre a eficácia da metáfora na ciência, no caso específico da Genética, Contenças (cf. 1999, p. 97) apresenta a importância da *metáfora da dupla hélice* nos desenvolvimentos do conceito de ácido desoxirribonucleico (ADN) e na explicação do genoma humano. Por exemplo, num contexto de discurso científico, a expressão relativa à metáfora "ADN é sequência de código" é um enunciado pertinente. Mas num contexto de discurso pedagógico ou informativo, as expressões referentes à mesma metáfora são reformuladas; por outras palavras, os mapeamentos nocionais no contexto científico, *são mais precisos, limitados, enquanto nos outros contextos são menos exactos.*

Todo o corpo da ciência contemporânea constitui uma tentativa de explicar fenómenos que, geralmente, são difíceis de entender pelo ser humano, porque referem-se a forças e a processos que não são perceptíveis directamente, ou porque são de tamanho insignificante, como as moléculas, ou porque são imensas, como o universo, ou ainda porque resultam de forças que os nossos sentidos não podem detectar, como o electromagnetismo, ou como a formação de um organismo desde a sua geração a partir de um ovo fecundado.

A utilização da metáfora vem sendo difundida em várias abordagens psicoterapêuticas. Num diálogo comum, torna-se difícil encontrar uma unidade lexical ou expressão para manifestar um sentimento ou uma emoção, e a metáfora auxilia, significativamente, na interacção comunicativa com o paciente, facilitando o médico no processo de recuperação da história clínica e no tratamento.

A metáfora pode ser utilizada como um instrumento no processo terapêutico. O terapeuta não oferece uma significação, pelo contrário, permite que o paciente extraia a sua própria interpretação e revele a sua história.

Na compreensão da metáfora, o paciente tem de explorar a significação dentro de si mesmo e usar as próprias experiências de vida, para dar sentido à sua história. O procedimento terapêutico inclui métodos introspectivos, como um instrumento primário que permite ao paciente começar a confiar em si mesmo, recorrendo à sua própria interpretação das produções linguísticas e das operações metalinguísticas associadas.

A metáfora é analisada tanto consciente como inconscientemente, contudo, o seu principal uso como intervenção terapêutica é o de ajudar o paciente a conectar-se ao incons-

ciente, um vasto repositório de experiências e aprendizagens que pode ser usado para alcançar as mudanças desejadas.

A metáfora, muitas vezes, tem uma função didáctica: é feita para ensinar o paciente a confiar e apoiar-se nos seus próprios recursos, como intuição, conhecimento tácito, integração das partes internas e uso dos aprendizados passados. Além disso, para ganhar acesso a recursos internos, uma metáfora pode, facilmente, ajudar um paciente a utilizar recursos externos, como os de outra pessoa, livros, cursos, etc.

Terminologia, Lexicologia e Lexicografia

A Terminologia e a Lexicologia são duas disciplinas que guardam entre si como factor de aproximação a descrição de unidades lexicais, embora marcadas por uma interpenetração entre subsistemas da língua geral, por transferências semânticas que ocorrem da língua de especialidade para a língua geral e vice-versa.

O conjunto das unidades lexicais de uma língua é composto por dois subconjuntos: o da *língua corrente* e o *das línguas de especialidade*. Ou seja os trabalhos lexicológicos podem tomar como objecto de estudo todas as unidades lexicais da língua geral, mas os trabalhos terminológicos limitam-se ao estudo do termo, forma linguística com características próprias.

A Lexicologia tem por objecto o léxico de um modo geral, enquanto a Terminologia centra-se na unidade lexical especializada e nos conceitos que caracterizam as áreas de conhecimento. As suas bases metodológicas podem ser aplicadas no ensino das línguas materna e estrangeira, na tradução, na elaboração de dicionários especializados, no ensino das disciplinas técnicas e científicas, na documentação, no jornalismo científico, nas ciências sociais, na transferência de saber técnico e científico, na produção industrial e nas políticas linguísticas.

A Terminologia distingue-se da Lexicologia no modo como encara o seu objecto. Enquanto a Lexicologia é essencialmente descritiva, a Terminologia é descritiva e normativa, pois ambas dão um tratamento diferente à sinonímia, à homonímia e à neologia. Enquanto na Lexicologia a sinonímia é equivalente de enriquecimento da língua, na Terminologia deve ser controlada de modo a manter a clareza das línguas científicas e técnicas.

A Terminografia consiste em recolher e organizar os termos e os conceitos de uma mesma área, sob a forma de dicionários, glossários, léxicos, etc. É também tarefa do terminógrafo difundir o seu trabalho entre os utilizadores seleccionados sob a forma de consultores, ordenar e classificar, linguisticamente, o produto da recolha.

A Lexicografia de Especialidade, por sua vez, respeitando os princípios da dicionarística na elaboração do dicionário, apresenta os dados dos léxicos de especialidade em Dicionários Terminológicos.

No entanto, o dicionário apresentará uma organização conceptual por domínios, subdomínios; os conceitos serão organizados numa rede conceptual, facilitando a consulta e a aprendizagem.

Conclusão

A Terminologia é sem dúvida um instrumento privilegiado da promoção das línguas e a investigação terminológica é igualmente um instrumento privilegiado para o desenvolvimento das línguas de especialidade.

A aquisição dos saberes técnicos, científicos e profissionais, assim como, dos meios linguísticos que permitem a sua expressão e comunicação, passa pelo ensino/aprendizagem das línguas de especialidade, quer se trate do ensino de línguas segundas ou do ensino das línguas maternas, num contexto de formação profissional.

Quando falamos de inserção das línguas nacionais, no sistema educativo, não pretendemos que as crianças sejam obrigadas a aprender as línguas que não desejam aprender. Pelo contrário, pretendemos que os direitos linguísticos dos Angolanos sejam respeitados, observados, e que as nossas línguas contem com dicionários e gramáticas, à semelhança de outras línguas do mundo.

A língua aprende-se por necessidade comunicativa, e não por imposição de espécie alguma. É falso pensar, em termos científicos e pedagógicos, que uma determinada língua pode ser recuperada na escola. Sabemos que foi nas universidades europeias que o latim morreu.

A funcionalidade operada pelo léxico especializado na transmissão de conhecimentos, na transferência de aparatos tecnológicos, bem como, nas relações contratuais faz com que, cada vez mais, a terminologia assuma relevância na e para a sociedade actual, cujos paradigmas de desenvolvimento estão intimamente relacionados ao processo de economia globalizada e ao acelerado desenvolvimento científico e tecnológico.

Justifica-se a importância do seu conhecimento, bem como, da sua divulgação em glossários, dicionários técnico-científicos e bancos de dados terminológicos, diante da funcionalidade operada pelos termos especializados na transmissão de informações e tecnologias.

Não podemos, no entanto, ignorar a dificuldade que existe em proteger a identidade linguística, no contexto de globalização em que nos inserimos. A globalização da economia, que se verifica pelos acordos comerciais internacionais, dá prioridade absoluta aos acordos económicos, ligados à utilização de uma língua dominante, ameaçando a diversidade linguística.

A necessidade de contar com obras de referência plurilingues na busca quer de conceitos, quer de denominações terminológicas atinge uma extensa gama de profissionais envolvidos com as linguagens técnicas. Entre eles, destacam-se os tradutores, intérpretes, documentalistas, redactores técnicos, lexicógrafos e terminógrafos, estudantes universitários, bem como, profissionais considerados como usuários indirectos da terminologia.

A ciência hoje, é objecto de larga divulgação, tanto que houve um tempo em que se postulava que o conteúdo das línguas especializadas era de uso restrito aos profissionais da área; actualmente, a ciência e a tecnologia tornaram-se objectos de notícia e nessa altura, de interesse do público não-especializado.

Bibliografia

Lino, M. T. (2006). Langues de spécialité: variantes terminologiques de la langue portugaise – Portugal et Brésil. *Actes du Colloque Cette Terre Brésilienne/ Esta Terra Brasileira.* Lyon: Université Lumière – Lyon 2.

Lino, M. T. (2008). Rede de Neologia e de Terminologia em Língua Portuguesa. *Actas do Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa.* Cabo Verde: Associação das Universidades de Língua Portuguesa AULP e Universidade de Cabo Verde.

Matoré, G. (1953). *La Méthode en Lexicologie: domaine français.* Paris: Marcel Didier.

Matos, N. d. (1953). *África Nossa: O que queremos e o que não queremos nas nossas terras de África.* Porto: Edições Marânus.

Matta, J. C. (1891). *Philosophia popular em provérbios angolenses.* Boston.

Matta, J. C. (1892). *Cartilha racional para se aprender a ler o kimbundu ou língua de Angola.* Luanda.

Oliveira, I. (2009). *Nature et fonctions de la métaphore en science.* Paris, L'Harmatan

Pearson, J. (1998). *Terms in Context, Coll. Studies in Corpus Linguistics.* Amsterdam: Jonh Benjamins Publishing Company.

Pereira, Z. (2003). *Pressupostos Teóricos e Metodológicos para o Tratamento Lexicográfico dos Falsos Amigos no Par de Línguas Português-Francês.* Lisboa: Universidade do Algarve, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Piri, R. (2002). *L`enseignement des langues de moindre diffusion comme langues étrangères dans d`autre pays, Guide pour l`élaboration des politiques linguistiques éducatives en Europe - De la diversité linguistique à l`éducation plurilingue.* Strasbourg: Conseil de l'Europe.

Pontes, A. L. (2009). *Dicionário para uso escolar: Que é e como se faz.* Fortaleza: Ed. Universidade Estadual do Ceará.

Prado, D. (s.d.). Avant-propos, La Terminologie en France. *Terminometro*, p. 44.

Pruvost, J. (2000). *Dictionnaires et nouvelles technologies.* Paris: PUF.

Quemada, B. (1990). *Les données dictionnairiques et l´ordinateur.* Paris: Cahiers de Lexicologie.

As línguas de Angola na escola: perceções dos professores sobre o ensino e aprendizagem da língua Nyaneka – Nkhumbi, na Província da Huíla-Angola

Georgina Tchilinga Dumbo Pequenino de Figueiredo
Escola Superior Pedagógica do Namibe, Universidade Mandume Ya Ndemufayo, Angola
(georginafigueiredo@ua.pt)

Introdução

A comunicação que iremos apresentar é relativa a um projeto de investigação em curso, do programa Doutoral em Educação, ramo Didática e Desenvolvimento Curricular. A motivação para o estudo da temática intitulada "As línguas de Angola na escola: perceções dos professores sobre o ensino e aprendizagem da Língua Nyaneka – Nkhumbi, na Huíla", surgiu devido às várias preocupações registada entre professores durante várias reuniões de coordenação e seminários científicos organizados pelas escolas onde iremos realizar o estudo, os mesmos têm manifestado preocupações relativas à falta de formação profissional no ensino língua Nyaneka-Nkhumbi, fraca colaboração de alguns pais, pouco incentivo ou projetos de sensibilização das populações sobre a importância do ensino das línguas nacionais na escola.

Numa entrevista concedida a IPOL Ezequiel Kambindangolo coordenador Provincial da Língua Nyaneka – Nkhumbi, na Huíla afirmou que "ensino da língua Nyaneka--Nkhumbi foi introduzido em 2008, nas escolas públicas da província da Huíla, e desde o início os professores desta língua têm sentido muitas dificuldades devido a vários fatores. Entre eles, destaca-se a falta de uma formação profissional do ensino desta língua" (IPOL, 2014).

Situação linguística de Angola

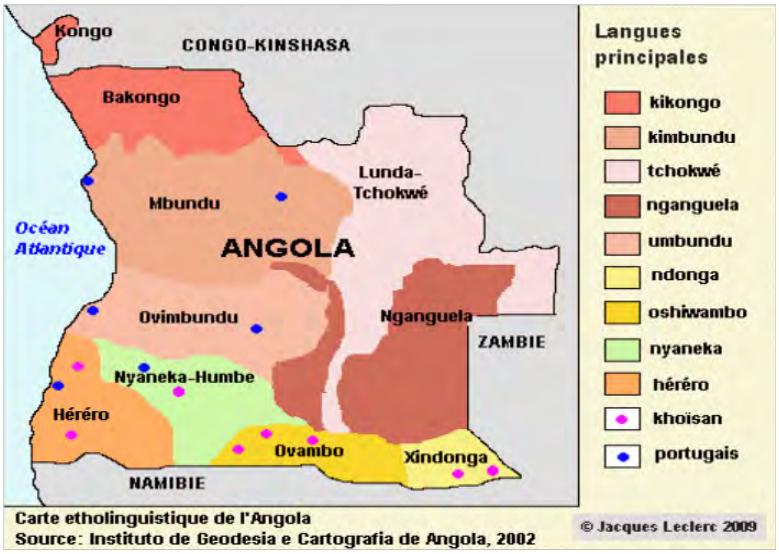
Angola, país com 25.789.024 habitantes de acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE, 2014), vive uma situação de plurilinguismo, onde coabitam três grandes famílias linguísticas genética e estruturalmente diferentes: família das línguas africanas, de origem não bantu; das línguas africanas, de origem bantu; e a da língua portuguesa, de origem neolatina (Fernandes & Ntondo, 2002). Segundo o senso 2014, p.51 as línguas mais faladas em Angola são: Português 71,1%, Umbundo 23,0%, Kimbundo 7,8%, Kikongo 8,2%, Côkue 3,1%,Nganguela 3,1%, Nyaneka 3,4%, Fiote 2,4%, Kwanyama 2,3%, Luvale 1,0%, Outras Línguas 4,1%.

Estudos feitos mostram que o povoamento humano do território angolano data desde 12.000 anos, os habitantes conhecidos como mais antigos são os Khoisan considerado como povo não bantu; só a partir do século XIII e XIX o território angolano conheceu uma nova ocupação de população chamada bantu pelo facto de nas suas línguas denominarem o ser humano através do radical "ntu". Assim, no século XIII, o primeiro grupo a

fixar - proveniente da região do Baixo Congo é denominado de Bacongo, cuja língua é denominada de Kikongo; entre o século XV e XVI o território angolano conheceu uma penetração dos Ovanyaneka pertencentes ao grupo etnolinguístico Nyaneka-Nkhumbi, que entrou pelo Sul de Angola e fixou-se no planalto da Huíla. Ainda no século XVI, outro povo vindo da região dos grandes lagos (Centro de Árica) denominado Ovahelelo e pertencente ao grupo etnolinguístico herero, instala-se no litoral sul; no século XVII, chegava outra migração a partir da região Sudeste e fixa-se entre o rio Zambeze e o rio Cunene - o grupo etnolinguístico Vangangela cuja língua é Ngangela.

No século XVIII o território angolano recebeu o grupo Ovambo pertencentes ao grupo etnolinguístico Ovakwanyama e fixaram-se entre o Alto Kubango e o rio Kunene, no século XVIII outro movimento migratório foi registado, com a entrada do grupo etnolinguístico Tucokwe cuja língua é Cokwe fixaram-se na região Lunda Norte e lunda Sul; no século XIX surgiu o último povo a instalar-se e Angola que eram os Ovakwangali (Fernandes & Ntondo, 2002); o grupo etnolinguístico Ovimbundo é o maior grupo etnolinguístico de origem bantu em Angola, pois que estendem-se pelas regiões de Bié, Bailundo, Benguela, Huambo e outras, cuja língua falada é Umbundo.

Mapa etnolinguístico de Angola
Fonte: Chicumba, 2003



A língua Portuguesa é de origem europeia estabeleceu-se em Angola a partir do século XV, isto é, desde 11 de Fevereiro de 1575, quando Paulo Dias de Novais chegou à ilha de Luanda. Inicialmente era falada apenas por um grupo de Portugueses e descendentes. Hoje, a Língua Portuguesa é a Língua oficial. Uma vez que Angola é um país plurilingue, no começo da luta armada contra o colonialismo, a unidade nacional era o objetivo primordial dos dirigentes do MPLA que instituiu o slogan: "*de Cabinda ao Cunene um só povo, uma só nação*". Este desejo só podia processar-se através duma língua veicular, ra-

zão pela qual, pela primeira vez, na posição de idioma comunicacional, o português assumiu real importância para os angolanos" (Zau, 2005, p.724). Assim a Língua Portuguesa, exerce um papel plurifuncional, de uso nos domínios da vida sociopolítica, económica, cultural e de unidade nacional (Assembleia Nacional, 2010; Fernandes & Ntondo, 2002).

A Língua Portuguesa é considerada a língua oficial e é língua materna de 71% da população (INE, 2014), uma vez que congrega os falantes de todas as línguas bantu e não bantu. Atualmente estima-se que possam existir cerca de trinta e cinco línguas de Angola e suas variantes. Assim, estudos feitos por Fernandes & Ntondo (2002), Zau (2002), Gomes (2014), Instituto de Políticas Linguísticas (IPOL 2014) e Martins, Gomes e Cá (2016) apontam os seguintes grupos etnolinguístico: Kikongo, Kimbundo, Lunda-Tchokwe, Ovimbundo, Ngangela, Nyaneka-NKhumbi, Ovanbu, Herero, Xingonga, Ovakwanyama, correspondentes à população Bantu; grupos etnolinguístico: Boximanes, Koisan, Europeus e Mestiços, correspondentes à população não Bantu.

Na Província da Huíla, coabitam todas as línguas faladas em Angola, com maior índice nas línguas Nyaneca-Khumbi, Umbundo e Nganguela, sendo que língua Nyaneca--Nkhumbi é autóctone tal como escrevem Fernandes & Ntondo, "O grupo etnolinguístico Ovanyaneka-NKhumbi, é constituído por povos de origem bantu que estabeleceu-se no planalto da Humpata e nos territórios do curso médio do rio Cunene" (2002, p.49). Assim a língua Nyaneka-Nkhumbi é falada maioritariamente na província da Huíla situada na região Sul de Angola como se vê em anexo II mapa etnolinguístico de Angola.

Política Linguística de Angola

As políticas linguísticas angolanas têm sua dependência nas políticas educativas do período colonial, pois, segundo Ndombele (2016), neste período, "o então Capitão Norton de Matos olhava a instrução no seio dos angolanos (autóctones) como meio de civilização, utilizando para o efeito a língua portuguesa, ficando proibido o uso de qualquer língua bantu e não bantu" (p.181). Como consequência desta política, Angola, após a proclamação da independência em 1975, adotou a língua portuguesa como língua oficial.

Em 1977, de forma a consolidar a independência e constituir um estado moderno, Angola realiza a reforma no seu sistema Educativo, implementado em 1978, baseada nos princípios de igualdade de oportunidade no acesso à escola, obrigatoriedade e gratuitidade do ensino, adotando o português como língua de escolaridade.

Em 1978, foi criado o Instituto de Línguas Nacionais (ILN) através do decreto nº. 62 de 6 de Abril, sob tutela do Ministério da Educação, cujos objetivos eram investigação científica no domínio da linguística e integrava, na sua estrutura orgânica, entre outros, um departamento de Línguas Nacionais e outras línguas estrangeiras. Em 1985, o Conselho de Defesa e Segurança, através do decreto n.º40 de 18 de Novembro, extingue o Instituto de Línguas e cria o atual Instituto de Línguas Nacionais, sob tutela do Ministério da Cultura, que tem como finalidades estudar as línguas locais de origem africana (línguas nacionais), compreender e desenvolver estudos sobre a tradição oral, compreendendo dois departamentos: o Departamento de Linguística Descritiva e Aplicada e o Departamento de Documentação e Tradição Oral (Gomes, 2014, pp.65-66).

O diagnóstico realizado no sistema educativo angolano em 1986 (Gabinete de Estudos para o Diagnóstico, 1986) apontou algumas debilidades no sistema, de entre elas a baixa

qualidade do ensino, justificada pelo facto de o ensino ser ministrado apenas em língua portuguesa e muitas crianças do meio rural e periurbano não possuírem o português como língua materna, dificultando assim, a adaptação das crianças na escola, a aprendizagem dos conteúdos, e até mesmo o aproveitamento dos conhecimentos preliminares que a criança traz do seio familiar.

A reforma do sistema educativo angolano aprovada pelo Dec. Lei n.º 13/2001 de 31 de Dezembro, reforçada pelo Dec. Lei n.º17/2016 de 7 de Outubro permitiu a inserção do ensino das línguas nacionais na escola, assegurando e orientando a expansão e a generalização da utilização do ensino das Línguas Nacionais. A Lei sobre o Estatuto das Línguas Nacionais de 26/10/2011 (Ministério da Cultura, 2011) permitiu clarificar os objetivos do ensino da língua nacional na escola, o qual:

> pretende evidenciar a importância das Línguas Nacionais como veículo de cultura, instrumento de comunicação, meio de ensino, instrumento de relações sociais, políticas e económicas, assim como conferir às mesmas, o lugar e a dignidade que lhes cabe no país, na medida em que são resultado do esforço de adaptação do nosso povo aos diferentes processos históricos do país (p.1).

O Ensino Bilingue na escola angolana

Neste estudo pretende-se abordar o ensino bilingue em Angola. Em Angola, como vimos acima, a introdução do ensino bilingue na escola encontra-se numa fase embrionária, uma vez que, entre muitos outros aspetos, os próprios alfabetos das línguas nacionais apenas recentemente foram aprovados a título experimental, pela Resolução n.º 3/78, de 23 de Maio de 1987, do Conselho de Ministros, e apenas os alfabetos das línguas kikongo, kimbundu, umbundu, cokwe, oxikwanyama e mbunda e suas respetivas regras de transcrição (Gomes, 2014, p.58). Devido a questão da organização do alfabeto das diversas línguas nacionais, apenas seis línguas que possuíam o seu alfabeto aprovado pelo Instituto Nacional de Línguas, logo foram inseridas na fase experimental que teve início no ano de 2005 e só nas escolas do ensino primário: Kikongo, Kimbundo, Tchokwe, Umbundo, Nganguela, Kwanyama (Gonçalves, 2012, p.23). Uma vez que o processo de inserção das outras línguas de Angola na escola vai acontecendo paulatinamente de acordo com a capacidade de organização e criação de condições de trabalho para a sua implementação, a Língua Nyaneka-Nkhumbi foi inserida no sistema educativo angolano a partir do ano de 2008, nas escolas da Província da Huíla.

Atualmente, o processo de inserção das línguas nacionais na escola obedece a critérios geográficos de acordo com a localização maioritária dos seus falantes. Assim, na província da Huíla, a língua principal a ser ensinada é a Nyaneka-Nkhumbi, mas devido às migrações internas, e como as línguas mais faladas nas províncias vizinhas (Huambo,

Benguela, Kuando-Kubango) são Umbundo e Ganguela, estas línguas também são ensinadas, desde que existam na escola professores falantes das mesmas e dispostos a contribuir para o seu ensino. Na altura da inserção das línguas nacionais nas escolas angolanas, não havia no país professores especializados para o ensino das mesmas já que, o currículo de formação de professores em línguas nacionais foi construído em 2005, e o seu ensino na fase experimental teve início em 2005 só nas escolas do ensino primário.

O currículo de formação de professores orienta a inserção, expansão e generalização do ensino em todas línguas nacionais de Angola na escola. (INIDE, 2005, p.7).

A seleção de professores para a lecionar a língua Nyaneka-Nkhumbi, por exemplo, tem obedecido critérios de natureza intencional tendo em conta aos professores que já falam, escrevem e leem a mesma língua, e que têm sido formados através de Seminários, reuniões de coordenação e outros encontros de caráter metodológico, onde adquirem noções básicas sobre o ensino da língua Nyaneka-Nkhumbi.

É de salientar que devido a insuficiência de professores nem todas as escolas foram abrangidas pelo projeto do ensino das línguas nacionais na escola. Pensamos ser importante a inserção do ensino das línguas nacionais em todas escolas, mas cientes das dificuldades a serem encontrados e barreiras a ultrapassar, uma vez que, a síntese da conferência internacional CIEP, 2014 sobre o sucesso da educação em África aponta alguns desafios a ultrapassar para o ensino das línguas nacionais: "desafio político, à aceitação pelas populações das línguas nacionais como línguas de ensino, os docentes nem sempre possuem todas as competências suficientes na língua de escolarização para ensinar os alunos na língua materna, ordem pedagógica" (Servi & Franc, 2014, pp.6-7).

Refira-se que são apenas oito as línguas de Angola que são lecionadas no sistema educativo angolano, tal como se refere de seguida, indicando-se entre parenteses seus respetivos grupos etnolinguísticos: Kikongo (Bakongo), Kimbundo, e Fiote (Ambundo), Tchokwe (Tucokwe), Umbundo (Ovimbundo), Ngangela (Vangangela), kwanyama (Ovakwanhama), Nyaneka-Nkhumbi (Ovanyaneka-Nkhumbi).

Nas escolas da Huíla são ensinadas três línguas: Nyaneka-Nkhumbi, Umbundo e Nganguela (ver tabela 1). A fase experimental teve início em 2008, com o ensino da língua Nyaneka, e a partir de 2013 foram introduzidas as outras duas, Umbundo e Nganguela, lecionadas em 10 municípios: Lubango, Quipungo, Quilengues, Humpata, Chibia, Gambos, Caluquembe, Cacula, Kuvango e Matala (IPOL, 2013).

Tabela 1. Ensino das línguas nacionais nas escolas da Província da Huíla

Línguas	Nyaneka-Khumbi	Umbundo	Nganguela
Nº de escolas	232	157	179
Nº de Professores	323	71	130
Nº de Alunos	10.565	2.876	9.409

Importância de aprender línguas nacionais na escola

Estudar a situação do ensino e aprendizagem da língua Nyaneca-Nkhumbi na escola é abordar, mais genericamente, aspetos do ensino das línguas nacionais na escola. Nessa linha, Fonseca (2012) salienta a importância do ensino das línguas nacionais na escola por várias razões: a maioria da população não entende o discurso dos mais altos mandatários da República, não acompanha os debates políticos nas redes sociais por serem realizados em língua portuguesa e a população como fala em línguas nacionais não entendem.

Quinta, Brás e Gonçalves (2017) referem que "começa-se, gradativamente, a valorizar as línguas nacionais, por constituírem, a par do Português, um património histórico-cultural" (p.141). Já Rodrigues (2012) diz que "o ensino da língua materna na escola vai

contribuir para ultrapassar os desequilíbrios no processo de aprendizagem dos alunos e, ao mesmo tempo, facilitar a adaptação à escola" (pp.8-10).

Consideramos também que a educação escolar efetuada em apenas numa única língua que é o Português tem contribuído para o baixo rendimento e abandono escolar das crianças principalmente no meio rural devido a adaptação das mesmas já que em casa aprendem uma determinada língua materna e na escola terão de se adaptar a uma outra língua e não só cria dificuldades no acompanhamento escolar por parte dos pais/encarregados de educação na orientação das tarefas e outros trabalhos independentes, isto porque muitos pais do meio rural não falam a Língua Portuguesa.

Outros autores enfatizam a importância do ensino das línguas de Angola na escola uma vez que as consideram base fundamental da preservação da herança e identidade culturais do povo, transmitidas durante séculos das gerações tradicionais ancestrais às novas gerações (Zau, 2002; Dec. Lei nº 13/2001 de 31 de Dezembro; Dec. Lei n.º17/2016 de 7 de Outubro; Chicumba, 2013; Ndombele, 2014; Gomes, 2014; Zau & Sardinha, 2016).

O ensino bilingue nas escolas é abordado por autores angolanos na perspectiva de contribuir para melhorar a qualidade do ensino, na medida em que no meio rural, algumas crianças não possuem a língua portuguesa como língua materna, as mesmas encontram dificuldades de adaptação na escola uma vez que o ensino é feito em português (Zau, 2002; Chicumba, 2013; Ndombele, 2014; Gomes, 2014). Chicumba, (2013) salienta que "Os programas de educação bilíngue são pertinentes na maioria dos contextos de aprendizagem e podem revelar-se particularmente úteis na melhoria da qualidade do ensino" (p.6). Desta feita, o ensino bilingue nas escolas angolanas visa contribuir na melhoria da comunicação entre professor e alunos, na compreensão dos conteúdos escolares bem como no aproveitamento dos conhecimentos preliminares dos alunos.

Considerações finais

A qualidade do ensino de qualquer país está ligada aos vários fatores, entre eles consideramos de extrema importância a língua como veículo de comunicação e de transmissão da herança cultural. Assim, para a melhoria da qualidade do ensino em Angola deve-se ter em conta também a questão do ensino das línguas de Angola na escola, e isto depende muito da importância que os governos nacionais e regionais, os professores, as famílias, os alunos bem como a comunidade em geral dão ao projeto. Assim, com a investigação em causa, esperamos contribuir para:

- a sensibilização de todos intervenientes do processo docente-educativo angolano para a valorização do ensino das línguas de Angola na escola;

- a valorização da formação inicial e contínua de professores que lecionam a língua Nyaneka-Nkhumbi.

Referências bibliográfica

Assembleia Nacional. (2010). Constituição da República de Angola, 1–92.

Chicumba, M. S. (2013). A educação bilingue em Angola e o lugar das línguas nacionais. In. IV *Colóquio Internacional de Doutorandos* (pp.241–254). Disponível em: http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/images/files/improgress2_texto16.pdf

Fernandes, J. & Ntondo, Z. (2002). *Angola: Povos e Línguas*. (1ª Ed.). Luanda: Editora Nzila.

Gomes, S. F. (2014). *Relações entre língua oficial e línguas locais na escola: como as crianças de aldeias de Cabinda/Angola aprendem o português em Português*. (Dissertação de mestrado). (Universidade Federal de Mminas Gerais, Belo Horizonte) Disponível em: http://www.biblioteca-digital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/buos-9n5ldm.

Martins, A. A., Gomes., S. F. & Cá, V. J. B. (2016). Letramento (s) / alfabetização em contextos multilingues de Angola e Guiné-Bissau. 32, (4). Belo Horizonte. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698164867

Ministério da Cultura. (2011). Lei sobre o Estatuto das línguas nacionais. Luanda. 1-18

Ndombele, E. D. T. (2016). Identidade linguistica : debate das politicas educativas em angola identite linguistique : *revista pontos de interrogação*. 6,2.179-194.

Quinta, J., Brás, J., & Gonçalves, M. N. (2017). O Umbundo no poliedro linguístico angolano : a Língua Portuguesa no entrelaçamento do colonialismo e pós-colonialismo. *Revista Lusófona de Educação*, 137–154. Disponível em: https://doi.org/10.24140/issn.1645-7250.rle35.08

Rodrigues, M. P. (2012). *A Língua Portuguesa como Língua Segunda na Província do Huambo. Caracterização Educativa e Propostas Pedagógicas para a Formação de Professores do 1º Nível.* (Tese de doutoramento). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa. Diponível em: https://run.unl.pt/bitstream/10362/7878/1/volumeI.pdf

Servi, A. O., & Franc, D. O. (2014). O sucesso da educação em África: o desafio das línguas. In. Síntese da conferência internacional, (p. 1-20). Disponível em: http://www.ciep.fr/sources/conferences/o-sucesso-da-educacao-em-africa-o-desafio-das-linguas/sintese-d

Zau, D. K. & Sardinha, M. J. (2016). *Multilinguismo e direitos linguísticos : o direito à diversidade linguística (O caso de Angola).* Faculdade de Artes e Letras da Universidade da Beira Interior, Covilhã, Portugal. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/3199389.pdf

Zau, F. (2002). *Angola: Trilhos para o desenvolvimento.* Lisboa. Ed. U. Aberta-Lisboa.

O uso das línguas maternas no ensino do português em Benguela - Angola

Joana Quinta
Universidade Katyavala Bwila, ISCED - Benguela
(quintajo@gmail.com)

Introdução

Partindo da realidade sociolinguística de Angola (situação multilinguística) para uma eficiente aquisição ou aprendizagem da língua portuguesa (LP) deve-se ter em conta esse factor. Cabe à escola a função essencial da difusão e promoção da LP. Na prática esta propagação confronta-se com diversos obstáculos assentes no desenvolvimento do sistema educacional, que não se encontra a nível de aplicar e ampliar a utilização da norma do português (Neto, 2012).

O que acontece na comunicação pode refletir-se no processo de ensino e aprendizagem. A noção de personalidade linguística, sendo "a componente da chamada consciência linguística reflecte determinadas particularidades do sistema linguístico ou da língua materna." (Reis, 2006, p. 29)

Quanto à Língua Materna a Unesco refere a pertinência da alfabetização da criança na sua Língua Materna de modo a facilitar o desenvolvimento da inteligência e da criatividade das aptidões. Esta língua permite qualquer criança ser capaz de exteriorizar sentimentos e mostrar interesses melhor que em qualquer outra língua (ME, 2009). Nesta mesma linha "Quanto mais precoce for a escolarização, na Língua Materna, mais sucesso haverá no ensino" (Develay, 2016).[1] Já Neto (1980) defendia o ensino das línguas endógenas no ensino de base como no médio. Este autor reconhecia que o desenvolvimento linguístico e económico passaria pela consolidação da unidade nacional, sem barreiras comunicacionais e nem complexos herdados do colonialismo. Tal como "A política colonial de Portugal era, como bem traduzem os textos de Norton de Matos, impor a Língua Portuguesa e negar todas as outras línguas que eram ou podiam ser faladas no território." (Cabral, 2005, P. 15)

A aquisição ou aprendizagem da Língua Segunda tem a ver com uma aprendizagem comunicativa que assenta em estratégias de exercícios interactivos de sala de aula, afastando-se um pouco da abordagem tradicional que tem sujeitado o panorama do ensino da norma padrão do português em Angola.

Neste sentido, em Benguela, a Língua Portuguesa é ensinada como se fosse a Língua Materna Norma Padrão; privilegia-se uma análise própria da Língua Materna que coloca ao pé de igualdade com falantes que obtiveram a Língua Portuguesa, norma padrão, de modo natural com imersão linguística. Branco (2006) refere que o espaço enunciativo das

1. Michel Develay na conferência sobre *Pode a escola ser diferente?* Em 19 de Janeiro de 2016 na ULHT.

duas variantes está dividido: a variante oficial em Angola, ora é a LP-NP ora é a Língua Portuguesa-Língua Materna, assente nas línguas nacionais.

A Língua Portuguesa é ensinada, seguindo os modelos da gramática normativa. Alguns docentes ainda empregam a gramática dos anos 60. Essas alterações tornam-se numa variável de fácil tendência e compõem um dos grandes obstáculos à aquisição do português norma-padrão, ou seja, ao entrar para a escola, a criança encontra-se com uma nova variante, cuja fonologia, léxico, até semântica não lhe é de todo familiar, mas padronizada e regida por um sistema de difícil alteração e muito rigoroso; além disso, essa variável é ensinada como se fosse a variante materna de todos os falantes (Rodrigues, 2012).

1. Problemática

Estuda-se a Língua Portuguesa desde o primeiro ano de escolarização; muitas crianças a têm como Língua Materna e estudam-na desde o jardim de infância. No entanto, até à universidade, muitos estudantes têm várias dificuldades como escrita, leitura, compreensão e interpretação de textos, o uso da norma gramatical, entre outras. De facto, a nossa realidade mostra que o português é ensinado aos alunos como se eles fossem falantes da variante padrão. Daí a seguinte questão: Porquê é que não aprendemos o Português como aprendemos o Inglês e o Francês, em poucos anos, mas com perfeição? Que metodologia usar para que no ensino da Língua Portuguesa não haja descontinuidade?

2. Objectivos

Para darmos conta desta problemática temos os seguintes objectivos: incentivar o uso da metodologia comparada no ensino da língua portuguesa e implementar o ensino da Língua Portuguesa como Língua Segunda.

3. Metodologia

Utilizamos, para o nosso trabalho, o método bibliográfico que nos possibilitou fazer uma revisão da literatura sobre o que já foi feito e o que os autores dizem sobre o assunto. Este método ajudou-me a aclarar os meus objectivos concernentes ao tema em abordagem.

4. Importância da escolarização na Língua Materna

Sendo a língua materna instrumento espontâneo de comunicação, símbolo cultural e um dos fortes elementos da identidade do indivíduo, deve ser bem explorada no uso das diversas aprendizagem. Na visão de Mourer (2010, p. 175) "If we want to establish a didactics of multilingualism(s), we must start by constructing a didactics of African languages as first languages." Isto significa começar do zero, ou seja, improvisando. O que se requer, tendo em conta este ponto de vista, é criar um processo que evite o erro de usar ao extremo a gramática descritiva, ou usar ao extremo a gramática prescritiva. Este mesmo autor propõe que "Students be taught to better communicate in one of the languages used in their environment while developing skills that are not exercised in the natural environment." (Ourer, 2010, p. 175). Neste sentido é importante desenvolver as habilidades orais que não estejam em conflito com o ambiente cultural do apredente. Salienta-se, também, o papel da escola que é de abrir os estudantes a novos espaços e novas formas

de comunicação. Desta forma ajudá-los "understand how their first language functions, while explaining that it'is not the model of every language. The next step is then to focus on points that one already knows will be treated differently by the L2."

5. Sugestões Metodológicas

Neste ponto procuraremos apresentar algumas sugestões que podem marcar uma viragem positiva na metodologia do ensino da Língua Portuguesa. Existem duas razões básicas que se podem relacionar com o insucesso do ensino de Língua Portuguesa em Angola:

- Primeiro, a metodologia usada no ensino;
- Segundo, as intervenções do LM nas línguas do adstrato (Reis, 2006; Costa, 2008).

Neste sentido é necessário, modificar os métodos de ensino dessa disciplina, procurando, resolver o problema das interferências consequentes do contacto entre a Língua Portuguesa como Norma Padrão e o português Língua Materna. Pois a Língua Materna inclui a vertente biológica, psicológica e social que carateriza o homem inserido numa determinada comunidade e faz parte da construção da sua identidade. Esta língua é utilizada no seio da família entre outros agentes sociais[2], sendo a primeira a ser memorizada (Fromkin & Rodman, 1993). Também, é usada no quotidiano, em termos de ambiente do trabalho, estudo e na expressão dos sentimentos e atitudes, de acordo ao seu estatuto nacional.

Assim sugere-se algumas metodologias do ensino da LP às crianças Benguela:

1. Nos primeiros cinco (5) anos, a escolarização deve ser feita na variante angolana, para aquelas que já falam português. E o programa da LP deve conter actividades da metodologia comparativa para o ensino das línguas. Assim, a criança, a partir da variante angolana vai saber qual é o seu equivalente no Português Norma Padrão.

2. Nos primeiros cinco (5) anos, a escolarização deve ser feita em Umbundo ou uma outra LN, para aquelas que não falam português. E o programa da LP deve conter actividades da metodologia comparativa para o ensino das línguas. Assim, a criança, a partir do Umbundo ou outra LN vai saber qual é o seu equivalente no Português Norma Padrão.

De acordo com Faundez et al. (2012, p. 42)

> "(…) L2 can only be introduced when learners are fully proficient in calculation, writing and Reading in their mother tongue; when teaching L2, L1 must be put aside and vice versa; (…) in the first year, the fact of alternating between L1 and L2 for instruction of non-linguistic disciplines represents an important qualitative leap in learning these languages. Indeed, the use of L2 as a language of instruction from the outset, on an equal footing to the mother tongue, becomes a more crucial qualitative factor in improving performances in L1 and L2 than merely extending exposure time to either language as a subject."

Em situações de real bilinguismo, a LM e a L2 são utilizadas em posições diversas. A criança cresce num meio familiar e recebe a influência da LM, pelo que é diferente da língua oficial. No interior deste meio, também se comunica empregando a língua oficial,

2. Escolas e comunidades.

registando um contacto próximo entre as duas (Branco, 2006). Deste modo, a assimilação da LM e da língua oficial dá-se em simultâneo e realiza-se em processos inconscientes. Como tal, está-se perante uma situação de bilinguismo, em que os falantes assimilam e dinamizam competências em duas línguas exercendo influências uma sobre a outra. A língua predominante no pensamento materno interfere na aprendizagem de outras línguas.

Qualquer sujeito subjugado ao estudo de uma língua confronta-se com uma situação de descontinuidade, relativamente à prática linguística anterior. É confrontado com um novo relacionamento do objeto linguístico, ou seja, o sujeito tem como instrumento ao serviço das necessidades comunicativas da LM ao aprender a L2 ou estrangeira. Assim, passa-se a usar essa língua como instrumento de conhecimento instrutivo numa nova realidade linguística, que terá um confronto com a primeira, sendo observada na sua produção oral e escrita.

Neste prosseguimento, Mingas (2000, p. 72) refere que "A análise da variante angolana inscreve-se no quadro teórico de apropriação de uma língua, caraterizando-se pela existência de traços fonéticos e morfológicos, na maior parte dos casos, baseados em fenómenos de interferência entre a LP e as línguas locais."

Deste modo, presentemente, no ensino realiza-se, a modo experimental, a introdução e aplicação das LNs assente na metodologia convergente (Quino, 2002). Assim, dependerá de trabalhos introdutórios, como o estudo, a formação de professores orientada no ensino bilingue, respondendo à expetativa dos formandos. Neste sentido, a Ministra da Cultura[3], numa entrevista ao jornal *Mwangolé*, reforçou a relevância, da promoção do uso das LMs, preservando a identidade nacional. Ainda, encorajou "todas as instituições, que apoiam o Instituto Nacional de Línguas Nacionais, sobre o trabalho em curso para aprofundar o estudo de todas as línguas maternas de Angola (…), não só na oralidade, mas também na escrita (…)." (Silva, 2015, p. 13).

Verdelho (2007) reforça o contributo para a aprendizagem das LMs em Angola, confrontando o português com o universo linguístico não europeu. Em África, o papel dos missionários no ensino das línguas nativas e a transposição em detrimento da língua, pelo recurso aos intérpretes foi realizado pela administração pública. Assim, não era suficiente para a ação missionária quer na transmissão da mensagem evangélica quer na celebração das cerimónias litúrgicas, adicionando a dificuldade da prática do latim a recorrência a tradutores, particularmente na administração do sacramento da penitência. Esta ação obrigava à confissão auricular e não devia haver intermediação de intérpretes. Desse modo, o acesso às línguas nativas era uma condição fundamental para o exercício apostólico.

6. Vantagens do ensino da Língua Portuguesa como Língua Segunda

A língua e a sociedade estão relacionadas. Também é relevante conhecer os traços culturais essenciais da comunidade de origem, ou seja, que se refletem na utilização das línguas e nos processos de aprendizagem.

Os angolanos são consequência de diversas migrações, com diversas línguas e culturas repartidas por contatos comerciais e sociopolíticos (Zau, 2002). As razões económicas

3. Rosa Cruz e Silva.

diplomáticas ou outras, elevam a necessidade de entrar em contato com falantes de outro idioma. No entanto, a importância do ensino colonial, de acordo com as suas ideologias, não previa preparar professores para o ensino bilingue.

Atualmente, Mateus (2008) salienta a integração escolar de alunos, que não têm o português como LM, sendo um processo complexo interferindo com diversos agentes. A interação escolar dos alunos forma um dever da sociedade em geral. Esta produção do modelo de integração escolar deverá processar-se, baseado nos seguintes passos:

- Procurar a informação sobre os saberes dos professores assente nas questões relativas à aprendizagem, em cenário escolar, de uma língua não materna e aplicação de recursos adaptados à formação de professores de forma a adequarem as exigências de uma política de integração eficaz;
- Saber quem são os alunos e qual a sua LM;
- Saber a sua distribuição escolar e a conjuntura social, em que estão incluídos;
- Determinar um plano de trabalho concreto, distribuindo as responsabilidades pelos diversos agentes envolvidos como Escolas, Estado, Professores e Comunidade Científica;
- Dinamizar a realização de programas e materiais didáticos adaptados, criados à luz de uma teoria do ensino de língua não materna, que avalie o que se deve ensinar e avaliar, quando, como e porquê.

A definição sociolinguística dos alunos bilingues compõe numa primeira fase "a compreensão das suas necessidades e para a formulação de medidas de apoio adequadas. Cabe às escolas recolher informações sociolinguísticas no início de cada ano lectivo ou no momento de ingresso dos alunos de outras línguas maternas." (Mateus 2008, p. 332). Ainda, deve fazer-se uma avaliação diagnóstica em língua portuguesa. A avaliação diagnóstica é uma componente essencial para a boa inclusão dos alunos. Assim, saber se detêm um domínio da LP, satisfatoriamente, vasto para seguir o currículo regular e, em caso negativo, de ponderar quais as intervenções pedagógicas mais adaptadas (Mateus, 2008).

A influência da LM tem sido sobrevalorizada na obtenção de uma L2, por vezes é considerada o único factor a ter em conta no ensino e na aprendizagem dessa língua. Todavia, para além dos elementos linguísticos, existem aspetos externos que condicionam a aprendizagem da L2, tais como as características socioculturais e socioeconómicas do formando, o estatuto sociocultural das duas línguas, o modo de inclusão do aluno no currículo escolar e na turma[4] (Mateus, 2008).

Esta função exige do professor de português maior responsabilidade. Deve-se privilegiar a compreensão ativa[5], sendo "importante dar uma particular atenção, mais espaço e tempo à compreensão activa, que se pratica quando são dadas tarefas concretas ao aluno durante uma actividade de compreensão, oral ou escrita (…). Também o professor passará a dispor de mais informação para verificar o progresso dos alunos no alargamento da compreensão." (Mateus, 2008: 296)

A implementação do ensino bilingue é fundamental, pois segundo (Mateus, 2011, p. 20) tem os objetivos sociolinguísticos seguintes "contribuir para a inserção das crianças

4. A aprendizagem da L2 é de imediato reinvestida em outras aprendizagens escolares.

5. Por exemplo, se o professor ler um texto em voz alta ou contar uma história, o aluno ouve.

(…) na comunidade portuguesa, melhorando o desempenho escolar e o desenvolvimento linguístico, cognitivo, social e cultural (…); Provar que o modelo de ensino bilingue adotado conduz a resultados melhores que o modelo tradicional monolingue (…).”

Neste sentido, nota-se que a sociolinguística despertou a preocupação da “(…) variação e variedades linguísticas, considerando-se dois tipos de variação: a intralinguísticas que se manifesta nos usos e nas estruturas de um sistema e a interlinguística que existe entre sistemas em contacto.” (Mendes, 1983, p. 11).

Assim, os países plurilingues que usam as LMs no ensino têm a probabilidade de serem mais sucedidos. No dizer de Mateus (2011, p. 18) a

> “ utilização das línguas maternas no ensino,
> - Tem uma incidência positiva sobre a assiduidade e o desempenho escolar das crianças.
> - Contribui para o desenvolvimento cognitivo e para o reforço da sua identidade cultural.
> - Melhora a qualidade da educação a partir do conhecimento e da experiência dos alunos e professores.
> - Põe em prática o exercício da cidadania e de aceitação e apropriação construtiva da diferença.”

Por outro lado, segundo Mateus (2008), a interação escolar de alunos que não têm o português como língua materna é um processo complexo que envolve agentes diversos. Além disso, essa integração constitui um dever da sociedade em geral. Segundo esta autora, numa primeira parte, apresentam-se os aspetos básicos do processo de integração escolar de alunos de português como língua não materna, descrevendo-se os passos essenciais à elaboração e implementação de uma política de integração que vá ao encontro das necessidades reais de aprendizagem dos alunos como a ortografia e a compreensão de textos.

7. Conclusão

Uma língua faz parte das riquezas de um povo. Assim é óbvio que cada sociedade se preocupe em conhecer a sua própria língua e valorizá-la. Note-se que, o conhecimento de línguas constitui uma referência fundamental para a avaliação psico-social dos indivíduos, em termos de uma auto-aceitação e da sua abertura à novidade e para o êxito da sua integração em contextos internacionais. (Mateus, 2008)

A LP em Angola é ensinada, seguindo os modelos da gramática normativa. Essas alterações tornam-se numa variável de fácil tendência e compõem um dos grandes obstáculos à aquisição do português norma-padrão, ou seja ao entrar para a escola, a criança encontra-se com uma nova variante, cuja fonologia, léxico, até semântica não lhe é de todo familiar. Além disso, ela é ensinada como se fosse LM da NP. (Rodrigues, 2012). No processo de ensino e aprendizagem, nota-se uma certa descontinuidade que debilita a aquisição dos conhecimentos.

Pois que, saber umbundo, por exemplo, traz ao convívio do dia-dia a cultura e os valores deste povo; realidade que torna os falantes eles próprios, que com os seus valores e criatividade contribuem para a edificação da nação. (Mateus, 2008). É com LM que se expressam os sentimentos. É com ela que se consegue, psicologicamente, ser realizado.

Neste sentido, dominá-la e usá-la em todos os contextos é uma maneira de se preservar a identidade. Assim, um ensino ministrado na língua do convívio do estudante, incentiva nele entusiasmo, curiosidade e criatividade.

Bibliografia

Cabral. J., Nkula, L., Mendes, I., Álvaro, Eusébio, Npassi et al. (2010). *Comissão de Acompanhamento da Acções da Reforma Educativa*. Luanda. MED.

Cabral, L. A. V. (2005). *Complementos Verbais Preposicionados do Português em Angola*, (Vol. I. Dissertarção de Mestrado). Lisboa: Universidade de Lisboa.

Faundez, A. Mugrabi, E. Lagier (2012). Promovoir les connaissances, compétences et qualifications critiques pour le developpement durable de l'Afrique. Comment édifier/concervoir une réponse efficace des systemes d'education et formation. Triennale de l'education et formation em Afrique. Ouagadougou, Burkina Faso, 12 – 17 février 2012.

Fromkin, V. & Rodman. R. (1993). *Introdução à Linguagem*. Tradução portuguesa de IsabelCasanova. Coimbra: Livraria Almedina.

Mateus, M. H. M. (2011). Diversidade linguística na escola Portuguesa. *Revista Lusófona de Educação,* nº 18, 13-24.

Mateus, M. H. M. (2008). Difusão da língua portuguesa no mundo. Simpósio FLUL/ILTEC sobre *Difundir o português*. (pp. 1-13). Lisboa: Edição da Fundação Calouste Gulbenkian.

Mateus, M. H. M. (2007). A contibuição do estudo dos sons para a aprendizagem da língua.In Actas do 7º congresso da APP: *Saber ouvir/Saber falar*, (pp. 1-22).

Mateus, M. H. M. e Xavier, M. F. (Org.) (1990). *Dicionário de termos linguísticos, associação portuguesa de linguística e instituto de linguística teórica e computacional,* I, Lisboa: Editora Cosmos.

Mingas, A. A. (2000). Português, língua Vernácula de Angola. *Cadernos CPLP II LP*. (pp. 6974). Lisboa.

Mourer, B. (2010). Eléments de réflexion pour une didactique du plurilinguisme em Afrique francofone. Les Cahier de l'Acedle, 7, 167-179.

Neto, M. G. (2012). *Aproximação linguística e experiência comunicacional*. Luanda: Editora Mayamba.

Rodrigues, M. dos P. (2012). *A Língua Portuguesa como Língua Segunda na Província Do Huambo.* (Tese de Doutoramento). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

Roldão, M. (1999). *Os professores e a gestão do currículo*

Reis, V. (2006). *Dinâmica Funcional vs Problemas funcionais da língua*. Luanda: Editorial Nzila

Silva, R. C. e. (2015, março). "Coabitação Natural" das Línguas Maternas. *Muangolé*. Lisboa, nº 81

Verdelho, T. (2007). "*Dicionários portugueses, breve história*". In Telmo Verdelho e João Paulo

Experiência e história na trilogia: *Os Filhos de Próspero*, de Ruy Duarte de Carvalho

Andrea Cristina Muraro
Pesquisadora de pós- doutorado pela Universidade de São Paulo/ FFLCH/ECLLP,
Professora adjunta de Literaturas em Língua Portuguesa da Unilab,
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

1. Apresentação

De partida, pode-se dizer que a trilogia *Os Filhos de Próspero*, de Ruy Duarte de Carvalho apresenta uma dinâmica que consiste em problematizar seu amplo, diverso e disperso projeto literário e ensaístico. À semelhança de escritos coligidos, *Os papeis do inglês* (2000), *As paisagens propícias* (2005) e *A terceira* metade (2009) configuram um jogo de fragmentos, absorções e reconversões[1] ocupados em resgatar linhas de força, divisadas desde seu primeiro trabalho ficcional em prosa, datado de 1977, *Como se o mundo não tivesse leste*. Desse conjunto de três contos, escritos há quase quarenta anos, pode-se vislumbrar várias dessas linhas, como a reiterada obsessão pelo espaço, já apontada pela crítica[2]. Sua produção poética, hoje organizada no volume *Lavra* (Poesia reunida,1970-2000)[3], também é reelaborada nos romances, dando notícia de um exercício compositivo que, nas palavras do próprio autor, visa "a produção de um texto dupla ou triplamente intermediário entre si mesmo e um ouvinte, e não um leitor"[4], isto é, quanto ao estilo existe uma preocupação contínua em recuperar o oral pelo escrito, embora não se possa negar que o inverso também é válido, considerando as inúmeras inserções de outras obras literárias e documentos históricos diversos presentes na trilogia. Além do mais, os romances não deixam de recuperar sua "autobiografia intelectual"[5], sempre retroalimentada pelo vasto repertório de leituras, de si, pela via de sua produção ensaística, e de outros, constantemente reexaminados pelo viés crítico do intelectual. Consequentemente, a experiência é um elemento que não pode ser ignorado, considerando que os eventos históricos presentes na trilogia procuram recombinar diferentes perspectivas, subjetividades e tensões.

1. Cf. LEITE, 1998.

2. Cf. CHAVES, 2009; SILVESTRE, 2006;

3. Há pouco mais de dez anos, quando iniciava meus estudos de mestrado sobre poesia angolana contemporânea, veio ao meu encontro a obra poética de Ruy Duarte de Carvalho, quando pesquisava sobre a ressonância, no sentido dado por A. Candido (1993), de outros poetas e prosadores angolanos (ou não) no primeiro livro de poesia "Há prendisajens com o xão", de 2002, do angolano Ondjaki. Ao analisar alguns poemas dos livros de RDC, "Chão de oferta" e "Hábito da terra", procurei observar a reiterada "noção geográfica" que percorre as obras, bem como as dimensões das metáforas referentes ao espaço. Cf. MURARO, 2006.

4. CARVALHO, 2009, p.178.

5. CHAVES, 2012, p. 195.

1.1. do contexto do autor

Com o intuito de esclarecer o que entendo como *experiência* que se vê resgatada na trilogia, o objeto desse trabalho em si, procurarei neste item dar a ver alguns dados do percurso biográfico de Ruy Duarte de Carvalho.[6]

De nascimento em Santarém, Portugal, "uma referência de exílio"[7] em seu percurso biográfico, Ruy Duarte de Carvalho (1941-2010) ainda criança passa a residir em Angola, na província do sul, o Namibe, onde dá-se conta de sua "matriz geográfica e de enquadramento existencial [...] a meio do deserto de Moçâmedes, por alturas do Pico do Azevedo"[8]. Volta a Santarém para tirar o curso de regente agrícola, e retorna com menos de 20 anos de idade para exercer esse primeiro ofício em Angola. Nesse momento, trabalhando nas matas do Uíge, em meio aos levantes nacionalistas dos primeiros meses de 1961, "e ainda a mais feroz repressão à insurgência"[9], percebe "que havia uma razão de Angola que colidia com a razão colonial portuguesa"[10].

Com efeito, essa "razão" é decisiva para se entender o despertar de consciência, de si, e de Angola. A passagem a seguir não é com recorrência citada pela crítica, mas a considero exemplar para entender o processo de formação do sujeito lírico e do sujeito histórico[11] desse escritor:

> O máximo que consegui, para actuar do lado em que passei desde então e até hoje a situar-me, foi que alguns mais-velhos da luta clandestina, durante uns tempos em que habitei Luanda, me atribuíssem mínimas tarefas menores, como dactilografar, para distribuição nos musseques, poemas de revolta de autoria anónima e de esclarecedora má qualidade, também.//Mas depois de uma data de gente presa e quando o instituto do café me colocou, a seguir, primeiro na Gabela e mais tarde em Calulo, perdi e nunca mais consegui restabelecer ligações políticas efectivas com a insurgência nacionalista. O máximo, outra vez, que consegui então, foi ser dado como *persona non grata* pela administração do Libolo e afastado dali junto com um padre basco e um médico português. *Pouco para currículo político*. Arranjei então outro emprego e mudei para a Catumbela, para dirigir a pecuária de uma grande empresa açucareira.//E foi nessa condição que levei tal volta passados três anos de mim para mim e afundado a criar ovelhas no interior do imenso platô de Benguela,

6. Não é meu intuito aproximar este estudo da teoria do conhecimento, da qual celebremente tratou o filósofo Walter Benjamin nos vários escritos por ele reelaborados ao longo de sua vida, principalmente em "O narrador"; embora esteja ciente de que a experiência, em seu sentido geral, é um conhecimento espontâneo ou vivido ao longa da vida e de que, para a filosofia, todo conhecimento advém da experiência, o meu interesse não é tão abrangente, apenas recuperarei nas próximas páginas dados biobibliográficos para que se possa, dentro do recorte proposto, enfrentar melhor as questões inseridas pelo autor no objeto em questão.

7. A partir desse ponto, as passagens entre aspas recuperam excertos de "Uma espécie de habilidade autobiográfica", relato do próprio autor, publicado no Jornal das Letras, em 2005. Cf. CARVALHO, 2011.

8. CARVALHO, 2011, p.13. A "rota" do Pico do Azevedo é constantemente revisitada pelo autor em sua trilogia. Uma passagem exemplar acerca desse espaço fundador em sua "ficção pessoal", e portanto também da experiência, pode ser lida em *Vou lá visitar pastores,* p.103-112.

9. Idem, p.13.

10. Idem, p.13.

11. No artigo "Rumores do Tempo" comparei alguns poemas de José Craveirinha, moçambicano, e de Ruy Duarte de Carvalho, discutindo o entrecruzamento da memória nessas duas perspectivas — a do sujeito histórico e a do sujeito lírico, cf. MURARO, 2008b.

> levei então tamanha volta que andei três anos seguintes a derivar pelo mundo. Estive em Hamburgo, Copenhaga e em Bruxelas sempre a ver se encontrava traços de insurgência nacionalista, mas quando finalmente consegui chegar a Argel para colocar-me à disposição da luta, ninguém ali me levou a sério, ou então desconfiaram, ou então voluntaristas como eu já lá tinham que chegasse e até nem sabiam o que é que lhes haviam de fazer. Foi depois de ver-me assim perante a evidência de que por ali também não ia dar, e de ter levado as coisas até onde podia, que acabei por encontrar-me um dia, *turbilhão de voragem de tanta viagem,* a exercer funções de chefe de fabricação de cerveja em Lourenço Marques Maputo, e estive a seguir em Londres, com um dinheiro emprestado, a fazer um curso de realização de cinema e de televisão. // Na sequência dessa *volta* toda é que acabei por passar a noite de 10 para 11 de novembro de 1975 no município do Prenda [Luanda], às zero horas, que foi uma hora zero, a filmar a bandeira portuguesa a ser arreada e a de Angola a subir ao mesmo tempo. Já nessa altura, quando foi da independência, tinha o primeiro livro de poesia publicado.[12]

Destaco, então, dois pressupostos desse fragmento. Primeiro, a condição de mobilidade, a condição de viajante é de suma importância para estes anos de aprendizado e não deixará mais de estar presente na literatura produzida por Ruy Duarte de Carvalho. Entretanto, é a experiência elaborada no percurso, para a qual quero chamar a atenção e não só "estar de passagem" ou "avistar". Segundo, e para adiantar, o engajamento político só se concretiza no processo dessa mesma viagem, isto é, à medida em que seu sistema de pensamento for se formando, sua experiência[13] (etnográfica, fílmica, poética...) se acumula; dessa forma, outras respostas se desenvolveram e alcançaram o estatuto de ficção. Até porque não é só o seu próprio percurso de viagens que é articulado aos motivos e temas, mas também a viagem de outros, haja vista a presença dos documentos de Felner em *Vou lá visitar pastores,* de Conrad e H. Galvão em *Os papeis do inglês,* R. Burton e B. Cendrars em *Desmedida*, A. Battell e Pe. Duparquet em *As paisagens propícias,* ou ainda M. Twain, H. Melville e E. Jünger em *A Terceira Metade*, para ficar em apenas alguns exemplos.

Retomando, a partir de então, como cidadão angolano, trabalhou junto à televisão angolana (TPA), de 1975 até 1981, o que resultou em uma série de documentários "com a intenção de dar Angola a conhecer aos próprios angolanos"[14]. Nos anos 80, diplomou-se com o filme *Nelisita*[15] (1982) na Escola de Altos Estudos de Ciências Sociais em Paris,

12. Itálicos meus, p.14.

13. *Autocolocação* e *autoficção* são termos que vem sendo utilizados, por alguns estudos críticos sobre a obra de RDC, para discernir o imbricamento e também a ficcionalização entre autor e narrador (cf. MICELI, 2012, por exemplo). Ao longo desse projeto, prefiro tratar a questão como *experiência*, para entender a problemática da representação e suas possíveis relações entre o discurso e a realidade, para especificar um pouco mais o que vai dito na nota de número 6, e mais adiante na nota 66.

14. p.15.

15. Uma nota de interesse em relação a essa película é o fato de, em um de seus últimos textos ensaísticos (cf. CARVALHO, 2011, pp.62-7), Ruy Duarte de Carvalho comentar que o ponto de partida d'*A Terceira Metade* e a construção de seu protagonista Trindade ser fruto dessa experiência cinematográfica. Em contrapartida, embora não seja o objetivo central desse estudo, vale dizer que toda a trilogia e essencialmente o romance de 2009 é, sem dúvida, marcado estruturalmente por uma base de *raccords,* o que permitiu ao autor lidar com as variações temporais do romance; quando não, vários tipos de *plongée* são acionados, como se pode ler entre as páginas 353 e 361. A expressão "como num filme", que aliás intermedeia *Os papeis do inglês,* pp.77-92, é um outro exemplo, dentre as muitas alusões ao cinema político italiano dos anos 60 e 70, principalmente de Ettore Scola.

onde também se doutorou com a pesquisa *Ana a Manda Os filhos da rede (Identidade coletiva, criatividade social e produção cultural: um caso muxiluanda),* em 1986. Nesse trabalho[16], por exemplo, já se pode verificar certo cuidado, quanto ao estilo, no registro dado à voz do informante, que se aproxima de um registro literário, em contraponto à voz do antropólogo. Mesmo assim, é curioso o fato de que em determinadas passagens as vozes se confundam, caso não se atente para a divisão de subtítulos[17]. Para usar a expressão de J. Clifford, o antropólogo descreve, mas também cria um estilo, é a "desintegração da autoridade etnográfica"[18] na antropologia e que, em Ruy Duarte de Carvalho, antecipa e aponta os métodos de sua ficção futura.

O magistério também foi parte importante desse trajeto, seja como professor de Antropologia Social na Universidade Agostinho Neto/Angola, ou "aproveitando sabáticas para aceitar convites ... e consumir bibliotecas em Paris, Bordéus, São Paulo e Coimbra"[19], ou ainda como *Writer in residence,* na Universidade de Berkeley, Califórnia.

A partir de 1992, dedicou cerca de cinco meses a cada ano, a um trabalho de campo que resultou no relatório *Aviso à navegação*: olhar *sucinto e preliminar sobre os pastores Kuvale da província do Namibe com um relance sobre as outras sociedades agropastoris do sudoeste de Angola,* publicado em 1997, cujo prefácio, de antemão, anuncia as transformações pelas quais seu texto, mais uma vez, haveria de passar:

> Este não é nenhum dos possíveis livros que tenho para oferecer-lhes, com que quero retribuir-lhes [aos que colaboraram, aos angolanos...]. Sem ser um livro para especialistas da análise social também não é aquele que quero escrever para um público comum que não estará, à partida, interessado nos contornos específicos da matéria que tratarei e que vou ter, por isso, que tentar atingir através da escrita capaz de seduzi-los.[20]

A almejada escrita sedutora começará a despontar efetivamente em 1999, com *Vou* lá visitar pastores: exploração epistolar de um percurso angolano em território *kuvale (1992-1997),* que é certamente onde se evidenciou o estatuto de *meia-ficção,* como ele mesmo passará a tratar sua obra daí em diante[21]. Nessa e nas publicações seguintes, os

16. Consta da primeira parte dessa tese, um excelente documento sobre a história da cidade de Luanda, e o contexto dos *Axiluanda do século XVI aos nossos dias*. O contexto de produção da tese de Ruy Duarte de Carvalho, os anos 80, foram aqueles que procurei estudar inferidos nas obras "Quem me dera ser onda" (1982), de Manuel Rui e "Bom dia Camaradas" (2000), de Ondjaki, quando da escrita de minha tese de doutorado "Luanda: entre camaradas e mujimbos" (2012). Ruy Duarte de Carvalho, ao tratar do complexo social e econômico muxiluanda, "uma outra Luanda dentro de Luanda", interpreta com bastante acuidade, e com rara sabedoria para limpar as arestas ideológicas daqueles tempos, a economia "paralela", a "cultura de sobrevivência", e eventos como o "carnaval" dos anos duros do socialismo angolano.

17. Cf. CARVALHO, 1989, nos subtítulos: *O culto das yanda* e *As yanda e nós,* pp. 283-7.

18. 1998, p.18.

19. p.15.

20. CARVALHO, 2007, itálicos meus, p. 2.

21. Em "Duas lógicas na textualização do passado: a convenção da veracidade e a convenção da ficcionalidade", a professora e ensaísta Inocência Mata situa *Vou lá visitar pastores* da seguinte maneira: "uma obra de pesquisa antropológica realizada com 'espírito poético'" (2010, p.139). Em um capítulo da tese "Quatro passeios pelos bosques da ficção angolana", a pesquisadora Renata Silva indica que essa obra "segue uma linha documental, algo entre narrativa de viagem e estudo antropológico" (2008, p.112). Trago à baila os dois excertos para demonstrar como a própria crítica enfrenta, a partir de então, a questão do gênero.

"três pólos (poesia, cinema, antropologia) irão se tornar gradativamente um só "exercício de acção"[22], caracterizando um estilo que culminaria em *A Terceira Metade,* em 2009, "um livro que decididamente arrisc[a] fazer-se só ensaiando montagens e emendas, quer dizer, explorando só as pistas dos limites, dos impasses, dos ardis que fosse urdindo"[23]. Um exemplo desse processo em que motivos são reorganizados e ajustados a novas experiências ao longo do tempo, pode ser flagrado quando se compara as semelhanças entre o conto "As águas de Capembáua", de *Como se o mundo não tivesse* leste (1977) e *Os papeis do inglês* (2000): a morte de um estrangeiro, a fadiga, um convite para uma comemoração entre os kuvale são pontos de mediação entre as subjetividades e a "disposição para arquivar casos e inventar respostas"[24]. Sobre isso, vale notar que na introdução de sua poesia reunida, Ruy Duarte de Carvalho a nomeia como "volume de memórias", justificando o caráter de reescrita constante:

> dei pequenas voltas para as tornar mais as mesmas, inclusive a alguns inéditos, poucos, de que não consegui livrar-me...a esses juntos com avulsos publicados fora dos livros originais, agrupei-os numa adenda.... acho que de 98 para cá, talvez, passei a creditar a outras vazões de escrita os fluxos poéticos que se me foram atravessando.....[25]

Como se lê, dentre os muitos fluxos experienciais, a atividade ensaística não deixou de ser intensa. "[N]a sua maioria, são intervenções orais que resultou registo escrito"[26], a matéria que compõem *A câmara, a escrita e a coisa dita...fitas textos e palestras,* nas edições de 1987, e depois de 2008, onde foram incluídos outros textos; postumamente, em 2011, a editora angolana Chá de Caxinde trouxe mais alguns ensaios e uma entrevista no livro *O que não ficou por dizer,* organizada por Nuno Vidal.

Retrocedo um pouco para retomar os pressupostos anteriores. Na produção ensaística, na qual incluem-se a tese e, essencialmente, o relatório de trabalho de campo com os kuvale, há uma tendência nítida para desestruturar, ou se afastar da convenção que um gênero possa ter. Como bem lembra Almeida, em seu artigo "Literatura e Antropologia", nos anos 80, a simples menção da "observação participante" causava desatino entre os antropólogos: "poderia-se dizer que Ruy Duarte de Carvalho praticou uma antropologia... sem pagar as cotas da etiqueta e do partido..."; enquanto o fazia, a "vivência cultural"[27], a experiência acumulava-se para mais tarde ganhar corpo na ficção, o que parece ter contribuído em muito para a formação de seu estilo.

Para esmiuçar um tanto mais a questão, um outro exemplo. Ao dar luz aos mecanismos económicos que muitas vezes rodeiam o "homem comum", e que são ininteligíveis, ou vistos com exotismo, invariavelmente, por um observador externo ao contexto de um país como Angola, há uma preocupação exigente com a apreensão de sua dinâmica, um

22. Título de uma conferência de 1990, cf. CARVALHO, 2008.

23. CARVALHO, p.178.

24. CARVALHO, 2003, pp.21-2.

25. CARVALHO, 2005, p.9.

26. CARVALHO, 2008, p.9.

27. Cf. ALMEIDA, 2008.

pressuposto ao qual já me referi, e que reiteradamente é retomado por Ruy Duarte de Carvalho:

> Para um homem comum das matas do Sayona a noção que ele tem de Estado talvez não exceda a de um poder que passa pelo soba do sector que às vezes se farda de kaki e outras orienta reuniões para resolver makas [problemas] sem que no entanto os verdadeiros notáveis da zona , incluindo o antigo soba, já muito velho agora, o percam jamais de vista, vai à Administração receber o vencimento e ordens vagas, encaminha penitentes para a polícia de lá, escreve e recebe *mukandas* (cartas, bilhetes, mensagens) ligadas a roubos, mobiliza as milícias quando consta que o inimigo anda a espreitar de novo e vai procurando resolver a vida conforme pode e o deixam. É um herói nacional hoje esquecido, como acontece de uma maneira geral aos heróis vivos, que acabam sempre por ser homens como os outros quando a vida os obriga a lutar já não com o inimigo, antes com ela mesma (foi ele quem abateu o mirage dos Sul-Africanos na Cahama e foi mesmo a Luanda receber um rádio--gravador que o Governo lhe deu como compensação e um escritor de lá, a título privado e fazendo jus ao seu apurado sentido das coisas, cedeu-lhe os cinquenta contos de um prémio literário da Sonangol), e no fundo é bom rapaz, ajudou bué esse doutor que tem andado aí a perguntar como é essa coisa de mwarilume.[28]

A passagem encontra-se ao meio de *Aviso à navegação*. Além de anunciar as costumeiras digressões, em longos painéis, de sua ficção futura, também exemplifica a complexidade do pressuposto que são o das identidades coletivas[29], portanto efetivamente políticas, problemática cara para Ruy Duarte de Carvalho. O que quero enfatizar é que, a partir de *Vou lá visitar pastores* (1999), a produção ensaística calcada na experiência servirá como matéria artística, uma vez que aspectos históricos e económicos (a reiterada atenção do autor em discutir a tensão entre a *cultura de pacotilha* e a *cultura de sobrevivência,* por exemplo) serão reelaborados em sua ficção como estrutura literária, algo semelhante ao que A. Candido nomeou como "processo de redução estrutural", o que trocando em miúdos é "transformar os estímulos do real em algo autónomo, em criação"[30].

Na última década de sua produção, a partir de 2000, entre as obras da trilogia *Os filhos de Próspero*, são publicadas as *Actas da Maianga* (2003) e *Desmedida* (2006). Novamente: ambas de difícil classificação quanto ao género. A primeira é ensaística, ácida e reflexiva, frente às problemáticas sócio-políticas de Angola, depois de terminada a guerra civil em 2002[31]:

> Tendo mesmo já em conta a hipótese deste livro, ensaiar uma operação de reflexibilidade que me leve a olhar para Luanda procurando de alguma forma partir daí para a percepção

28. Cf. CARVALHO, 1997, p. 60.

29. Sobre isso, em um de seus ensaios de 1991, Ruy Duarte retoma algumas ideias de *Ana a Manda* e explica que "para além do território, da língua e das origens proclamadas, se considerem, para aferir uma identidade colectiva, factores tais como os espaços de circulação de valores e de troca verificados nomeadamente, e só para citar alguns, nos domínios do parentesco, da cultura material, da religião, da política." Cf. CARVALHO, 2008, p.330.

30. In JACKSON, p.169.

31. Cf. APA, 2010; CABAÇO, 2006.

> das questões e da matéria que lhe destinarei se quero dirigi-lo simultaneamente, talvez, a um 'dentro' e a um 'fora' e a uma contiguidade entre os dois que permita a decifração de um 'nós' identificável em todos os lugares. [32]

A outra é densa e movediça, já que busca registrar seu percurso tanto de leituras, quanto geográfico, daí mais um longo subtítulo: *Luanda, São Paulo, São Francisco e volta - crónicas do Brasil*. Essas *escritas de viagem*[33] são um material que reitera, e apura, tanto a temática do espaço, quanto da mobilidade em seu projeto. Dizendo de outra maneira, o deslocar-se por um espaço é percorrer as histórias ainda não emergentes, mas que constantemente se interligam, seja pela experiência da viagem ou da leitura:

> Eram um desses valentões do sertão como reza que houve muitos nesses tempos do Brasil [...] Acabou por vir para cá degredado e por cá deve ter morrido. [...]Veio muita gente do Brasil para cá, Paulino, não foram só escravos daqui ser levados para lá. É aquilo a que eu chamaria os fluxos ao contrário e gostaria de ver alguém mexer com isso desde o princípio até alcançar o tempo em que esses portugueses que fundaram Moçâmedes foram expulsos de Pernambuco, muito tempo já depois de o Brasil se ter tornado independente, porque o comércio todo continuava na mão deles e os brasileiros estavam a achar que esse tempo já era altura de ter acabado.[34]

Tendo em conta as duas passagens, e a problemática desse projeto, pode-se especular que se concretiza um pensamento de sistema preocupado com a História[35] e as histórias dentro dela: a busca de "um nós" que se verá discutida nas digressões da trilogia. O romance e com ele, seu sistema de pensamento, é irrigado por "fluxos ao contrário", vertidos pela consciência de que "qualquer reposição histórica minimamente verosímil terá que recorrer também a informações e documentos por vezes adventícios e colaterais"[36]. Essa problemática permanente na obra de Ruy Duarte de Carvalho se processa como um sistema ético e político que se comunica de forma incessante com a estética[37].

Sobre isso ainda, em um instigante artigo sobre *Os papeis do inglês,* que aborda as relações entre ficção e etnografia na narrativa de Ruy Duarte de Carvalho, Anita Moraes traz à luz um dado sobre o método do autor que aqui vale mencionar.

---

32. CARVALHO, 2003, p.117.

33. CHAVES, 2010.

34. CARVALHO, 2006, p.87.

35. Penso aqui em um conceito de História, como aquele que Compagnon recupera em *O demônio da teoria:* "A história dos historiadores não é mais una nem unificada, mas se compõe de uma multiplicidade de histórias parciais, de cronologias heterogêneas e de relatos contraditórios. Ela não tem mais esse sentido único que as filosofias totalizantes da história lhe atribuíam desde Hegel. A história é uma construção, um relato que, como tal, põe em cena tanto o presente como o passado, seu texto faz parte da literatura" (p.222).

36. CARVALHO, 2003, p. 116.

37. Esse sistema vai ao encontro do que o antropólogo, ensaísta e poeta martinicano, E. Glissant procurou demonstrar ao longo de sua obra para destacar as "multiplicidades efervescentes": "assim, por exemplo, no meu entendimento, alguns dos pensamentos mais marcantes desses últimos tempos foram formulados a partir daquilo que chamei de periferia em relação aos centros. Esses centros são cada vez menos os únicos operantes, os únicos importantes e presentes no pensamento. Os pensamentos regionais tornam-se pensamentos centrais, o que de fato não existe mais centro e não existe mais periferia. Pode-se até conceber o contrário, mas isso significaria também reproduzir [um] antigo esquema." (2005, p.161)

> Devido a essa estrutura, os acontecimentos distintos, articulados em um *sistema de vasos comunicantes*, intercambiam vivências e entre eles se estabelece uma integração graças à qual os episódios se fundem em uma unidade que não corresponde a meros segmentos justapostos. Existem vasos comunicantes quando a unidade é *algo mais* que a soma das partes integradas ao episódio (LLOSA, *Cartas a um jovem escritor*, p. 165, citado por MORAES, 2009, p.190)

A pesquisadora, ao citar esse raciocínio do peruano Llosa, adentra em uma questão de relevante interesse, pois para a problematização presente pode-se transpor essa "série de vasos comunicantes" e alargar a questão no que se refere à trilogia[38]. Ora, se há unidade na trilogia, esse resultado é a comunicação entre os três romances em si. O que dinamiza as relações é a experiência, seja ela advinda da ensaística, da antropologia, do cinema ou da poesia, como se nota nessa reflexão-síntese *d'Os papeis do inglês:*

> A hesitação coloca-se ao nível da experiência. É ela que constitui o mais importante do material, do capital acumulado. Mas ela, a experiência, constitui-se a partir das referências. As do mundo e do tempo anteriores. E é esse mundo anterior que a ordem das coisas, e da própria experiência, me impõe dar testemunho. Não viesse eu de fora e a experiência seria a da existência comum, não se revelaria como experiência, nem se revelaria sequer, estaria integrada na existência. E, assim, se me sentisse impelido a dar testemunho de alguma experiência, tratar-se-ia daquela que, fora dessa existência, me tivesse sido dado a acontecer. A experiência, assim, só faz sentido quando referida, à partida e à chegada, ao que lhe é exterior. Sem o antes não poderia ter tido lugar, sem o depois perderia o sentido. E a contradição maior reside no seguinte: tratando-se de uma experiência total, o seu saldo efectivo estaria em dar-lhe continuidade. E ela assim deixaria de o ser, transformar-se-ia em rotina, existência.[39]

1.2. do contexto da trilogia

O problema, para o qual passo então a atentar mais detidamente, relaciona-se à integração de eventos históricos ao longo da trilogia, não só dos episódios angolanos; embora, à primeira vista, os motivos partam sempre de uma zona austral, o que me interessa verificar junto desses *vasos comunicantes* é o peso de articulação da História à Geografia, e que se referem aos fluxos invertidos.

Dessa maneira, não é fortuito que as relações elencadas ao longo da trilogia possuam um caráter de reflexão, abrangente e inovador, no que concerne ao romance angolano

38. A epígrafe do romance *A terceira metade* exemplifica com precisão como os vasos comunicantes podem ser lidos também como intratextos. A construção do protagonista Trindade, assemelha-se como a um duplo, considerando o que vai indicado em um dos poemas de *Ondula, savana branca* (1977-1980) de Ruy Duarte de Carvalho. Numa tradução interpretativa, nomeada pelo autor de "reconversão", acerca do texto iniciático Koumen, dos pastores Peul, cuja vida "comporta três sequências de vinte e um anos cada uma, a primeira de aprendizagem, a segunda de prática, a terceira de ensino" (In. *Lavra*, 2005, p.224). Na página 413, quase ao fim *d'A terceira metade*, pode-se ver uma espécie de gráfico, desenhado pelo autor, que sintetiza esse sistema, que de certa forma, norteia o plano de escrita do romance. É mais um exemplo dos inúmeros "vasos comunicantes" presentes no sistema de pensamento do autor.

39. CARVALHO, 2007, p.25, itálicos do autor.

contemporâneo. No tocante a isso, cabe trazer um fragmento do artigo O *passado presente na literatura angolana,* de Rita Chaves, onde se lê:

> Profundamente marcada pela História, a literatura dos países africanos de língua portuguesa traz a dimensão do passado como uma de suas matrizes de significado. A brusca ruptura no desenvolvimento cultural do continente africano, o contato com o mundo ocidental estabelecido sob a atmosfera de choque, a intervenção direta na organização de seus povos constituíram elementos de peso na reorganização das sociedades que fizeram a independência de cada um de seus países. Tão recentes, e feitas no complexo quadro da conjuntura internacional dos anos 70, essas independências não dariam conta do desejo de acertar o passo na direção do projeto utópico que mobilizara os africanos. Como herança, o colonialismo deixava uma sucessão de lacunas na história dessas terras e muitos escritores, falando de diferentes lugares e sob diferentes perspectivas, parecem assumir o papel de preencher com o seu saber esse vazio que a consciência vinha desvelando.[40]

Note que a problematização da História, como aponta a pesquisadora, é um dado recorrente no sistema literário angolano. No percurso da formação do romance em Angola, coube a esse género "exercitar maneiras de apreender as tensões que aí se formam."[41] O *modus operandi* de Ruy Duarte de Carvalho me leva a pensar nessa problemática não só como um movimento de desvelamento das tensões e preenchimento de lacunas (o que seria, por exemplo, o caso da História da cultura pastoril e o recorte que cabe aos pastores Kuvale, engendrada ao percurso histórico do sul, um dos espaços de fronteira[42] apontados com frequência pelo autor), contudo, trata-se também de um alargamento da questão e de revisão da trajetória angolana, que não se fez apartada de outras conjecturas político-económicas, abarcando um vasto panorama, que, mais uma vez insisto, servem de matéria artística. Essas prerrogativas acredito que podem, se estudadas, gerar novos conhecimentos sobre a situação do romance em Angola. É pensar, como disse Luandino Vieira, em como os "buracos negros"[43], as lacunas da historiografia oficial são recuperados por esse género, suas inserções e/ou omissões. Tendo isso observado e considerando o dado da experiência e da História, cabe esboçar alguns possíveis percursos de análise para a trilogia, objeto deste estudo[44].

---

40. CHAVES, 2005a, p.45.

41. CHAVES, 1999, 208.

42. CARVALHO, 2006, p. 67.

43. Luandino, no texto em questão, provocativamente questiona sobre qual seria o valor e o lugar de uma obra como *História geral das guerras angolanas*, do português A. Cadornega, dentre outros. Cf. VIEIRA, 2008, pp.31-8 e TAVARES, 2008, pp.39-50.

44. A partir deste ponto, com alterações e correndo o risco de me alongar para um texto de proposta, recupero excertos de uma resenha e uma comunicação em congresso em que o ponto de partida, para exame, é o romance *A terceira metade* cf. MURARO, 2011 e 2013. Acrescentarei aqui alguns pontos relações aos outros dois romances (*Os papeis do inglês* e *As paisagens propícias)* porque julgo de interesse, para este projeto, esclarecer dois aspectos: primeiro, dar notícia da estrutura e da diegese dos romances, e como consequência disso, informar os pontos de reflexão inicialmente percorridos.

I

No que diz respeito ao último romance, por exemplo, a trama narrativa é construída por duas vozes que dão ao texto um caráter metanarrativo: aquela que se refere ao *Caderno do autor*, e uma outra que segue concomitantemente, mais presente, a do *Caderno do narrador*. Ao intuito da divisão pouco se atem, tanto o autor quanto o narrador. A não-linearidade do romance em si não permite que as regras dadas de início se cumpram, já que ambas as vozes irão ora se fundir, ora desaparecer para que uma terceira voz, a do protagonista, dite a diegese. Tais cadernos revezam-se em filtrar os registros das memórias do protagonista, Jonas Trindade, que em um encontro com o autor, durante uma semana, desfia a narrativa. Em meio ao registro dessa narração principal, a mobilidade, o deslocamento espacial, típico das narrativas de Ruy Duarte de Carvalho, irão da Califórnia à Namíbia, embora se concentrem no sudoeste angolano. Essa inserção de interlocutores e variadas formas de recuperação da história/História, espalhadas por uma geografia diversa, são elementos estruturais presentes também nas duas obras anteriores.

Tomando isso, portanto, como uma regra de composição, vê-se que em *A terceira metade,* os cadernos são precedidos por *Três fragmentos introdutórios* que, para o leitor, recapitulam de imediato as duas primeiras obras da trilogia e a motivação que se dará para o encontro entre o protagonista e o autor. O enredo articula-se por episódios da vida de Trindade, relatados ao leitor pelo autor até o final do Livro I, bem como a um interlocutor, Paulino, informante e personagem apresentado em *Vou lá visitar pastores* e figura essencial para os desdobramentos d'*Os papeis do inglês*. A partir do Livro II, a grosso modo, o relato passa diretamente ao leitor e em determinadas passagens retoma a interlocução com a personagem SRO (Severo), "o branco da namíbias" da obra *As paisagens propícias*. Visto assim, tanto Paulino quanto Severo são "vasos comunicantes" que irrigam a trilogia.

Assim, algumas estratégias são amplificadas em *A terceira metade,* onde o autor por intermédio do narrador desloca o foco, para fazer pensar - inversamente ao usual e ao exótico - em outras possíveis imagens de África, de Angola e do africano; pois, Trindade é mucuísso, não-bantu, e portanto, como o seu próprio nome anuncia, coloca-se como um terceiro elemento entre os europeus – brancos – e os africanos – bantus. O nome Jonas Trindade também se enlaça, ao longo do romance, a um conjunto de obras literárias (*Moby-dick* de H.Melville, *Huckleberry Finn*, de Mark Twain, *A cabana de pai Tomás,* de H.B.Stowe, *The nigger of the Narcissus,* de J. Conrad, e o Jonas bíblico, para ficar em alguns exemplos) lidos pela tríade autor/narrador/ protagonista com a intenção de pôr à vista do leitor as tensões, isto é, os muitos nós da história/História.

De forma semelhante, também se dá a construção da personagem Severo, em *As paisagens propícias,* como um "fluxo ao contrário": anteriormente dado como um branco da Namíbia em *Os papeis do inglês*, descobre o leitor ser ele um mulato angolano, criado em Portugal e que no retorno a Angola vai de agrimensor e quimbanda do mato, até pintor-falsificador entre a Namíbia e a África do Sul. Não é diferente a regra para composição de A. Perkings, d'*Os papeis do inglês:* criado na Rodésia, antropólogo com formação na Inglaterra, fadigado com as contradições do mundo académico e da vida conjugal, volta a África, situando-se no entorno do Kwando, Angola, onde caça e comercia marfim para sua manutenção. Embora haja um evidente paralelismo com a experiência do autor, o destino

dos três exemplos são absolutamente diferenciados, resulta mesmo é num evidente foco de atenção sobre os "homens de fronteira", não porque geográfica, mas por serem desdobramentos de uma "dinâmica encapsulada de relações"[45].

Para exemplificar a matéria que envolve essa dinâmica, uma passagem de *A terceira metade*, arquitetada como uma exposição comparada de certo episódio da *Odisseia,* de Homero, articula-se perfeitamente, a meio do romance, para desmontar a representação que recorrentemente o imaginário, construído pela ideologia colonial, impôs à figuração das nações africanas:

> .....haveria sempre matéria capaz de mexer seguramente outra vez com o mais velho: o seu obstinado e apaixonado interesse pelo mar mediterrâneo e por esses brancos primordiais que tinham sido os gregos.....(p.375)[...] lhe devolvi na manhã seguinte o vetusto exemplar da *Odisseia* que nos dias anteriores tinha sido ponto de partida para tanta revelação [...] e aproveitei o a-propósito para perguntar-lhe espontaneamente por que razão [...] o que mais lhe havia cativado eram as passagens em que Ulisses se detém entre os Feaces, antes de voltar a pisar o chão da sua Ítaca.....e tanto bastou para que a seguir, já sentado no burro e virado para mim, o precioso Trindade, de novo inteiramente revigorado, asseverasse que sim senhor era isso, era isso a ideia dos heróis, precisamente.....(...) nesse tempo, lá, dizia o Trindade, você vai ver e às tantas não seria talvez assim tão diferente de como é ainda nalguns lugares aqui entre nós agora.....vai ver, com esses Feaces, precisamente, o rei deles teria mais a ver com os nossos reinos arcaicos daqui do que com os sumptuosos reinos que os brancos nos vieram pregar e em que logo desde o princípio quiseram transformar os nossos,....essa princesinha dos Feaces, [...] a lavar a roupa numa vala discreta não longe da casa dela?.....podia ser a filha de um rei dos nossos, do Jau[46], da banza da Huíla ou da Kihita, aquela a quem compete tratar do fogo real do pai e lavar-lhe a manta uma vez por ano....[....] o inventário da lavra do pai de Ulisses, na própria Ítaca, não excede a conta de treze pereiras, dez macieiras, quarenta figueiras e cinquenta fileiras de vinha.....a gente lê, ou ouve contar a Odisseia, e fica a saber que lá então, como aqui no meio destes morros e desertos ainda agora, guerra e razia queriam dizer a mesma coisa: a palavra que lhes designa é a mesma: o-vita aqui.....a troca direta de produtos é que assegurava as relações entre as populações, e os povos do comum eram sobretudo pastores organizados à volta de uma casa patriarcal (...) como as ongandas de cá [...] e até o controle da sociedade era sobretudo assegurado pela família, encarregada de fazer respeitar as normas e punir com multas e infrações.... [47] (Livro III)

O leitor deve ter notado que o exercício ficcional, a que se propõe o autor, consiste em observar e refletir sobre processos em que as "especificidades históricas não anulam as contiguidades geográficas"[48]. Assim, podem ser lidos como uma proposta de construção da História da cultura pastoril, cujos contornos estão presentes não só em *As paisagens*

45. CARVALHO, 2005, p.164.

46. Sobre o "antigo reino do Jau, onde todos os anos se cumpre ainda a cerimônia de encerramento do cortejo do boi sagrado", cf. CARVALHO, 2008, p.390.

47. CARVALHO, 2009, pp.375-8.

48. CARVALHO, 1999, p.68.

propícias[49] e no Livro Segundo de *Os papeis do inglês*[50], mas por toda a produção de Ruy Duarte de Carvalho. É claro que não se trata de escrever uma História "de", mas expor a experiência histórica, reorganizando-a pelas lacunas e tensões, que a literatura como instrumento privilegiado pode proporcionar. Ao longo dos romances, a ordem de termos surpreende pelo posicionamento dado para as personagens, isto é, de maneira incomum se questiona sobre fatos comuns, como nessa reflexão de Trindade, em *A terceira metade*: "porque se os brancos se interessam pelas dobras dos nossos passados negro-africanos, será crime então, ou aberração, interessar-se a gente pela deles, já que a partir de certa altura partilhamos todos os mesmos passados comuns? ....."[51].

II

Essa problemática, a da órbita de algumas personagens e do universo da trilogia apresenta um caráter de revisão d*os nós da história*[52], de maneira que, n'*A terceira metade,* o *Livro I* percorre o período colonial e a luta de libertação nacional angolana; o *Livro II,* trata do período pós-independência; um *Livro III* parece ter o intuito de articular os dois livros anteriores aos *Três fragmentos introdutórios*. Como já foi dito, essa divisão em livros, assim como a divisão em cadernos, é constantemente transgredida por outros tempos (como o pré-colonial) e espaços (Brasil, Patagónia, Califórnia, Londres, Namíbia...). Pensados no conjunto da trilogia, os livros e os cadernos, assim como toda o arcabouço extraliterário, indicam a articulação entre a matéria artística e o que é recuperado dos eventos históricos pelo narrador e pelo autor. Em hipótese, esse resgate é o que valoriza a forma do romance.

> ..... Moçâmedes vivia nessa altura, segundo o perspicaz e sucinto comentário do nosso herói quando referiu essa época na conversa que teve com o autor, um tempo que era o de dois marcantes pós-guerras em simultâneo, embora a maioria dos povos dali, quer os brancos quer os pretos, talvez pudesse jurar-se que dificilmente estaria a dar conta fosse do que fosse .....era o pós-guerra das rusgas de extermínio feitas aos mucubais, com o remanescente deles a voltar da deportação a que tinham estado sujeitos nas ilhas de São Tomé, e era o pós-guerra de uma guerra imensa, muito maior, em que os brancos se tinham envolvido uns contra os outros lá nas europas deles....[53] (Livro I)

49. CARVALHO, 2005, mais especificamente no subtítulo 17, "Buraco", embora esteja pela narrativa toda.

50. CARVALHO, 2007, pp.130-78.

51. 2009, p.261.

52. A expressão é utilizada pelo autor com frequência ao longo do último romance. Entretanto, faço mais um acréscimo, para dizer que o termo "nós" pode ser entendido também como tempo, os tempos da história, levando em conta o que RDC explica em nota de rodapé, ao descrever a mística do texto iniciático Koumen, em *Ondula, savana branca*(1977-1980): "Os vinte e oito nós ou laços correspondem aos dias do mês lunar, que é preciso desfazer, isto é, de que é preciso, em consciência penetrar a sucessão. O desfazer dos nós [...] é conhecimento ", cf. *Lavra*, 2005, p. 225. A própria epígrafe do romance *A terceira metade* é uma passagem dessa tradução interpretativa, nomeada pelo autor de "reconversão", acerca desse mesmo poema, onde se lê que a vida "comporta três sequências de vinte e um anos cada uma, a primeira de aprendizagem, a segunda de prática, a terceira de ensino" (In. *Lavra*,2005, p.224). À página 413, quase ao fim *d'A terceira metade,* pode-se ver uma espécie de gráfico, desenhado pelo autor, que sintetiza esse sistema, que de certa forma, norteia o plano de escrita da trilogia em si. É mais um exemplo dos inúmeros "vasos comunicantes" presentes no sistema de pensamento do autor.

53. CARVALHO, 2009, p.73-4.

> foi assim que o Trindade falou então...[...] depois instalou-se outra vez o vazio....gente de fora, ali, só cruzavam às vezes soviéticos ou cubanos de jipe, desses que tinham vindo instalar um posto avançado de defesa anti-aérea e viviam com as armas e os radares deles encafuados em enormes instalações e casernas que tinham escavado debaixo do deserto, perto do Virei.....e a seguir a certa altura, e passados já talvez uns quatro anos, chegou ali a notícia de que o presidente, em Luanda, tinha mudado.....o mais-velho que figurava no dinheiro novo tinha morrido de doença, sim, mas até ali naquele buraco, tão isolado do mundo e virado sobre si mesmo, constou logo que tinham intervindo nisso, nessa morte natural, vontades políticas mais ponderosas que as nossas.....já antes até tinha soado que essa potência nos ajudava e controlava metade do mundo e tinha feito do nosso território, com a que controlava a outra metade, um campo de batalha para a luta deles, não andava a encontrar uma obediência à maneira como lhes convinha....e teriam até escolhido já quem é que deveria substituí-lo.....parece que a questão já era muito essa... [54](Livro II)

Ao sabor dos episódios, as tensões e novos conhecimentos sobre as questões ligadas ao continente africano, essencialmente, são conectadas ora a um contexto mais amplo (as duas guerras mundiais), ora a um mais específico (a guerra *Kakombola* movida pelos portugueses contra os mucubais/kuvale, que sempre se mostraram insubmissos quanto ao pagamento do imposto indígena, o que resultou em milhares de deportações para São Tomé entre 1940 e 1941 e o confisco do gado kuvale[55]). Dessa forma, a História nacional angolana adquire novos e outros vetores de significância, através de referências explícitas ou implícitas, como ilustra a passagem do Livro II. A sugestão desse tipo de aproximação maior com a História fica visível quando se verifica o paralelismo entre a trajetória dos protagonistas e os episódios da História angolana dos últimos noventa anos, por assim dizer[56]. É uma cronologia emaranhada, mas vale notar que o autor mostra-se interessado em retomá-la nas suas variantes, mesmo que a fórmula seja desalinhada, o artifício é eficaz e sugere que não é tão-somente a exploração de um local contraposto a um universal/ocidental. Trata-se daquilo que o próprio autor denomina, nas digressões d'*Os papeis do inglês*, "das implicações adjacentes, e dos horizontes simultâneos"[57].

Para clarificar um tanto mais, um último exemplo. Ao longo do último romance, a descrição do protagonista Trindade é dada como um "desses buscadores famintos de sentido"[58], pois, em virtude de ser *cozinheiro do mato,* pode partilhar com uma multidão de estrangeiros (suecos, portugueses, boers, belgas...), cientistas especialistas das mais diversas áreas (médico, biólogo, engenheiro, geólogo, botânico, entomologista, antropólogo...), imbuídos de investigar algo de suas ciências ou de servir a algum propósito

54. 2009, p.203-6.

55. Para mais cf. CARVALHO, 2009.

56. O fato do protagonista do romance ter nascido em 1922, o mesmo ano em que nasceu Agostinho Neto, e quando também se deu a Revolta do Catete (cf. WHEELER, p. 167-192), no desdobramento da revolta nativista de 1917, não me parece ser um mero acaso numérico, mas sim dado pensado para colocar vistas sob diferentes fluxos históricos, como o de Jonas Trindade. Como também é a construção de Severo (SRO), em *As paisagens propícias,* por exemplo, nos subtítulos 6 e 7 do romance e sua aproximação com o início da luta de libertação nacional, nos idos de 1961, ou ainda o exemplar subtítulo "Samba" no que diz respeito aos anos 80 em Luanda, entre outros.

57. CARVALHO, 2007, p. 154.

58. 2009, p.306.

político-económico. Tendo isso em vista, veja-se a transposição, em parte ficcionalizada, do escritor alemão Ernst Jünger[59]. Sua passagem por Angola de fato ocorreu em 1966, e resultou em uma de suas obras sobre entomologia: *Caçada subtil* [60]. A cena se passa em uma fazenda de café em que Trindade estava trabalhando e acaba por ser designado a acompanhar o visitante:

> ...e ... investido da função de carregar-lhe a rede de apanhar borboletas e um chapéu de chuva, instrumentos indispensáveis à atividade de qualquer entomologista compulsivo...e no seguinte disso é que Trindade foi dando conta da estatura e da estória daquele mais--velho estrangeiro que tanto lhe impressionava...era um homem muito antigo e de cabelo todo branco e andou a visitar por ali, em Calulo, outros mais-velhos que já tinham andado a combater junto com ele na primeira guerra mundial dos brancos, entre 1914 e 1918, e que já antes disso, com dezoito anos e em 1913, tinha fugido de casa para alistar-se na Legião Estrangeira e andar um ano pelo norte de África....nessa tal primeira guerra mundial dos brancos, saiu dela com vinte cicatrizes devidas e catorze ferimentos em combate e foi feito cavaleiro, com a cruz de guerra, de duas ordens de primeira classe.....depois disso, e a partir do que lá terá vivido, experimentado e refletido, foi então que ele escreveu meia dúzia de livros desses que depois todas as representações e todo o pensamento do mundo não podem deixar de ter de mudar e deram mesmo a volta à cabeça de políticos como de filósofos dessa época....[...] isto é muito resumido, Paulino, que é para não lhe estar agora a chatear, mas também não é de estranhar que o Trindade, sabendo disto e de muito mais, não se tenha rendido ao privilégio que a vida lhe estava agora ali a dar.....andou com ele a transitar de sobressalto em sobressalto e o mundo é tão pequeno, afinal, que ali mesmo, no meio daquela numerosa colônia de alemães, [...] lhe viu a distribuir cumprimentos [entre aqueles tinha uns que eram família de outro famoso general que tinha ficado para história por ter comandado o extermínio de mais de setenta por cento da população herero, aqui na Namíbia, e de ter confinado o resto, para aí quinze mil pessoas, em campos de concentração, entre os anos de 1904 e 1905..... [61] (Livro I)

O episódio é recuperado pelo autor para interligar a colonização alemã em África, o genocídio dos hereros - povos que vivem entre o território de Angola e a hoje Namíbia - junto aos desdobramentos das duas guerras mundiais. Note que ao converter o escritor em personagem, o europeu, o cientista perde o seu usual estatuto de narrador, autor e

59. Note que a inserção desse autor alemão especificamente não é fortuita, o escritor teve uma vida longeva, atravessou todo o século XX, cruzou vários continentes e presenciou de perto, ao menos as duas grandes guerras. A primeira, recapitulada na passagem acima, transformou-se no diário *Tempestades de aço*. Não tive acesso, por enquanto, a obra que registra a passagem em Angola, mas sobre seu conteúdo, localizei que "he collected 40000 insects. *Subtile Jagden* (Subtle pursuits, 1976) was the literary products of this contemplative passion" (In. *German writes before and after 1945*, JÜNGER *et alii*, J. Peters ed., New York, 2002, p. 310). O comentário do editor mostra, em hipótese, um certo grupo de interesses entre o pensamento de RDC e Jünger, ou seja, o trabalho como entomologista de Jünger é registrado como literatura, na mesma medida em que RDC transpõe muitos dados de sua antropologia para a literatura. Veja-se também sobre isso certa passagem de *Desmedida* (p. 313), em que RDC se diz leitor compulsivo de Jünger.

60. As informações elencadas constam em *Notícia biobibliográfica*, parte da edição portuguesa, da obra *Sobre as falésias de mármore*. (Org. e Trad.) FELIPE, R. G. Lisboa: Veja, 1987, p.153-9.

61. CARVALHO, 2009, pp. 137-150.

compilador de uma versão consagrada da História, principalmente aquela fabricada pelo "saber colonial"[62].

Isso posto, a inversão proposta na composição dos romances e a sua apropriação de referências históricas permite que a multiplicidade de contextos seja, nesse caso, concatenada às experiências do autor, de seus interlocutores e dos protagonistas. Esse desalinho, em relação a qualquer centro, perturba o que se convencionou entender como nação, como Angola, fazendo emergir uma gama de dinâmicas sociais internas e externas. Portanto, como se resumirá a seguir, o objetivo desse trabalho, será estudar como e quais são os efeitos dessas articulações na trilogia.

62. Sobre isso, cf. THOMAZ, 1997; GEBARA, 2010, HEINTZE, 2010 e PINTO, 2012.

O pretuguês, o português em/de Angola "é o problema que estamos com ele"

Amélia Arlete Mingas
Universidade Agostinho Neto

Introdução

O tema que trazemos para este encontro advém de uma preocupação que se nos foi impondo à medida que aprofundávamos o conhecimento da língua portuguesa, o domínio da estrutura das línguas endógenas de Angola e, particularmente, porque várias foram as situações em que nos defrontámos com comportamentos não consentâneos com o momento que o país atravessa. É que, após vários anos de luta contra a dominação colonial e outros tantos de guerras fratricidas, urge que façamos esforços para criar condições para estarmos juntos e podermos, em tempo útil, promover e materializar acções capazes de fomentar uma evolução harmoniosa e promissora do nosso país.

É inegável que o desenvolvimento de qualquer sociedade implica a existência de vários componentes relevantes de que salientamos as interacções comunicativas, na medida em que é graças a elas que os elementos que integram uma comunidade, criam as condições necessárias para que os seus membros possam *Crescer, Pensar, Criar* e, acima de tudo, *Querer Viver em Conjunto*. Um projecto desta envergadura só é possível desde que se criem os meios e se reúnam as condições para a formação dos elementos que a compõem, capacitando-os de modo a poderem fazer face aos diversos desafios que, se lhes vão apresentando, no seu dia-a-dia.

No que ao nosso país diz respeito, no período inicial do contacto entre os Chegantes, ou seja os Portugueses e os Residentes, os Africanos, no espaço que é hoje Angola, esforços foram feitos pelos primeiros no sentido de serem criadas situações para um entendimento entre os dois grupos. Em consequência, face à incapacidade de os tradutores árabes – usados nos contactos ao nível do Norte do continente – facilitarem a comunicação entre os dois grupos, alguns homens da terra foram enviados a Portugal, a fim de serem formados como tradutores.

Considerando o quadro linguístico angolano, é evidente que a existência de várias línguas a que se sobrepõe uma única, estrutural e culturalmente diferente, viabilizou a emergência de interferências de ordem diversa das diferentes línguas coabitando o mesmo espaço geográfico, na que melhores condições tinha para possibilitar o contacto entre os distintos grupos em presença.

Com o passar do tempo e porque interesses económicos se impuseram, o ensino das línguas africanas foi proibido, contrariamente ao que acontecia com a portuguesa. Como resultado da coabitação entre a língua portuguesa e as africanas, o evento das lutas de libertação, a fuga para a cidade, de quem se sentia ameaçado no interior do país e a necessidade

imperiosa de os Chegantes garantirem a sua presença na colónia, levaram os últimos a fomentar o ensino da língua portuguesa em todo o espaço, sob o seu controlo.

Os africanos, que se viram forçados a usá-la, em detrimentos das suas línguas maternas, foram recriando-a pouco a pouco nas suas interacções, enriquecendo o seu falar com neologismos e novas sonoridades advindos das suas línguas maternas. Como resultado, o seu modo diferente de articular a língua comum foi designado *pretuguês,* para o diferenciar da fala europeia.

O pretuguês

Certamente, muitos dos jovens aqui presentes reagirão com sorrisos, ao uso por nós, deste termo, porque sentem-no estranho, talvez fantasioso. Porém, fazemos parte de uma geração de angolanos e angolanas para quem esta palavra tinha, uma carga e influência negativas, porquanto provocava um acanhamento instintivo para a utilização de articulações e expressões que, naquela altura como hoje em dia, fazem parte do nosso modo africano de falar português. Nesse tempo distante, a frase e termos que se seguem, nomeadamente:

a) "ir na escola; no hospital ou na praia", em vez de "à escola, ao hospital, à praia";

b) O uso do termo *kitanda*, em vez de *mercado*;

c) A utilização da articulação do adjectivo /más/, para representar a um tempo, a adversativa /mas/ e o advérbio /mais/;

d) A tendência para a monotongação em termos como beju e kitandera em vez de *beijo*, kitandeira. (Mingas, 2000: 50)

Eram, de imediato, considerados como exemplos de *pretuguês* e não de português.[1] Com o desenrolar do tempo, o aprofundamento do nosso conhecimento sobre a línguas portuguesa e africanas, ficou claro que as professoras, por desconhecerem a estrutura das línguas endógenas e o fenómeno de interferência linguística, resultante do contacto de duas ou mais línguas diferentes – caso do português e das línguas africanas – *racializaram* o fenómeno, responsável pelo modo diferente de alguns alunos articularem sons inexistentes nas nossas línguas. Neste cenário desagradável, a língua portuguesa aparece como um espectro ameaçador para os aprendentes porquanto, toda a palavra mal pronunciada, a não concordância em número ou género dos nomes, do determinante em relação ao determinado eram, de imediato apelidadas de *pretugûes,* o que levava muitos dos estudantes africanos a coibirem-se de utilizar a língua comum, por receio de serem ridicularizados.

Considerando a importância dos factores de socialização como a família, a escola e a igreja assim como a sua influência para um maior e melhor controlo das populações africanas, estas foram divididas em dois grupos, a saber, o dos *Assimilados* que integrava os Africanos que conheciam bem a língua portuguesa assim como os hábitos dos Portugueses

1. É interessante salientar que esta reacção era das professoras, esposas de oficiais do exército portugueses recém-chegados ao país, devido ao início da guerra de libertação. Todavia importa salientar que, em condições idênticas, os professores limitavam-se a corrigir e a ajudar a compreender, por exemplo, a diferença entre o som vocálico complexo que era o ditongo e um som simples.

e, o dos *Indígenas*, que ou conheciam parcialmente ou desconheciam a língua portuguesa, não comiam à mesa, com garfo e faca, mas sentados sobre uma esteira.

Luanda estava, por sua vez, dividida em quarteirões: o primeiro cobrindo a parte baixa da cidade, à beira-mar, era ocupada pelos *Portugueses* e alguns *Assimilados*; seguia-se uma zona intermédia, habitada pelos *Assimilados* e uma terceira, periférica, o Museke[2] onde vivia a maioria esmagadora dos residentes africanos, os *Indígenas*. A língua utilizada nas interacções comunicacionais, na parte baixa, era a portuguesa; na parte intermédia, à língua portuguesa juntava-se a língua kimbundu, mas verificando-se a predominância de uso da primeira; na terceira e última eram utilizadas de igual modo as duas línguas, mas com predomínio da língua kimbundu.

Pressionados pelas autoridades que lutavam contra o tráfico de escravizados, as colónias portuguesas foram promovidas a províncias, integrando o Portugal de Além Mar. Em consequência, leis foram promulgadas proibindo o uso das línguas africanas e generalizado o ensino da língua portuguesa em todo o espaço angolano. Subjacente a essa decisão estava a convicção, incutida a muitos Africanos, da inferioridade das suas línguas, relativamente à portuguesa. Donde o aumento, pouco a pouco, de estudantes angolanos em todos os estabelecimentos escolares e o contacto, cada vez maior usando a língua portuguesa em detrimento das endógenas.

O português em Angola

A história é, por excelência, a disciplina da área das humanidades, de importância incontestável quando está em causa o desenvolvimento de uma comunidade, porquanto ela descortina as diferentes etapas de desenvolvimento das sociedades e vivências humanas pelo que constitui um auxiliar incontornável para o aprofundamento da nossa abordagem no que tange à presença, vivência e convivência da língua portuguesa com as línguas endógenas do nosso espaço.

Vários foram os autores que trataram esta situação. No presente trabalho, que não pretende nem pode ser uma análise exaustiva da história das línguas portuguesa e africanas no nosso país, limitamo-nos apenas a três autores a saber, Carlos Ervedosa, Carmo Reis e Carlos Venâncio.

O primeiro autor, referindo-se à língua portuguesa, na então colónia de Angola, afirma que essa língua:

> "... transplantada para novas terras, sofreu a influência do meio angolano, tomando um ritmo e formas próprias do falar das gentes de Angola mormente nos centros populacionais mais antigos, onde se processou um mais íntimo contacto de culturas, como Luanda e Benguela e suas zonas de influência" (1963: 7)

Continuando, desta feita referindo-se à produção literária, o autor assegura que nos anos de 1880 e 1896:

2. Termo da língua kimbundu, equivalente ao *´nseke* das línguas kongo, significando "areia".

"... os grupos eram exclusivamente constituídos por intelectuais negros e mestiços, normalmente autodidactas que se denominavam por "filhos do País" e apresentavam a particularidade notável de se expressarem tanto no melhor quimbundo como no português mais puro". E continua o autor, afirmando que:

"... Com a abolição do tráfego da escravatura, por decreto de 1836 e a sua substituição por uma colonização baseada na agricultura e no comércio, a sociedade luandense foi-se estabilizando, formando-se uma burguesia africana, entendendo-se aqui por africanos "a população negra e mestiça cujo contacto com o europeu a tornava um elemento culturalmente distinto". (p. 8)

Mais afirma Ervedosa que, a criação do Boletim Oficial, impresso em 1845, "... foi o ponto de partida para a proliferação do jornalismo. ... Data de 1882 o aparecimento do primeiro jornal próprio dos africanos, "O Futuro de Angola", de Arsénio do Carpo, cujo exemplo abriria caminho ao despertar de novos órgãos, redigidos em kimbundu e português, "o Farol do Povo" de Arantes Braga, o "Arauto Africano", de Carlos Silva, o "Muen'exi", de Castro Francina, o "Kamba ria N'gola", entre outros. (p. 10).

Carmo Reis (1987: 147) refere que muitas foram as mulheres que tiveram na época, o arrojo de corajosamente, assumirem a defesa não só de um grupo de *quitandeiras*[3] como igualmente da língua africana em uso na capital da colónia. A este respeito, salienta a autora que, em meados do século XIX, a quitandeira é omnipresente no comércio ambulante... destacando de igual modo que nessa altura, a senhora Ana de Sousa e Silva, de seu nome, tornou-se de tal modo importante que provocou a fúria de negociantes, exigindo medidas legislativas e o seu controlo dessa mulher.

José Carlos Venâncio (1996: 52-53) por sua vez, refere que: "... Normalmente, possuía um homem europeu, (podendo ser também euro-africano ou africano com posses) mais do que uma mulher (mesmo mestiças ou africanas), que eram mantidas com grande pompa … A segunda e a terceira mulheres eram geralmente escravas (mocambas), que faziam companhia à primeira mulher. Os filhos destas "ilícitas" relações sexuais continuavam em casa do pai. ... O kimbundu torna-se, assim, um idioma corrente entre a família, proporcionando simultaneamente a sua unidade".

Transgredir é possuir a língua ..., afirmou por seu turno o poeta Rui Monteiro, com a sensibilidade e perspicácia que lhe é intrínseca e que, para nós porquanto, a obrigatoriedade de utilização da língua portuguesa, na então colónia, criou as condições para que ela fosse sentida como sendo mais uma língua angolana, donde a facilidade e a naturalidade na sua transgressão, materializada na presença de novos termos e modos de estar na língua portuguesa, vindos das línguas africanas, termos que enriqueceram, enriquecem e vão adequando, o acervo lexical da língua comum à realidade das terras angolanas.

A supra citada proibição provocou uma quebra na estrutura organizacional existente, no processo histórico e cultural local e na possibilidade de uma evolução harmoniosa das comunidades sociais locais. Não bastando isso, a educação formal na colónia era feita

3. Nome híbrido resultante da sufixação do sufixo /-eira/, ao termo kimbundu *Kitanda,* correspondente ao português "mercado", donde quitandeira, mulher que vende na quitanda.

tendo a língua dominante como único veículo de transmissão de conhecimentos e matéria de aprendizagem, na educação formal do Povo angolano, sendo o kimbundu, uma das línguas africanas falada na capital colonial.

Com o deflagrar da Luta de Libertação Nacional aumentou de modo exponencial o número de locutores de outras línguas nativas angolanas que foram abandonando as suas casas em busca de protecção nas cidades costeiras do país. Daí o aumento da vaga de neologismos mas também dos erros, muitos erros, pois muitos deles tinham como língua materna uma língua africana. Como resultado, foi reforçado o modo específico do povo angolano estar e de recriar a língua portuguesa. Donde a constatação de alterações de vária ordem na regência verbal, na estrutura morfo-sintáctica da frase, com a substituição da ênclise pronominal – inexistente nas nossas línguas – pela próclise, como podemos verificar nos exemplos que se seguem:

a) i. deram-*me* uma mandioca; ii. mamã, dá-*me* um rebuçado;

A que correspondem no português falado em Angola:
b) i. *me* deram uma mandioca; ii. mamã *me*(*i*) dá um rebuçado;

ou a substituição do pronome pessoal em função de completo directo /-o/, pelo indirecto /-lhe/: viste o meu irmão? Sim. *l*(h)*e* vi na praça.

O uso da próclise pronominal nos exemplos acima apresentados explica-se pelo facto de, a estrutura verbal das línguas bantu se caracterizar pela não flexão do verbo e pela anteposição dos constituintes verbais à base donde o exemplo:

a) mpetelu (1) *wa-* (2) *ngi-* (3) *xing-ile* (4)
suj. id. suj.+pas. c. indir. insultar+pas. "*o mpetelu insultou-me*"[4]

A história colonial angolana – como aliás a de qualquer outro país africano – está indefectivelmente ligada à estruturação da dominação colonial, que se fundamenta no sentido da integração no espaço social colonial para desintegrar o social do dominado e na desintegração deste último para criar a sua inclusão no zona colonial.

No que respeita à presença de termos africanos aportuguesados na fala portuguesa de Angola, temos alguns exemplos da língua umbundu:

osékulu	—>	sekulo	"velho/a, idoso/a"
okúpapata[5]	—>	kupapata	"motociclista"

4. Neste exemplo, o número (1) representa o sujeito; o (2) o índice do sujeito; o (3), o complemento indirecto e o (4) o predicado.

5. Este verbo, significando *apalpar*, foi adoptado como nome, significando *motociclista* que substitui o táxi – para as pessoas com menos posses. Por precaução, o/a cliente deve agarrá-lo pela cintura durante o transporte, donde a formação do nome *Kupapata*, dado ao motociclista.

da língua kimbundu:

di-kota	—>	kota “pai, mãe, pessoa idosa”
kukanga	—>	cangar “prender” .

e da língua kikongo

nzawu	—>	zau
mbuku mazi	—>	buco mazi

De realçar, por outro lado, que contrariamente ao português europeu, o angolano não atesta frases como “tenho fome, tenho sede” mas sim, “estou com, estou com fome”. Esta construção tem, de igual modo rescaldo nas nossas línguas africanas, porquanto o sentido de posse do verbo ter, nas nossas línguas, é muito mais forte do que na portuguesa, na medida em que tem um suporte materializado. Assim, tem-se um filho, uma casa mas, uma vez mitigadas tanto a fome como a sede, elas desaparecem. Daí a substituição do verbo *ter* pelo *estar*.

A construção identitária dos grupos autóctones angolanos deve, por conseguinte, ser pensada não somente à luz das relações de força impostas pelo princípio de dominação acima referido de integração/desintegração pois, de acordo com José Madureira Pinto (1991: 218):

> (...) a produção de identidades sociais implica a imbricação de dois processos: o processo pelo qual os actores sociais se integram em conjuntos mais vastos, de pertença ou de referência, com eles se fundindo de modo tendencial (processo de identificação); e o processo através do qual os agentes tendem a autonomizar-se e diferenciar-se socialmente, fixando-se em relação a outros, distâncias e fronteiras mais ou menos rígidas (processo de identização).

Muito mais poderíamos dizer sobre a especificidade da *nossa* língua portuguesa, esperamos contudo que as nossas preocupações tenham sido expostas de modo claro.

O português de Angola

À diferença do *pretuguês* e do *português em* Angola, o *português de Angola* consolidará o processo da africanização da língua europeia no país. Queremos com isto dizer que ele constituirá uma fase da estabilização do português angolano, pois é a única das nossas línguas utilizada nas relações familiares de uma parte significativa dos Angolanos residindo nas cidades costeiras e ao nível das capitais provinciais pois ela não somente foi a língua primeira dos Angolanos nesses espaços mas também, ela foi aí percentualmente superior às africanas, como língua segunda. Em consequência, apresenta um desenvolvimento específico na medida em que, para além da influência das línguas angolanas, a língua comum sofre igualmente a influência do seu contacto com outras línguas europeias como o inglês (fronteiras da Zâmbia e Namíbia) do francês (fronteiras das Repúblicas do Congo e do Congo Democrático) e africanas, o lingala e o monukutuba, faladas nos dois últimos países. Partindo dos pressupostos acima apresentados, é-nos fácil chegar à conclusão que o

ensino da língua portuguesa, no nosso país, atesta particularidades próprias, advindas do seu contacto com todas estas línguas.

Se considerarmos que a linguagem infantil revela uma aprendizagem própria, ser-nos-á fácil compreender o quanto a mesma depende de um enquadramento especial, no que respeita à organização de enunciados que garantam a sua interacção ao nível da escola. Assim sendo, o professor ou professora deve, tem de identificar a sociedade e grupo linguístico em que a criança cresceu, a fim de poder consolidar o que ela interiorizou, aprendeu, em contexto oral, familiar.

Face a esta situação vivida no país, a homologação de um acordo ortográfico em que apenas dois dos oito Países que compunham, na altura a CPLP, estavam capazes de decidir sobre o futuro da língua comum – pois, tinham uma norma sobre a língua falada em cada um deles – mostra quão improvável se tornaria a aplicabilidade do documento às situações concretas dos Países africanos.

Se, tivermos presente que o Brasil foi a *Única* das ex-colónias portuguesas a integrar o *Reino Unido de Portugal, Algarve e Brasil*; se, por outro lado considerarmos que o Brasil foi, dentre as colónias portuguesas, a *Única* que foi Sede da Coroa portuguesa – por ocasião da invasão francesa; se ainda tivermos presente que à população ameríndia, nativa do continente americano se juntaram os Portugueses, os Africanos vindos de vários países do Continente e Europeus vindos da Inglaterra, Itália, Alemanha – torna-se evidente que a situação do Brasil é distinta de qualquer uma das antigas colónias. Assim sendo, pensamos que é prematura a tomada de qualquer posição consciente e reflectida sobre a homologação, adopção de um acordo que seja consensual pois, no que a Angola diz respeito, após quase meio século de existência como País independente, as suas línguas endógenas, não beneficiam de um estatuto que legalize a sua existência no país.

Face ao acima exposto, estamos convictas que há necessidade urgente que especialistas do país como, historiadores, linguistas, sociólogos, antropólogos, membros da sociedade civil, autoridades tradicionais, e todos os homens e mulheres de boa vontade no país, se reúnam para que, de uma vez por todas, possam em conjunto reflectir sobre a importância para o país, da existência das línguas e culturas endógenas e sobre o modo de as preservar, pois são o que nos resta dos que nos precederam e que sempre, mas sempre, pugnaram pela dignificação e assumpção das línguas e culturas do País.

Quanto a nós, o acordo ortográfico, tal como se apresenta, constitui tão somente um atentado à identidade europeia da língua portuguesa.

Conclusão

Um dos maiores desafios que se apresentam à Angola independente, como a outros países que foram sujeitos a processos de dominação, é o reconhecimento da necessidade *urgente* de uma reflexão profunda que permita a detecção dos desafios, que dia a dia se apresentam, advindos da necessidade premente de serem criadas as condições mínimas para uma formação qualitativa da juventude e a preservação da identidade cultural angolanas. Todavia, se admitirmos que "falar uma língua", não implica que o seu locutor a "entenda e domine", poderemos inferir que a capacidade de expressão de português de muitos dos locutores angolanos é, de longe, superior ao seu domínio e/ou nível de entendimento dessa língua.

Contudo, considerando a diversidade linguística do país, temos de reconhecer e salientar o quanto é necessário e urgente equacionar o regime jurídico que rege a coexistência das línguas endógenas e portuguesa no mesmo espaço, porque maternas da maioria dos seus locutores, garante do desenvolvimento do processo e modo de elaboração de conceitos e propiciadoras de aptidões comunicativas criativas, mas de igual modo, potenciadoras de relações de identificação e de identização linguísticas e culturais. Em suma, o binómio língua/cultura constitui um componente indispensável à defesa e promoção da unidade de qualquer País e à possibilidade da sua cooperação com outras comunidades, pois,

> Mesmo quem ficou arredado da escola e engrosse o exército de iletrados, man-tém a capacidade de comunicar, pelo uso da língua, com as suas potenciali-dades simbólicas e referenciais. Mesmo quem não tenha frequentado a escola e desenvolvido o conhecimento e domínio da língua escrita terá, pelo processo de socialização, um domínio relativo da língua falada" (A. Mingas, 2006).

É nossa convicção por conseguinte, que a literacia poderá potenciar a unidade nacional e o reforço da identidade social, cultural e linguística como um todo, em que se verificaria a identificação de cada indivíduo com o conjunto de todo o Povo angolano e a assunção de uma identidade própria, específica e diferenciada. Estariam então criadas as condições objectivas necessárias à edificação de uma Angola forte, independente, democrática e, acima de tudo, africana. As línguas nativas, porque seu veículo, constituem a "… base do processo comunicacional do País e são as reais depositárias dos saberes e sentires locais. Assim, só através delas chegaremos ao saber total, ao Saber angolano" (A. Mingas, ibi.)

A língua portuguesa é, em Angola, língua primeira e segunda, pelo que o seu ensino deve ser feito de tal modo que as suas realidades intrínsecas, enquanto língua segunda, não sejam influenciadas pelas da língua primeira. Daí pensamos nós, ser imprescindível ao professor de português no país, o conhecimento não só do ambiente sócio-cultural que caracterizou o processo de socialização do aluno, como também da estruturas das línguas africanas. Só assim, poderá saber porque razão muito dos seus alunos, embora tenham o português como língua primeira, nunca dizem: "vou *ao* mercado" mas, "vou *no* mercado", "vou *ao* hospital" mas, "vou *no* hospital" ou, "estou com fome" e não "tenho fome", "estou com sede" e "não tenho sede".

Sugestões

Angola embora ateste um número elevado de línguas, quatro delas, a saber o umbundu, o kimbundu, o kikongo e o cokwe estão presentes em muitas das províncias do país, pelo que apresentamos as sugestões que se seguem que, pensamos, poderão contribuir para um desenvolvimento harmonioso e seguro da aprendizagem das línguas portuguesa e nativas no país:

1. Que o executivo angolano defina o estatuto das línguas endógenas, condição necessária para a sua credibilidade e defesa;

2. Uma vez que:

O *Umbundu* falado no Huambo, é igualmente falado nas províncias de: Benguela, Bié, Lubango e Namibe;

O *Kimbundu*, falado em Luanda, está também presente em Malanje, Kwanza Norte e Kwanza Sul;

O *Kikongo*, falado no Uíge, é também falado nas províncias do Zaire, Cabinda;

e

O *Cokwe* falado nas duas Lundas e no Bié, essas línguas poderiam, deveriam, ser ensinadas a nível nacional e as demais ensinadas a nível regional;

3. Que seja introduzida nos centros de formação de professores, a especialidade em línguas africanas pois, apenas existe nas línguas portuguesa, inglesa e francesa.

5. Que o executivo reveja a remuneração e enquadramento dos professores de línguas africanas, na medida em que muitos deles, após a sua formação, vão dar aulas de língua portuguesa.

6. Que se criem condições para que especialistas na área das línguas africanas possam elaborar material credível para o ensino das mesmas em Angola.

Bibliografia

CARMO REIS, Maria do Céu, 1987. "Représentation de la femme dans le discours nationaliste: le cas de la génération des années 50 en Angola". África Revista, pp. 140-161. São Paulo, Centro de Estudos Africanos

CLINGTON, Mário de Souza, 1975. *Angola libre?* Paris, Éditions Gallimard

FERREIRA, Thales Guaracy, 2015. *A conquista do Brasil 1500 - 1600*, Planeta Manuscrito, Lisboa Portugal.

HEUSCH Luc de, 1973, "Le sorcier, le Père Tempels et les jumeaux mal venus", in *La notion de personne en Afrique Noire*. Paris, Centre National de la Recherche Scientifique, pp. 232-242.

HOLANDA, Sérgio Buarque de, 1995. *Raízes do Brasil*, Companhia das Letras, 26ª ed., 14ª reimpressão, São Paulo.

MINGAS, Amélia Arlete, 2000. *A interferência do kimbundu no português falado em Lwanda*, Luanda, Xá de Caxinde, Porto, Campo de Letras.

_____, 2000. "Dinâmicas linguísticas em contexto comunitário", *XIX Encontro da AULP* Luanda, Angola.

_____ 2013. Independência e Reconstrução Cultural em Angola: Constatações/Reflexões, Universidade de São Paulo, Brasil.

_____, 2015. "Língua portuguesa em Angola, um fantasma que se humanizou", *Congresso Internacional de Lusitanistas*, Universidade de Aachen, Alemanha.

PINTO, José Madureira, 1991. Considerações sobre a produção social de identidade. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 32, pp. 217-231.

RANDLES W. G. L., 1968, *L'ancien royaume du Congo dès origines à la fin du XIX siècle.* Paris - La Haye, Mouton & Co.

_____ 1974, "La civilisation bantou, son essor et son déclin", *in Annales. Économies, Sociétés, Civilisations* (Paris), 29.º Ano, n.º 2, Mars - Avril, pp. 277-281.

VENÂNCIO, José Carlos, 1996. *A economia de Luanda e hinterland no século XVIII Um estudo de sociologia histórica*, Lisboa: Editorial Estampa, Lda.

Cooperar para crescer e internacionalizar

Madalena Alarcão
Professora Associada da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.
Vice-reitora para os Assuntos Académicos, Ação Social, Planeamento e Qualidade.

Introdução

A democratização do ensino tem permitido que um número crescente de pessoas tenha acesso a formação académica. Tem criado, também, pressão para que a escolaridade obrigatória se alargue e para que a formação superior seja cada vez mais sentida como uma qualificação necessária ao desenvolvimento das pessoas e das sociedades.

A complexidade das sociedades atuais, assim como a velocidade a que as mudanças se sucedem, exigem que os trabalhadores, em qualquer área de atuação, sejam capazes de identificar os problemas (que são cada vez mais diversos e imprevisíveis, ou, pelo menos, distintos daqueles que já eram conhecidos) e de equacionar soluções. A formação superior tem que estar cada vez mais centrada no desenvolvimento da capacidade de "aprender a aprender", isto é, tem que proporcionar um conhecimento básico sólido mas deve criar, também, competências que permitam às pessoas saber como "buscar" novo conhecimento, como diagnosticar, como resolver situações problemáticas e como investigar.

Num mundo cada vez mais global, a formação superior tem necessariamente que estar internacionalizada pois a área de atuação dos futuros diplomados pode não ser a da sua comunidade mais próxima mas a de uma qualquer outra latitude onde os contornos da aplicação do saber sejam distintos. A internacionalização das instituições de ensino superior (IES), e do próprio ensino superior, ao colocar em interação diversos estudantes e docentes, bem como distintas "realidades", potencia novas visões e flexibiliza o próprio pensamento, elementos essenciais, hoje em dia, à forma de estar, de "ler" a realidade e de nela intervir.

Uma das formas de internacionalizar o ensino superior consiste em promover a mobilidade de estudantes e de docentes. A Universidade de Coimbra (UC) tem uma experiência vasta de cooperação, com inúmeras congéneres estrangeiras e, naturalmente, com os seus investigadores e docentes. Se os mais de 30 anos do programa de mobilidade Erasmus constituem uma enorme riqueza experiencial na "arte" de criar intercâmbio, o Programa de Licenciaturas Internacionais (PLI) constituiu uma experiência única de dupla titulação com diversas IES brasileiras, não só pelo número de estudantes e docentes envolvidos como por toda a reflexão pedagógica, experiência relacional e adaptação administrativa que suscitou.

Depois de enunciar brevemente o enquadramento do PLI, apresentam-se alguns dados sobre a organização e sobre o sucesso do programa, bem como sobre o número de duplas titulações, terminando-se com uma análise SWOT a respeito do mesmo e uma breve reflexão sobre o interesse e a possibilidade de replicação da experiência.

O Programa de Licenciaturas Internacionais (PLI)

1. Enquadramento

O PLI nasceu de um sonho de cooperação entre a UC e o Grupo de Coimbra das Universidades Brasileiras, tornado realidade pelo envolvimento da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), com vista ao enriquecimento da experiência e da formação de estudantes que se preparavam para a nobre mas difícil tarefa de ser professor.

Em 2010/2011, a UC recebeu mais de 180 estudantes brasileiros, de cursos de formação de professores nas áreas da Biologia, Física, Matemática, Química, Português, Estudos Artísticos e Ciências do Desporto. Com muito menos expressão, a UC recebeu também alunos para a Licenciatura em História de Arte.

O objetivo era que estes estudantes, depois de iniciarem a sua formação superior no Brasil (após 2-3 semestres, onde teriam iniciado a formação geral e feito a introdução à área específica de formação) viessem para a UC onde continuariam os seus estudos durante dois anos (4 semestres, dedicados à formação científica específica e a disciplinas pedagógicas), voltando ao Brasil para finalizarem a licenciatura em que estavam matriculados e inscritos na sua instituição de origem (conclusão da formação científica específica e pedagógica). Durante a estadia na UC (também designada como instituição de acolhimento), passariam a estar matriculados e inscritos em licenciatura equivalente, abrindo-se um processo individual semelhante a qualquer estudante regularmente inscrito na UC.

Na sua deslocação, os estudantes eram financiados pela CAPES, de quem recebiam uma bolsa, apoio indispensável à concretização deste projeto já que a população-alvo dos cursos de formação de professores é predominantemente constituída por estudantes provenientes de famílias de "baixa renda". Também por essa razão, este foi considerado "um programa com carácter eminentemente social (no léxico brasileiro, de ação afirmativa), na dupla perspetiva de lhes proporcionar uma experiência de internacionalização que nunca poderiam ter pelos seus próprios meios e de contribuir para aumentar a consideração social desta classe profissional" (Seabra Santos, & Almeida Filho, 2012,183[1]).

A partir de 2012, o PLI foi alargado a outras IES portuguesas. No processo de construção de toda esta experiência, e para o sucesso da mesma, em muito contribuiu a existência de uma política de proximidade, de confiança mútua, de partilha de dúvidas, dificuldades, sucessos, de trocas permanentes, ao nível dos aspetos pedagógicos mas também das questões académicas e administrativas.

De início, a UC recebeu, duas vezes por ano, os coordenadores brasileiros de todos os programas existentes, nas áreas acima referidas. Estes coordenadores eram também financiados pela CAPES para estas deslocações. Nas reuniões gerais, com a presença do Reitor da UC, e dos vice-reitores da área das Relações Internacionais e dos Assuntos Académicos, bem como da CAPES e dos coordenadores portugueses e brasileiros, eram debatidas questões transversais e consolidada a estratégia a adotar, quer para o ano em causa quer para futuros editais e edições do PLI. Em reuniões sectoriais, por áreas do saber, os

1. Seabra Santos, F., & Almeida Filho, N. (2012). *A quarta missão da universidade. Internacionalização universitária na sociedade do conhecimento.* Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

coordenadores portugueses e brasileiros detalhavam questões relativas aos contratos de estudo, ao acompanhamento dos estudantes, à troca de experiências e à concretização de iniciativas, como a semana cultural brasileira a decorrer na UC, que permitissem dar a conhecer alguns aspetos da "realidade e das vivências brasileiras" aos restantes elementos da comunidade académica UC. Em todas estas reuniões, o acompanhamento da Divisão de Relações Internacionais da UC, e do seu pessoal, permitiu criar um elo de ligação que se mostrou indispensável ao longo dos anos de duração do PLI, capaz de vencer a distância e de superar alguns dos constrangimentos de realidades académicas e organizacionais por vezes bastante distintas. O envolvimento do Serviço de Gestão Académica da UC foi também fundamental para que se pudessem ir construindo processos individuais de estudantes que não correspondiam à rotina dos serviços e que colocavam muitas questões em que a UC acabou por ser pioneira na forma de as equacionar e resolver.

Infelizmente, a partir de 2016/2017, e após um tempo de interrupção, o PLI transformou-se num simples programa de mobilidade académica. Razões financeiras ditaram a nova opção. Os estudantes envolvidos passaram a estar apenas um ano (60 ECTS) na UC, assim como nas demais IES de acolhimento portuguesas, e, como tal, terminou o programa de dupla titulação, reduzindo-se, também, os projetos de cooperação bilateral que entretanto se tinham estabelecido entre a UC e as suas parceiras brasileiras. Em casos de desempenho excecional dos estudantes, passou a ser concedida prorrogação da bolsa até 10 (dez) meses, dando a possibilidade a esses estudantes de poderem vir a obter dupla-titulação. São, no entanto, casos verdadeiramente excecionais e em número muito reduzido.

2. Organização

2.1. Informação dedicada: página e guias

A receção e acompanhamento de centenas de estudantes que o PLI trouxe à UC obrigou a Universidade a organizar um conjunto de informação, disponível para estudantes e para coordenadores, sobre aspetos muito variados mas igualmente importantes para o sucesso do programa e da formação dos estudantes bem como para a tranquilidade e satisfação dos docentes e dos coordenadores e para a confiança das instituições universitárias e da própria CAPES.

A UC criou uma página dedicada ao PLI https://www.uc.pt/pli, com informação sobre a oferta formativa disponível para o programa, algumas informações práticas, os contactos dos coordenadores na UC, assim com alguns testemunhos e reportagens. Em https://www.uc.pt/pli/normas_regulamentos, pode encontrar-se, no formato de Guia do Estudante PLI e de Guia do Coordenador PLI, a informação mais relevante.

No caso do guia para estudantes é: 1) feita a apresentação do PLI; 2) clarificado quem pode participar e como deve realizar-se a candidatura; 3) dada orientação útil sobre o que fazer antes de partir (registo na CAPES, passaportes e vistos, vacinas, seguros de saúde); 4) indicado o que fazer ao entrar em Portugal e ao chegar a Coimbra; 5) esclarecidas dúvidas sobre como é viver e estudar na UC; 6) indicado o que deve ser feito para preparar o regresso ao Brasil e à universidade de origem; 7) disponibilizados contactos e outra informação útil.

O guia para coordenadores é mais centrado em questões de natureza académica e pedagógica: 1) estabelecimento de acordos de cooperação e termos aditivos; 2) candidatura

e seleção dos projetos a submeter à CAPES; 3) definição de contrato de estudos, planos de estudos e sistema de créditos na UC, creditação de unidades curriculares realizadas na instituição de origem; 4) acompanhamento dos estudantes para maximizar o seu sucesso; 5) mudança de coordenadores; 5) cartas de aceitação do estudante pela UC; 6) informação académica a enviar pela UC à universidade de origem; 7) contactos e outra informação útil.

2.2. Candidatura ao PLI

Anualmente, a CAPES divulgava editais para candidatura ao PLI, definindo as condições a observar na candidatura e na seriação da mesma. Estas candidaturas eram sempre de parcerias institucionais e só através delas os estudantes podiam aceder ao PLI. Cada projeto institucional (de uma instituição brasileira com uma instituição portuguesa) estava apoiado num acordo geral de cooperação entre IES. Sempre que a instituição brasileira já tinha um acordo com a UC mas que não era específico para o PLI, deveria solicitar um Termo Aditivo que pudesse enquadrar o projeto de dupla titulação ao abrigo do PLI.

A UC não tinha qualquer intervenção na avaliação/seriação das candidaturas. No entanto, a articulação interinstitucional sempre se revelou muito importante para a construção da candidatura e para o sucesso do percurso dos estudantes que integravam cada projeto PLI.

2.3. O contrato de estudos e o número de ECTS a realizar na UC necessários à dupla titulação

A elaboração do contrato de estudos, isto é, a definição das disciplinas ou unidades curriculares que os estudantes tinham que realizar na UC, foi sempre uma etapa decisiva na preparação de cada projeto. Para cada uma das áreas de estudo, e para cada estudante, os coordenadores PLI, da IES brasileira e da UC, deviam definir: a) as unidades curriculares obrigatórias (sempre da área científica específica de formação) e o respetivo número de ECTS a realizar; b) o número de ECTS a realizar nas unidades curriculares pedagógicas (habitualmente oferecidas pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação - FPCE); c) o número de ECTS optativos (habitualmente da área científica de formação mas que podiam também corresponder a uma formação complementar). O contrato de estudos, para além de definir aquilo que o estudante brasileiro devia fazer na UC, devia também equacionar a formação feita no Brasil que seria creditada na UC.

Apesar da dedicação e esforço dos coordenadores PLI, a "realidade" é sempre diferente, seja porque os horários das diversas disciplinas não se articulam, seja porque o estudante considera que talvez seja mais interessante realizar uma outra unidade curricular, seja porque se percebe que o estudante já tem as competências que a unidade curricular definida iria proporcionar, seja porque, pelo contrário, não tem bases suficientes para a realizar. As primeiras semanas eram, portanto, vitais para realizar os ajustes ao contrato de estudos, alterações que tinham que ser sempre validadas pelo coordenador PLI brasileiro e pelo coordenador PLI na UC. Só assim podia garantir-se a posterior creditação da formação feita na UC por parte da universidade brasileira.

Considerando que a definição de regras muito claras, e precisas, podia ser uma ajuda ao percurso de sucesso dos alunos PLI, definiu-se que apenas teriam diploma de dupla

titulação os estudantes que obtivessem aprovação (classificação superior a 10 numa escala de 0-20 valores) em 120 ECTS que constassem do contrato de estudos. Os estudantes PLI eram bolseiros da CAPES, sendo que esta bolsa cobria as despesas esperadas com o alojamento, alimentação, material escolar e outras necessidades da vida quotidiana. O pagamento das taxas académicas era feito diretamente pela CAPES. Também por esta razão, a CAPES e os coordenadores brasileiros do PLI consideraram que quem não obtivesse aprovação naqueles 120 ECTS não teria um diploma de dupla titulação mesmo que concluísse, com aprovação, a sua formação no Brasil.

Para a emissão do diploma pela UC, para além do requisito dos 120 ECTS, era necessário que a universidade de origem solicitasse a sua emissão, enviando cópia do diploma e histórico escolar brasileiro.

2.4. A articulação entre faculdades

O facto de os estudantes terem que realizar, na UC, disciplinas pedagógicas, geralmente lecionadas pela FPCE, obrigou a grandes ajustamentos de horários, acabando por definir-se um dia dedicado a esta formação. Esta dificuldade pragmática resultou, contudo, numa mais valia pois contribuiu para o incremento do conhecimento e do diálogo inter-faculdades.

3. Sucesso do PLI na UC

Nas 4 edições do PLI, com enquadramento para dupla titulação, a UC recebeu 722 estudantes, 49% do sexo feminino e 51% do sexo masculino (Quadro 1). Até ao momento foram emitidos 419 duplos diplomas, sendo que há mais 14 estudantes que já concluíram com sucesso o programa e que passarão a ter também um duplo diploma, num total de 433.

Quadro 1. Número de estudantes inscritos por edição e género e número de duplas titulações por edição

Edição	**Género**		**Total de Estudantes**	**Dupla Titulação**
	Feminino	**Masculino**		
1ª edição	77 (42%)	106 (58%)	183	129 (70%)
2ª edição	123 (51,5%)	116 (48,5%)	239	149 (62%)
3ª edição	84 (45%)	101 (55%)	185	105 (57%)
4ª edição	64 (56%)	51 (44%)	115	36 (31%)
Total	348 (49%)	374 (51%)	722	419 (58%)

O quadro 2 especifica, por área de estudo, o número de duplas titulações e a taxa de sucesso académico, isto é, a percentagem de estudantes que concluiu, com aprovação, o número de unidades curriculares em que estava inscrito. Indica-se, também, a taxa de estudantes PLI que obtiveram o prémio dos 3% de melhores estudantes. Este prémio é atribuído, pela UC, aos 3% de estudantes que em cada ciclo de estudos obtém a melhor média de classificação (por ano). Apenas são elegíveis os estudantes que obtiveram aproveitamento

em pelo menos 60 ECTS, nesse ano, e que tenham obtido uma classificação mínima de 14 valores.

Quadro 2. Número de estudantes com dupla titulação, taxa de sucesso escolar e prémio de mérito por ciclo de estudos

Ciclo Estudos	**Total Estudantes**	**Dupla Titulação**	**Sucesso Escolar**	**Prémio 3% melhores estudantes**
Lic. Biologia	159	90 (57%)	86%	1,3%
Lic. Ciências Desporto	115	80 (70%)	91%	3,5%
Lic. Estudos Artísticos	70	44 (63%)	90%	4,3%
Lic. Física	60	34 (57%)	86%	_____
Lic. Hist.ª Arte	5	2 (40%)	76%	_____
Lic. Matemática	94	45 (48%)	89%	2,1%
Lic. Português	124	73 (59%)	80%	5,6%
Lic. Química	95	51 (54%)	88%	5,3%
Total	722	419 (58%)	87%	3,2%

Com uma taxa média de aprovação de 87% e com 433 duplos diplomas, o PLI constituiu, sem dúvida, uma experiência bem sucedida.

Mas há outros indicadores de sucesso, neste programa que deixou uma marca profunda junto de estudantes, docentes e coordenadores:

- entre os estudantes brasileiros, a qualidade do ensino, a diversidade de experiências, o encontro e o confronto com outras culturas, a experiência de viajar, a vivência académica numa cidade de estudantes, a diversidade de atividades extracurriculares disponíveis foram as referencias mais comuns; muitos estudantes sublinharam, ainda, a oportunidade que o PLI lhes deu de, em Coimbra, descobrirem, através dos colegas brasileiros, histórias e características de regiões do Brasil que de outra forma provavelmente nunca viriam a conhecer;

- a generalidade dos docentes sublinhou a elevada participação dos estudantes brasileiros nas aulas, o seu interesse e a maior interação professor-aluno, assim como os desafios e a inovação pedagógica que o PLI proporcionou;

- para os coordenadores PLI, a partilha dos projetos e a troca de experiências constituiu uma das maiores riquezas, criando oportunidades de trabalho e investigações conjuntas;

- para a UC, esta experiência de internacionalização foi muito importante não apenas pelo número de estudantes brasileiros que trouxe a Coimbra, transformando-a na maior universidade brasileira fora do Brasil, mas também pela experiência de multiculturalidade com que a academia se confrontou. É verdade que esta diversidade cultural, e a existência de hábitos e códigos de conduta diversos, gerou algumas tensões nem sempre fáceis de resolver. Mas essa foi, também, uma aprendizagem que a UC não esquece e que

em muito a ajudou a preparar-se para o desafio que, a partir de 2014-2015, constitui a captação de estudantes internacionais para a graduação[2].

De acordo com a experiência da UC, o PLI foi uma programa de dupla titulação com enorme potencial de replicação. Como pode ver-se no quadro 3, as principais dificuldades do PLI prendem-se com a dependência financeira do mesmo face às entidades financiadores e, consequentemente, das opções estratégicas da governação brasileira. O sucesso, a curto prazo, foi claro e está refletido nos dados apresentados. Seria importante estudar, com detalhe, o impacto mais profundo que o PLI teve na prática profissional dos estudantes envolvidos.

Quadro 3. Análise SWOT do PLI

Forças	**Fragilidades**
Qualidade da formação Qualidade do corpo docente Internacionalização (estudantes; docentes; instituições) Partilha de projetos e de experiências Alargamento de horizontes e de perspetivas Valorização social da profissão docente Inovação pedagógica Adaptação administrativa Envolvimento institucional (político, administrativo e docente)	Dependência do projeto face à CAPES, em termos de financiamento e de *timing* dos editais Ausência de avaliação sistemática do projeto, nomeadamente nos seus resultados a médio prazo
Oportunidades	**Constrangimentos**
Valorização das experiências de internacionalização Expansão da formação superior no Brasil Partilha da mesma língua materna Cooperação Portugal-Brasil	Questões financeiras Opções políticas Legislação e regulamentação académica diversa

Notas Finais

A internacionalização marca cada vez mais a vida e a experiência da comunidade académica. O ensino superior de qualidade é, necessariamente, um espaço diverso, ainda que integrado, de conhecimento que se engrandece quando apoiado em redes de cooperação e no trabalho conjunto de investigadores/docentes de diferentes instituições que partilham visões e missões comuns.

Os projetos de mobilidade, nomeadamente de estudantes, constituem uma resposta interessante na internacionalização do seu percurso académico. Mas os projetos de dupla titulação, como foi o PLI, têm um potencial de mobilização institucional, para além do envolvimento e experiência individual, que pode ser muito relevante na renovação e desenvolvimento das próprias instituições, seja, diretamente, no ensino, seja na investigação associada à produção de conhecimento avançado, elemento basilar de toda a instituição universitária.

Projetos de dupla titulação, em que os estudantes fazem parte da sua formação na instituição de origem e parte na instituição de acolhimento conduzem, necessariamen-

2. Em 10 de março de 2014 foi publicada legislação (DL 36/2014) que regulamenta o estatuto do estudante internacional a que se refere o n.º 7 do art.º 16.º da Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto, que estabelece as bases do financiamento do ensino superior em Portugal.

te, à internacionalização do curriculum, não só porque os estudantes partilham "realidades" diferentes mas porque os docentes, ao centrarem o ensino nos estudantes, têm que criar condições para que o processo de ensino-aprendizagem dote esses estudantes de competências significativas e úteis para os seus contextos de vida. O PLI, obrigando os estudantes a iniciar e a finalizar a sua formação na instituição de origem, passando dois anos intermédios na instituição de acolhimento, procurou, não só, reter os quadros assim formados, mas criar condições para que a parte final da formação fosse já influenciada pela experiência internacional. Quando estes projetos envolvem um número alargado de estudantes, as condições de formação, quer nas instituições de origem quer nas de acolhimento, têm necessariamente que transformar-se. Foi essa a aprendizagem que o PLI trouxe à UC. É essa a experiência que a UC considera replicável.

Para que projetos de dupla titulação sejam bem sucedidos, o desenvolvimento (institucional) bilateral, o ajustamento pedagógico e administrativo, o trabalho conjunto e a comunicação permanente, o acompanhamento dos estudantes e a qualidade da sua formação de base, a partilha da visão e da missão, a confiança mútuas são elementos fundamentais. Crítico é, como se evidenciou, a viabilidade financeira do projeto.

As Bakama do Tchizo: formas de representação cultural

Miguel Raul Mazissa Zinga
Doutor em Educação Conhecimento e Inclusão Social, pela Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil. Vice Decano para a Área Académica e Vida Estudantil e Professor Auxiliar do Departamento de Ensino e Investigação em História, do Instituto Superior de Ciências da Educação da Universidade 11 de Novembro, Angola. (miguel_zinga@hotmail.com)

Introdução

O presente artigo tem como objectivo fazer uma abordagem sobre as principais formas de representação da cultura da região de Cabinda, pertencente à República de Angola, através das Bakama do Tchizo, uma aldeia situada nos arredores da cidade de Cabinda. Nesse sentido, pretende-se, em primeiro plano, abordar sobre os principais rituais que envolvem a identidade das *Bakama* do ponto de vista cultural e, em segundo plano, compreender como os sujeitos da comunidade se tornam *Bakama*.

Do ponto de vista cultural**,** "*Bakama*" é um termo definido pela maioria dos estudiosos como sendo uma organização tradicional relacionada a crenças sobrenaturais que existem na região de Cabinda. Esta organização pertencente ao grupo étnico dos *Bawoio*. O grupo obedece a regras internas de convivência que são exclusivas. Para os agentes externos, sua origem é quase desconhecida. Os registos que se têm até hoje sobre sua origem, significado e poder simbólico são fruto da História oral que contou com relatos de membros das *Bakama* e mesmo assim seguindo os preceitos internos da interdição, pois se trata de um grupo cujo rituais secretos apenas os iniciados podem participar, o que significa dizer que muito de sua tradição ainda permanece invisível e, quiçá imperceptível, para os que são estranhos e externos ao grupo.

Essa condição de sermos estranhos e sujeitos, quase, imperceptíveis da tradição das *Bakama* elevou-nos a conhecer e explicar o significado de *Bakama*. Qual é o significado etimológico de *Bakama*? *Bakama* é o plural de *Nkama*, uma palavra de origem bantu da língua tradicional e nacional *Fiote* dos Cabindas pertencentes concretamente à etnia Woio e ao antigo reino do Ngoio (um sub reino que teve sua origem do antigo reino do Congo). A palavra é usada para designar mulheres no plural (*Bakama*), que tem como singular (Nkama) o que significa mulher. Desse modo, *Bakama* é o conjunto de mulheres que doravante passaremos designar por "*as Bakama"*, com o artigo feminino no plural.

Assim sendo, as *"Bakama"* são uma organização que abarca uma sociedade secreta, visto que no decorrer das suas manifestações estes se revestem de máscaras cobertas de folhas secas de bananeira e carregam na mão uma vassoura feita da parte foliar da palmeira, tornando-se mesmo impossível de serem identificados, no sentido de se reconhecer os verdadeiros atores culturais. Nunca ninguém conseguiu identificar os integrantes das *Bakama*, ao ponto de o sigilo ser extremo entre os membros do grupo.

É assim que entre mistérios, envolvendo a tradição dos cabindas e em particular a das *Bakama*, muitas perguntas são feitas sobre a riqueza dessa tradição. Entretanto, as

novas gerações e até mesmo alguns mais velhos pouco ou quase nada conhecem da essência dessa organização. Daí nasceu-me a necessidade de estudar e perceber melhor a riqueza cultural que envolve a sociedade secreta das *Bakama*, acrescido também, como já mencionamos, ao fato de vir a contribuir para a preservação desse conhecimento cultural secular que identifica os Woios[1] de Cabinda.

Assim sendo, a importância de se ter realizado o presente estudo esteve relacionado com a manifestação dos valores tradicionais, ancorado na existência do perigo da fragilização gradual de parte dos valores de grupos que compõem as organizações *Bakama*.

Diante dessa inquietação, entendeu-se que a pesquisa deveria se conectar com os saberes tradicionais sobre os quais as *Bakama* conservavam os saberes naquilo que tinha de mais tradicional: os seus rituais. Entre esses, situam-se o culto das máscaras, as cerimónias de passagem relacionadas às etapas da vida que envolve os ritos de puberdade, de matrimónio e os fúnebres.

Nesse sentido, dos objectivos preconizados definimos as seguintes perguntas de investigação: (1) Qual é a origem das *Bakama?* (2) Como um indivíduo da comunidade se torna uma *Bakama*? (3) Que tipo de rituais identifica a funcionalidade social das *Bakama*?

Para obtenção de dados foram realizadas entrevistas com líderes dos cinco grupos de Bakama; além das Bakama do Tchizo, foram entrevistado líderes das Bakama das aldeias do Susso, Tchinzazi, Povo Grande e Ngoio. Também foram realizadas observações de dança e do ritual fúnebre relacionado com as Bakama do Tchizo, mediante uso de filmagem para facilitar a observação e posterior análise.

1. Os angolanos de Cabinda em suas crenças na óptica de Milando e Martins

Uma abordagem que nos convida à reflexão sobre a relação tradicional histórica da convivência social dos cabindas com a esfera da espiritualidade religiosa, na qual duas realidades se observam em evidência é realizada por Milando (2013), ao considerar que de um lado a existência do benefício social insatisfatório da religiosidade cristã dos fiéis, e do outro a recorrência social aos métodos de religiosidade tradicional prevalecentes, como alternativa decorrente da necessidade de satisfação de carências do domínio material, espiritual ou psicológico.

Na tradição cabindesa, de acordo com Milando (2013), Deus parece não existir em grande parte das manifestações ideológicas quotidianas das pessoas. Inculcadas pelo Cristianismo, isto é, no âmbito das campanhas coloniais de missionação, a evocação vinculativa de Deus surge quase sempre a posteriori, como elemento de recurso, nas práticas sociais das populações locais. Estas lidam antes de mais, com entidades espirituais do meio envolvente imediato e só depois Deus é evocado. Outras vezes, Deus é reverenciado apenas enquanto as coisas estão no seu curso normal. Perante as dificuldades, as pessoas tendem a retroceder simbolicamente a outras entidades espirituais, que não Deus, em busca de auxílio ou de explicações sobre a razão de seus problemas e as possíveis soluções. Assim, essas populações agem essencialmente sob uma espécie de *racionalidade*

1 Woio que no plural se escreve os Bawoio.Foi um reinado constituído no sul de Cabinda, envolvendo hoje a confluência de Angola e República Democrática do Congo. Localizada no Atlântico, costa da Africa Central, ao norte do rio Congo, foi fundado pelos Bantu, por volta do século 15. Foi conhecida como uma etapa da civilização que marca a Idade do Ferro naquela região.

espiritocêntrica, e menos teocêntrica (MILANDO, 2013).

O que parece reter as preocupações diárias das sociedades de linhagem em Cabinda é a gestão do seu relacionamento com entidades espirituais e afins, tais como os *bakulu* (antepassados ou ancestrais), *bakisi ba n'langu* (entidades espirituais do mar, lagoas e rios), *bakisi ba tchi ou si* (entidades espirituais da terra), *bimbindi* (zumbis, almas danadas), *babôngo* (entidades espirituais que funcionam como mercenários, infalíveis, nas missões que lhes são acometidas, sobretudo de proteção de pessoas), *zindoki* (homens com capacidades de se metamorfosearem, geralmente à noite, para adquirirem poderes ocultos, incluindo a capacidade de participar em campanhas noturnas de frustração dos projetos emancipatórios dos outros, e em banquetes canibalescos), *celiwata* ou *mamiwata* (sereias) e *zinganga-mambu* (contra-feiticeiros/curandeiros) (MILANDO, 2013).

Na sequência da perspectiva de abordagem de Milando (2013), Martins (1972) na sua obra *"Cabinda - História, Crença, usos e costumes"*, abordou sobre as Leis, usos e costumes que a sociedade dos cabindas seguiam na época, advindos de um Nkisi denominado por Lusunzi; essas leis regiam todos os actos da vida moral e social dos povos de Ngoio[2]. Entre essas leis podemos salientar as seguintes:

a) A que proíbe expressamente a cópula de qualquer homem com uma mulher, no chão, ainda que esposa, ou numa casa de portas e janelas abertas e sem cama (que na altura era de simples esteira de papiros);

b) A que proíbe terminantemente relações com uma jovem (kinkumpa ou kikumbi) sem que tenha passado pela cerimónia do kualama (designada, comummente, por "casa de tinta");

c) A que proíbe à mulher, nos seus dias do mês, ter relações seja com quem for e o cozinhar para o marido enquanto durarem esses dias;

d) A proibição de casamento entre parentes, mesmo bastante afastados, bem como a de qualquer relação íntima com qualquer deles, mesmo que não casem.

De acordo com o autor, *Lusunzi* para os Cabindas é o maior de todos os *Bakisi-Basi*, o espírito protector da terra. Por sua vez, ela constituí um seu representante na terra, o *Nganga-Lusunzi* (o sacerdote de Lusunzi) encarregado de vigiar e fazer cumprir todas estas leis com a ajuda dos *ZINDUNGA* (Martins, 1972). Como veremos nos resultados do presente trabalho, Lusunzi continua a exercer uma forte influência sobre a existência das *Bakama* do Tchizo, aqui denominado por Martins (1972) de *Zindunga*. As suas leis não só regulavam a sociedade, como também a existência desta, o comportamento e a dinâmica das *Bakama* ou *Zindunga*, nesse contexto.

2. Representação cultural das Bakama do Tchizo

2.1. Origem e significado: *Bakama* ou *Zindunga*?

A cultura dos povos, em essência, é identificada através da sua manifestação linguística que por intermédio da mesma se realiza a comunicação entre os homens. Essa comunicação por sua vez permite a interacção dos indivíduos membros de determinada etnia, grupo ou pequenas comunidades compreenderem códigos, símbolos por estes

2. Um dos três reinos que constituíram a região de Cabinda. Os três reinos eram: o do Ngoio, do Cacongo e do Loango.

concebidos. Os códigos existem como manifestações de linguagens para representar e traduzir formas culturais específicas para se perceber as tradições, realçando a existência de maneiras diferentes de perceber o significado das expressões linguísticas tradicionais. O termo *Bakama,* por exemplo, do ponto de vista cultural etnolinguístico possui uma simbologia que retrata o respeito, o género, o grupo e o secretismo na tradição específica dos woios de Cabinda.

Nesse sentido, para se compreender o valor simbólico tradicional do termo *Bakama* foi necessário recorrer à entrevista com o Líder da organização das *Bakama* do Tchizo, tendo este feito a seguinte afirmação:

> *Bakama* significa termo falado com respeito, porque mesmo o casal, a mulher pode dizer meu marido, mas você homem tem de chamar em ibinda "nkamami", então é transmitido pelo respeito de tal grupo das *Bakama,* como nome das *Bakama*. Porque para dar um respeito como *Lusunzi*, era uma sereia de mulher, segundo a informação que eu recebi, que era a dona de tal *Bakama*. Quando ela desapareceu dos olhos das pessoas, então apareceu em sonhos aos velhos daquela época para dar sempre o nome de cada máscara Nkama, Nkama[3], eles todos são *Bakama*, para respeitar, minu ivami Nkama, então bantu bami ibica… bau *Bakama* (ou seja, eu também sou Nkama, então são minhas pessoas que deixei...elas são *Bakama*).

Entretanto percebe-se da fala do Líder significados que se atribuem ao termo *Bakama,* conforme referimos inicialmente, baseados na simbologia etnolinguística, onde o *respeito* representa o carisma e importância sócio-cultural que se atribui às *Bakama*; o *género* representa a relação que se estabelece com a figura feminina das *Bakama,* assim sendo, nesse contexto representado e manifestado tradicionalmente por homens; o *grupo* representa o conjunto de elementos simbólicos que constituem culturalmente a tradição das *Bakama*; e o *secretismo* que representa a mística do desconhecido sobre as *Bakama*, que envolve as máscaras orientadas para o sentido do incognoscível e imperceptível de quem humanamente atribuí vida às máscaras e que se encontra por detrás das mesmas. Nesse sentido, para cada uma dessas máscaras representa uma mulher (*nkama)*, cujo conjunto das mesmas passou-se a chamar-se por *Bakama (mulheres).*

A origem das *Bakama* está directamente relacionada com a existência de figuras mitológicas. São seres sobrenaturais provenientes do ambiente aquático, rios e lagos, que surgiram seja fisicamente ou em sonhos aos chefes tradicionais da época no sentindo de ajudá-los a manter a ordem e a tranquilidade nos territórios sob sua jurisdição. Assim sendo, essas figuras mitológicas passaram a ser representadas por máscaras que elas orientavam para que fossem esculpidas, não na lógica do conhecimento ocidentalizado, mas na lógica do conhecimento adquirido pela tradição e na perspectiva mitológica da sereia *Lusunzi*, e que passaram a ser consideradas como sendo os militares do rei ou do chefe; ou seja, as máscaras são soldados que a sereia dotou de poderes sobrenaturais para guardar o rei ou o chefe, e regular o comportamento de sua população através de uma lei ou regulamento dado pela mesma sereia, chamada *Lusunzi*, conforme veremos mais adiante.

3. Faço lembrar que Nkama (mulher) é o singular de *Bakama* (mulheres).

Entretanto, os relatos dos arguidos não foram suficientes para determinar com exactidão sobre quando se iniciou a actividade dessa organização. Os dados obtidos demonstram que apesar de não se conhecer exactamente o período de sua origem, a resposta dos arguidos evidenciou que essa organização já realizava as suas manifestações desde há pelo menos duzentos e cinquenta anos, embora não ter sido ao mesmo tempo para todas as organizações das *Bakama* existentes. Essa afirmação pode ser justificada através da fala dos Líderes entrevistados nas aldeias do Tchizo, Povo Grande e Susso. Outrossim, retomando Martins (1972), ele afirmou que, a lenda de Lusunzi dizia que ela tinha duas caras na mesma cabeça. Uma cara era de pele branca, e branca era a parte do corpo que estivesse do mesmo lado da cara branca. Outra cara era de pele preta, e preta era também a parte do corpo que estivesse do lado da cara preta. As duas caras se explicam pela seguinte razão: Para fazer compreender a toda gente que *"Nandi kaizila muna nza buingi sukula mambu mivala ke bafiote i ke mindele"*, ou seja, *"Ela veio ao mundo para expor a doutrina de valor e proveito para pretos e para brancos"*. São evidências que nos fazem inferir que a organização *Bakama* pode ter surgido num período em que os habitantes de Cabinda já conviviam com o homem branco no seu território, que se iniciou aproximadamente em 1491[4].

Nessa perspectiva, o Líder das *Bakama* do Tchizo, com 69 anos de idade, não soube informar desde quando surgiu e iniciaram as atividades das *Bakama*, ao ter afirmado que:

> não sei informar…essa parte não sei informar; desde aquela época… aquele homem era Chimpanzo Chimuámina é que movimentou as primeiras máscaras, mas não sei que mês que data que ano que século eu também não sei; essa parte também meu pai se soubesse podia me contar, parece que não sabia também....

O Líder das *Bakama* do Povo Grande, ancião com 78 anos de idade, reconhece a transmissão das competências tradicionais, de liderança das *Bakama* do ponto de vista hereditário, dos conhecimentos e a liderança recebida da família de seu pai, tendo nos dito o seguinte:

> Recebi da família do meu pai. O meu pai é que deixou e ele também recebeu do pai dele; Não tenho ideia da temporalidade mas sei que o meu avô, o pai do meu pai já encontrou.

Já o Líder das *Bakama* do Susso afirmou que:

> Desde criança já víamos os mais velhos. Muitos deles morreram e deixaram aos nossos mais velhos. Mas se tivessem deixado livros escritos poderíamos saber; apenas sabemos porque os mais velhos foram nos ensinando transmitindo esses conhecimentos. Mas os nossos bisavôs já encontraram também.

4. Os escritos da história dizem-nos, por intermédio de Pinto (2006), que Rui de Sousa, navegador português que se seguiu a Diogo Cão, desembarcou na "Baia da Almadias" em 1491, e teria conferenciado com um *Manfuka* cujo nome próprio era *Binda*, tendo sido o termo Cabinda, resultado da aglutinação dos dois vocábulos.

Nesse mesmo viés, de acordo com o historiador cultural que colabora com a Secretaria Provincial da Cultura de Cabinda, considerou que *"a origem das Bakama provém de uma figura mitológica chamada de Lusunzi"*. Tendo o seu discurso convergido com o do Líder do Tchizo, este fez referência da figura de Chimpanzo Chimuámina como o *Shitoma shi si* (Chefe da terra) que tivera recebido a orientação da sereia *Lusunzi* para esculpir as máscaras, ao explicar que:

> A origem das *Bakama* provém da Lusunzi; é uma sereia que habitava no Tchizo dentro de um bosque chamado ibundo-li-mpu; ele é que orientou Chimpanzo Chimuámina, na era, terceira personalidade do Tchizo, para fabricar máscaras; é assim que surge as *Bakama*"… "até à morte do décimo rei do Ngoio "muen Ngimbi", o rei muen Ngimbi já deixou *Bakama*. Ele faleceu em 1850 e já existia já *Bakama*.

Relativamente à quantidade de comunidades que possuem a organização das *Bakama*, como se poderá constatar a seguir, existem opiniões ainda divergentes quanto ao enquadramento dos nomes de acordo com o carácter dos grupos. Em primeira instância os escritos de Martins (1972) consideraram todas as organizações como sendo *Zindunga,* e identificou-os na quantidade de quatro: os *Zindunga* do Tchizo, do Chinzazi, do Ngoio e do Susso. Ao passo que actualmente das informações obtidas da Secretaria da cultura indicam que todas as organizações dessa natureza são *Bakama* e que existem em número de cinco: as *Bakama* do Tchizo, do Chinzazi, do Ngoio, do Susso, e o acréscimo que não se verifica nos escritos de Martins (1972), que é o *Bakama* do Povo Grande.

Entretanto, a pesquisa feita levou-nos à percepção de que todas as organizações não são *Bakama* apesar de os denominarem desse modo. E também não são todas elas *Zindunga*, conforme nos informou Martins. A pesquisa demonstrou que as organizações *Bakama* são: a do Tchizo, do Susso e a do Povo Grande; ao passo que as organizações *Zindunga* são: a do Ngoio e a do Chinzazi; essas últimas não se reconhecem como sendo *Bakama,* mas sim, se reconhecem e identificam-se como sendo *Zindunga*. Na visão dos arguidos do *Zindunga* do Ngoio, os *Zindunga* eram considerados como soldados do primeiro Rei do Ngoio "Moangoio". Afirmaram ainda que as *Bakama* só existem no território que compreende o antigo reino do Ngoio; O Rei Mangoio é que dividiu os Bakisi *Zindunga* que eram 24 e foram distribuídos da seguinte forma: 12 ficaram no Tchizo que são as *Bakama* (mulheres), e 12 vieram ao Ngoio que são *Zindunga* (que representam os homens). O Nkisi do *Zindunga* era o próprio Rei que trouxe; assim sendo, os *Zindunga* eram seguranças do Rei, e eram Bakisi ba si (sereias da terra). Quando o Rei morre os anciãos fizeram ritual para continuar a guardar os soldados do Rei que são os Bakisi os *Zindunga*. Essas são duas organizações diferentes, mas mesmo assim, possuem a mesma origem e subordinam-se às mesmas leis da *Lusunzi.*

Porém, um elemento particular precisa ser esclarecido diante da compreensão sobre *Bakama* e *Zindunga*. Normalmente ao se referirem sobre esses grupos todos são considerados como sendo *Bakama,* e para alguns consideram as *Bakama* como sendo ao mesmo tempo *Bakama* e também *Zindunga*. Quando se iniciou o presente trabalho as informações preliminares nos davam a entender que todas as organizações eram consideradas como sendo *Bakama*, na quantidade de cinco existentes no território dos

woios de Cabinda. Esse dado foi obtido mediante um documento da Secretaria Provincial de Cabinda da Cultura. A presente pesquisa constatou que das cinco organizações das *Bakama*, na verdade só existem três: a do Tchizo (mais antiga), a do Povo Grande e a do Susso. Essas são as únicas *Bakama* existentes no território dos woios de Cabinda. As outras duas organizações são chamadas de *Zindunga*, elas são: os *Zindunga* do Chinzazi e os *Zindunga* do Ngoio. De acordo com os arguidos, essa diferença se deve ao fato de as *Bakama* serem as mulheres e os *Zindunga* os homens, realçada também pela forma de esculpir e o adornar que se atribuí às suas máscaras, conforme se pode observar, elas são de formato diferente como passamos a apresentar:

Foto 1: Máscara Bakama (Tchizo), Fonte da foto: Pesquisa de campo, Autor da foto: Alberto Mavinga / Foto 2: Máscara Zindunga (Chinzazi) / Fonte da foto: Pesquisa de campo / Autor da foto: Alberto Mavinga.

Podemos constatar que a máscara da organização *Bakama* expressa à feminilidade na sua estrutura: pintura, textura, adornos com presença de lenço na cabeça; ao passo que as máscaras da organização *Zindunga* expressa a masculinidade na estrutura e formato, sendo que suas pinturas e textura acompanham também a expressão masculina.

2.2. O ser *Bakama*: integração ao grupo,

Um grupo social, de acordo com Bottomore (1996), pode ser definido como sendo um agregado de seres humanos no qual existem relações específicas entre os indivíduos que o compreendem e cada indivíduo tem consciência do próprio grupo e de seus símbolos; tem pelo menos uma estrutura e organização rudimentares, incluindo regras e rituais, e uma base psicológica na consciência de seus membros (BOTTOMORE, 1996). Nesse contexto *Bakama* é um grupo que, pela sua tradição, possui um ritual de integração de seus membros e tomada de posse de seus Líderes. Veremos a seguir como os membros são admitidos ao grupo e quem realmente deve ser admitido. De acordo com o Líder da organização,

> o membro só pode ser o que é da raiz; o nato do Tchizo, saber como ele é, se é membro familiar…, não pode ser outro que não sei donde vem… se vem do Povo Grande, vem do Caio, e veio viver aqui e quer ser membro, não pode ser membro. Esses só ficam para nos

> acompanhar ali no centro, mas para entrar lá onde se veste não pode. Nós pelo menos aqui temos muitas leis; por exemplo quem é membro temos que chamar atenção, é pedir praga e se violares qualquer coisa morres. Desde que eles nos deixaram nós também encontramos assim e temos que continuar assim.

Pode-se compreender que para ser membro do grupo é preciso ser nativo e genuíno da comunidade do Tchizo. Não basta ter descendência da mesma comunidade, mas ser alguém capaz de viver e interpretar as leis do grupo e se identificar como membro fiel ao grupo. Sobretudo, ingressam ao mesmo aqueles que cresceram e sempre viveram na comunidade; aqueles que ao longo do processo de seu crescimento foram internalizando os valores do grupo através da educação adquirida dentro do meio familiar e da comunidade. O processo de educação familiar é exercido fundamentalmente pela mãe, conforme veremos quando tratarmos sobre os processos educacionais. Trata-se de um cuidado extremo com a *preservação* dos valores da tradição deixada pelos ancestrais "antepassados", também dito em língua nativa "*bakulus*", no sentido de que só pode entrar no santuário e ter acesso ao segredo das máscaras e ser mascarado, quem é genuíno da comunidade e tenha internalizado as regras, normas e valores ou melhor dito, quem realmente tem o senso de pertencimento à comunidade.

Entretanto, é preciso perceber também que podem pertencer ao grupo elementos vindos de outras comunidades que vivem no território do Tchizo e convivem continuamente com os antigos membros e donos da comunidade. Estes não podem ter o direito de acesso aos santuários e muito menos às máscaras, porque a lei não permite e assim o deixaram os antepassados. Somente podem comparticipar nos apoios relativos a dança e outras actividades da organização.

2.3. Como um indivíduo da comunidade se torna um *Bakama*

Fazer parte de uma organização secreta como a das *Bakama* exige do membro a obtenção de qualidades específicas que se identificam com a genuinidade de pertença não só com o grupo, mas também a capacidade de poder assimilar normas e leis que dele emanam. Assim sendo, o sentido de genuinidade é expresso pelo Líder das *Bakama* do Tchizo, ao firmar que só pode ser membro da organização quem é da raiz, ou seja, um nato do Tchizo, desde que os seus pais também sejam como ele, naturais de Tchizo. À margem dessas condições torna-se impossível vir a pertencer à organização, conforme explicou o Líder das *Bakama*.

Para eleger o novo membro é criado todo um aparato persuasivo para envolver o candidato à organização ao conhecimento efectivo das normas do grupo, levando-lhe à consciência sobre a responsabilidade dele vir a ser, estar, saber fazer e assumir atitudes que garantam a preservação do grupo diante de valores considerados sagrados.

Esse contexto, para que o candidato se torne membro da organização existe, necessariamente, algum ritual de iniciação a ser cumprido, conforme se tem observado nas distintas organizações e grupos sejam de carácter político, religioso, ou sociocultural. São rituais de passagem que condicionam a atribuição de um novo *status* ao novo membro do grupo, sendo que este passa a ser socialmente diferente do que era anteriormente. Na realidade da organização das *Bakama* do Tchizo, o ritual de passagem que torna o indivíduo membro do grupo procede da seguinte forma, de acordo a explicação do seu Líder:

> … para ser membro é buscado em casa, não é que ele mesmo é que vai, é buscado em casa. Basta saber que ele merece aquele serve e merece, então é buscado a noite e lhe levam lá para dar bebida dinheiro, de fato tira bebida cabaça de mangenvu (bebida tradicional extraída da flor da palmeira) e um litro de aguardente, vinho, um dinheirozinho em cima, isso não tem preço, e ainda levas porrada em cima, antes de tudo, para você ser membro, para ser colocado como membro levas primeiro porrada, depois de te espancar, espancar, espancar, pronto calma pelo menos em particular eu saio e mando calmar todos e mando parar, deixam e pronto todos deixaram. Então daí deve-se explicar tudo como é que ele deve trabalhar e o que deve fazer, e assim ele fica como membro. Não é qualquer pessoa, é aquele que vocês provam… é aquele filho do falecido tal fulano, era membro e aquele filho dele que ele deixou vamos lhe apanhar; ele não sabe, só nós que fazemos nossa reunião particular é que sabemos e depois vamos lhe apanhar. Dali Ele é que leva todas as bebidas e dinheiro, e também vai beber, mas tem que levar as bebidas; Mangenvu[5], aguardente vinho e um dinheirito. Vai lá no santuário e lhe põe deitado perto do pau e vão te dar conselho sobre o que você vai fazer e que pode fazer e se fizeres isso vais morrer, se fizeres aquilo vais morrer e pronto vão começar te espancar com vassoura. A porrada é para tirar aquelas ideias dele que veio com ele, é para mudar um outro ritmo, seres uma outra pessoa para mudar um novo espírito".

Como se pode compreender da explicação do líder das *Bakama* do Tchizo, ser novo membro obedece normas e etapas a seguir. Primeiro o ser Nkama não é para quem quer, mas para quem realmente merece. Esse merecimento não é algo avaliado pelo próprio candidato, mas por um comité de júri que em reunião prévia analisa as qualidades de quem eles desejarem que venha a ser novo integrante da organização; em segundo o candidato é surpreendido em sua casa numa noite, sem que mais pessoas percebam, e é obrigado a levar os elementos de que se referiu o líder ao santuário das *Bakama*, e é espancado severamente com vassouras feito de folhas de palmeira, até o líder ordenar que chega; em terceiro, enquanto permanece deitado no chão após o espancamento, o líder anuncia ao grupo e ao candidato sobre a existência de um novo membro com base no ritual que se está a realizar, e ministram ao novo membro conselhos sobre as regras e normas que, doravante, deverá obedecer, sendo que a violação das mesmas implicará a sanção de morte, por supostamente ter violado o sagrado e; em quarto, todos bebem a bebida que o novo membro teve que oferecer, como parte integrante do ritual.

Entretanto algo nos chama especial atenção no ritual de iniciação das *Bakama* é o simbolismo que se atribuí ao espancamento do neófito ao grupo. De acordo com o líder esse gesto serve para espantar as ideias antigas e incutir um novo espírito ao novo integrante, no sentido de que ele passa a viver as normas e a se identificar com o novo grupo. Defender os interesses comuns sobre a preservação dos valores que garantem a sustentabilidade das *Bakama*.

Em caso de morte de um integrante da organização, quem pode substituir um *Bakama* após a sua morte, de acordo com esse Líder, é um dos filhos, sobrinho ou neto directo. Como observaremos em seguida, o poder não é só atribuído ao homem para exercê-lo; o

5. Bebida local produto da seiva da flor da palmeira.

mesmo se encontra também impregnado nos elementos simbólicos à ele atribuídos para o exercer. O poder nas *Bakama* é hereditário; não é por sufrágio e nem sofre a influência da comunidade e muito menos a interferência do poder público. As decisões são tomadas pelo líder na companhia de pessoas mais próximas, que muitas vezes chegam a formar uma assembleia.

2.4. Os rituais de participação das *Bakama*

Foi possível fazer essa observação em duas ocasiões diferentes, e em espaços também diferentes. A primeira observação foi realizada no espaço dentro da própria comunidade do Tchizo, com a participação de todas as máscaras *Bakama*, o Líder, os servos, o percussionista, os tocadores do *ntenfu*[6], as mulheres e crianças. Era uma exibição festiva para que pudéssemos realizar o trabalho de pesquisa, a qual nos permitiu compreender etapas da manifestação da dança, conforme passaremos a apresentar a seguir. Já a segunda observação da dança das *Bakama* esteve relacionada com o ritual fúnebre da morte de uma integrante das *Bakama*. Assim, relativamente aos rituais das *Bakama* encontramos a dança festiva ou comemorativa, Mbese (ritual da bênção da terra), o ritual denominado por *Sanguila Ngó* (ritual fúnebre), *Nkungi Samba* (Ritual de tiragem de luto), *e o Mpuela* (ritual da chuva).

3. Considerações finais

No sentido epistemológico dos resultados obtidos, as *Bakama* são uma sociedade secreta que possuem origens mitológicas através da sereia *Lusunzi*, que é representada por um conjunto de onze máscaras femininas designadas por *Bakama*, são consideradas soldados e guardiães da lei da sereia Lusunzi. Outossim, elas são catacterizadas pelo secretismo hierarquizado de suas máscaras, que simboliza a mística do incognoscível e imperceptível das *Bakama*.

De acordo com os resultados e, com base nos dados obtidos das anotações de Martins (1972) e Pinto (2006), permitem-nos estimar que sua origem existe num período aproximadamente desde 1491, período em que se estima já terem chegado os primeiros brancos à Cabinda; evidenciado também ao fato de que as leis da sereia *Lusunzi* vieram para regular o comportamento social dos negros como o dos brancos.

O processo de admissão de novos membros é realizado mediante um ritual de escolha criteriosa e de iniciação ao grupo, donde o novo membro passa a receber as normas e leis com as quais deve conviver para a sustentação e equilíbrio da organização. Só pode ser submetido ao processo de ingresso às *Bakama*, quem for natural do Tchizo e que seus pais também tenham nascido no Tchizo. As *Bakama* resistem a um período secular de história, de tradições culturais e religiosas. Isso levou com que essas formas de existência e de manifestação culturais continuem a ser as formas de representação e identidade deixadas pelos ancestrais através de rituais que até hoje são praticados, nomeadamente: a dança festiva ou comemorativa, *Mbese* (ritual da bênção da terra), o ritual denominado por *Sanguila Ngó* (ritual fúnebre), *Nkungi Samba* (ritual de tiragem de luto), *e o Mpuela* (ritual da chuva).

6. Instrumento sonoro feito de bambu. É parecido com a flauta.

Referências bibliográficas

BOTTOMORE, T.. Grupo. In: *Dicionário do pensamento social do Século XXI.* editado por William Outhwaite, Tom Bottomore; com a consultoria de Ernest Gellner, Robert Nishet, Alain Touraine; editora da versão brasileira, Renato Lessa, Wanderley Guilherme dos Santos; Tradução de Eduardo Francisco Alves, Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, p. 344-345, 1996.

MARTINS, Pe. Joaquim. *Cabinda: Histórias – Crenças – Usos e Costumes, C.S.S.P. Cabinda.* Comissão de turismo da Câmara Municipal de Cabinda – Angola, Santa Maria de Lamas: Rios e Irmãos, 1972.

MILANDO, JOÃO. Kindokismo (Feitiçaria) e Desenvolvimemnto. In: *Desenvolvimento e resiliência social em África: Dinâmicas rurais de Cabinda-Angola.* Luanda.1ª ed, Mayamba, 2013.

PINTO, Alberto Oliveira. A história de Cabinda na perspectiva dos cabindenses. In: *Cabinda e a construção da sua história, 1783-1887*. Lisboa. 1ª edição: Fergráfica, 2006, p. 155-211.

O papel da literatura para o conhecimento do mundo lusófono

Márcio Venício Barbosa
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Falar em Literatura no mundo atual parece algo retrógrado e, para muitos, inútil, dada a preponderância do discurso científico nas nossas universidades. Falar em literatura no processo de internacionalização parece, então, beirar a insanidade. Mas não se trata aqui de uma fala quixotesca e nem de uma negação do tempo presente. Vivemos hoje envoltos em necessidades prementes que fazem com que as áreas reunidas sob a sigla inglesa STEM, a saber, ciências, tecnologia, engenharias e medicina, ocupem um lugar de destaque nos projetos nacionais e nas cooperações internacionais. Sabemos, porém, das dificuldades enfrentadas por muitos países no atual estágio da internacionalização e da importância atribuída às grandes universidades do mundo anglófono, sempre bem posicionadas nos controversos rankings mundiais, em detrimento de cooperações periféricas a esse processo e que se convencionou chamar cooperação Sul-Sul. Em poucas palavras, temos hoje uma prática de cooperação acadêmica internacional que segue esses dois princípios: 1) é importante cooperar com os grandes centros; 2) deve-se privilegiar as STEM.

Antes da atual fase da internacionalização, a literatura tinha um papel importante na difusão das línguas europeias nos espaços conquistados. Esse papel, entretanto, refletia uma concepção elitista do ensino e se baseava em relações de fonte e influência, nas quais se estabelecia uma hierarquia entre autores, limitando as literaturas emergentes dos espaços colonizados a uma sobrevivência periférica e desimportante. Esse uso da literatura não se justifica mais hoje, embora permaneça essa imagem no senso comum.

Os estudos literários integram a cooperação internacional, é verdade, mas como uma das áreas de pesquisa acadêmica. Não se vê uma utilização da literatura de maneira mais ampla, como instrumento para o conhecimento, aplicável às trocas culturais. Essa pouca ou quase inexistente presença da literatura no processo de internacionalização se deve, sobretudo, ao que os estudos literários exigem de conhecimento linguístico e cultural, pois a rapidez estabelecida para as trocas no mundo globalizado não permite maior aprofundamento nessas questões.

Diante desse estado de coisas, em que poderia a literatura, então, auxiliar no processo de internacionalização do mundo lusófono? Considerando o processo de internacionalização circunscrito ao mundo lusófono, é fato que nossos países ainda não exploram intensamente as possibilidades de cooperação entre eles; e também é fato que precisamos ter um melhor conhecimento mútuo. O espaço das cooperações universitárias representado pela AULP é fundamental para esse conhecimento mútuo, mas precisamos atingir também os espaços externos a nossas universidades, divulgando o conhecimento a respeito

de cada um dos integrantes desta comunidade. Infelizmente, ainda é possível, mesmo em universidades que pertencem à AULP, que um aluno de Letras, por exemplo, conclua seu curso sem nunca ter estudado literaturas africanas de língua portuguesa, embora haja muitos projetos de cooperação em andamento no campo dos estudos literários. Os grupos dedicados ao estudo de literaturas de língua portuguesa ainda têm uma atuação tímida no mundo acadêmico e precisam alcançar o destaque e a visibilidade que merecem. Em nossas universidades, o campo literário fica quase restrito apenas aos cursos de Letras, com alguma inserção nos cursos de Artes, de Comunicação ou de Filosofia e a cooperação internacional em estudos de literaturas de língua portuguesa fica ainda mais restrita a grupos ainda pequenos, apesar da intensa produção acadêmica que apresentam. É importante que as literaturas de língua portuguesa se imponham nesses espaços também, pois estamos diante de muita riqueza cultural ao alcance de muito poucos leitores. Todas as possibilidades de entendimento do outro e de autoconhecimento que a literatura proporciona permanecem inexplorados pelos estudantes universitários. Isso nos leva a um outro questionamento: não seria mais benéfico o contato com a literatura em níveis de ensino anteriores à universidade? Essa vinha sendo a lógica, pelo menos no Brasil, de um ensino universalizante nos níveis fundamental e médio, entretanto o projeto brasileiro de Ensino Médio instaurado recentemente aponta, já nesse nível, para uma formação especializada, abolindo quase integralmente, para algumas áreas, o conhecimento humanístico.

Levar o mundo lusófono para fora das universidades implicaria, pois, no meu entendimento, em uma presença maior dos grupos de estudos literários nos níveis anteriores de formação. Para um adolescente brasileiro, por exemplo, saber que no interior de Angola há outros adolescentes que passam por situações e problemas semelhantes aos que ele vive pode representar uma abertura para o mundo, através da literatura, em uma profundidade que um filme ou uma canção talvez não alcancem, dada a intensidade na qual se pode desenvolver uma atividade de leitura e no tanto que projetamos de nossa própria história individual naquilo que lemos. Em muitos casos, uma atividade de leitura, além de mostrar que há pessoas que vivem e sentem como vivemos e sentimos no interior de Angola, por exemplo, pode simplesmente mostrar também que existe Angola e existe o interior de Angola, assim como existem Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e todos os países de expressão portuguesa com os quais podemos nos comunicar e que podemos conhecer também através da literatura.

Há inúmeras dificuldades para que a literatura seja levada a nossas escolas através de projetos universitários. A primeira delas é o próprio mercado editorial. No Brasil, por exemplo, não encontramos facilmente em nossas livrarias as obras de autores estrangeiros de língua portuguesa, com exceção, nos grandes centros urbanos, de Saramago ou de Mia Couto, para nos atermos a autores recentes. Seria necessário, portanto, não abandonar o livro, mas intensificar o uso de novas tecnologias, criando espaços virtuais para tornar disponíveis as literaturas de língua portuguesa.

Outra dificuldade é a falta de receptividade que projetos universitários podem encontrar nas escolas. Para isso, tanto se pode utilizar os períodos de estágio obrigatório que os alunos de Letras devem realizar, incluindo ali as literaturas de língua portuguesa, quanto se pode trabalhar, visando um prazo mais longo, com esses mesmos alunos de Letras, a importância de eles favorecerem, no momento em que forem atuar profissionalmente, a

presença das literaturas de língua portuguesa em suas escolas. Obviamente, a leitura de um livro estrangeiro, ainda que escrito em português, levará os alunos a buscarem mais informações acerca da cultura que tornou possível aquele livro. Esse efeito progressivo de busca de conhecimento permitirá aos nossos alunos a exploração de outras culturas sem sair de sua língua materna, auxiliando em seu processo de formação humana e possibilitando, através do conhecimento, uma abertura para a tolerância e a solidariedade, fortalecendo uma cultura de paz e de respeito às diferenças.

Esse respeito às diferenças não existirá se continuarmos a empregar teorias e propostas de leitura baseadas em hierarquias. É preciso valorizar as diferenças, em vez de louvar a suposta origem de uma determinada ideia literária. Para isso, Ute Heidmann (2012), pesquisadora da Universidade de Lausanne, propõe uma metodologia comparatista que ela nomeia como Comparação Diferencial e Discursiva. Essa metodologia considera que, ao escrever, cada autor 1) interage com sua própria comunidade discursiva, mesmo que se dirija a uma obra anterior de um outro contexto; 2) elege o gênero literário em que será inscrita sua obra; e 3) estabelece um diálogo com outros autores, baseado na intertextualidade. Essa posição dialógica faz com que se perca o interesse por uma hierarquia entre autores.

Uma metodologia como essa pode, a um só tempo, aproximar culturas distintas, através de temas e histórias que têm em comum, não apenas para identificar semelhanças entre autores e obras, mas, sobretudo, para valorizar suas diferenças, sem apelos a uma subordinação. Não se trata de copiar, mas de reescrever uma história em uma nova cultura. Este exemplo metodológico serve também para mostrar que também os estudos literários obedecem a uma evolução, que não permite mais que obras literárias sejam vistas sob uma ótica tradicionalista.

Neste encontro que trata do Patrimônio Histórico do Espaço Lusófono e que, felizmente, meio que na contra-corrente das tendências da internacionalização contemporânea, inclui a Arte e a Cultura em seu tema, é importante lembrar que a Literatura é um dos grandes patrimônios de uma língua. Além disso, como bem observa Roland Barthes (1980) em sua *Aula inaugural* no Colégio de França, a literatura é um monumento que pode dialogar com qualquer esfera do conhecimento humano e isso faz dela, com toda sua "inutilidade", uma ferramenta importante de aprendizado.

Porém, quando recebemos nossos estudantes nas universidades, eles já chegam com uma bagagem que exclui a literatura, até mesmo nos cursos de Letras. É difícil falar de literatura para quem acredita que só precisa do conhecimento linguístico para interagir com outros espaços de aprendizagem que vão auxiliá-lo a melhor construir casas ou curar corpos doentes. O que falta à STEM, portanto, é descobrir, ou aceitar, que *pessoas* habitam as casas, *pessoas* manipulam as máquinas e *pessoas* têm seus corpos por vezes adoecidos. Para dar a *pessoas* aquilo de que necessitam, é preciso conhecê-las, daí a impertinência de programas de internacionalização que excluem as ciências humanas e sociais. Daí também, a lamentável constatação do desprezo pela literatura, que pode, justamente, ajudar a conhecer melhor as pessoas.

Penso que nós, que atuamos no ensino de literatura em nossas universidades, devemos nos aproximar mais dos níveis anteriores de ensino-aprendizagem, apostando num projeto de longo prazo, que seria trabalhar melhor a literatura – e aqui nossa proposta se dirige

às literaturas de língua portuguesa – com crianças e adolescentes para que, ao chegarem à universidade, eles já tenham um bom conhecimento do espaço lusófono e saibam interagir com os colegas que chegam desse espaço através de programas de mobilidade, acolhendo-os com mais receptividade. A proposta prática que trago, pois, é bastante simples, uma vez que se trata da criação de um projeto de extensão, baseado nas considerações e princípios teóricos aqui enunciados, para a divulgação de autores de língua portuguesa entre alunos de nível fundamental e médio. É uma proposta simples porque um projeto de extensão permite uma atuação quase independente, livre das amarras políticas e das decisões burocráticas. Evidentemente, isso poderia ser feito em minha universidade apenas com nossos professores e alunos, mas trago aqui a proposta porque gostaríamos da participação de colegas de outros países e os contatos são, muitas vezes, difíceis de se estabelecer. A intenção é que esse mesmo projeto seja aplicado em diferentes países do mundo lusófono e permitia uma análise de longo prazo, através do acompanhamento do percurso de alguns alunos. Acredito que um projeto como esse, construído conjuntamente, poderá fazer com que nos conheçamos melhor e cooperemos melhor entre nós.

O conhecimento mútuo das culturas do mundo lusófono só será efetivo se for uma construção com vistas a um longo prazo, com o tempo necessário para formar novos cidadãos, despojados de velhas experiências que muitas vezes nos separam, em vez de unir-nos.

Referências bibliográficas

HEIDMANN, Ute. La comparaison différentielle comme approche littéraire. In: *Quelles nouvelles approaches pour le texte littéraire?*, 1, séminaire, Reims: Éditions et presses universitaires de Reims, 2012.

BARTHES, Roland. *Aula inaugural*. Trad. e posfácio de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 1980.

Ukanyi, festejos, património e celebrações em Maputo e Gaza, Moçambique: proposta para um roteiro turístico rural

Constâncio A. Machanguana,

Docente da Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique. Membro do Centro de de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações – SOCIUS-CSG; coordenador- adjunto do Projeto Paisagens e Desenvolvimento Local: Inventário, Análise e Estudo Comparativo de Chibuto, Moçambique, e Goiás, Brasil (2013 a 2017), da Associação das Universidades de Língua Portuguesa – AULP (machas2009@gmail.com e l47590@phd.iseg.ulisboa.pt)

Maria Geralda de Almeida

Professora titular do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás – Goiânia, GO, Brasil. Coordenadora do Projeto Paisagens e Desenvolvimento Local: Inventário, Análise e Estudo Comparativo de Chibuto, Moçambique, e Goiás, Brasil (2013 a 2017), da Associação das Universidades de Língua Portuguesa – AULP (mgdealmeida10@gmail.com)

Introdução

A Festa do *Ukanyi* acontece em finais de janeiro e princípios de fevereiro. Duas datas marcam essa festa em Maputo: o dia 2 de fevereiro, dia dos Heróis de Marracuene (*GwazaMutine*), e o dia 3 de fevereiro, feriado nacional, dia dos Heróis. Tradicionalmente, do dia 3 até ao fim de fevereiro só se bebe *Ukanyi,* em Maputo e Gaza. Ou seja, após o ápice da festa, o consumo da bebida mantém-se durante todo o mês de fevereiro.

De acordo com Almeida (2012), etimologicamente, *festa dhies* é um dia de celebração marcado por um contexto religioso. Em latim, o *dies festus* é o dia "tocado" de um signo especial, como a bebida *Ukanyi,* que comemora seus heróis. É o dia da demonstração pública pela qual se deseja "tocar" o espírito do próximo, atrair fortemente sua atenção, mostrar evidência, fazer a celebração triunfar, manifestá-la associando o *Ukanyi* com os mortos celebrados.

Para fazer essa discussão recorremos à revisão de publicações, especialmente os relatórios e artigos do Arquivo do Património Artístico e Cultural de Moçambique (ARPAC), e outras nos repositórios científicos nacionais e internacionais. Priorizaram-se a análise qualitativa e a observação participativa. Conduzimos entrevistas não estruturadas aos principais sujeitos na organização e coordenação das festas do *Ukanyi* em Maputo e Gaza, designadamente líderes comunitários e produtores dessa bebida.

Pretende-se com esse debate destacar um bem cultural moçambicano, as memórias, o patrimônio e os conhecimentos locais sobre os valores do *Ukanyi* e sua celebração.

Primeiramente será discutido como o *Ukanyi* é um modo de mobilizar a sociedade, fortalecer tradições e reviver a história de parte de Moçambique. Ou seja, trata-se do sentido e significado desse bem cultural. Prosseguiremos apresentando a origem, isto é, a planta que produz os frutos e a preparação do ritual; posteriormente, apresentaremos uma proposta de turismo rural como forma de mapear e catalogar os principais locais de realização das celebrações dessa bebida.

***Ukanyi:* significados e rituais**

De acordo com Fabre (1994), apesar de nossas sociedades se definirem como modernas, ou seja, engajadas em um processo contínuo de transformação histórica, elas são também sociedades de conservação, de valorização do passado. Se associarmos essa concepção com o *Ukanyi* e sua celebração, veremos que eles não possuem uma origem na história moçambicana. Contudo, eles constituem um bem cultural, conforme explicaremos neste texto.

Nos tempos idos, a frutificação, o fabrico e posterior consumo de *Ukanyi* marcavam a transição do ano no seio das comunidades. Uma outra importância associada ao *Ukanyi*que prevalece atualmente está relacionada, por um lado, com o fortalecimento das relações sociais e, por outro, com a criação de novos laços de solidariedade. É durante a época de *Ukanyi* que se registam com maior frequência visitas entre indivíduos pertencentes a uma mesma família, incluindo membros de diferentes comunidades. As pessoas agrupam-se, aproximam-se para conviver e discutir vários assuntos ligados à sua vida e àquela da sua comunidade. É também uma ocasião propícia para novas relações e amizades.

Fora da época de *Ukanyi*, Maputo e Marracuane são lugares em que o tempo é lento e as relações sociais são de fraca intensidade, remetendo à caracterização de lugares estáveis feita por Certeau (2011). Contudo, no período de janeiro a março, quando decorre o ritual de *Ukanyi*¸ esses lugares se transformam quase que radicalmente, reconfigurando-se, pelo intenso fluxo e festividades, em instáveis, salienta o mesmo autor.

Como já o dissemos, esse é o momento em que os indivíduos procuram se reunir e celebrar o ritual de *Ukanyi*. Com isso, aumenta a interação entre eles, tornando as relações sociais mais intensas e aumentando a tensão e a dinâmica daqueles espaços, sobretudo com a aproximação do urbano (local da reunião e festejos) com o rural (local da árvore do canhoeiro, cientificamente conhecido como *Sclerocaryabirrea,* produtora do *Ukanyi*).

O canhoeiro ocorre em alguns países do continente africano tais como Moçambique, África do Sul, Namíbia, Suazilândia, Zimbabwe, Botsuana, na África Equatorial (entre a Etiópia e o Sudão, a norte), Angola e Uganda. Essa árvore está também presente no Madagáscar, nas Maurícias e ilhas Reunião. E também foi testado seu plantio em Israel, Austrália e Índia (DPP, 2010). Essa ocorrência extensa não tem o registro de bebida e festejos de igual valorização cultural, razão pela qual ressaltamos a celebração existente no sul de Moçambique. Sem dúvida, uma celebração que agrega a natureza e o social, contemporaneamente. Pode-se afirmar que as tradições locais se alimentam desde a colheita do fruto da árvore.

Essa celebração movimenta quase toda uma estrutura de vida social, dinamizando e refazendo a dos indivíduos, envolvendo as dimensões sociocultural, política e econômica. Ela mostra sua capacidade mobilizadora da rotina das pessoas, mas também a dos lugares onde o ritual acontece, transformando-os continuamente.

O ritual de *Ukanyi* cria e fortifica as redes de solidariedade entre habitantes de diferentes biomas. Esse fato, por sua vez, se revela importante na resposta às crises provocadas por calamidades naturais como as cheias, secas ou inundações, no âmbito da segurança alimentar ou ruptura de reservas de sementes para a agricultura.

No que se refere à dimensão espiritual, o *Ukanyi* reveste-se de uma importância essencial na manutenção do equilíbrio social. A época de *Ukanyi* é vista como a fase de

maior aproximação das populações locais aos espíritos dos seus antepassados. O encontro com os espíritos se faz pelas preces de várias ordens, tendo como finalidade a busca de um equilíbrio cosmológico. Há, assim, um momento de adoração e evocação do poder dos espíritos dos antepassados para abençoarem a comunidade no ano que se segue. Pela sua dimensão espiritual, criou-se a sacralização da bebida, transformando-a num produto cuja venda é proibida, o que não impede que seja feita sorrateiramente.

Para as comunidades do sul de Moçambique nas províncias citadas, o fabrico de *Ukanyi* tornou-se uma das atividades que acompanham alguns momentos das suas vidas e releva uma identidade cultural. Com efeito, o *Ukanyi* é indispensável nos eventos socioculturais, quer no seio da família, quer das comunidades, pelo menos durante os primeiros meses do ano. É um patrimônio. Em outras palavras, o patrimônio constitui-se nova base de reafirmar a identidade, e a patrimonialização é um recurso para a conservação de símbolos e signos culturais (Almeida, 2012).

Os moçambicanos, zelosos do significado e valor do *Ukanyi,* tornaram-no uma importante atração na festa da Marrabenta, já tradicional no calendário moçambicano. Ele é preparado na véspera das festividades, para que esteja disponível naquela data em quantidades suficientes para todos.

Nas províncias do sul de Moçambique, a festa do *Ukanyi* é celebrada entre os meses de janeiro a março, época em que se realizam as colheitas dos campos agrícolas. Essa época é, tradicionalmente, chamada na língua tsonga como "*nguva yaUkanyi*", que significa época do *Ukanyi*. Este é, também, o período em que se realiza uma série de rituais afins a *Ukanyi*, provocando uma efervescência coletiva, caracterizada por uma série de rituais (Cossa, 2017, p. 250).

Trata-se de uma época em que se regista o pico do verão, acompanhado de fortes chuvas e umidade. É também o período das férias escolares e das férias dos trabalhadores moçambicanos nas minas da África do Sul. Moçambicanos que possuem familiares na África do Sul acolhem seus *magaizas,* termo local para visitantes. A presença dos maridos e filhos em casa, depois de longos meses nas minas, confere motivos para festejos.

Além disso, o culto aos antepassados, para abençoarem o ano recém-iniciado, acompanha os festejos do *Ukanyi*, tanto que uma das bebidas usadas nos rituais de consagração e adoração aos deuses é o próprio *Ukanyi*.

Segundo relatos populares dos anciãos e fazedores da bebida, o ritual de *Ukanyi* comporta três momentos sequenciados, designadamente: *kuhawula mindzheko*;[1]*xikuwha;*[2]e *kuhayeka mindzheko,*[3] sem as quais o sucesso da época de *Ukanyi* fica comprometido.

O período de produção do *Ukanyi* é carregado de significados sagrados e altera, por algum tempo, as dinâmicas de organização e relações sociais comunitárias. Valoi (2010) explica que, durante essa época, a atividade agrícola é temporariamente suspensa e as lideranças comunitárias se aproximam da população para orientarem os rituais de consagração e adoração aos espíritos dos antepassados nas diversas festividades que

1. Tirar de algum lugar onde estavam guardados os utensílios usados na preparação e consumo da bebida.

2. Um pote usado para a fermentação da bebida. Simboliza o ponto mais alto das comemorações da época.

3. "Guardar os utensílios" – significa o fecho da época festiva do *Ukanyi*.

ocorrem na comunidade. Há também muitas ocasiões e lugares previstos nos quais a bebida é apresentada à comunidade para consumo.

Algumas pessoas na comunidade comentam que a maior parte das famílias que têm o canhoeiro prepara a bebida, e vizinhos e amigos são convidados para beberem. As famílias que não tenham em seu quintal ou machamba essa árvore ajudam as que têm a apanharem o fruto do *Ukanyi* e fermentar a bebida. Os líderes comunitários e guardiões dos costumes ficam atentos ao processo e zelam para que o aspecto sagrado da bebida seja observado, como, por exemplo, a proibição da comercialização.

As fases do ritual sagrado

O ritual de *Ukanyi* segue três principais fases, documentadas e sistematizadas em seus significados por Cossa (2017) e Dava (2009).

Ele começa com a fase denominada *kuhawula mindzheko*, o momento em que se anuncia a abertura oficial da época de *Ukanyi* e a partir desse ato fica liberado o seu consumo. É que, segundo os entrevistados, o consumo da bebida é proibido antes da realização de um ato de devoção aos deuses pelos chefes tradicionais. Estes devem oferecer o primeiro gole aos defuntos (derramando um bocado do líquido ao chão), um sinal de agradecimento pelas bênçãos e pelas colheitas da época. Nesse ato é simbolicamente inaugurado o *ndzheko* (uma espécie de copo feito à base da casca de um fruto silvestre, usado para tomar as bebidas fermentadas, como o *Ukanyi*). *Kuhawula mindzheko* é o período em que se anuncia aos ancestrais a chegada da época de *Ukanyi* e que se roga a eles o sucesso do ano que segue, dos trabalhos na machamba/roça e proteção para os maridos e filhos e para os que vão trabalhar para fora do país (os mineiros).

Há penalizações para quem ousar servir o *Ukanyi* antes da inauguração oficial. Acerca disso refere Cossa (2017, p. 251):

> [...] estas proibições levam a pensar num conjunto de normas que condicionam a realização do ritual e orientam a conduta dos indivíduos e consequentemente nos remetem a questões jurídicas, ou seja, ao que chamaríamos de direito intercultural, aqui relacionado ao conjunto de normas tradicionalmente instituídas ou institucionalizadas que regem um grupo ou grupos de indivíduos.

Da observação feita a essa festividade, pode-se constatar que, depois da abertura, é comum ver em muitas famílias grupos de pessoas reunidas em volta dos potes ou galões de *Ukanyi*. Isto é muitas vezes acompanhado de cânticos ou músicas que incitam à dança.

A segunda fase dessa festividade é a celebração do consumo do *Ukanyi,* também chamada *xikuhwa*. Essa fase é o auge do ritual de *Ukanyi.* Esta é a festa tradicional popular de *Ukanyi,* que "simboliza o encontro entre os membros de uma comunidade ou de várias comunidades" (Cossa, 2017, p. 251). Cossa (2017) explica que não se trata apenas de uma reunião entre as pessoas, mas um encontro destas com os ancestrais por via de alguns rituais, como o *kuphahla,*[4] tida como uma prática presente em todos os rituais de *Ukanyi* e em todas as etapas do ciclo da época de *Ukanyi.*

4. Nome em língua local (*xi changana*) atribuído ao ritual de invocação dos ancestrais.

A terceira e última fase é o encerramento das festividades. Conhecida como *kuhayeka mindzheko,*[5] trata-se da etapa na qual se anuncia o fim da época de *Ukanyi* e se presta agradecimento aos ancestrais pelo sucesso da época ou faz-se a exposição dos dissabores ocorridos, pedindo para que não se repitam em situações vindouras (Cossa, 2013).

***Ukanyi*: da árvore ao preparo da bebida**

O canhoeiro possui uma grande importância para as comunidades no sul de Moçambique, principalmente em Maputo e Gaza. Em algumas regiões, reveste-se de valores associados à sacralidade, em outras a aspectos políticos e, principalmente, utilitários. Essas qualidades, por um lado, tornam essa árvore mítica e especial, no contexto da proteção cultural e, por outro lado, inserem-na na vivência política e quotidiana das comunidades.

A árvore é uma dicoteledônea da família Anacardiadeae, uma árvore de porte médio que pode atingir de dez a quinze metros de altura. Seus frutos são ovoides ou globosos com uma polpa suculenta, doce-acidulada, e uma semente. A produção anual de *Ukanyi* por árvore é de cerca de sete mil frutos, o que corresponde a quinhentos quilos árvore/ano.

O núcleo da semente é rico em proteína e gordura, com um sabor de nozes, constituindo uma boa fonte de alimentação. As frutas são comumente comidas frescas ou preparadas em sucos, geleias e licores – sendo entre estes o mais conhecido o da marca Amarula, produzido pela fermentação de seu suco. O óleo de *Ukanyi*, feito com o núcleo da semente, é usado na África como protetor antioxidante da pele. A casca da árvore pode ser usada no tratamento e na profilaxia da malária. O chá das folhas do canhoeiro é recomendado no tratamento da indigestão. A fruta é uma importante fonte alimentar para diversos animais, porém, pode provocar embriaguez naqueles que a comem em excesso, em virtude do álcool que é gerado no processo de maturação.

Segundo o guião de produção do *Ukanyi* (DPP, 2010, p. 1), a povoação do canhoeiro pela região austral de África deu-se graças à migração do povo bantu, para quem a fruta dessa árvore era importante na sua dieta desde os primórdios.

No concernente aos aspectos políticos, o canhoeiro está associado a aspectos como a lealdade às tradições e o respeito aos símbolos comunitários. É nesse contexto que se estabelece a relação entre o canhoeiro e os aspectos políticos, pois, no seio das comunidades, essa árvore simboliza o poder do chefe tradicional.O canhoeiro é uma das árvores em que os líderes comunitários e seus súbditos se sentam à sua sombra, discutem e resolvem os vários problemas que afetam a comunidade.

De acordo com Valoi (2010), durante o período de festa popular o líder comunitário fica mais próximo da população sob a sua jurisdição e são organizadas campanhas de apanha de *makanyi* (plural de *akanyi* – fruto de *n´kanyi*/canhoeiro– árvore) para a preparação da bebida na casa do líder local. Diferentemente de muitas outras bebidas, o *Ukanyi* não acarreta ónus financeiro às famílias para a preparação dessa bebida. Segundo depoimentos populares, a preparação do *Ukanyi* é um ato prestigiante e uma valorização dos saberes locais. O ingrediente, ou seja, o fruto do canhoeiro, é apanhado quando cai da árvore, e muitos membros da família se envolvem nessa atividade, especialmente as mulheres e crianças.

5. Significa pendurar os utensílios usados para fermentar e beber o *Ukanyi*.

Durante o período da recolha do fruto do canhoeiro, as leis sociais normais são mais ou menos suspensas, incluindo a atividade agrícola, de forma a corresponder ao grande momento da festa comunitária.

Para esse processo, as comunidades organizam-se da seguinte forma: as mulheres encarregam-se de recolher *makanyi* (fruto do canhoeiro) e juntá-lo num único lugar, geralmente amontoado ao pé da árvore até à maturação. A maturação pode levar entre três e cinco dias. Transcorrido esse prazo, as mulheres furam os*kanyi* e os colocam num tambor/bacia, para que o líquido possa escorrer. Nessa primeira fase, a casca e o caroço são depositados na bacia para fermentar. Não há muitos cuidados com a limpeza prévia do *makanyi* antes de ser furado e jogado na bacia/tambor.

Já os homens se ocupam da preparação dos locais comunitários onde se irá reunir a comunidade para as celebrações e consumo da bebida. Eles limpam a área e montam os bancos com material local. Também retiram as sobras ou podam as árvores de sombra existentes no local para acomodar as pessoas que se vão reunir. À noite, é acesa uma fogueira, à volta da qual as pessoas se reúnem. A fogueira serve para iluminar o local e para assar carne e maçaroca/milho.

Cossa (2017) classifica a etapa da preparação do ritual de *Ukanyi* como um dos momentos em que homens e mulheres, por meio das conversas, compartilham seus conhecimentos, suas vivências e as experiências do seu dia a dia, e, mais ainda, é um período no qual homens e mulheres encontram-se mais próximos uns dos outros, unidos pela mesma causa.

No local do ritual é comum observar que os homens se sentam de um lado e as mulheres de outro, embora estejam juntos. O *Ukanyi* é colocado em potes de barro denominados *khuwane* e ao lado dos potes vão os alguidares de barro chamados *lihisu*, onde são conservadas as cabaças *ndzeko* usadas para servir e beber *Ukanyi*. No final do ritual os alguidares são usados para conservar o *hongwe,*[6] que é a bebida que fica no fundo do pote, misticamente afrodisíaco. Essa parte da bebida é aconselhada somente aos casados (particularmente homens), dado o seu poder de fortalecer a potência sexual. O *Ukanyi* é muitas vezes associado a situações de adultério, em razão do seu poder de estimular o desejo sexual tanto nos homens quanto nas mulheres.

A música, as danças tradicionais são os principais condimentos que acompanham as sessões de consumo da bebida que se podem estender noite adentro. Roupas e acessórios típicos locais são preparados e usados a rigor, reforçando uma identidade local. Uma identidade cultural, como já foi evidenciado, que possui componentes formando um todo integrado, inter-relacionado e único, como a língua, a história, o território, os símbolos, as leis, os valores e crenças, e os elementos tangíveis na concepção de Almeida (2012). O *Ukanyi* é, dessa maneira, a estratégia para, anualmente, relembrar e reforçar essa identidade.

Refletindo sobre uma proposta de turismo

A época de *Ukanyi* é um marco importante especialmente em Maputo e Gaza. Em Maputo, particularmente, a festa é celebrada acompanhada das celebrações dos aniversários das batalhas das lutas contra a ocupação colonial portuguesa.

6. Nome que, em *xi changana,* designa a parte mais densa de *Ukanyi*e na qual se acredita residir a maior concentração do teor afrodisíaco dessa bebida tradicional.

É interessante notar que se trata de uma época que se dá no período de verão, conicidindo com as férias, o que induz a refletir sobre o possível atrativo turístico tanto para os nacionais como para os estrangeiros que nessa altura escalam o sul de Moçambique à procura de praias.

Tanto as festas quanto o turismo em suas práticas são efêmeros, porém, marcam significativamente seus territórios. Essa aproximação do turismo com as festas rurais é um pretexto para entender como o *Ukanyi,* o património cultural, poderá se constituir em forte atrativo para a turistificação. Políticos e empreendedores certamente defenderão ardorosamente o turismo, considerando-o criador e impulsionador de novas atividades econômicas nas localidades principais nas quais ocorrerem as celebrações.

O *Ukanyi* tem um sentido e valor local. Contudo, para o visitante, tais celebrações são exóticas, embora, simultaneamente e para os moçambicanos, ele tenha uma carga mítica, sagrada e, paralelamente, de valor patriótico e nacionalista. As celebrações se tornam atrativas por outro significado e o bem cultural ganha outro sentido.

Cabe ressaltar que o patrimônio tem sido usado e abusado como aliado da prática do turismo. E, para e pelo turismo, muitos lugares foram inventados como turísticos, pelo fato de centros de peregrinações, festas e tradições folclóricas, festivais gastronômicos, monumentos artísticos e simbólicos, lugares de romarias e de celebrações transformaram-se em atrativos turísticos. Os bens que integram esse patrimônio são utilizados como recursos que constituem ou complementam a oferta de serviços e que atraem e disponibilizam novas ofertas de caráter cultural, lúdico e recreativo à população. Assim, muitos elementos patrimoniais são utilizados como marcas identitárias de um lugar, como instrumentos de *marketing* orientados a darem a conhecer e atrair recursos exteriores.

Contudo, entre várias invenções de lugares turísticos, acreditamos ser possível pensar, para os lugares do *Ukanyi,* em um turismo rural pedagógico, desenhado especialmente para os jovens estudantes como forma de passar a estes a história e manifestações culturais seculares do país.

As manifestações culturais, os hábitos e costumes, a gastronomia e as línguas nas regiões de Maputo e Gaza são intimamente relacionados e similares, diferentemente das outras regiões do país. A estrada que vai de Maputo a Macia e para Xai-Xai e Chóckwe e Chilembene, e/ou passando de Manjacaze e Chibuto, na província de Gaza, permanece desconhecida para a maioria dos jovens nascidos depois de 1990. Em vários locais dessas localidades existem monumentos que revelam parte da história dos povos shona constituintes do império de Gaza, que se estendia até Zimbabwe.

Trata-se de locais que possuem vários marcos históricos dos antepassados, os heróis da resistência contra a ocupação estrangeira, como o monumento a Ngungunhana (último imperador de Gaza, em Chibuto), a casa de SamoraMachel (em Chilembene), a Casa de Eduardo Mondlane (em Manjacaze), o monumento aos heróis de Marracuene (em Maputo). Conhecer esses traços da história nacional pelos jovens e estudantes é importante para entender algumas celebrações do *Ukanyi*.Além disso, urge que os políticos e decisores repensem o modelo de turismo doméstico, valorativo dos heróis nacionais que integrem uma componente didática.

Um programa anual de roteiro guiado aos jovens pelos principais locais históricos nacionais tem a vantagem de permitir que estes conheçam a sua história e dialoguem com algumas fontes orais ainda vivas.

A inclusão dos festejos do *Ukanyi* na proposta turística destinada aos estudantes e os turistas ocasionais permitirá presenciar que os moçambicanos participantes da celebração procuram resgatar os cânticos folclóricos e dançar as coreografias antigas, além das canções que relembram as guerras de resistência contra a ocupação colonial. Será a oportunidade de um encontro com um patrimônio cultural que reside, ainda, na memoria de poucos.

A concluir

A época de *Ukanyi* é o período em que a sociedade, fortemente concentrada, encontra-se num estado crónico de efervescência e superatividade. Nesse período os indivíduos estão mais intimamente próximos uns dos outros, as ações e reações sociais são mais numerosas, mais frequentes, mais contínuas, trocam-se ideias, os sentimentos entre os indivíduos intensificam-se e reforçam-se mutuamente. O grupo, intensamente ativo, sempre presente aos olhos de todos, tem reforçado o sentimento de si mesmo e de sua identidade cultural. Dessa maneira ocupa um lugar maior na consciência dos indivíduos. Repetimos, no sul de Moçambique a festividade de *Ukanyi* constitui um forte elemento de coesão social.

A festividade e o consumo do *Ukanyi* são indispensáveis, embora em transformação, na construção social das sociedades. Trata-se de eventos que são notórios na continuação da sua valorização, especialmente nas comunidades rurais. O fruto do canhoeiro é a base para a fabricação de uma das bebidas mais famosas "*made in south África"*, a Amarula. Ressignifica-se o bem cultural do sul de Moçambique.

A valorização e imortalização das festividades locais dos povos e das bebidas tradicionais, a passagem de testemunho para as gerações vindouras por meio de turismo pedagógico às zonas rurais são um contributo para que a história dos povos se perpetue e seja finalmente catalogada como bem cultural. Este artigo procurou apresentar as festividades aliadas ao consumo do *Ukanyi* como patrimônio hsitórico e cultural de um povo. *Ukanyi* faz parte do ser moçambicano e sua permanência como tal depende de ser destacado, documentado e sistematicamente visitado pelos mais jovens, além de figurar nos planos de promoção do turismo nacional. O valor histórico, social e cultural do *Ukanyi* na construção social das comunidades rurais é inegável. Ademais, essa bebida tem símbolos a ela associados que se configuram em um bem cultural e num atrativo para a promoção do turismo rural, complementando o turismo de praia, bastante comum em Moçambique.

Em síntese, o turismo rural inclui várias modalidades, porém, todas elas dão ênfase à população local e à valorização do património cultural e natural. Acreditamos que todas são positivas, desde que compatíveis com a comunidade local e inseridas nas atividades previstas. O *Kanuyi*somente é festa porque envolve o coletivo, a solidariedade e alegria.

Referências

Almeida, M.G. (2012). Sentidos das festas nos lugares e patrimônio turísticos. In: Costa, E.B.; Brusadim, L.B.; Pires, M.C. (Org.). *Valor patrimonial e turismo*: limiar entre história, território e poder. São Paulo: Outras Expressões. p. 157-171.

Certeau, M. (2011). Relatos de espaço. In: _____. *A invenção do cotidiano*. Artes de fazer 1. Petrópolis: Vozes. p. 182-200.

Cossa, D. M. A. (2017). Um olhar da antropologia das paisagens e espaços sobre o ritual de *Ukanyi*. *Revista Intratextos*, v. 8, n. 1, p. 247-261.

Cossa, D.M. (2013).*O ritual de Ukanhy*: uma tradição na modernidade. 2013. Monografia (Licenciatura em Sociologia) – Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo.

Dava, F. (2009). *Ritual das primícias de Ukanyi*. Maputo:ARPAC.

DPP (2010). *Marula*: production guideline. Pretoria: Department of Agriculture, Forestry and Fisheries.

Fabre, D. (1994).Ethenologie et patrimoine en Europe. *Terrain*, n. 22. Les émotions,

Valoi, A.(2010). Ukanhy Festival: N'kuvu wa wukanhy.Disponível em: <http://www.dekhanaproducoes.com/news/ucanhy%20festival%20%20n%C2%B4kuvu%20wa%20wukanhy/>. Acesso em: 4 jun. 2018.

Memória e resistência ancestral em Ponciá Vicêncio, a varanda de frangipani e mãe, materno mar

Jurema José de Oliveira
Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e Pós-doutoranda (PNPD/CAPES/UFRN) e Pesquisadora da Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo – FAPES

O presente trabalho tem por objetivo discutir os processos de construção textual, de composição da personagem e configuração espacial em narrativas africanas de língua portuguesa e afro-brasileira, observando em que medida a enunciação, a personagem e o espaço estruturam-se como experiências afrocentradas, reunindo traços que caracterizam um comprometimento com os gêneros literários africanos, os quais descendem direta ou indiretamente da tradição oral, produzidos durante a colonização, no pós-guerra de libertação, e constitui-se no legado deixado por gerações de autores africanos às novas gerações de escritores. Na África negra, o conhecimento ou prática resultante de transmissão oral ou de hábitos inveterados representa uma cultura própria, porque reúne todos os dados referentes à vida e à morte. É, portanto, com base na tradição que as experiências diárias e os rituais encontram as respostas necessárias para transmitir de geração a geração o pensamento negro e os seus comportamentos individuais e sociais, rompidos temporariamente em decorrência da colonização.

O conhecimento negro-africano vai sendo recuperado na literatura por meio de romances, contos, provérbios, adivinhas e lendas. No período colonial e no pós-revolução, essas marcas discursivas são elementos cruciais para a elaboração dos estudos narrativos, da configuração de personagens e do espaço literário. A palavra é uma arte. Como bem define Pe. Raul Ruiz de Asúa Altuna na obra *Cultura tradicional Bantu* (2014), ela

> ocupa o primeiro lugar nas manifestações artísticas, no culto religioso, na magia e na vida social. Para além do seu grande valor dinâmico e vital, é praticamente o único meio de conservar e transmitir o patrimônio cultural. Assim, se compreende o predomínio da história na África negra (2014, p. 38).

A palavra sustenta a base unificadora dos elementos que compõem a força vital, sendo a energia necessária para a manutenção do principio revigorador encontrado na figura do preexistente, fonte primordial da sociedade negro-africana. A memória constitui-se como o grande suporte da tradição que alimenta a existência na comunidade bantu. Nas enunciações africanas de língua portuguesa, o ancião ocupa em geral o lugar do narrador, isto é, aquela personagem capaz de irrigar a memória coletiva de forma prazerosa e festiva, construindo e sendo construída por estratégias narrativas geradoras de um saber ancestral. Esse ancião caracteriza-se, por vezes, como o mais sábio, por isso, o detentor da palavra. De certo modo, elemento crucial para a efetivação do estatuto da oralidade

em obras contemporâneas. Cabe ressaltar, no entanto, que essa figura tão recorrente na ficção moderna, muitas vezes, se apresenta como uma figuração irônica, dando ao texto uma leveza necessária em contexto trágico, conflituoso como aqueles presentes em *Mãe, materno mar* (2001), de Boaventura Cardoso.

Nesse sentido, busca-se pensar aqui acerca dos caminhos trilhados por escritores que encontram no mundo empírico os elementos necessários à construção de uma identidade literária que defina seu lugar de fala no contexto africano de língua portuguesa e afro--brasileiro. Dessa forma, a produção literária afro-brasileira poderá ser construída como expressão artística e como literatura negra de combate ao racismo. Cabe ressaltar, no entanto, que o enunciado, a personagem e o espaço, nesses casos de produção combativa, são construídos a partir da experiência afrodiaspórica, herdada de conhecimentos e marcas afrocentradas. No que diz respeito à espacialidade dos seres habitantes dos planos visíveis e invisíveis, há uma conectação hierárquica, porém "os mundos visível e invisível, embora muito amplos e complexos, estão unidos por relações vitais com intercâmbios permanentes". (ALTUNA, 2014, p. 62)

Ponciá vicêncio, A varanda de frangipani e *Mãe, materno mar*

> Quando Deus criou o mundo, providenciou alimento, saúde, e pessoas especiais para tomar conta das suas criaturas em todas as sociedades e culturas. Estas pessoas especiais tomam diferentes nomes de acordo com as diferentes línguas e culturas. Alguns são chamados de gênios; outros profetas; apóstolos; outros, pajés, curandeiros, xamãs, entre outras designações. Em África quem cuida da saúde do povo, são os curandeiros (CHIZIANE, Paulina & MARTINS, Mariana, 2015, p. 45)

A concepção filosófica de criação do mundo postulada na epigrafe acima pode ser entendida aqui como metáfora da criação literária. Imageticamente, a escrita literária cujo suporte estético é a ancestralidade trabalha produtivamente as diversas possibilidades da genialidade ancestral. Na passagem abaixo retirada do romance *Ponciá vicêncio,* detecta--se como os universos – visível e invisível - estão ligados no cenário literário:

> O pai de Ponciá Vicêncio olhou o homem de barro que a menina havia feito e reconheceu nele o seu próprio pai. Pegou o trabalho e examinou bem. Os olhos, a boca, as costas encurvadinhas, a magreza, o bracinho cotoco, tudo era igual, igualzinho. A boca ensaiava sorrisos, mas no rosto, a expressão era de dor. Teve a sensação de que o homem - barro fosse rir e chorar como era feitio de seu pai. (EVARISTO, 2003, p. 19, grifos nossos)

Na citação anterior, há um boneco de barro com traços, sinais do avô de Ponciá Vicêncio. A forma como ele se faz presente no universo dos viventes é ocupando um lugar inicialmente na imaginação da neta que não conviveu muito com ele, mas consegue reproduzi-lo em barro e, gradativamente, ele ocupa o próprio corpo de Ponciá Vicêncio. Essa dinâmica espacial demarca a estrutura das narrativas em estudo. De acordo com Altuna, existem lugares e objetos materiais aonde os espíritos e os gênios se alojam:

> Os espíritos e os gênios (...) em geral estão localizados em lugares ou objetos materiais: rios, montes, cavernas, bosques, árvores ou lagunas, embora possam mover-se com liberdade sem estar localizados. A sua influência sobre os homens é muito poderosa. (...) No final, estão situados os demais defuntos. Estes antepassados, que podem ser benéficos ou maléficos, interferem sem cessar no mundo visível. Destacam os patriarcas dos grupos, chefes, caçadores e guerreiros famosos, assim como pastores e especialistas da magia notáveis. (...) O mundo visível está integrado por forças pessoas e impessoais. A força pessoal é o homem, centro da pirâmide por ser o único existente activo inteligente capaz de aumentar a sua vida e de dominar as forças inferiores. (ALTUNA, 2014, p. 63)

Em *Ponciá Vicêncio*, detectamos vários ambientes e objetos de interesse dos espíritos que se manifestam via memória ou por meio dos sentidos sensoriais. Assim, ao retornar a casa da infância Ponciá Vicêncio escutou, sentiu a presença do passado por meio do cheiro de café, da broa de fubá, dos sons produzidos pelo irmão e viu os movimentos do seu "homem-barro":

> Escutou na cozinha os passos dos seus. Sentiu o cheiro de café fresco e de broa de fubá, feitos pela mãe. Escutou o barulho do irmão se levantando varias vezes, à noite, e urinando lá fora, perto do galinheiro. Escutou as toadas que o pai cantava. Escutou os galos cantando na madrugada, no galinheiro vazio. Escutou, e o que mais escutou, e o que profundamente escutou foram os choros-risos do homem-barro que ela havia feito um dia (...). Durante a noite, ela vivera a certeza de que a casa estava habitada e cheia de vida. (...) Olhou para a mesa de madeira e lá estava o homem-barro entre pratos e risos. (EVARISTO, 2003, p. 57, grifos nossos)

O verbo "escutar" tão presente na vida da personagem reforça o elo dela com seus antepassados, mas precisamente, Vô Vicêncio. Elo este sinalizado pela rezadeira/vidente Nêngua Kainda:

> A velha pousou a mão sobre a cabeça de Ponciá Vicêncio dizendo-lhe que, embora ela não tivesse encontrado a mãe e nem o irmão, ela não estava sozinha. Que fizesse o que o coração pedisse. Ir ou ficar? Só ela mesma é quem sabia, mas, para qualquer lugar que ela fosse, da herança deixada por Vô Vicêncio ela não fugiria. Mais cedo ou mais tarde, o fato se daria, a lei se cumpriria. Ponciá nada indagou. Nada respondeu. Pediu bênção a Nêngua Kainda e se dispôs a continuar a vida. (EVARISTO, 2003, p. 60)

A integração dos mundos visível e invisível está patente na citação anterior e o lugar preferido do "homem-barro", Vô Vicêncio, é a casa da família, mas ele se faz mais presente no decorrer da enunciação, alojando-se no corpo de Ponciá Vicêncio e, algumas vezes, se manifesta por meio de uma coceira entre os dedos da menina:

> A mão continuava coçando e sangrando entre os dedos. Nesses momentos ela sentia uma saudade imensa de trabalhar com o barro. Havia dias, também, que o vazio que lhe enchia a cabeça vinha por duas ou três vezes. Se estivesse de pé, agarrava com força na beira da

pia ou do tanque e esperava a sensação passar. Nem sempre passava rápido. (EVARISTO, 2003, p. 81, grifos nossos)

Com uma narratologia construída no pretérito perfeito, Evaristo faz uso do legado oral, ouvindo as vozes ancestrais e desvelando as tradições escondidas nas ações das figurações que conheciam de olhos fechados a matéria do rio, o barro. Com esse produto, as personagens davam vida a objetos capazes de materializar trabalhos eternizados na memória da mãe de Ponciá Vicêncio:

> A mãe de Ponciá Vicêncio há anos vinha andando de povoado a povoado. E nessas andanças, em cada lugar que passava, encontrava trabalhos de barro feitos por ela e pela filha. O tempo passara vida também e ela, sempre no fazer, nem percebera a tanto que havia criado. Só depois, calma, longe de tudo, podia admirar o que tinha feito. Em toda casa, em toda fazenda tinha uma criação dela ou da filha. Ela reconhecia perfeitamente qual era a sua obra e qual era a de Ponciá. Tinha a impressão de que a filha não trabalhava sozinha, algum dom misterioso guiava as mãos da menina. (EVARISTO, 2003, p.85, grifos nossos)

Os familiares de Ponciá Vicêncio tem uma divida com seus antepassados e é ela quem deverá cumprir esse ritual silenciado pela história dos Vicêncios, criando objetos de barro:

> O pai de Ponciá Vicêncio olhou o homem de barro que a menina havia feito e reconheceu nele o seu próprio pai. Pegou o trabalho e examinou bem. Os olhos, a boca, as costas encurvadinhas, a magreza, o bracinho cotoco, tudo era igual, igualzinho. A boca ensaiava sorrisos, mas no rosto, a expressão era de dor. Teve a sensação de que o homem - barro fosse rir e chorar como era feitio de seu pai. (EVARISTO, 2003, p. 19)

O procedimento percebido em *Ponciá vicêncio*, ligados ao espaçamento e aos objetos de fixação dos espíritos, também será detectado em *A varanda de frangipani* de Couto. A construção espacial da personagem segue a mesma dinâmica de *Ponciá vicêncio*. Ermelindo desprovido de matéria física ocupa o corpo do Inspetor, mais uma vez a ancestralidade se coloca como a fundamentação estética do espaço em que se movimenta a figura:

> Este homem que estou ocupando é um tal Izidine Naíta, inspetor da policia. Sua profissão é avizinhada aos cães: fareja culpas onde cai sangue. Estou num canto de sua alma, espreito-lhe com cuidado para não atrapalhar os dentros dele. Porque este Izidine, agora, sou eu. Vou com ele, vou nele, vou ele. Falo com quem ele fala. Desejo quem ele deseja. Sonho quem ele sonha. (COUTO, 2007, p. 19, grifos nossos)

A encenação discursiva faz a personagem se movimentar gradativamente para o tempo presente, passado e futuro:

> Neste momento, por exemplo, estou viajando num helicóptero, em missão enviada pela Nação. Meu hospedeiro anda esgravatando verdades sobre quem matou Vasto Excelêncio, um mulato que foi responsável pelo asilo de velhos de São Nicolau. Izidine iria percorrer

> labirintos e embaraços. Com ele eu emigrava no penumbroso território de vultos, enganos e mentiras (COUTO, 2007, p. 19, grifos nossos)

Com esse procedimento "a personagem deve dar a impressão de que vive, de que é como um ser vivo" (Cândido & outros, 1976, p. 64-65), mesmo que precise alojar - se em corpo alheio. Esse mecanismo narratológico reforça o valor dos princípios tradicionais tão explorados por Altuna, pois um defunto sem patente, sem cruz ou mármores que se apresenta ao leitor no capítulo I intitulado "O sonho do morto" reforça a ideia de que a ausência de referencias concernente à transmutação do espírito para o mundo dos mortos gera um desequilíbrio naquele ambiente.

O capítulo III de *A varanda de frangipani*, intitulado "a confissão de Navaia", nessa dinâmica de construção espacial nos fornece um procedimento bastante radical. O velho/jovem Navaia tem uma história insólita, já que é filho de uma mulher que ao dar a luz a novo filho o outro se desintegra ou assume a forma do novo. Não há espaço no mundo dos vivos para dois herdeiros dessa mulher. Navaia é um desses filhos:

> Tudo começa antes do antigamente. Nós dizemos ntumbuluku. Parece longe, mas é lá que nascem os dias que estão ainda em botão. A morte desse Excelêncio já começou antes dele nascer. Começou comigo, a criança velha. (...) A maldição pesa sobre mim, Navaia Caetano: sofro a doença da idade antecipada. Sou um menino que envelheceu logo à nascença. Dizem que, por isso, me é proibido contar minha própria história. Quando terminar o relato eu estarei morto. Ou, quem sabe, não? Será mesmo verdadeira esta condenação? Mesmo assim me intento, faço na palavra o esconderijo do tempo. À medida que vou contando me sinto cansado e mais velho. Está a ver estas rugas nos meus braços? São novas, antes de falar consigo eu não às tinha. Mas eu sigo adiante, não encontrando atalho nem alivio. Sou como a dor que não tivesse carne onde sofrer, sou a unha que teima em nascer num pé que foi cortado. Me dê suas paciências, doutor. (COUTO, 2007, p. 26 e 27, grifos nossos)

A configuração da personagem reforça a estética da ancestralidade como base narratológica. O cuidado com os preceitos envolvendo o ritual de passagem está implicado com toda a dinâmica da vida comunitária. Desde o cultivo da terra até a mais complexa prática organizacional do grupo. A terra na qual repousam os antepassados é a mesma que alimenta os viventes, já que do solo brota ano a ano os alimentos que sustentam toda a comunidade. A relação existente entre os antepassados e os viventes reforça a dinâmica exposta no papel desenvolvido pelos ancestrais. Dessa forma, o ritual da fertilidade necessário à estimulação da produção alimentícia em abundância ocorre sempre que o homem sentir necessidade e precisar equilibrar as formas cosmogônicas. O resgate de práticas antigas para fortalecer o tempo presente, constitui-se nos ajustes para efetuar as invocações àqueles entes fortalecedores da vida comunitária, já que na perspectiva bantu o homem só se realiza coletivamente. Como bem define Bosi:

> É o gesto, o canto, a dança, o rito, a oração, a fala que evoca, a fala que invoca. No mundo arcaico tudo isto é fundamentalmente religião, vinculo do presente com o outrora-tornado-

-agora, laço da comunidade com as forças que a criaram em outro tempo e que sustêm a sua identidade (p. 15, 1992).

Os costumes presentes na citação anterior vão de encontro ao narrado no capítulo III de *A varanda de frangipani*, intitulado "a confissão de Navaia". Nesse estágio da enunciação, o leitor está diante de práticas nada ortodoxas, no chamado "mundo arcaico", referencial para as práticas contemporâneas. Contraditoriamente, o local aonde ocorre o assassinato é a fortaleza, espaço habitado por velhos. O velho/jovem Navaia tem uma história insólita, já que é filho de uma mulher que ao dar a luz a novo filho o outro se desintegra ou assume a forma do novo. Navaia é um desses filhos:

> Tudo começa antes do antigamente. Nós dizemos ntumbuluku. Parece longe, mas é lá que nascem os dias que estão ainda em botão. A morte desse Excelêncio já começou antes dele nascer. Começou comigo, a criança velha. (...) A maldição pesa sobre mim, Navaia Caetano: sofro a doença da idade antecipada. Sou um menino que envelheceu logo à nascença. Dizem que, por isso, me é proibido contar minha própria história. Quando terminar o relato eu estarei morto. Ou, quem sabe, não? Será mesmo verdadeira esta condenação? Mesmo assim me intento, faço na palavra o esconderijo do tempo. À medida que vou contando me sinto cansado e mais velho. Está a ver estas rugas nos meus braços? São novas, antes de falar consigo eu não às tinha. Mas eu sigo adiante, não encontrando atalho nem alivio. Sou como a dor que não tivesse carne onde sofrer, sou a unha que teima em nascer num pé que foi cortado. Me dê suas paciências, doutor. (COUTO, 2007, 26-27, grifos nossos)

A palavra é o apagamento da vida da figura Navaia, ela não se constitui no elo entre o passado e o futuro da forma como a tradição propaga, não alimenta e nem prolonga a existência do personagem. Diferentemente, de Sherazaide, personagem de *As mil e uma noites* (1997), que precisa contar sempre uma nova história para não morrer, ele encontra na contação de sua história a morte. Esse descompasso presente na figuração de Navaia pode ser interpretado como um sinal de preceitos não cumpridos pelos seus antepassados. O dispositivo retórico-discursivo de *A varanda do frangipani* no capitulo dedicado a "Confissão de Navaia" apresenta uma nova figura que ajuda o leitor a entender a situação. O tio de Navaia fornece o caminho que tira Navaia da inexperiência com a palavra:

> Meu tio materno, Taúlo Guiraze, me disse: as demais pessoas contam a história de suas vidas de maneira muito ligeira. Uma criança-velha não. Enquanto os outros envelhecem as palavras, no meu caso quem envelhece sou eu próprio. E me aconselhou:
> - *Meu filho, eu lhe conheço uma saída. Caso se um dia você decidisse ser contadeiro...*
> - E qual seria?
> Ele ouvira falar de uma criança-velha nascida em outro tempo, outro lugar. Essa criança se divertia contando a sua história, vendo como os outros se angustiavam na ansiedade de o ver morrer. Findas as muitas histórias, porém, ele permanecia vivo.
> - *Não morreu, sabe porquê? Porque mentiu. Histórias dele eram inventadas*. (COUTO, 2007, p.26-27, grifos do autor)

O recurso usado pelo ficcionista nessa narrativa constitui-se em um dispositivo discursivo que, guardada as devidas proporções, também foi utilizado em *Terra sonâmbula* (1992), pois na impossibilidade de cumprir o ritual fúnebre de seu pai, Kindzu aceita as orientações dos jogos divinatórios: "Estando Kindzu dentro de um cenário de guerra, a única saída é afastar-se de seus antepassados e, para isso, precisa ter a esperança de que seu pai não o perseguirá. O velho Taímo teve um funeral na água" (OLIVEIRA, p.49, 2014).

Nessa dinâmica discursiva, pode-se dizer que o espírito tem uma dupla face ou dupla função. Sendo assim, à medida que os cuidados com o corpo foi violado na hora da passagem para um mundo intermediário – lugar onde ficam aqueles espíritos que precisam reencarnar – ou para o mundo do ancestre propriamente dito, esse espirito tende a se manifestar de diversas formas, punindo muitas vezes seus descendentes. A tensão entre o verso e o reverso de uma entidade dual como o espírito está posta e é recorrente em Mia Couto. As marcas da ancestralidade em narrativas contemporâneas são detectadas de diversas formas, pois essa entidade localiza-se em lugares e objetos distintos.

Em *A varanda de frangipani,* o espírito de Ermelindo Mucanga por não ter sido cuidado devidamente na hora de sua morte, aloja-se em um sujeito, prestes a sair do mundo dos viventes. A outra situação, a história de Navaia, reforça a ideia de dupla face do espírito. Nesta última, o espirito tem pressa em fazer passagem e usa rapidamente cada corpo que ocupa. No capítulo dedicado as confissões de Navaia, destaca-se também a figura de sua mãe. Um corpo que abriga um espírito avido do desejo de gerar vidas novas/velhas:

> Minha mãe, abro falas nela. Nunca eu vi mulher tão demasiado parideira. Quantas vezes ela saltou a lua? Nascia-lhe muitos filhos. Digo bem: filho, não filhos. Pois ela dava à luz sempre o mesmo ser. Quando ela paria um novo menino, desaparecia o anterior filho. Mas todos esses que se sucediam eram idênticos, gotas rivalizando a mesma água. A gente da aldeia suspeitava de castigo, uma desobediência às leis dos antigos. Qual a razão desse castigo? Ninguém falava, mas a origem do mal todos conheciam: meu pai visitava muito o corpo de minha mãe. Ele não tinha paciência para esperar durante o tempo que minha mãe aleitava. É ordem da tradição: o corpo da mulher fica intocável nos primeiros leites. Meu velho desobedecia. Ele mesmo anunciou como superar o impedimento. Levaria para os namoros um cordão abençoado. Quando se preparasse para trebeliscar a esposa ele amarraria um nó na cintura da criança. O namoro poderia então acontecer sem consequências.
>
> Resolvia-se, na aparência, o adoentado destino de minha mãe. Digo bem, na aparência. Porque começou aí minha desgraça. Agora sei: nasci de um desses nós mal atados na cintura de um falecido irmão. (COUTO, 2007, p. 27-28)

A passagem anterior expõe mais uma vez a duplicidade do papel do espírito no plano terrestre, a violação dos sagrados preceitos envolvendo o nascimento e o interdito do corpo da mulher. O cenário literário traz à tona ao leitor diversas situações que reforça o papel do ancestral no apaziguamento e equilíbrio cosmogônico.

O ambiente do culto, reatualizando as origens, reafirma-se como o sistema das sociedades humanas que evoca os ancestrais por razões diversas e sempre que a força cosmogónica encontra-se em desequilíbrio. Nesse sentido, a tradição revigoradora das

experiências culturais na África negra não caracteriza apenas uma fonte de cultura, ela é a própria cultura com muita autenticidade ao abarcar "todos os aspectos da vida" (ALTUNA, p. 38, 2014) e fixar "no tempo as respostas às interrogações dos homens". (ALTUNA, p. 38, 2014)

Na busca pelo cumprimento dos rituais no momento de passagem para o mundo dos mortos, Ermelindo Mucanga segue ocupando o corpo de Izidine nos sete capítulos de *A varanda de frangipani* (2007), sintomaticamente, sete é um número cabalista. O papel do ancestral é importante para o equilíbrio do plano visível e invisível:

> Nessa cadência é que os ancestrais se movimentam, harmonizando e engendrando as forças mantenedoras das práticas sociais sustentadoras da tradição transmitida de geração a geração, pois as tipologias ancestrais se corporificam na linguagem de autores contemporâneos que valorizam a oralidade detentora das marcas da ancestralidade. (OLIVEIRA, p. 50, 2014)

No capítulo quinto intitulado "A confissão do velho Português", detecta-se a reordenação dos valores por outras vias, já que o velho português foi rebatizado e recebeu um nome que o identifica com a comunidade local, mas por viver na fortaleza acaba sendo o elo entre a tradição e a modernidade imposta:

> - *Como o mar se dá bem neste lugar!*
> Falei assim, naquela tarde. Falava com ninguém? Não, conversava com as ondas lá em baixo. Sou português, Domingos Mourão, nome de nascença. Aqui me chamam Xidimingo. Ganhei afecto desse rebaptismo: um nome assim evita canseira de me lembrar de mim. O senhor inspector me pede agora lembranças de curto alcance. Se quiser saber, lhe conto. Tudo sempre se passou aqui, nesta varanda, por baixo desta árvore, a árvore do frangipani. (COUTO, p. 45, 2007, grifos do autor)

Frangipani é uma árvore tropical que perde toda a folhagem no período da floração. Esse dado a diferencia das espécies locais. Ela não cumpre o papel das outras árvores, espaço de sepultamento do homem da terra. O espírito de Ermelindo Mucanga, por exemplo, reclama justamente a ausência de uma árvore de sua nova cultura para receber o corpo que ele agora habita, pois foi rebatizado. Metaforicamente, o frangipani representa o velho português:

> (...) senhor inspector, eu sou essa árvore. Venho de uma tábua de outro mundo, mas o meu chão é este, minhas raízes renasceram aqui. São estes pretos que todos os dias me semeiam. Converso-lhe, legalengo-lhe? Vou chegando perto, como o besouro que dá duas voltas antes de entrar no buraco. Desculpe-me este meu português, já nem sei que língua falo, tenho a gramática toda suja, da cor desta terra. Não é só o falar que é já outro. É o pensar, inspector. Até o velho Nhonhoso se entristece do modo como eu me desaportuguesei. (COUTO, 2007, p. 46)

No antigamente, havia uma organização, um equilíbrio entre o mundo visível e invisível. O velho português representa simbolicamente o invasor, o desequilíbrio. No

decorrer dos séculos, esse sujeito inserido no cenário bantu, rebatizado, assume os novos preceitos, mas ainda assim, corre o risco de experimentar o desassossego do espírito, pois pertence à outra matriz cultural:

> Me lembro de, um dia, [o Nhonhoso] ter dito:
> - *Você, Xidimingo, pertence a Moçambique, este país lhe pertence. Isso nem é duvidável. Mas não lhe traz um arrepio ser enterrado aqui?*
> - *Aqui, onde?, perguntei.*
> - *Num cemitério daqui, de Moçambique?*
> Eu encolhi os ombros. Nem cemitério eu não teria, ali no asilo. Mas Nhonhoso insistiu:
> - É que os seus espíritos não pertencem a este lugar. Enterrado aqui, você será um morto sem sossego. (COUTO, 2007, p. 46-47, grifos do autor)

Entender as tradições ajuda a perceber que todas as culturas guardam seus preceitos, suas marcas ancestrais, mas o que difere a tradição oral das outras, é a unidade cultural que esta possui nos permitindo conhecer o pensamento e o comportamento individual e coletivo do povo bantu. A grandeza espiritual;

> o valor didático e histórico, o significado moral e o variado poder de expressão é uma prova eloquente da 'sabedoria negra' e os especialistas veem-se obrigados a aprofundá-lo como processo eficaz para atingir o mundo negro. (ALTUNA, 2004, p.38)

O vínculo estabelecido entre o velho português, rebatizado com o nome de Xidimingo, e os naturais da terra difere da forma como o Nhonhoso lê a suposta supremacia branca. No entanto, é na voz do personagem Mulungo, a explicação mais plausível para entender a enunciação pautada na força ancestral, esteticamente representada na ficção:

> O português, coitado, mantinha aquela ilusão. Ele não entendia o passado. Não foram armas que nos derrotaram. O que aconteceu é que nós, moçambicanos, acreditávamos que os espíritos dos que chegavam eram mais antigos que os nossos. Acreditámos que os feitiços dos portugueses eram poderosos. Por isso os deixamos governar. (COUTO, 2007, p.65)

A essencialidade do povo bantu repousa na tradição. Esse sistema auto interpretativo explica a sociedade para si e para o mundo, já que a história bantu assemelha-se a uma verdade ontológica, fixando, assim, o olhar do homem negro sobre si mesmo e o mundo a sua volta.

Seguindo a estética da ancestralidade presente nas narrativas de Evaristo e Couto, adentra-se a obra *Mãe, materno mar* (2001), de Boaventura Cardoso. Em *Mãe, materno mar*, detecta-se situações inesperadas num cenário propício. A história se desenrola num comboio (trem) avariado que conduz os membros de uma cerimônia de casamento. Esse comboio torna-se palco de brigas, mortes e disputas religiosas.

Em *Mãe, materno mar*, percebe-se uma prática recorrente após a proibição do sacrifico humano. A família de Kinbulu mata três galinhas para saldar a passagem para o outro mundo. No funeral dos quatro homens ocorreram várias situações conflituosas, pois as

mortes não foram por causas naturais, mas provocadas após uma briga generalizada que atingiu todo o comboio. A narrativa de *Mãe, materno mar* se desenvolve dentro de um comboio que sai de Malange com destino a Luanda. No decorrer da viagem - que metáforiza um período da história de Angola - os passageiros inconformados com os problemas que vivenciaram durante o trajeto, já que o comboio parou diversas vezes por falta de manutenção. O desequilíbrio social reflete-se na forma como a Terra recebe seus mortos:

> Quando todo o povo se começava a retirar do cemitério, no calor de tão profunda e sentida dor, se ouviu um estranho barulho que vinha do fundo das quatro covas. Eé! Eé! Eé! As pessoas se precipitaram logo, começaram a fugir, tat'é! Aiué! Manecas foi dos primeiros a saltar o muro rústico do cemitério, pai da noiva pisou em terreno falso e resvalou para dentro de uma cova! Ngafu é! Chefe da Estação tinha o corpo todo arranhado por ter caído numa trepadeira espinhosa, os integrantes da banda de música tinham se desembaraçado dos seus incômodos instrumentos, líderes religiosos fugiam esquecidos dos seus fieis, duas senhoras grávidas permaneciam deitadas e aos berros, quem que corria mais rápido não eram então os jovens? Em pouco tempo o cemitério ficara quase deserto. Só se viam deitados no chão, de barriga para baixo, as duas senhoras grávidas, gemendo e, dispersos, mais de vinte velhos quase inanimados. Entretanto, o estranho barulho continuava a fazer--se ouvir, enquanto o pai da noiva, dentro da cova, esbracejava e prometia uma boa nota a quem lhe tirasse daquele fatídico buraco! Uá! E Ti Lucas e o rapazito não tinham fugido do cemitério. (...) E o ceguinho, impávido e sereno, se agachou e com a mão direita fez no chão uma cruz, e então a Terra se sossegou repousada. (...) aquele estranho barulho era a Terra a ruminar depois de ter engolido as quatro sementes (CARDOSO, 2001, p, 61-2).

A constatação do fim da vida no plano terrestre leva a sociedade a prepara-se para transportar o sujeito ao mundo dos ancestrais. Razão pela qual as cerimônias funerárias são importantíssimas. De acordo com Leite na obra *A questão ancestral*: África negra, não existe qualquer abertura para um individuo que não recebeu os preceitos necessários ocupar seu lugar no mundo dos ancestrais, logo na ausência de um funeral compatível com o sujeito, este ficará vagando e cobrando de seus entes queridos de diversas formas esse ritual para que possa repousar. Na segunda parte de *Mãe, materno mar,* o narrador nos conta a seguinte história:

> Se falava mesmo de um esqueleto que vinha todas as noites a Aldeia Formosa, passeava, ih?!, de cigarro na boca!, mam'é!, olhos dele luminosos pareciam eram as brasas incandescentes, quando andava fazia um estranho barulho, um robor construído em ferro-velho, se falava que esse esqueleto não era então de um morto desaparecido em as traiçoeiras águas?, que, por isso, não tinha tido o funeral que ele agora vinha de reclamar, mam'etu éééé! As almas do outro mundo saindo dos seus esconsos lugares! (CARDOSO, 2001, p.146-7).

O trecho acima nos remete a explicação fornecida por Leite acerca daqueles defuntos que não receberam o devido funeral. Com uma linguagem cômica, Cardoso expõe em sua obra uma experiência que denota a falta de cumprimento das regras básicas para garantir o descanso daquele que saiu do espaço dos vivos.

A dimensão externa da construção da personagem

As personagens do romance vivem uma experiência intrínseca em relação ao enredo. Não existe enredo sem personagem e à medida que ela adentra o espaço literário identifica-se a vida que vive, assim, como os problemas "em que se enreda, na linha do seu destino – traçada conforme certa duração temporal, referida a determinadas condições de ambiente". (CÂNDIDO & OUTROS, 1976, p. 53) A trama, o conjunto dos incidentes constitui a ação de uma obra de ficção que só existe por meio das intrigas desenvolvidas pelas personagens:

> O enredo existe através das personagens; as personagens vivem no enredo. Enredo e personagem exprimem ligados, os intuitos do romance, a visão da vida que decorre dele, os significados e valores que o animam. (CÂNDIDO & OUTROS, 1976, p. 54)

A intriga só se desenvolve com a participação da personagem, um ser fictício capaz de existir, um ser de papel que vive, paradoxalmente, uma verdade existencial: "Podemos dizer, portanto, que o romance se baseia, antes de qualquer coisa, num certo tipo de relação entre o ser vivo e o ser fictício, manifestada através da personagem, que é a concretização deste". (CÂNDIDO & OUTROS, 1976, p. 55)

A construção romanesca deixa transparecer as semelhanças e as diferenças entre os seres vivos e os entes de ficção. As relações entre os seres, coisas ou ideias que têm em si elementos ligados ao mundo real são fundamentais para criar o ambiente, a plasticidade oriunda das diferenças e afinidades necessárias à sustentação do sentimento de verdade, a verossimilhança.

Investigar as características existenciais constitutiva da personagem significa ler nela o modo mais empírico possível, já que os elementos que a compõe, decorrem da verossimilhança com uma realidade circundante. A construção da personagem encontra respaldo no plano real. Metaforicamente, o autor utiliza os aspectos externos na composição física da figuração, no entanto, há uma descontinuidade referente à sua composição interna. Essa questão diz respeito à impossibilidade de apreender o interior, ou seja, a subjetividade:

> A primeira ideia que nos vem, quando refletimos sobre isso, é a de que tal fato ocorre porque não somos capazes de *abranger* a personalidade do outro com a mesma unidade com que somos capazes de *abranger* a sua configuração externa. E concluímos, talvez, que esta diferença é devida a uma diferença de natureza dos próprios objetos da nossa percepção. (CÂNDIDO & OUTROS, 1976, p. 56, grifo dos autores)

Depreender a configuração externa do corpo não significa capturar a essência interna com a mesma facilidade, pois os objetos observados são distintos. A imprecisão do invisível, daquilo não apreendido no interior do corpo, torna-se mais complexo à medida que essa leitura é feita acerca de "fragmentos de ser que nos são dados por uma conversa, um ato, uma sequencia de atos, uma afirmação, uma informação. Cada um desses fragmentos, mesmo considerado um todo, uma unidade total, não é uno, nem continuo". (CÂNDIDO & OUTROS, 1976, p. 56)

Bibliografia:

ALTUNA, PE. Raul Ruiz de Asúa. *Cultura tradicional bantu*. Portugal: Paulinas, 2014.

BOSI, Alfredo. *A dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CÂNDIDO, Antonio, ROSENFELD, Anatol, PRADO, Décio de Almeida & GOMES, Paulo Emilio Salles. *A personagem de ficção*. 5. Ed. São Paulo: Perspectiva, 1976.

CARDOSO, Boaventura. *Mãe, materno mar*. Luanda: Chá de Caxinde, 2001.

COUTO, Mia. *Terra Sonâmbula*. Rio de Janeiro: Record/Altaya, 1993.

_____. *A varanda de frangipani*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CHIZIANE, Paulina & MARTINS, Mariana. *Ngoma Yethu*: o curandeiro e o novo testamento. 2 Ed. Maputo: Matiko, 2015.

EVARISTO, Conceição. *Ponciá vicêncio*. Belo horizonte: Mazza Edições, 2003.

GALLAND, Antoine (org.). *As mil e uma noites*. São Paulo: Ediouro, 1997.

LEITE, Fábio Rubens da Rocha. *A questão ancestral*: África negra. São Paulo: Palas Athena: Casa das Áfricas, 2008.

OLIVEIRA, Jurema. "As marcas da ancestralidade na escrita de autores contemporâneos". In: https://www.revistas.ufg.br/sig/article/view/29780 Visitado em 2018.

O poder tradicional na administração da justiça na *Ombala* no sul de Angola

Daniel Navalha
Universidade Mandume Ya Ndemufayo, Angola

Introdução

Ao longo do período pré-colonial, após o fim da fase migratória do povo Bantu à região actual da África Austral, cerca de 12 tribos estavam fixadas em Angola, povoando-a do norte ao sul e do leste ao Atlântico. Cada tribo possuía o seu Reino, com território e fronteiras bem delimitados, entre outros territórios africanos.

Os reinos tinham poderes político-administrativos globais, representados pelo elenco executivo, com tarefas bem delineadas e fundamentadas em competências distintas estruturadas e organizadas hierarquicamente, subsistência que se pretende demonstrar nas figuras de algumas Ombalas da província da Huila e Namibe.

Os moldes de ocupação efectiva colonial, dos territórios que hoje constituem a Angola independente, produziram consequências nefastas para os reinos pré-coloniais, de entre elas: demográficas, económicas, políticas, sociais, culturais destruindo sensibilidades da parte do património da identidade costumeira e não só.

As perspectivas que se abriram no período pós-colonial com a consolidação da nova ordem constitucional apontam para um crescente reconhecimento da autoridade tradicional como fonte de criação de direito, no quadro de um sistema pluralista de fontes e níveis de construção jurídica.[1]

Todavia, a questão de fundo que se coloca é da concretização desse reconhecimento, em termos de aproximação efectiva entre o bloco normativo estadual e as soluções que o quotidiano do julgado tradicional consolidou, de modo expressivamente elevado, com destaque para litígios sobre relações familiares e herança, gestão de terras, responsabilidade delitual e criminal assim como sobre feitiçaria.

Cabe, em face disso, visionar o problema da relação entre o consuetudinário, qual património cultural tradicional, e o direito posto, nos casos concretos da resolução de questões controvertidas, sobretudo quando as soluções de critérios de decisão consolidadas naquele âmbito se revelem claramente contrárias (*contra legem*) ou distanciados dos prescritos neste.

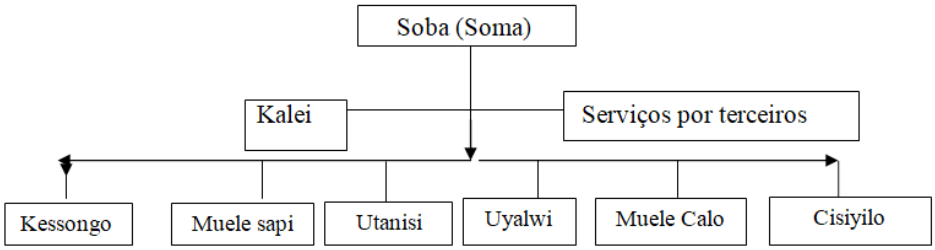
No presente ensaio, a equipa de pesquisa e análise do Direito costumeiro da FDUMN guiou-se por inquéritos e entrevistas às autoridades Tradicionais na VI Região Académica, que integra as províncias da Huíla e do Namibe, para obter informações sobre a hierarquia tradicional, quer da fase pré-colonial quer do período actual ou pós-colonial, sobre as

1. Cfr. Constituição da República de Angola, artigos 7º, 223º; Carlos Feijó, A coexistência normativa entre o Estado e as autoridades tradicionais na ordem jurídica angolana, Coimbra, 2012.

influências recebidas da administração colonial, assim como sobre procedimentos usados na resolução de questões jurídicas nas Ombalas.

I - Estrutura administrativa da Ombala de Njirahulo, município de Kaluquembe – Tribo-Umbundo

Fig. 1.



CATEGORIA / FUNÇÃO

1 - Soba (Soma) / Autoridade Suprema

2 - Kalei / Auxiliar e substituto do Soba

3 - Kesongo / Ministro da Defesa

4 - Muele Sapi / Ministro Territorial (Administração, Protocolo e Relações Externas)

5 - Utanisi / Ministro de Justiça na função governativa e Juiz na Função Jurídica

6 - Uyalwi / Escrivão

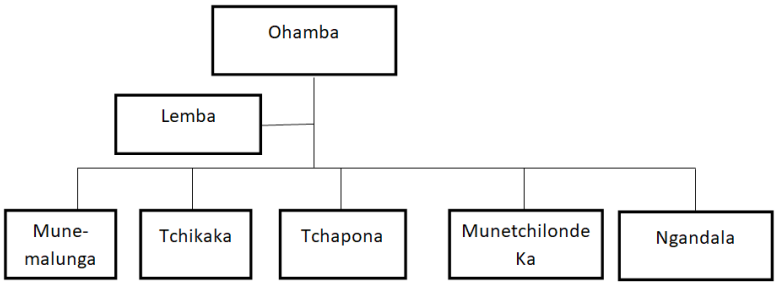
7 - Muele Calo (Tchalo) / Responsável da Cadeira do Soba (soma) (Segurança)

8 - Cisiyilo (Tchisiyilo) / Responsável pela Higiene do Soba (soma) e Ombala na actualidade (o Soba não cospe no chão)

9 - Todos os membros distintamente hierárquicos, na função jurídica do tribunal da Ombala são designados Júris de Justiça divididos em advogados de defesa e Ministério Público. Esta questão é abrangente a todas estruturas administrativas e judiciais das Ombalas em estudo.

II - Estrutura administrativa da Ombala de Lupolo, comuna da Huíla, município do Lubango. Tribo Nyaneka

Fig. 2.



CATEGORIA / FUNÇÕES

1 - Ohamba / Autoridade Suprema

2 - Lemba / Auxiliar e substituto do Ohamba em caso de ausência ou impedimentos físicos (responsável da realização do Ondjelua, cuja função é abençoar todo o processo económico do território e do próprio reino, a cerimónia (Ondjelua) é oficiada por Lemba, apoiado por Tchapona;

3 - Mune-malenga / Função de Ministro da Defesa;

4 - Tchikaka / Responsável dos produtos para refeições do Soba com reverência no rito de Ondjelua (aspectos logísticos);

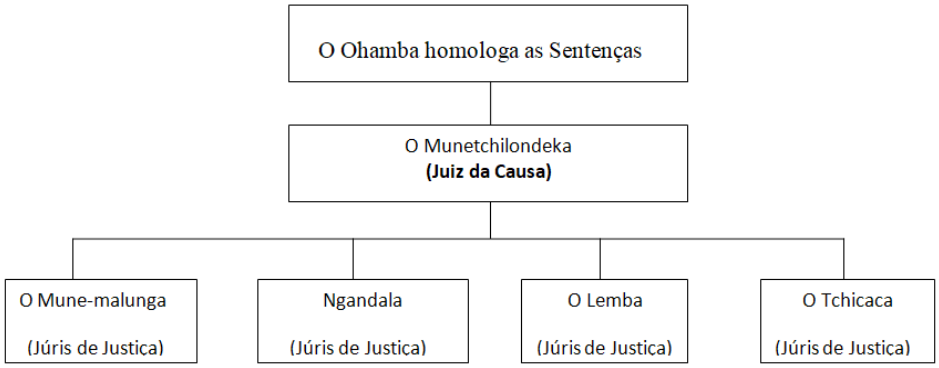
5 - Tchapona / Ajuda o Lemba a ungir (okulembula) o próprio Lemba e o seu Elenco (rito de unção às visitas no Clã), figura feminina, virgem ou pura, compara-se com a Vestal, sacerdotisa na antiguidade romana. Ela também tinha de ser virgem.[2]

6 - Munetchilondeka, Munenpandela;em Nhaneka e Humbi respectivamente / Juiz do tribunal na função jurídica

7 - Ngandala / Fiel do Património, gestor de instrumentos espirituais e religiosos da Ombala, entre outros, também demonstradores das estações climáticas especialmente: Estiagens, Cacimbo abaixo de 0º, entre outros poderes tradicionais altamente respeitados em termos de segurança e situação ambiental do território (As suas actas graduadoras são mágicas, a cargo de especialistas de leitores mágicos da Embala (Líderes da área religiosa))

Estrutura do Tribunal Tradicional da Ombala do Lupolo, Tribo Nyaneka

Fig. 3.



Nota: Os restantes membros que integram o elenco administrativo têm a função de Júris de Justiça, exercendo o Munetchilondeca, o cargo de Juiz.

Fundamentação da sistematização lógico-funcional do tribunal, como exemplar de outros tribunais tradicionais, até à actualidade.

O Ohamba não está presente na sessão jurídica que se realiza no Tribunal. Este não participa nas sessões. No entanto, intervém na homologação da sentença ditada atribuída como se tratasse de um juiz presidente de segunda instância.

2. Segundo o Ancião Adelino, ex seminarista. Encontro de pesquisa, 29-06-2018 na Comuna da Huíla.

Como o poder tradicional administra a justiça, localmente, junto das populações?

Existem dois tipos de tribunais: O Tribunal Tradicional Costumeiro e o Tribunal Tradicional Especial.

Como é constituído o Tribunal Tradicional (Costumeiro)?

Tribunal Tradicional (Costumeiro)[3] é constituído por seis membros:

1 - Ohamba – o rei figura soberana, aqui é o Juiz Presidente que homologa as sentenças.

2 - Munetchilondeca – aquele que preside à sessão judicial.

3 - Lemba,

4 - Munemalenga,

5 - Tchicaca

6 - Ngandala, estes com função de Júris[4]. (juízes conselheiros)

Este Tribunal do Direito Costumeiro surge como sendo um tribunal de jurisdição comum onde são apreciados casos de adultério, roubos, litígios de terras e outros conflitos intra-familiares.

Existe, também, um outro, o Tribunal Tradicional Especial onde são resolvidas questões ligadas à superstição ou feitiçaria. Os *Magistrados* deste tribunal são denominados por Leitores de Actas Mágicas, ou seja, numa primeira fase são tidos como investigadores criminais de práticas de feitiçaria.

Da mesma forma são orientados pelo Munetchilondeca ou Munempandela (o Juiz da causa do Tribunal da Embala) que, aqui, participa apenas como observador. A aplicação da sentença é determinada sob a orientação do juiz, homologada pelo Juiz supremo o Ohamba.

Como se processa a investigação judicial, como recolha de material incriminatório para o Tribunal Tradicional Especial?

1 - Os adivinhos (adivinhadores) realizam a sua investigação através de carnes (vísceras) de animais mortos (sacrificados) pelos próprios[5]. Exemplo: (análises clínicas ou autópsias).

2 - Cada Adivinho ou leitor tem a sua forma de pesquisar. No entanto, os resultados acabam sempre iguais para se determinar a sentença. Em caso de dúvida realiza-se nova investigação, utilizando outros leitores até se apurar a verdade na questão litigiosa.

A resolução de questões de âmbito ambiental ou outras calamidades naturais, a sua importância, é referenciada pela interpretação de dados meteorológicos (chuva, seca, etc.) e de casos de guerra, que são fornecidos pelos Leitores. Por isso, no passado, existiram Leitores que funcionavam junto do Ohamba e que, segundo informação recolhida, esse exercício era realizado por um adivinho (leitor de actas mágicas) da "Ombala".[6]

3. O local onde se realiza a sessão judicial é denominado por Otchitetela M´pela, em língua Nyaneca

4. Estes quatro membros são designados como sendo júris de justiça.

5. Na sua maioria os animais a utilizar são: o cabrito, a galinha, não estando definido se macho ou fêmea ou até de ambos os casos.

6. Nome como é designado o reino em língua Nyaneca.

Tramitação do processo: da propositura da acção à decisão

- Quando e quem reúne o tribunal;
- Os procedimentos;
- A decisão.

Após a recepção da queixa cabe ao Munetchilondeca, na qualidade de juiz, designar a data e convocar para a audiência onde participam os membros anteriormente descritos. Isto apenas para casos gerais.

O Munetchilondeca em datas definidas, previamente, preside a uma reunião do Tribunal (Geral ou Especial consoante o caso a tratar). As datas são indicadas para determinados dias da semana (terça-feira ou quarta- feira).

Para a reunião do Tribunal Tradicional Especial processa-se de um modo específico o que quer dizer que passa por uma convocatória dos adivinhos dessa região que serão orientados pelo Munetchilondeca para procederem ao processo investigativo ou de adivinhação (feitiços e/ou superstições).

As sentenças são aplicadas de uma forma pública pelo próprio tribunal cabendo ao Munetchilondeca apoiado pelo Tchapona (Responsável da Informação) a sua divulgação[7], e ditam, quando forem condenatórias, a entrega aos lesados de gado, por via de regra, bovino. Após a decisão segue-se, porém, uma audição às partes no sentido de se obter um acordo sobre a justeza da deliberação. Aqui, o aspecto totémico influencia no processo, aplicando-se provérbios, como exemplo: "Se o teu filho incendiar a residência com todos os haveres, tu na qualidade de Pai atira-o nas chamas".

As relações totémicas equivalem à consanguinidade quer matrilinear quer patrilinear, influenciando por isso na absolvição dos prevaricadores ou atenuação das decisões tomadas. Esta é tarefa de Júris que fazem o rasteio totémico para se determinar a graduação da referida relação; sem olhar para a tribo, pois o totem torna-se anterior em relação a tribo.

Exemplificando:

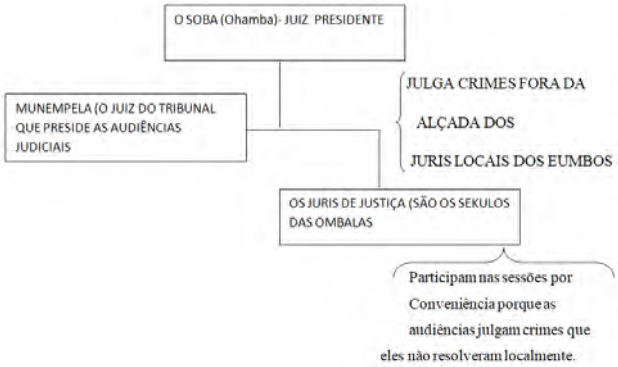
1. O totem Mukuanangandu materno não se vinga do crime praticado pelo arguido do mesmo totem na linhagem paterna, pois são primos directos. Assim o totem joga o papel de atenuante ou causa de exculpação de elevado peso nas decisões dos julgados tradicionais.

2. No período pré-colonial, nos outros tribunais, a culpa provada através de leituras mágicas do feiticeiro causador da morte doutrem era punida com a morte do autor colocado debaixo de uma pedra igual ao seu peso ou menos, atada estreita ao seu corpo e arremessado vivo à lagoa dos feiticeiros.

III - Estrutura da Ombala de Kuroca, município do Tômbua Tribo Himba dominantemente da região do Iona

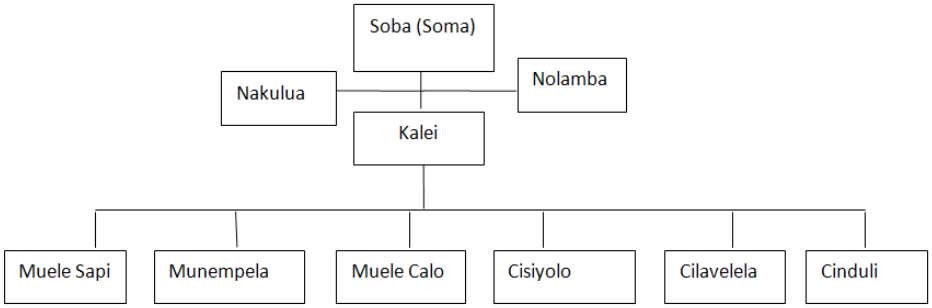
7. As penas aplicadas determinam indemnizações por danos quer patrimoniais quer morais.

Fig. 4.



IV - Estrutura administrativa da Ombala de Unyoñi-Comuna da Negola município de Kalukembe - Huíla

Fig. 5.



O elenco actual da Ombala
CATEGORIA / FUNÇÃO

1 - Soba / Autoridade Suprema
2 - Kalei / Auxiliar e substituto do Soba
3 - Muelesapi / Ministro Territorial (Administração Protocolo e Relações Externas)
4 - Muenempela / Ministro da Justiça na função governativa e Juiz na Função Jurídica
5 - Muenecalo / Responsável pela cadeira do Soba (Segurança)
6 - Cisiyilo (Tchisiyilo) / Responsável pela higiene do Soba
7 - Cilavelela (Tchilavelel) / Sentinela da Ombala
8 - Cinduli (Tchinduli) / Fiscal – Chefe do Controlo; é este que toma conta dos crânios dos Sobas. (Akokoto)

Nesta Ombala, é representado o género com funções honrosas.

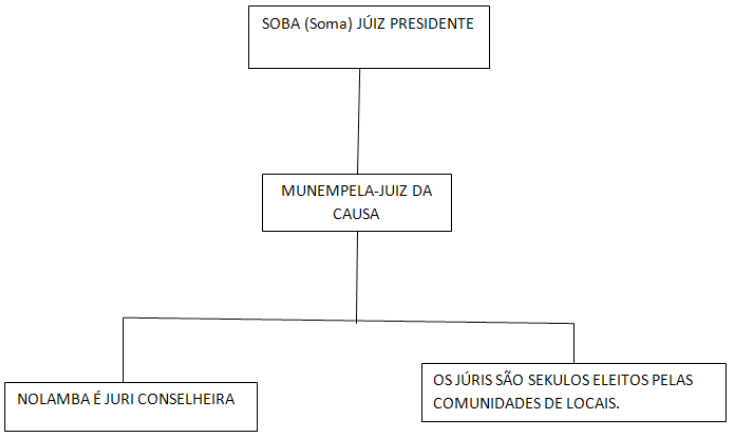
9 - Nolamba - 2ª esposa do soba, - com funções de conselheira do tribunal e do próprio Soba.

10 - Nakulua - 3ª esposa com funções religiosas e do segredo espiritual da Ombala e do Soba. É ela quem sabe onde está o soba, caso seja procurado. Ela não sai de casa.

É ainda membro responsável pela chuva, controlando o movimento da pluviosidade da chuva. É a ministra de informação entre outras coisas, relacionadas com o interior e segurança da Ombala.

V - Estrutura do tribunal da Ombala de Unyoñi-Comuna da N'gola município de Kalukembe

Fig.6.



1 - Soba (Soma) _____ Juiz Presidente
2 - Munempela _____ Juiz da Causa
3 - Nolamba _____ Juíza Conselheira do Tribunal é a (2ª Esposa do Soba. Chamam de secção feminina, em representação do género)
4 - Séculos _____ Júris de Justiça

Nota: Em termos toponímicos (linguísticos) as designações das categorias dos titulares das Ombalas obedecem as línguas étnicas.
Exemplo: Juiz - Umbundo - Utanisi;
Nhaneca - Munetchilondeca;
Nkumbi - Munempandela;
Himba (sob grupo herero) - Munempela.

Comparativamente, referindo-nos sobre as estruturas funcionais das Ombalas, do período pré-colonial e pós-colonial, (na actualidade) existem cargos executivos ou honoríficos com certas tarefas que conhecem aproximações com funções consagradas na ordem constitucional vigente, tais como defesa do território, organização económico-tributária, entre outros.

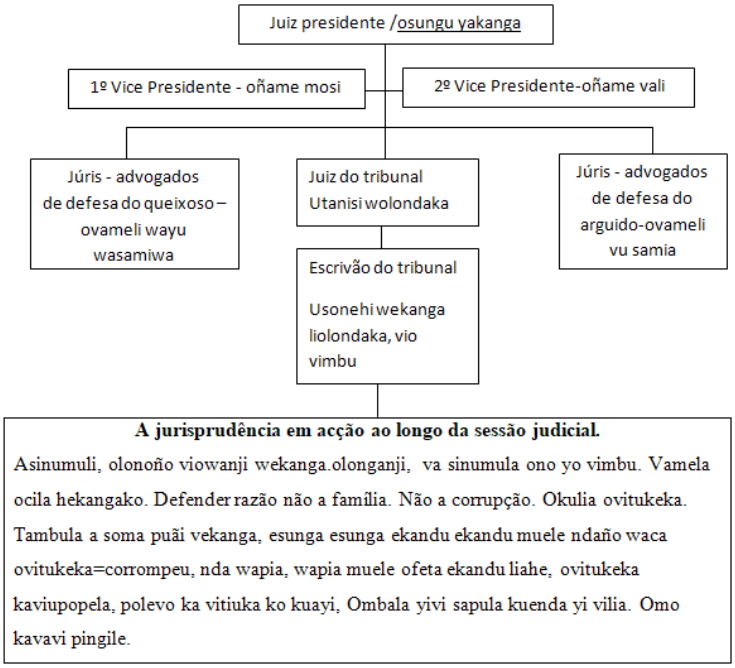
Deste modo se exige um trabalho de profunda investigação, cujos materiais orientarão os estudos do futuro funcionamento do poder tradicional em Angola, senão mesmo em África, no quadro do que já tornado projecto cultural: *Às nossas tradições havemos de voltar:* Dr. António Agostinho Neto.

VI - Projecto de tribunal consuetudinário

O presente contributo preconiza a constituição de um julgado tradicional no quadro da ordem jurídica plural angolana.

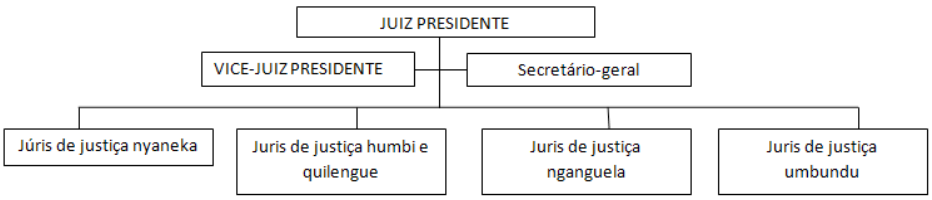
Estrutura judicial experimental do Tribunal Consuetudinário Regional de kalukembe, que funcionou desde Outubro de 1975/ 12 de fevereiro 1976, que neste projecto se propõe como Tribunal de 1ª Instancia, conforme figura 7.1 da proposta.

Fig.7.1. Primeira pesquisa do estudo sistémico com adaptação aos dias de hoje



Proposta a institucionalização do tribunal de 2ª instância

Fig.2 - Estrutura do Tribunal Costumeiro Provincial Representativo de 2ª Instância com secções étnicas



Obs. Os tribunais de 1ª instância, funcionarão nos Municípios, a exemplo do tribunal (referência vide figura 7.1 da pag.12).

Este Tribunal da segunda instância propõe haver na estrutura funcional secções étnicas porque irá trabalhar em assuntos jurídicos provenientes de todos os Tribunais Costumeiros de primeira Instancia implantados em todos Municípios provinciais.

Conclusão

I Reflexão

O presente trabalho constitui a divulgação científica das estruturas do poder tradicional nalgumas Ombalas das Provinciais da Huíla e Namibe.

A sua divulgação é fruto das visitas feitas pelos quadros investigadores da Faculdade de Direito da Universidade Mandume Ya Ndemufayo.

Ela, encerra 6 (seis) figuras institucionais do referido poder (Direito Costumeiro) e contém as estruturas da situação do poder tradicional, nos períodos pré e pós-colonial.

Afirmamos dentro do nosso trabalho, que dentre funções descritas nas estruturas tradicionais supra-citadas na actualidade não funcionam porque podem estar descritas na lei constitucional da Angola independente.

II Reflexão

Na pag. 12, fez-se a apresentação do estudo, pesquisa e investigação científica na área de direito costumeiro do anteprojecto do Tribunal Consuetudinário.

Na figura 7.1, apresenta a estrutura Judicial do Tribunal Consuetudinário Regional de Caluquembe, como Tribunal de primeira Instância no período de Outubro de 1975 à Fevereiro de 1976.

Igualmente nesta senda do Tribunal Consuetudinário Regional, apresenta-se a proposta da institucionalização do Tribunal da segunda instância cuja estrutura da primeira e segunda instância estão ali descritas. Vide fig. 1 e 2 pag. 12 e 13.

O objecto de estudo teve que ver por um lado com o funcionamento desse poder tradicional nas Ombalas ali citadas e por outro lado propor uma reflexão sobre de um julgado Tribunal Consuetudinário nesta região sul de acordo com a identificação etnolinguística destas áreas territoriais.

III Reflexão

Poderá também, questionar-se, como está constituído e estruturado o costume tradicional nos bairros das cidades supracitadas, pois existem figuras chamadas autoridades tradicionais título igual a do meio rural, Olosoma Vio Lombala (Sobas de Ombalas) ainda existentes do período pré e pós-colonial até a actualidade.

Ainda se acresce o título de Osoma Yinene (Soba Grande) de âmbito Provincial. Onde está localizado, como está estruturado o seu funcionamento, que relações activas existem com as Ombalas locais nos Municípios? Nos bairros urbanos?

Tem estruturas físicas como referência onde recebe e resolve assuntos da sua alçada? Os Tribunais Costumeiros prestam contas em relatórios para conhecimento e gestão dos assuntos por parte do Tribunal positivo já que, são casos sociais de um povo, de um país com um governo soberano?

O entendimento da equipa de reflexão é que se torna pertinente pesquisar-se nestas áreas urbanas, se é na verdade direito costumeiro ou organizações costumeiras como apoio ao funcionamento no sentido de preencherem um vazio de funcionamento administrativo pré-urbano ou urbano, nas questões das vivencia das populações vindas de forma migratória ou não das áreas rurais.

Esta presença tradicional, não igual (a do período colonial), de acordo com a origem etnolinguística das populações que habitam nas zonas urbanas, tem como finalidade estratégica apoiar os administradores dos bairros e povoações a colmatar e apoiar a solução de várias questões político-administrativas de índole comunitário.

Para isso, a solução, pensamos nós, é de continuar a pesquisar os fenómenos socioculturais e de relação do poder tradicional e poder administrativo estatal nos bairros das cidades capitais, igualmente nas Ombalas acima citadas, para que se possa avaliar e equacionar as relações de poder tradicional (estruturas funcionamento sistémico) nos bairros das cidades em relação aos do meio rural (Ombalas Tradicionais).

É das cidades onde sai mais mortes de doenças causadas culturalmente, exemplo das perigosas "TALAS" e outras chamadas de mal olhado.

IV Reflexão

O conceito de Soba grande (osoma inene)

Este conceito não é tradicional, isto é não se enquadra na figura da hierarquia tradicional das nossas Ombalas, porquanto; o Ohamba, que a administração colonial apelidou de Soba aquando da consolidação da ocupação efectiva de Angola é uma entidade enquadrada na Chefia dos grupos de povoações, isto é a administração colonial a critério a favor da sua política de colonização de povoações em outros casos; para melhor atingir todos os sectores de exploração, quer por impostos e quer no controlo de jovens robustos fisicamente para contratados e não só.

São estes últimos que ele designava como o Soba grande.

Neste contexto, podemos dizer que a figura do Soba grande é hoje o "Chefe do grupo de povoações" como um agente administrativo, que coopera com a administração estatal quer a nível de província como a nível de Município.

No nosso entender a questão pode-se colocar na figura dos dirigentes costumeiros quer aqueles que são de linhagem e os que não são eleitos no contexto das linhagens. De modos que na eleição de um Ohamba (Soba) o processo eleitoral decorre de uma Assembleia de anciãos, pertencentes a hierarquia tradicional; que elegem o candidato proposto pela linhagem preponderante que em certos casos, por conveniência politica não acontecia na administração colonial caso de Regedores de povoações (...).

E aqui podemos observar hoje Ombalas que são dirigidas por autoridade vinda da linhagem como autoridades tradicionais apenas pertecentes a hierarquia tradicional. Portanto estes últimos pertecem sim às famílias tradicionais no contexto da hierarquia mas não passaram pelo processo assembleário eleitoral do Conselho de anciãos isto é, de linhagem hierárquica tradicional, o que aconteceu com as autoridades tradicionais de bairros urbanos e outra com a figura de Soba grande provincial. Por isso, impõem-se um processo de legitimação estruturado funcionalmente já que os bairros urbanos e suburbanos e periurbanos foram e serão obviamente constituídos por grupos heterogéneos, etnicolinguisticos que este contexto não nega autoridade tradicional de linhagem, como também o mesmo não obriga o processo assembleário de anciãos de linhagem, por enquanto, fruto do processo de assentamento migratório, compulsivo, motivado pelos 26 anos do conflito armado interno.

Apenas, as administrações urbanas devem ser metódicas para legitimação das qualidades que os levaram a ser representantes do poder tradicional e estatal.

Referências bibliográficas

Constituição da República de Angola, artigos 7º, 223º;

Carlos Feijó, A coexistência normativa entre o Estado e as autoridades tradicionais na ordem jurídica angolana, Coimbra, 2012.

Redinha, José (do Inst. De Inv. Cient. De Angola) distribuição étnica de Angola (CITA) 7ª edição 1971. Pags. 7, 8, 9…

Fontes Orais

Segundo o Ancião Adelino, ex seminarista. Encontro de pesquisa, 29-06-2018 na Comuna da Huila.

Os Osoma e Anciãos das 6 (seis) Ombalas de Lupolo, Tribo Nhaneca ,- Comuna da Huila, Njhirahulo e Unyñi, Tribo Umbundo-Kalukembe, Ombala de Kuroca, Tribo Muhimba e Virei Tribo Herero (Mucubal), Municipios Virei, Tômbua e Bibala.

Ficha técnica

Coordenador do centro: Prof. Doutor Severino Calongalonga - Docente

AUTOR: DANIEL NAVALHA - INVESTIGADOR - Formado em História 2009, ISCED-Huíla

ASSESSOR CIENTÍFICO: Dr. Melquiades Abel de Kerlan - Docente

ANÁLISE LINGUÍSTICA: Msc. Carlos de Sousa - Docente

COMPUTAÇÃO E EDIÇÃO: Lic. Alberto Fonseca - Funcionário da FDUMN

Factores relacionados com a gravidez entre adolescentes na província da Huíla

Gilberto Raimundo
Vice-Decano Para a Área Científica da FMUMN,
Formador de Formadores em Educação Sexual Abrangente (gilber2raimundo@gmail.com)

Alice Inocêncio
Chefe do DEI de Ciências da Educação do ISCED-Huíla.
Docente deste DEI de Ciências da Educação

Rosa de Lima
Isabel Catimba
Universidade Mandume Ya Ndemufayo

1. Introdução

A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2012) estimou em 2012 que cerca de 16 milhões de adolescentes dão a luz todos os anos no mundo e 3 milhões realizam abortos ilegais por ano. A maior incidência (95%) ocorre em países de baixa e média renda (Agência Brasil, 2012). Nesses países mais de 20 mil meninas com menos de 18 anos dão a luz todos os dias e 200 morrem em decorrência de complicações da gravidez ou parto. (UNFPA, 2013).

A África possui a taxa mais elevada do mundo de gravidez na adolescência (UNFPA, 2013). Níger lidera a lista com 51% de mulheres que tiveram filhos antes dos 18 anos.

O Governo de Angola reconhece que a gravidez na adolescência é um dos principais desafios a ser enfrentado, a começar pela obtenção de dados para dimensionar o problema e apoiar a tomada de decisões.

Desde 2013, o Ministério da Educação tem liderado, em Angola, o Compromisso Ministerial sobre Educação Sexual Abrangente da região da SADC, com o objectivo de melhorar os conhecimentos de adolescentes e jovens sobre a Saúde Sexual e Reprodutiva e prevenção das ITS e VIH/SIDA, por meio da inclusão destes temas nos currículos escolares, formação de professores e de educadores de pares.

Em 2015, o Ministério da Saúde elaborou e validou a Estratégia Nacional de Saúde Integral do Adolescente e Jovem, com a intenção de estabelecer as directrizes para a implantação dos Serviços de Saúde Amigos dos Adolescentes e Jovens, visando a redução da mortalidade materna, infantil e a promoção da saúde dos jovens.

De forma a melhorar o impacto dos programas dos adolescentes e jovens, melhorar a focalização da intervenção, à luz do Macroprojecto "Gravidez zero nas escolas", o Governo da Província da Huíla em parceria com a UNICEF e o UNFPA, solicitou o presente estudo que aborda diferentes aspectos da gravidez na adolescência, sobretudo a exploração de factores determinantes.

2. Objectivos

Objectivo geral

Descrever os factores relacionados com a gravidez entre os adolescentes nos municípios de Lubango, Matala e Quipungo.

Objectivos específicos

- Medir a magnitude da experiência sexual, bem como o nível de gravidezes entre os adolescentes.
- Avaliar a influência da vida familiar na sexualidade dos adolescentes.
- Descrever os factores psicossociais e caracteriza-los como preditores de vida sexual dos adolescentes.
- Explorar a influência da escola e dos amigos na vida sexual dos adolescentes.
- Delinear a influência da religião na sexualidade dos adolescentes.
- Identificar o nível de conhecimento e das práticas relacionadas com a protecção do VIH.

Material e Método

Tipo de estudo

O presente estudo empregou os métodos quantitativos e qualitativos de investigação científica. Foi um estudo analítico-descritivo transversal.

Método qualitativo

Este método utilizou as técnicas de entrevistas em profundidades e de grupos focais para aprofundar o entendimento sobre a problemática da gravidez na adolescência, sobretudo nos diferentes factores que a determinam. Foram realizadas entrevistas a quatro (4) grupos focais e dezoito (18) em profundidade.

Os participantes das entrevistas foram convidados de diferentes localidades dos municípios do Lubango e Matala, com os critérios de inclusão do estudo.

A colheita de dados foi realizada por uma equipa de entrevistadores. Esta equipa mereceu um refrescamento sobre os métodos e objectivos do estudo, bem como conceitos relacionados com a gravidez na adolescência.

A colheita de dados foi realizada com recurso a um guião de tópicos previamente desenhado.

Após o esclarecimento, os participantes (e tutores para os casos de menor idade) tiveram de fornecer o seu consentimento informado.

Método quantitativo

O método quantitativo foi utilizado para medir os diferentes aspectos sobre a gravidez na adolescência, produzir comparações e fornecer conclusões estatísticas.

Tamanho e selecção da amostra.

A amostra foi de 1140 indivíduos seleccionados por múltiplas etapas.

O cálculo da amostra foi mediante a fórmula:

$$N = deff \frac{z^2 p(100-p)}{e^2} 100/(100-10)$$

onde:

N – tamanho da amostra
Z – desvio padrão normal ($Z_{1-a/2}$ de 2,315, para a5% de significância)
p – estimativa de adolescentes = 50%
e – precisão desejada = 5%

Desta amostra foi possível apurar para análise 1035 indivíduos, tal como apresentado na tabela 1.

Tabela 1: Estado das entrevistas

Estado das entrevistas	n	Cobertura
Realizadas	1035	91%
Recusadas	29	3%
Canceladas	57	5%
Anuladas	19	2%
Geral	1140	100,0%

Fonte: Base de dados

Primeiro, foram seleccionadas três regiões de estudo por conveniência, nomeadamente os municípios de Lubango, Matala e Quipungo na Província da Huíla.

Das regiões de estudo, foram seleccionados aleatoriamente os conglomerados classificados em zonas urbanas, periurbanas e rurais.

Definiu-se por conglomerado cada bairro destas regiões de estudo de acordo com a cartografia actual da Província da Huíla fornecida pelo Instituto Nacional de Estatística. Em cada conglomerado seleccionado, foram entrevistados adolescentes de 19 agregados familiares.

Os participantes do estudo foram os adolescentes que correspondessem ao critério de inclusão do estudo, encontrados em seus agregados familiares e a participação foi autorizada pelos encarregados de educação dos adolescentes através de um consentimento informado previamente esclarecido pelos entrevistadores.

Os agregados foram seleccionados por método *quasi* probabilístico com intervalos de quatro casas entre eles.

Critério de inclusão dos participantes

Foram participantes do estudo as pessoas que possuíssem as seguintes características:

- Adolescente, que tenha idade entre 10 a 19 anos.
- Residentes nos municípios de Lubango, Matala ou Quipungo a mais de 9 meses.
- Que aceite voluntariamente participar do estudo.

- Cujo encarregado de educação tenha assinado o consentimento informado

Critério de exclusão dos indivíduos da amostra

- Negação de participação por parte do adolescente seleccionado, independentemente do consentimento do encarregado.
- Estado físico e/ou mental do adolescente seleccionado que não lhe permita apresentar declarações fidedignas.

Análise de dados

As entrevistas qualitativas foram todas transcritas e sintetizadas pela técnica de Papiro. Todos os entrevistadores foram incluídos na sessão da interpretação dos dados.

Os dados quantitativos foram descarregados do software ODK Collect (v1.6.1) para o *software* SPSS com recurso ao sistema ONA. Foram realizadas análises descritivas e inferenciais. Foram produzidas análises bivariadas para detectar associações ou correlações. As variáveis categóricas foram comparadas, usando o teste de qui-quadrado ou de Fisher. A significância estatística foi considerada sempre que o *p-value* fosse inferior a 5% ($p=<0.05$). Foram produzidas análises multivariadas com recurso às estruturas factoriais e os resultados foram extraídos com funções UNIANOVA. Sempre que fosse possível, outras estatísticas foram produzidas para descrever melhor o fenómeno da gravidez na adolescência.

Questões éticas

A participação voluntária e anónima neste estudo mediante consentimento informado não acarretou mais que em mínimo risco para o sujeito. Nenhuma amostra biológica foi tomada e o estudo não envolveu qualquer procedimento que resultasse potencialmente em dano físico. Evitou-se qualquer possibilidade de coação dos adolescentes em participar do estudo.

Definições Operacionais

- Adolescente: indivíduo que idade igual ou superior à 10 anos desde que ainda não tenha completado os 20 anos.
- Experiência sexual: a ocorrência de alguma relação sexual.
- Relação sexual: o acto de alguma penetração vaginal ou anal, ou ainda, oral com algum parceiro.

Resultados

A média de idade dos participantes do estudo foi de 15,07 anos mesmo quando comparados os por sexo, isto é, a idade não mostrou comportamento específico associado ao sexo no entanto foi mais baixa nas zonas rurais (ver tabela 2).

A média de escolaridade dos adolescentes foi a 7ª classe e os adolescentes do sexo feminino demonstraram uma tendência possuírem maior nível de escolaridade, sem significativa estatística, sendo que o maior nível médio foi encontrado nas zonas urbanas (9ª Classe) seguido das periurbanas (8ª Classe) e o mais baixo nas rurais (5ª Classe).

Tabela 2: Distribuição dos adolescentes entrevistados por média de idade e local de residência

CARACTERÍSTICAS DO ADOLESCENTES		Idade dos participantes do estudo		
		n	média	p-value
Sexo dos participantes	Feminino	528	15,02	0,456
	Masculino	507	15,13	
Nível de urbanização das residências dos participantes do estudo	Urbano	166	15,61	0,001
	Periurbano	434	15,18	
	Rural	435	14,77	
Município de residência dos participantes do estudo	Lubango	596	15,14	0,247
	Matala	262	15,13	
	Quipungo	177	14,79	
GERAL		1052	15,07	
	Intervalo de Conf.		(14,92 - 15,23)	

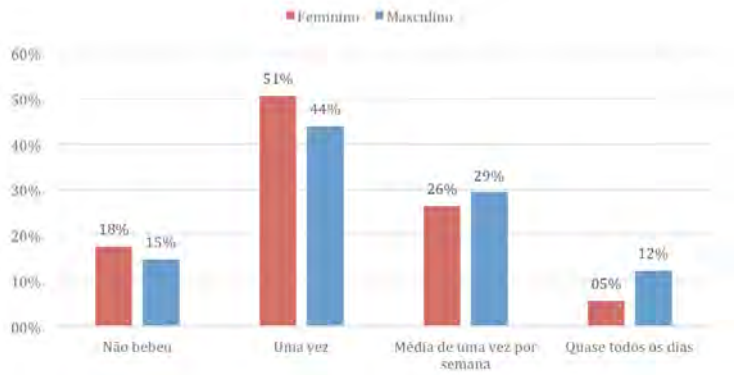
p-value => 0,050 significativo; p-value => 0,010 muito significativo; p-value => 0,001 altamente significativo

Quando analisada por município, a escolaridade média é maior no Lubango, seguido da Matala e finalmente o Quipungo equivalente a 8ª, 6ª e 5ª Classe, respectivamente.

Dos adolescentes entrevistados, 89,5% sabiam falar as suas línguas nacionais.

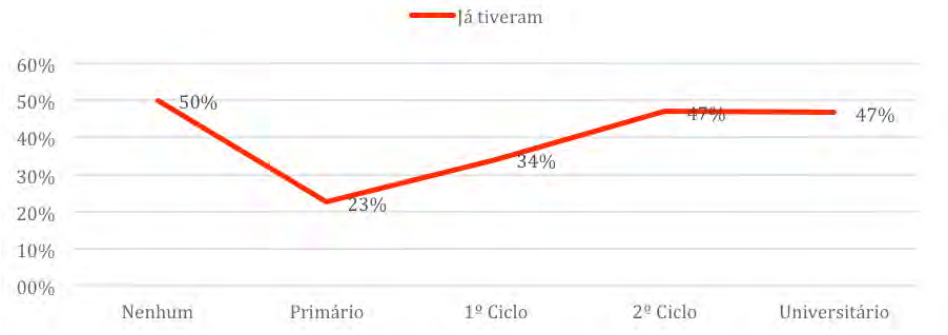
O consumo de álcool (ver gráfico 1) foi identificado em 20,7% dos adolescentes com predomínio nas regiões urbanas do município do Lubango e outras drogas foram identificadas em 1,1% do total da amostra com comportamento geográfico equivalente ao álcool.

Gráfico 1. Frequência de consumo de álcool entre os adolescentes entrevistados



Dos adolescentes que participaram do estudo, 32,5% já vivenciou uma experiência sexual, dos quais as maiores prevalências recaem para os que não frequentaram a escola e os que estavam no segundo ciclo e ensino universitário (ver gráfico 2).

Gráfico 2. Distribuição dos adolescentes sexualmente activos por nível de escolaridade



Não foram identificadas diferenças significativas relativas ao género no tocante a experiência sexual. Os adolescentes fora do sistema de ensino tiveram maior ocorrência de experiência sexual (43,3%). Os adolescentes que informaram que já alguma vez consumiram bebidas alcoólicas ou algum tipo de droga, foram os que mais informaram sobre terem já praticado alguma relação sexual. O estudo mostrou ainda que os adolescentes que apresentaram alguma proficiência em falar alguma língua nacional também possuíam maior tendência de vivenciar experiência sexual.

Tabela 3: Caracterização dos adolescentes sexualmente activos entrevistados

CARACTERÍSTICAS DO ADOLESCENTES		Adolescentes que já alguma vez teve uma relação sexual			Idade da primeira relação sexual	
		n	percent	*p-value*	média	*p-value*
Sexo dos adolescentes	Feminino	528	31,8%	0,350	13,29	0,379
	Masculino	507	33,1%		13,67	
Nivel de urbanização das residencias dos adolescentes	Urbano	166	31,3%	0,936	13,02	0,617
	Periurbano	434	32,5%		13,65	
	Rural	435	32,9%		13,48	
Municipio de residência dos adolescentes	Lubango	596	31,2%	0,600	13,40	0,788
	Matala	262	34,4%		13,44	
	Quipungo	177	33,9%		13,80	
Média de idade dos adolescentes	Entre os não	699	14,25	0,000	rô=0,491	0,000
	Entre os sim	336	16,80			
Frequência escolar no ano 2016	Não	180	43,3%	0,001	11,96	0,000
	Sim	855	30,2%		13,94	

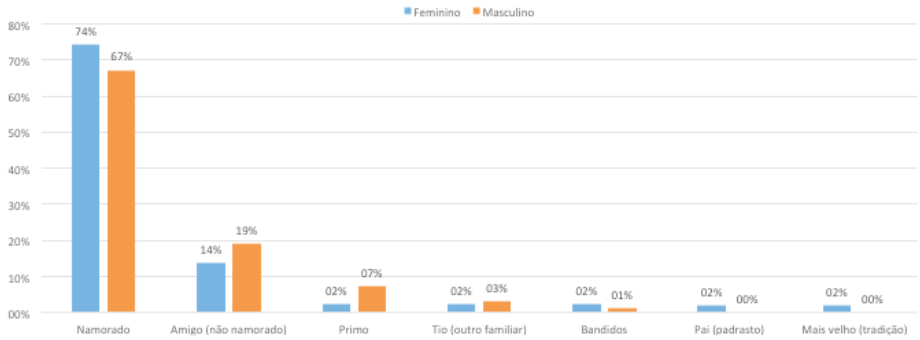
Média de escolaridade dos adolescentes	Entre os não	699	6,69	0,000	rô=0,269	0,000
	Entre os sim	336	7,82			
Adolescente que fala alguma língua nacional	Não	109	20,2%	0,002	14,18	0,393
	Sim	926	33,9%		13,43	
Adolescentes que já consumiram bebida alcóolica	Não	821	24,2%	0,000	12,96	0,003
	Sim	214	64,0%		14,24	
Adolescentes que já consumiram drogas ilícitas	Não	1014	31,7%	0,000	13,49	0,935
	Sim	21	71,4%		13,40	
GERAL		1035	32,5%		13,48	
	IC		(29,6% - 35,4%)		(13,06 - 13,91)	

p-value => 0,050 significativo; p-value => 0,010 muito significativo; p-value => 0,001 altamente significativo

rô: correlação não paramétrica Rô de Spearman. => 0,30 correlação moderada; => 0,50 correlação forte; => 0,70 correlação muito forte. Negativo, sinal de relação inversa

A idade média dos parceiros sexuais das meninas foi de 18,78 anos, significativamente superior que a média de idade das parceiras sexuais dos rapazes que foi 15,27 anos. A idade média da primeira relação sexual foi de 13,48 anos para uma mínima de 7 e uma máxima correspondente ao limite superior da idade (19 anos) e o primeiro parceiro sexual foi tendencialmente o namorado como se observa no gráfico abaixo (ver gráfico 3), contudo algumas relações incestuosas ou com base em rituais tradicionais foram relatadas.

Gráfico 3. Identificação do primeiro parceiro sexual dos adolescentes sexualmente activos



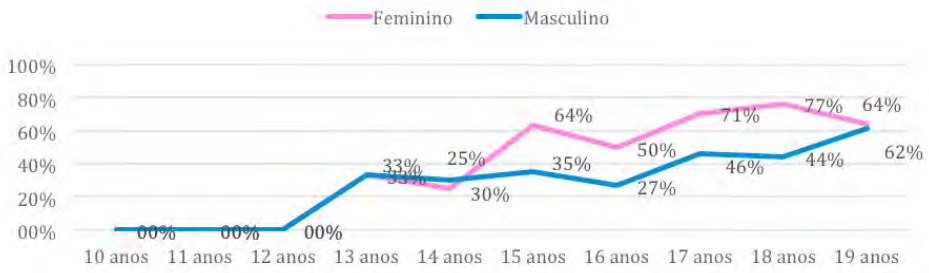
Em média, os adolescentes reportaram 1,96 parceiros sexuais e a motivação para a primeira relação sexual consistiu essencialmente na atracção física. Para as adolescentes, factores como a paixão e a curiosidade também revelaram bastante importância na decisão da primeira relação sexual.

O registo de gravidez teve uma média de 1,7 com o mínimo de 0 (zero) e máximo de 6 (seis) gravidezes. Foi identificada uma média de 0,71 abortos para os adolescentes

que já estiveram envolvidos em gravidez. Os adolescentes que nos 12 meses anteriores à entrevista tiveram mais de um parceiro sexual, reportaram maior prática de aborto. No geral, das 296 gravidezes reportadas neste estudo, 124 terminaram em abortos

O registo de experiência de gravidez teve a tendência de aumentar com a idade (ver gráfico 4), a partir dos 12 anos tendo valores nulos antes disso, sendo que os do género feminino reportaram maiores registos que os do masculino.

Gráfico 4. Distribuição dos adolescentes estudados por experiência de gravidez e idade



A média de partos foi de 1 (um) e os dados mostraram que 23,4% dos adolescentes que já fizeram parto também já praticaram aborto. A consequência mais relatada (31% para o género feminino e 27 para o masculino) foi o abandono escolar voluntário. Outras consequências envolvem a expulsão da escola, de casa a descriminação e os ajustes no estilo de vida como encontrar um emprego ou ser obrigado a viver com o parceiro. Aspectos culturais revelaram significância estatística quando analisada sua relação com a experiência sexual e gravidez (tabelas 4 e 5).

Tabela 4: Relação entre factores religiosos e culturais e a ocorrência de gravidez entre os adolescentes

Factores religiosos e culturais	**Já teve uma relação sexual**			
	Não (n=699)	Sim (n=336)	*p-value*	Odds Ratio
Percentagem dos adolescentes que pertencem a algum grupo dentro da sua religião	27,2%	35,7%	**0,003**	1,597
Crença de namoro nos encontros religiosos	2,10	2,27	**0,000**	1,751
Percentagem dos adolescentes que já foi submetido ao rito de iniciação	14,9%	22,0%	**0,006**	1,609
Práticas estimulantes da sexualidade nos ritos de puberdade e iniciação	2,07	2,13	0,104	0,777
Significado de maioridade ao adolescente iniciado	2,22	2,34	**0,029**	1,345

p-value => 0,050 significativo; p-value => 0,010 muito significativo; p-value => 0,001 altamente significativo

odds ratio moderado => 1,30; odds ratio forte => 1,80; odds ratio muito forte => 3,00

Tabela 5: Relação entre factores religiosos e culturais e a ocorrência de gravidez entre os adolescentes

FACTORES RELIGIOSOS E CULTURAIS	**Já estiveram grávidas ou engravidaram**			
	Não (n=162)	Sim (n=174)	*p-value*	Odds Ratio
Percentagem dos adolescentes que pertencem a algum grupo dentro da sua religião	38,9%	32,8%	0,583	0,872
Crença de namoro nos encontros religiosos	2,26	2,27	0,989	0,997
Percentagem dos adolescentes que já foi submetido ao rito de iniciação	17,3%	26,4%	0,036	1,786
Práticas estimulantes da sexualidade nos ritos de puberdade e iniciação	2,11	2,15	0,984	1,005
Significado de maioridade ao adolescente iniciado	2,32	2,37	0,819	1,049

p-value => 0,050 significativo; p-value => 0,010 muito significativo; p-value => 0,001 altamente significativo

odds ratio moderado => 1,30; odds ratio forte => 1,80; odds ratio muito forte => 3,00

Conclusões

Da análise dos resultados depreende-se a necessidade de realização de estudos dirigidos para aprofundar a opinião sobre alguns aspectos, contudo, conclui-se que:

- A gravidez tem uma forte relação com o abandono escolar
- O consumo de álcool (e drogas) promove comportamentos de risco no que tange a sexualidade dos adolescentes
- A resposta da família e das escolas em caso de ocorrência de gravidez, constitui um factor negativo para a progressão académica dos adolescentes implicados
- Os rituais tradicionais e algumas tendências de abordagem de grupos religiosos contribuem negativamente para o estado do fenómeno.

Bibliografia

Adorno, S.; Bordini, E. B. T. & Lima, R. S. *O adolescente e as mudanças na criminalidade urbana.* São Paulo Perspec. vol.13 no. 4 São Paulo Oct./Dec. 1999.

Borges A.L.V., Schor N. *Adolescência e vida sexual: estudos dos fatores individuais e familiares associados ao início da vida sexual do adolescente da cidade de São Paulo*. Cadernos de Saúde Pública, 2006. Disponível em: http://www.scielosp.org/scielo.php?pid=S0102-311X2007000700009&script=sci_arttext. Acesso em: 28/05/2017.

Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA). *Situação da População Mundial 2013 – Maternidade Precoce: Enfrentando o desafio da gravidez na adolescência.* Nova Iorque, 2013.

Gontijo, D.T., Medeiros, M. *Gravidez, maternidade e adolescentes em situação de risco social e pessoal: algumas considerações*. Revista eletrônica de enfermagem, 2004. Disponível em: http://www.fen.ufg.br/revista/revista6_3/12_Revisao2.html Acesso em: 02/07/2017.

Moreira C.L.B. *Maternidade na adolescência: prevalência e fatores associados*. Rev. Bras. Ginecol. Obstet, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbgo/v31n8/v31n8a06.pdf Acesso em: 28/05/2011.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Adolescent Pregnancy. Making Pregnancy Safer (MPS) Notes. 1(1)*. Genebra. 2008.

Organização Mundial da Saúde (OMS). *Adolescent development*. Genebra, 2013. Disponível em: http://www.who.int/maternal_child_adolescent/topics/maternal/adolescent_pregnancy/en/#.udnrjThcdGw.email Acesso em 07/07/2016.

Organização Mundial da Saúde (OMS). *Child Marriages: 39,000 every day*. Genebra, 2013.

Organização Mundial da Saúde (OMS). *Early Marriage, Adolescence, and Young Pregnancy.* 65a Assembleia da Saúde. Genebra, 2012.

Organização Mundial da Saúde (OMS). *Maternal, newborn, child and adolescent health*. Genebra, 2013.

Organização Mundial da Saúde (OMS). *Safe Abortion: Technical and Policy Guidance for Health System*. 2a edição. Genebra, 2012

Organização Mundial da Saúde (OMS). *Safe and Unsafe Abortion. Global and regional levels in 2008 and trends during 1995-2008*. Ficha de Informação. Genebra, 2012.

Soares, G.F. *Sexualidade e Gravidez na Adolescência*. Dissertação de Mestrado não publicada, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1999.

A herança cultural vs desenvolvimento sustentável

Pedro Bondo
Universidade Agostinho Neto

Introdução

Será que a preservação da herança cultural é importante para o desenvolvimento e progresso sustentável das nações? Pretendemos dar resposta a esta questão investigando o impacto da herança cultural como uma das dimensões fundamentais do processo de desenvolvimento económico e social. A dimensão cultural no desenvolvimento económico, já deu provas da sua eficácia quando ela é considerada, como um dos elementos essenciais para fortalecer a independência, a soberania e a identidade das nações. Nos nossos dias, principalmente no nosso Continente, o crescimento tem sido concebido mais e frequentemente em termos quantitativos, sem levar em conta a sua necessária dimensão qualitativa, ou seja, a satisfação das aspirações espirituais e culturais de todos os cidadãos em todas as suas dimensões: física, biológica, psíquica, intelectual, cultural e social.

Para um entendimento mais abrangente do tema, ou seja, da dimensão cultural do desenvolvimento, conforme é entendida no primeiro relatório "Human Development Report" (1990), existem vários caminhos e percursos que nos levam ao ponto comum, o melhorar do bem-estar (well-being) e da dignidade das pessoas. Assim, preferimos, neste artigo, basear a nossa reflexão em postulados de autores como Cassier Ernst (1972, 2011), Edgar Morin (1984), Franz-W. Heimer (1973), Ngugi Wa Thiong'o (1986), Pierre Bourdieu (1979,1984), Hannerz (1992), Bhabha, Homi k. (2007) e outros que de uma ou de outra forma influenciaram os nossos pontos de vista sobre a cultura e o desenvolvimento.

Este artigo delimita-se e enquadra-se no âmbito multidisciplinar de estudos filosófico--culturais, da antropologia filosófica e da filosofia da cultura. Enfatizamos a filosofia porque ela pode contribuir para uma análise e reflexão mais aprofundada sobre a relevância e o papel das crenças e costumes nas nossas vidas. David Hume (1896: 221-222) ao desenvolver a sua teoria do costume explicou a questão "dos efeitos do costume," como questão que devemos ter em consideração nos estudos culturais, nos estudos sobre o desenvolvimento e especificamente na análise da natureza humana. A sua reflexão ajuda--nos a perceber as fontes endógenas e exógenas de mudança e progresso nos costumes e hábitos. Estas fontes devem ser conhecidas para nos ajudar na superação de valores de herança negativas que entravam o desenvolvimento das nossas sociedades e do próprio homem em particular. Este aspecto é importante, porque se entende a cultura como processo rico e em constante evolução,

O estudo da tradição deve ser valorizado, pois ela faz a nação e, graças a ela, as nações se diferenciam umas das outras. Ela constitui a envoltura de usos e costumes dos povos, pois todos povos possuem as suas tradições e superstições que são transmitidas através de lendas, provérbios, contos e canções entre as gerações. Assim, os mais velhos

carregam consigo a sabedoria e a herança e, por sua vez, os mais novos a herança e a inovação. Estamos de acordo com Acerbi et al., (2012) quando afirmam que a relação entre os idosos e jovens emerge naturalmente da aprendizagem cultural repetida. Os jovens constituem uma importante fonte de mudança cultural. Entretanto, quanto mais forte e significativa for a influência dos mais velhos sobre os mais novos mais probabilidades terá a sociedade de reter e preservar a sua cultura genuína, o seu património cultural. O desenvolvimento passa a ser entendido como a integração equilibrada dos sistemas económico, sócio-cultural e ambiental e de relacionamento entre as diferentes gerações. Existe ainda um "deficit" na avaliação correcta e devida do impacto que a tradição e a mudança cultural têm no processo do desenvolvimento humano sustentável.

Este trabalho, em termos metodológicos, baseou-se numa abordagem qualitativa que resultou como consequência da combinação da análise estrutural fenomenológica, assim como da crítica epistemológica das experiências da herança cultural no contexto de desenvolvimento. Dissemos atrás que a cultura é um "fenómeno complexo e dinâmico, dada a sua natureza" (Hannerz, 1992:3-9). Quando ela é mal meditada, mal estudada e erroneamente interpretada pelos cidadãos, pode ocasionar nos indivíduos erros de percepção, equívocos e como consequência, e se a insensatez se transformar em pensamento comum, a cultura da sociedade pode correr o risco de caminhar no sentido contrário ao progresso genuíno sustentável.

Ao longo da nossa pesquisa, dificuldades não faltaram. E elas estiveram relacionadas com a escolha das melhores técnicas e instrumentos para medir com acuidade, por exemplo, a contribuição económica das indústrias culturais no nosso País. Outra dificuldade esteve relacionada com o balanço das consequências da guerra que assolou o nosso País. Uma delas é a patologia cultural que leva ao "extermínio," à pilhagem, à escravização da memória das culturas fragilizadas e à "imposição da cultura de dominação" (Bondo, 2014) da tradição consideradas mais influentes. Consequentemente, como é sabido geralmente, a cultura de dominação precipita vertiginosamente a sociedade num "labirinto" com duas e únicas saídas: pode levar, por um lado, à "paraplegia" do funcionamento das instituições tradicionais que são o berço e veículo da herança cultural e, por outro, ao enfraquecimento do tecido sociocultural nacional.

As duas saídas representam o distanciamento entre as gerações que se agrava cada vez mais ao longo dos tempos. Às vezes, a multiculturalidade é também confundida em termos axiológicos; não obstante o facto de que o conteúdo axiológico obriga as culturas a conviverem umas com outras, fortificando-se aquelas que tiveram os alicerces mais sólidos. As culturas mais robustas tornam-se mais permeáveis à integração da ciência e da tecnologia (Knorr Cetina, 1999) e aos valores positivos universais criando pontes para a convivência sã entre o tradicional e a modernidade; e para as culturas menos robustas acontece precisamente o contrário. Depois destas considerações introdutórias, mais adiante vamos procurar desenvolver aspectos sobre a herança cultural, o papel da cultura no desenvolvimento sustentável e o futuro que queremos em relação à herança cultural incluído no âmbito da globalização.

1. A Herança Cultural

O processo de globalização não é recente, mas algumas das suas características, tal

como, a redução da noção de distância e do tempo dão-lhe uma dimensão mais rápida no seu desenvolvimento (Ioris, 2007). Nestas condições, a integração da herança cultural no contexto de desenvolvimento aparece como elemento essencial para assegurar a transmissão do património, entendido na sua diversidade, entre as gerações. Como não existe herança cultural sem tradição, uma discussão sobre a necessidade de preservação da herança cultura e do desenvolvimento contínuo da cultura na sociedade, faz sentido. Nesta abordagem vamos iniciar pela definição da herança cultural e das tradições a preservar.

1.1. Conceito de herança cultural

Herança cultural é o legado de artefactos e atributos intangíveis de um grupo ou sociedade que são herdados de gerações passadas, mantidas no presente e agraciado em benefício nas gerações futuras. A herança cultura, conhecida como património cultural inclui cultura tangível (tais como edifícios, monumentos, paisagens, livros, obras de arte e artefactos), cultura imaterial (como o folclore, tradições, línguas e conhecimento) e cultura natural, incluindo paisagens culturalmente significativas e biodiversidade. Cultura e herança cultural incluem crenças, valores e tradições, costumes e práticas estéticas, espirituais e sociais, expressão artística, línguas e outros aspectos da actividade humana. Avaliar a importância da herança sócio-cultural favorece a competitividade dos produtos nacionais a escala global e consequente valorização da cultura local. As conclusões da Conferência Mundial sobre políticas culturais (MONDIACULT, México, 1982, do primeiro relatório *Human Development Report* (1990), da Comissão Mundial sobre Cultura e Desenvolvimento (nossa diversidade criativa, 1995), da Conferência Intergovernamental sobre políticas culturais para o desenvolvimento (Estocolmo, 1998) e da Convenção sobre a Protecção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, adoptada em Outubro de 2005 pela 33ª Conferência Geral da UNESCO, expressam claramente a necessidade desta aviação permanente.

A preservação da herança cultural (material e imaterial), com todo o simbolismo que a carateriza é um recurso valioso que a política cultural de um país não deve ignorar. O conhecimento simbólico impregnado na herança cultural quando devidamente transposto para novos contextos e quadros de vida contemporânea pode contribuir para o desenvolvimento sustentável e competitivo a nível local, nacional e global. A participação do indivíduo em todos estes níveis é essencial (Acerbi, Enquist & Ghirlanda, 2009), porque entre o sujeito e o meio natural e antrópico, que o circunda, há um processo de representação cultural e histórica.

A este processo podemos acrescer uma genérica nomenclatura de simbolização que deve ser valorizada quer objectiva como subjetivamente, posto que as lendas, mitos, ritos e histórias fantásticas possuem uma carga simbólica e representativa na auto-libertação da consciência (Cassirer, 2011). As representações simbólicas fazem parte do itinerário de evolução e desenvolvimento histórico do homem (Gordon, 2010). É assim que a atribuição de significados a seres inanimados, ritos de passagem, ocorrências e fenómenos naturais, seres fantásticos e míticos, ocorre desde os primórdios da raça humana. Na maior parte das vezes os significados simbólicos foram passando de geração em geração de forma oral e escrita. Pena que geralmente, a herança cultural ocidental enfatiza a escrita como única forma de herança credível. Devido a este tipo de ideias, a desconstrução

contraditória desta dogmática ideia enquanto texto é importante e necessária na nossa análise. Concordarmos com Derrida (1976) sobre a necessidade de descodificar o texto, mas descordamos com a ideia de que o que está 'fora dos livros' é 'marginal', está à 'margem da tradição' e situa-se no 'limite do discurso.' Estamos mais próximos dos que pensam como Odera Oruka (1997) que a herança cultural não é apenas uma empresa escrita, pois existem os símbolos, a sagacidade e signos orais como herança cultural transmitida através da tradição oral, do poder da fala, enquanto criação exclusivamente humana de provérbios, orações, advinhas, cancioneiros, romanceiros, etc, que existe em todas as sociedades, até porque a própria ciência é tradição (Scheub, 1985). E aqui há que reconhecer o trabalho extraordinário do Prof. António Antunes Fonseca, realizador do programa da Rádio Nacional "Antologia" sobre tradição oral, que há 40 anos tem sido o incansável promotor da preservação da herança cultural em Angola.

1.2. Herança cultural como semióforo

Nos nossos dias, entre filósofos e antropólogos, o conceito semióforo começa a ser utilizado com muita frequência, como sendo uma alternativa verbal de similitude com o símbolo e o signo. O conceito semióforo é entendido como sendo todo e qualquer signo que está ligado a uma instância de manifestação deste signo como fenómeno social, histórico ou cultural. No fundo, semióforos são todos os objectos constitutivos do património cultural, ou seja todos os objectos, lugares e pessoas poderiam ser identificados como um semióforo, inclusive a nação, a riqueza, o poder e o prestígio (Chaui, 2003).

O semióforo e sua utilização enquanto conceito teórico voltado para o simbólico, está mais relacionado com os aspectos históricos de identificação socio-cultural de natureza concreta ou não. O campo de exploração do semióforo por assim dizer são as tradições populares, os ritos e mitos e todo o tipo de realização humana. Em termos gerais este campo é a própria criação dos costumes no interior de uma organização social, dando valores a todos os elementos componentes, não só aos mais velhos, mas sobretudo aos jovens (Amit-Talai & Wulff, 1996). A valorização dos jovens é fundamental porque são os portadores das tradições que mais caracterizam a cultura de uma nação, pois eles serão os mais velhos de amanhã. A vantagem de utilização deste conceito como ferramenta de investigação social é o facto de que todos os lugares, simples objectos, pessoas singulares (vivas ou mortas), o visível, o invisível, o sagrado, o profano, o presente, o passado e respectivos símbolos podem ser identificados como sendo elementos imprescindíveis da vitalidade das sociedades (Barbosa, 2012).

2. Relação entre Cultura, Sociedade e Desenvolvimento

A comunidade internacional através da UNESCO traçou directrizes claras sobre a relação entre cultura, sociedade e desenvolvimento. Porque segundo esta organização, a salvaguarda e a promoção do património cultural sob todas as suas formas – tangíveis e intangíveis, culturais e naturais, móveis e imobiliários – é fundamental para o diálogo entre o desenvolvimento sustentável e a coesão social. Existem aspectos que têm dificultado este diálogo os quais cabem nas seguintes considerações:

1) A sociedade actual, segundo Edgar Morin (1984) herdou do Séc. XX um paradoxo baseado numa pseudoracionalidade. Como consequência, ela produziu avanços gigan-

tescos em todas as áreas do conhecimento científico, mas ao mesmo tempo produziu uma nova cegueira para os problemas fundamentais e complexos. Existem, na óptica de Morin (1984) duas teorias nesta relação: a da complexidade, visto que o ser humano é ao mesmo tempo físico, biológico, psíquico, racional, cultural e social e a do conhecimento pertinente (contexto, global, multidimensional e complexo);

2) Para Pierre Bourdieu (1984), a sociedade herdou três formas de capital além do económico: o cultural, o social e o simbólico. Estas formas são vitais para a tentativa de conciliar as influências das estruturas sociais e da experiência subjectiva dos indivíduos e elas permitem-nos ter em conta o primado de estrutura ou agência na formação e consequente desenvolvimento do comportamento humano. Consideramos estes dois aspectos importantes, no nosso estudo, porque facilitaram-nos na compreensão da relação entre cultura e sociedade, das características da sociedade, do sentido de desenvolvimento e da análise do conceito de desenvolvimento sustentável. Afinal, o que é o desenvolvimento sustentável?

O desenvolvimento sustentável ou sustentabilidade, tem sido descrito em termos de "trevo de três folhas," esferas, dimensões, domínios ou pilares: 1) o ambiente, 2) a economia e 3) a sociedade (Nascimento, 2012). Esta esfera tríplica do círculo de sustentabilidade e seu tratamento nos domínios sociais, da ecologia, da economia, da política e da cultura, fornece a dimensão empírica da abordagem chamada "teoria engajada." Esta teoria engloba a organização estratégica do social, transparência, prestação de contas, igualdade e ética. Segundo Santos (2005), o engajamento, como fenómeno exclusivo das sociedades foi bem interpretado por alguns autores como Gramsci, Camus e Sartre. Mas tanto Gramsci (1999), com a sua teoria de conformismo, Camus (1996), com a sua teoria de revolta e revolução e assim como Sartre (1987) que com a sua pergunta, "Questão de Método?" posicionononando-se entre o conformismo e a revolta, não puderam, de facto, esgotar a discussão da "teoria engajada" com os seus modelos apresentados. Por isso, o estudo sobre esta teoria deve continuar e adaptar os resultados de pesquisa às necessidades actuais daquilo que podemos chamar de desenvolvimento sustentável, assim como o desmonte do poder sobre as pessoas e a gestão participativa que será certamente valorizada com a implementação das autarquias.

O discurso da sustentabilidade costuma ser mais pródigo na boca de líderes empresariais do que a sua inserção real nas estratégias de negócios. E isso ocorre em grande medida porque as corporações e instituições resistem ao novo, criam uma visão contrária às mudanças tornando-se alérgicas à todo o tipo de críticas e criam dificuldades em tomar decisões de passar de "declarações de propósitos" ao acto de "concretizar." Por isso, concordamos com o Consultor Brasileiro Marcelo Lomelino que defende o engajamento como caminho para relações do trabalho sustentável. Aliás, a nível internacional já é notório tal engajamento, com a criação do Instituto Internacional de Desenvolvimento Sustentável. Esta instituição já definiu os objectivos de supervisionar a Agenda 2030 conhecida de ser complexa, abrangente e universalmente aplicável.

Depois do economista René Passet em 1979, ter proposto as três tradicionais esferas do conceito de sustentabilidade, graças a tendência da reformulação dos fundamentos da agenda, foi acrescida uma quarta dimensão, a dimensão cultural. Geralmente, o desenvolvimento socioeconómico que era medido com apenas indicadores como PIB, expectativa

de vida, alfabetização e níveis de emprego, hoje, além desses indicadores, também são consideradas como medidas e indicadores as mudanças nos factores menos tangíveis, tal como a dignidade pessoal, a liberdade de associação, a segurança pessoal, assim como o grau de participação na sociedade civil (Willard, 2012). Por isso, o novo paradigma defende que o Relatório Brundtland (1987) que define o desenvolvimento sustentável como se segue, precisa de ser actualizado ao momento actual.

O uso de vários slogans como "desenvolvimento das pessoas," "desenvolvimento integrado" e "desenvolvimento centrado no ser humano" é um justo sinal do facto de que sustentabilidade implica integrar no desenvolvimento todos os aspectos da vida do povo, da colectividade, a sua história e consciência colectiva. De acordo com o pensamento difundido por Bryan Welch (2010), a consciência colectiva ajuda a entender a necessidade da sociedade ter de formar e criar empregos para especialistas em sustentabilidade. Isso vai ajudar a sociedade a adoptar uma visão global baseada na descentralização sobre gestão da localidade, da aldeia, da vila e da cidade, com vista a melhoria da qualidade de vida das gerações presentes e futuras (Ackerman, 2014). Um outro benefício desta visão é o melhoramento dos factores de coesão, equidade social, a compreensão dos valores culturais nos domínios, estético, espiritual, social, histórico, simbólico e de autenticidade. Os governos, a indústria privada, as corporações, as organizações não-governamentais e as associações afins devem ser os principais empregadores para potenciar os aspectos positivos da tradição, ou seja, os factores para a competitividade integrada das localidades, vilas e cidades (McDonough e Braungar 2016).

Os benefícios de implementação desta nova estratégia de sustentabilidade foram bem estruturados por Willard (2012). Graças a esta nova visão, podemos articular com maior equidade a relação das questões económicas, sociais e educativas tendo em conta os factores como: 1) Economia diversificada e com recursos humanos qualificados; 2) Serviços ligados à alta tecnologia e a instituições baseadas no conhecimento; 3) Infra-estruturas (transportes, acesso e telecomunicações modernas e desenvolvidas); 4) Ambiente urbano de qualidade e, 5) Capacidade institucional para desenvolver e implementar estratégias desde a localidade para o global orientadas para o futuro.

Todos estes factores só podem ser realizáveis com a integração das comunidades das localidades nas actividades do sector gerador de empregos e receitas. Estamos a referir-nos aos vários tipos de serviços, sejam eles produtivos (seguros, transações de bancos, comunicação), de distribuição de bens (comércio, transporte e logística), sociais (educação, saúde e lazer) e pessoais (restauração, hotelaria, turismo, segundo Bondo, J., 2015) e outros. Esta integração dos indivíduos a estes serviços só será benéfica para todos quando integram a cultura das respectivas comunidades.

3. Discussão

Que futuro queremos em relação à herança cultural e o que devemos fazer para que esta tenha impacto no desenvolvimento sustentável? A ideia de que a cultura é uma ponte para o desenvolvimento é inquestionável. Ela foi proposta por Irina Bokova, Diretora Geral da UNESCO, e incluída no Programa e Orçamento Bienal para 2012-2013 da UNESCO (36 C / 5), aprovado pelo Secretário-Geral Conferência da UNESCO em sua 36ª sessão (outubro-novembro de 2011). De facto, esta iniciativa visa promover abordagens

inovadoras para melhorar as formas de conservação da tradição cultural, a criatividade, as indústrias culturais e o património cultural em geral e em todas as suas formas como uma ferramenta poderosa e única para a sustentabilidade social e económica no âmbito do "desenvolvimento humano." Este conceito, parece estar já a envelhecer e com um desgaste avançado pois que até aparece em todos os Relatórios Mundiais das Nações Unidas, como se pode visualizar na resenha da sua utilização até 2009 pela ONU nos Relatórios Mundiais de Desenvolvimento Humano publicados pelo PNUD desde 1990:

> 1996: Crescimento económico e desenvolvimento humano. 1997: Desenvolvimento Humano para erradicar a pobreza. 1998: Padrões de consumo para o desenvolvimento humano. 1999: Globalização como face humana. 2000: Direitos Humanos e Desenvolvimento Humano: pela liberdade e solidariedade. 2001: Fazendo as novas tecnologias trabalharem para o desenvolvimento humano. 2002: Aprofundar a democracia num mundo fragmentado. 2003: Um pacto entre nações para eliminar a pobreza humana. 2004: Liberdade Cultural num mundo diversificado. 2005: Cooperação Internacional numa encruzilhada. 2006: Além da escassez: poder, pobreza e a crise mundial da água. 2007/2008: Combater a mudança do clima: solidariedade humana em um mundo dividido (ONU, 2009). A liberdade cultural é parte vital para o desenvolvimento humano, porque a capacidade de uma pessoa escolher sua identidade, quem ela é, sem perder o respeito dos outros, ou ser excluída de outras opções, é importante para uma vida plena. (ONU, 2009)

E o relatório do Desenvolvimento Humano de 2013 da PNUD com o título "A Ascensão do Sul: Progresso Humano num Mundo Diversificado" (ONU, 2013) é mais suscinto e "o mais recente de uma série de Relatórios do Desenvolvimento Humano publicados pelo PNUD desde 1990 como uma análise intelectualmente independente e empiricamente fundamentada das principais questões, tendências e políticas do desenvolvimento" (ONU, 2013). Esta ideia, apesar dos pesares, está imbuída de oportunidades de criação de emprego, coesão social, educação e compreensão mútua. Ainda no mesmo ano, Irina Bokova, já referenciado mais acima, no seu discurso por ocasião da 9ª Cimeira Regional da UNESCO de Chefes de Estado da Europa do Sudeste em Viminacium, Sérvia, a 2 de Setembro de 2011, considerou que esta iniciativa, procura construir pontes genuínas na sociedade civil, artistas, intelectuais, professores e criadores, visando o intercâmbio de novas idéias e visões e, apoiando e criando redes e plataformas inovadoras de divulgação da tradição e herança cultural.

Esta é uma prova mais do que suficiente de que as Convenções Culturais da UNESCO são efectivamente uma ferramenta para o desenvolvimento sustentável mas que ainda não têm sido eficazes; por este motivo é que, não obstante de que elas não devem ser descoradas por nenhum país, a UNESCO deve criar condições para que a sua implementação seja avaliada rigorosamente por órgãos internacionais competentes. Baseadas numa abordagem em termos de direitos humanos, essas Convenções estabelecem um conjunto de mecanismos de financiamento e cooperação inter-governamentais, bem como ferramentas de monitoramento e avaliação que servem bem de modelos adaptáveis em todos os Países, os Países incumpridores deviam ser chamados à responsabilização.

Se, por exemplo, no âmbito do Fundo Internacional para a Diversidade Cultural (IFCD), estabelecido no âmbito da Convenção da UNESCO sobre a Protecção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais de 2005, é prestado apoio regular aos países em desenvolvimento, incluindo organizações não-governamentais, para Projectos nos domínios das políticas culturais e das indústrias culturais no sentido de promoverem o desenvolvimento local, social, económico e o reforço do sistema de governação do sector cultural; o futuro que queremos em relação à protecção da herança cultural está na ideia de que se deve ir além da consideração de que o futuro é "o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades" (Relatório Brundtland-Nosso Futuro Comum, 1987), quando Países há que estão a desenvolver as suas políticas de proteção da herança cultural, por exemplo, a herança linguística, no sentido contrário à Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (1996: 5), que permite "assegurar a promoção, o respeito e o uso social público e privado de todas as línguas."Em Angola a política linguística ainda enferma de nebulosidades e de falta de firmeza. Mas há pequenos sinais que devemos realçar como actos de grande heroísmo e significância, como por exemplo, além da grelha de programas em línguas nacionais da Rádio Nacional de Angola, o sport publicitário da Rádio Nacional, "Um Minuto do Saber" em seis línguas nacionais, conduzido por Jorge Kapitango, natural de Benguela, nascido em 1968.

4. Considerações Finais

Os dados deste artigo evidenciam positivamente o facto de que a preservação e desenvolvimento da cultura são importantes para o desenvolvimento e progresso sustentável das nações. Existem fortes indícios de que a cultura deve integrar-se no desenvolvimento desde o início de cada processo e não acrescentada como uma reflexão posterior e à parte. Cada país tem o direito de salvaguardar o seu património cultural e de usá-lo em todas as formas ao seu alcance assim como integrá-lo no processo económico, social e ecológico. Existe uma relação estreita entre herança cultural e desenvolvimento sustentável. De facto, além das aptidões individuais e colectivas e das qualidades herdadas, a tradição, na realidade, é o que faz de um povo aquilo que realmente é, e o torna especial em relação à um outro povo ou comunidade. Cada povo, cada comunidade tem as suas representações simbólicas, como parte da sua evolução e desenvolvimento histórico.

As representações incluem as tradições de vida herdada dos ancestrais e que passam para os seus descendentes. Tais tradições, como as tradições orais, artes cénicas, práticas sociais, rituais, eventos festivos, conhecimento e práticas relativas à natureza e o universo, constituem factores importantes para impulsionar o desenvolvimento económico. Todas as representações e expressões culturais aliadas ao turismo actuante são um poderoso motor económico quer para as localidades como para as cidades. A exploração conveniente dos recursos culturais incluindo as tradições locais e as formas de sociabilidade pública, festivais, rituais, história e lendas, a gastronomia, os trajes, os hábitos de lazer e as subculturas, pode servir de elemento balanceador entre o tradicional e a modernidade.

Com a participação das comunidades num contexto local, nacional e global que coloca as cidades em competição com as localidades, a cultura, em particular na sua definição mais funcional ligada às indústrias culturais e criativas, tem vindo a evidenciar-se como

um novo paradigma de desenvolvimento. Enfatizando, queremos dizer que a competitividade baseada na cultura, no conhecimento, na inovação e na criatividade constitui um potencial de desenvolvimento sustentado e sustentável tanto para as localidades, cidades e regiões. Aliás, com acções práticas conjuntas entre a educação, a cultura e o turismo permitir-se-á criar condições para inverter o declínio dos espaços rurais e consequentemente através do processo da democratização e descentraliza administrativas da cultura (Dubois, 1999), começar-se a somar pontos rumo ao desenvolvimento sustentável.

A bola de ensaio passa pela questão relativa ao domínio e utilização por exemplo das línguas nacionais. Porque quando uma língua morre, que por sinal carrega consigo parte da herança cultural, as gerações futuras perdem uma parte vital da cultura que é necessária para a manutenção da sua identidade. O desleixo da sua preservação, torna a língua um elemento vulnerável do património cultural, contrariando a ideia de que a língua em si é especialmente algo importante que cada grupo social deve preservar para perpetuar a sua identidade dentro da diversidade. Incluir a cultural e especificamente, a herança cultural no debate sobre o desenvolvimento sustentável constitui uma oportunidade para o incentivo da criação de microempresas no ramo da cultura, educação e turismo. Falamos de oportunidade porque os bens e serviços culturais geralmente precisam de baixo investimento de capital.

Assim, as infraestruturas e instituições culturais como universidades, museus, centros culturais, cinemas, teatros, centros de artesanato e outras instituições transformam-se em fontes geradores significativos de emprego e renda. As infraestruturas e instituições só tomam a sua maior significância no processo de desenvolvimento com a intervenção directa dos cidadãos de todas as gerações tanto das localidades como das cidades. Portanto, o diálogo entre as gerações é o que vai assegurar a continuidade da herança cultural integrada no desenvolvimento. O diálogo entre os cidadãos e a elevação da consciência histórico-patriótica vai permitir equacionar correctamente e ultrapassar o binómio ocidentalista "culto vs inculto," salvaguardar a herança, o património cultural no contexto do desenvolvimento e progresso sustentável. Ou seja, é preciso abrir portas e forjar oportunidades para a formação e educação dos nossos jovens no âmbito da tradição cultural. Para tal, é preciso explorar todos os nossos valores ancestrais positivos (herança cultural) que infelizmente as estruturas oficiais e formais de educação e cultura ainda não dão a divulgação e fomento de forma profunda, sistemática e organizada.

Bibliografia

Acerbi, A., Enquist, M. & Ghirlanda, S. (2009). "Cultural evolution and individual development of openness and conservatism." *PNAS,* 106(45).

Acerbi, Alberto, Stefano Ghirlanda e Magnus Enquist (2012). "Old and young individuals' role in culture change." In *Journal of Artifiial Societies and Social Simulation, Vol. 15*(4):1.

Ackerman, Diane (2014). *The human age: TheWorld shaped by us*. Norton.

Altuna, Pe Raul Ruiz de Asúa (2006). "Cultura tradicional Bantu." In *Prior Velho*. Paulinas: 601-631.

Amit-Talai, V. & Wulff, H. (eds.). (1996). *Youth cultures: A Cross cultural perspective*. London: Routledge.

Barbosa, Leandro M. (2012). *De Selvagem a efeminado: As representações do Dionisio no imaginário Atico*. Paco Editora, p.13.

Bhabha, Homi k. (2007). *O Local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG.

Bondo, Jacinta (2015). “Formação para o turismo: Necessidades, desafios e oportunidades.” *1º- Fórum Internacional de Turismo*, Luanda.

Bourdieu, Pierre (1979). *La distinction-critique social du jugement*, Paris. Les Edition du Munuit.

_____. (1984). *Distinction – A Social critique of the judgement of taste*, London: Routledge.

Bryan, Welch (2010). *Beautiful and Abundant: Building the world we want*. B&A Books.

Camus, Albert (1996). *O homem revoltado*. Rio de Janeiro, Record.

Cassirer, Ernst (1972, 2011). *A filosofia das formas simbólicas*, Ed. Minuit e Martins Editor.

Chaui, Marilena (2003). “Natureza, cultura, patrimônio ambiental.” In: Lanna, Ana Lúcia Duarte (coord.). *Meio ambiente: Património cultural da USP*. São Paulo: Editora de Universidade de São Paulo Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Comissão de Patrimônio Cultural.

Dubois, Vicent (1999). *La politique culturelle. Génese d’une catégorie d’intervention publique*. Paris. Éditions Belin.

Gordon, Peter Eli. *Continental Divide: Heidegger, Cassirer, Davos* (2010)

Gransci, António (1999). *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

Hannerz, Ulf (1992). *Cultures complexity: Studies in the social organization of meaning*. Columbia University Press. New York.

Heimer, Franz-Wilhelm (1973). *Estrutura social e descolonização em Angola*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Hume, David (1896). *A Treatise of human nature*. Oxford: Clarendon Press.

Ioris, Rafael Rossaotto (2007). *Culture em choque: a globalização e os desafios para a convivência multicultural*. São Paulo: Annablume Editora.

Knorr Cetina, K. (1999). Epistemic Cultures: How the Sciences make Knowledge. Cambridge, MA, Harvard University Press.

McDonough, William e Braungar, Michael (2016). *Cradle to Cradle Day*. William McDonough Edition.

Morin, Edgar (1984). *Science avec conscience*, Fayard, Paris.

Nascimento, Elimar P. do (2012). “Trajectória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao económico.” In *Estudos Avançados. Vol.26*(74).

OCDE (2009) *A Organização de Cooperação Económica e Desenvolvimento*. UWR.

Odera Oruka, Henry (1997. *Practical philosophy*, East African Educational Publishers.

ONU (2013). *Relatório do Desenvolvimento Humano de 2013* in: http//hdr.undp. org.

Sachs, Ignacy (2000). *Caminhos para* o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond.

Scheub, Harold (1985). A Review of African Oral Traditions and Literature. *African Studies Review, Vol. 28*(2/3), pp. 1-72.

Thiong’o Ngugi Wa (1986). *Decolonizing the Mind*. Heinemann.

UNESCO (1996). “Declaração Universal dos Direitos Linguísticos.” *Centro de Informação*, Nações Unidas (UNIC).

UNESCO (2009). “Declaração sobre os Direitos dos Povos Indígenas.” *Centro de Informação*, Nações Unidas (UNIC).

Willard, Bob (2012). *The New sustainability advantage: Seven business case benefits of a triple bottom line*. New Society Publishers.

O património linguístico angolano na educação formal no Namibe: desafios para o ensino superior

Teresa Almeida Patatas

Investigadora de Pós-doutoramento em Educação Comparada. Doutorada em Educação pela Universidade Lusófona, Lisboa-Portugal. Professora e Chefe de Biblioteca da Escola Superior Politécnica do Namibe - Angola. Investigadora Associada do Centro de Estudos Interdisciplinar de Educação e Desenvolvimento (CeiED) (teresapatatas.angola@gmail.com)

Sebastião Tumitangua

Doutorado em Ensino das Ciências - Opção Biologia, pela Universidade de Ciências Pedagógicas Enrique José Varona, Cuba. Professor na Escola Superior Politécnica do Namibe - Angola (tumi65@gmail.com)

Nota introdutória

As línguas seleccionadas nas políticas educativas regulam os contextos socioculturais. Uma pesquisa bibliográfica revela que, em Angola, as políticas educativas, desde a colonização, determinaram a língua portuguesa como a língua de ensino. Após a independência, e sobretudo depois da paz, as línguas angolanas foram ganhando importância como património linguístico e cultural e gradualmente incluídas no sistema educativo, donde tinham sido banidas. Esta comunicação tem como objectivo mostrar que a integração das línguas na educação formal é uma forma de valorização do património linguístico, focando o caso da província do Namibe. Com este alvo, realizou-se uma pesquisa documental e para a recolha de dados empíricos foram entrevistados: o Director Provincial de Educação, o Coordenador das Línguas Nacionais do Namibe e formador provincial, Directores de três escolas, onde as línguas nacionais são ensinadas; e, efectuaram-se grupos focais com os seus estudantes (de três turmas diferentes).

Histórico

Proferir acerca das línguas em Angola na época pré-colonial é uma tarefa árdua, pois as línguas eram ensinadas oralmente num contexto informal, e, para além disso, os portugueses deixaram poucos registos da história do povo Bantu dessa época (James, 2004, p. xl).

A língua não tem só uma função comunicativa, "ela pode ser vista como língua de prestígio, língua de expansão, língua de subjugação cultural ou língua de unidade nacional, em função do interesse político em fixar a norma." (Quintas, Brás & Gonçalves, 2017, p. 140).

Pela pesquisa bibliográfica pode-se observar que, apesar da diversidade linguística angolana, mais de 60 línguas autóctones, a língua portuguesa foi preeminente na educação formal ao longo da história, passando de língua de subjugação cultural e de expansão colonial, para ser a língua oficial depois da independência. Pois, segundo a Constituição da República (2010), Artigo 10º, "a língua oficial da República de Angola é o português"

(p.11). Prosseguindo como a língua de ensino, porquanto, de acordo com a Lei 17/16, de 7 de Outubro, Artigo 16º, alínea 1: "o Ensino deve ser ministrado em português." (p. 3995).

Na época colonial as línguas angolanas foram relegadas da educação formal. Vilela (2001) refere que no Decreto nº 77 do alto-comissário em Angola na época, Nórton de Matos, é exposto: «Artº 2º não é permitido ensinar nas escolas das missões línguas indígenas; Artº 3º o uso da língua indígena só é permitida em linguagem falada na catequese e, como auxiliar, no período do ensino da língua portuguesa.» (p. 33). Decorrendo sobre este campo, Moutinho (2000) elucida que o colono considerava as línguas nativas como "simples dialectos, formas de comunicação rudimentares, em oposição à língua [portuguesa] que seria uma forma superior" (p. 72).

Após a independência, estas línguas (nativas) passaram a ser consideradas como um importante património cultural e histórico. No entanto, a transmissão deste património de modo vertical, isto é, dos elementos mais velhos para os elementos mais novos, encontrou dificuldades:

(1) A transmissão oral de valores culturais angolanos ficou um tanto comprometida pela deslocação das populações para os centros urbanos. Neste contexto, Fernando salienta que "o êxodo da população rural – celeiro da cultura – para os centros urbanos, mais seguros e com melhores condições, pode contribuir para esvaziar da 'alma' cultural dos povos e, deste modo, comportar irreparáveis consequências para a cultura angolana." (p. 25).

Para Ferreira (2005), o êxodo rural para as cidades ampliou o número de indivíduos excluídos da educação formal. Isto porque, para os provenientes das zonas rurais a educação formal é culturalmente *estranha,* porque, nessa, as raízes e tradições africanas são subvalorizadas ou desconhecidas. Coloca-se, ainda, a questão linguística, os migrantes rurais têm de aprender e utilizar a língua portuguesa, como componente de integração na educação, no meio urbano e no mercado de trabalho, língua que lhe é culturalmente *estranha*.

(2) A transmissão escrita foi muito insípida. Fernando (2012) esclarece que "a guerra fratricida que devastou o País durante vinte e sete anos, mais outros catorze relativos à guerra anti-colonial, dificultou deveras a recolha e posterior impressão dos aspectos culturais angolanos." (p. 24).

A escola, como agente educador, após a paz nacional, passou a intervir mais na valorização do património linguístico, começando a incorporar as línguas angolanas no sistema educativo. O ensino destas línguas começou em 2008. Na Constituição da República (2010), Artigo 19º, refere que "o Estado valoriza e promove o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas de Angola" (p. 11). Suplementarmente, segundo a Lei 17/16, de 7 de outubro, Artigo 16º, alínea 2, "o Estado promove e assegura as condições humanas, cientifico-técnicas, materiais e financeiras para a expansão e generalização da utilização no ensino, das demais línguas de Angola" (id.).

Para Vilela (2001) o ensino de uma língua é essencial, porque, estimula a produção da literatura, assim como a investigação e ajuda na sua divulgação, pois contribui para que a língua seja conhecida fora das fronteiras do país de origem. Cada província angolana enfrentou este desafio do ensino das línguas angolanas e pautou o seu percurso.

Namibe

A província do Namibe encontra-se no litoral sul do País. Segundo o Censo de 2014 a sua População com mais de 2 anos de idade era constituída por 310.941 indivíduos (67,9%), dividida entre a Urbana (257.719 pessoas = 87,9%) e a Rural (53. 222 pessoas = 32,3%).

Línguas na Província

Quanto às línguas "o português é falado por mais de metade da população (68%) com maior predominância nas áreas urbanas, onde 88% da população fala a língua portuguesa, contra somente 32% na área rural" (Instituto Nacional de Estatística-INE, 2016, p. 38). Depois do português "o umbundo é a segunda língua mais falada com 20%, seguindo-se as línguas Nyaneca e Muhumbi com 12% e 11% respectivamente." (INE, 2016, p. 38). As outras línguas usadas nesta região são: Côkwe, Kwanyama, Fiote, Kikongo, Kimbundu, Nganguela, e, Luvale.

A província é constituída por 5 municípios: Kamucuio, Bibala, Virei, Tômbua (ou Tômbwa) e Moçâmedes (município sede, anteriormente denominado Namibe), a Figura 1 apresenta a distribuição das línguas nos municípios:

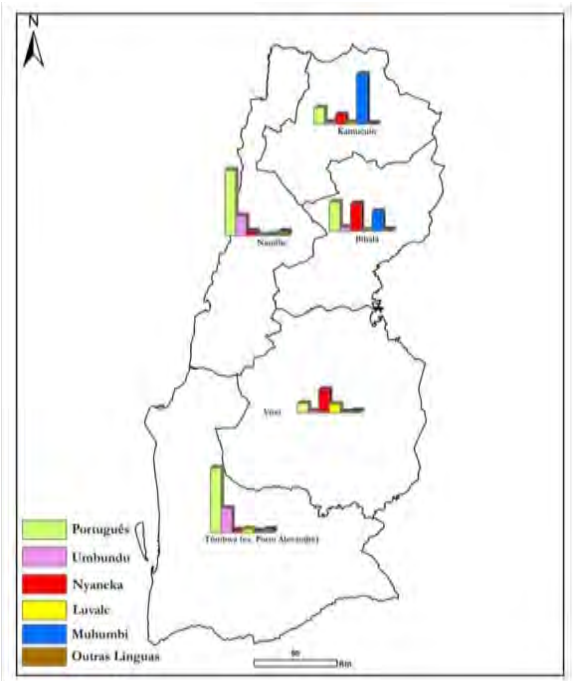


Figura 1 - Principais línguas mais faladas por província, 2014
Fonte: INE (2016, p. 38)

Ensino das Línguas

O ensino das línguas angolanas a nível nacional começou em 2008, conforme referido, contudo, por diversas razões, na província do Namibe apenas se iniciou em 2012, depois

de uma formação para professores na área, em 2011. Nos municípios a introdução do ensino das línguas angolanas não foi sincrónica, como se verá, mas, o ensino expandiu-se do Primário ao Médio. Uma pesquisa documental, autorizada pelo departamento provincial da área, revela esta evolução, segundo os dados que se seguem:

O ensino principiou em três municípios: Namibe (actual Moçâmedes), Bibala e Kamucuio, com 26 professores e 1305 alunos e somente no Ensino Primário. Em 2014 iniciou no município do Tômbua. Em 2015, o ensino é estendido ao Ensino Médio nos primeiros três municípios. No município do Virei o ensino das línguas inaugurou-se apenas em 2017.

Os dados estatísticos desse ano (2017) indicam uma expansão deste ensino a nível provincial, com a presença do ensino das línguas em todos os municípios, e, um número crescente de seus alunos, totalizando 12.990 no Ensino Primário e 1.148 no Ensino Médio, leccionados por 175 professores formados para essa finalidade.

Nesta província, apesar da referida diversidade linguística, foram escolhidas apenas duas línguas para o ensino: (1) Nyaneka (ou Olunyaneka), e (2) Umbundo. O Responsável pelo Gabinete das Línguas de Angola no Namibe[1] esclarece esta selecção:

> "(1) Nyaneka por ser a primeira língua ou segunda mais falada na província, especialmente no município sede (Moçâmedes). O povo endógeno, os Mucubais, tem um legado de nunca trabalhar ou partilhar a vida com outros povos (falam Mucubal) e vivem em zonas rurais em comunidades isoladas. Assim, para obter a mão-de-obra para a economia local, esta teve de ser importada da província vizinha (Huíla), onde se fala maioritariamente Olunyaneka e esta comunidade acabou por se estabelecer no Namibe. O (2) Umbundo, por ser a língua nacional mais falada em todo o território, rondando 40% da população."

A escola elege a língua a ser ensinada consoante a formação dos professores indicados para essa função, neste caso a língua não é opcional; porém, se houver professores para as duas línguas, os alunos podem escolher e geralmente optam por aquela que é falada pelos familiares.

Importância do Ensino das Línguas

O Director Provincial de Educação salientou a importância do ensino das línguas angolanas, nomeadamente: no combate ao analfabetismo; permite uma comunicação mais lata entre as comunidades; no apoio ao combate à pobreza; e, nas campanhas de sensibilização, por exemplo vacinação e informação sobre doenças; assim como na manutenção da paz.

Nesse âmbito, o Coordenador das Línguas Nacionais do Namibe e formador provincial, salientou que "as línguas são portas do conhecimento e do saber, cria atitudes, competências e inovação, para abrir as consciências e para o auto-reconhecimento."

Para conhecer melhor esta realidade foram inquiridos os Directores de três escolas e seus estudantes (de três turmas diferentes), onde as línguas nacionais são ensinadas: Instituto das Ciências Religiosas de Angola (ICRA); Escola de Magistério Primário Nº78 –

1. César Joaquim, numa entrevista em Março de 2018.

Júlia Lopes; Escola do Ensino Primário Nº24N Kumangala. Estas escolas foram seleccionadas pela sua particularidade: o ICRA por ser um instituto com sustentáculo religioso; o Magistério Primário por formar professores; e, uma escola primária pública para, assim, abranger-se os vários níveis de ensino neste estudo. Também, por dificuldades de deslocação e calendarização, focou-se apenas nestas escolas do município-sede (Moçâmedes).

Aos diferentes directores também foi questionado sobre a importância de aprender e comunicar em línguas angolanas, eis as respostas mais significativas:

> "Ensinar línguas é educar o povo, a língua é a riqueza do país, faz parte do mosaico cultural de um povo." (Director do Instituto das Ciências Religiosas de Angola).
> "A língua faz parte da identidade cultural de um povo e os angolanos perderam muitos desses factores pela guerra e colonização. É importante sabermos da nossa cultura e identidade e aprofundar os conhecimentos interactivos." (Directora da Escola de Magistério Primário Nº 78).
> "As línguas nacionais têm muito da história de Angola, têm muita coisa que traduz a nossa realidade, tradições, valores e raciocínios que não aparecem na língua portuguesa. Aprender as línguas é repor alguns elementos perdidos durante a colonização quando era proibido usar essas línguas." Adicionou também que "a língua é um bem público. As línguas nacionais são bens do Estado, uma riqueza, um valor que o País tem que tem de ser preservado, valorizado e protegido pelo Estado." (Director da Escola do Ensino Primário Nº24N Kumangala).

Para saber a percepção dos alunos, foram feitos grupos focais, em Abril de 2018, em turmas de diferentes classes, com distintas faixas etárias - afiançando que estes podem ser representativos de um universo por enquanto impreciso (pois o ano lectivo de 2018 começou em Março e as estatísticas ainda não foram divulgadas) - conforme está na Tabela 1.

Tabela 1: Inquiridos no Município de Moçâmedes

ESCOLA	CLASSE	FAIXA ETÁRIA	GÉNERO		TOTAL DE ALUNOS
			M	F	
Instituto das Ciências Religiosas de Angola (ICRA)	13ª	18 a 28 anos	14	18	32
Escola de Magistério Primário Nº78 – Júlia Lopes	12ª	17 a 40 anos	06	24	30
Escola do Ensino Primário Nº24N Kumangala	6ª	10 a 13 anos	18	10	28
TOTAIS	-	-	38	52	80

Fonte: dados empíricos recolhidos.

Algumas das respostas consideradas mais pertinentes dadas pelos estudantes do género masculino: "Permite a identificação cultural de um determinado povo. Pois, um povo

sem cultura é como um livro sem grafia e um livro sem grafia é como um livro sem tema (ditado popular) "; e, "O ensino das línguas é um meio de preservar a nossa cultura para a geração vindoura".

Seguem-se também exemplos de respostas de estudantes do género feminino: "Quem não sabe da sua cultura é um vazio cultural, a falta de prática de uma língua é a falência de uma aprendizagem"; "Uma língua caracteriza uma cultura"; "A língua é um intercâmbio de comunicação cultura do nosso país"; e, "a língua ajuda a comunicar com os mais velhos, é um regresso às raízes e nossas culturas".

Os resultados mostram que a integração das línguas na educação formal é uma forma de valorização do património linguístico e o seu ensino é considerado fundamental para esse propósito.

Também foi inquirido sobre as vantagens de aprender e saber línguas angolanas, as respostas, tanto dos directores e alunos foram coincidentes e resumidas nos seguintes itens:

- Comunicação e interacção com outros povos;
- Redução de conflitos;
- Resgate e valorização dos valores culturais;
- Empatia e compreensão de situações culturais diferentes;
- Destruição de barreiras étnicas;
- Desenvolvem-se competências comunicativas;
- Partilha de valores realmente angolanos;
- Permite a identificação e preservação cultural e nacional;
- Interesse e valorização na variedade cultural angolana;
- Regresso às origens, ao "nosso".

<u>Os Directores salientaram:</u>

- Facilitar e satisfazer o cliente no atendimento e uso dos serviços.

<u>Os alunos acresceram</u>:

- Falar com os mais velhos ou com quem vive nas zonas onde não se fala português.

Como se pode ver existem várias vantagens vindas do ensino e aprendizagem das línguas angolanas.

Ensino Superior

Surge o desafio para o aumento interventivo do Ensino Superior na área do ensino das línguas, e para a extensão desse ensino específico. Quando inquirido sobre este assunto, o Director Provincial de Educação, afirmou que, o Ensino Superior podia intervir mais:

- Na investigação do património linguístico, com grupos interdisciplinares; e,
- Na divulgação dessa investigação;
- Dar formação profissional na área;
- Formar quadros em linguística, tradução e didáctica das línguas angolanas; e,
- Preparar professores para ensinar.

As respostas à mesma questão do Coordenador das Línguas Nacionais do Namibe e formador provincial, reforça a necessidade da formação de quadros na área realizada pelo Ensino Superior e de investigação linguística, nesse âmbito é importante focar no resgate

do conhecimento dos mais velhos para melhor conhecimento do uso das línguas.

O Director acrescentou, respondendo à pergunta sobre «para quando a inserção das línguas angolanas no Ensino Superior?», que as línguas poderão ser integradas desde que haja professores para as ensinar a este nível de ensino.

Nota Conclusiva

Banidas do sistema educativo no tempo colonial, após a independência, sobretudo depois da paz, as línguas angolanas foram ganhando importância como património linguístico e cultural. Gradualmente, a partir de 2008, foram sendo integradas nas escolas, começando no Ensino primário. Esta comunicação teve como objectivo mostrar que essa integração (das línguas na educação formal) é uma forma de valorização do património linguístico, focando o caso da província do Namibe.

No Namibe, o ensino das línguas angolanas começou em 2012 e foram escolhidas as línguas: Nyaneka e Umbundo. Nos diferentes municípios, apesar de este ensino ter tido um início diferenciado, tem crescido o número de turmas e de escolas e também (este ensino) foi expandido para o Ensino Médio.

Os resultados empíricos, obtidos por entrevistas e grupos focais, confirmam que a integração das línguas na educação formal é definitivamente uma forma de valorização do património linguístico e este ensino é percepcionado pelo Director Provincial, Coordenador das Línguas Nacionais do Namibe, Directores de escolas e alunos, como fundamental para esse propósito. Também são consideradas várias vantagens para a aprendizagem e uso dessas línguas nos diferentes campos, sobretudo no sociocomunitário.

O Ensino Superior pode ser mais interventivo nesta área em diferentes e possíveis acções. Acredita-se que a expansão do ensino das línguas angolanas, e uma intervenção crescente do Ensino Superior nesta área, pode resultar numa maior valorização deste património linguístico, que se deseja preservar, transmitir e divulgar.

Referências bibliográficas

Constituição da República. (2010). Luanda: Governo de Angola.

Fernando, B. (2012). *A fauna e as finalidades didácticas em alguns provérbios Bacongo*. Luanda: Instituto Nacional das Indústrias Culturais (INIC).

Ferreira, M. J. S. M. (2005). *Educação e política em Angola, uma proposta de diferenciação social*. Centro de Estudos Africanos/ISCTE.

Instituto Nacional de Estatística (INE). (2016) *Censo 2014: Resultados definitivos: Recenseamento Geral da população e da habitação de Angola 2014 – Província do Namibe*. Luanda: INE.

James, W. M. (2004). *Historical Dictionary of Angola*. Toronto: The scarecrow Press.

Lei 17/16, de 7 de Outubro, I Série – Nº 170.

Moutinho, M. (2000). *O indígena no pensamento colonial português* – 1835-1961. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

Quinta J., Brás, J. & Gonçalves, M. N. (2017). O Umbundo no poliedro linguístico angolano. *Revista Lusófona de Educação, 35,* 137- 154.

Vilela, M. (2001). Reflexões sobre a política linguística nos PALOP. *Africana Studia, 4*, 2001, 33-48.

Convivência do português com outras línguas de Angola: o caso do Umbundu

Natália Valentina Viti
Doutora em Linguística pela Universidade Nova de Lisboa (UNL), Docente do Instituto Superior Politécnico Jean Piaget de Benguela e Investigadora do CESPES do mesmo Instituto.

Introdução

A realidade linguística angolana encontra-se marcada por um acentuado plurilinguismo, em virtude da existência de várias etnias falantes de diversas línguas, deixando marcas no Português, língua que convive com outras de origem e estruturas diferentes da sua. Em consequência, vão emergindo produções linguísticas que caracterizam o Português falado em território nacional, fruto da interferência de diferentes línguas.

Neste âmbito, o presente artigo pretende abordar questões relacionadas com a interferência do Umbundu no Português, língua falada na zona linguística que compreende as províncias de Benguela, Bié e Huambo, incluindo as zonas limítrofes (Kuando Kubango, Kwanza Sul, Lubango e Malanje).

Trata-se de uma abordagem que realça elementos característicos do Português falado com interferência do Umbundu, apresentando-se certos aspectos marcantes na língua do ponto de vista fonético, morfológico e sintáctico.

A esta abordagem associa-se um levantamento de causas que estejam na base de tais interferências e suas consequências no aproveitamento escolar dos utentes, de modo que os profissionais do ensino saibam como actuar relativamente às situações linguísticas desviadas daquilo que convencionalmente se deve seguir (regras da língua).

1. Situação linguística de Angola/ Convivência do Umbundu com o Português

Angola, um país rico em recursos naturais, é um dos seis maiores países de África, com uma população de cerca de dezasseis milhões de habitantes (Dados recolhidos antes do censo de 2004). É caracterizado por uma diversidade linguística, dada a existência de diversas Línguas Nacionais (LNs), faladas em diferentes regiões do território nacional, além do Português, língua oficial. A presente situação desenha o quadro de uma sociedade multicultural e, consequentemente, plurilingue, onde se destacam situações de monolinguismo, bilinguismo e plurilinguismo, em determinados casos.

As línguas nacionais são de origem Bantu, excepto as Khoisan e Kung, línguas de origem não-bantu e minoritárias no país; todas elas são utilizadas, fundamentalmente na comunicação oral. Entre elas destaca-se: o Umbundu, o Kimbundu e o Kikongo. A língua nacional umbundu ocupa uma vasta região muito povoada, abrangendo as Províncias do Bié, Huambo e Benguela. A sua influência faz-se sentir substancialmente nas províncias limítrofes.

Trata-se da língua dos ovimbundu, povo que ocupa um largo território nacional nas províncias citadas acima. Este grupo é formado por quinze grupos principais com realce

para os Bailundos, Bienos, Chiacas e os Kakondas, Daniel (2002: 11). O Umbundu é a segunda língua mais falada em Angola a seguir ao português.

Por causa da guerra civil angolana, muitos ovimbundu abandonaram as zonas rurais, fixando-se nas grandes cidades, não apenas em Benguela e Lobito, mas também em Luanda e até nas cidades geograficamente periféricas como Lubango, transportando assim a sua língua para regiões onde esta antes não era falada.

Esta situação permite afirmar com Barros (2002) que alguns falantes da zona umbundu aprendem o Português como língua segunda (L2). A presente realidade não põe de parte a existência de um elevado número de falantes que, apesar de, em termos fonéticos, não apresentarem uma realização igual à do Português Europeu, cuja norma é seguida no país, efectua construções sintácticas segundo essa norma, o que o coloca muito próximo ou mesmo ao lado do PE.

Deste modo, pode dizer-se que a imigração do povo umbundu, referida acima, multiplica o número de falantes do Português, assim como o de crianças e jovens que o têm como língua materna, uma língua que vai adquirindo marcas pela interferência das línguas nacionais presentes nas zonas em que se desenvolve o sistema linguístico de cada falante.

2. Processo de Ensino e aprendizagem de Português como L1 em Angola

O processo de ensino/aprendizagem da Língua Portuguesa, em Amor (1999:12), remete para a apropriação linguística, processo em que se põe em relevo a questão da aquisição e da aprendizagem. Neste contexto, Madeira (2008: 190) diz que "*por um lado, se assume que o termo aprendizagem se refere a um processo activo de construção de conhecimento, que resulta na criação de representações explícitas e conscientes da gramática da L2, geralmente (mas não necessariamente) através de instrução formal*."

Em conformidade com o exposto pela autora, define-se a aquisição como um processo passivo e não consciente, tendo como resultado a criação de um sistema de conhecimento implícito da gramática da L1; é adquirido um conhecimento de propriedades gramaticais abstractas que estão subjacentes à língua a que os aprendentes estão expostos. Além disso, no processo de aquisição pressupõe-se uma interacção entre mecanismos cognitivos como para a construção do conhecimento do falante.

Tendo em consideração o exposto por Amor e Madeira relativamente às diferenças entre aquisição e aprendizagem, as constatações do dia-a-dia permitem afirmar que em muitos falantes angolanos não ocorre um processo activo de construção de conhecimento, que resulta na criação de representações explícitas e conscientes da gramática da L2, através de instrução formal, o que corresponde à aprendizagem.

Trata-se, antes de mais, de uma aquisição, ou seja, aquisição de conhecimento de propriedades gramaticais abstractas que estão subjacentes à língua a que os aprendentes estão expostos. Alguns falantes angolanos adquirem o Português sem recurso à escola, sendo este para eles a primeira língua de aprendizagem, quer em casa, quer na escola. Noutros casos, mesmo que não se fale Português em ambiente familiar, a criança aprende-o ouvindo os vizinhos ou no contacto com outros meninos da sua idade.

Dir-se-ia que, em Angola, acontece o que, na nossa opinião, se poderia considerar *transposição de línguas*. Esta consiste no facto de uma criança, em fase de aquisição da

linguagem, embora os pais tenham como LM uma LN, aprende as primeiras palavras em Português ao colo da mãe que não o domina. É frequente encontrar uma mãe/avô a falar com o seu filho/neto, dizendo algumas palavras soltas em Português, mesmo que sejam mal pronunciadas. É neste ambiente que a criança adquire a Língua Portuguesa, cujo conhecimento é, posteriormente, aprofundado e completado na escola.

Os aspectos referidos fazem crer que a aquisição feita é de uma L1 e não L2, na medida em que não o aprende como uma língua estrangeira que, estando em situação de imersão, aprende pela primeira vez na escola. Como bem o diz González Martínez (1999:75) e se constata em fase de aquisição da língua, a criança aprende a língua (materna) porque esse é o meio de comunicação com as pessoas que a rodeiam. Já com um aprendente de uma segunda língua, a situação é diferente, aquele já possui o conhecimento de uma língua, a língua materna, aspecto que leva à produção das habituais interferências entre o sistema desta e o da segunda língua de aprendizagem ou estrangeira.

Como vimos, a L1 adquirida/aprendida por falantes angolanos, sem sombra de dúvida, apresenta características próprias, tratando-se de uma aquisição feita em contexto plurilingue ou bilingue. Neste caso concreto, Mateus (2003:35) diz que "*o contacto entre línguas é um dos factores que contribuem para desencadear variação linguística a qual, ao ser progressiva e sistematicamente incorporada nos usos dos seus falantes, levará eventualmente a uma situação de mudança de alguns parâmetros da língua. O Português, tal como se tem desenvolvido* […] *revela variação que, em grande parte, resulta de uma evolução da língua fora do seu continente de origem, em contacto com outras línguas nativas e não-nativas utilizadas pelas comunidades* […]."

Como é sabido, alguma das variantes referidas pela autora são decorrentes do contacto linguístico e cultural ao longo dos séculos e contribuem para o reconhecimento da constituição de parâmetros fonéticos, fonológicos, morfológicos, sintácticos, semânticos e pragmáticos distintos dos do português europeu. A ideia desenvolvida por Mateus (2003) fundamenta a exposição anterior, relativa ao facto de a L1 adquirida pelos falantes angolanos possuir características próprias, como se pode ver a seguir.

3. Alguns aspectos característicos do Português falado em Angola pela sua convivência com o Umbundu

3.1. Fonética

População não escolarizada

• Vogais átonas pouco reduzidas

• Inserção de uma consoante nasal antes da oclusiva bilabial vozeada [b] e da oclusiva dental vozeada [d]:

[bola] → [m'b□λα]; [bolo] → [m'b□λυ]; [dele] → [n'dελε]

• Alternância entre o /r/ e o /l/ que funcionam como alofones do mesmo fonema:

[rato] → [lα≡τυ]; [rádio] → [lα)δφυ]; [erraram] → [ελαλα)ω]

Na realização fonética da palavra rádio destaca-se uma particularidade: quando o /d/ ocorre em posição inicial de frase, há uma inserção da consoante nasal, como se pode verificar no exemplo anterior. Ao ocorrer na segunda sílaba, a consoante nasal inserida nasaliza a vogal da sílaba anterior. Assim, já não há uma inserção, mas sim uma nasalização da vogal.

[balde] → [βαρδε]; [saltar] → [σαρταρ]

• Introdução de uma vogal epentética entre duas consoantes inseparáveis.

Ex: flor/ [φυ◡λ□ρ]; ritmo/ [ριτιμυ]

• Substituição da oclusiva dental não - vozeada [τ] pela oclusiva dental vozeada [δ], assim como da oclusiva bilabial não - vozeada [π] pela oclusiva bilabial vozeada [β] em palavras como:

[entender] → [ε)δε)δε≅ρ]; [compreender] → [κο)βριε)δε)ρ]

População escolarizada

• Vogais átonas pouco reduzidas.

• Realização das consoantes oclusiva bilabial vozeada [b] e oclusiva dental vozeada [d] como no PE.

[bola] →[b□lα]; [bolo] →[b□lυ]; [balde] → [bαℜde]; [banco] → [bãκu]

• Não substituição da vibrante [r] pela lateral alveolar [l]

[rádio] → [{α≅dφu]; [rato] →[{α≅tu]; [erraram] → [ε{aρãω]

• Manutenção da dental não vozeada [t] e da bilabial não vozeada [p] em palavras como:

[entender] → [ε)τε)δε≅ρ]; [compreender] → [κο)πριε)δε≅ρ]

• Supressão da consoante final do infinitivo dos verbos: Vamos comer. → Vamos comé.

De uma maneira geral, os falantes de umbundu não conseguem realizar o fonema [ζ]. É quase normal para um falante de língua materna umbundu, embora tenha um grau de escolaridade aceitável, trocar o fonema [ζ] por [σ] em virtude da inexistência daquele fonema no seu quadro alfabético. O mesmo acontece com o fonema [{], alterado para [λ], apesar de ser possível ultrapassar a dificuldade, com algum esforço, no momento da fala, como já foi referido anteriormente.

Exemplo:

Fonema [ζ]: casa - [κA≅ζA] → [κα≅σA]

Além da característica apresentada, outro aspecto a considerar é a nasalização das consoantes [β] e [γ]. Este aspecto é notável pelo facto de essas consoantes serem sempre nasais na sua língua materna, provavelmente por influência das consoantes pré-nasais existentes no sistema fonético da língua umbundu.

Exemplo:
Consoante [β]: bomba - [βo)βA] → [μβo)βA]
Consoante [γ]: gozo – [νγοσυ]
Há ainda a considerar que os falantes de umbundu têm mais uma característica na produção de palavras em português, fazendo sempre a paragoge do [ι], no infinitivo dos verbos. Julgamos que a referida característica seja mais forte nos nativos de Benguela do que nos de toda a zona linguística umbundu.
Exemplo:
Tu vais chorar. → Tu vais chorar**i**

2.2. Morfologia e Sintaxe
População não escolarizada
• Falta de concordância, suprimindo a consoante final do nome que indica a marca do plural do nome: as crianças → as criança; as plantas → as planta; os baldes → os barde
• Colocação dos pronomes átonos diferente da do PE:
Este lenço é meu; foi o João que me deu com ele. → Este lenço é meu; foi o João que mo deu.
Eu lhe dei um lápis. → Eu dei-lhe um lápis.

• Construções sintácticas que alteram o sentido da frase:
1 - Deixou falecer a criança. → Faleceu-lhe a criança.
2 - Queria chorar. → Ia chorar.
3 - Fui à casa do André, encontrei não está lá. → Fui à casa do André, não o encontrei.
4 - Tenho dois filhos: um filho de homem e um de mulher. → Tenho dois filhos: um menino e uma menina.
5 - Vamos cortar caminho. → Vamos pela via mais rápida.
6 - Vamos fazer mais como, se este é o problema que estamos com ele? → Que havemos de fazer perante este problema?
7 - O problema que estamos com ele. → O problema que temos.

População escolarizada
• Falta de concordância, suprimindo a consoante final do nome que indica a marca do plural: /os aluno/; /os jovem/ (baixo nível de escolaridade)
• Colocação dos pronomes átonos diferente da do PE:
Este lenço é meu; foi o João que me deu ele. → Este lenço é meu; foi o João que mo deu.
Comprei ele [o livro]. → Comprei-o.
Dei o lápis a ele. → Dei-lhe o lápis.
Fui à casa do André e não lhe encontrei. → Fui à casa do André e não o encontrei
Viste o João? Não lhe vi. →(…) Não o vi.

Vou te pagar lá. → Pago por ti.

Me dá lá pão. → Dá-me pão.

Envio o livro que o Paulo entregou-me. → Envio o livro que o Paulo me entregou.

• *Generalização do pronome 'que' como relativo universal, com o desaparecimento de cujo e onde*. Barros (2002: 41)

• Utilização de uma contracção em vez da preposição a:

Diz isso na professora. → Diz isso à professora.

Fui na praça. → Fui à praça

Vou no campo. → Vou ao campo.

• Emprego do verbo falar com o sentido de dizer.

• Emprego do verbo ter com o significado de haver, como acontece no PB:

Tem muita gente na sala. → Há muita gente na sala.

• Emprego de você com a segunda pessoa do singular:

Você disseste. → Você disse.

Em alguns casos, não há distinção no emprego de tu e você. Há uma certa generalização como acontece no PB.

• Em termos lexicais: formação de novos vocábulos a partir de certos nomes:

Caloriar (do nome calor) → transpirar

Os aspectos apresentados remetem-nos para questões de variação linguística. Estando em constante evolução, a língua vai sofrendo mudanças ao longo do tempo. No seu contacto com outras línguas, no dizer de Mendes (1985:60-61), "*tem de haver também, inevitavelmente, por interinfluência, mudanças numa e noutra (...)"*, como acontece com o Português, no seu contacto com o Umbundu e outras línguas nacionais. " […] *Um dos problemas com que os locutores bi ou plurilingues se confrontam é que estão perante normas diferentes e isso origina necessariamente a interferência das normas de um sistema nas de outro. Este facto verifica-se quer em sistemas muito diferentes, quer mesmo em sistemas aparentados ou entre variedades do mesmo sistema* **[**…]. […] *A interferência atinge todos os níveis desde o léxico ao morfosintáctico e semântico e até ao fonológico apesar de este ser o que melhor resiste e durante mais tempo, pois o nível em que o sistema está mais estreitamente estruturado."*

Neste âmbito, os aspectos marcantes no português falado com interferência do Umbundu, criam uma certa confusão entre aquilo a que se pode chamar "erro" ou "desvio". A reflexão efectuada por Barros (2002:39), sobre esta questão, permite tomar consciência de que tal confusão se deve à "*inexistência de investigação científica, nesta* área". Assim, Amor (1999:8), mostra que "[…] *para se estar de posse de um saber, se tem de anular outro, que o que foge à «norma» é, inevitavelmente «erro» a banir e que esse «erro» está sempre, por princípio ao lado do aluno*."

Nesta linha de ideias, seguindo Angola a norma padrão do Português europeu, algumas expressões indicadas anteriormente, decorrentes da interferência do Umbundu no Português, são consideradas como erros. Porém, algo leva a crer que futuros estudos em torno desta problemática, realizados por investigadores angolanos, conhecedores da realidade, poderão permitir perceber que algumas das expressões, sobretudo aquelas que contêm algum léxico percebido apenas em contexto angolano, constituem o chamado

desvio que, eventualmente, poderá vir a integrar a norma padrão do Português angolano, visto que um falante angolano desenvolve o seu sistema linguístico em contexto diferente do de qualquer outro falante do Português.

Como bem o diz Ançã (1999), "*um crioulófono terá determinadas dificuldades ao aprender a LP, um bantófono terá outras*", aspecto que se pode associar àquilo que é característico no Português falado por cada um deles. Parece-nos que esta diferenciação – crioulófono/bantófono – pode ser, de igual modo, feita entre os falantes das diferentes línguas nacionais. Um "umbundófono" apresentará dificuldades diferentes das de um "kikongófono" e das de outros falantes na aprendizagem do Português. Este, por seu turno, apresentará características diferentes consoante a língua nacional da região em que é falado.

Apesar disso, vão se destacando expressões que são, notoriamente, erros, como por exemplo 'se eu comese' (imperfeito do conjuntivo do verbo comer: se eu comesse), 'comesse-mos' (comêssemos). De acordo com Rebelo e Santos (2003:1), […] *os erros ortográficos se opõem a uma perfeita comunicação. Não respeitar a ortografia da Língua Portuguesa é um sinal actual de falta de conhecimento linguístico. São recorrentes erros como os seguintes: "se escrever-mos" ou " eles saiem".*

Mattoso (s/d) aprofunda mais a questão considerando que "*como língua viva que é, o Português está sujeito às leis da evolução a que não há vontade humana que se possa opor. Mudanças de cultura, de tempo e de lugar determinam natural e inevitavelmente mudanças linguísticas. Mas não se pode contemporizar com a anarquia permissiva, considerando correcto todos os desvios criados pela ignorância e pelos que privilegiam a total liberdade no falar e no escrever. Sem um conjunto de prescrições dirigidas à conservação da norma linguística, inevitavelmente a unidade de uma língua se perderia."*

Importa ainda salientar, na perspectiva de Mattoso, que a tradução do pensamento humano se adapta a cada momento e circunstância, ao falar ou ao escrever. Poderá apresentar-se com mais ou menos rigor e precisão, com mais ou menos simplicidade e clareza, mais ou menos gosto e elegância. O modo como um falante se expressa admite pois vários patamares – desvios à norma – consoante o seu nível social, a situação do discurso, etc. Contudo, os referidos desvios não significam, necessariamente, transgressões que se oponham às regras definidas pelos gramáticos. Segundo a intenção do enunciador e o contexto de enunciação, situar-se-ão acima ou abaixo relativamente à norma.

Marques *et alii* (1990:224-225) considera que "*nem tudo o que é ensinado é efectivamente aprendido pelo aluno. É este que controla o «input»*. E à manifestação deste controlo chamam uns ***erro***, *outros* ***interlíngua*** […]. Verifica-se que, por um lado, a causa principal dos erros cometidos pelos alunos é a interferência da língua materna e que, por outro, a análise contrastiva das duas línguas é o método eficaz de localização de áreas dessa interferência. No processo de ensino/aprendizagem do português, em terras angolanas, parece-nos necessário ter-se em atenção o aspecto da análise contrastiva das duas línguas em questão.

Segundo a mesma autora, "*a análise do erro é um ramo da linguística aplicada que investiga a realização linguística do estudante de uma língua estrangeira*." A «língua do aluno» e os «erros» que comete são considerados como hipótese para a análise do erro relativamente à língua estrangeira. Será necessário fazer uma «aproximação clínica» à «língua

do aluno» se se quiser entender o como e o porquê dessa «língua», o que constitui o domínio da análise do erro. Neste sentido, aceita-se que a «língua do aluno» não é incorrecta ou inadequada por comparação com a língua que está a aprender, mas sim um dialecto transitório, com raízes psicológicas e outras que deverão ser entendidas, diagnosticadas para actuar. A análise do erro é vista, assim, como uma técnica não só de validação da teoria do *transfer* mas também da desmontagem dos processos psicolinguísticos subjacentes à aprendizagem de uma língua.

A existência do erro e desvio orienta a investigação e a actividade docente para a busca de soluções que determinem algum meio para a sua correcção. Parte-se do princípio de que, nos anos 60, o ensino de línguas, centrado em abordagens comunicativas, colocou em segundo plano os demais aspectos linguísticos. Como refere Araújo (2004), "*O chamado Communicative Language Teaching (CLT) centrou a aprendizagem na transmissão de ideias em contextos reais de comunicação. Os erros de carácter fonológico, morfológico e sintáctico foram menosprezados e os alunos encorajados a desenvolver estratégias de comunicação sem se preocuparem com a correcção linguística.*"

Em consequência, muitos professores e alunos reconhecem e vão sentindo que os métodos que assentam no desenvolvimento de competências comunicativas não os ajudam a induzir regras e a produzir um discurso sem erros, o que em nosso entender não favorece o processo de ensino/aprendizagem. Sentem também que não conseguem fazer-se entender de forma clara, em virtude das limitações no conhecimento de regras *e* de estruturas linguísticas.

Sabendo que as pedagogias activas que trabalham a competência comunicativa são essenciais para o desenvolvimento de uma fluência oral em situações de comunicação, é necessário procurar-se assegurar que o processo de descoberta de regras gramaticais e de correcção fonética e morfológica é regulado pelo professor de forma a maximizar a correcção do discurso.

Para que, no decurso do processo de ensino/aprendizagem, se possa enveredar pela via da correcção do discurso, são dadas algumas orientações segundo as quais o professor deverá formar uma ideia dos erros mais comuns dos alunos em função da língua materna que falam, através de um estudo de análises contrastivas.

A título de exemplo, é-nos apresentado o caso de um aluno inglês que terá mais tendência em produzir erros como *Eu sou vinte anos*, dado que ao verbo ter em Português corresponde, em muitos casos, o verbo to have. Esta situação pontual fará com que ao detectar que muitos alunos dentro da mesma turma fazem o mesmo tipo de erro, o professor deva apresentar exercícios orais e escritos em que a estrutura correcta se repita em diferentes contextos.

O professor deverá ainda fazer correcções em situações de prática oral quando o objectivo é que os alunos reconheçam determinados padrões e usos de linguagem (através de exercícios criados pelo professor ou de exercícios escolhidos no manual ou livro). Apesar disso, dever-se-á ter o cuidado de não interromper o aluno para o corrigir em situações de comunicação interactiva, durante uma pequena dramatização, procurando, assim, dar-se tempo para que ele se auto-corrija.

Deste modo, certifica-se a existência de estratégias que podem ajudar a desenvolver esta aptidão metacognitiva, mesmo que não seja sempre fácil para os alunos detectarem

os seus erros e procederem a uma auto-correcção. Um exemplo sugestivo para esta questão é o de o professor poder gravar e transcrever pequenos excertos de situações dramatizadas nas aulas e levar os alunos a detectarem os seus erros e os dos seus colegas. Por outro lado, poderá ainda dar uma grelha de avaliação aos alunos onde diferentes aspectos de linguagem (pronúncia, uso de vocabulário, sintaxe, entre outros) são objecto de avaliação numa escala de um a cinco.

Trata-se de actividades que, em conjunto com outras como repetir uma ideia ou frase de forma correcta como modelo para o aluno, pedir esclarecimentos ou mesmo mostrar incompreensão, hão-de encorajar a autocorrecção. Assim sendo, professor e alunos assumem um papel central na construção de um discurso em que se ponha em relevo a comunicação, dando-se também ênfase à correcção linguística.

4. Interferência do Português no Umbundu

No contacto do português com as LNs, a interferência linguística, além de ser do Umbundu no Português, deu-se de modo inverso, tendo também ocorrido do Português para o Umbundu e outras LNs. Como refere Weinrich (1975/1976:84, citado em José (2005:77)) *"a língua em posição inferior está destinada a sofrer a interferência da outra, hibridar-se e finalmente desaparecer*."

Em Angola, ocorreu uma grande influência do Português no Umbundu. Embora não faça parte desta investigação, consideramos necessário fazer tal referência. Assim, podemos dizer que por interferência do Português, mediante o aparecimento de objectos novos inexistentes na sociedade angolana da época, surgiram novas palavras no léxico umbundu como:

ongalufu → garfo
ombatata → batata
esaia → saia
osapola → cebola
oaio → alho
ongalafa → garrafa
omasa → massa
ondjapa)u → sabão
osambunete → sabonete
okopo → copo
osapato → sapato
eka)lu) → carro

Basta olharmos para esta listagem para percebermos que se trata de vocábulos que se enquadram na parte da morfologia, propriamente na classe dos nomes. Tal como em Português, os nomes mencionados apresentam variação. No entanto, esta variação ocorre apenas em número e nos géneros diminutivo e aumentativo.

Neste âmbito, Nascimento (1894) diz que "*regra geral, os substantivos representam a classe dos seres sem indicação de sexo e quando haja necessidade de o indicar, usam-se os radicais* ***– lume*** *para o sexo masculino e* ***– kai*** *para o feminino, precedidos de prefixos nominais dos substantivos, cujo género se deve indicar*.

A nossa experiência de falantes do Umbundu permite afirmar que em Umbundu contemporâneo já existem determinadas palavras que diferenciam o género, em animais, como *omange* (a fêmea do galo/ a fêmea do bode), *otchikondombolo* (galo), *otchitupi* (bode) e outros. O plural dos nomes forma-se com o acréscimo dos prefixos ***olo-*** e ***a-***. Veja-se o quadro apresentado abaixo.

Formação do plural (prefixo olo- e a-)	
Singular	**Plural**
ongalufu (garfo)	***olo****ngalufu* (garfos)
esaia (saia)	***a****saia* (saias)
ongalafa (garrafa)	***olo****ngalafa* (garrafas)
okopo (copo)	***olo****kopo* (copos)
osapato (sapato)	***olo****sapato* (sapatos)
eka)lu (carro)	***a****ka)lu* (carros)

As palavras *ombatata* (batata), *osapola* (cebola), *oaio* (alho), *ondjapa)u* (sabão), *osambunete* (sabonete) são nomes não contáveis, pelo que não formam o plural.

A formação dos graus diminutivo e aumentativo realiza-se acrescentando os prefixos ***oka-*** e ***otchi-*** *ao* nome, com se pode ver a seguir.

Grau aumentativo e diminutivo			
Diminutivo (prefixo oka)		**Aumentativo (prefixo otchi)**	
oka*ngalufu*	(garfinho)	***otchi****ngalufu*	(garfão)
oka*saia*	(sainha)	***otchi****saia*	(saiona)
oka*ngalafa*	(garrafinha)	***otchi****ngalafa*	(garrafão)
oka*copo*	(copinho)	***otchi****copo*	(copázio)
Oka*sapato*	(sapatinho)	***otchi****sapato*	(sapataço)
oka*ka)lu*	(carrinho)	***otchi****ka)lu*	(carrão)

A formação do diminutivo dos nomes em Umbundu com o prefixo ***oka-***, diferente da do Português, é um aspecto de interferência que se faz também sentir em alguns falantes dessa língua. Com tal interferência, vão-se fazendo aproximações, resultantes de formações de palavras do léxico português "angolanizado", como: o *cacarro* (carrinho), o *cassapato* (sapatinho), o *cacopo* (copinho), a *cagarrafa* (garrafinha), o *cagarfo* (garfinho), a *casaia* (sainha).

4. Causas dos aspectos característicos do Português falado em Angola pela sua convivência com o umbundu

Na perspetiva de Barros (2002), a existência de marcas no Português falado em Angola prende-se com as analogias entre as línguas de origem bantu e a expressão popular. A autora afirma que uma das características dessas línguas é a inexistência de ditongos, representados por certos agrupamentos de vogais que pela pronúncia ou contracção dão

origem a um som diferente, o que faz com que muitos falantes não realizem o ditongo ∪ei∪ em palavras como: sapateiro, pereira, ouro, candeeiro, entre outras.

Paralelamente a este aspecto realçam-se os seguintes:

• Inexistência do fonema [ρ]

• Existência de africadas.

• Inexistência de pronomes relativos.

• Inexistência de artigos e distinção dos nomes em classes, através de morfemas de natureza prefixal diferentes, que determinam o número e regulam a concordância.

Ex: sing. - okulya(a comida)

plur. – ovikulya(as comidas)

• Formação do infinitivo por um prefixo e um radical que termina sempre em a.

Ex: okutanga (ler)

• Uso limitado de preposições.

• Inexistência do conjuntivo.

Por esses traços, verifica-se em algumas produções realizadas em contexto angolano, particularmente na zona linguística umbundu, uma alternância entre o [λ] e o [ρ] que funcionam como alofones de um mesmo fonema. Ex.: malvado/marvado; generalização do pronome *que* como relativo universal, com o desaparecimento de cujo e onde; regras de concordância variável. Não ocorrência da marcação redundante do plural no interior do SN. Ex.: ∪Os amigo∪ [υζαμιγυ]; queda do – r final do infinitivo. Ex.: ∪eu quero comê∪; uso limitado de preposições; inexistência do conjuntivo.

Em termos sintácticos, verifica-se determinada rigidez da ordem SVO nas frases interrogativas e declarativas. Daí as interrogativas em Q sem qualquer movimento. A título de exemplo veja-se a frase: Fizeste o quê? Como consequência, também em português não culto/português popular angolano se regista rigidez na ordem dos constituintes da frase (SVO).

4. Metodologias para o ensino de uma L2 e sua adequação ao caso angolano

Face às situações apresentadas acima, Mingas (2002:48) considera que uma *aprendizagem* eficaz do Português em terras angolanas *"deverá basear-se numa metodologia de ensino adequada.*" Trata-se de encontrar uma metodologia que proporcione o desenvolvimento da competência de comunicação, bem como uma integração harmoniosa da língua primeira na aprendizagem da segunda, uma metodologia que tenha como base um ensino feito numa perspectiva contrastiva.

A linguística contrastiva e a gramática generativa e transformacional baseiam-se na apresentação de corpus que ponham em evidência as semelhanças e diferenças entre as duas línguas, reduzidas a um sistema douto e complexo de equações verbais. Nesta perspectiva, para Araújo (2004:2) o procedimento metodológico deverá orientar-se por um estudo de análises contrastivas, formando-se, em primeiro lugar, uma ideia dos erros mais comuns dos alunos em função da sua língua materna ou de aspectos relacionados com a interferência do Umbundu e/ou de outras línguas nacionais.

Baseando-se nos aspectos linguísticos que se forem detectando, fora e dentro de uma sala de aulas, é necessário tomar-se notas dos enunciados apresentados pelos alunos/

falantes. A partir destes enunciados apresentar-se-ão exercícios orais e escritos em que a estrutura correcta se repita em diferentes contextos, fazendo-se, assim, comparação com mais de duas produções, em prol da sua correcção linguística.

Neste caso, fazendo-se comparação com as primeiras produções, o professor deve ainda fazer correcções em situações de prática oral, pondo os alunos em ambiente de interacção, de modo que reconheçam determinados padrões e usos de linguagem.

Ainda segundo a autora citada anteriormente e como já se disse, o professor pode gravar e transcrever pequenos excertos de situações dramatizadas nas aulas e, em seguida, fazer um exercício de audição, de modo a levar os alunos a detectarem os seus erros, sentindo-se motivados a autocorrigirem-se. Para mais incentivo e concorrência no uso adequado de diversos aspectos relacionados com o funcionamento da língua, o professor deverá elaborar uma grelha de auto-avaliação (para os alunos) onde diferentes aspectos de linguagem (pronúncia, uso de vocabulário, sintaxe, entre outros) são objecto de avaliação numa escala de um a cinco.

Por esta razão, González Martínez (1999:78) sugere que os aspectos gramaticais a trabalhar sejam extraídos de textos comunicativos reais, isto é, […] *de sequências da língua viva da comunidade […] ou muito próximos delas*."

Na nossa opinião, trata-se de um aspecto fundamental para um ensino eficaz da Língua Portuguesa em território angolano, na medida em que a escolha de textos da língua viva, próximos da realidade do aluno, desperta mais a atenção, motivando o aprendente.

Note-se também, na perspectiva do autor, que ao aprender uma língua, aprende-se também a usá-la, o que requer, por um lado, a aplicação prática das suas regras formais, e, por outro, a aplicação prática das estratégias de comunicação que permitem tornar operativa a aplicação daquelas regras e capacitar o aluno quer para a descodificação da mensagem do interlocutor, quer para tornar essa mensagem acessível ao seu nível de língua. Neste âmbito, o plano de aula deverá assumir como objectivo o domínio da língua dentro das normas de correcção estabelecidas pela pauta do comportamento social.

Com efeito, trata-se de aproximar o aluno da língua real, o que significa levar para a sala de aula textos extraídos do uso coloquial, da fala viva, sem que isso implique incorrecção. Dever-se-á seleccionar textos e exemplos acessíveis com um aumento gradual de dificuldade. Estaremos, assim, numa situação ideal para que o estudante aumente o seu nível de competência e passe rapidamente da fase de compreensão para a fase de expressão. Caberá ao professor arranjar meios que permitam o rápido desenvolvimento da enunciada capacidade de expressão, pondo ao alcance do aluno textos que sejam acessíveis, propiciadores de uma participação oral expressiva na aula e eliminadores de obstáculos de tipo afectivo interpostos, talvez, pelo aluno (ansiedade, desconfiança, falta de motivação).

Deste modo, segundo González Martínez (1999), o uso na sala de aula de um modelo de língua similar ao dos textos manuseados pelo aluno evitará que este se veja obrigado a mudar de registo sempre que passa da língua do texto para a língua dos exemplos do professor e, ao mesmo tempo, elimina o efeito contraproducente causado pela afectividade negativa do aluno que se poderia produzir numa situação de contínua mudança de registo.

Torna-se, assim, necessário, para responder às necessidades da aula (textos e exemplos), compilar previamente um *corpus* do registo de língua que o aluno pode encontrar

no seu ambiente (na rua, na escola, nos meios de comunicação); esses textos deverão corresponder a um nível *standard*, adequado à comunicação, usual entre pessoas de cultura média e isento de dialectismos. Além disso, no processo de ensino-aprendizagem das línguas, destaca-se também a gramática.

Neste âmbito, Ançã (1999: 15) faz tomar consciência de que ensinar uma língua, neste caso, o Português, exige ter em consideração um destinatário, num contexto específico, com um substrato linguístico específico: *"Um modelo único de Didáctica do Português-L2, pretendendo cobrir uma só área disciplinar e pressupondo um quadro conceptual homogéneo, arrisca-se a não prever uma série de particularidades que os diferentes contextos (ideológicos, geográficos, linguísticos) especificam. Assim, programas, manuais e gramáticas pedagógicas deveriam ter em conta todas essas particularidades, depois de diagnosticadas as dificuldades específicas de cada tipo de aprendente (um crioulófono terá determinadas dificuldades ao aprender a LP, um bantófono terá outras).*

Neste contexto, factores como métodos inadequados e abordagens inadequadas de conteúdos podem ser a causa do insucesso. Enveredar por uma *universalidade* metodológica seria criar obstáculos à aprendizagem. De facto, um ensino da língua desenvolvido com a chamada *universalidade* metodológica, sem se prestar atenção à causa das dificuldades dos alunos (que são concretamente algo que tenha a ver com a LN da sua região) tem contribuído imenso para o insucesso escolar.

Conclusões

No presente artigo, procedeu-se a uma reflexão sobre a diversidade linguística angolana, tendo como reflexo determinadas marcas no Português, decorrentes da convivência desta língua com as nacionais faladas em diferentes regiões do país.

A referida reflexão centrou-se nos aspectos marcantes na Língua Portuguesa falada em Angola e implicações educativas por quatro motivos: em primeiro lugar, pareceu-nos importante proceder a um levantamento de traços linguísticos novos que nos permitisse perceber o funcionamento da língua com interferência do Umbundu, incidindo nos pontos problemáticos que afectam o processo de ensino/aprendizagem. Foram, então, destacados os seguintes pontos: a fonética, a morfologia e a sintaxe.

Ao levantamento de aspectos linguísticos novos seguiu-se uma busca de motivos que levaram ao seu aparecimento para uma análise da situação que sirva para levar os falantes a ultrapassar determinados "problemas", podendo adquirir o conhecimento explícito da língua, conducente a uma produção oral e escrita efectuada de forma adequada.

Encontrados os motivos que estão na base das produções caracterizadas por aspectos novos na língua, a pretensão de contribuir para a existência de falantes que tenham o conhecimento explícito da língua, concorrendo para a preservação de cada uma dos idiomas em convivência, levou à apresentação de uma metodologia para o ensino do Português em contexto angolano, tendo em consideração que até os falantes de Português LM o adquirem com marcas de interferências.

Para esse ensino considera-se eficaz o procedimento segundo o qual se faça um estudo de análises contrastivas, tentando-se perceber os erros mais comuns dos falantes/alunos, de modo que a partir de tais erros se realize um trabalho que conduza a um aperfeiçoa-

mento.

Referências Bibliográficas

Amendoeira, F. e Ribeiro, F. (s/d). *Português Língua Segunda. Guia anotado de Recursos*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

Amor, E. (2003). *Didáctica do Português: fundamentos e metodologia*. Porto: Porto Editora.

Ançã, M. H. (1999). *Ensinar Português – entre Mares e Continentes*. Aveiro: Universidade de Aveiro.

Ançã, M. H. (1999). "Da Língua Materna à Língua Segunda". In revista *Noesis* nº 51, Jul/Set 1999- Dossier. Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento curricular. Consultado a 8 de Março de 2010 em http://area.dgidc.min edu.pt/inovbasic/edicoes/noe/noe51/dossier1.htm.

Araújo, L. (2004). "A correcção do erro". In *Idiomático (Revista Digital de Didáctica de Português Língua Não Materna)*. Consultado a 2 de Fevereiro em: www.instituto-camoes.pt/cvc/idiomático/01/01.html.

Barros, A. (2002). "A situação do Português em Angola". In Mateus, M. H. M. (2002). *Uma política de Língua para o Português. Colóquio de Julho de 1998*. Lisboa: Edições Colibri.

Duarte, I. (2000). *Língua Portuguesa Instrumentos de Análise*. Lisboa: Universidade Aberta.

González Martínez, A. (1999), "Gramática e Ensino das Línguas". In Barbsa, J. M. *et alii* (Org.)(1999). *Gramática e Ensino das Línguas. (Actas do I Colóquio sobre Gramática)*. Coimbra: Livraria Almedina.

José, T.M.C. (2005). *Os empréstimos lexicais das línguas nacionais no português falado em Angola*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. (Dissertação de Mestrado).

Madeira, A. (2008). "Aquisição de L2". In Osório, P. e Meyer, R. M. (2008). *Português Língua Segunda e Língua Estrangeira. Da(s) Teoria(s) à(s) Prática(s)*. Lisboa: Lidel - edições técnicas,lda.

Mateus, M. H. M. (2002). *Uma Política de Língua Para o Português Colóquio de Julho de 1998*. Lisboa: Edições Colibri.

Mattoso, A. (S/D). "Norma Padrão e Desvio". In *Letrário*. Consultado a 16.02.2011, em http://www.letrario.pt/1 pt/700/ciencia/António Mattoso.pdf

Mendes, B. C. (1985) *Contributo para o Estudo da Língua Portuguesa e Angola*. Lisboa: ILFLL.

Mingas, A. (2002). "Ensino da Língua Portuguesa no Contexto Angolano". In Mateus, M. H. M. (2002). *Uma Política de Língua Para o Português. Colóquio de Julho de 1998*. Lisboa: Edições Colibri.

Nascimento, J.F. D. (1894), *Gramática do umbundu ou língua de Benguela*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Rebelo e Santos (2003). *Desvio e erro*. Consultado a 16 de Fevereiro de 2011 em http://www.uma.pt/portal2003/html/dbdoc/321/DERde.pdf

Uma proposta educativa de formação das comissões de pais de encarregados de educação - caso da comunidade Tchikuteni na localidade do Giraul no município de Moçâmedes, província do Namibe

Pascoal Sipata
Universidade Mandume Ya Ndemufayo

Introdução

A Educação é um processo que vincula as novas gerações em hábitos e costumes antigos para conformá-las com as exigências actuais, preparando-as profissional e socialmente, tendo como finalidade a inserção do indivíduo na sociedade Piletti C. (2004 p.11). Desta forma o desenvolvimento de uma sociedade passa pela construção e reivenção do mundo, ideia que nos indica a necessidade urgente de se actuar sob o ponto de vista pedagógico, por a escola constituir um espaço privilegiado para a educação de valores, e que estes sejam assimilados e relacionados com a educação.

Também podemos nos apoiar na ideia do Fajardo M. (2005 p.133):

> o conjunto de influências externas e internas são os que constituem os factores da educação. As actividades que têm lugar no seio familiar, na escola, nas instituições e centros recreativos, desportivos, culturais, etc., e as relações que se estabelecem com outros seres humanos, crianças, adultos, não desenvolvem por si só os objectivos da educação. Este objectivo se alcança somente quando se produz a interiorização, quando estas influências possam impulsionar o homem a actuar em correspondência com os ideiais e critérios de outras sociedades.

Um cuidado especial deve ser tido pelo educador, para de forma integral e harmoniosa, desenvolverem personalidades ajustadas, equilibradas, fundamentos essenciais para a boa formação de homens e mulheres capazes de levar avante o seu país.

É possível constatar que cada vez mais as pessoas vêem a actividade educativa como um bem essencial para a saúde, para o seu bem-estar físico, mental e social e também como forma de conseguirem um hábito de vida saudável.

Neste contexto, a relação professor-aluno tem sido uma das preocupações do contexto escolar. Nas práticas educativas, o que se observa é que, algumas vezes por não se dar a devida atenção à temática em questão, muitas acções desenvolvidas no ambiente escolar acabam por fracassar. Daí reconhecemos a importância de estabelecer uma reflexão aprofundada sobre esse assunto, considerando a relevância de todos os aspectos que caracterizam a escola.

Os tempos actuais caracterizam-se pela aceleração dos processos socioculturais e a sua interdependência cada vez maior ao ponto de concebermos a sociedade como uma

"aldeia global". De facto, a globalização afecta a vida das sociedades, influenciando os modos de vida e a forma de resolução dos problemas. Por outro lado, a vida actual está marcada por factores como a complexidade, a incerteza e a turbulência visíveis nos processos de mudança que as sociedades têm enfrentado no sentido de propiciar um aumento da qualidade de vida dos seus cidadãos. O conhecimento e a tecnologia tornam-se elementos vitais do desenvolvimento social e representam condições para assegurar o intercâmbio necessário entre as sociedades. A educação como processo social de construção do cidadão, adquire novos significados face às tarefas a que é chamado a realizar para viabilizar a vida social sob novos pressupostos que exigem cada vez mais indivíduos activos, interventivos, criativos e abertos a inovação. Mesmo no caso da sociedade angolana conectada ao sistema mundial de que faz parte, a educação deixa de ser entendida apenas como a escolarização e passa a ser encarada segundo novas concepções:

a) Educação ao longo da vida e sociedade de informação-visando a preparação dos cidadãos em termos de competências de aprendizagem para poderem gerir o conhecimento e a informação que são elementos vitais para a compreensão do mundo e a sua relação com ele. No caso de Angola, é necessário desenvolver uma cultura geral moderna e aberta ao mundo propiciando aos cidadãos as bases culturais da identidade nacional e transnacional;

b) Educação para a cidadania e globalização- visando a inculcação dos valores e das práticas de convivência social no mundo globalizado, desenvolvendo nos indivíduos as competências de relação com os outros, de tolerância face a diferençaa e de intergração na sociedade cada vez mais globalizada: em Angola torna-se imperioso gerar condições e instrumentos para que os sujeitos possam interagir na sociedade nacional e global; (Lei de Base do Sistema de Ensino em Angola, nº17\16 de 7 de Outubro).

c) Educação para a participação e democracia- visando o desenvolvimento de atitudes e comportamentos sociais pró-activos para tornar os sujeitos sociais em agentes participativos nos processos de mudança social, em especial na construção das bases, princípios e valores da democracia que é um dos pilares da nossa sociedade. Há que desenvolver em Angola o espírito e as práticas democráticas para a cidadania (Lei de Base do Sistema de Ensino em Angola, nº17\16 de 7 de Outubro).

d) Educação para os direitos fundamentais e coesão social - visando a criação de modos de vida que assentem no respeito pelos direitos humanos, como condição essencial de dignificação da pessoa, tornando os cidadãos conscientes e responsáveis pela preservação da liberdade e do respeito pela vida humana. Em Angola, há que consolidar os valores da paz, da unidade e da coesão nacional, educando para o sentido da angolanidade (Lei de Base do Sistema de Ensino em Angola, nº17\16 de 7 de Outubro).

Segundo Piletti (2004), os pais são os responsáveis morais e legais pela educação de seus filhos. Como a educação escolar não os exime dessa responsabilidade, a participação dos pais é flagrantemente necessária para que se continue a exercer o papel de principais educadores dos filhos.

O facto é que não é fácil definir o papel que cabe aos pais na escola e no conjunto do sistema educacional, porque é dificil distinguir os temas que lhes são próprios daqueles em que o seu papel se deveria complementar...

Digamos, de saída, que a participação dos pais no sistema educacional, como toda a participação social equivalente tem a dupla perspectiva de colaboração e controlo. Com a primeira se potencializam os recursos e as acções da escola, enquanto como controle se estimula a qualidade da educação escolar.

Caracterização do Processo de Ensino Aprendizagem
Ponto de vista Psicológico

O processo de ensino-aprendizagem tem sido historicamente caracterizado de forma diferente, que desde a ênfase do professor como transmissor de conhecimento, até as concepções actuais que concebem o mesmo com um todo integrado que destaca o papel do educando, considerando a integração do cognitivo e do afectivo, do instrutivo e do educativo como requisitos psicológicos e pedagógicos essenciais.

A eficácia do processo de ensino-aprendizagem está na resposta que esta dá à apropriação de conhecimentos, ao desenvolvimento intelectual e físico do estudante, à formação de sentimentos, qualidades e valores, que alcancem os objectivos gerais e específicos propostos em cada nível de ensino de diferentes instituições, conduzindo a uma posição transformadora, que promova as acções colectivas, a solidariedade e o viver em comunidade.

Para Fernandez (1998), as reflexões sobre o estado actual do processo de ensino-aprendizagem permite-nos identificar um movimento de ideias de diferentes correntes teóricas sobre a profundidade do binómio ensino e aprendizagem.

As teorias construtivista de Piaget, segundo Fernandez (1998, p.23), sobre a construção de conhecimento e os mecanismos de influência educativa, têm chamado atenção para os processos individuais, que têm lugar em um contexto interpessoal e procuram analisar como os alunos aprendem, estabelecendo uma estreita relação com os processos de ensino em que estão conectados. Se o produto do processo de ensino-aprendizagem é o conhecimento, concebe-se que o conhecimento é uma construção social que torna necessário examinar a conexação de interesses económicos, políticos e sociais que as diferentes formas de conhecer podem reflectir. Para que esse processo de ensino-aprendizagem possa gerar possibilidades de emancipação é necessário que os professores compreendam a razão de ser dos problemas e assumam um papel de sujeito na organização desse processo.

As influências sócio-políticas, económicas, exercem sua influência inclusive nos pequenos actos que ocorrem na sala de aula, ainda que não sejam conscientes. Ao seleccionar alguns desses componentes para aprofundar deve-se levar em conta a unidade, os vínculos e os nexos com os outros componentes.

Componente é uma propriedade ou atributo de um sistema que o caracteriza; Não é uma parte do sistema e sim uma propriedade do processo docente-educativo como um todo, Fernandez, (1998, p.23), identificando como componentes do processo de ensino-aprendizagem os seguintes:

1 - Aluno, deve responder a pergunta: “quem?”
2 - Professor
3 - Problema, elemento que é determinado a partir da necessidade do aprendiz.
4 - Objectivo, deve responder a pergunta: “para que ensinar?”
5 - Conteúdo, deve responder a pergunta: “o que ensinar?”

6 - Métodos, deve responder a pergunta: “como desenvolver o processo?”
7 - Recursos, deve responder a pergunta: “com o quê?”

Do ponto de vista sociológico

Baseando-se na abordagem histórico-cultural de Vygotsky

> As inquietações sobre o desenvolvimento da aprendizagem e a construção de conhecimento perpassam pela produção de cultura, como resultado das relações humanas. Por conta disso, ele procurou entender o desenvolvimento intelectual a partir das relações histórico-sociais, ou seja, buscou demonstrar que o conhecimento é socialmente construído pelas e nas relações humanas (Elaine e Luiz Prandi e Carla, 2009, p.204).

Para Vygotsky (1991), o homem possui natureza social, uma vez nasce num ambiente carregado de valores culturais: na ausência do outro, o homem não se faz homem. (Elaine e Luiz Prandi e Carla, 2009, p.205).

Desta feita, a convivência social é fundamental para transformar o homem do ser biológico a ser humano social, e a aprendizagem que advém das relações sociais ajuda em construir os conhecimentos que dão suporte ao desenvolvimento.

Considerando que o acto de ensinar e aprender implica sempre um mínimo de dois actores, e se entendermos que tais actores são sujeitos sociais, históricos e culturais, portanto instrumentalizados pela linguagem, então podemos afirmar que há um fluxo nas duas direcções, permutando valores, princípios e crenças. Podemos então afirmar que “o ensino-aprendizagem” é um processo no qual está sempre presente de forma directa ou indirecta, o relacionamento humano.

Do ponto de vista Pedagógico

O trabalho do professor é a actividade que dá unidade ao binómio ensino-aprendizagem, pelo processo de transmissão - assimilação activa de conhecimento, realizando a tarefa de mediação na relação cognitiva entre o aluno e as matérias de estudo.

Para compreender a dinâmica desse processo é necessário analisar separadamente cada um dos seus componentes, segundo Libânio (2006, p.81-87):

> Processo de Ensino: conjunto de actividades organizadas do professor e dos alunos, visando alcançar determinados resultados (domínio do conhecimento e desenvolvimento das capacidades cognitivas), tendo como ponto de partida o nível actual de conhecimentos, experiências e de desenvolvimento mental dos alunos.

Características do processo de ensino :

a) O ensino é um processo, ou seja, caracteriza-se pelo desenvolvimento e transformação progressiva das capacidades intelectuais dos alunos em direcção ao domínio de conhecimentos, habilidades e sua aplicação.

b) O processo de ensino visa alcançar determinados resultados em termos de domínio de conhecimentos, habilidades, hábitos, atitudes, convicções e de desenvolvimento de capacidades cognoscitivas dos alunos.

c) O ensino tem carácter bilateral, em virtude de combinar a actividade do professor (ensinar), com a actividade do aluno (aprender).

Portanto, o ensino tem como função principal assegurar o processo de transmissão e assimilação dos conteúdos do saber escolar e, através desse processo, o desenvolvimento das capacidades cognitivas dos alunos.

> Aprendizagem: antes entendido como aquele que fazia referência à mudança de comportamento observável, hoje a realidade se apresenta de inclusão, a essa mudança de conduta, também daquele conhecimento trazido pelo sujeito. Tal mudança, por sua vez, não é produzida apenas por meio de associações, mas com a intervenção de reorganização de conhecimento.

Já Libâneo (2006, p. 82), explica que podemos distinguir a aprendizagem casual e a aprendizagem organizada. A casual é quase espontânea, surge naturalmente da interacção entre as pessoas e com ambiente em que vivem, ou seja, pela convivência social, pela observação de objectos e acontecimentos, pelo contacto com os meios de comunicação, leitura, conversas, etc. A aprendizagem organizada é aquela que tem por finalidade específica aprender determinados conhecimentos, habilidades, normas de convivência social. Embora essa possa ocorrer em vários lugares, é na escola que são organizadas as condições específicas para a transmissão e assimilação de conhecimentos e habilidades.

Algumas Ideias Sobre Comunidade e Intervenção Comunitária

A comunidade é uma agrupação o conjunto de pessoas que habitam num espaço geográfico delimitado e seus membros tem consciência de pertinência e de identificação actuando em redes de comunicação e apoio mútuo, com determinados objectivos e desenvolver funções sociais.

Ressalta-se que esse processo promove uma significativa influência nas sociedades em que se inserem, pois à medida que modifica a relação do ser humano com a natureza, com outros humanos e consigo próprio, afecta a coesão dos agrupamentos sociais e com isso fragmenta identidades daqueles que as compõem, fragilizando a capacidade criativa de agir e ser feliz.

A intervenção comunitária é o trabalho realizado com as populações, tendo como objectivo a resolução de problemas e a promoção das potencialidades de uma comunidade através de uma acção concertada entre vários agentes socioeducativas e a própria comunidade. Este trabalho procura ajudar as pessoas a compreenderem o seu meio, social, económico, político, jurídico e cultural, fazendo com que tome consciência da existência de problemas. Uma intervenção não deve ser um acto isolado ou espontâneo, mas sim um trabalho de grupo, que obedece a princípios teóricos e estando também sujeito a normas.

Nesta linha, a intervenção procura que a comunidade conheça a fundo todos os seus problemas, para que possa existir um real e efectivo desenvolvimento. A ideia é ser a própria comunidade, o agente principal para a transformação da sua realidade.

Para se alcançar este objectivo, deve prestar-se atenção essencial: A consciencialização da comunidade para as suas necessidades; a comunidade adquirir capacidades e habilidades para a procura de soluções adequadas aos seus problemas, a comunidade

responsabilizar-se no compromisso de transformação da sua realidade e a independência face aos sistemas de controlo para a autogestão de transformação (Gomez e outros, 2007: 138). Assim, a intervenção comunitária deveria ser efectuada de forma organizada, tendo sempre presente o contexto cultural e social em que se insere, para uma boa planificação e preparação das actividades a desenvolver. GOMEZ, J. A. G., FREITAS, Orlando M P de, CALLEJAS, Gérman V. (2007),

Na intervenção comunitária deve fomentar um trabalho de equipa e fomentar um processo formativo que permita o indivíduo compreender a própria estrutura da sociedade em que vive. Estabelece-se uma relação educativa que conduziria os diferentes sujeitos a intervenções nos contextos em que vivem onde as escolas e seus professores são tomados como responsáveis por levar adiante essas demandas formativas. Da Silva, (2014, p.964). A intervenção comunitária fomenta a sociabilidade, a socialização dos grupos (sociedade de aprendizagem), em que os alunos adquirem experiências e vivências de aprendizagens em situações diversificadas.

Caracterização da Comunidade

A localidade do Giraúl Muhombo dista à 17 km da cidade de Moçâmedes, na zona norte. A população, na composição de 568 membros até 2017, vive de agricultura de subsistência, utilizando instrumentos rudimentares tradicionais, como por exemplo, enxadas, catanas, charruas. As sementeiras dependem sobretudo das chuvas do interior que transbordando a água a partir do vale do rio Giraúl, que desaba ao mar a norte da cidade, a população aproveita este momento, uma vez por ano fazer o cultivo.

Percorrendo a comunidade, encontramos o senhor Francisco Sabalo Pedro, mais conhecido por Tchikuteny, com quem mantivemos a entrevista a propósito do nosso diagnóstico: o funcionamento da comissão de pais e encarregados de educação na escola nº 26, a luz do Regulamento de Funcinamento da Comissão de Pais e Encarregados de Educação, aprovado pela Assembleia Nacional em 2008.

> Iniciou por informar-nos que tem actualmente 169 filhos controlados, dos quais 90 estão a estudar para ajudar a desenvolver a comunidade. Tem ainda o registo de 37 filhos fora do subsistema de ensino, dos quais 18 que não estão sob sua tutela na comunidade. Pensa que a escola responde os anseios de complementar a educação que os filhos recebem dos seus pais, por este motivo está preocupado com o surgimento ou implementação do II Ciclo do Ensino Secundário na comunidade, pois, os recursos da comunidade para as despesas de transportação para a continuidade de estudos e outras são escassas. Sugere a possibilidade do estado ou governo criar estruturas para a formação de técnicos locais, entre enfermeiros, professores e outros para contribuírem no desenvolvimento da comunidade.

Razão pela qual a comunidade através dos pais, devem se unir para junto das autoridades governamentais, requerem o apoio nesse sentido, potenciando-a com os técnicos que residem na comunidade, para se evitar os atrasos e ausências dos que residem a 17 km.

Em 1996, por solicitação da comunidade o FAZ (Fundo de Apoio Social), uma organização voltada para as necessidades da população com dificuldades de sobrevivência,

ergueu uma infra-estrutura escolar com duas salas de aulas, gabinetes e outras dependências que atendeu, naquela altura cerca de 360 crianças em idade escolar. Existe na localidade jovens formados pela Escola de Formação de Professores "Patrice Lumumba" e outros com o II Ciclo terminado, mas nunca são beneficiados nos concursos de ingresso na educação.

Em 2008, devido ao crescimento da população, o Governo da Província do Namibe, construiu e inaugurou uma outra escola com 4 salas e depois ampliada, que actualmente tem 6 salas de aulas e suas dependências, onde se lecciona as classes de 1ª à 9ª, incluindo a iniciação. Nessa escola, tem o registo de 74 alunos de mesmo pai e mães diferentes a estudarem conforme se segue:

Classes	Iniciação	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	9ª
Nºde filhos	6	9	1	0	4	13	9	13	10	9

A escola controla actualmente 369 alunos, 17 professores efectivos, sendo 3 feminino e 8 voluntários, sendo 2 femenino, com o nível académico entre 10ª classe à licenciados (um em Química pela Escola Superior Pedagógica do Namibe e outras escolas superiores sem agregação académica). Existe na escola uma comissão de pais e encarregados de educação formada por 5 membros, com um coordenador que tem por tarefa assessorar o processo de vinculação escola-família-comunidade.

Neste sentido é significativo assinalar que um dos membros desta comissão que representa a comunidade objecto de estudo desta investigação, por contradição com os outros membros da comissão e a direcção da escola decidiu não participar das actividades programadas pela mesma. A equipa de investigação considerando que este membro tem a seu controlo 74 filhos que são alunos da escola em causa, efectuou um trabalho de sensibilização com vista a tomada de consciência da necessidade de vinculação da comunidade-família-escola, da qual obtivemos resultado imediato e o compromisso deste reintegrar-se nas actividades educativas desta comissão.

Conclusão

O seguinte trabalho abordou uma temática pertinente que está relacionada com a Formação da Comissão de Pais e Encarregados de Educação - Caso Comunidade Tchikuteni na localidade do Giraúl no Município de Moçâmedes. Foram aplicados diferentes métodos para o diagnóstico da situação existente nos quais permirara-nos comprovar a necessidade de fortalecer o trabalho das comissões de pais e encarregados de educação dos alunos da escola nº26m, na Comunidade da Ilha de Mungongo. A localidade do Giraúl Muhombo dista a 17 km da cidade de Moçâmedes, onde vive um pai que tem 169 filhos, dos quais 74 estão a estudar na mesma escola. Tem ainda o registo de dois dos filhos serem professores dos seus irmãos e uma ex-esposa professora da mesma instituição.

Tomou-se como referência, importantes aspectos da evolução histórica, concepções teórico-metodológicas do ponto de vista fisiológico, psicológico e pedagógico, património linguístico e cultural e também algumas bases teóricas relacionadas com os conceitos de educação familiar, método educativo, trabalho educativo e caracterizar a situação actual que apresenta o trabalho educativo na comunidade.

A intervenção comunitária fomenta a sociabilidade, a socialização dos grupos (sociedade de aprendizagem), em que os alunos adquirem experiências e vivências de aprendizagens em situações diversificadas.

Também concluímos que a escola e a família não se substituem, e sim se complementam na educação dos alunos.

Finalmente propor-se-á uma proposta educativa que visa fortalecer o trabalho educativo das comissões de pais e encarregados de educação integral dos alunos em idade escolar, na comunidade do Giraúl Muhombo na cidade de Moçâmedes, que poderá servir de experiência para as outras comissões de pais e encarregados de educação.

Recomendações

• Continuar o estudo com actividades que fortaleçam o trabalho educativo dos pais e encarregados de educação desta comunidade.

• Socializar a experiência obtida em actividades de carácter científico ao nível Nacional e Internacional.

Referências bibliográficas

Da Silva. *Comunidades como espaços de intervenção pedagógica um estudo da docência no ensino médio, Revista Brasileira de Educação*. v. 19 no. 59 outubro.-dezembro. 2014 http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v19n59/07.pdf

Forjado, M. (2005): *Pedagogía Universalización*; ed.Selección de lecturas. Cuba

Gomez, José António Gride, FREITAS, Orlando M P de, CALLEJAS, Gérman Vargas (2007), *Educação e Desenvolvimento Comunitário Local, Perspectivas Pedagógicas e Sociais da Sustentabilidade*, Maia, Profidições.

Governo de Angola *(2016).Lei de Base do Sistema de Ensino* nº17\16 de 7 de Outubro).

Leite, C.A.R.; LEITE, E.C.R.; Prandi, L.R. (2009). *A Aprendizagem Histórico Cultural*. Akrópolis Umuarama, V.17, n.4, p.203-210, Out/Dez. BARROS,

Libâneo, José Carlos (2006). *Didática*.São Paulo: Cotez Editora-Brasil.

Meier, M.; Garcia, S.(2007). Mediação de Aprendizagem: contribuição de Freurstein e de Vygotsky. Curitiba. Edição do autor.

Piletti, C. (2004): *Didáctica Geral;*23ª edição. São Paulo-Brasil

República de Angola(2008). *Regulamento de Funcionamento das Comissões de Pais e Encarregados de Educação*, INIDE; Angola.

Revista Brasileira de Educação v. 19 no. 59 outubro-dezembro. 2014 http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v19n59/07.pdf

A coabitação língua vs cultura vs sociedade

Romualdo Santos

Assistente na Faculdade de Letras da Universidade Agostinho Neto. As áreas de investigação são a Linguística, Literaturas portuguesa e Comunicação Social. Doutorando em Ciências Sociais pela Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto, Angola (pretofino.1@hotmail.com)

1. A coabitação língua vs cultura vs sociedade

Em termos gerais coabitação significa convivência. Neste artigo vamos debruçar-nos da convivência entre a língua, cultura dentro de uma sociedade. A língua mergulha as suas raízes no húmeis da realidade social e cultural da comunidade, reflecte o modo como cada sociedade concebe o mundo e organiza, à sua maneira, os dados da experiência (Carrasco, 1987:23-24). Assim, a função que lhe é inerente, de estabelecer comunicação acresce esta outra de veicular uma cultura. Ora bem, a definição ou a noção de cultura exige várias acepções e é dada de acordo com as especificidades de cada região, comunidade ou sociedade geograficamente bem identificadas.

O mesmo autor considera por cultura, a maneira total de viver de um povo, o legado social, que não é apenas indivíduo, mas participante de uma série de relações com outros indivíduos, com os quais realiza uma comunidade. Neste sentido, a linguagem é actividade cultural por excelência, porque ela é não só um fenómeno que se realiza em comunidade, mas é a própria condição essencial da existência de qualquer comunidade: não existem comunidades sociais que não sejam antes de mais comunidades linguísticas.

A sociedade, porém, não estática e, por isso, a cultura nela desenvolvida é um fenómeno em expansão. Daí que a língua não possa ser imutável, ao contrário, tem de viver em perpétua evolução, paralela à do organismo social que a criou e, consequentemente, da cultura que ele veicula.

A língua como produto da sociedade, é factor de desenvolvimento de unidade, proporciona o relacionamento entre os membros na sociedade, resultante das convivências dos povos, faz com que esta mesma língua se insira na sua transformação e consequentemente, nesta dinâmica evolutiva, da qual nós somos partícipes conscientes ou não. Difundida e manejada na comunidade, (re) apropriada por nós, a língua acompanha a evolução da sociedade e, cada vez mais se enraíza na realidade de cada membro falante.

Todo o ser humano, integrado numa sociedade participa directa ou indirectamente de uma cultura e realiza actividades culturais, seja qual for a língua de que disponha. O essencial é que o idioma satisfaça as necessidades de comunicação e expressão da comunidade falante. Pensamos que a língua tem que evoluir, adaptar-se ao seu tempo e ser assimilada pelo meio circundante: este é o diapasão aferidor da sua validade. Não há portanto, línguas pobres nem línguas ricas. O importante é que elas exerçam as funções sociais de comunicar.

No caso particular de Angola, a Língua Portuguesa é a Oficial (C. R., artigo 19) e tem sido também um instrumento utilizado para a nossa cultura e tem vindo a percorrer os caminhos ascendentes da cultura angolana.

Na mesma linha de pensamento, Agostinho Neto, "sobre as artes plásticas" (61-62) afirma:

> devemos é retirar daquilo que resultou do contacto entre diferentes povos, o necessário para o progresso actual da nossa própria cultura.

Embora Kajibanga (2010:99) questiona o conceito de cultura angolana enquanto totalidade, o autor afirma que não existe uma cultura nacional como tal (assente num único substrato socio-cultural e sistema de referências sociais, assim como não existe uma nação angolana).

Aceitando essas afirmações, anuímos em relação às duas posições que o autor refere como inerente a qualquer sociedade em que a língua é tida como a de veicular uma cultura. Pelo menos potencialmente, uma língua veicular tem capacidades para não só estabelecer comunicação, mas também de veicular a cultura mesmo que não esteja bem definida conforme faz menção o autor.

A nossa intenção neste artigo não é para concordar ou discordar com as afirmações dos autores sobre a cultura e a Nação Angolana. A nossa intenção é de sabermos até que ponto a língua coabita com a cultura numa nação. Mesmo quando houver uma cultura ou uma Nação angolana bem definida, não irão isolar-se da língua. Língua e cultura são solidárias dentro de uma Nação ou de uma sociedade.

A língua portuguesa veio com a colonização e datam longos anos. A língua portuguesa foi um instrumento de que o ocupante se serviu para se impor na cultura angolana, pelo risco que esta apresentava para a sua estabilidade e consolidação ou explorando, demagogicamente a ignorância do povo trabalhador. Mas esse instrumento – língua portuguesa de que ele se serviu ficou. Foram os imperativos históricos e sócio-políticos culturais sensatamente ponderados pelas autoridades da então República Popular de Angola, independente e soberana, que assim o decidiram. Por este facto, nem tudo que os ocupantes deixaram foi cruel. A adopção do português como Língua Oficial, após a independência e o fim da coerção social na utilização "correcta" da língua alteram a situação. Todavia, todos esses anos passados, denotamos mudanças que não bastaram para apagar a influência conservadora de séculos de história. Foi também o principal instrumento de colonização em Angola e na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa dando origem, nesses países, ao fenómeno de assimilação e aculturação.

Segundo Laraia (2007:23), a aculturação é o processo através do qual pessoas ou grupo de pessoas adquirem características culturais de grupos dominantes, social, política e economicamente. Os grupos alvos da aculturação passam a incorporar, nas esferas das suas relações sociais, modos de ser e estar alheios aos seus hábitos e costumes típicos. É assim que se pode falar em diferentes tipos de aculturação: religiosa, artística, linguística, gastronómica, dentre outras.

Já de acordo com Calvet (2005:43-44), a língua é o principal veículo da aculturação, pois é através dela que se transmite. Para o mesmo autor, o recurso a língua resulta do

facto de ela ter a capacidade de fazer passar valores culturais sem que o grupo aculturado perceba que está a ser alvo de um processo de substituição da sua cultura pela cultura do grupo dominante.

É deste modo que se pode caracterizar os primeiros momentos de contacto entre as populações autóctones de Angola com a cultura portuguesa, uma vez que a adesão à cultura portuguesa não aconteceu desde logo por meio da imposição ou dominação colonial directa. Ao manterem os primeiros contactos com os portugueses, os soberanos do Reino do Congo aceitaram os seus padres e manifestaram o desejo de aprender os seus costumes e de adoptar a sua religião. É neste contexto que a língua portuguesa foi adoptada paulatinamente, durante largos anos pelos povos autóctones por livre vontade no âmbito das relações comerciais, diplomáticas e religiosas que passaram a manter com os portugueses.

De acordo com os portugueses mantiveram relações razoavelmente pacíficas com o Estado do Congo até depois de 1575. A princípio, Portugal adoptou uma política diplomática pacífica e reconheceu os reis cristãos do Congo como iguais, pelo menos em teoria, aos reis de Portugal. Esta estratégia visava, portanto, aculturar pacificamente os monarcas e os seus súbitos, de maneira a fazê-los acreditar que o objectivo era amizade entre os povos e comércio bilateral na base da igualdade e reciprocidade de interesses (Wheeler e Pélissier, 2013:60)

É possível afirmar que a aculturação das populações autóctones angolanas através da língua portuguesa teve o seu início quando Diogo Cão regressou a Portugal, em meados de 1484, século XV, trazendo consigo quatro bacongo, a quem ensinou a sua língua para que servissem como intermediários nas relações entre os dois reinos (Ibidi 2013:60). Após o seu regresso, esses bacongo exerceram cargos importantes na corte, onde cuidaram de toda a comunicação real para exterior. A partir desse momento, a língua portuguesa passou não apenas a ser adoptada como língua de comunicação ou língua veicular, mas também a ser vista como língua de prestígio, da diplomacia, e que simbolizava um estatuto social elevado.

Consequentemente, as elites monárquicas, comercial e religiosa do Reino do Congo posicionaram-se completamente a favor do ensino da Língua Portuguesa aos seus descendentes, de maneira a garantir-lhes, através da língua estrangeira, acesso ao mundo. Foi assim que, na óptica de Pestana (2011:36), depois do Reino do Congo se ter convertido ao catolicismo, foram inauguradas, em Mbanza Congo, capital do reino, escolas para os filhos da aristocracia. Nestas escolas, tiveram acesso a maior parte dos futuros aristocratas do Congo, entre os quais, Nzinga Mvemba, que recebeu uma educação portuguesa, tornou-se cristã e foi baptizado como Rei Afonso I[1].

Deste modo, mais do que a língua diplomática, a Língua Portuguesa foi objecto de um processo de valorização e passou a usufruir de uma condição interna especial no Reino do Congo, a partir do momento em que se tornou, na segunda metade do século XVI, língua da administração escrita, com a qual todos os documentos oficiais passaram a ser escritos, incluindo as correspondências entre os Mani Congo e seus homólogos portugueses. O por-

1. *Na história da aculturação em Angola*, foi ele [Afonso I] *o primeiro assimilado "assimilado", ou africano aculturado aos valores e costumes portugueses* (Wheeler e Pélissier, 2013:61).

tuguês só perdia para o italiano quando se tratassem de correspondências com o Vaticano, já que aquela era a língua franca no interior da Igreja Católica.

Com a expansão portuguesa para as regiões a sul do território angolano, a aculturação linguística foi igualmente expandindo-se, ganhando outros povos. Mas, ao contrário do que aconteceu no Reino do Congo, os portugueses encontraram uma forte resistência no Reino do Ndongo, onde o Rei Ngola Mbandi, se recusou a autorizar a criação de escolas para o ensino da Língua Portuguesa e a pregação do evangelho no seu Reino, tratando com severidade a missão portuguesa dirigida por Paulo Dias de Novais, em 1560.

Ao Rei do Ndongo apenas interessavam as trocas comerciais com os portugueses, o que ocorriam desde as primeiras décadas do século XVI. Só mais tarde, já nas primeiras décadas do século XVI, é que a religião católica e a língua portuguesa passaram a ser difundidas na Região do Ndongo. Isto aconteceu após o baptismo de Nzinga Mbandi, em 1622, que a partir de então, aceitou a religião católica e a língua portuguesa (Glasgow, 1982:88).

É assim que os dois primeiros livros publicados em Angola são catecismo católicos em bilingue (português-kikongo e português-kimbundo), intitulados respectivamente "*Doutrina cristã, de 1624" e o "Gentio de Angola suficientemente instruído nos ministérios da nossa fé, de 1642*" (Pestana, 2011:37).

Estes livros foram utilizados por missionários para evangelizar os povos nativos, fazendo, ao mesmo tempo, com que eles aprendessem o português. Tendo acesso à língua e à religião, esses povos poderiam em teoria, facilmente ser integrados à cultura portuguesa e assim explorados, como era desejo do império colonial português.

Processo idêntico correu com a expansão portuguesa no planalto central, principalmente no Reino do Bailundu, onde houve no curso dos primeiros anos de contacto, fortes resistências às tentativas de dominação política e cultural portuguesa.

Por seu lado, os portugueses, nomeadamente missionários e comerciantes, não deixaram de aprender as línguas Kikongo, o Kimbundo e o Umbundo, que eram até então as línguas oficiais dos reinos do Congo, Ndongo e Bailundo. Eles o fizeram, sobretudo, pela necessidade que tinham de se comunicar com os povos autóctones no âmbito das relações comerciais e religiosas que mantinham com os povos daqueles três reinos. Se a língua portuguesa era adoptada como língua de prestígio e de comunicação principalmente pelas elites do Congo e do Ndongo, as línguas Kikongo, Kimbundu e Umbundu eram encaradas como as que possibilitavam a exploração económica e a divulgação da doutrina religiosa enquanto instrumento de dominação colonial.

Tendo isto em conta, Neto (1997:338) afirma que comerciantes e missionários, muitas vezes precedendo a ocupação militar e administrativa, aprenderam as línguas locais e não o contrário, e em diversas regiões a alfabetização chegou antes de língua portuguesa.

Entretanto, não se pode pensar que as populações autóctones foram aculturadas à língua portuguesa de forma passiva. Conforme ia sendo adoptada nas diferentes regiões do território angolano, o português certamente sofria a influência das línguas nacionais. Isso quer dizer que tanto o português interferia nas línguas nacionais do mesmo modo que essas interferiam no português falado pelos povos nativos, havendo uma certa reciprocidade que acontece em toda a situação de contacto entre as línguas de famílias diferentes.

É verdade, como assegura ainda Neto (1997:338), que as línguas nacionais, em An-

gola, não tiveram de lutar pela sua sobrevivência até o século XX, pois na verdade eram comuns reclamações a propósito do «mau hábito», mesmo entre portugueses, de se falar Kimbundo no seio doméstico. Mas esse facto não anula o estatuto social inferior das línguas nativas. A Língua Portuguesa esteve sempre numa posição elevada em relação às línguas nacionais, pois o facto de ser a língua da religião e da nova civilização fazia dela uma língua influente. Com a língua portuguesa, as elites nativas, sociais e politicamente ambiciosas, descobriram um mundo completamente novo, a partir do qual poderam reforçar a sua posição interna diante de outros grupos e reinos rivais.

A língua portuguesa tinha ainda uma outra vantagem: a da escrita. O registo escrito conferia-lhe maior prestígio, uma vez que as línguas nacionais não possuíam alfabetos padronizados que permitissem o seu ensino institucionalizado, isto é, a sua divulgação e sobrevivência através das escolas na altura, tal como acontecia com o português.

A manifestação dessa supremacia da língua portuguesa veio a ser institucionalizada, muitos anos depois, com a divisão dos povos nativos em indígenas e assimilados, uma vez que era desejo do poder colonial que a língua portuguesa não se misturasse com as línguas locais, encontradas inferiores. Isso não acontece nos países onde a língua é única, como em (Cuba, Colômbia), cujos problemas de comunicação não se colocam tão acentuados como em países que têm várias línguas, como no caso de Angola, onde os problemas de comunicação directa são mais sérios, porque temos o português falado em quase todo o território nacional e temos também as línguas nacionais consideradas como locais. Para as comunidades que não dominam o português necessitam de tradutores de português para as línguas nacionais e vice-versa. Grande parte dessas comunidades são analfabetas, não conhecem ou conhecem mal a Língua Portuguesa e nunca tiveram contacto com o ensino. Os habitantes não estão no sistema de educação e ensino. Trata-se de uma questão de integração social desses habitantes quanto ao comportamento da língua na sociedade.

Assim a política de assimilação cultural foi um processo por meio do qual a administração colonial portuguesa visou, pretensamente civilizar as populações colonizadas, integrando-as no universo da portugalidade, conferindo-as em última instância, o direito a cidadania portuguesa (Carvalho, 205:45). Este processo fazia parte de uma política oficial, a chamada «política do assimilacionismo»[2], que o império colonial português, à semelhança do francês, passou a implementar nas suas colónias.

Em face do *Estatuto do Indigenato*, que vigorou em Angola entre 1921 e 1961[3], o processo de assimilação prévia, em termos gerais, a transição do estatuto de indígena para o de assimilado, com o qual o nativo passaria a ter acesso à plena cidadania portuguesa, após demonstrar ter incorporado os padrões de vida considerados civilizados:

> O indígena estava sujeito a regras jurídicas diferentes das do cidadão português. O regime salarial, a obrigação ou dispensa do contrato compulsivo, o regime de impostos, a assistência médica, o serviço militar, a posse de terras, a escola dos filhos, a carta de condução, etc. (Neto, 1997:347)

2. Artur Girault foi quem apresentou esta ideia, pela primeira vez, em 1895, que correspondia à crença de que a Nação francesa sempre fora capaz de integrar outros povos e de que, através dessa tradição, ela até teria essa capacidade como uma missão histórica. (Dodille, 2011:58).

3. O mesmo correu em Moçambique e na Guiné, ambos territórios então colónias portuguesas.

Neste sentido, a assimilação apresentava-se, no contexto da administração colonial directa portuguesa, como uma elevação da condição de indígena, que era uma forma evidente de segregação social, cultural e radical, contribuindo para a manutenção dos privilégios dos imigrantes portugueses e, ao mesmo tempo, para a criação de clivagens entre os colonizados.

Contudo, a assimilação revelou-se, na prática e ao contrário do que o discurso colonial conclamava, claramente discriminatória e nefasta para com as tradições culturais dos colonizados. A este propósito, Bender (2013:172) afirma que:

> os dados disponíveis permitem afirmar que os assimilados do sistema colonial republicano acabavam por ser descriminados, apesar das garantias e dos privilégios inscritos no Estatuto do Indigenato. De facto, os indígenas assimilados das colónias portuguesas continuaram a ter profissões modestas, como a de serventes, contínuos, condutores, enfermeiros, monitores nas escolas missionárias e pouco mais. E esta descriminação não se ficava so pelo campo profissional, mas abrangia vastos domínios, como o sócio-económico, o político-institucional ou o instructor-educativo. Na base desta atitude estava um etnocentrismo arraigado, que não contemplava a especificidade cultura dos povos colonizados e que apostava na hegemonia de um só modelo civilizacional.

Ainda assim e de acordo com Neto (1997:342), é historicamente sabido que:

> os ideólogos e legisladores adeptos da integração pretendiam assimilar toda a população colonizada à cultura do colonizador. Pelo contrário, a assimilação era uma eficaz barreira jurídica e cultural à ascensão social da maioria da população negra, já que os brancos eram automaticamente considerados civilizados.

Na altura, os requisitos para a assimilação cultural, tinham a ver com as condições ou exigências impostas ao nativo no processo de assimilação, de acordo com o R*egulamento do Recenseamento e Cobrança de Impostos ao Indígena* de 1938, que eram as seguintes:

i) ter abandonado inteiramente os usos e costumes da raça negra;

ii) falar, ler e escrever correctamente a Língua Portuguesa;

iii) adoptar a monogamia;

iv) exercer profissão, arte ou ofício compatível com a civilização portuguesa, ou ter rendimentos que sejam suficientes para prover os seus alimentos, compreendendo sustento, habitação e vestuário, para si e sua família (Noré e Adão, 2003:104).

O parágrafo terceiro do referido *Regulamento*, após a reunião desses requisitos, a qualidade de assimilado só podia ser aprovada publicamente, através de uma certidão de identidade passada pelos Administradores de Conselhos ou Circunscrições.

Dezasseis anos mais tarde, ou seja, em 1954, o *Regulamento do Recenseamento e Cobrança de Impostos ao Indígena* foi substituído. E as condições de assimilação foram reformuladas. De acordo com essa alteração, podia perder a condição de indígena e adquirir a cidadania portuguesa o indivíduo que provesse satisfazer paulatinamente aos requisitos seguintes:

i) ter mais de 18 anos;

ii) falar correctamente a Língua Portuguesa;

iii) exercer profissão, arte ou ofício de que aufira rendimento necessário para sustento próprio e das pessoas de família a seu cargo, ou possuir bens suficientes para o mesmo fim;

iv) ter bom comportamento ou ter adquirido a ilustração e os hábitos pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses;

v) não ter sido notado refractário ao serviço militar nem dado como desertor (Noré e Adão, 2003:104).

Pretende-se assim, o completo abandono do mundo cultural e civilizacional africano, fazendo de um pequeno grupo de assimilados os porta-vozes das populações autóctones que, por sua voz, permaneceriam sob o rótulo discriminatório de indígenas e sob a condição socio-económica de dominados e explorados. Prova disso é que, mesmo com este instrumento legal, foram pouquíssimos aqueles autóctones que conseguiram passar da condição de indígenas à condição de assimilados, cujos resultados dessa assimilação cultural, não foi elevado, porque grande parte da população angolana não aderiu a esta assimilação. As escolas postas à disposição das populações autóctones eram claramente insuficientes para os propósitos da assimilação. Isto sem considerar as péssimas condições de ensino oferecidas sobretudo nas regiões rurais, que contrastavam com as escolas urbanas destinadas aos filhos dos imigrantes portugueses. (Ibid, 2003:105).

Como se pode verificar, a Língua Portuguesa foi sempre considerada como um elemento determinante no processo de assimilação, constando quer no primeiro, quer no segundo conjunto de requisitos. Falar e escrever correctamente a Língua Portuguesa, de acordo com as regras gramaticais, era dentre outras, condições *sine qua non* para que o autóctone fosse considerado um ser cultural e socialmente digno.

As línguas autóctones foram completamente desconsideradas. Exigia-se às populações autóctones não só que falassem a língua portuguesa, mas sobretudo que a falassem sem a interferência (lexical, sintáctica, prosódica ou outra) da sua língua materna, no caso qualquer uma das línguas de origem bantu, de forma a descartar os elementos de identificação linguística com a cultura de origem.

O processo de assimilação assinalou, portanto, o princípio da institucionalização da discriminação das línguas nacionais em relação à língua portuguesa. Este processo contribuiu, grandemente, para que a língua portuguesa se impusesse não pela livre convivência num *contexto de coabitação linguística natural,* mas sim pela exclusão forçada das línguas autóctones. Não era permitido que a língua portuguesa absorvesse contribuições das línguas nacionais, facto que reflectiu nos casos raros de expressões absorvidas pela língua portuguesa. Daí ser possível falar em uma assimilação linguística, tendo como foco a língua portuguesa enquanto um dos critérios da acção da administração colonial.

Um dos objectos de estudo comum entre as ciências sociais, com maior incidência a sociologia, história, a antropologia e a geografia, é a sociedade, considerada por Martinez (2009:1566), como sendo, o conjunto de cidadãos unidos pela consciência dos seus direitos e deveres cívicos. Acresce outras considerações de partilhar propósitos, gostos, preocupações e costumes. Interacção entre os membros formando uma comunidade organizada onde se vivem grupos de pessoas inter-dependentes das convicções necessárias para a vida humana. É na sociedade angolana que se deu o processo de assimilação

linguística, ou seja, de conversão obrigatória dos povos autóctones à cultura e à civilização portuguesa através da língua, por via do ensino exclusivo da Língua Portuguesa e do imperativo social de apenas ela ser falada nos meios sociais e institucionais em Angola. É claro que essa situação teve como consequência um preconceito social generalizado em relação às línguas locais, que passaram apenas a ser usadas no seio da família e do grupo de parentesco, ao passo que a língua portuguesa era usada nos contactos profissionais e com não-falantes da mesma língua nativa.

Nas interacções sociais mais vastas e reputadas de maior prestígio, a língua portuguesa era de uso exclusivo. Num estudo que dedicou à presença da língua portuguesa na sociedade angolana colonial, Carvalho (1991:13) afirma o seguinte:

> o uso da Língua Portuguesa associava-se, na sociedade colonial, ao prestígio social de que o indivíduo gozava, pois quanto mais próximo da linguagem-padrão estava a variedade linguística por ele usada, maior o prestígio de que gozava na sociedade. A sociedade central era factor de expansão da Língua Portuguesa, pois não se podia estabelecer nela por muito tempo, sem se conhecer essa língua.

O autor alude ainda, que a assimilação linguística do português, na sociedade angolana colonial, gerou uma hierarquia sociolinguística baseada no uso dos quatro principais códigos dessa língua, designadamente: «código quase-elaborado», «código restrito» e o «código restrito com empréstimos».

Correspondendo à Língua Portuguesa reconhecida como padrão, o autor fez menção aos códigos respectivos iniciando pelo «código elaborado» que era usado pelos integrantes das mais altas camadas sociais, nas quais se incluem as elites angolanas constituídas na base da formação superior e os funcionários superiores da administração colonial. Esse código tinha como modelo a norma linguística fixada pela metrópole, pelo padrão europeu da língua portuguesa.

O «código quase-elaborado» era caracterizado pela fusão do código elaborado e do código restrito, que eram usados em situações diferentes. Os seus usuários eram, sobretudo, baixos funcionários da administração colonial, operários qualificados, comerciantes, industriais e proprietários agrícolas.

O «código restrito» tinha os mesmos traços do seu correspondente metropolitano, usada por imigrantes portugueses e seus descendentes pertencentes as camadas baixas da sociedade colonial angolana e o «código restrito com empréstimos» provenientes das línguas nacionais. Era usado pelos nativos pertencentes as camadas mais baixas da sociedade colonial. Para esses nativos, a Língua Portuguesa era uma língua segunda, pois tinham as línguas nacionais como maternas. O seu esforço no aprendizado da língua portuguesa tinha em vista a ascensão social para condições de assimilados, sendo que, para isso, adoptavam o «uso aportuguesado de expressões provenientes das línguas nacionais, associadas à construções sintácticas `traduzidas dessas línguas para a língua portuguesa» (Ibid, 1991:13).

Mas nem com isso lhes garantia, como é óbvio, o acesso à condição de assimilados para muitos, uma vez que havia alcançado o conhecimento (fala e escrita) da língua portuguesa padrão.

Na realidade, a língua funcionava como uma barreira para que a maioria, embora abandonassem as suas respectivas línguas maternas, não ascendessem a uma condição social superior. Isto permitiu, de certa forma, a perpetuação do regime colonial por muito mais tempo, uma vez que a maioria da população nativa, parcialmente destituída da sua cultura, mantinha as suas esperanças de promoção social.

A assimilação linguística implicou, assim, uma ideia puritana da Língua Portuguesa, visando a sua protecção, difusão e hegemonia face às línguas autóctones, que ficaram sem qualquer protecção a nível social e jurídico.

2. Conclusão

É ponto assente que a coabitação língua vs cultura vs sociedade no seu referencial conceptual resulta da convivência entre os três itens que se interpenetram, naquilo que cada um representa numa sociedade, numa comunidade, numa língua e numa cultura.

A língua portuguesa serviu de veículo à colonização portuguesa em Angola e incrementou a política da assimilação cultural, estabelecendo requisitos sobre os resultados da assimilação linguística na sociedade angolana.

Bibliografia

Aulete. Disponível em: *www.aulete.com.br/aut%C3%B3ctone*. Acesso: 26 de Dezembro de 2015, às 10h:00 min.

BENDER, Gerald. *Angola sob o Domínio Português: Mito e Realidade*, Luanda: Mayamba, 2013

Boletim Oficial da Província de Angola. I Série – Nº 50, Sábado, 17 de Dezembro de 1921

CALVET, Loouis-Jean. *Sociolinguística: Uma Introdução Crítica*, São Paulo: Parábola Editorial, 2004

CALVET, Loouis-Jean. *Linguística y Colonialismo. Breve tratado de Glotofagia*, México: Fonte de Cultura Económica, 2005

CARRASCO, Agnelo. Variante diatópica da Língua Portuguesa em Angola, CDI, Lubango, 1987

CARVALHO, Paulo de. *Estrutura Social e Linguagem – o caso da Angola colonial*, In: Caderno do Seminário do Povos e Culturas de África, nº 5, Coimbra: Instituto de Antropologia, 1991, pp. 1-17

CARVALHO, Ruy Moreira de. *Compreender África: Teoria e Práticas de Gestão*, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005

Conceito.de. Disponível em: *www.conceito.de.Acesso*: 15 de Dezembro de 2015 às 15h:00

CUNHA, Celso e Cintra, Lindley. *Gramática do Português Contemporâneo*, Lisboa: Edições João Sá da Costa, 2006

Dicionário de Termos Linguísticos. Disponível em: *www.portaldalinguaportuguesa.org.*Acesso: 18 de Abril de 2014, às 15h.20min.

DODILLE, Norbert. *Introdution aux Discours Coloniaux*, Paris: PUP, 2011

FERÃO, Nuno Soto Mayor. Norton de Matos I – *O seu pensamento colonial e as polémicas em volta da administração de Angola na I República – Breves considerações históricas*. Disponível em: cronicasdoprofessorferrao.blogs.sapo.pt.Acesso: 15 de Janeiro de 2014, às 10h:00

GLASGOW, Roy. Nzinga. *Resistência Africana à Invasão do Colonialismo Português em Angola 1582-1663*, São Paulo: Perspectiva, 1982

Infopédia. Disponível em: *www.infopedia.pt/Sassimilacao-(sociologia)*. Acesso: 15 de Dezembro de 2015, às 12h:20 min

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: Um Conceito Antropológico*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007

NETO, Maria da Conceição. *Ideologias, contradições e mistificações da colonização Portuguesa em Angola no século XX*, in: Lusotopie, nº 43, Paris, 1997, pp. 327-359

NORÉ, Alfredo e ADÃO, Áuria. O *ensino colonial destinado ao `indígena´ de Angola. Antecedentes do ensino rudimentar instituído pelo Estado Novo*, In: Revista Lusófona de Educação, nº1, Lisboa, 2003, pp.94-117

MARTINS, Francisco Rocha. *História das Colónias Portuguesas. Obra Patriótica sob o patrocínio do `Diário de Notícias´*, Lsboa: Diário de Notícias, 1933

MARTINEZ, Francisco Lerma, *Antropologia cultural,* Maputo, Paulina, 2009

MATOS, José Maria Norton de. *A Província de Angola*, In: Antologia Colonial Portuguesa, Vol. I, Lisboa: Edição da Agência Geral das Colónias, 1964, pp. 43-67

MAURAIS, Jacques. *Politique et Aménagement Linguistiques*, Québec: Le Robert, 1987

Mundoeducação. Disponível em: *mundoeducacao.bol.uol.com.br/sociologia/coceito-cultura.htm*. Acesso: 17 de Dezembro de 2015, às 12h:00

PESTANA, Nelson. *A língua portuguesa em Angola*, In: A Escrita do Ofício, Luanda: CEIC, 2011, PP. 34-39

REIS, Victorino. *Sociolinguistica. Dinâmica Funcional vs. Problemas Funcionais da Língua,* Luanda: Editorial Nzila, 2006

Revista Angolana de Sociologia - Órgão da Sociedade Angolana de Sociologia, n.º 5 e 6 Junho e Dezembro, 2010

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*, Lisboa: Dom Quixote, 1999

Significados. Disponível em: *www.significados.com.br/politica/*. Acesso: 15 de Dezembro de 2015, às 12h:20min

SILVA, Armando Malheiro. General Norton de Matos (1867-1955). *Aspectos maiores de um perfil histórico-biográfico – o militar*, o colonialista e o democrata, In: Africana Studia, nº 6, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003, pp. 173-200

Suapesquisa.com. Disponível em: *www.suapesquisa.com/o-que-e/colonialismo.htm*. Acesso:15 de Dezembro de 2015, às 11h:20min

WHEELER, Douglas e PÉLISSIER, René. *História de Angola*, Lisboa: Tinta-da-china, 2013.00.

Para uma educação literária em prol do património linguístico e cultural da CPLP

Sabino Nascimento
Universidade Agostinho Neto, Angola

Introdução

O presente estudo inscreve-se no âmbito do XXVIII Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP) sob o tema *Património Histórico do Espaço Lusófono: Ciência, Arte e Cultura*.

Este texto visa demonstrar que a educação literária pode servir de subsídio para a promoção e disseminação do património linguístico e cultural da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

A conjugação de modelos teóricos contemporâneos com práticas de aprendizagem eficientes e ferramentas didácticas adequadas conduz a uma leitura literária que ultrapasse os objectivos comunicativos e estéticos, abarcando dimensões que remetam, através do discurso literário, para a história, cultura, ideologias e mundividências diversas.

Ao longo do texto, aborda-se como a Educação Literária pode ser útil, através da análise linguística de obras literárias em Língua Portuguesa, não só para um contacto com variedades do português das diversas localidades do espaço lusófono, mas também para a valorização do património linguístico da Comunidade em questão.

Esta reflexão remete para um levantamento, já em curso, visando a constituição de um corpus a partir das falas das personagens que dão voz aos falantes de um registo do português, dentro do espaço lusófono, que se afaste da norma europeia nos diversos domínios linguísticos.

1. Educação literária

(MENDONZA, 2004, p.34) define educação literária como "una capacitación critica de las aportaciones de las teorías literarias e de las propuestas de la critica que permiten justificar el enfoque, los procedimientos e los recursos que ancaucen la interveción didáctica hacia la educación literaria". Conseguintemente, trata-se de elaborar uma proposta que:

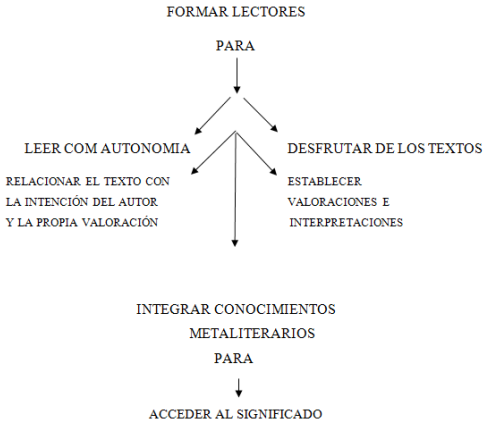
> Plantee la especificidad del tratamiento didáctico de la literatura com la finalidad de dotar al alumno de la competencias, habilidades y estrategias de recepción necessarias para obtener el goce de la lectura.
>
> Atienda a los processos de desarrollo de habilidades receptivas y que potencien la participación del alumno en la construcción de su competencia literaria.
>
> Potencie el reconocimiento de los usos y de las funciones estéticas en el discursos literario.
>
> Conceda prioridad a las habilidades y a las capacidades de observación, de valoración y

de análisis (estilístico, formal, ideológico, pragmático, semiótico…) de las producciones surgidas del uso literario del sistema de lengua.

Recurra siempre a la lectura de las obras, porque sus peculiaridades (formales, temáticas, etc.) se aprecia, especialmente, según el grado de la formación receptora y sirven para la educación estética.

Favorezca el uso de una medotologia participativa en la que e integren los procedimientos y las actividades favorecen los fines formativos de la receptión literaria, o sea la educación para el goce estético.

Ainda sobre o conceito em apreço, MENDONZA (2004) resume a finalidade da educação literária no seguinte gráfico:



ROIG-RECHOU (2013) refere que "a educação literária busca dotar o leitor de um conjunto de saberes culturais, literários e sociais que o auxiliem a fertilizar não só a sua competência enciclopédica, mas também a sua competência literária e intertextual CERRILLO e SENÍS, (2005); CERRILLO, (2007)."

A Literatura, pela sua capacidade de interrogar o mundo e de proporcionar outros modos de o pensar, constitui, como assinalou GORDON (2012), "um precioso lugar que nos liberta da caixa em que, por vezes, nos sentimos aprisionados.'' Deste modo e ainda de acordo com (AZEVEDO e BALÇA 2016, p.3*):*

> o conceito de educação literária ultrapassa, assim, o nível do ensino aprendizagem da literatura, o aprender a ler os textos como literários, obedecendo à convenção estética ou ao protocolo de ficcionalidade, ou o aprender a apreciar a literatura, referindo-se ao desenvolvimento de competências que permitem ler o mundo de uma forma sofisticada e abrangente e contribuem para a formação de sujeitos críticos, capazes de ler e interrogar a *praxis*.'

Na óptica de (DIONÍSIO DE SOUSA, 1990, p.115), entende-se a educação literária por referência "a crítica centrada na resposta do leitor (reader reponse criticism), uma orientação pedagógica que considere o envolvimento produtivo do leitor como condição indispensável ao desenvolvimento do gosto e da capacidade de ler.''

Com base no acima exposto, podemos apreender a ideia que remete a educação literária para práticas pedagógico-didácticas que concorrem para literacia literária. Tais práticas consistem em incutir no aluno habilidades que o conduzam não só para o desenvolvimento do gosto pela leitura, mas também para uma postura crítica que se traduza no exercício da comparação do conteúdo da obra literária à história, à cultura e mundividências (da leitura da obra literária à leitura do mundo), usufruindo a dimensão estética da leitura literária.

2. Cânone escolar

Embora não faça parte dos objectivos deste trabalho abordar o cânone literário, tendo em conta a ligação do conceito de Educação Literária com o processo ensino-aprendizagem, faz-se necessário ter uma passagem rápida pelo conceito de cânone escolar.

Uma das personagens de Platão, citado por Luís Kanjimbo, em A República, diz: "Logo, devemos começar por vigiar os autores de fábulas, e seleccionar as que forem boas, e proscrever as más. As que forem escolhidas, persuadiremos as amas e as mães a contá-las às crianças, e a moldar as suas almas por meio das fábulas, com muito mais cuidado do que os corpos com as mãos. Das que agora se contam, a maioria deve rejeitar-se"(…) Pelas fábulas maiores avaliaremos das mais pequenas. Pois é forçoso que a matriz seja a mesma e que grandes e pequenas tenham o mesmo poder (in UEA).

O teor de afirmações semelhantes a estas, no dizer de Karl Popper, permite detectar um programa totalitário daquele autor da Grécia Antiga. Decantados os elementos do programa de Platão, Popper sustenta: "É fundamental a existência de censura e duma constante propaganda no sentido de moldar e unificar as atividades intelectuais e o pensamento da classe dominante, devendo ser evitadas ou suprimidas quaisquer inovações em matéria de educação, legislação e religião."(IBDEM)

O estabelecimento do cânone enquanto instituição social dever-se-á à escolarização da literatura moderna, durante o século XIX. Com a generalização da escolaridade obrigatória, nas sociedades ocidentais, a escola e, em particular, a aprendizagem da leitura, associada a uma selecção de autores e de textos, passaram a funcionar como o factor determinante de fixação e transmissão de cânones. Mais recentemente, o «conceito» de cânone adquiriu visibilidade crítica no seio dos estudos literários, organizados como disciplina e acedeu à condição de problema central, não só do campo de conhecimentos, como também da estrutura institucional que o suporta (SILVA e COSTA 2016, p.304).

Reflectindo sobre o conceito, a formação, as funções e os objectivos do cânone literário (escolar), (Gusmão, apud Silva e Costa, 2008, p.231) define-o como um corpo de autores e obras artefactos de um fazer internacional e um conjunto de normas, regras ou convenções discursivas, estéticas e culturais, seja para conservar e reproduzir aquele corpo como um legado projectável, seja para o acrescentar por inovação, ampliação ou substituição. Desse conjunto normativo, podem deduzir-se procedimentos para ler e escrever, para compreender e exprimir, comunicar e fazer o que nunca está feito ou feito-acabado, perfeito. O cânone é aberto e imperfeito; a literatura é também o fazer dessa imperfeição. Porque a literatura não é o cânone. O cânone é […] a melhor literatura ou o melhor da literatura, tal como é legitimado pela tradição e por várias comunidades profissionais (científicas, interpretativas ou estéticas), para tal socialmente autorizadas. No caso

[…] de um cânone escolar, trata-se do que da literatura consideramos, num dado período histórico, ser ensinável a/e apreensível por uma determinada comunidade educativa, uma comunidade determinada em termos etários, de grau de formação escolar, ou genericamente em termos socioculturais.

Vasco Graça Moura apud Silva e Costa (2012) corrobora a ideia de que o cânone aspira a englobar uma lista de autores e de obras consideradas modelos de perfeição, seja à escala nacional, seja à escala ocidental, seja à escala universal. A sua estabilização, sempre a entender em termos flexíveis e abertos a sucessivas incorporações, supõe a passagem do tempo, a filtragem pela consciência colectiva e a inserção em coordenadas civilizacionais, a existência e funcionamento de critérios de valores identitários e estéticos, uma tradição analítica de comentários e uma história cultural e, provavelmente, uma tensão dinâmica com sucessivos contra cânones.

Segundo (CEIA 2004, p.123), os estudos literários de um país podem ser orientados em duas direcções:

1. Uma via cronológica que remete para abordagem historicista da literatura;

2. Uma via temática que remete para questões sociopolíticas, históricas e económicas recriadas na obra literária.

Nisto se reconhece a primeira manifestação contemporânea da função totalitária do cânone literário, pois nele se evidencia uma certa configuração ideológica da literatura. Parece ser inevitável detectar aí aquilo a que, a título de exemplo, para Harold Bloom é politização e defesa ideológica do cânone literário.

Deste modo, o sistema educativo é entendido como uma autoridade com legitimidade de avaliar e decidir sobre os textos a serem seleccionados na constituição do *corpus* literário que se pretende perfeito para literacia literária e formação de sujeitos leitores de determinado contexto social.

3. Variedades do Português em Textos Literários

A língua é um sistema condicionado por uma clara instabilidade. Isto se deve a múltiplos factores. Pois, este fenómeno apresenta características próprias em função da área geográfica em que se encontra (mudanças diatópicas), adapta-se de acordo com o status sócio-económico dos seus falantes (mudanças diastráticas) e vai alterando à medida que o tempo passa, adequando-se às novas realidades sociais e históricas (mudanças diafásicas). Portanto, a língua é um sistema aberto e dinâmico cuja unidade resiste à diversidade.

Esta diversidade linguística é também visível na arte literária, o que, por sinal, constitui objecto de reflexão desta comunicação. Assim sendo, em função do contexto em que a obra literária é produzida, esta apresentará determinadas especificidades. Nesta linha de pensamento, (CEIA, p. 121, 2004) justifica a necessidade deste recurso:

> Tal como aconteceu na Roma Imperial, onde as classes superiores falavam um latim dito erudito e bastante diferente do latim vulgar falado pelas massas, assim hoje o português "vulgar" falado pelos jovens é muito diferente do português "falado" por Camões, Eça de Queirós ou José Saramago. Posto isto, um cânone literário perante esta realidade actual não deve excluir exemplos literários que ilustrem esta variante "vulgar" do português.

Na verdade, a partir das interacções do dia-a-dia, pode-se, facilmente, perceber que o uso de um registo linguístico que dista do corrente não é caso isolado da juventude, mas sim de toda uma massa popular no seio da comunidade linguística. Ainda nesta perspectiva, (BRITO-SEMEDO, p. 176, 2010) faz a seguinte reflexão:

> Os escritores da moderna literatura, ao procurarem imprimir o cunho realista à sua obra e verosimilhança à fala das personages, transferem para a poesia e para a ficção a realidade crioula, com a qual o leitor nacional se pode identificar e o estrangeiro vir a reconhecer a natureza do cabo-verdiano.

Trata-se, pois, por outro lado, de uma subversão que deve o seu surgimento à arte moderna com o propósito de contrariar o padrão de estética das sociedades dominantes nos primórdios do modernismo.

Na mesma linha de pensamento, no que toca à literatura da Guiné Bissau, (SANHÁ e TAVARES, p. 226, 2010) partilham como a variação linguística é recriada e está patente nos textos deste país da CPLP:

> Acontece com muita frequência que uma palavra do crioulo se encontre no Português da Guiné. Na literatura, por exemplo, alguns dos escritores mais representativos esforçam-se por elaborar um instrumento linguístico original ou um estilo próprio. Para isso, recorrem ao crioulo e às línguas locais frequentemente, quer pela escrita em crioulo, quer pela utilização de termos e expressões crioulas e de línguas locais, em textos em português. Contudo, o português continua a ser língua dominante nas poesias, nos contos, nos romances, etc.

No que concerne à realidade angolana, Endruschat (1990) referenciada por Black (2014) refere que "um grande número de escritores angolanos usa, nas suas obras, os padrões tradicionais de narração oral que fazem parte das tradições culturais". Entre eles, destacam-se Uanhenga Xitu, Boa ventura Cardoso e Luandino Vieira.

A autora, ao fazer uma reflexão em torno do discurso literário em textos produzidos no espaço lusófono acima referido, faz referência ao cruzamento entre duas culturas: a da língua portuguesa e das línguas bantu de Angola.

> Uanhenga Xitu é considerado "um dos mais significativos herdeiros de uma relação de longa data entre a língua portuguesa e as línguas africanas bantu na literatura. Nas suas histórias vai revelando a alegoria dos poderes linguísticos" (Martinho, 1998:2). Em Mestre Tamoda, segundo a autora, a língua portuguesa "quimbundiza-se" até ao limite, revelando o entrecruzar de duas culturas.
>
> O escritor Rui Monteiro que se afirmou com a obra Quem me dera ser Onda, cujas marcas linguísticas, embora não como Uanhenga Xitu que é um escritor bilingue, revelam um universo linguístico do português de Angola, após o período colonial. Em Pepetela, podemos verificar afinidades em relação ao autor anterior. Neste autor, (Pepetela), o recurso às línguas nacionais serve apenas para descrever ambientes e situar factos históricos de forma a transmitir a cultura que pretende representar.

Assim sendo, percebe-se que a produção literária em Angola, à semelhança dos países da CPLP ora abordados, é rica no que diz respeito à recriação dos falares das massas, dando voz à variedade linguística do português neste contexto.

Na mesma ordem de ideias, Moçambique e Brasil também apresentam tais especificidades linguísticas na produção literária. Pois, em Moçambique, por exemplo, autores como Mia Couto, Paulina Chiziane, para além da criatividade linguística nos seus textos, procuram, de igual modo, recriar o registo popular do português falado em Moçambique.

Numa abordagem sobre a Literatura brasileira e a paixão pela língua portuguesa, (RIBEIRO SECCO, p. 31, 2010) faz referência à importância do recurso aos falares populares, em textos literários, na afirmação do português do Brasil:

> A Literatura Brasileira contribuiu imensamente para a afirmação do Português do Brasil, incorporando, nos textos, peculiaridades, ritmos e sintaxes do português falado no dia-a-dia dos brasileiros. O regionalismo brasileiro de 1930 também colaborou, traçando linguisticamente cartografias de diversos falares regionais do Brasil. Mas foi, principalmente, com Guimarães Rosa, nos anos 1950, que a recriação dos falares do sertão de Minas Gerais se desregionalizou e a dimensão existencial e humana surgiu como uma outra vertente literária.

Posto isto, percebe-se, claramente, que a obra literária é também uma fonte inesgotável das especificidades linguísticas da comunidade na qual o escritor se encontra inserido e de que é parte integrante.

Considerações Finais

Neste texto, considera-se património literário da CPLP todo o acervo da arte literária produzido dentro ou fora do espaço da Comunidade, desde que escrito em Português e que a temática pinte uma localidade dentro do espaço lusófono.

Nesta mesma senda, assumem-se, como sendo património linguístico da CPLP, todas as variedades do Português que concorrem para a unidade dos países da Comunidade apesar da acentuada diversidade intra linguística.

Longe da pretensão de sugerir um cânone rígido da CPLP, interessa nesta reflexão procurar caminhos para uma análise linguística da obra literária que conduza os leitores lusófonos ao contacto com especificidades do português falado nos diferentes países de Língua Portuguesa.

Este contacto linguístico só se concretiza com eficácia, promovendo uma educação literária comprometida não só com a literacia literária, mas também com a valorização de todo o acervo que compõe o património literário e linguístico da Comunidade em apreço.

Cabe salientar que está em curso a constituição de um *corpus* a partir da fala das personagens em obras de autores consagrados da CPLP. Trata-se do material empírico indispensável para uma abordagem com mais profundidade da temática.

Portanto, o estudo está longe de ser um trabalho acabado, servindo, sobretudo, para abrir pistas para o ensino da leitura literária que não demonstre desinteresse na recriação dos falares populares, antes sirva de instrumento para a valorização do património linguístico do espaço lusófono.

Bibliografia

CEIA, Carlos, (2004): “A Literatura Ensina-se: Estudos de Teoria Literária” Ed. Calibri, Lisboa Codex.

CERRILLO, Pedro; SENÍS, Juan. Disponível Acesso em: 25 jan. (2017) “Nuevos tiempos, ¿nuevos lectores? Ocnos”, n. 1, p. 19-33.

COELHO, Nelly Novaes, (2000): “Literatura infantil’’: Ed. Moderna, São Paulo.

COSTA, P.L. (2013): “Literatura, cânone, clássicos”. In A. Balça & M. N. Pires (Eds): Literatura Infantil e Juvenil. Formação de leitores. Lisboa: Santillana Editores, 31-50.

FILLOLA, António Mendoza, (2004): “La educación literaria”, Ediciones Aljibe.

SOUSA, Maria de Lurdes Dionísio, (1990): “Agora não posso! Estou a ler”. In revista portuguesa de educação, 3 (3) I.E. – Universidade do Minho.

FILHO, José Nicolau et al. (2011): “A Literatura infantil e juvenil hoje: Múltiplos olhares, diversas leituras, Rio de Janeiro.’’

OLIVEIRA, Iris Filomena Mendes de, (2013): “Obras de Literatura Infantojuvenil Portuguesa no Mercado Livreiro e Editorial Brasileiro’’ em 2010 e 2011, CAMPINAS, Brasil.

OLIVEIRA, Maria Anória de Jesus, (2014): “Literatura infanto-juvenil moçambicana: a série Os gémeos, de Machado da Graça, e outras travessias, Uneb.’’

Ribeiro, Luiz Anónio, (2016): “25 Clássicos da Literatura Infantil.’’

SILVA, Avani Souza, (2003): “A Literatura Infantil e juvenil Cabo-Verdiana e a Lei 10.639,’’ USP.

SILVA, Avani Souza, (2015): “Narrativas orais, literatura infantil e juvenil e identidade cultural Cabo Verde’’ USP.

Praxe académica, trote e baptismo dos caloiros: expressões de um ritual de iniciação académica em universidade de Portugal, Brasil e Angola

Vivaz Bandeira
Universidade Agostinho Neto, Angola

Introdução

A recepção de novos estudantes nas universidades de Portugal, Brasil e Angola são, geralmente, marcadas por cerimónias de vária ordem. Uma das formas de admissão simbólica do(a) novo(a) estudante no seio da comunidade académica é o ritual de iniciação académica, conhecido pelo nome de *praxe académica* em Portugal, *trote* no Brasil e *baptismo dos caloiros* em Angola.

O ritual de iniciação académica realiza-se no início de cada ano lectivo, conforme o contexto de cada país. Neste ritual os estudantes antigos, também conhecidos como *veteranos*, desenvolvem um conjunto de actividades que visam, não só dar as boas vindas aos novos estudantes (também chamados de *novatos* ou *caloiros*), mas também colocá-los na posição de submissão, para não dizer de sujeição, ante uma série de práticas que, nalgumas vezes, extravasam os limites de um comportamento ético e socialmente aceite, inquinando os mais elementares direitos fundamentais, plasmados nas normas constitucionais destinadas a proteger a honra, o bom nome, a integridade física e moral, etc.

Há, seguramente, discrepâncias entre a *praxe académica*, o *trote* e o *baptismo dos caloiros*. Porém, com este trabalho, pretendeu-se identificar alguns traços deste ritual de iniciação académica que, sendo comuns aos três países, o caracterizam.

O presente artigo tem na sua estrutura, além desta introdução, uma breve incursão pelos conceitos de *praxe académica, trote* e de *baptismo dos caloiros*, bem como o seu enquadramento enquanto ritual de iniciação académica. Em seguida, apresenta-se a opção metológica escolhida para a realização da pesquisa. Aqui encontram-se explicados os procedimentos metodológicos seguidos em cada fase da pesquisa.

Após a explicação da metodologia, estão resumidamente espelhados num quadro, os aspectos comuns deste ritual de iniciação académica. Ademais, estão ilustrados significados dos papéis exercidos pelos intervenientes e objectos usados durante a cerimónia de baptismo dos caloiros, na visão de estudantes do Instituto Superior de Ciências da Saúde da Universidade Agostinho Neto-Angola. Por último, estão a conclusão e as referências bibliográficas.

Ritual de iniciação académica: *praxe académica, trote* e *baptismo dos caloiros*.

A *praxe académica*, o *trote* e o *baptismo dos caloiros* são essencialmente expressões de uma realidade social, em contextos académicos de três países: Portugal, Brasil e Angola, respectivamente.

A praxe académica é "um conjunto de práticas humilhantes e de brincadeiras satíricas, com algum grau de violência, impostas pelos estudantes mais velhos aos recém-chegados, consistindo numa marca cultural particular que colhe inspiração de referências provenientes quer da cultura académica, quer de origem popular" (Frias, 2003). Assim vistas as coisas, a praxe remete-nos ao conceito de tradição enquanto "conjunto de comportamentos codificados que procuram preservar ou inventar uma ideia de memória colectiva", tal como refere Cruzeiro (*apud* Frias, 2003).

A praxe académica apresenta-se, assim, como uma tradição, na medida em que se refere a um "conjunto de costumes estudantis com valor intrínseco e forte carga identitária que vai sendo transmitido dos estudantes mais velhos para os mais novos" (Lopes *et al*., 2018: 3). Neste sentido, a praxe académica pode ser considerada um *ritual de iniciação,* pois "configura um conjunto de ritos materializados em formas cerimoniais, performativas e de espetáculo, que visam transformar o estudante recém-chegado, dotando-o de um novo estatuto social e simbólico e convertendo-o num membro de pleno direito do novo grupo" (Lopes et al., 2018: 3).

No entanto, há que realçar que, apesar de a praxe académica servir de elemento integrador de novos estudantes na universidade, ela é telegraficamente apresentada, por alguns autores, como um ritual acompanhado de práticas de violência. Dentre vários autores, pode-se mencionar Elísio Estanque (2007, 2008, 2011, 2016) e Fávero *et al.* (2015).

Estanque (2007, 2008, 2011, 2016) considera que há, na praxe académica, presença de violência (física e simbólica), uma vez que a lógica obedece a um jogo de submissão onde os estudantes mais velhos troçam dos mais novos e estes se submetem às provocações, procurando também estar à altura dos desafios lançados.

Num estudo sobre violência na praxe académica, Fávero *et al.* (2015), servindo-se de um inquérito por questionário dirigidos a estudantes e ex-estudantes de várias Instituições de Ensino Superior (IES), demonstraram que três quartos dos inquiridos foram vítimas de algum tipo de violência, 38, 8% foram protagonistas de actos de violência e 86, 9% testemunharam actos violentos no contexto da praxe académica (*Apud,* Lopes *et al*., 2018: 11).

Numa breve referência a trabalhos de investigação científica sobre praxe académica em Portugal, Lopes *et al.* (2018: 9) assinalam que este "ritual de iniciação e ferramenta de integração" pode ser intendido como:

> marca da transição entre fases biográficas distintas, marcando a entrada na idade adulta, e também como ritual de elevação de estatuto num contexto social onde o investimento na educação é central para as estratégias de mobilidade social ascendente. A praxe joga ainda um papel na constução de uma identidade colectiva diferenciadora face a quem está fora do grupo dos estudantes universitários. Por outras palavras, ela é uma ferramenta de distinção social.

No Brasil, o trote é mais referido como prática violenta que marca a recepção de novos estudantes na universidade e menos como prática integradora. A este respeito, Akerman *et al*. (2012) sublinham que os trotes, além de *ritual de passagem*, constituem o "modo de relação entre estudantes ao longo do curso", sendo caracterizados por:

> intimidações, abusos e assimetrias de poder entre estudantes, não se restringem ao período de recepção ao calouro, conhecido como trote [...], persistem ao longo do ano, fazendo imaginar que o *bullying* (atitudes agressivas, intencionais e repetidas que ocorrem sem motivação evidente e adotadas por um ou mais estudantes contra outro(s), causando dor e angústia, e executadas dentro de uma relação desigual de poder) descrito e relatado no ensino fundamental e médio está também presente no ensino universitário. Portanto, o trote tem sido um instrumento significativo para justificar e perpetrar o *bullying* na faculdade, onde há a clara distinção entre "o mais forte" e "o mais fraco". Tais práticas são sustentadas socialmente e provocadoras de silêncio, solidão e medo, que mobilizam diferentemente rapazes e moças.

Por sua vez, Costa *et al.* (2013) consideram que "o trote universitário passa a ser problema quando se pensa na constituição de pessoas autónomas e no fim dos processos opressivos da sociedade". Por isso, os autores chamam a atenção para a necessidade de se "romper a continuidade dessas práticas de violência naturalizada nas instituições de ensino superior".

Em todos os lugares, o trote pode ser incluído entre os rituais de *iniciação* e *de passagem*, de grande importância para marcar a data e a nova situação do calouro (Warth & Lisboa, 1999). Segundo Warth e Lisboa (1999), durante o trote, "percebe-se um certo clima intimidatório por parte de alguns veteranos [...] finda a apresentação, começa a tradicional sessão de corte de cabelos. Joga-se farinha, ovos e tintas nos novatos. O clima é de festa, confraternização e intimidação".

Em Angola, o baptismo dos caloiros é uma prática que serve para dar as boas vindas aos novos estudantes admitidos na universidade, no princípio de cada ano lectivo. Esta prática, organizada por estudantes veteranos com a permissão dos titulares das IES, tem o cerimonial próprio de um *ritual de passagem* ou de inciação académica e é essencialmente marcado por troças, zombarias de veteranos aos caloiros e de juramentos, obediência e completa submissão de caloiros diante de veteranos.

Deste modo, o baptismo dos caloiros consubstancia dupla faceta: por um lado, retrata-se a si próprio como uma prática de violência simbólica (nalguns casos física); e, por outro, é uma prática que visa a integração dos novos estudantes no meio académico universitário. Esta última, é, sem dúvidas, a faceta mais vistosa, mais conhecida e, portanto, de que mais se fala em Angola.

Apesar de ser uma prática enraizada nas IES angolanas e, por conseguinte, bem conhecida, o baptismo dos caloiros como realidade social instalada na universidade, é ainda pouquíssimo estudado. Não existem trabalhos científicos sobre esta prática, publicados e dignos de menção no contexto angolano.

Metodologia

O presente artigo visou identificar os aspectos comuns do ritual de iniciação académica em universidades de Portugal, Brasil e Angola.

Para o caso de Portugal e Brasil, foi analisado o material empírico composto por textos sobre o assunto, entre os quais, artigos científicos, teses de doutoramento e dissertações de mestrado.

Para o caso de Angola, foram analisadas um total de 10 entrevistas feitas a estudantes do Instituto Superior de Ciências da Saúde da Universidade Agostinho Neto, participantes da cerimónia de baptismo dos caloiros de 2018. Assim, 5 entrevistas foram feitas a estudantes "veteranos" do 2º Ano, cada um matriculado num dos seguintes: Análises Clínicas e Saúde Pública, Psicologia Clínica, Enfermagem, Psicologia Escolar e Farmácia; outras 5 entrevistas foram feitas a estudantes "caloiros", cada um, igualmente, matriculado num dos sobreditos cursos.

Os entrevistados tinham idades compreendidas entre os 19 e os 29 anos; cinco eram do sexo masculino e cinco do sexo feminino.

As *entrevistas semi-estruturadas* foram realizadas ao longo do mês de Março, após a observação directa levada a cabo pelo autor, durante a aludida cerimónia de baptismo dos caloiros.

O critério de inclusão de participantes no estudo foi determinado pela disponibilidade e consentimento dos estudantes no momento em que foram contactados. Deste modo, foram excluídos os estudantes que não estiveram disponíveis no momento da realização das entrevistas e os que não quiseram participar do estudo.

As entrevistas gravadas foram integralmente transcritas. Dos discursos exteriorizados, depreenderam-se os papéis dos intervenientes e os significados dos objectos usados durante a cerimónia de baptismo dos caloiros.

***Praxe académica, trote* e *baptismo dos caloiros*: aspectos comuns**

Assim como a praxe académica no contexto português, o trote e o baptismo dos caloiros são considerados *ritual de iniciação académica*, nos contextos brasileiro e angolano respectivamente. É ponto assente. É um aspecto comum.

Outros aspectos comuns podem ser, resumidamente, agrupados em aspectos *organizativos* (períodos de realização e fases da cerimónia), *simbólicos* (significados atribuídos aos actos praticados durante o ritual e aos artefactos usados) e *sociológicos* (lógicas de interacção e papéis dos participantes do ritual), tal como ilustra o quadro nº 1, abaixo:

Quadro nº 1. Aspectos comuns do ritual de iniciação académica em Portugal, Brasil e Angola.

Aspectos Organizativos	Simbologia	Aspectos Sociológicos
Existem dois grupos **no início de cada ano lectivo**: veteranos e caloiros	O veterano é superior ao caloiro, e este é a ele submisso. O traje de cada um simboliza a sua posição na hierarquia...	Exerce-se um poder simbólico; integra-se o caloiro ao grupo.
A cerimónia é marcada por uma série de discursos, seguida de um ritual e uma festa.	O discurso obecedece a uma ordem. A submissão do caloiro durante o ritual revela a aceitação da sua condição e vontade de pertencer ao grupo e a festa serve para comemorar...	O caloiro apreende novos saberes, age e interage em função das regras do "jogo social" (interacionismo simbólico).
São vários os objectos usados durante a cerimónia...	Cada objecto tem o seu próprio signicado na cerimónia, variando conforme o contexto.	De acordo com os significados, as acções adquirem algum sentido.

Fonte: Elaboração própria.

Para o caso de Portugal, os rituais acontecem nos meses de Setembro, Outubro ou Novembro e são, geralmente, marcados por cânticos, palavras de ordem, gritos de guerra, coreografias, exercício físico, castigo, medo, susto, nojo, estórias, rimas, charadas,

encenações físicas, simulacros sexuais, jogos, brincadeiras, gozo, ridicularização, festa e rali. Entre os objectos mais usados, podem ser mencionados a colher de pau, molas, tesouras, moca, fitas, etc. Quanto à indumentária, ao contrário dos "doutores" que aparecem sempre uniformizados, os caloiros podem apresentar-se de diversas formas, uniformizados ou não (*vide* figura nº 1), com alguns acessórios ou objectos, nomeadamente, orelhas de cartão, chapéus, funís, penicos, etc. (Lopes *et al.*, 2018).

Figura nº 1. Doutores e caloiros na praxe académica em Coimbra/Portugal. / Figura nº 2. Veteranos e caloiros no trote em São-Paulo/Brasil

Fonte:https://www.jn.pt/sociedade/educacao/interior/reitor-de-coimbra-diz-que-violencia-na-praxe-e-completamente-inaceitavel-2423009.html, acesso a 09 de Agosto de 2018, pelas 23h; http://g1.globo.com/educacao/noticia/2011/02/calouros-de-direito-da-usp-pedem-dinheiro-no-centro-de-sao-paulo.html, último acesso a 09 de Agosto de 2018, pelas 23:15min.

No Brasil, o trote começa, geralmente, no mês de Março e pode arrastar-se até ao final do ano lectivo ou do curso. À semelhança de Portugal, no Brasil os caloiros podem apresentar-se de qualquer jeito, sendo comum apresentarem-se de *t-shirts,* calções e sandálias.

O ritual é, geralmente, marcado por troças, zombarias, piadas, agressões verbais e físicas (palavrões, bofetadas, empurrões, etc.), danças, castigos, etc. Entre os objectos mais usados, estão os ovos (de galinha ou outro), a farinha, a água, a tinta (*vide* figura nº 2), etc. (Warth & Lisboa, 1999).

Em Angola, os caloiros também apresentam-se de várias maneiras, embora nos últimos anos, nota-se a tendência, cada vez crescente, de haver uma diferenciação entre veteranos e caloiros, através do uso de uniformes (*vide* figura nº 3).

Figura nº 3. Caloiros em prontidão para serem baptizados, durante a cerimónia de baptismo dos caloiros no Instituto Superior de Ciências da Saúde da Universidade Agostinho Neto, em Luanda/Angola.

Fonte: Foto tirada pelo autor no momento da cerimónia de baptismo dos caloiros.

A cerimónia de baptismo dos caloiros acontece nos meses de Março ou Abril e o formato da cerimónia varia de instituição para instituição, se bem que há aspectos comuns que tem a ver com a adaptação da cerimónia de baptismo típicamente religiosa: há um "padre" acompanhado de seus "acólitos", que baptiza, aspergindo qualquer coisa sobre a cabeça do "novato" (*vide* figuras nº 4 e 5).

Figura nº 4. Veteranos preparados para baptizarem os caloiros / Figura nº 5. Momento em que os veteranos baptizam um dos caloiros.

Fonte: Fotografia tirada pelo autor, durante a cerimónia de baptismo dos caloiros realizada em Março de 2018, no Instituto Superior de Ciências da Saúde da Universidade Agostinho Neto-Angola. / Fonte: Fotografia tirada pelo autor, durante a cerimónia de baptismo dos caloiros realizada em Março de 2018, no Instituto Superior de Ciências da Saúde da Universidade Agostinho Neto-Angola.

Os objectos mais usados são: a fuba (o mesmo que farinha de milho ou mandioca), a água (turva ou não), o ovo (preferencialmente podre), o "xarope" amargo, de fabrico caseiro (resultante de uma composição de folhas amargas de plantas medicinais, fervidas com café), etc. O ritual é, geralmente marcado por uma série de discursos de abertura, troças, zombarias, juramento colectivo dos caloiros, para respeitarem e cumprirem todas as normas do regulamento académico e as que lhes são impostas pelos veteranos, seguido de um convívio.

O baptismo, os papéis e os objectos

Em Angola o *baptismo dos caloiros* é praticamente uma adaptação do baptismo religioso. É um *sacramento*, por que passam todos os *membros* da camunidade académica. Membros porque comungam dos mesmos princípios e obedecem às mesmas regras: as regras e princípios da *academia*.

É esta a analogia que se faz, ao considerar que o "caloiro" é um novato, que carece de recepção e admissão simbólicamente oficial ao grupo, tal como relata esta estudante:

> O baptismo é como uma recepção dos novos estudantes, ya. É..er uma forma de entrar oficialmente na fau! Ya. Se você não for baptizado é como se tivesses entrado pela janela. (Estudante do 1º Ano do curso de Psicologia Clínica).

É, pois, uma adaptação, na medida em que alguém, com poderes suficientes consagra o novato a uma nova vida: a vida académica. Nalguns casos, à semelhança do baptismo religioso, o indivíduo que declara o baptismo e com poderes para o fazer, é também

chamado de *padre*. Uma figura religiosa, tomada por empréstimo, com exclusivo objectivo de baptizar os caloiros, num dia e hora específicos: o dia e a hora da cerimónia do baptismo dos caloiros.

A figura do *padre* reveste-se de grande importância e significado, uma vez que, é ele que declara a "morte" do aluno do Ensino Médio e o "novo nascimento" do indivíduo, como estudante universitário, digno deste estatuto. É, de resto, a ideia subjacente no que diz este "veterano":

> O padre é aquele que vai baptizar, né?....que vai consagrar o caloiro. Vai confirmar o novo nascimento do caloiro para uma vida universitária. (Estudante veterano do 2º Ano do curso de Enfermagem).

Os simbolismos acompanham os contextos, as circunstâncias e as áreas do conhecimento em que se concentram os cursos ministrados pela IES ou determinada Unidade Orgânica, em que estiverem matriculados os estudantes "caloiros" e "veteranos". Tratando-se, neste caso, de estudantes dos cursos de Ciências da Saúde, um dos elementos usados, dentre outros, é o *xarope*. Este *xarope,* amargo, é resultante de uma composição de café, água e folhas de uma árvore muito conhecida no Centro e Sul de Angola pelos nomes de *cura-tudo* ou *nhime*. Esta composição é posta a uma temperatura de cerca de 100ºC, durante uns 5 minutos e depois arrefecida. Além do xarope amargo, há uma guloseima, também conhecida pelos nomes de *sampa-pito* ou *chupa-chupa.*

Deste modo, tanto o xarope amargo quanto a guloseima, são usados durante o baptismo dos caloiros com o propósico de demonstrar factos vindouros que, incontestavelmente os caloiros irão vivenciar. O xarope amargo simboliza as dificuldades de vária índole que surgem durante a formação, ao passo que, a guloseima significa o inverso, ou seja, os momentos "doces" com que o estudante se depara no percurso académico.

Com uma linguagem coloquial, explica o este estudante:

> ...o xarope amargo significa as dificuldades que o estudante irá encontrar durante a formação e o samba-pito quer dizer a alegria que ele terá no final da formação. Ya. É tipo momentos amargos e momentos doces ... ou seja, altos e baixos durante a formação. (Estudante veterano do 2º Ano do Curso de Análises Clínicas e Saúde Pública)

Como se pode calcular, há muito que se possa dizer, com relação aos actos praticados e objectos usados durante a cerimónia de baptismo dos caloiros. Muito mais há, que se diga com relação aos significados que se lhes atribui. No entanto, não haveria, aqui, espaço nem tempo para escalpelizar todos os elementos que intervêm no ritual de iniciação académica, pois seria muito exaustivo, o que não corresponde com o propósito do presente texto.

Conclusão

O estudo revelou que há uma força simbólica que envolve e alimenta o ritual de iniciação académica e que lhe confere sentido. Por outro lado, viu-se que a submissão do novato ao ritual determina a sua admissão simbólica à comunidade académica.

Conclui-se, portanto, que o ritual de iniciação académica no contexto dos países em questão, apesar de ter designações e formatos diferentes, reúne aspectos organizativos, simbólicos e sociológicos comuns. Ademais, o referido ritual constitui parte do património histórico e cultural, na medida em que representa uma faceta da memória colectiva da comunidade académica dos países em questão.

Bibliografia

AKERMAN, Marco et al. (2012). "Revelando Fatos, Sentidos, Afetos e Providências sobre o Trote em uma Faculdade de Medicina: Narrativa de uma Experiência", Revista Brasileira de Educação Médica 36 (2) : 249-254

COSTA, Simone de Melo et al. (2013). "Trote universitário: diversão ou constrangimento entre acadêmicos da saúde", Revista Bioética (Impr.); 21 (2): 350-8

CRUZEIRO, Maria Eduarda (1979). "Costumes estudantís de Coimbra no século XIX. Tradição e conservação institucional", Análise Social, XV (60), pp. 795-838

FRIAS, Aníbal (2003). "Praxe académica e cultura universitária em Coimbra. Lógicas das tradições e dinâmicas universitárias", Revista Crítica de Ciências, 66, pp. 81-116

LOPES, João Teixeira et al. (2018). Caloiros e Doutores. Um estudo sociológico sobre a praxe académica em Portugal. Lisboa: Mundos Sociais

WARTH, Maria do Patrocínio Tenório Nunes & Luiz Felipe LISBOA (1999). "Tradição, trote e violência", Interface - Comunic, Saúde, Educ 5, Série Debates.

Tema III

Património Histórico e Artístico

e-Otyioto: projecto integrado de digitalização do património histórico e cultural

Alberto Raimundo Watchilambi Wapota
Instituto Superior Politécnico da Huila da Universidade Mandume ya Ndemufayo, Angola
(betoray@yahoo.com.br/ decano@isph.ed.ao)

I. Introdução

Desde a sua fase embrionária até aos dias de hoje, a revolução técnico-científica induziu mudanças significativas nas relações sociais, nas práticas culturais e na forma de conservar e preservar a sua memória, a histórica e cultural de geração em geração.

Segundo Alvin Toffler (Toffler, 1980), a sociedade humana conheceu três grandes ondas da revolução técnico-científica, nomeadamente:

i) A revolução agrícola, há 800 anos atrás, decorrente do cultivo da terra como factor de produção da riqueza;

ii) A revolução industrial, há 300 anos atrás, decorrente da manufactura e comércio, e tinha o capital como factor de produção da riqueza;

iii) A revolução informacional ou sociedade do conhecimento, que surgiu há 50 anos atrás, decorrente da produção do conhecimento como factor de criação da riqueza.

A sociedade do conhecimento é caracterizada pela mudança de paradigma, redes, computadores, colaboração e interdisciplinaridade. Na sociedade do conhecimento, os computadores e telecomunicações têm um papel importante nas mudanças, que são também *económicas, sociais, culturais, politicas, religiosas, institucionais e até mesmo filosóficas* ou mais precisamente, epistemológicas[1].

Nestas grandes mudanças, a tecnologia beneficia e sobrepõe algumas culturas sobre outras, pondo em risco de extinção daqueles que menos se adaptarem aos *novos paradigmas de pensar e agir*.

O actual processo de globalização que tende não só a unificação de todos os povos e países do planeta terra, nas suas dimensões tecnológica, política, económica e sociocultural, pode pôr em risco a *identidade cultural* daqueles povos que têm pouca ou quase

1. Epistemologia significa ciência, conhecimento, é o estudo científico que trata dos problemas relacionados com a crença e o conhecimento, sua natureza e limitações. É uma palavra que vem do grego. A epistemologia estuda a origem, a estrutura, os métodos e a validade do conhecimento, e também é conhecida como teoria do conhecimento e relaciona-se com a metafísica, a lógica e a filosofia da ciência. É uma das principais áreas da filosofia, compreende a possibilidade do conhecimento, ou seja, *se é possível o ser humano alcançar o conhecimento total e genuíno, e da origem do conhecimento*. A epistemologia *também pode ser vista como a filosofia da ciência*. A epistemologia trata da natureza, da origem e validade do conhecimento, e estuda também o grau de certeza do conhecimento científico nas suas diferentes áreas, com o objectivo principal de estimar a sua importância para o espírito humano. A epistemologia surgiu com Platão, onde ele se opunha à crença ou opinião ao conhecimento. A crença é um ponto de vista subjectivo e o conhecimento é crença verdadeira e justificada. A teoria de Platão diz que conhecimento é o conjunto de todas as informações que descrevem e explicam o mundo natural e social que nos rodeia.

nada das capacidades humanas e tecnológicas para *produção de conteúdos históricos e culturais* e sua diminuição pelas mídias, e em plataformas digitais como a internet, museus e bibliotecas virtuais.

Nestas condições, como virtualizar a memória histórica e cultural das pequenas comunidades? Como e o quê resgatar, para sua digitalização e virtualização como forma de conservar e preservar o património cultural material e imaterial dessas comunidades? Como usar as tecnologias de informação e comunicação (TICs) como ferramenta de inclusão social e cultural das comunidades rurais, no mundo globalizado?

O presente artigo tem por objectivo apresentar alguns resultados de projecto integrado e–Otyioto ainda em curso desde 2012, e que visa o resgate, digitalização e virtualização do património histórico e cultural, material e imaterial de Angola. Pretende-se criar um *portal* cuja informação é organizada por regiões designadas por culturalmente semelhantes(RCS), não obedecendo, necessariamente, as fronteiras étnicas, mas pelas características comuns das etnias que coabitam no mesmo espaço geográfico no contexto do território angolano.

Cada Região Culturalmente Semelhante (RCS) corresponde a uma Base de Dados Multidimensional por sectores de actividades dessas comunidades, e são designadas em função dos títulos dos antigos soberanos em Angola. Foram identificadas 6 regiões culturalmente semelhantes, nomeadamente, a Nthotila, na região cultural Congo, a Ngola, na região cultural Ambundu ou kimbundu, a Mwatiamvwa, na região cultural Lunda-Tchokwe ou Tchokwe, a Soma na região cultural Umbundu, a Mwene na região cultural Nganguela, e a Ohamba, na região culturalmente semelhante, onde coabitam os Ovaherero, Ovanhaneka--Nkhumbi ou Ovanyaneka, os Ovambo, os Ovakwangar, os Vatua, Kwisi e Nkhoi-San.

A cada designação da base de dado dimensional das regiões culturalmente semelhantes é adicionado o prefixo '**e**', por exemplo, e-Ngola, o que indica o conceito de digitalização e consequente virtualização da região cultural Ngola, ou melhor *Ngola Virtual.*

O conjunto de base de dados dimensionais forma a espécie de uma Base de Dados Multidimensional, uma Datawarehouse, cujo acesso é feito através do portal e-Otyioto.

Otyioto do Nhaneka, é um espaço físico, um santuário onde os ancestrais das comunidades Nhaneka-Nkhumbi, em Angola transmitiam e preservavam a sua cultura e tradições de geração em geração. Portanto, e-Otyioto, é algo como o *Otyioto virtual,* a virtualização do Otyioto.

Adoptou-se por estudo exploratório de natureza sistémica, uma vez que o tema escolhido e a análise do mesmo requerem uma abordagem multidisciplinar. É introduzido o conceito de *e-Atropology* (*virtualização da antropologia do ponto de vista cultural e social*), como processo de estudo, organização e interacção nos espaços culturais virtuais, a cibercultura.

No fim são apresentados alguns resultados do presente trabalho em curso na região culturalmente semelhante e-Ohamba, com destaque aos pontos de alfabetização digital e recolha de dados, designados por Oficinas de inclusão digital vs Inclusão Social (OIDvsIS), para resgate, digitalização e inovação de alguns artefactos e manifestações culturais desta região, como Engolo (a capoeira), Ombangula ou Onkhandeka (luta de mãos), Elumba (dança ambo), Ovipiluka ou Ovindjomba/Omandjomba (dança nhyaneka e herero), entre outras manifestações artísticas e culturais.

II. Revisão Bibliográfica

Estudos sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação na preservação do património cultural e novos espaços de interacção humana, o ciberespaço e cibercultura, foram realizados por vários cientistas da actualidade.

1.1. Património Cultural material e imaterial, identidade cultural na era da sociedade de informação e conhecimento.

Segundo Gómez, Freitas e Callejas (2007, p. 243), "apesar da tendência universal implícita no processo de globalização, a humanidade ainda se desenvolve na dialéctica modernidade -tradição". A tradição é reflexa do passado que o homem foi traçando e tornando permanente, e que hoje se reflecte nas suas diferentes dimensões.

É comum entender o conceito património como um conjunto de artefactos construídos, monumentos, paisagens, sítios turísticos e cultura material de um povo que representa a sua identidade.

Entretanto, o património cultural pode ser definido em duas categorias fundamentais:

a) Património cultural material, quando se refere aos bens culturais móveis e imóveis, visíveis e tangíveis,

b) Património Cultural imaterial, quando se refere as criações intangíveis, como a música, lendas, danças, procedimentos e técnicas tradicionais, entre outras manifestações culturais associadas à historia, à cultura e identidade de um povo.

A sociedade de informação e conhecimento reduziu as fronteiras culturais, tornando-as menores, e proporcionando uma convergência de processos, sistemas e pessoas. O grande desafio do momento é a manutenção das identidades locais num mundo globalizado. O património cultural é garantia da identidade cultural e de sobrevivência dos povos, porque é produto e testemunho da história da sua existência. Um povo sem cultura, é uma sociedade sem capacidade de escrever a sua própria história e, portanto, sem condições de traçar o seu futuro.

A alternativa disponível para preservação do património cultural dos povos no contexto da sociedade de informação e conhecimento, é identificar para resgatar e digitalizar para virtualizar o patrimonio cultural material e imaterial, criando websites, portais, bibliotecas virtuais e estabelecendo espaços culturais virtuais.

1.2. Actual vs virtual

Segundo Pierre Lévy (Lévy, 1997), o virtual é a ausência de existência, ilusão, o que existe em potência. Por exemplo, a árvore está virtualmente na semente. Por conseguinte, a virtualização é a passagem do actual para o virtual, do tangível para o intangível, do que existe em acto, para o que existe em potência.

Segundo Michel Serres, citado por Pierre Levy (Levy, 1996), a imaginação, a memoria, o conhecimento, a religião são vectores de virtualização que fizeram abandonar a presença muito antes da informatização e das redes digitais. No espaço virtual cria-se a sensação do desaparecimento dos conceitos de tempo e espaço. O texto no papel ocupa uma posição definida do espaço físico, porém, o hipertexto em suporte digital ocupa virtualmente todos os pontos da rede ao qual está conectada a memória digital onde se insere o seu código.

Um pensamento se actualiza num texto, e um texto numa leitura, numa interpretação. A virtualização cria espaços culturais virtuais no ciberespaço, e pode torná-los actuais ou tangíveis recortando o tempo clássico em determinadas situações para escapar em lugares comuns da realidade em regime de imitação. As características da virtualização como a *ubiquidade, simultaneidade, distribuição mídiada ou massiva e paralela de conteúdos hipermédias* (textos, sons, vídeos), tornam-na em potente ferramenta de conservação, preservação e disseminação de informação e conhecimento, seja ele popular (empírico), filosófico, teológico ou científico. A virtualização leva a globalização cultural, a unificação de um lado ou a perca de identidade cultural de alguns povos.

2.3. Portais Web do património cultural e histórico.

Um portal Web é um site na internet que agrupa e disponibiliza vários conteúdos e ou serviços de fontes diferentes de modo uniforme para diferentes públicos de acordo com seu interesse. Diferentemente de uma WebSite, um portal serve de ponto de acesso para uma serie de outros sites ou subsites, internamente ou externamente ao domínio ou subdomínio da empresa gestora do portal.

Um portal Web traz informação contextualizada e verticalizada para o seu público, permitindo um ambiente propício para relação entre quem produz e quem consome a informação. Por exemplo, um portal com serviços de atendimento ao cliente.

Segundo Cláudia Augusto Dias (Dias, 2001), para manter a relação de colaboração com os utilizadores, um portal deve dispor de recursos para permitir a interacção actual, relevante e de fácil recuperação para o público-alvo.

Entre as ferramentas que um portal Web deve ter, podemos destacar:

a) SDK Web- Software Development Kit for Web, Kit de software para desenvolvimento Web;

b) WCMS- Web Content Management System, Sistema de gestão de conteúdos Web;

c) Ferramentas para Integração de Sistemas;

d) Ferramentas para serviços sociais: Diversão, compartilhamento, colaboração, comentários etc.

O Portal Web do património cultural e histórico**,** é um site na internet que agrupa e disponibiliza vários conteúdos e ou serviços sobre o património cultural e histórico material e imaterial, tendo como população alvo agentes e interessados na *indústria cultural*. Quanto ao contexto, este tipo de portais são de carácter publico ou de consumidores, porque prevê ao consumidor uma única interface, pois, estabelece um canal de relacionamento unidireccional com os seus visitantes (internautas) e constitui-se em uma midia adicional de marketing cultural dos seus acervos e artefactos. Quanto a função, o portal Web do património cultural e histórico pode ter uma característica de portais de negócios e de apoio a decisão, porquanto pode conter um módulo de venda dos seus produtos, bem como gerar informações úteis ao processo de tomada de decisão no sector.

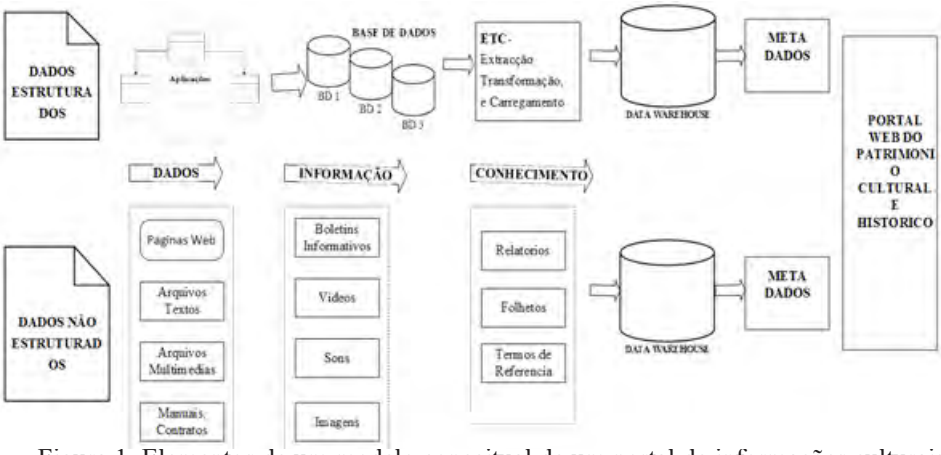


Figura 1. Elementos de um modelo conceitual de um portal de informações culturais e históricas adaptado de Shilakes & Tylmar[41].

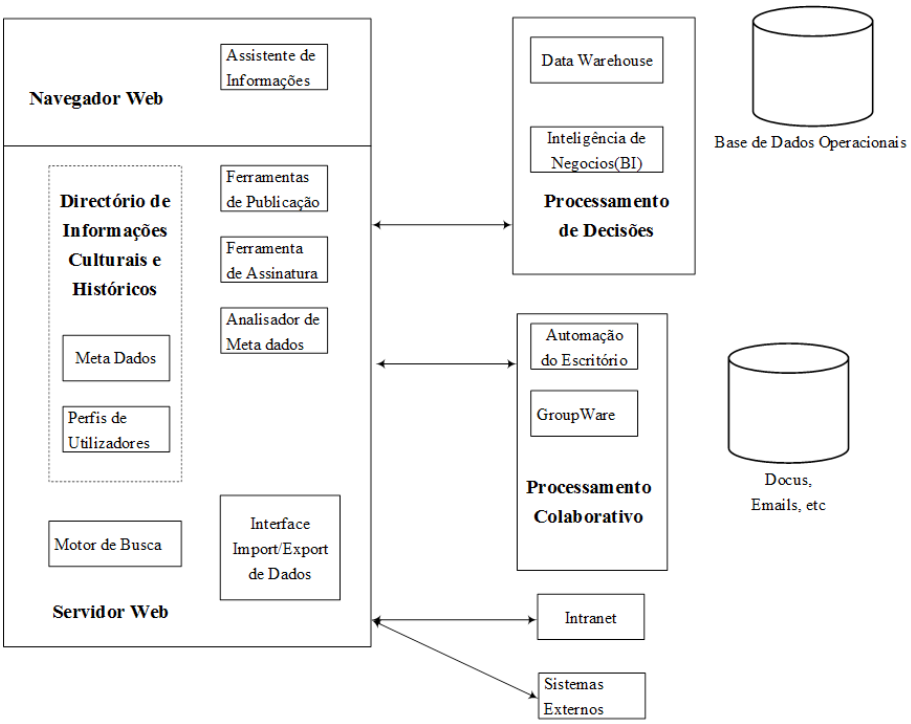


Fig 2. Principais componentes de um portal Web do património Cultural e histórico. Adaptado de White[48]

Seguem-se alguns exemplos de Portais do património Cultural e histórico.

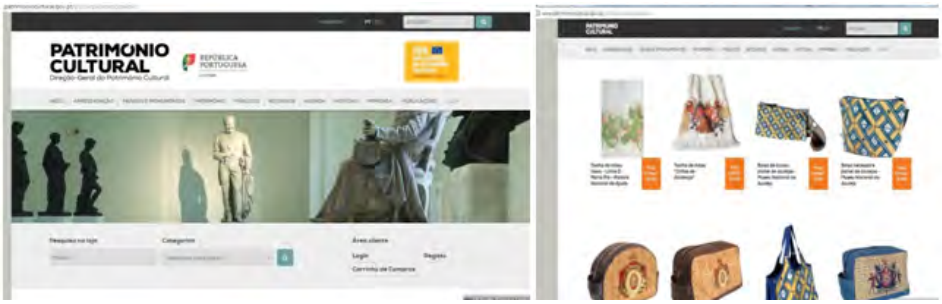


Fig. 3. Portal do Património Cultural de Portugal.

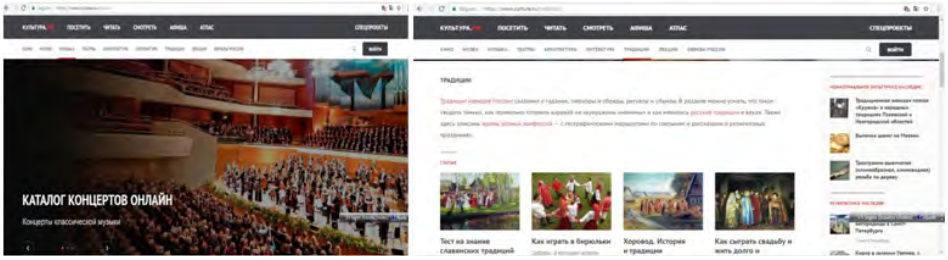


Fig.4. Portal do Património Cultural da Rússia

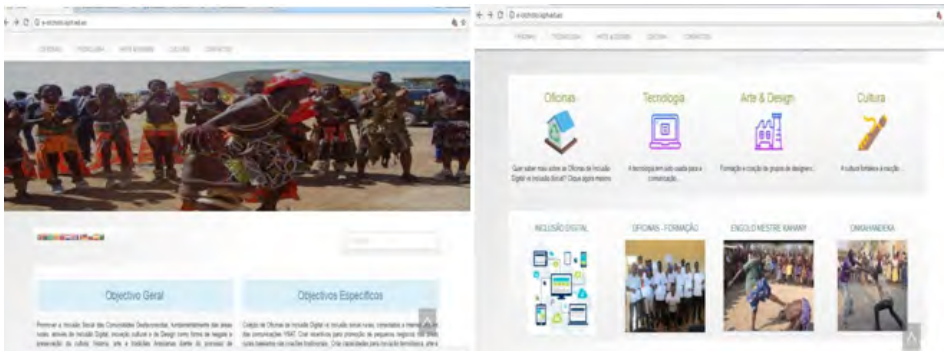


Fig.5. Ensaio do Portal do Património Cultural e histórico e-Otyioto (Angola).

III. Metodologia

Segundo Minayo (1994), a pesquisa é uma actividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade.

Atendendo a complexidade, a heterogeneidade e a multidisciplinaridade do tema em abordagem, no presente artigo adoptou-se por estudo exploratório de natureza sistémica, utilizando abordagens qualitativas e quantitativas com procedimentos de estudo de casos múltiplos[2], e uso de métodos de recolha de dados como entrevistas, observação, questionários, revisão bibliográfica e análise de dados.

2. Estudo de casos múltiplos: realiza-se quando os investigadores estudam dois ou mais sujeitos, situações ou depósitos de dados.

É um dos objectivos do projecto integrado e-Otyioto a criação de um portal do património cultural com uma Base de Dados Multidimensional em BackOffice, não só com informações de valor cultural, mas também capaz de apoiar os processos de tomada de decisão de carácter cultural, analisando e estabelecendo padrões e tendências por regiões culturalmente semelhantes, numa sequência de Dados, Informação e Conhecimento.

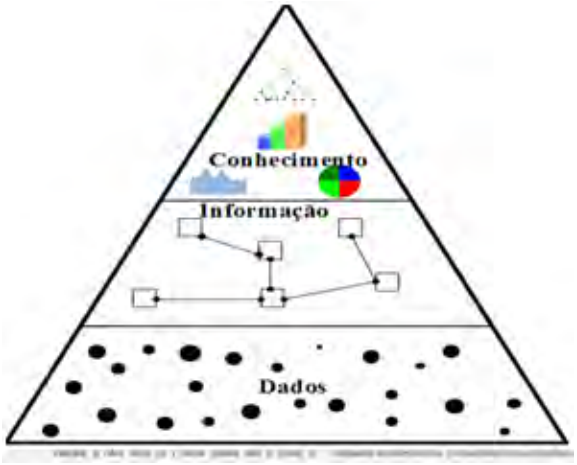


Fig 7. Pirâmide Dados, Informação, Conhecimento.

A organização do portal faz-se por 6 regiões culturalmente semelhantes, correspondendo a cada, uma base de dados dimensional, formando a Data Warehouse de Informação dos patrimónios Histórico, Cultural e Natural.

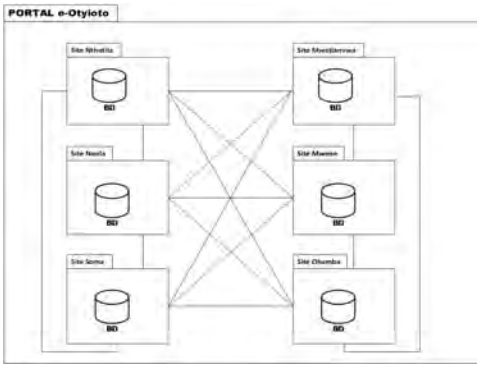


Fig. 8. 6 Regiões Culturalmente Semelhantes de Angola(RCS) do Projecto e-Otyioto /
Fig 9. Proposta do Portal e-Otyioto

Tabela 1. RCS do portal e-Otyioto, regiões culturais e respectivas designações de Base de Dados

Nr	Designação da RCS	Região Cultural	Base de Dados/WebSite
1	**NTHOTILA**,	Congo/Bakongo	e-Nthotila
2	**NGOLA**	Ambundu ou kinbundo	e-Ngola
3	**MWATIAMVWA**	Lunda-Tchokwe ou Tchokwe	e-Mwatiamvwa
4	**SOMA**	Umbundo	e-Soma
5	**MWENE**	Nganguela	e-Mwene
6	**OHAMBA**	Ovaherero, Ovanhaneka-Nkhumbi, os Ovambo, os Ovakwangar, os Vatua, Kwisi e Nkhoi-San.	e-Ohamba

O processo de recolha de dados para *digitalização e virtualização* do património cultural adoptado neste artigo, obedece os seguintes passos:

1) **Identificar**:

a. Locais em Regiões Culturalmente Semelhantes(RCS)

b. Indivíduos fontes orais por RCS

c. Arte: Padrões e artefactos por RCS

d. Hábitos e costumes

e. Sitos

f. Factos

g. Realizar Survey: observações, entrevistas e constatações

h. Realizar revisão bibliografica

i. Fazer Busca na Web

Resultado 1: DADOS histórico-culturais e identificados

2) **Resgatar**

a. restaurar

b. registar

c. filmar

d. gravar

e. fotografar

Resultado 2: INFORMAÇÕES histórico-culturais estruturadas e registadas

3) **Digitalizar**

a. textos

b. vídeos

c. imagens

Resultado 3: BASE DE DADOS DIGITAIS de Informações do Património Cultural e histórico

4) **Virtualizar**

a. criar websites e portais

b. criar bibliotecas virtuais

c. Criar museus Virtuais
d. Estabelecer Links
Resultado 4: Informação e CONHECIMENTO

5) **Inovação Cultural**
a. Produção artística Digital
b. Novos produtos culturais inovadores
c. Cibercultura: Espaços virtuais de colaboração e redes sociais
Resultado 5: interacção, colaboração em Plataformas Virtuais, novas indústrias culturais, ensino das línguas nacionais em Ambientes virtuais de Aprendizagem(AVAs), como por exemplo, o ensino do *OluNyaneka, Oshiherero, Olumbundu ou OshiWambo* usando a plataforma *AlfaBantu ou Moodle*.

IV. Portal Web e-Otyioto

O objectivo que se pretende alcançar com o Projecto Integrado e-Otyioto é desenvolver um Portal com a mesma designação que permita a inserção e consultas georeferenciadas dos patrimónios cultural, histórico e natural por regiões culturalmente semelhantes de Angola (RCS).

Tratando-se de um portal do património cultural, para além do português e inglês, e com vista a valorizar as línguas nacionais em Angola, os conteúdos no portal e-Otyioto serão também expressos em línguas nacionais inseridas nas RCS.

Quanto ao publico alvo, o portal e-Otyioto deverá conter ferramentas e Interface amigável ao utilizador, permitindo-lhe utilizar e visualizar em qualquer dispositivo.

Quanto a constituição, o portal e-Otyioto deverá ser constituído por duas componentes fundamentais:

a) ***BackOffice*** com o grande repositório de dados Data Warehouse com ferramentas de mineração de Dados e apoio a decisão. Essa componente do portal só será acessível a equipa de administração dos conteúdos para inserção e analise;

b) ***Portal Web*** (www.e-Otyioto.ao), acessível por qualquer utilizador que queira consultar, pesquisar ou adquirir algum conteúdo do património cultural por RSC.

As figuras a seguir ilustram a modelação dimensional da DW e-Otyioto em *esquema estrela*.

O esquema em estrela é uma estrutura de organização de base de dados constituída por uma tabela de factos associada a varias tabelas de dimensão na *modelação dimensional*(MD). Modelação dimensional, é uma metodologia de modelar os dados de maneira a tornar fácil a interacção entre a aplicação e o utilizador final, e o alto desempenho no processamento de *queries*. Ao contrario da MD, a *modelação relacional(MR)* usa a abordagem *Entidade-Relação(E-R).* Na modelação dimensional, a simetria do desenho e a simplicidade são as qualidades mais notáveis deste tipo de modelação de dados.

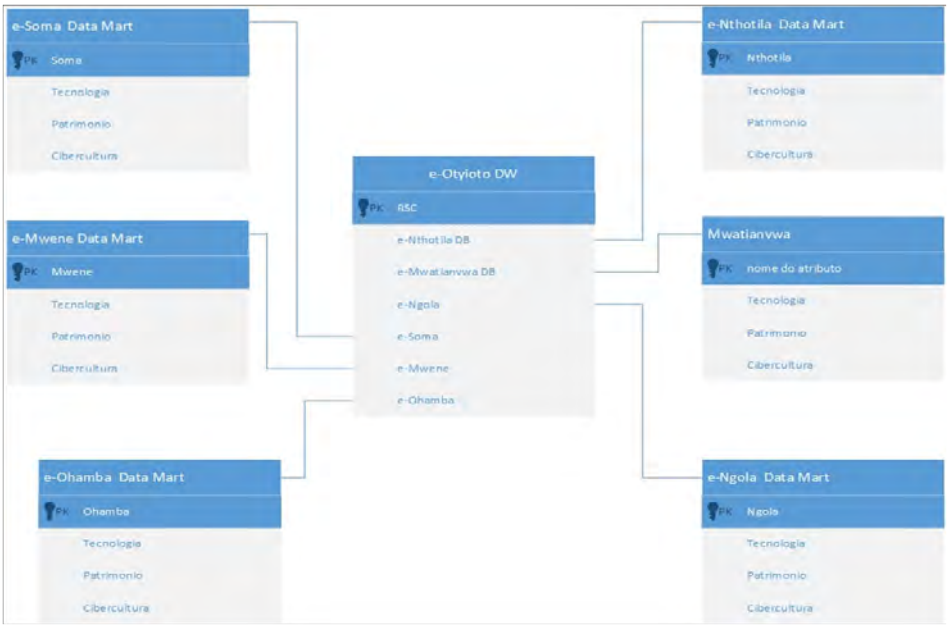


Fig 10. Modelo da DW e-Otyioto em esquema Estrela.

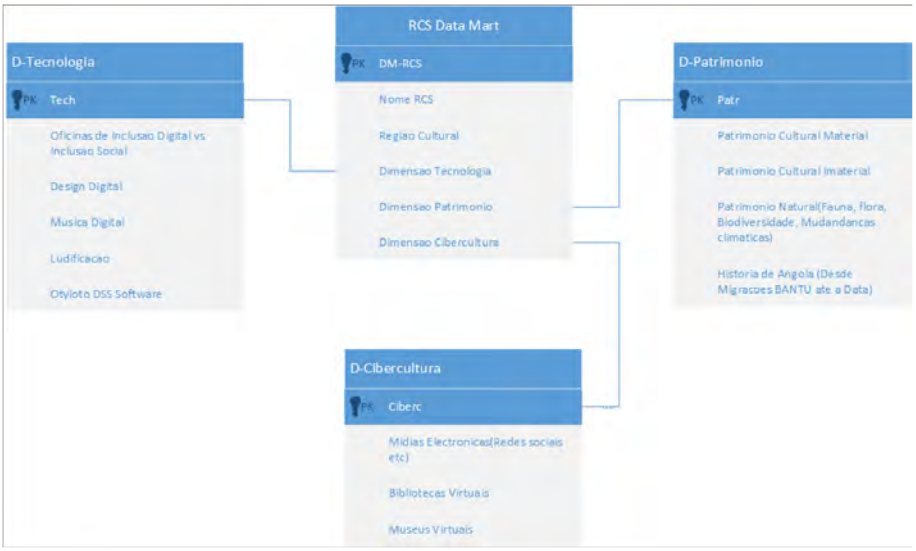


Fig 11. Modelação dimensional das Data Mart das Regiões culturalmente semelhantes em 3 dimensões.

V. Resultados

Sendo um projecto integrado, os resultados do projecto e-Otyioto são apresentados por subprojectos que potenciam os processos de recolha, estruturação, digitalização e divulgação da informçãono portal por RCS.

5.1. Oficinas de Inclusão Digital vs Inclusão Social

Objectivo Geral: Promover a Inclusão Social das Comunidades Desfavorecidas, fundamentalmente das áreas rurais, através de Inclusão Digital, inovação cultural e de Design, como forma de resgate e preservação da cultura, história, arte e tradições angolanas diante do processo de Globalização. De facto, as oficinas são centros de alfabetização digital das populações locais para fazerem parte do processo da recolha e digitalização da informação para o portal.

Resultados obtidos**:**

5.1.1. Fez-se o levantamento de dados junto das comunidades na região RCS Ohamba

Fig. 12. Interacção com a comunidade Nkhoi –San na Mupa/Cunene. / Fig.13. Instalação da antena VSAT na Oficina do Manquete.

5.1.2. Fez-se o levantamento de dados junto das comunidades na região RCS Ohamba

A primeira fase de implementação foi concluída, financiada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. Foram realizados dois workshops em operação com Internet pela VSAT e ADSL, em Manquete e Kaluquembe, respectivamente. 10 Computadores e 4 formadores est*ão* baseados na oficina da comuna de Mupa (Cunene) sem acesso à Internet por falta de fundos para o pagamento da subscrição do sinal; e uma antena VSAT Yacklick em Tchavola mas sem sinal.

Entre 2013 a Março de 2016 fez-se a alfabetização digital de 136 capacitados, dos quais 132 cidadãos + 4 formadores em Informática Básica nacionais das áreas periféricas e rurais, dos quais:

a) 30 na Tchavola/ Arredores da cidade do Lubango

b) 20 no Manquete - nas Profundezas da comuna do Mucope, província do Cunene. A entrega de certificados realizada em Outubro de 2016.

c) 82 em Kaluquembe na província da Huíla.

Fig.14. Alfabetização digital nas Oficinas de inclusão Digital Vs inclusão Social nas localidades rurais, na RCS Ohamba

Fig.15. Mapa de localização das Oficinas de inclusão digital Vs Inclusão Social na RCS Ohamba / Fig. 16. Aluna beneficiária da Oficina em Manquete

Fig. 17. Prémios atribuídos. Medalha de Ouro no Concurso nacional (Feira do Inventor e Criador Angolano-FEICA/MINCIT) em Luanda-Agosto 2014. Medalha de prata no Concurso internacional de invenções, ideias e novos produtos em Nuremberg (Alemanha) - Outubro-2014.

5.2. **Arte e Design**

Foram concebidos nos produtos na base dos artefactos e padrões locais OSAMAKAKA, ONDELELA E PINTADO da RCS Ohamba.

Fig. 18. Artefactos inovados em padrões Osamakaka, Ondelela e Pintado.

Idealizou e prevê-se a produção em massa do *Xadrez Histórico de Angola -1845-1945*, que usa as peças que ilustram as personalidades históricas de Angola na guerra de resistência a ocupação colonial, num lado, e noutro, as personagens Portuguesas naquela guerra de ocupação entre os anos 1845 a 1945. O referido Xadrez tem os valores *Didáctico, Histórico, Cultural, Desportivo e Comercial*.

Fig. 19. Xadrez Histórico de Angola - 1845 a 1945 / Fig. 20. Pequenos negócios com base nos produtos resultantes do resgate e inovação dos artefactos e padrões locais

5.3. Artes marciais, resgate do Engolo: Engolo vs Capoeira Brasileira

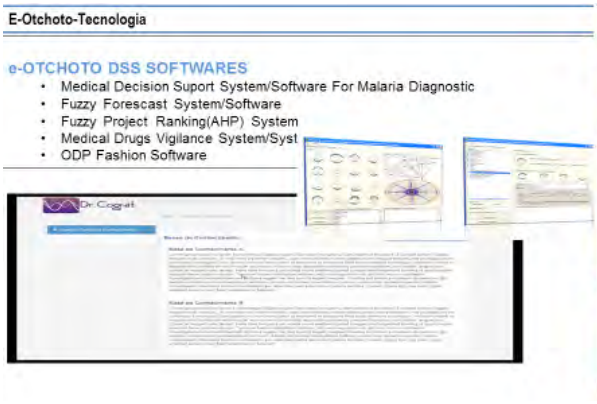
Fez-se expedições na RCS Ohamba para o resgate das raízes angolanas da capoeira (o Engolo), com os investigadores cobra Mansa, da Universidade de Bahia (Brasil), e Mathias de Assunção da Universidade de ESSEX, na Inglaterra.

Fig. 21. Muhalambandja, Mestre do Engolo, da Comuna do Mucope/Cunene, instruindo os Mestres Cobra Mansa da Capoeira Brasileira(Bahia) e Mathias de Assunção da Universidade de ESSEX, na Inglaterra.

Fig. 22. Mestre clássico do Engolo, Angelino Ngongolo (In Memory), fazendo demonstrações de golpes de Engolo na Santa Teresinha/Mucope/Cunene. / Fig. 23. Manifestação preparativa de um guerreiro diante de um combate: Okuhavava(em Olunyaneka)

Fig. 24. Combate Engolo vs Capoeira: Mestre de Engolo(no Humbe/Cunene) vs Mestre Cobra Mansa (Brasil).

Fig. 25. Ombangula na Humpata/Huíla, Onkhandeka no Mucope/Cunene vs Luta de Mãos no Brasil com Mestre Cobra Mansa.



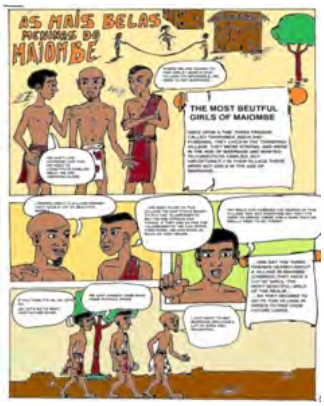


Fig. 26. Softwares de Apoio a decisão DSS e-Otyioto / Fig. 27. Ludificação /Animação de Lendas de Cabinda

Fig 27. Pen Drives 4 GB em padrões Culturais locais

VI. Discussão

A dimensão e a complexidade do projecto exigem uma abordagem sistémica e multidisciplinar, para se tirar melhor proveito dos resultados que dele se espera. Trata-se de um projecto ao longo prazo, visando a digitalização e vitalização do património cultural de Angola, como forma de resgate, preservação e divulgação da identidade do povo angolano, que muito se perdeu durante os 500 anos de colonização portuguesa, guerra civil, e corre ainda o risco com o processo de globalização. Salienta-se a importância da digitalização e da acessibilidade online ao material cultural, bem como da preservação digital. Este processo permite o acesso de todos à cultura e ao conhecimento na era da sociedade do conhecimento, promovendo a riqueza e a diversidade do património cultural Angolano. O material cultural digitalizado constitui um importante recurso para as indústrias culturais e criativas inovadoras angolanas, impulsionando a diversificação da economia e a criação de emprego.

Há necessidade de conjunto de acções para intensificar os esforços de digitalização, incluindo, a partilha das actividades de recolha de dados, sistematização da informação e do financiamento, parcerias público-privadas para incentivar utilizações inovadoras do material, melhores condições de digitalização e acessibilidade online ao material protegido por direitos de autor.

Os intervenientes no projecto consideram importante começar o processo de resgate e digitalização do património cultural material e imaterial nas áreas rurais, porquanto é

aí onde ainda os vestígios da identidade cultural angolana prevalecem, sem desprimor, naturalmente, das áreas urbanas.

VII. Conclusão

Os resultados do primeiro teste do projecto no que toca a inclusão social por meio de inclusão digital, são satisfatórios. Foram criadas bases para a fase de recolha e digitalização de dados e informações nas oficinas de inclusão digital que servem como pontos de recolha de dados das referidas localidades rurais, e a sua posterior inserção no Portal web e-Otyioto.

A adesão da população ao projecto de Inclusão Digital vs Inclusão Social pode ser considerado de nível muito alto.

Conseguiu-se identificar e compreender as questões problemáticas do processo de inclusão digital, resumidas em 4 categorias de recursos sem as quais não é possível falar-se de inclusão digital, como forma de inclusão social, nem da digitalização e virtualização do património cultural de Angola, nomeadamente:

• Recursos Materiais (acesso às máquinas e à conexão – infraestrutura tecnológica)

• Recursos Digitais (material que se encontra disponível online- Conteúdos)

• Recursos Humanos (orientação para o desenvolvimento das capacidades, compreensão e pesquisa - Capacitação)

• Recursos Sociais (estruturas sociais, comunitárias e institucionais que dão suporte ao acesso às TIC- Organização). Conclui-se que a inclusão digital contribui para o *desenvolvimento sócio-económico de toda a sociedade* e ajuda a reduzir as assimetrias entre as zonas rurais e urbanas.

Referências Bibliográficas

Lévy, Pierre. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 1999.

Lévy, Pierre. Inteligência coletiva: para uma antropologia do ciberespaço. São Paulo: Loyola, 2007.

https://rafaelpiton.com.br/data-warehouse-modelagem-dimensional/; acessado aos 30 de Junho de 2018

https://pt.wikipedia.org/wiki/Portal_(internet), acessado aos 30 de Junho de 2018

Aanestad, M., Grisot, M., Hanseth, O., & Vassilakopoulou, P. (2017). Information Infrastructures and the Challenge of the Installed Base. In *Information Infrastructures within European Health Care* (pp. 25–33). Springer.

Borgmann, A. (2009). *Technology and the character of contemporary life: A philosophical inquiry*. University of Chicago Press.

Bygstad, B. (2010). Information and Organization Generative mechanisms for innovation in information infrastructures, *20*(1471), 156–168. https://doi.org/10.1016/j.infoandorg.2010.07.001

Bygstad, B., Munkvold, B. E., & Volkoff, O. (2016). affordances : a framework for critical realist data analysis, 83–96. https://doi.org/10.1057/jit.2015.13

Carugati, A., Fernández, W., Mola, L., & Rossignoli, C. (2018). My choice , your problem ? Mandating IT use in large organisational networks, 6–47

Trabalhos arqueológicos realizados pelo Museu Nacional de Arqueologia de Benguela de 1976 a 1980

Angelina Lopes Luís Aguiares Ngungui
Docente no Instituto Superior de Ciências da Educação de Benguela, Angola

Maria Helena Benjamim
Especialista em Antropologia, Etnologia e Pré-História, Museu Nacional de Arqueologia de Benguela, Angola.

Joaquim Moisés Gombe
Estudante em preparação de defesa do trabalho de fim de curso, 4º ano da especialidade de História. (aguiaresa@gmail.com)

Introdução

O cruzamento de fontes no que concerne a conciliação entre a teoria e a prática, no estudo do processo histórico da humanidade tem sido defendido veementemente por estudantes de História, por este motivo, procuram por via da investigação proteger e divulgar os locais e instituições que conservam e classificam todos os vestígios materiais humanos que remontam desde a Pré-História aos nossos dias. Motivado pelo mesmo interesse, eis-nos aqui, com o propósito de trazer a comunidade leitora em geral e académica em particular, uma substância capaz de instigar o interesse de pensar e repensar a História para a reconstrução da identidade nacional, e como sabemos, passa necessariamente pela busca e divulgação das fontes em pesquisas arqueológicas, na medida que estas fontes permitem a obtenção do conhecimento histórico, ou esclarecimento de factos e acontecimentos históricos em que a Arqueologia interfere para a sua compreensão.

Fazendo juz a (Vansina, 1995) assevera que:

Todos os historiadores, independentemente da sua filiação disciplinar, portanto, podem aprender muito com a prática de arqueólogos sobre os perigos e os sucessos de reconstruir a História de um lote variado de fontes. Por isso a contribuição da arqueologia para a História da África não se limita à descoberta de novas fontes e complementares a serem utilizados por outros, mas vai para o coração do empreendimento histórico.

Estudar uma abordagem tão complexa como a que nos propusemos, é uma tarefa difícil porque, até ao momento, continuam exíguos os meios técnicos e materiais para o estudo da História de África em geral e de Angola em particular. As fontes disponíveis no local em que se desenvolve esta pesquisa, precisam ser seleccionadas, sistematizadas estudadas e divulgadas para abordagens mais alargadas e as existentes, são em linhas gerais desconhecidas, o que causa em nós, a necessidade de conhecê-las, para que sirvam de registos da nossa memória social, já que entendemos serem as únicas testemunhas silenciosas que, são os vestígios materiais guardados ou abandonados no decurso dos tempos.

Uma contribuição fundamental para a compreensão do modo de vida e cultural da fase Pré-histórica, recai sem dúvida ao Museu Nacional de Arqueologia de Benguela, que traz à tona variadas manifestações da cultura material existente, que ilustram as formas culturais da infância humana, e que muitas vezes passam despercebidas a observação, análise e interpretação dos historiadores.

O artigo em vista, é uma abordagem de âmbito histórico-cultural e trazemo-la à luz, primeiro pelo interesse que temos nesta vertente, segundo para ser usado como um instrumento que contribua para melhoramento do processo de ensino e aprendizagem da disciplina de História e que pode levantar celeumas sobre a História do povo angolano em função do processo histórico da humanidade, entre especialistas deste domínio e de outras áreas transversais com a comunidade académica em especial e a sociedade em geral, servindo de oportunidade para que os estudantes se familiarizem com o percurso histórico do Património em foco.

Neste sentido, pretende-se discutir o seguinte problema: Que trabalhos arqueológicos foram desenvolvidos pelo Museu Nacional de Arqueologia de Benguela no período de 1976 à 1980? Do problema de investigação derivaram as seguintes perguntas de investigação: Que antecedentes estiveram na base da criação do Museu Nacional de Arqueologia de Benguela?; Que Estações Arqueológicas foram descobertas no período 1976-1980?; Que tipo de materiais arqueológicos foram encontrados nas estações arqueológicas no período 1976 - 1980?; Que quantidade de material arqueológico foi colocado no Museu Nacional de Arqueologia no período em análise?

Com vista a solucionar o problema levantado, determinou-se os objectivos abaixo descriminados:

Objectivo geral:

Apresentar os trabalhos arqueológicos efectuados pelo Museu Nacional de Arqueologia de Benguela no período de 1976 à 1980;

Específicos:

Analisar os antecedentes que conduziram a criação do Museu Nacional de Arqueologia no ano de 1976; Identificar as Estações Arqueológicas que foram descobertas no período 1970-1980; Citar os tipos de materiais arqueológicos existentes no Museu Nacional de Arqueologia no período 1976-1980; Apresentar a quantidade de material arqueológico colocado no Museu Nacional no período em análise.

População e Sujeitos participantes na investigação

A intenção da nossa abordagem ancora-se no desejo de trazer à luz, um aporte teórico que possibilite divulgar, destacar e realçar, a especificidade e a importância da existência do Museu Nacional de Arqueologia como sendo um espaço histórico onde se interligam diversas obras da humanidade (materiais líticos, cerâmica, pinturas rupestres), que caracterizam as primeiras formas de sociedade (sócio-génese). De acordo com o Organigrama do Museu Nacional de Arqueologia, a Direcção está estruturada em quatro Departamentos com funções específicas. Nesta esteira o MNAB apresenta uma população de vinte e nove (29) funcionários, a saber: Três (3) Membros da Direcção e vinte e seis (26) funcionários

das distintas áreas que conformam a instituição. Para o estudo em foco, contamos com três (3) Membros da Direcção e cinco (5) especialistas que constituem os sujeitos participantes da investigação. Como é sabido as investigações de natureza qualitativa não exigem representatividade da amostra, uma vez que não busca generalizar os dados conseguidos.

Métodos de Investigação

A presente investigação contou com a utilização dos métodos de nível teóricos, designadamente: Análise-síntese, Indução-dedução e Histórico-lógico e os de nível empírico: a observação, a pesquisa bibliográfica e documental. Quanto a técnica de recolha de dados, foi aplicado o Inquérito por Questionário, que permitiram obter os resultados desta investigação.

Descrição Histórico-geográfico do Museu Nacional de Arqueologia de Benguela

O Museu de Arqueologia de Benguela foi erguido nos finais do século XVI e a sua construção terminou no início do século XVIII, serviu para armazenar escravos no período conhecido como a "Era do Tráfico de escravos" transportados para várias partes do mundo através do litoral benguelense principalmente para as Américas.

O Museu Nacional de Arqueologia de Benguela situa-se no município sede da província de Benguela, foi criado e fundado em 1976, por Luís Joaquim Marques Pais Pinto[1], logo depois da Independência de Angola, inicialmente funcionou no edifício do Ex-Cabo Submarino, mas oficialmente passou a funcionar como Museu a partir dos anos 1978, no edifíco conhecido também como ex-Alfandega de Benguela.

O edifício onde funciona o Museu Nacional de Arqueologia de Benguela localizado na designada zona histórica da cidade, sofreu variadíssimas transformações, tendo de 1869/1870, sido reconstruído em pedra e de 1887/1891 sofreu novas modificações, sendo ampliado em 1914, e mantém aquela estrutura actualmente. Tem a parte frontal na rua Cerveira Pereira (actual Avenida 4 de Fevereiro), a parte traseira na rua de Timor, a parte lateral direita na rua Sacadura Cabral e, a parte lateral esquerda na avenida Comandante Kasanji. Tem como coordenadas geográficas, a latitude Sul 12º 34′ 49,34″ e longitude Este 13º 23' 39,6″, uma área de construção com cerca de 4.000 metros quadrados, a área de lote com cerca de 10.000 metros quadrados e altura com cerca de 15 metros. A parte traseira do edifício, a que serviu de armazém está dividida em quatro alas: uma central que é a de maior dimensão, duas laterais e uma menor, as alas se encontram com a sua estrutura arquitectónica inicial e com algumas modificações.

A parte frontal (figura 1) mais recente que a parte traseira é construída por um átrio central onde se realizam as exposições, e outras quatros divisões (uma Biblioteca pública, o Departamento de Educação e Animação Cultural e o Departamento de Investigação Cientifica com um laboratório e um Arquivo do acervo arqueológico e a área que corresponde a Direcção e uma sala de reuniões.

O edifício foi classificado como Monumento Histórico Nacional aos 02 de Fevereiro de 1949 pelo Boletim Oficial nº 5; reclassificado pelo Diário da República nº 64, de 11 de Novembro de 1995 pelo Ministério da Cultura de Angola.

1. (1950-1998) Foi um Arqueólogo angolano, fundador e primeiro Director do Museu Nacional de Arqueologia de Benguela.

Figura 1. Parte frontal do MNAB actualmente. Fonte: Museu Nacional de Arqueologia

Desafios da Arqueologia num Continente em Crise (Décadas de 1970-1980)

A Arqueologia da África após as independências foi marcada pelas sucessivas crises políticas e económicas que afectaram os países do continente. O clima de euforia pós--emancipação política deu lugar a uma instabilidade constante e crónica que afectou toda a sociedade, e particularmente, os estudos de Arqueologia da região. Os estudos até hoje permanecem com uma divisão clara: Arqueologia histórica e Pré-História, tal como assegura, em meados dos anos 70 e 80 os estudos sobre Pré-história, perdiam cada vez mais espaço para aqueles focados na Idade do Ferro. Estes estudos procuravam cobrir uma grande lacuna, e assim prosperaram por toda a África (Máximo, 2013, p. 55).

Estas investigações produziram importantes frutos, resultando em reconstruções das vidas da elite, mas raramente proporcionavam uma compreensão ampliada da sociedade na qual as pessoas viviam. Compilando três importantes estudos feitos nesta década, segundo La Viollete & Fleisher (2005) "reafirmam a importância de uma investigação profunda ao tema, ao observar realidades tão distintas e multifacetadas, o estudo de cidades nos faz reflectir sobre a própria utilização do termo no continente, e nos proporciona uma revisão dos conhecimentos sobre a África antiga. Além do foco em questão mais recente, procurou-se ampliar os campos de estudo, integrando principalmente a Etnologia e a Linguística, tanto como forma de obter novas perspectivas, como também sendo uma alternativa para a grave situação financeira que impedia maiores investimentos".

Houve também uma investida contra as terminologias europeias aplicadas a África, e uma busca para superar estas concepções baseadas em problemas da realidade africana, além de encarar os artefactos não mais como produtos passivos, mas como componentes activos das sociedades. Porém, uma redução de trabalhos sobre a Arqueologia do continente foi sentida. Duas situações se tornam chave para entender este momento: a primeira é uma falta crónica de recursos económicos e humanos, gerando uma baixa na investigação arqueológica e a segunda é a dependência de auxílio externo para a realização de pesquisas. Nos novos Estados independentes os antigos centros de pesquisas foram desmantelados e os trabalhos se reduziram dramaticamente. Citamos os exemplos de Ghana e Nigéria, reforçam (La (Viollete & Fleisher, 2005).

Nas colónias portuguesas, e particularmente na Angola independente, a situação não foi muito distinta dos outros países africanos. Com a morte de Mendes Corrêa, a Junta de Investigação do Ultramar passa por significativas mudanças, deixando de lado a perspectiva da Antropologia Física para uma via mais etnológica. Porém, os antigos antropólogos físicos não foram abandonados, sendo constantemente aplicados nesta nova perspectiva. Para o caso de Angola é importante ressaltar a mudança para o país do reconhecido

antropólogo Santos Júnior, chefe das Missões Antropobiológicas de Moçambique, para Luanda e sua estreita contribuição para a fundação da Universidade de Luanda e o seu departamento de Antropologia em 1970, pioneiro entre as colónias portuguesas. O ensino e a pesquisa arqueológica começaram naquele mesmo ano, sendo as aulas realizadas na cidade de Lubango (Sul de Angola), ministradas não só por Santos Júnior, como também pelo arqueólogo Carlos Ervedosa, grande entusiasta do passado angolano. Seu envolvimento com a Arqueologia iniciou-se em 1967 com os trabalhos realizados nas estações paleolíticas de Baia Farta, em Benguela. Após a chegada de Santos Júnior iniciou-se uma parceria de pesquisas entre este e Ervedosa resultando em trabalhos realizados em Benfica I Cabolombo, nos arredores de Luanda, e sobre as pinturas rupestres de Caninguri em Mungo (Máximo 2013, p. 57).

Segundo o autor as aulas de Arqueologia na Universidade de Angola produziram frutos muito interessantes, como o artigo publicado por Jorge em 1973, onde se relaciona uma grande quantidade de estações descobertas no Sudoeste de Angola no mesmo ano. O então professor de Arqueologia Victor Jorge, em Março de 1973, em trabalho de campo a serviço da Universidade descobriu uma área com imensa quantidade de objectos, incluindo um cemitério. Em Setembro, o sítio foi visitado pelo professor da Universidade de Lisboa, Ilídio do Amaral, que conduziu análises nas jazidas fluviais. Este local passou de um simples sítio arqueológico para objecto de ensino, algo inédito na colónia. "Várias aulas práticas de Pré-história foram dadas no local, nos anos lectivos de 1972-73 e no de 1973-74. Numa das aulas de Novembro de 1973, começaram as explorações dos terraços da margem esquerda do rio *Caculuvar*, na zona fronteiriça à jazida". Esta união entre pesquisa e ensino foi algo inovador entre os estudantes da colónia. Jorge relata outro importante sítio arqueológico trabalhado por ele pelos seus alunos na região de Alto de Catumbela, em que se realizaram escavações sistemáticas por 15 dias.

Apesar do atraso da instauração de Universidades nas colónias portuguesas, em comparação a outros países africanos como a de Serra Leoa em 1827, a da Cidade do Cabo em 1829 e de Dakar 1938, este foi um passo importante para o desenvolvimento da Arqueologia no território, pois retirava-se o interesse puramente ideológico e político da Antropologia, trazendo uma perspectiva com um maior rigor científico e cultural. Se antes o Estado Novo utilizava-se da ciência somente com o propósito de legitimar a sua presença em território africano, através das missões antropobiológicas e científicas, nos anos de 1970, esta realidade se alterou, passando a problematizar mais sobre a prática científica colonial, incorporando novos pontos de vista não necessariamente ligados ao Estado. Esta nova fase da ciência portuguesa, a pesquisa de Jorge também foi inovadora em duas áreas: uma reflexão crítica acerca dos trabalhos realizados anteriormente em Angola e a incorporação de relatos históricos e etnológicos em suas análises. Jorge, mesmo inserido na estrutura do Estado Novo, conseguiu realizar algumas críticas aos trabalhos conduzidos por estudiosos anteriores (Máximo 2013, p. 57).

Com a emancipação política, Angola passa por um período turbulento na área científica. Mesmo antes da declaração de independência, hostilizações e conflitos envolvendo brancos (angolanos ou portugueses) e negros se tornaram frequentes, ocasionando uma fuga em massa que acabou por fragilizar a estrutura de pesquisa. O autor afirma que a formação em Arqueologia foi reduzida a uma disciplina anual integrada ao curso de História.

Esta situação reflecte bem a falta de professores especializados nesta disciplina em Angola. Na contramão desta situação adversa, é construído o Museu Nacional de Arqueologia em Benguela, assumindo todas as funções relacionadas com as pesquisas arqueológicas nacionais, assim como a conservação do património arqueológico. A direcção é posta sob o comando do arqueólogo Luís Pais Pinto. Sua actuação, contudo, é muito limitada pela falta de recursos financeiros e humanos, resumindo a década de 80 a trabalhos de prospecção de superfície. O grande trabalho da década é justamente do ano de 1980. O livro Arqueologia Angolana, de Carlos Ervedosa, pretendeu realizar uma introdução à Arqueologia de Angola. Aqui lhes deixamos ficar, de forma ordenada, tudo quanto de importante se escreveu sobre as estações arqueológicas de Angola e particularmente, apresenta-se as pesquisas desenvolvidas pelo MNAB.

Metodologia do estudo

Para responder ao problema levantado servimo-nos de um trabalho de natureza qualitativa (Flick, 2004) que previlegiou uma pesquisa de tipo descritiva, tendo utilizado métodos teóricos e empíricos, o inquérito por questionário como técnica de recolha de dados e aplicou-se aos funcionários do MNAB, isto é, sujeitos participantes á investigação, um Guião de inquérito por questionário como um instrumento de recolha de dados.

Resultados

Fruto do inquérito por questionário aplicado aos sujeitos participantes da investigação, percebeu-se que as Pesquisas realizadas pelo Museu Nacional de Arqueologia de Benguela no perído pós-Independência de Angola, em 1975, conheceu um grande vazio de pessoal especializado ao nível da Educação Nacional devido à partida de um número importante de docentes do país para a Europa. A Arqueologia não foi poupada desse fenómeno que junto ao conflito armado que se produziu após a Independência, tornou a prática da disciplina muito difícil. Certamente havia aqui e ali algumas sondagens e escavações, porém sem métodos, o que infelizmente, não ajudou muito a Arqueologia, como asseveram (Gutierrez[2] & Benjamim 2017, p.11). Os autores apontam que desde essa data, a equipa do Museu Nacional de Arqueologia de Benguela, prospectou a província e constituiu uma importante colecção lítica que provinha essencialmente de recolha de superfície. A região da Baia-Farta foi também objecto de prospecções e recolha de peças líticas das quais um certo número, notavelmente os bifaces, haviam sido classificados como indústrias do Acheulense médio.

As diferentes abordagens que haviam sido colocadas em prática para o conhecimento das indústrias do paleolítico desta região, e de outras partes do país, indicam ,segundo eles, a antiguidade e a importância dos sítios, mas as questões como a estratigrafia e o contexto do material não haviam sido abordados com métodos. Mas, nesta altura o Museu de Benguela continha já uma colecção de peças tão importantes, especialmente bifaces, machadinhas e picos que parecia, que a existência da indústria Acheulense estava suficientemente provada. Todavia, a origem precisa das peças estava em falta (Gutierrez & Benjamim 2017, p. 11).

2 O artigo foi publicado na revista nº1, Recherches sur L'Afrique: Archeologie et arts. 2001, Université Paris 1 Panheon Sarbone equipe Ethonologie prehistorique UMR7041 CNRS, e foi traduzido por Benjamim em 2017

Quanto ao tratamento dos dados plasmados no relatório produzido no período em discussão, as descobertas das mesmas precedem à existência do Museu Nacional de Arqueologia, que por razões de vária ordem passou a existir apenas a partir de 1976. Neste período em caso, o Museu Nacional de Arqueologia de Benguela contou com cerca de 16 estações arqueológicas distribuídas entre as províncias de Luanda, Bengo, Uige, Namibe, Huambo, Huíla e Benguela. Quanto aos artefactos, regularmente encontram-se em grande quantidade instrumentos líticos como núcleos, raspadores, picos, machados, chopper, micro-núcleos, micro-raspador, lascas, entre outros. Ainda é possível encontrar cerâmica, ossos e missangas. No que tange a existência ou não de vestígios de ossos nas estações arqueológicas de Benguela, os especialistas asseguram que existem este tipo de vestígios, apesar de não serem relativos a seres humanos. Estes indicam a existência ou a passagem dos humanos naquela localidade. Outras questões relacionadas com a promoção dos trabalhos pelo MNAB, foram tidas em consideração.

Considerações finais

Feito o tratamento dos dados e a sua análise, depreendemos das respostas dos sujeitos participantes as seguintes preocupações: falta de meios para os trabalhos sistemáticos e contínuo de campo, pouca relação entre esta instituição (Museu) com as instituições afectas ao ensino, bem como dos organismos de tutela de onde viria a maior parte do apoio, como é o caso do Ministério da Cultura que, segundo o que nos foi aludido apesar de representado localmente, as relações se abrem mais com o Ministério Central (Luanda). Foi de grande impacto neste trabalho, termos percebido o fraco interesse por parte das instâncias governamentais na protecção de locais identificados como património cultural, histórico e arqueológico. Foi ainda manifestada a necessidade de se criar um quadro docente para a formação no país de especialistas versados em Arqueologia.

Assim, pensamos nós que, o Arquivo Histórico Nacional e outras Instituições como é o Museu, existentes no nosso país, devem estar ao serviço da Universidade e do Ensino Geral para que professores estudantes façam deles, importantes ferramentas de consulta e estudo para construção do conhecimento histórico no âmbito local e/ou nacional de maneira que a nossa História seja divulgada, bem como esteja ao alcance de curiosos e investigadores das mais distintas áreas do saber, com base em fontes muitas vezes existentes à nossa volta, mas ainda muito pouco exploradas como é o caso do Museu Nacional de Arqueologia de Benguela que apesar, da importância da sua existência e constar da lista do Património Histórico-Cultural, é pouco divulgado nos trabalhos sociais e académicos ao nível local, com maior realce aos estudantes que frequentam o Curso de História, no Instituto Superior de Ciências da Educação que fazem dela um elo de ligação para as práticas em Arqueologia e para o cruzamento de fontes na abordagem precisa em matéria de Pré-história. Todavia, esta iniciativa visou divulgar ou disseminar estas fontes poucas exploradas.

Referências Bibliográficas

Bahn, P. G.(2005), - Arqueologia – o guia essencial, Artemágica Editores.

Bicho, N. F. (2006),- Manual de Arqueologia Pré histórica, Edição 70, Lda. Lisboa, Portugal.

Ervedosa, C. (1980) - Arqueologia Angolana, Ministério da Educação da República Popular de Angola.

Figueiredo, P. (2004) - Dicionário de Termos Arqueológicos, edição de livros e revistas, Lda.

FLICK, Uwe. (2004). Uma introdução à Pesquisa Qualitativa. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

Guttierrez, M. & Benjamim, M. H. (2017) - A Pré-História de Angola: dos seus precursores aos dias de hoje.

Henrique, A., (1989) - Identidade e Património Cultural. Edições ASA, Portugal.

Frederic, L. (1980) – Manual prático de Arqueologia – Coimbra.

Jorge, V. O. (1974) – Breve introdução à Pré-História de Angola – Sá da Bandeira.

La Violett, A & Fleisher, J. (2005). Sub-Saharan urbanism: Cies and their countrysides. In Stahl, Ann. African archaeology. A crical introduction. Oxford: Blackwell publishing.

Lei do Património Cultural, Lei nº 14/05 de 7 de Outubro.

Máximo, B. P. (2013) - Uma História da Arqueologia na África: Peculiaridades, Conflitos e Desafios. Monografia apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

Vansina, J. (1995). Historians are archeologists your siblings? History in Africa.

A dimensão pedagógica do cinema negro, como arte de afirmação da imagem positiva do ibero-ásio-afro-ameríndio na construção da lusofonia de horizontalidade democrática[1]

Celso Luiz Prudente
Professor Pesquisador da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT e Curador da Mostra Internacional de Cinema Negro.

Contribuição da cultura africana, asiática, ameríndia e ibérica para a cultura brasileira

É inegável a contribuição africana para formação da cultura brasileira. Soma-se também aí os contributos ameríndio, ibérico e asiático, que se dão geralmente em uma demanda de intersecção cultural, isto sempre é imbricado na polissemia da africanidade. Nota-se que infelizmente ainda não se fez justiça às matrizes formadoras, que influenciaram de forma contributiva o tecido cultural do Brasil.

Buscou-se desta maneira o intento de desarticulação da importância civilizatória das culturas africanas, que se fez em relação à dinâmica de inteiração constante com as expressões materiais e imateriais dos universos não ocidentais. Como foram as culturas da Ásia e das Américas, e como se percebeu também em algumas culturas dos mediterrâneos. Assim leciona Enrique Dussel:

> Situar-nos-emos no mais antigo dos mundos de vida que tem importância para nosso tema. Contra o costume, não partiremos da Grécia (já que nossa visão não é helenocêntrica) porque o que posteriormente será conhecido como Grécia clássica era, no IV milênio a.C, um mundo bárbaro periférico, colonial e meramente ocidental com respeito ao oriente do Mediterrâneo, que, do Nilo até o Tigre, constituía o "sistema" civilizatório nuclear dessa região da união entre África e Ásia. DUSSEL. 2000, p. 26.

Os povos banto-egípcios formaram a primeira civilização da humanidade. Os bantos[2] (2013) se acomodaram no vale do rio Nilo. Isto concorreu ao surgimento de um comportamento sedentário, que foi fundamental para origem da agricultura. Esta experiência foi uma concorrência em proveito da gênese do primeiro processo civilizatório da humanidade, com a Revolução neolítica, que aconteceu na África Setentrional. Ensina desta maneira Enrique Dussel:

1. Este artigo teve a colaboração da organização da Bibliotecária Dacirlene Célia Silva.

2. Banto - Povos que são formados pelo tronco das línguas bantus e formam por sua vez as culturas bantus, que se localizam na África sub saariana. Cabe informar porém que os bantus fundaram a primeira civilização da humanidade formando a civilização egípcia. Para melhor compreensão leia o livro: Os povos Bantos no Brasil de PRUDENTE, Celso Luiz e GILIOLI, Renato de Sousa Porto.

> O mundo da África bantu, negro (kmt em egípcio), hoje ao sul do Saara, é uma das origens da cultura egípcia – primeira coluna da revolução neolítica. No oitavo milênio a.C, o Saara úmido era atravessado por rios e habitado por numerosos plantadores bantus. A partir do sexto milênio começou o processo de seca e a origem do deserto; muitos povos bantus emigraram para o Nilo. DUSSEL. 2000, p. 26.

Fez-se com isto uma dinâmica de ritualidade sagrada como forma de agradecimento a colheita. Esta manifestação ritual contribuiu possivelmente à origem do teatro, que aconteceu muito antes no Continente Negro, antecedendo deste modo a tão respeitada experiência teatral grega. No clássico livro Drama para negros e prólogo para brancos o esteta Abdias do Nascimento percebeu na sua discussão que o africano é um ser teatral, como segue:

> Citado por Fernando Ortiz Woodson afirma que "a função histriônica na África é tão geral que até podemos assinalar o negro africano como um ator nato. O africano é um ator congênito devido à sua extraordinária emotividade em busca de expressão. NASCIMENTO, 1961, p. 11

Constatou-se também na cosmovisão africana primogênita um saber sagrado cuja virtude, tal como a ética já respeitava o vulnerável, sobretudo a viúva e os órfãos. De tal sorte que esta ética influenciou outras eticidades. Como lecionou Enrique Dussel:

> Depois da África bantu primeiro, e da egípcio-mediterrânea depois, devemos agora indicar um segundo centro criador da eticidade: o mundo sumério, mesopotâmico, semita - segunda coluna cultural. No VIII milênio aC na Anatólia, e desde o quarto milênio a.C. em cidades como Uruk, Lagash, Kish ou Ur, nasceu uma eticidade que foi racionalizando-se em conjuntos legais que alcançaram, com Uruinimgina (2352-2342 a.C.) ou Gudea (2144-2124), um desenvolvimento impressionante, incluindo-se sempre leis em favor dos fracos, dos pobres e estrangeiros. No Código de Hammurabi (1792-1750 a.C.), de clássica vigência, Lemos:
>
> > Naquele dia Anum e Enlil pronunciaram o meu nome...Hammurabi, o príncipe piedoso, temente a deus, para fazer surgir justiça na terra, para eliminar o mau e o perverso, para que o forte não oprima o fraco.
>
> Valeria a pena fazer um comentário sobre este magnífico Código (ético procedimental), onde se garante a justiça com juízes e testemunhas, a propriedade hereditária no meio de um mundo cheio de anomia, bandidagem, brutalidade e injustiça. Por isso, o legislador pode exclamar no Epílogo:
>
> > ...Para que o forte não oprima o pobre, para fazer justiça ao órfão e à viúva..., na Babilônia, a cidade cuja dignidade realizaram Anum e Enlil. Que oprimido afetado num processo venha á frente da minha estátua de Rei da Justiça e se faça ler a minha estela escrita.

> Queremos deixar bem claro que uma ética do cumprimento das necessidades (comer, beber, vestir, morar...) da vida afirma a dignidade unitária do sujeito ético-corporal. O núcleo ético-mítico da ressureição da carne positiviza a carnalidade e as necessidades reais se transformam em critérios éticos e de crítica – que transcendem a mera eticidade concreta babilônia, e por isso se exercem sobre a "exterioridade", com respeito ao "estrangeiro", por exemplo. DUSSEL. 2000, p. 28

Observou-se com objetividade as eticidades influenciadas pelo cosmovisão africana de saberes de circularidades sagrados (2002 e 2011) tais como: o Código de Hamurabi, o judaísmo, o cristianismo e outros. Como se vê respectivamente nos livros do antigo e novo testamento da Bíblia, Êxodo 22: 21,22 – "*Não afligireis nenhuma viúva ou órfão. Se o afligires ele gritar a mim, escutarei o seu grito*..." Tiago 1:27 – "*Com efeito, a religião pura e sem macula diante de Deus nosso pai, consiste nisto: visitar os órfão e as viúvas em suas tribulações e guarda-se livre da corrupção do mundo*". Percebeu-se, 'ao meu quase cego ver' que o mais importantes biblistas evidenciaram a pobreza desta época, caracterizando-as nas figuras da viúva e do órfão. Isto confirma a influência da cosmovisão africana, aqui posta.

É sabido também que o simbolismo de generosidade com os camponeses empobrecidos, de Isis foi de suma importância para o surgimento do imaginário cristão da compaixão de Maria, mãe de Jesus. A pertinência desta observação se encontra da forte presença cristã no mundo lusofônico.

O Egito já se encontrava no Período do Ferro, quando a Grécia vivia a era do Bronze. Constatava-se que concomitantemente a isto a fase tribal e rudimentar do europeu expressava a era da pedra polida, segundo ministra Oto Marques.

> A Idade da Pedra Lascada corresponde a uma boa parte do também chamado Período Paleolítico – uma vastidão de tempo, com milhares de séculos muito obscuros, iniciadas provavelmente há mais de um milhão de anos atrás. A Idade da Pedra Polida já corresponde aos Períodos conhecidos como Mesolíticos e Neolíticos, isto é, a época correspondentes a 10.000 anos antes da Era Cristã até 2.500 a.C.
>
> Os tempos que costumamos chamar de históricos começaram a ser vislumbrados com a idade do Bronze e definidos com a idade do Ferro.
>
> Essas Idades ou Períodos indicam graus de desenvolvimento e não necessariamente períodos cronológicos da história do homem sobre a terra. Esses graus de desenvolvimento, nos quais alguns povos até hoje existentes encontram-se mergulhados por milênios, foram por vezes atingidos com rapidez por algumas raças.
>
> Para ilustrar essa disparidade de momentos de desenvolvimento basta lembrar que, enquanto os egípcios já viviam na Idade do Ferro, os gregos estavam vivendo sua Idade do Bronze e as tribos bárbaras do norte europeu viviam na Idade da Pedra Polida. Em regiões onde a natureza sempre foi mais pródiga e o tempo mais acolhedor e ameno, a velocidade

> do desenvolvimento foi muito menor. Ainda hoje vemos em zonas tropicais ou temperadas do globo terrestre – inclusive no Brasil – povos que vivem vidas das altamente primitivas e sem qualquer contato com a civilização, como homens das Eras mesolíticas e Neolíticas. (SILVA, 1986. p. 27)

Notou-se ainda a influência africana na formação do pensamento grego. De tal sorte que esta presença negra na mitologia da Grécia se confirmou nas reflexões dos notáveis filósofos e historiador, clássicos. Como se vê na persistência do estudioso Enrique Dussel:

> A alta cultura egípcia tem sua origem massiva no Alto Egito. A partir do quinto milênio a.C, grandes tumbas podem ser observadas entre a segunda e a terceira catarata no Sudão. "A concepção da monarquia divina encontra-se entre os povos da África central e meridional e até no sul da Etiópia". Povos bantus, habitantes do Alto Egito, unificaram a região do Nilo a partir do sul. Por isso, seus primeiros centros do quarto milênio a.C, This (provavelmente junto a Abydos) e depois Tebas, encontram-se no sul "negro". O faraó da segunda dinastia, Aha, fundou no delta a cidade de Mênfis, onde, no ano 2800 a.C, situar-se-á a capital do Império Antigo. Na cidade de Heliópolis, foram sendo racionalizadas as teogonias nas escolas de sábios (como a edduba da Mesopotâmia, a academia, muito posterior, de Platão ou o calmecac no México): na origem estavam as Águas primordiais (Nun), de onde surgiu Atum-Re (o Sol), que formou o Ar (Shu) e o Fogo (Tefnut), de onde procederam a Terra (Geb) e o Céu (Nut). Tudo o acontece dois mil anos antes dos pré-socráticos –ou da "Idade-eixo" (Achsenzeit) de Jaspers. Em Hermópolis será Thoth (ou Tautes, Hermes, etc.) o criador-ordenador do cosmos. Os textos quase-filosóficos de Mênfis efetuam uma nova "racionalização": Ptah (o deus de Mênfis) e agora o criador universal, mas a dita criação opera-se desde seu Coração (Horus) e por meio da Língua, a Palavra, o logos, o nous: Thoth, o que cria tudo desde a sua sabedoria, é então anterior à criação do universo.
>
> > Thoth (um personagem e um deus, como o Quetzalcoatl dos mexicanos) era também o sábio fundador do alfabeto, das ciências e da sabedoria: Ouvi Dizer... – escreve Platão – que o nome do deus era Theuth [Thoth]. Ele inventou os números e o cálculo, a geometria e a astronomia... e também os sinais da escrita. Era, então, rei de todo o Egito Thamus...
>
> O próprio Aristóteles reconhecerá – como Platão na República (na qual ele descreve idealmente uma aldeia egípcia, depois de sua viagem a Saís, a grande metrópole de Atenas no delta do Nilo) – que as comunidades de sábios egípcios são a origem da sabedoria dos próprios gregos:
>
> > Aquelas ciências que não estão encaminhadas nem aos prazeres da vida, nem para atender as suas necessidades, vieram então à luz primeira e necessariamente naqueles lugares onde se podia dedicar-se ao ócio (eskhólasan). Assim ocorreu com as matemáticas no Egito, porque, naquele país, as comunidades de sábios (hiréon éthnos) estavam livres de todo trabalho manual (skholázein)

O cosmo e a humanidade têm uma ordem ou regra universal: Maat, que é a "verdade" ou a "lei natural" universal em seu sentido prático:

> Maat foi a chave da visão egípcia do comportamento ético... Maat é a ordem devida na natureza e na sociedade, conforme o ato da criação o estabeleceu, por isso significa, conforme o contexto, o bom, o correto, a lei, a ordem, a justiça e a verdade.

Dizemos tudo isto para começar a romper com a cisão helenocêntrica. Pois a existência cotidiana do Egito teceu-se em torno do culto de seus mortos ou dos ancestrais, procedentes do sul, dos povos bantus, negros. DUSSEL. 2000, p. 26-27

A contribuição africana à cultura brasileira encontrou no período colonial um processo histórico mais significativo. Compreendeu-se nesta abordagem que o negro ocupou inequívoco protagonismo cultural. Constatou-se contudo que o ameríndio estava implicado nos limites da máquina da evangelização. Notou-se por outro lado que o português estava preocupado com enriquecimento e regresso à terra de origem pouco fazia pela preservação dos valores, que fossem além da riqueza material, que se deu pela colonização.

Viu-se, por sua vez, que ao negro restava somente a triste condição de ter a mata pelas costas e o oceano pela frente, estando assim muito distante da Mãe África, e impossibilitado que foi de voltar ao lugar da teluricidade materna. A única e melhor saída foi ainda que minimamente, dentro do possível, reconstituir aqui um mundo africano. O negro ocupou aqui no período colonial o papel de único produtor de superestrutura como se vê no livro Tambores negros, no qual Prudente afirma:

> No caso específico do Brasil, a colonização portuguesa significava para o homem luso-ibérico a possibilidade de enriquecimento e posterior regresso para a terra onde vivia. Por outro lado, para os africanos vitimados pela colonização e pelo trabalho forçado e não-remunerado, havia apenas a floresta pela frente e o oceano por trás. Uma vez que a esperança de retorno à África só muito excepcionalmente podia se concretizar, o negro precisou dar a sua resposta específica diante do cenário permanentemente opressivo existente. Assim, fez do Brasil o seu próprio país.
>
> Com técnicas dos impérios africanos, tornou-se o primeiro "imigrante" (forçado) que foi agente civilizador, influenciando decisivamente diferentes setores da vida cultural e econômica brasileira, tais como a agricultura, a pecuária, a mineração, a metalurgia, a religião, a música, entre outras. Foi a partir desses saberes que ele recriou além-mar uma nova sociedade.
>
> Fora da política do enriquecimento e do possível regresso à pátria, restou ao negro escravizado no período colonial apenas reconstituir traços de sua cosmovisão e formar uma nova identidade, que viria a compor a essência da cultura brasileira. Dessa maneira, coube ao negro assumir o papel de mais importante força sociocultural na produção de superestrutura – cuja maior representatividade se dá no campo da arte e da cultura. PRUDENTE. 2011, p. 24-25.

Um grupo que se encontra fora do seu espaço telúrico original, quando tenta resgatar na distância os traços fundamentais nem sempre o faz pela sua máxima e sim pelo seu mínimo. Wilson Barbosa ensinou que:

> No Caso da cultura negra, grande parte dos instrumentos materiais de cultura ainda estão vivos, embora simplificados. (...) Se a cultura não pode se reproduzir pelo seu máximo, ela se reproduzirá pelo seu mínimo, mas ela ainda se reproduzirá. BARBOSA. 1994, p. 31

Notar-se-á na abordagem, que se levanta aqui as possibilidades das intersecções de expressões culturais, entre: a africanidade, a ibericidade, asiaticidade e a amerindidade. Estas intersecções culturais são percebidas na dinâmica da formação da cultura brasileira.

Constatou-se, neste contexto, novos afro-ibérico-ameríndios em alguns folguedos. Como se vê notadamente na congada, que é importante auto do cristianismo popular. Vê-se, neste contexto, traços da culturalidade dos povos africanos, dos povos ibéricos e dos povos ameríndios, lembrando-se que estes elementos são fundantes na formação da cultura brasileira.

Ver-se-á no processo de intersecção cultural a relação afro-asiática. Isto foi visto na dinâmica da ginga, que foi um componente fundamental das sociedades pré-capitalistas. Trata-se de inegável experiência de concentração na qual a pessoa deslocava o corpo e alcançava a mente. A ginga é composta pelo vetor sagrado e o vetor profano. Observa-se no primeiro o valor religioso tais como: o budismo e o oludumarismo[3], que desdobraram respectivamente em seisho-no-ie e no candomblé. A demanda profana da ginga implicou nas artes marciais. Como se vê no tai chi chuan, vendo-se também na capoeira.

Constatou-se na ginga um componente do pensamento de brasilidade, constatando-se que o binômio, futebol e samba, na estética do Brasil constitui elemento estrutural, como segue:

> No período pré-colombiano, os astecas e os Maias promoviam um jogo com a característica do futebol, de tal sorte que essa experiência pode ser vista na perspectiva dos acúmulos, que concorreram em favor da contribuição da origem desse fenómeno esportivo. No caso específico desse jogo, que viria contribuir para a formação do futebol entre os ameríndios, é de bom alvitre anotar que, no período de intempéries climáticas eles entendiam que os Deuses estavam furiosos, portanto, castigando-os. Deste modo, eles promoviam o tal jogo para que os derrotados viessem se constituir em sangue que seria servido que seria servido para acalmar a fúria dos deuses.
>
> Ainda nesta linha de epistemologia negra, é pertinente lembrar o quanto o senso esférico norteou o universo antigo da África, pois, nesse período, no Egito praticava-se um jogo, no qual lançava-se uma bola com os pés que os egípcios, dessa época antiga, chamavam de Sol e os babilônios a tratavam de Lua. Cumpre elucidar que entre os asiáticos, os chineses da antiguidade, promoviam um jogo com a bola em que os brincantes se colocavam sem

3. Olodumarismo – É a conjugação da fé em Oludumare que é o deus dos orixás. O maior deus do Panteão das divindades iorubas.

> campos contrários e com a bola, usando das mãos e dos pés, procuravam atingir a meta do outro. Situação que concorre em favor do mundo oriental para que seja compreendido no âmbito do imaginário esférico, em plena antiguidade.
>
> Esses três vetores, África. Ásia e América foram imbuídos de uma espécie de saber esférico, que impregnou o existencial de seus povos, refletido na iconografia de tal sorte que as relações de existência expressavam as dinâmicas dos movimentos corpóreos. E assim, deste modo, parece confortável sugerir que esse contexto foi o mais viável para as relações que se constituíram como uma espécie de proto-futebol. (PRUDENTE, 2011, P. 57-58)

É sensato supor a ginga como essência do binômio em questão. Ver-se-á na abordagem da ginga, que é traço estrutural do saber filotécnico de brasilidade. De tal sorte que o futebol tem origem nas cosmovisões africana, asiática e ameríndia, tornando-se aspecto contributivo para a cultura ibérica de dinâmica lusofonica.

Para compreensão da comunicação em voga, que é intitulado: "A dimensão pedagógica do cinema negro, como arte de afirmação da imagem positiva do ibero-ásio-afro--ameríndio na construção da lusofonia de horizontalidade democrática" se fez imperativo considerar pontos da colonização ibérica, que ainda não são observado com atenção necessária. Como foi a posição lusitana frente alguns traços simbólicos dos europeus, perscrutando em que medida esses imaginários foram determinantes à demanda colonizadora.

Considerou-se com efeito pertinente observar aspectos circunstanciais no quadro do processo histórico, que determinou a colonização europeia "na África e nas Índias". Constatou-se possível espécie de um trauma aquático de dinâmica oceânica, que influenciou 'ao meu quase cego ver' as relações definidoras dos atores da colonização no Novo Mundo.

De tal sorte que se verá ai elementos concorrentes para a definição da ibericidade como protagonista da incursão marítima colonizadora, considerando que o domínio colonizador foi fundante para o acumulo de capital, que deu origem à Revolução Industrial.

A emergência da era industrial não mostrou neste processo nenhum protagonismo português. Isto demonstra a possibilidade de que Portugal tenha sido um instrumento do interesse euro colonial. Observa-se na lição de PRUDENTE e OLIVEIRA:

> Os portugueses colonizaram concomitante a um comportamento colonial que os colocava a mercê da hegemonia colonial europeia, que lhes era estranha.
>
> Constatou-se aí a inequívoca diferença que revelou possível submissão impositiva na relação entre Portugal e Europa. Os países ibéricos estavam, com efeito, concretamente mais próximos da africanidade telúrica. PRUDENTE e OLIVEIRA, 2017 p. 109.

Notou-se também um comportamento de profunda recusa do europeu com qualquer possibilidade de incursão à agua. Este inconsciente coletivo do europeu, que se fazia na contramão da incursão aquática fosse de dimensão marítima, ou fosse no dimensionamento fluvial.

Isto foi resultado possivelmente da marca memorial, que se fez contra o insano mental cuja patologia configurou inequívoca perseguição preconceituosa. Para Foucault:

> Fato curioso a constatar: é sob a influência do modo de internamento, tal como ele se constituiu no século XVII, que a doença venérea se isolou, numa certa medida, de seu contexto médico e se integrou, ao lado da loucura, num espaço moral de exclusão. De fato, a verdadeira herança da lepra não é aí que deve ser buscada, mas sim num fenômeno bastante complexo, do qual a medicina demorará para se apropriar.
>
> Este fenômeno é a loucura. Mas será necessário um longo momento de latência, quase dois séculos, para que esse novo espantalho, que sucede à lepra nos modelos seculares, suscite como ela reações de divisão, de exclusão, de maneira bem evidente. Antes da loucura ser dominada, por volta da metade do século XVII, antes que se ressuscitem, em seu favor, velhos ritos, ela tinha estado ligada, obstinadamente, a todas as experiências maiores da Renascença. (FOUCAULT, 1997, p. 08).

É pertinente supor que a probabilidade de colocá-lo mar adentro, servindo-se do decantado barco, que levava o portador de doença da mente para o longínquo do mar a dentro.

Constituiu-se, assim em prováveis componentes, que concorrera para formação deste imaginário europeu negativo do mar, em obras de artes. Notou-se na produção artística do renascentismo peças literárias e de artes plásticas, que indicavam para possibilidade de existência de naus com loucos postas mar adentro. Como se vê em Foucault:

> É esta presença, e algumas figuras essenciais, que é preciso agora recordar de um modo bem rápido.
>
> Um objeto novo acaba de fazer seu aparecimento na paisagem imaginaria da Renascença; e nela, logo ocupará lugar privilegiado: é a Nau dos Loucos, estranho barco que desliza ao longo dos calmos rios da Renânia e dos canais flamengos.
>
> (...) Mas de todas essas naves romanescas ou satíricas, a Narrenschiff é a única que teve existência real, pois eles existiram, esses barcos que levavam sua carga insana de uma cidade para outra. Os loucos tinham então uma existência facilmente errante. As cidades escorraçavam-nos de seus muros; deixava-se que corressem pelos campos distantes, quando não eram confiados a grupos de mercadores e peregrinos. Esse costume era frequentemente particularmente na Alemanha: em Nuremberg, durante a primeira metade do século XV, registrou-se a presença de 62 loucos, 31 dos quais foram escorraçados. Nos cinquenta anos que se seguiram, têm-se vestígios ainda de 21 partidas obrigatórias, tratando-se aqui apenas de loucos detidos pelas autoridades municipais. Eram costume frequentemente confiados a barqueiros: em Frankfurt, em 1399, encarregam-se marinheiros de livrar a cidade de um louco que por ela passeava nu; nos primeiros anos do século XV, um criminoso louco é enviado do mesmo modo a Mayence. Às vezes, os marinheiros deixavam em terra, mais cedo do que haviam prometido, esses passageiros incômodos, prova disso é o ferreiro de Frankfurt que partiu duas vezes e duas vezes voltou, antes de ser reconduzido definitivamente para Kreuznach. Freqüentemente as cidades da Europa viam essas naus de loucos atracar em seus portos. FOUCAULT. 1997, p. 9.

Constatou-se diante desta situação da recusa europeia de ir ao mar, que se deu em decorrência do imaginário negativo cujo espaço das águas seriam por sua vez lugar de castigo. Isto concorreu para a situação que indicou possivelmente o não europeu para atender as necessidades, da Igreja Católica, que exigiam a incursão de mar a dentro. Restou-se desta maneira aos ibéricos a condição imperativa de se incursionar nos mares, que levaram à colonização "da África e das Índias".

Constatou-se contudo notável distância entre a Península Ibérica e o Continente Europeu. Como se observa em Sergio Buarque de Holanda, no clássico livro Raízes do Brasil:

> (...) [Vê-se que somente] a partir da época dos grandes descobrimentos marítimos que os dois países entraram mais decididamente no coro europeu. Esse ingresso tardio deveria repercutir intensamente em seus destinos, determinado muitos aspectos peculiares de sua história e de sua formação espiritual. Surgiu assim um tipo de sociedade que se desenvolveria em alguns sentidos quase à margem das congêneres europeias, e sem delas receber qualquer incitamento, ou já não trouxesse em germe.
>
> Quais os fundamentos em que assentam de preferência as formas de vida social nessa região indecisa entre a Europa e a África, que se estende dos Pirineus a Gibraltar? Como explicar muitas daquelas formas, sem recorrer a indicações mais ou menos vagas e que jamais nos conduziram a uma estrita objetividade?
>
> Precisamos a comparação entre elas e as da Europa de além-Pirineus faz ressaltar uma característica bem peculiar a gente da Península Ibérica, uma característica que ela está longe de partilhar, pelo menos na mesma intensidade, com qualquer de seus vizinhos do continente. É que nenhum desses vizinhos soube desenvolver a tal extremo da gente hispânica, desde tempos imemoriais [...]. HOLANDA. 1989, p. 3-4

Esta distância que se vê no processo de relacionamento da ibericidade e a europeidade vão além da questão geográfica, e levou também para o distanciamento de relações culturais. Como se vê:

> Os portugueses colonizaram concomitante a um comportamento colonial que os colocava a mercê da hegemonia colonial europeia, que lhes era estranha.
>
> Constatou-se aí a inequívoca diferença que revelou possível submissão impositiva na relação entre Portugal e Europa. Os países ibéricos estavam, com efeito, concretamente mais próximos da africanidade telúrica. Demonstrava, não obstante, uma similitude mítica de demanda espacial com o continente europeu. (PRUDENTE e OLIVEIRA, 2017 p. 110)

Percebeu-se nestas diferenças quanto elas concorreram 'ao meu quase cego ver' para indicação das possibilidades de relações abstratas dos nomos ibéricos serem estranhos as prováveis relações materiais dos europeus. Atribuiu-se aos ibéricos o que lhe

são improváveis para estabelecer uma aproximação existencial com o europeu, que não encontra relação objetiva. Conforme se vê na abordagem de Prudente:

> Parece, 'ao meu quase cego ver', que se atribuiu a Portugal aquilo que ele não é, negando-lhe aquilo que de fato lhe pertence. Colocam-no em um universo europeu a despeito da compreensão geográfica nada confortável e o dimensionamento cultural profundamente diferente. A afirmação ibérica por natureza distante do plexo europeu apontar-lhe-ia na aproximação do que bem lhe cabe as nuances culturais afro-ásio-ameríndias. PRUDENTE, 2015 p. 234

Estas situações diferenciais são consubstanciais na estrutura do discernimento, que aponta ao distanciamento telúrico das culturas ibéricas e das culturas europeias. Fenômeno que sugere mundos distintos entre europeus e ibéricos, nos quais as decantadas relações estreitas de convivências entre ambos são provavelmente delicadas construções míticas. Como escrevem Prudente e Oliveira:

> Os países ibéricos estavam, com efeito, concretamente mais próximos da africanidade telúrica. Demonstrava, não obstante, uma similitude mítica de demanda espacial com o continente europeu. Comentou-se, entretanto, muito pouco a respeito da objetividade geográfica lusitana, aqui percebida, em favor de possíveis mitificações que a demandava ao universo europeu. (PRUDENTE e OLIVEIRA, 2017 p. 107-116)

É pertinente que se faça uma crítica reflexiva das relações étnico-raciais para explicar a razão da falta de consideração com as expressões culturais dos povos não europeus, tais como: ibericidade, asiaticidade, amerindidade e africanidade, considerando-se que isto é fundamental para este artigo, que é intitulado: *A dimensão pedagógica do cinema negro, como arte de afirmação da imagem positiva do ibero-ásio-afro-ameríndio na construção da lusofonia de horizontalidade democrática.*

É sensato supor que esta possível condição de não europeu, que se percebeu nos ibéricos no período "do descobrimento". Visto que isto foi de inequívoca importância em proveito de uma provável formação da identidade entre as diferentes culturas da lusofonia. Isto implicou a união identitária dos povos asiáticos, africanos e ameríndios, que são de língua portuguesa. Esta situação concorreu em favor da consciência ibero-ásio-afro-ameríndia, que se dá na dinâmica de afirmação da imagem positiva de culturas da ibericidade, da asiaticidade, da africanidade e da amerindidade.

Considera-se que estes povos tiveram em comum a condição de vítimas da colonização europeia, que em razão disto estabeleceu uma hegemonia imagética. Esta dominação eurocêntrica se traduziu na imagética hegemônica do euro-hétero-macho-autoritário, que estabeleceu, 'ao meu quase cego ver', o intento da marginalização das representações das expressões ibéricas, asiáticas, africanas e ameríndias.

Esta ação marginalizadora foi feita com estereótipo, que foi dado pelos meios de comunicação de massas, notadamente o cinema e a televisão. A tentativa de desarticulação da imagem do ibero-ásio-afro-ameríndio se dá pela possível euroheteronormatividade cujo propósito foi a fragmentação dos traços epistemológicos das dinâmicas de culturali-

dades, dos ibéricos, dos asiáticos, dos africanos e dos ameríndios.

A Revolução Tecnológica que se encontra nos estágios da inteligência e da vida artificial. Trata-se com efeito da era da internet do tempo digital, na qual a informação ganhou a mesma importância, que a máquina foi detentora no processo temporal da indústria.

Notou-se no tempo da informação, que na Revolução Tecnológica o processamento da relação abstrata da representação é muito mais importante que o processo de relação concreta do fato. Considerou-se desta maneira a necessidade do desenvolvimento de uma política com objetivo do resgate da imagem de afirmação positiva das expressões dos universos não europeu.

Esta necessidade colocou em questão o papel excessivamente etnocêntrico dos meios de comunicação de massas. Este comportamento de verticalidade autoritária tem sido mais cruel, nos países multirraciais de economia dependente.

É sensato supor que nos países politécnicos de economia dependente o modo de produção social determinou a localização social, pautando concomitantemente a seleção racial. Vê-se neste contexto que os grupos étnicos detentores de similaridade com o fenótipo da força colonial hegemônica são mais privilegiados, no âmbito das relações dos bens socialmente válidos. Ver-se-á no processo contrário, que os segmentos raciais que são estranhos aos traços da feição da hegemonia colonial foram desprestigiados nas relações, que demandaram os bens socialmente válidos.

Constatou-se aí também provavelmente que na Revolução Tecnológica cuja informação é componente essencial. Tal como foi a máquina essência da Revolução industrial. Percebeu-se, 'ao meu quase cego ver', que na dinâmica social na forma de existência da era da informação, que é também essencialmente conhecimento, as lutas de classes se traduziram em lutas das minorias. É sensato supor que as lutas das minorias, que são vulnerabilizadas se projetam em lutas de classes

Percebeu-se o resgate da imagem de afirmação positiva como uma possibilidade, que concorreu na perspectiva de superar a vulnerabilidade. Considerou-se nesta abordagem que esta vulnerabilidade tem possível abstração representacional, na medida em que a informação é também imagem, e esta, por sua vez é também conhecimento.

De tal sorte que a luta de afirmação positiva da imagem do ibero-ásio-afro-ameríndio contra hegemonia imagética do euro-hétero-macho-autoritário é uma luta ontológica, pois a negação eurocêntrica contra as culturas de outros universos, que não são europeus e ocidentais tem provavelmente objetivo de fragmentar os traços epistemológicos, daqueles que lhes são diferentes, furtando-lhes a iniciativa que se localiza no espaço ontológico da pessoa.

É sensato supor que no sistema da iniciativa privada, o proibido/ o negado/ o oprimido está privado da iniciativa, (2007) razão pela qual o negado, tal como ibero-ásio-afro-ameríndio sem a iniciativa sofre o intento da imposição do estereótipo, que lhe tentou caracterizar como submisso e como inferior.

Considera-se que o cinema antecipou a era do conhecimento. Pois, a mídia cinematográfica se ocupou da ficção cientifica para prenunciar a era da informação. Compreende-se então que se o cinema prenunciou o tempo do conhecimento, antes do seu advento. Se assim o fez antecipando com efeito a era do conhecimento, então conhecimento também o é, razão pela qual se fala aqui de um cinema epistemológico (2018).

A dimensão pedagógica do cinema negro

Perceber-se-á na abordagem deste artigo, que no tempo do conhecimento, o cinema negro no qual afrodescendente vai para além da importante condição de referencial estético, que lhe coube na tendência artística e cultural que foi denominada Cinema Novo[4], assumindo desta maneira a condição de sujeito histórico. Observou-se no Cinema Negro o afrodescendente, escrevendo a sua história com a objetiva. Isto se dá por um processo cujo negado ensina a sociedade que se esforçará para superação anacrônica excludente, para entrar no trilho da contemporaneidade inclusiva, ensinando-a como ele é, e como se dará o tratamento em relação a sua pessoa, fazendo valer com isto o seu Ser.

Constatar-se-á na consideração em voga uma afirmação ontológica (2002, 2005) do negro e sua africanidade, em uma demanda de iniciativa que lhe conferirá um traço epistêmico, conferindo-lhe por conseguinte a afirmação de imagem positiva. Esta condição única da mídia cinematográfica, que no processo do Cinema Negro sugere sua dimensão pedagógica.

Entendeu-se neste artigo de relação étnico-cinematográfico, que o cinema negro é uma arte de afirmação ontológica. Na sua possível dimensão pedagógica do cinema negro, o vulnerável a minoria, isto é o afrodescendente, no processo democrático próprio da era da informação, que é portanto o tempo do conhecimento. Visto que o conhecimento é antitético ao preconceito. Considera-se que aí o negado ensinará a sociedade como ele é e como deve ser tratado, fragmentando a zona de exclusão que lhe fora imposta na sociedade anacrônica, construindo assim um possível campo de inclusão, em proveito da contemporaneidade inclusiva da era do conhecimento.

Observa-se nesta linha de abordagem, que se somou à compreensão da histórica Revolução dos Cravos, como um marco de horizontalidade da lusofonia, que é possível o urgente esforço da construção da lusofonia democrática. Este comportamento horizontal e democrático da lusofonia será possível somente com a consciência de união da imagem do ibero-ásio-afro-ameríndio, que se dá na luta ontológica de afirmação positiva. Fenômeno que acontece na luta contra a hegemonia imagética do euro-hétero-macho-autoritário com sua euroheteronormatividade, que busca fragmentar o traço epistemológico das expressões da ibericidade, da asiaticidade, da africanidade e da amerindidade.

4. Cinema Novo – Embora, enquanto o movimento cultural, o Cinema Novo tivesse uma ideologia marxista, razão pela qual é sensato supor que o projeto cinematográfico do Cinemanovismo é revolucionário, conclui-se que provavelmente este movimento foi influenciado pelo populismo. Como resultado disto, consciente ou inconscientemente, a presença do imigrante europeu, então na condição de proletário clássico, é colocada em detrimento do negro que caracteriza, enquanto grupo, o marginalizado do modo de produção capitalista entre nós. Desse modo, fica cristalino o fato de o povo favelado e sua idiossincrasia se constituírem um elemento estrutural na estética do Cinema Novo. A questão da possível influência populista nesse movimento seria um fator determinante que contribuiu para que o negro, expressão do marginalizado social, viesse ocupar o papel de possível referencial estético do Cinema Novo. Pois a massa marginal ganha mais importância que a massa proletária, tendo em vista que o populismo é um fenômeno político com consciência da contradição do modo de produção capitalista. Porém se manifesta como alternativa à consciência socialista, de tal sorte que a teleologia do populismo é diferente da teleologia do socialismo, de modo que o proletariado clássico é sempre um risco para a articulação populista. Dada a natureza sociológica da organização social do proletariado, que permite e indica a radicalização social, sobretudo em função da sua localização em relação ao modo de produção. (PRUDENTE, 1995, p.163 – 164).

Considerações finais

Esta construção da imagem de afirmação positiva do ibero-ásio-afro-ameríndio se dará por meio do beneplácito étnico-cinematográfico de afirmação ontológica do vulnerabilizado, que é própria da dimensão pedagógica do cinema negro, enquanto arte de afirmação da ontologia do afrodescendente, da minoria e do vulnerável. Como é dado condição de vulnerável/negado pela colonização europeia, que tentou fragmentar o traço epistemológico das culturas diferentes dos nomos, de natureza euro ocidental.

Referências

BARBOSA, Wilson do Nascimento e SANTOS, Joel Rufino dos. Atrás do muro da noite: dinâmica das culturas afro-brasileiras. Brasília: Biblioteca palmares, 1994.

BÍBLIA DE JERUSALÉM: Edição em língua portuguesa. Coordenadores Gilberto da Silva Gorgulho, Ivo Storniolo, Ana Flora Anderson. São Paulo Editora Paulus. 1ª edição 2002 10ª reimpressão 2015.

DUSSEL, Enrique. Ética da libertação: na idade da globalização e da exclusão. Tradução de Ephraim Ferreira Alves, Jaime A. Clasen e Lúcia M. E. Orth. Petrópolis. Editora Vozes. 2000.

Êxodo 22: 21,22. (In:) BÍBLIA DE JERUSALÉM: Edição em língua portuguesa. Coordenadores Gilberto da Silva Gorgulho, Ivo Storniolo, Ana Flora Anderson. São Paulo Editora Paulus. 1ª edição 2002 10ª reimpressão 2015.

FOUCAULT, Michel. História da loucura na idade clássica. Tradução de: José Teixeira Coelho Neto São Paulo, Editora Perspectiva, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro, José Olympio, 1989.

NASCIMENTO, Abdias. Drama para negros e prólogo para brancos. Rio de Janeiro. Edição do Teatro Experimental do Negro. 1961.

PRUDENTE, Celso Luiz. Barravento: o negro como possível referencial estético no Cinema Novo de Glauber Rocha. Antropologia do Cinema. São Paulo. Editora Nacional. 1995.

_____. Mãos negras: antropologia da arte negra. São Paulo. Editora Panorama. 2002.

_____. Arquibancada alegre de reserva escola de samba: uma contribuição ao estudo de alguns aspectos socioculturais para a compreensão do dilema do negro brasileiro. (In:) Negro educação e multiculturalismo. (Orgs.) PORTO, Maria do Rosário S., CATANI, Afrânio M., PRUDENTE, Celso Luiz. GILIOLI, Renato. São Paulo, Editora Panorama do Saber. 2002.

_____. Cinema negro: aspectos de uma arte para a afirmação ontológica do negro brasileiro. In: Revista Palmares. São Paulo. Ano 1, n.2, p. 68 a 72. 2005 disponível em: http://www.palmares.gov.br/revista.

_____. Arte negra: Alguns pontos reflexivos para as artes plásticas, música, cinema e teatro. Rio de Janeiro: Ceap, 2007.

_____. Tambores negros: antropologia da estética da arte negra dos tambores sagrados dos Meninos do Morumbi. Pedagogia afro. São Paulo. Editora Fiuza. 2011.

_____. Futebol e samba na estrutura estética brasileira: a esfericidade da cosmovisão africana versus a linearidade acumulativa do pensamento ocidental. (In:) Cinema Negro: Algumas contribuições reflexivas para a compreensão da questão do afrodescendente na dinâmica sociocultural da imagem. (Org.) Celso Luiz Prudente. Coleção Celso Prudente Africanidade. v. 04. p. 45 – 76. São Paulo. Editora Fiuza, 2011.

_____. O mar e a afirmação da imagem positiva da lusofonia: questão da possível dimensão pedagógica do cinema negro. Novos Desafios para o Ensino Superior após os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). XXV Encontro Associação das Universidades de Língua Portuguesa – TEMA: IV – A presença do mar na cultura expressa em português. v. 1. p. 233 – 242. Cabo Verde, Santiago, Cidade Velha, 2015. Editora

Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP). 2015.

_____. A dimensão pedagógica do cinema negro: uma arte ontológica de afirmação positiva do ibero-ásio-afro-ameríndio. Oficina de cinema negro realizada pela Secretaria de Estado de Cultura do Mato Grosso (In:) Dimensão pedagógica do cinema negro aspectos de uma arte para a afirmação ontológica do negro brasileiro: o olhar de Celso Prudente. (Orgs.) PRUDENTE, Celso Luiz e SILVA, Dacirlene Célia. Coleção Celso Prudente Africanidade. Curitiba, Editora Prismas. 2018 – No prelo.

PRUDENTE, Celso Luiz e OLIVEIRA, Flávio Ribeiro de. A Lusofonia horizontalidade do ibero-ásio-afro--ameríndio versus a verticalidade hegemônica imagética euro-hétero-macho-autoritário: a dimensão pedagógica do cinema negro posto em questão. (In.) Livro de Atas do XXVII Encontro Associação das Universidades de Língua Portuguesa: Confluências de culturas no mundo lusófono, p. 107-116, Editora AULP, Campinas/SP, 2017.

SILVA, Otto Marques da. A epopeia ignorada: A pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje. São Paulo: CEDAS, 1986.

Tiago 1:27 (In:) BÍBLIA DE JERUSALÉM: Edição em língua portuguesa. Coordenadores Gilberto da Silva Gorgulho, Ivo Storniolo, Ana Flora Anderson. São Paulo Editora Paulus. 1ª edição 2002 10ª reimpressão 2015.

Sustentabilidade da baixa da cidade de Luanda caso da rua dos mercadores

Filomena das Dores Cardoso do Espírito Santo Carvalho
Universidade Agostinho Neto. Faculdade de Engenharia, Departamento de Arquitetura
(fiesacarvalho@gmail.com)

1. Introdução

O ambiente edificado e o desenvolvimento das nossas atividades exigem cada vez mais recursos difíceis de suprir pelo planeta, situação que exige mudança de atitude e de paradigma, "*em que o desenvolvimento possa satisfazer as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazer as sua próprias necessidades*" [1]. O conceito de "desenvolvimento sustentável", considerando o "*meio ambiente*" com todos os seus recursos, a "*futuridad*e" com visão do nosso futuro coletivo, a "equidade" com o compartilhar com as gerações e o "desenvolvimento", constitui uma contribuição válida.

As dinâmicas da cidade apresentam com frequência desatualização e ausência de intervenção em partes do território o que evidência a necessidade de ação para dotar de capacidade de resposta às exigências das diferentes funções. O centro histórico de Luanda integra a baixa da cidade, onde se localiza a rua dos Mercadores, uma das ruas mais antigas da cidade de Luanda enquanto "conjunto" representativo do século XVIII. Está a degradar-se, a ser palco de demolições o que resulta na perda das suas características "enquanto testemunho das diferentes fases de um percurso e das ações das comunidades inseridas nesse espaço territorial, que marcaram a sua presença e deixaram referências".

A proposta de reabilitação e requalificação da rua dos Mercadores introduzirá novas e diferentes dinâmicas e contribuirá para a revitalização da baixa de Luanda. Buscando "*Who plan the Africa`s cities?* [10], Luanda precisa de ser vista e sentida com base numa revisão urgente considerando a necessidade de "*learning the city*" ou seja fazer a aprendizagem da cidade para ajustar o planeamento aos problemas urbanos contemporâneos da sua realidade.

A metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica, análise da zona com observação direta-"*visita in situ*", análise de experiências de referência com estratégia de reabilitação, e análise SWOT (strengths, weaknesses, opportunities, treats), (pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças) para o diagnóstico de suporte às ações que intentam promover e alcançar a revitalização, e ajudar a definir os objetivos gerais e específicos que são "integrar e reabilitar".

2. Conceitos e estratégias de intervenção

2.1 Sustentabilidade

A sustentabilidade corresponde a um conceito recente que substituiu a análise custo/benefício na construção e reabilitação de edifícios. Incorpora valores como os da proteção ambiental, dos consumos energéticos e da valorização do património [2]. A discussão do ambiente nos dias de hoje é resultado dos problemas do impacto da crise energética e do uso desregrado dos recursos naturais.

Figura 1: Conceito de Desenvolvimento. [1], [5]

O sector da construção contribui para a economia mundial, mas por outro lado é umas das principais causas para a degradação do meio ambiente como responsável pelo impacte negativo na fase de construção, utilização e desconstrução, manifestado por consumo excessivo de recursos naturais não renováveis, pela produção de resíduos e efluentes e pela contribuição no aumento do consumo da energia e de água, face à exigência crescente da população. A construção sustentável interliga diversos aspetos da obra o que resulta em vantagem tripla para o meio ambiente, para o homem e para a economia. Considera a forma de surgimento do produto e o seu destino final.

A "Sustentabilidade nas construções", fala de vários temas como: *impactos ambientais* onde apresenta os pontos positivos económicos e sociais resultantes do impacto ambiental da indústria, da construção e da economia; das *atitudes positivas* como o reaproveitamento de restos de obras e toda a responsabilidade social de grande abrangência; *desafios encontrados*, ligados à prática de usos sustentáveis, à redução e otimização de consumo de materiais e energia, na redução dos resíduos gerados na preservação do ambiente natural e na melhoria da qualidade do ambiente construído;

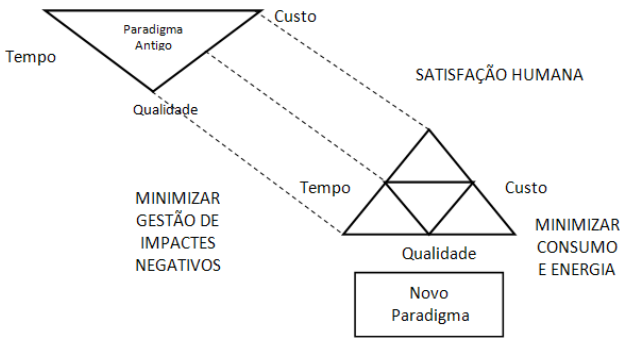


Figura 2: Novo Paradigma

Nota: materiais com o uso de Eco materiais e uso de soluções inteligentes para utilização ajustada dos recursos finitos como água, eletricidade e redução da poluição; coordenação de mão de obra com o planeamento, a monitorização e a construção enxuta ; usar diferentes tipos de construção sustentável (profissionais da área, com uso de Eco materiais e tecnologias sustentáveis e sistemas de autoconstrução) [6].

2.2 A Reabilitação como estratégia de intervenção

Reabilitar é sim "habilitar" e não destruir. É adequar funcionalmente o tecido urbano degradado, mantendo o património existente, com ênfase para a habitação. O documento da UNESCO (1992) "*Recommendation concerning the safeguarding of the beauty and character of landscapes and* sites", incentiva a salvaguarda das paisagens e dos sítios naturais, urbanos, rurais, sempre que possível ."Reabilitação é um processo integrado sobre uma área que se pretende manter ou salvaguardar. É reabilitação física e revitalização funcional, ou seja, a dinamização do tecido económico e social, uma vez que manter um bairro implica conservar as suas características funcionais, aumentar a sua capacidade de atracão, quer para os habitantes, quer para o exercício de atividades económicas e sociais compatíveis com a resistência" [8].

2.3 A rua como espaço público

O espaço público é uma caraterística fundamental das cidades, cuja noção vem mudando ao longo dos tempos e contexto. Espaço onde se circula a pé, espaço de encontro e de conversa. É espaço livre de acesso, sem barreiras e preconceitos onde acontecem os fenómenos do dia a dia que formam a cidade. Jan Gehl atribui *significado ao tempo que se gasta no espaço público* e Jane Jacobs *vê a diversidade e a vida nas ruas como solução para a qualidade de experiência urbana.*

2.4 Centros históricos

O património urbano construído é considerado pelas Nações Unidas como um bem social, cultural e económico para o desenvolvimento das cidades…"*urban heritage constitutes a key resource in enhancing the livability of urban area and sustaining productivity*"…Unesco (2011, p3). Os centros históricos das cidades tornam-se iguais a tantos outros pelo mundo, com o desaparecimento de elementos de base identitária, face à integração dos valores globais (aculturação) a acontecer nas cidades. O desconhecimento da história dos lugares leva muitas das vezes a que os próprios moradores da cidade não atribuam valor e significado aos mesmos, não tendo por isso preocupação de fato pela sua conservação. A reabilitação apresenta um melhor desempenho ambiental comparando com a construção nova, por razões como a preservação de valores culturais, proteção ambiental, vantagens económicas [2].

3. RUA DOS MERCADORES

3.1 Enquadramento

Luanda fundada nos meados do século XVI, apresenta um centro histórico com a cidade alta com os edifícios religiosos, o palácio e edifícios de natureza diferenciada e a cidade baixa com moradias típicas do século XVII e XVIII. O bairro dos coqueiros é o mais antigo da cidade baixa. Possuía ruelas tortuosas com casas de pedra e cal, com características da zona portuária com tabernas e casas de pasto, habitação normalmente

murada e com grandes quintais onde os escravos esperavam o embarque, Era zona de mercados como a Feira Grande situada no Largo do Pelourinho, a Feira dos Coqueiros e o Açougue do Peixe, próximo à Fortaleza de N. S. da Guia. O desenvolvimento do bairro originou no século XVII, uma das ruas mais características, a rua dos Mercadores, ligada à atividade comercial e portuária.

Figura 3: Vista para a Sé; Escada de um edifício; Rua dos Mercadores; Esquina da rua dos Mercadores.

3.2 Centro histórico. A Baixa da cidade de Luanda.

A delimitação do centro histórico de Luanda pelo Ministério da Cultura da República de Angola, integra a baixa de Luanda, a zona alta da cidade e o distrito da Ingombota. A Baixa de Luanda apresenta a seguinte situação: envelhecimento, degradação dos edifícios, demolição dos imóveis antigos, não participação dos moradores nos programas e projetos públicos, desaparecimento dos espaços públicos, falta estacionamento, insegurança, droga e prostituição, desarticulação na ocupação. A Tendência é marcada por ocupação dos edifícios antigos por pessoas de pouca renda, saída das pessoas com capacidade financeira, construção de edifícios altos envidraçados, ação de grandes empreendimentos imobiliários, aplicação de projetos desajustados da realidade, vontade institucional em transformar Luanda num Centro Internacional.

3.3 A rua dos Mercadores

Historial Séc. XVII princípios do séc. XVIII. Localizada entre o beco da igreja da Sé e a antiga rua Manuel Cerveira Pereira, próxima ao largo do Pelourinho no bairro dos Coqueiros, surge como na sequência da intensa atividade comercial da época. De largura reduzida, ladeada de edifícios do tipo sobrado, com dois a três pisos na sua maioria com uma distribuição funcional caracterizada pela ocupação do piso térreo como comércio e habitação nos restantes, possuíam quintalões espaçosos que serviam de armazém para os escravos retirados do interior da colónia e que seguiam rumo às Américas. "*Quartier Latin*" foi o nome atribuído por Fernando Batalha pela função que exerceu.

Limites: Os limites são os edifícios da rua a Norte, a travessa da Sé a Este, os edifícios da rua a Sul e a rua Cerveira Pereira a Oeste. A rua é composta por dezassete edifícios. Tem resistido a demolições (edifício do hotel Turismo, ao desaparecimento por ruína do teatro da Providência) e consegue apresentar um traçado relativamente homogéneo, constituindo das poucas amostras da cidade no passado [10]. É uma rua com os edifícios degradados, os espaços públicos existentes na área envolvente, a exemplo do largo do Pelourinho, a desaparecerem face à ocupação avulsa de que são alvo, com perda de valor cultural e de património.

Figura 4: Rua dos Mercadores, Luanda

A ocupação dos edifícios carateriza-se por ter no rés de chão o barbeiro, cabeleireiro, e pequena restauração, continuando os andares superiores com a habitação e alguns escritórios. A rua apresenta edifícios sobre ocupados, com alterações de uso desajustadas, em mau estudo de conservação, destacando-se as alterações nas fachadas em pleno desrespeito pela traça da rua; as ampliações com a adição de mais pisos que têm provocado patologias significativas nos andares inferiores e evidenciam-se diversas intervenções que não obedecem aos princípios de salvaguarda da rua, desde materiais usados nas reabilitações, a alterações de fachada que levam a sua nítida descaracterização. A circulação retira a segurança no uso da mesma. O estacionamento e a inexistência de espaço para localizar reservatórios de água e geradores de eletricidade, necessários em nesta fase (2018), as reduzidas condições de segurança com a existência de marginais nos espaços devolutos e a rede de infraestruturas obsoleta, constituem problema para os moradores. Com este quadro, os moradores abandonam a rua. É um quadro de desvalorização do património e desequilíbrio na cidade.

Figura 5: Antigo Teatro Providência; Tipografia-Entrada pela SÉ; Venda ambulante; Vista do CCAB

Em 1957, a "Rua dos Mercadores" tinha sido classificada como sendo um "Imóvel de Interesse Público", com os seguintes fundamentos:", Portaria nº 9.689-Boletim Oficial nº 7, de 13 de Fevereiro de 1957.

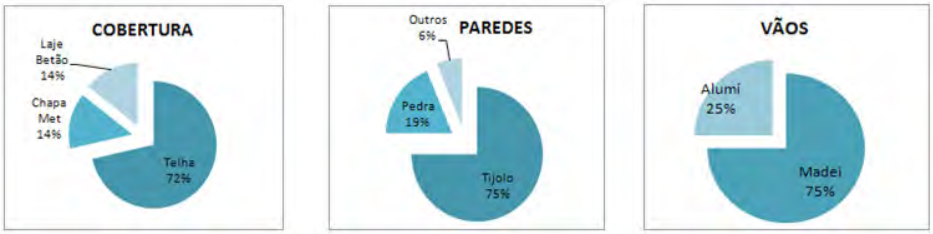


Figura 7: Informação de levantamento dos materiais caraterísticos dos edifícios. Rua dos Mercadores

3.1 Diagnóstico SWOT

Diagnóstico da rua através da análise SWOT (pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças). Em inglês: strengths, weaknesses, opportunities, treats). Os pontos fortes indicam as vantagens e os aspetos positivos da rua; os pontos fracos correspondem aos aspetos negativos passíveis de ajuste e melhoramento. A análise externa deve identificar as oportunidades e as ameaças exteriores colocadas à área de intervenção, onde as oportunidades visam projetos ou planos futuros que potenciem a revitalização da área de intervenção e as ameaças constituem os obstáculos futuros que podem ser condicionantes à intervenção e ou reforçar alguns problemas presentes. [5].

Pontos fortes. *Valor patrimonial e cultural do conjunto*. A Rua dos Mercadores é uma das mais antigas e já raras artérias da cidade, com edifícios históricos do século XVIII. *Habitação*. Existe potencial de edificado de habitação. *Estado de conservação*. É indispensável a conservação do conjunto. Os edifícios estão em razoável estado de conservação. *Localização, Proximidade ao mar*. Localização privilegiada; *Envolvente*. Envolvente com diversidade de usos, comércio, serviços, lazer: Ministérios, Museus, o Chá de Caxinde, a marginal. *Criação de Programas culturais e de educação.*Criar itinerários culturais para reanimação da Baixa de Luanda. Recuperar e reconstituir o Teatro Providência. Promover formação educativa.

Pontos fracos. Crescente degradação dos edifícios e do espaço público. Edifícios devolutos-desocupados. Falta de estacionamento**.** Infraestruturas obsoletas. Oportunidade para especulação Imobiliária. Venda ambulante desregrada. Dificuldade de acesso a documentação histórica.

Oportunidades. *Proposta de Revitalização:* Propor um Plano de revitalização da habitação, comércio tradicional, cultura e reformulação da circulação automóvel. Impulsionar o lazer e a cultura. Sugerir a introdução de habitação (estudantes e casais jovens). *Património Nacional. Imóvel de Interesse Público*: Aplicar as prerrogativas que a classificação de Imóvel de interesse público permite. Dar a conhecer publicamente para que a cidade conheça, respeite e proceda em conformidade. *Percorrer e respirar a Baixa de Luanda:* Reduzir o tráfego automóvel. Introduzir transporte público interno no perímetro da baixa. Estimular a criação de estacionamentos públicos "acessíveis". *Incentivos:* Incentivos fiscais a particulares nas empreitadas de obras de reabilitação e isenção do Imposto Predial Único (IPU) sobre os imóveis sujeitos a ações de reabilitação por um período a definir.

Criação de uma Entidade responsável-Pública com entidades privadas: Criação de uma Entidade responsável pela reabilitação do centro Histórico de Luanda. Responsável pela execução do programa de reabilitação, que garanta o respeito e a valorização da zona, regule novas intervenções, capte investimento e mobilize privados e essencialmente contrarie a degradação presente no momento e potencie a revitalização tendo o homem como centro da intervenção.

Ameaças. *Imóvel de Interesse público:* As constantes intervenções e alterações nos edifícios e no conjunto podem de alguma forma vir a constituir caminho para a perda de identidade e consequentemente da classificação de "Conjunto". A perda do conhecimento vivo do passado. *Propriedade dos imóveis:* A existência de vários proprietários das frações no mesmo imóvel, são condicionante às intervenções de reabilitação coordenada, pela dificuldade de interesses na elaboração da estratégia de reabilitação.

Estratégias de Sustentabilidade para revitalização da rua dos mercadores [13]

Fazer da rua dos Mercadores um espaço articulado com a sua envolvente contígua; Preservar e enriquecer a identidade cultural; Utilizar a educação e a cultura como a base de progresso da zona; Minimizar o consumo de recursos naturais não renováveis; Posicionar-se na vanguarda da melhoria do meio ambiente.

Fatores de sustentabilidade a considerar

Criação de uma entidade gestora; promoção dos percursos pedonais; reabitar a rua dos Mercadores: criar habitação ajustada; revitalizar a rua dos Mercadores com proposta de uso misto numa relação estreita e complementar com a envolvente mais próxima; equipamentos: criação de espaços de educação e cultura (reconstituição do antigo teatro da Providência, do Bar-Páteo); reabilitação do espaço público-Rua, com sinalética, lettering, pavimento, mobiliário urbano; acessibilidade e mobilidade: interditar o trânsito ao automóvel e atender exclusivamente a bombeiros e ambulâncias. Criação de estacionamentos fora da rua, em área exterior na proximidade; turismo: fomentar a criação de um Centro de Informação e Divulgação do Turismo (CIDT).

4. Reabilitação de edifícios

A reabilitação do edificado em resposta às atuais exigências de habitabilidade dotará a rua de mais qualidade e contribuirá a redução da sua degradação e da envolvente urbana. A reabilitação ambiental e energética deverá atribuir ao edifício uma qualidade melhor, viabilizar mais conforto e qualidade interior nos espaços no arrefecimento, ventilação, iluminação, isolamento acústico, sem aumento significativo de energia. No geral, as alternativas passarão por inserir medidas de eficiência nos edifícios, através de sombreamento (análise específica), ventilação e iluminação natural, troca de equipamentos obsoletos, instalação de painéis térmicos e fotovoltaicos. A reabilitação passa por caracterizar a situação atual do edifício, identificar pontos de intervenção e proposta de implementação de medidas que melhorem a eficiência. A análise geral da rua e dos edifícios mostra a necessidade do seguinte:

Proposta: Privilegiar a ventilação natural; Revisão e substituição da cobertura por material original (sempre que possível). Revisão e substituição da estrutura da cobertura;

Substituição dos elementos constituintes dos vãos envidraçados por soluções mais eficazes, considerando o isolamento térmico e acústico, ajustado ao local; Libertação dos pátios traseiros e as varandas terraço para melhoria da ventilação e iluminação natural; Substituição dos dispositivos de iluminação, dos aparelhos e equipamentos menos eficientes por outros de classe energética mais favorável, para otimizar a eficiência energética; Manter os materiais de revestimento originais, para preservação do pré existente e pelo valor patrimonial, a exemplo de pavimentos antigos, revestimentos de parede; Restituir as cores originais e verificar de que maneira esta ação poderá contribuir para a otimização da iluminação natural com a reflexão da luz solar; Organizar um manual de utilização para os moradores, particularmente no que se refere ao "ajustado" uso ambiental e energético dos edifícios, tirando partido do conforto adaptativo; Sugerir princípios sustentáveis na atividade do quotidiano como: procedimentos para a separação dos lixos, mais contenção no uso racional da água ao lavar os dentes, lavar a loiça, redução do volume de descarga dos autoclismos, apagar as luzes nos espaços sem utilização e outros.

5. Conclusões

A estratégia de intervenção integra essencialmente a reabilitação do edificado para promover utilização e novas vivências para atrair moradores jovens, o tratamento das fachadas na perspetiva da valorização da paisagem da rua, a reorganização e valorização da rua enquanto espaço de vivência social e a proposta de instalação de equipamento de formação educativa.

A reabilitação irá conferir aos edifícios condições de habitabilidade ajustadas às novas exigências, com espaços e habitação de qualidade convidativos a um "reabitar" da zona, tornando-a multifuncional e atrativa e atribuir valorização social e económica. Com a reabilitação a rua dos Mercadores, deverá tornar-se um espaço de referência de aplicação de um programa de reabilitação sustentável, na revitalização da Baixa da cidade.

6. Referências

[1] EDWARDS, Brian- *O guia básico para a sustentabilidade,* 2008.

[2] APPLETON, João - *Reabilitação de Edifícios Antigos,* 2010.

[3] TAVARES, Alice; COSTA Aníbal; VARUM, Humberto - *Análise de estratégias para implementação da reabilitação urbana e salvaguarda do património vernacular.*

[4] MARTINS, Adriana F. Santos - *Contribuição do Projecto Bioclimático para a Sustentabilidade do Edifício.* Dissertação de Mestrado. Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 2015.

[5] EVANGELISTA, Sandra Mariana Ferreira Simões - *Sustentabilidade em Centros Históricos. A Baixa Pombalina.* Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitec. IST. Universidade Técnica de Lisboa, 2008.

[6] MANHÃES, Gabriela Siqueira, ARAÚJO, Ronaldo de Sousa - *Sustentabilidade nas Construções*.2014

[7] PINHEIRO, Manuel Duarte - *Ambiente e Construção Sustentável*. IST/DECivil, ULisboa, 2006.

[8] RIBEIRO, Simão André Jorge - *A reabilitação como estratégia de requalificação urbana [re]pensar Belém*. Projeto a obtenção do grau de Mestre em Arquitetura, em Urbanismo, Faculdade de Arquitetura. ULisboa, 2016.

[9] NETO, Elaine L.do E. Santo - *Reabilitação urbana como oportunidade para o desenvolvimento turístico de São Tomé e Príncipe*. Departamento de Aveiro. Departamento de Ciências Sociais e Políticas do Território, 2015.

[10] AMARAL, Ilídio - *Luanda. Estudo de Geografia Urbana*. Reedição Kilombelombe, Luanda, 2015.

[11] MARTINS, Isabel N. da Silva - Luanda. *A cidade e a Arquitetura*. Dissertação elaborada para doutoramento em Arquitetura. Faculdade de Arquitetura, Universidade do Porto, 2000.

[12] INGLÊS, A; CALIVANGUE, O; BANDEIRA,N - *Centro Histórico de Luanda. A Baixa de Luanda. Modernidade ou Destruição*. Luanda, 2008.

[13] AMADO, Miguel Pires – *Planeamento Urbano Sustentável*. Lisboa, 2009.

[14] GUEDES, Manuel C.; BAKER,Nike; BORGES, Klas; Colaboradores - *Projecto Sure-Africa: Reabilitação urbana sustentável-Eficiência energética em edifícios no contexto africano, 2015.*

[15] PORTELA, Cerqueira Henrique. *Reabilitação Sustentável de Edifícios de Construção Tradicional*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Aveiro. Departamento de Engenharia Civil, 2016.

[16] MOURAD, Leila Nazem. *A verdadeira face do processo de reabilitação do centro Histórico de Salvador,* ST2.Produção Contemporânea do Espaço e Projetos de Urbanismo.

[17] MUTAL, Sylvio. *Ciudades y centros históricos de America Latina e Caribe. Algunas consideraciones: El futuro de las ciudades históricas*. Conferência durante o II Encontro sobre Manejo y Gestíon de Centros Históricos, La Habanna, Septiembre 2003.

[18] OECD. *Cidades sustentáveis e transformação estrutural. As implicações da urbanização em África para a transformação estrutural*. 2016.

Toponímia de Lwanda, memória e património histórico: os casos da Ingombota e Mayanga[1]

Nsambu Vicente
Director Geral Adjunto Área Científica do Instituto Superior Politécnico Atlântida.
(nsambubaptista82@hotmail.com).

Introdução:

O presente estudo se propõe realizar uma abordagem sobre a toponímia dos distritos urbanos da Ingombota e da *Mayanga*, na cidade de *Lwanda*. Os distritos da Ingombota e da *Mayanga* são dois espaços geográficos, cuja toponímia é muito significativa na historiografia antiga e recente de *Lwanda*.

Pretende-se com este estudo, estimular a exploração da toponímia existente nos dois distritos, uma vez a pesquisa sobre a toponímia em Angola ainda carecer de estudos profundos na vertente de memória, pela falta de especialistas que estudam a memória dos lugares e sítios.

Para a escolha do tema concorreram elementos de ordem pessoal e a própria importância do tema para a comunidade académica e a sociedade no geral, a saber:

1. A nossa vivência numa cidade onde a abordagem da toponímia é pouco divulgada, situação que dificulta o conhecimento das figuras homenageadas e consequentemente a sua valorização.

2. A escolha e também a análise deste tema é um ensaio que poderá proporcionar as futuras pesquisas relativas a abordagem da toponímia por ser importante para a organização da cidade bem como também, para valorização da cultura, do património histórico e conhecimento da História de Angola e contribuir para a unidade nacional.

O objectivo geral da presente pesquisa, consiste em analisar numa perspectiva histórico-linguística [onomástica], as causas da complexidade e da variedade da toponímia da província de *Lwanda* que compreende o período colonial e pós-independência, através dos distritos da *Ingombota* e da *Mayanga*, Uma vez trata-se de um instrumento fundamental para a compreensão da memória e património histórico da província de *Lwanda*.

Por se tratar de poucos estudos específicos publicados sobre o tema[2] e, tendo a necessidade de se constituir um trabalho consistente com rigor metodológico, optou-se por uma pesquisa, essencialmente descritiva qualitativa que facilitou ter um entendimento das diversas realidades da história social dos dois distritos, no entanto, complementado com um estudo exploratório, onde tivemos de percorrer as várias artérias dos dois distri-

1. O objectivo da presente comunicação consiste em apresentar algumas contribuições que a toponímia pode proporcionar caso seja valorizada na divulgação e conhecimento da história de Angola, comunicação que se insere no subtema III de Património Histórico e Artístico a ser apresentado no XXVIII encontro da AULP, Lubango, Angola, cujo tema central Património Histórico do Espaço Lusófono: Ciência, Arte e Cultura.

2. Aqui ressaltamos o livro publicado por Nsambu Vicente no dia 27 de Junho de 2018 que por sinal o autor desta comunicação, que faz menção sobre a toponímia de Luanda: Casos de *Ingombota* e *Mayanga*.

tos urbanos (Ingombota e Mayanaga) na cidade de *Lwanda*, o que nos permitiu perceber as memórias de figuras existentes naqueles dois espaços.

Antecedentes históricos da toponímia de *Lwanda* enquanto Memória

A toponímia de *Lwanda* explica, por si, a identidade colectiva das populações que aqui habitavam/ habitam. As mostras antigas quer na arqueologia [que é escassa: escavações do Benfica], indicam que os *Ambûndu* oriundos de Leste e Sul, seriam os primeiros habitantes: isto é, ocupavam as regiões da margem superior da foz do rio *Kwanza,* e utilizavam aquele território para a prática de agricultura bem como a criação de gado, pesca fluvial e marítima (VANSINA, 2004). José Redinha ainda apadrinha: "…Notou-se, seguidamente a instalação na ilha de Luanda, de uma casta senhorial conguesa e de formação dos *Muxiluanda*" (REDINHA, 1975, p.15).

Pierre Nora (1985) na obra *Entre memória e História* – reconhece que o Homem reconstitui continuamente a sua memória colectiva pelo curso das forças sociais, ao advogar:

> Os lugares de memória nascem e vivem no sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivo, que é preciso manter aniversários, organizar as celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notar actas, porque essas operações não são naturais (NORA, 1985, p.13).

Apoiando-se na narrativa de Pierre Nora, se pode apreender que antes da escolha do local onde Paulo Dias de Novais instalou a povoação em 1576, já havia cerca de sete povoados, habitada por africanos que, nas areias da praia da ilha das Cabras, os oficiais do Mani *Koongo* e alguns portugueses que se haviam refugiado das perseguições Jagas exerciam actividade económica. (PARREIRA, 2003, pp. 155-156 & BATSIKAMA, 1999).

Segundo os autores João Medina e Isabel Henriques (1996) defendem que " … nas terras do *Ndongo* colhiam o *nzimbu*, espécie de concha que servia de moeda no reino do *koongo* para as transacções comerciais nas feiras no interior do reino sob controlo" (MEDINA, 1996, p.127).

Em relação aos ocupantes antigos de *Lwanda*, Carlos Alberto Lopes Cardoso defende:

> [...] os Luanda (tributários), como parecem terem sido conhecidos os primeiros naturais da ilha de Luanda, além da recolha de *Nzimbu,* praticavam a pesca com redes rudimentares e daí lhes provém o nome *Axiluanda* -lançadores de rede (CARDOSO, 2009).

Importa manifestar as nossas curiosidades: (i) *Lwanda* parece derivar de *lwanda/redes*, de modo que os habitantes desta ilha eram considerados "*Axiluanda*: atiradores de redes". Será a forma deles se identificarem, ou terá sido uma forma de outras populações os chamarem? Qual seria o verbo do qual derivaria *Lwanda*? Qual seria a versão das populações vizinhas dos *Axiluanda* com relação às funções sociais dos "atiradores de redes"? (ii) quais são as tradições relacionadas e narrações populares estruturantes da trama semântica do termo *Lwanda,* e como correlacionar com a cosmogonia das populações de *Lwanda*? (iii) que memórias guardam os actuais habitantes daquele espaço em relação

ao topónimo? O topónimo *Lwanda* é ou não um património para as populações locais?

Estas três curiosidades levam-nos a perceber que os *Axiluanda* não ocupavam a Ilha de *Lwanda* de forma exclusiva. Se eles utilizavam aquela parcela da actual cidade de *Lwanda*, seria pelas suas actividades económicas. Por norma, as actividades económicas não são as únicas, para considerar os *Axiluanda* como os autóctones da Ilha de *Lwanda*. Há, sobretudo, a utilização religiosa:

> *Lugares* e *sítios* das cerimónias como cultos dos ancestrais: A liturgia destes cultos e os sacerdotes indicam – consoante a sua pertença a este ou aquele grupo étnico – a pertença das terras e a gestão das mesmas pelos ocupantes. Trata-se, geralmente de cemitérios dos fundadores das comunidades.

É possível que o topónimo *Lwanda* venha a significar mais coisas, além de "atiradores das redes: *Axiluanda*". Derivar *Lwanda* de *axi-Lwanda* não nos parece tão confortável por dois motivos: (i) cremos que deveria ser o contrário: *Axiluanda* derivaria de *Lwanda*, e neste caso este termo não significaria apenas "redes"; (ii) pensamos que *Lwanda*, caso derivasse de "*lwanda*: redes", a topografia do local abordaria alguns subsídios. Ora, esta última opção levar-nos-á a pensar que os *axiluanda* eram poderosos de ponto de vista das finanças: *nzimbu*. Isso faria sentido, talvez, caso o *nzimbu* justificasse a utilidade destas redes.

Topónimo: memória e património histórico

O topónimo é um depósito identitário e uma memória na dimensão física. Para Henri Lefebvre (1996) o *espaço* é nomeado porque algum valor lhe é dado pelos seus ocupantes permanentes ou ocasionais. Patrício Batsîkama (2013) tenta prová-lo quando apresenta a hipótese sobre a nomeação do *Koongo* pelos seus *ocupantes permanentes*. Trata-se de uma ocupação que é territorialização. Isto é, o espaço é ocupado, os ocupantes deixam de ser simples ocupantes e passam a ser *habitantes* porque constroem suas moradias obedecendo aos princípios estabelecidos quer de ocupação quer de habitabilidade. Consideraremos aqui o topónimo num dos seus sentidos de *espaço nomeado e habitado*.

Assim, todo topónimo é relacional, quando se *realiza*. Ele é o resultado de vontade institucionalizada que pode ou não ser uma vontade comum, mas sim uma vontade expressa por uma instituição que tem a legitimidade de nomear. A actual Lei n.º 14/16, Lei *de Bases da Toponímia* tem isso muito claro, lei aprovada a 12 de Setembro de 2016, que na ocasião tivemos uma intervenção, onde sugerimos o que deve ser feito (cf. *http://m.jornaldeangola.sapo.ao/sociedade/saude_e_educacao/destacado_o_valor_do_diploma_legal).*

Angola foi colónia portuguesa, este facto teve sua influência na toponímia do país em geral e em particular na província de *Lwanda*. Com a independência (11.11.1975), notou-se alguma valorização de figuras angolanas, por um lado, e de alguns estrangeiros não portugueses, devido a linha ideológica (socialista) que na época vigorava no país; uns pelo contributo que deram para libertação do continente africano (nacionalismo moderno) e outros, finalmente ainda, devido à sua actividade no campo das ciências, das artes, etc.

Durante a última década de noventa, a guerra que assolou o país provocou migrações

internas (êxodo rural), para as cidades particularmente para a *Lwanda*. Esta situação contribui para enriquecer a complexa toponímia já anteriormente existente, permitindo que surgissem nomes não atribuídos pelas autoridades governamentais, principalmente na periferia onde foram surgindo bairros e ruas sem a prévia autorização do governo angolano.

Nota-se numa mesma rua, três nomes diferentes, nomes repetidos de ruas no mesmo bairro, nomes antigos que continuam a existir por não substituição das placas toponímicas provocando dificuldades pelo não conhecimento das ruas por parte das administrações municipais, distritais, do governo provincial e dos citadinos em geral, razão de algumas inquietações, situação que dificulta o conhecimento e valorização da toponímia, apesar da aprovação da lei.

A toponímia é, na verdade, um tema de grande importância para vida humana. Ele identifica grupo de pessoas, localiza a anatomia social num conjunto geográfico, é um depósito de memória, garante da unidade nacional, elemento fundamental na urbanização da cidade e pilar fundamental na execução das autarquias locais, por esta razão o topónimo implica:

> 1. Nome: (i) o acto de *nomear*: na véspera de dar o nome, o acto é testemunhado e expressa o consentimento senão de todo conjunto, pelo menos da pessoa que manifesta a legítima autoridade de *nomear*; (ii) o poder de *nomear*: existe sempre uma instituição nomeadora, e uma outra para dar vida ao nomeado. Destas instituições legitima-se uma ou um grupo de pessoas escolhidas para *nomear,* (iii) *Nomear*: o que é nomeado – um processo extremamente sociolinguístico – torna-se "vivo e identitário". O significado pode determinar a sua identidade, assim como a sua anatomia social que poderá enriquecer a sua noção. São momentos e domínios sequenciais que fazem com que a instituição do nome seja memória por excelência, por vincular vários momentos históricos [ruptura].
> 2. Lugar/espaço: i) espaço memorial/mental: a concepção sobre alguma coisa é altamente um processo mental, de modo que atribui-se à mente a origem de toda transformação perante a natureza. O espaço/lugar é, a *priori*, mental; ii) espaço físico: como se falará de espaço físico, importa dizer algumas palavras introdutórias. O espaço físico é complexo, dinâmico e continuamente transformado. O espaço físico que serve de suporte nas manifestações/efectivações do espaço mental.

Assim, por mais insignificante que pareça ser a rua, deve-se dar um nome oficial para evitar identificar certas localidades (empresas, escolas, hospitais, igrejas, etc.), com três endereços diferentes – nome colonial, nome oficial e nome popular. Aqui tomemos o exemplo da rua Salvador Allende – a população chama de rua do PUNIV ou ainda a chamada Avenida Marginal, em vez de Avenida 4 de Fevereiro (Jornal de Angola, 2011, p.12).

Julgamos ainda que os *mass-media* (rádio, televisão e jornais) têm jogado um papel fundamental, na divulgação dos nomes das ruas mas não é suficiente: por "falta" cremos de profissionalismo, alguns jornalistas contribuem nestas desorganizações toponímicas, situação que belisca a memória dos topónimos das figuras homenageadas ao longo dos distritos urbanos da *Ingombota* e *Mayanga*, proporcionando, assim, deturpações comprometedoras, dificultam a conservação da memória e desviam a herança cultural de Angola enquanto património histórico.

Toponímia do distrito urbano da *Ingombota*

Apesar de cada topónimo, cada nome de lugar, ter e terá sempre a sua origem, a sua razão de ser, tendo uma razão convincente ou não, mas os lugares, quanto à gestão da toponímia no distrito urbano da Ingombota, houve um esforço realizado no ano de 2005 (*http://www.gpl.gv.ao/municípios)*, onde as comunas, bairros e ruas que compõem o distrito, voltaram a ver nas placas toponímicas a recuperação em quase 80% da sua toponímia.

Uma outra insuficiência que gostaríamos de chamar a atenção é a presença de figuras femininas na toponímia de *Ingombota*. Como está o género feminino [a mulher] na toponímia da *Ingombota*?

Resposta: Em Angola apesar de as mulheres terem contribuído muito para a libertação do país contra a opressão portuguesa e não só, pensamos que essa realidade na toponímia está longe de ser tida em conta pois, nos bairros e ruas, vimos mais nomes masculinos e poucos femininos. No caso do distrito urbano da *Ingombota* temos as seguintes ruas, avenidas e largos com nomes femininos:

(i) Ruas → Rainha Njinga, Teresa Afonso, Mãe Isabel, Tipografia mamã Tita;
(ii) Avenidas → Rainha Njinga, Santa Bárbara;
(iii) Largos → Lucrécia Paim, Irene Cohen, Rainha Njinga.

Das quinze avenidas localizadas no estudo, duas são nomes de mulheres, (Avenida Santa Bárbara e Rainha Njinga).

Sabendo que a toponímia serve para imortalizar as figuras históricas do nosso país entre outras razões, de acordo com a sua nacionalidade e actividade, eis algumas figuras cadastradas no nosso estudo naquele distrito urbano:

● **Militares:**
(i) Rua Almirante Américo Tomás; (ii) Avenida Comandante Arguelles;
(ii) Avenida Comandante Che Guevara; (iv) Rua Francisco Sotto Mayor;
(v) Rua Comandante Kussi; (vi) Rua Comandante Nicolau Spencer;
(vii) Rua Comandante Nicolau Spencer; (viii) Rua Comandante Eurico;
(ix) Rua Comandante Kima Kyenda; (x) Rua Comandante Peixoto Correia;
(xi) Rua Major Kayangulo; (xii) Rua Major Marcelino Dias;
(xiii) Avenida Marechal Gomes da Costa; (xiv) Rua Comandante Valódia.

● **Presidentes:**
(i) Gamal Abdel Nasse (Egipto);
(ii) Marechal Tito (Jugoslávia);
(iii) Lenine;
(iv) Rua Francis Kwame Nkrumah;

● **Individualidades Religiosas:**
(i) Rua Cónego Manuel das Neves;
(ii) Reverendo Agostinho Pedro Neto (Pai de Agostinho Neto);
(iii) Rua Nossa Senhora da Muxima; (iv) Rua Frei João Cavazzi.

● **Soberanos africanos:**

(v) Rainha Njinga; (ii) Rei Katyavala;
(iii) Rei Ndunduma (Bailundu);

● **Escritores:**
(i) Rua Aníbal de Melo.

● **Efemérides:**
(vi) Assalto de Moncada; (ii) 1º Congresso do MPLA;
(iii) 4 de Fevereiro; (iv) 17 de Setembro.

Toponímia do distrito urbano da *Mayanga*

A realidade verificada no distrito urbano da *Ingombota* não foge à realidade encontrada no distrito urbano da *Mayanga*; este último, na observação que tivemos, constatou-se que a situação é pior, porque nenhum trabalho foi feito ao nível da toponímia.

No distrito urbano da *Mayanga*, são quase inexistentes os toponímicos femininos; das três avenidas localizadas, nenhuma apresenta um antropónimo feminino. O mesmo foi verificado em relação à ruas, largos, travessas e becos.

Depois do trabalho de campo, eis as ruas que identificamos nesse distrito:

● **Militares:**
(i) Avenida Almirante Gago Coutinho; (ii) Rua Comandante Jorge Capelo;
(iii) Rua Comandante Dangereux; (iv) Avenida Comandante Jika;
(v) Rua Comandante Stone; (vi) Rua Comandante Nzaji;
(vii) Rua Comandante Kwenha;

● **Presidentes:**
(i) Avenida Ho Chi Minh (1° Presidente do Vietname); (ii) Avenida Amílcar Cabral;
(ii) Rua Marien Ngouabi (Presidente do Kongo Brazzaville -1968/1977);
(iii) Rua Eduardo Mondlane.

● **Individualidades Religiosas:**
(iv) Rua padre Manuel Fernandes; (ii) Travessa do padre Mário Zona.

● **Individualidades Tradicionais**
Em relação a figuras de soberanos africanos, neste distrito não encontramos registro.

● **Escritores:**
(i) Rua Oliveira Martins (Século XIX); (ii) Rua Andrade Corvo (SéculoXIX);
(ii) Rua António Assis (Século XX);

Efemérides:
(v) Avenida 21 de Janeiro (dia da força aérea nacional);
(vi) Revolução de Outubro (LEITÃO, 1987, p.53).

De quem é a tarefa de atribuir topónimos aos bairros, distritos e ruas de *Lwanda* e quais os critérios utilizados, dos casos em estudo?

À luz da Lei 14/16, Lei de Bases da Toponímia, a responsabilidade é partilhada (Presidência da República, Assembleia Nacional, Governos Provinciais, Administrações Municipais, população). Infelizmente, apesar da legislação que regula a *nomenclatura* dos bairros e ruas, ainda carece de execução. Por esse facto, na observação que fizemos ao longo da pesquisa, notamos em algumas ruas que os nomes foram mudados mas não se substituíram as placas, mantendo-se as antigas e, consequentemente, ficando as duas placas, situação que provoca dificuldades aos residentes em distinguir o nome actual do antigo, dificultando ainda, saber qual era o nome antigo e qual é [ou seria] o actual (oficial). A título de exemplo, as ruas com os nomes Conde de Ficalho (naturalista do século XIX), de José Acheita (notável explorador e naturalista do século XIX), e rua 28 de Maio, efeméride que lembra o golpe do Estado de 1926, onde o General Gomes da Costa, um dos mais prestigiados heróis da guerra, revoltou-se em Braga e iniciou uma marcha sobre Lisboa e foi apoiado por grande parte do exército e, o governo no dia 30 de Maio pediu a demissão (GOMES, 1994, p.315). Os nomes daquelas ruas, apesar de terem sido mudados, as designações antigas nas placas ainda continuam de modo que, as pessoas continuam a identificar as ruas com os respectivos nomes coloniais, não absorvendo os novos.

Ainda observamos que as ruas não são enumeradas, o que torna difícil a gestão das mesmas e desconhece-se ainda a totalidade de ruas que há em cada distrito urbano dos casos em estudo e, consequentemente, o somatório distrital, provincial e nacional que poderá ser útil ao Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado, Ministério da Construção, Ministério do Interior (Polícia Nacional, Serviços de Protecção Civil e Bombeiros), Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, Comissão Nacional Eleitoral e outras áreas do saber.

É importante ainda a inscrição da função da figura, das datas históricas nas placas, porque facilitará localizar o lugar, para além de permitir a transmissão do conhecimento histórico-cultural à um conjunto de cidadãos, agora e para as futuras gerações.

Nos documentos e trabalhos de campo, não foi possível identificar toda a toponímia dos distritos urbanos da *Ingombota* e *Mayanga* por não existir uma brochura toponímica nacional onde viesse expressas as figuras e as efemérides que constituem a memória colectiva angolana.

Conclusão

Os dados recolhidos, nos permitiram ter uma base de análise sólida, sobretudo no trabalho de campo, e espelhar inquietações e reflexões para que, no final, possam ser úteis sobre a temática em estudo. A toponímia, sendo pois, uma das vias para homenagear figuras proeminentes da história angolana, poderiam os nomes de algumas delas serem atribuídas a ruas dos distritos urbanos da *Ingombota* e *Mayanga* onde esta proposta pode constituir a nova estratégia por parte do governo provincial de Luanda, numa contribuição para um melhor funcionamento de algumas instituições (Bombeiros, Polícia Nacional, Correios, Justiça, Arquitectos, etc.), com descerramento de mais placas toponímicas à nível da cidade de *Lwanda*.

Procuramos saber se existiria alguma legislação que regulasse a toponímia do país em geral e, em particular, a de *Lwanda*, realmente existe, a Lei nº14/16, Lei de Bases da Toponímia. Embora aprovada, ainda carece da sua divulgação e posterior conhecimento da parte dos cidadãos e posterior materialização. Apesar da existência da lei, os nomes continuam a ser atribuídos de forma arbitrária, sem regras nem linha orientadora: ruas com nomes de marginais e intimidativos – exemplo "rua da Fagulha", "rua dos Sangue", etc.

Questionamos ainda a presença de nomes femininos na toponímia daqueles dois distritos urbanos e, quanto a esse aspecto, verificamos a ausência da gestão e da crítica sobre o assunto, porque existem poucos nomes femininos na toponímia *lwandense* e em particular dos casos em estudo.

Sem pretender ter alcançado satisfatoriamente os objectivos que nos propusemos inicialmente, é-nos confortável perceber que a forma como problematizamos este tema permitiu identificar alguns pontos concretos que precisam de respostas urgentes na parte dos decisores.

Referências bibliográficas

ANGOLA: "Jornal de Angola", (2017), in *www.jornaldeangola.sapo.ao/sociedade/saude_e educacao/destacado ovalordo diplomalegal,* Acesso em: 20 de Agosto.

ANGOLA: "Jornal de Angola", (2011), *Roteiro,* 22 de Março.

ANGOLA: Diário da República, (2016), I Série nº 155, 12 de Setembro.

ANGOLA:"Roteiro", (2011), in *Jornal de Angola,* Terça-Feira, 22 de Março.

B, Patrício,(2013), *Lumbu:A democracia no antigo Kongo*,Luanda:Media Press.

BATSIKAMA, Raphael, (1999), *Voici les Jagas, ou l'histoire d'un peuple parricide bien malgré lui*, Paris: L'Harmattan.

CADORNEGA, António de Oliveira de, (1972), *História Geral das Guerras Angolanas*, Lisboa: Agência--geral do Ultramar.

CARDOSO, Carlos Alberto Lopes, (2009), "Os *Axiluanda*", Citado por CARLOS, José,"Onde vem o nome de Angola", in *http://introsludohislangola.blagrport.com* , Acesso em: 16 Setembro.

GOMES, Maria Eugénia Reis, (1994), [*et al.], História de Portugal*, 9ª ed., Lisboa: Texto Editora.

LEFEBVRE, Henri, (1991), *The Production of Space*, Trad. D. Nicholson-Smith Oxford: Basil Blackwell.

LEITÃO, Alberto José, *et.al,* (1986), *História*, Lisboa: Texto Editora.

LUANDA: Administração Municipal da Ingombota (Luanda), (2009), "Toponímia do Município da Ingombota", in *http://www.gpl.gv.ao/municiopios*, Acesso em: 30 de Setembro.

LUANDA: Administração Municipal da Mayanga, (2009), *Relatório de actividades do Iº Trimestre*.

MEDINA, João e HENRIQUES, Isabel Castro, (1996), *A Rota dos Escravos – Angola e a Rede do Comércio Negreiro*, Lisboa: CEGIA.

NORA, Pierre, (1993), *Entre Memória e História: a problemática dos lugares. Projeto História*, São Paulo: PUC-SP, dez., n. 10.

REDINHA, José, (1973), "Os povos da região de Luanda no decurso do tempo", in *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Luanda*, nº 38, Luanda, Janeiro-Fevereiro-Março.

PARREIRA, Adriano, (1989), *Economia e Sociedade em Angola na Época da Rainha Jinga (Século XVII)*.

VANSINA, Jan, (2004), *How societies are born. Governance in West Central Africa before 1600*, University of Virginia Press.

VICENTE, Nsambu, (2018), *Toponímia de Luanda. Cosos de Ingombota e Mayanga*, Luanda : Edições Universitárias Tokoistas.

Ensino superior e património como visão global. O Politécnico de Lisboa como exemplo

Paulo Morais-Alexandre

Doutorado em Letras pela Universidade de Coimbra, Professor da ESTC, IPL, Pró-presidente para as Artes do Instituto Politécnico de Lisboa, Lisboa, Investigador do Centro de Investigação e de Estudos em Belas-Artes – CIEBA da Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa (pmorais@sp.ipl.pt)

Introdução

Embora de constituição relativamente recente, relembre-se que o IPL foi criado em 1979, pelo Decreto-Lei n.º 513/T - 79 de 26 de dezembro[1], esta instituição tem já um património assinalável. Efetivamente, desde o início que aglutinou unidades orgânicas em alguns casos seculares, que trouxeram o seu património material e imaterial, não sendo este último despiciendo, sendo paralelamente construído um património material e imaterial que já vai sendo relevante, pelo que se ensaia uma tentativa de levantamento desse mesmo património.

Património arquitetónico

Das unidades orgânicas que integraram o IPL na sua constituição, uma tinha um edifício absolutamente emblemático em termos arquitetónicos, a Escola Superior de Educação de Lisboa, com o edifício cuja construção foi iniciada a 10 de dezembro de 1916 da autoria de Arnaldo Adães Bermudes, inaugurado em 1919[2] (fig. 1).

Fig. 1 - Escola Superior de Educação de Lisboa (fot. GCI-IPL)

1. "Decreto-lei n.º 513/T - 79 de 26 de dezembro" in *Diário da República*. Lisboa : 1979, dezembro, 26, Série 1, suplemento 3, n.º 296, p. 3350-(63).

2. O professor Nuno Martins Ferreira está no presente a coordenar um projeto de investigação do Centro Interdisciplinar de Estudos Educacionais da Escola Superior de Educação de Lisboa com a designação de "Memória e Identidade: Investigação e Salvaguarda do património histórico da ESELx" que procura fazer a compilação de todos os dados existentes relativos à história do edifício, da qual já resultou a monografia *A Escola Normal Primária de Lisboa (1916-1930)*. Lisboa : Livros Horizonte, 2018.

O espaço onde funcionaram as Escolas Superiores das Artes após a fragmentação do Conservatório Nacional em cinco escolas diferentes, o antigo Convento dos Caetanos, da *Ordo Theatinorum*, é um edifício de grande relevância histórica e arquitetónica, tendo o seu projeto inicial sido da autoria de um dos mais importantes arquitetos do Barroco italiano, Guarino Guarini, que jamais seria realizado, antes sendo executado um projeto com risco de Pascoal Roiz Pacheco[3] e posteriormente com a sua adaptação a sede do Conservatório Nacional, sendo de relevar o seu Salão de Concertos com pinturas de José Malhoa[4], mas do qual já saíram todas as unidades orgânicas que integraram o politécnico, fazendo, no entanto, parte da sua história.

Outras estavam instaladas em edifícios sem grande relevância arquitetónica, como o ISCAL, num edifício cedido pelo Estado Português, ou a própria Unidade Residencial Maria Beatriz, cuja construção havia sido promovida pela Direção Geral do Ensino Superior.

Nos tempos mais recentes houve uma mudança de paradigma com a preocupação de construir novos e adequados edifícios, mas com relevância arquitetónica. Onde antes existia a instalação em edifícios onde o valor arquitetónico não era considerado particularmente relevante, antes se atendendo apenas à adequação das instalações, passou-se ao lançamento de concursos de arquitetura, do qual resultou até ao presente a construção de quatro edifícios de grande relevo e da autoria de arquitetos com obra muito significativa. Trata-se do edifício da Escola Superior de Teatro e Cinema da autoria do arquiteto Manuel Salgado, na Amadora (fig. 2) e dos edifícios da sede do Politécnico de Lisboa, da Escola Superior de Música (fig. 3) e Escola Superior de Comunicação Social (fig. 4), todos do arquiteto João Luís Carrilho da Graça. Registe-se que relativamente à sede da Presidência, o palacete é um muito bom exemplo de recuperação de um edifício antigo; o segundo dos edifícios deste arquiteto recebeu a menção honrosa do Prémio Valmor de 1993 e o terceiro recebeu o prémio Valmor de 2008, a evidência, sem dúvida, do seu valor patrimonial e cultural. No presente está em finalização o projeto do ISCAL, com a obra a ser lançada brevemente, também da autoria de Carrilho da Graça (fig. 5). Em 2004 foi integrada no Politécnico de Lisboa a Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa que está sediada num edifício da arquiteta Teresa França, inaugurado em 2002.

Há a certeza que alguns destes edifícios a breve trecho merecerão a declaração de imóveis de interesse público, já que têm relevância arquitetónica nacional, sendo importante a sua proteção[5].

Por fim, a Escola Superior de Dança havia sido instalada num edifício relevante em termos históricos, o local do nascimento de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Palácio dos Carvalhos, situado na rua do Século em Lisboa, mas, tal veio a revelar-se totalmente inadequado ao funcionamento de um estabelecimento de ensino superior, pelo que no presente se está a programar um concurso público internacional, ao qual concorrerão

3. Carolina Dionísio de Almeida. *O Edifício do conservatório Nacional (Lisboa) : Estudo Histórico e Arquitetónico*. Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura. Lisboa : Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, 2017, p. 67.

4. Ibidem, pp. 86-88.

5. "Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro" in *Diário da República*. Lisboa : 2001, setembro, 8, Série 1A, n.º 209, pp. 5808-5811.

certamente arquitetos com projetos muito relevantes e permitirá a construção de um edifício de grande valor arquitetónico, o qual enriquecerá não só o espólio do Politécnico de Lisboa, mas do país.

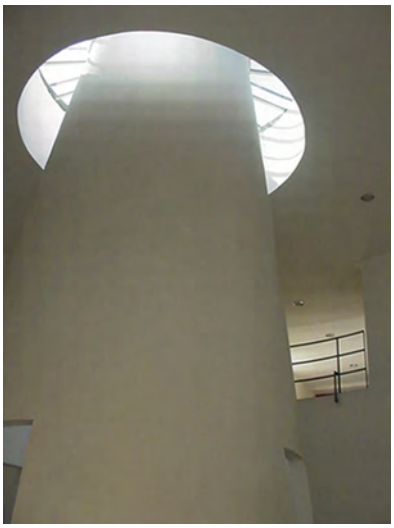


Fig. 2 - Escola Superior de Teatro e Cinema (fot. GCI- ESTC)

Fig. 3 – Escola Superior de Música de Lisboa (fot. GCI-IPL) / 4 - Escola Superior de Comunicação Social (fot. GCI-IPL)

História como património

A história das diferentes unidades orgânicas, em alguns casos seculares, deve obrigatoriamente ser vista como património que merece ser estudado. A própria genealogia das instituições pode e deve ser considerada como património histórico muito relevante[6].

6. A este respeito não pode ser deixado de considerar como referência o trabalho feito para os corpos do Exército Português pela Centro de Estudos da Direção do Serviço Histórico-Militar, onde foi plasmada uma metodologia de estabelecimento da linha genealógica e de atribuição de herança, que pode ser facilmente aplicada no caso em apreço. Veja-se a este respeito: AA. VV.. *Património Histórico dos Corpos Militares : Condecorações*. Lisboa : Direção do Serviço Histórico-Militar, 1986, AA. VV.. *Genealogia dos Corpos do Exército: Armas*. Lisboa: Direção do Serviço Histórico-Militar, 1991, AA. VV.. *Genealogia dos Corpos do Exército: Serviços*. Lisboa: Direção do Serviço Histórico-Militar, 1993. Adota-se aqui, obviamente com adaptações a metodologia proposta nas referidas obras: «[…] só o exame atento dos textos legais pode estabelecer com exactidão e rigor

Efetivamente pode-se considerar um património material, como se viu composto pelos edifícios que alojam as unidades orgânicas, bibliotecas, coleções, espólios, etc., mas existe também uma parte "moral" relativa às tradições históricas e que permite, no fundo, caraterizar a especificidade particular da cada escola ou instituto e que os diferenciam de todos os outros, nacional e internacionalmente[7], o que prefigura a existência clara de um património imaterial muito próprio e único. Ao estabelecer a linha genealógica, da forma mais rigorosa, foi tido em conta que, em alguns casos, a escola ou instituto mantêm todas as características do tempo da sua fundação, em outros casos estes serão fruto da transformação de uma instituição anterior ou, também, meramente herdeiros desse património.

Fig. 5 - Maqueta das futuras instalações do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (fot. António Belo)

A única unidade orgânica fundada em data posterior à criação do Politécnico de Lisboa foi a Escola Superior de Comunicação Social, tendo sido criada em 1987. Apesar de não

qual o exacto momento em que um Corpo foi criado, qual o seu percurso ou transformações sofridas e quando foi extinto […]. Quando, de todo em todo não tiver finda estabelecida essa continuidade é de admitir a existência de hipóteses credíveis, que sustentem historicamente a continuidade a estabelecer.» […] 0 critério adoptado não é fácil, exigindo a adopção de três princípios básicos: [/] 1. O historial de um CORPO abrange o período entre a sua criação e a sua extinção. [/]2. As transformações ocorridas ao longo do percurso, não afectam a sua identidade. [/] 3. 0 historial do Corpo termina, quando o Corpo, por diploma legal, é «extinto», «dissolvido» ou «desactivado». [/]7. Após a «extinção» do CORPO, deverá existir obrigatoriamente um diploma legal que designe outro Corpo existente, como Herdeiro, caso em que a atribuição é definitiva ou como Fiel Depositário, sendo neste caso, essa atribuição transitória; neste último caso o Corpo que se constituiu Fiel Depositário, apenas tem por missão a guarda e preservação do Património Histórico do Corpo Extinto.» Cit. *Genealogia dos Corpos do Exército: Armas*., …, s.p..

7. Ibidem, p. 5.

ter muitos anos de existência, tal não invalida que esteja já a constituir o seu património histórico, já que, ao ser a instituição de referência no Ensino Superior da Comunicação em Portugal e o parceiro preferencial de recrutamento para as empresas e organizações, pode já apresentar um conjunto significativo de *alumni* que ocupam cargos bem relevantes nas áreas profissionais da Escola, o mesmo se podendo dizer do corpo docente.

A Escola Superior de Dança nasceu em 1983, na mesma altura em que foram também criadas as Escolas Superiores de Música de Lisboa e de Teatro e Cinema, mas pode remontar a sua origem ao Conservatório Geral de Artes Dramáticas, criado por D. Maria II, sob proposta de Almeida Garrett. Efetivamente, no decreto de 1836 que cria o Conservatório da Arte Dramática é especificada a inclusão neste de «[…] três Escholas [sendo que a terceira é] a Eschola de Dança, Mimica, e Gymnastica especial.»[8], não existindo qualquer corte na linha de ensino até ao presente, sendo de registar a criação no ano de 1987 da Escola de Dança do Conservatório Nacional que deriva do mesmo tronco, mas que, embora integre unidades curriculares de dança, confere estudos na área de formação geral, do 2.º ciclo até ao fim do Ensino Secundário e não graus académicos.

A Escola Superior de Educação de Lisboa embora criada em 1985 tem como património o espólio da Escola Normal Primária de Lisboa fundada em 1862, exclusivamente para alunos do sexo masculino e da Escola Normal Feminina, de 1866. Estes dois estabelecimentos de ensino viriam a fundir-se em 1914 e, em 1919, passariam ao edifício, no atual campus de Benfica do IPL, onde ainda no presente funciona a instituição. Transformada em Escola do Magistério Primário de Lisboa em 1930, seria encerrada entre 1936 e 1943, perdendo-se algo do que vinha da 1.ª República, quer em termos pedagógicos, quer em termos ideológicos. A revolução de 1974 traria também profundas alterações, mas jamais se romperia uma ligação permanente que remonta ao terceiro quartel do século XIX. Seria integrada no Instituto Politécnico de Lisboa, logo no diploma legal que funda este[9].

6 – Orquestra de Sopros da Escola Superior de Música de Lisboa (fot. GCI-IPL)

8. Cit. "Decreto de 15 de Novembro de 1836" in *Diário do Governo*. Lisboa : 1836, novembro, 17, n.º 273, p. 1275.

9. Dec cit., Artigo n.º 11., p. 3350-(63)

A Escola Superior de Música de Lisboa, nascida, como se viu em 1983 e integrada no Politécnico de Lisboa dois anos depois, é, da génese das escolas das Artes do Politécnico de Lisboa, a mais antiga já que se pode considerar que a sua raiz está, efetivamente, na Escola da Capela Real de Lisboa criada por D. João V em 1713, depois Seminário da Igreja Patriarcal que deu origem, em 5 de Maio de 1835[10], ao Conservatório de Música estabelecido na Casa Pia de Lisboa, por decreto da Rainha D. Maria II, sendo Ministro dos Negócios do Reino Agostinho José Freire. O decreto era claro em estabelecer uma ligação entre as duas instituições, quando expressava que este vinha substituir aquele, com transferência e aplicação das verbas de uma para outra instituição, com igual passagem do "Cartorio da musica" e do vencimento do corpo docente[11]. Posteriormente o Conservatório de Música seria integrado como Escola de Música no Conservatório Geral de Artes Dramáticas, criado por D. Maria II, sob proposta de Almeida Garrett[12], mantendo aliás o seu diretor João Domingos Bontempo, que acumulava as funções de presidente do Conselho de Direção do Conservatório[13]. Pode-se ainda considerar que os agrupamentos que a Escola constituiu, como as suas Orquestras, Sinfónica, de Sopros da ESML, de Jazz, as Cameratas Gareguin Aroutiounian e de Sopros Silva Dionísio se constituem já como um património relevante.

A Escola Superior de Teatro e Cinema resulta também de uma transformação do Conservatório, mais concretamente[14]. No departamento de Teatro da ESTC a partir da reforma do Conservatório liderada por Madalena Azeredo Perdigão fizeram parte do corpo docente vários dos mais importantes responsáveis pela grande transformação que o Teatro em Portugal sofreu na segunda metade do século XX. Diretores de importantes companhias teatrais como João Mota, da Companhia de Teatro da Comuna, João Brites da Companhia de Teatro o Bando ou José Peixoto da Companhia de Teatro do Aloés, mas também atores tão significativos como Glicínia Quartin que integrava a Companhia e Teatro da Cornucópia, Anna Paula da Companhia de Teatro Experimental de Cascais ou Glória de Matos, ou importantes encenadores como Jorge Listopad, primeiro presidente da escola, formaram uma nova geração, responsável por uma parte muito significativa do atual panorama teatral português como Joana Craveiro da Companhia de Teatro do Vestido, Mónica Calle da

10. Cf. *Estatutos do Real Seminário da Santa Igreja Patriarcal*, 1764, agosto, 23. Biblioteca Nacional de Portugal, COD. 3693. Disponível em: http://purl.pt/26501. Acedido em 2018, junho, 8.

11. «Desejando Eu promover a arte de musica, e fazer aproveitar os talentos, que para ella apparecem, principalmente no grande numero de Órfãos, que se educam na Casa Pia: Hei por bem Decretar que o Seminário da extincta Igreja Patriarchal seja substituído por um Conservatório de Musica […]

Art. 3.º O Cartório da musica, que provisoriamente tinha passado do referido Seminário para a Bibliotheca Publica da Corte, fará parte do Cartório deste Estabelecimento, […]

Art. 10.º A primeira Aula do Conservatório será regida por José Theodoro Hygino da Silva, Mestre da Casa Pia; a segunda por Francisco Hukenbuk; a terceira por José Avelino Canongia; a quarta por João Jordani; a quinta pelo Presbyteto José Marques; e a sexta por António José Soares, os quaes todos terão os mesmos vencimentos que percebiam os do extincto Seminário.» "Decreto de 5 de Maio de 1835" in *Collecção de Leis e outros Documentos Officiaes*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1837, pp. 146-147.

12. Decreto citado.

13. Veja-se ainda a este respeito o texto de Joaquim Carmelo Rosa. "Depois de Bomtempo: A Escola de Música do Conservatório Real de Lisboa nos anos de 1842 a 1862" in *Revista Portuguesa de Musicologia*. Lisboa : 2000, n.º 10, pp. 83-116.

14. Veja-se a este respeito Eugénia Vasques. *A Escola de Teatro do Conservatório (1839-1901) : contributo para uma história do Conservatório de Lisboa*. Lisboa : Gradiva, 2012

Casa Conveniente, Miguel Seabra do Teatro Meridional, Pedro Penim do Teatro Praga, entre vários outros e que em alguns casos já integra a escola em termos docentes, como Carlos Pessoa do Teatro da Garagem e em alguns casos são estes formados pela ESTC que constituem o corpo docente de novas escolas que entretanto surgiram como o caso de Joana Craveiro ou de Diogo Dória a lecionar no curso de Teatro da Escola Superior de Artes Decorativas do Politécnico de Leiria. O mesmo se passando na esfera da Cenografia onde importantes cenógrafos como António Casimiro, Vera Castro ou António Lagarto deram um contributo e uma continuidade à escola, onde hoje lecionam Mariana Sá Nogueira da Companhia Cão Solteiro ou João Calixto da Circolando - Coop. Cultural crl. Em 1971 houve uma evolução importante do Conservatório Nacional de Lisboa com a criação no seu seio da Escola Piloto para Formação de Profissionais de Cinema no Conservatório Nacional de Lisboa. Esta iniciou a atividade dois anos depois e viria posteriormente a ser transformada no departamento de Cinema da ESTC. Esta estrutura pode orgulhar-se de ter um património absolutamente único não só no panorama nacional, mas até internacional. Na "Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial", logo no parágrafo primeiro do Artigo 2.º é claramente expresso que se entende por «[…] "património cultural imaterial" as práticas, representações, expressões, conhecimentos e aptidões – bem como os instrumentos, objectos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, os grupos e, sendo o caso, os indivíduos reconheçam como fazendo parte integrante do seu património cultural. Esse património cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio, da sua interacção com a natureza e da sua história, incutindo-lhes um sentimento de identidade e de continuidade, contribuindo, desse modo, para a promoção do respeito pela diversidade cultural e pela criatividade humana.»[15] Ora é exatamente isso que é feito nesta instituição. Efetivamente há uma Escola de Cinema, designada normalmente como "escola portuguesa" que não designa «[…] uma organização que ministra um ensino colectivo.» mas antes um modo comum e reconhecível de fazer Cinema, caracterizado por uma marcada autoria e «[…] por uma tradição de baixos orçamentos, frágeis condições de produção e por uma metodologia de desenvolvimento de projectos onde se destaca o improviso de soluções e a adaptabilidade a surpresas adversas resultantes desses factores […]»[16]. Mais recentemente Haden Guest, director do Harvard Film Archive, apura mesmo o conceito passando à designação de "The School of Reis", marcando a influência deste realizador num grupo de cineastas, todos oriundos da Escola Superior de Teatro e Cinema, onde pontuam entre outros Vítor Gonçalves, Pedro Costa, Manuel Mozos, Manuela Viegas, João Canijo, Ana Luísa Guimarães, sendo que alguns destes integraram os quadros docentes da instituição e formaram os cineastas das gerações seguintes que mantêm as características, podendo ser citados realizadores como João Pedro Rodrigues, Miguel Gomes, Marco Martins, João Salaviza. Mais recentemente

15. "Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial". Paris : UNESCO Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2003, outubro, 17. Disponível em: http://www.gepac.gov.pt/bd-relacoes-internacionais/relacoes-multilaterais/unesco/legislacao-210-doc.aspx?v=ce4065c9-c815-4448-a67c-8d0df90a8034. Acedido em 2018, junho, 6, p. 4.

16. João Maria Mendes. *Sobre a "escola portuguesa" de cinema*. Amadora : Escola Superior de Teatro e Cinema, 2017, p. 7.

David Pinheiro Vicente com a obra *Onde o Verão Vai – Episódios da Juventude* esteve em competição no Berlinale – Berlin International Film Festival e *Amor, Avenidas Novas,* realizada por Duarte Coimbra foi incluído na seleção oficial da *Semaine de La Critique do Festival de Cannes*. Ambas as obras foram produzidas na Escola Superior de Teatro e Cinema, estando, pois, garantida uma continuidade de um modo de ensinar e produzir cinema muito próprio e específico, que se prolonga no tempo, o que sem dúvida enforma uma situação clara de um importante património imaterial que importa preservar.

A Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa deriva da Escola Técnica dos Serviços de Saúde de Lisboa que havia resultado da transformação do Centro de Formação de Técnicos Auxiliares dos Serviços Complementares de Diagnóstico e Terapêutica de Lisboa, integrando o Politécnico de Lisboa no dia 21 de julho de 2004. No presente está criado um Grupo de Interesse da História da ESTeSL e das Ciências e Tecnologias da Saúde (GI-HCTS/ESTeSL), que tem não só o desiderato de estudar a história da unidade orgânica, mas até promover o estudo da história das profissões de diagnóstico e terapêutica e tornar a ESTeSL como parceiro na rede de interesses no âmbito do estudo da história da saúde no plano nacional e internacional[17].

O Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa é das unidades orgânicas cujas origens são mais antigas, embora o seu percurso não seja tão linear como o das escolas artísticas. A sua génese pode remontar à Aula do Comércio, fundada pelo marquês de Pombal em 1759, o primeiro estabelecimento governamental de ensino de contabilidade[18]. Em 1866 seria criada a Escola de Comércio de Lisboa que, em 1869, perderia a sua autonomia com a integração no Instituto Industrial e Comercial de Lisboa[19]. Não obstante o decreto do Ministério do Fomento datado de 25 de Maio de 1911, altura em que o Instituto Industrial e Comercial de Lisboa foi dividido «[…] em duas escolas inteiramente autonomas, o Instituto Superior de Commercio […] e o Instituto Superior Technico […]»[20], o ensino médio prosseguiria, sob a designação de "Secção secundária do extinto Instituto Industrial e Comercial de Lisboa"[21], sendo posteriormente designada por Escola de Construções, Indústria e Comércio, dividida «[…] em duas secções denominadas: Secção Industrial e Secção Comercial […]»[22], sendo a continuidade provada

17. Cf. "História da ESTeSL e das Ciências e Tecnologias da Saúde" *in Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa. Página da Internet*. Disponível em https://www.estesl.ipl.pt/investigacao/grupos-de-interesse/historia-da-estesl-e-das-ciencias-e-tecnologias-da-saude. Acedido em 2018, maio, 2.

18. Lima Rodrigues, Lucia e Gomes, Delfina e Craig, Russell. "Aula do Comércio: Primeiro estabelecimento de ensino técnico profissional oficialmente criado no Mundo?" 2011. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/228866666_Aula_do_Comercio_Primeiro_estabelecimento_de_ensino_tecnico_profissional_oficialmente_criado_no_Mundo. Acedido em 2018, maio, 22.

19. Cf. António Manuel Matoso Martinho. "A criação do ensino industrial em Portugal" in *Máthesis*. Viseu : Universidade Católica Portuguesa, 2006, n. 15. p. 64. Disponível em https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/23570/3/Mathesis15_artigo4.pdf?ln=pt-pt. Acedido em 2018, Junho, 15. Cf. "Decreto de 30 de Dezembro de 1869" in *Diário do Governo*. Lisboa : 1870, janeiro, 1, n.º 1.

20. "Decreto" in *Diário do Governo*. Lisboa : 1911, Maio, 25, 1.ª série, n.º 121, p. 2118.

21. "Rectificação ao decreto n.º 5029 (organização do ensino industrial e comercial), inserto no Diário do Governo n.º 263, de 5 de Dezembro de 1918, e nova publicação do relatório que precedeu o referido decreto" in *Diário do Governo*. Lisboa : 1919, Janeiro, 7, 1.ª série, n.º 4, p. 32.

22. Cit. "Decreto n.º 954 de 15 de Outubro de 1914" in *Diário do Governo*. Lisboa : 1914, Outubro, 15, p. 990.

pela transferência dos alunos e do próprio «[…] pessoal docente, auxiliar e menor […]»[23], o que evidenciava que não se extinguia uma linha genealógica. Um decreto de 1 de Dezembro de 1918 estabelecia que «A secção comercial da antiga Escola de Construcções, Indústria e Comércio passará a constituir o Instituto Comercial de Lisboa.» [24]. Uma outra evidência que há efetivamente uma ligação entre as várias Escolas referidas está no fundo antigo da Biblioteca do ISCAL, composto por obras oriundas das quatro instituições: Aula do Comércio, Instituto Industrial e de Comércio de Lisboa, Instituto Superior de Comércio e o Instituto Comercial de Lisboa[25].

A génese do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa está no Instituto Industrial de Lisboa criado em 1852 por decreto da rainha D. Maria II[26]. Esta instituição viria a ser alargada e mudaria de designação para Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, em 1869, devido à integração da Escola Comercial de Lisboa[27]. A evolução genealógica desta unidade orgânica foi, a partir de então e até ao ano de 1918, paralela à do ISCAL, altura em que um decreto, datado de 1 de Dezembro, estabelecia que «A secção industrial da antiga Escola de Construcções, Indústria e Comércio passará a constituir o Instituto Industrial de Lisboa.»[28]. Em 1974, o "Decreto-Lei n.º 830/74 de 31 de Dezembro" viria a reconverter os «[…] os institutos industriais em escolas superiores, que passam a ser designadas por institutos superiores de engenharia.»[29], com um notável ganho para o país. Registe-se que eram «[…]escolas de nível universitário [… e] Neles se conferem os graus de bacharelato, licenciatura e doutoramento»[30]. Não obstante, em 1988, viria o ISEL a ser integrado no ensino politécnico, no Instituto Politécnico de Lisboa[31], embora esteja estruturado para poder ministrar os três ciclos mal a legislação o permita.

Acervos e espólios

Como se viu anteriormente, todas as unidades orgânicas vêm constituindo acervos ou recebendo espólios em alguns casos muito relevantes. Desde logo impõe-se a menção ao relevante património bibliográfico[32] das unidades orgânicas, que reúnem em alguns casos

23. Cit. Ibidem, p. 997.

24. "Decreto n.º 5029" in Diário do Governo, Lisboa : 1918, Dezembro, 5, 1.ª série, n.º 263, p. 2010.

25. "Biblioteca" in *ISCAL – Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa. Página da Internet*. Disponível em: https://www.iscal.ipl.pt/index.php/recursos/biblioteca. Acedido em 2018, junho, 26.

26. "Decreto de 30 de Dezembro de 1852" in *Diário do Governo*, Lisboa : 1853, janeiro, 1 apud António Manuel Matoso Martinho, ob. cit., p. 63.

27. Cf. Isabel Maria de Carvalho Gonçalves Borges. *Testemunhos Museológicos e sua Habitabilidade no ISEL as Colecções Museológicas do Instituto Industrial de Lisboa : ISEL, Origem, História e sua Apresentação*. Lisboa : Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa, 2009, pp. 11-12.

28. "Decreto de 1 de Dezembro de 1918" in *Diário do Governo*, Lisboa: 1918, dezembro, 5, 1.ª série, n.º 263, p. 2109.

29. "Decreto-Lei n.º 830/74 de 31 de Dezembro" in *Diário da República*. Lisboa : 1974, dezembro, 31, 1.ª série, n.º 303, p. 1670-(195)

30. Ibidem, p. 1670 (196)

31. "Decreto-lei n.º 389/88 de 25 de Outubro" in *Diário da República*. Lisboa : 1988, outubro, 25, 1.ª série, n.º 247, pp. 4342-4343.

32. Sobre a legislação relativa ao património bibliográfico veja-se a "Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro" in *Diário da República*. Lisboa : Imprensa Nacional /Casa da Moeda, 2001, setembro, 8, 1.ª série-A, n.º 209, p. 5824.

importantes coleções, fundos e até espólios, que no caso do IPL estão inventariados e acessíveis ao público através de catálogos disponíveis on-line.

Não pode deixar de se referir importante acervo Museológico de Física do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, cujo inventário está publicado em cd[33] e que, por protocolo assinado com a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, está depositado e exposto no Museu da Ciência de Lisboa. Tem ainda o ISEL um interessante espólio museológico na esfera Mineralogia, derivando da introdução nos currículos académicos de unidades curriculares de Geologia e Mineralogia, o que levou à formação de uma coleção não excecional, mas de enorme relevo pedagógico (fig. 7), sendo também de referir um núcleo significativo de objetos, dos quais se cita apenas o Microscópio Petrográfico de Mineralogia[34].

7 - Museu de Mineralogia do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa (fot. GCI-IPL)

Também a Escola Superior de Dança recebeu algumas doações, nomeadamente aquando da extinção da Companhia de Ballet da Fundação Calouste Gulbenkian, sendo de destacar a de Gagik Ismailian, com uma doação relevante dos figurinos de sete espetáculos que o referido coreógrafo havia coreografado[35] e que merecem a realização de uma exposição a eles dedicada.

A biblioteca da Escola Superior de Teatro e Cinema preserva o acervo histórico do Conservatório Real de Lisboa, no que ao Teatro diz respeito, iniciado na primeira metade do século XIX por Almeida Garrett, bem como algum espólio proveniente do Teatro do Gymnasio Dramático e Teatro Nacional D. Maria II, acervo esse composto por livros, onde se podem encontram edições raras e primeiras edições, revistas periódicas, documentos de funcionamento da instituição, correspondência, bem como peças de teatro manuscritas, datadas dos séculos XVIII, XIX e XX, que, embora tendo passado por um

33. *Da Physica à Engenharia : Catálogo do Museu de Física do ISEL*. Lisboa : ACF/ISEL, 2005. CD-ROM.

34. O património do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa mereceu já uma dissertação de mestrado: Isabel Maria de Carvalho Gonçalves Borges , ob. cit..

35. Correspondem a: "Gahvoreh" (O Berço) - Figurinos de Nuno Corte Real; "Grito dos Anjos", figurinos de António Carreteiro; "Momentum", figurinos de Gagik Ismailian; "Convivaldi", figurinos de Jasmim de Matos; "18 minutos de morte" e "Dedicado a" para workshop do Ballet Gulbenkian, figurinos de Gagik Ismailian; "Adeus...e nem voltei", figurinos de António Carreteiro; "Paixão", figurinos masculinos de António Carreteiro.

devastador incêndio, foram preservadas. A biblioteca recebeu já o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian para dois projetos de conservação, digitalização e difusão do seu espólio, o primeiro em 2013/2014 relativo ao acervo de peças de Teatro Manuscritas dos Séculos XVIII e XIX, que está no presente disponibilizado na página da biblioteca da Escola[36]. O segundo em 2016 /2017 relativo ao Repertório de Teatro Português (séculos XIX-XX) também está já disponibilizado on-line na já referida ligação. Paralelamente prepara-se no presente a fixação paleográfica, estudo e publicação das primeiras peças conhecidas de Teatro de Revista, datadas de 1851 (fig. 8), 1852 e 1853.

Fig. 8 - Fac-símile do frontispício da primeira peça de Teatro de Revista, 1851 (Digitalização Luísa Marques)

A biblioteca da Escola Superior de Teatro e Cinema vem ainda sendo enriquecida com doações e aquisições, das quais se destaca a do espólio do crítico, dramaturgo e tradutor de teatro Carlos Porto, em parte adquirido pelo Politécnico de Lisboa, em parte legado pela viúva. De sublinhar também a aquisição pelo Politécnico de Lisboa de uma parte do espólio do ator, dramaturgo e encenador Costa Ferreira, que chegou a ser Professor da Escola de Teatro do Conservatório. Tem vindo a ser doado pela Professora Eugénia Vasques, crítica de teatro do semanário *Expresso* durante duas décadas, um riquíssimo espólio fotográfico e documental, constituído por livros, programas de espetáculo, revistas periódicas, traduções de peças estrangeiras não publicadas e fotografias de espetáculo. Na área do cinema, é de assinalar, entre a doação da biblioteca do realizador e professor da ESTC, Alberto Seixas Santos.

36. Disponível em https://estc.biblio.ipl.pt/cgi-bin/koha/opac-search.pl?idx=su%2Cwrdl&q=gulbenkian&idx=kw&idx=kw&do=Pesquisar&limit=mc-itype%2Cphr%3AMAN&sort_by=pubdate_asc. Acedido em 2018, Maio, 25.

O Centro de Documentação da Escola Superior de Música de Lisboa começou a constituir o seu acervo documental no mês de maio de 1835, com a criação do Conservatório de Música (Conservatório de Lisboa), sito na Rua dos Caetanos sito na Rua dos Caetanos e, no decreto da sua constituição pode ler-se no art.º 8, "O cartório da musica, que provisoriamente tinha passado do referido Seminario para a Bibliotheca Publica da Côrte, fará parte do Cartorio deste Estabelecimento, e será augmentado pelo Director Geral com todas as peças notaveis dos auctores modernos, assim nacionais como estrangeiros". Passou por várias vicissitudes, nomeadamente o devastador incêndio do edifício da rua dos Caetanos. Esta importante coleção de espécies manuscritas e impressas, dos séculos XII a XIX, do acervo histórico do Centro de Documentação foi, na sua maioria, levada e integrada no acervo da Biblioteca Nacional, nos anos 90 do século XX[37]. Recentemente foi enriquecida com a doação de vários espólios dos quais, pela sua importância se destaca a entrega pela Direção Geral das Artes de um número muito significativo de partituras, a doação de Costanza Ronchetti de livros e partituras, ou da professora Maria Cristina Pimentel, também de livros e partituras. A constituição de um espólio de instrumentos musicais é também relevante, podendo ser referida a doação de um órgão da autoria de Dinarte Machado, um dos mais importantes organeiros portugueses. Não obstante, a escola não vive só do passado e considera-se que um importante espólio está no presente a ser constituído em *open source*: o projeto designado como *Portef*ólio coordenado pelo professor Carlos Caires e que visa o estabelecimento de uma base de dados constituída por obras compostas por estudantes de Composição da licenciatura e mestrado da ESML, que tenham sido apresentadas publicamente.[38]

Conclusão

Tem, pois, o Instituto Politécnico de Lisboa um riquíssimo património não só material, mas também imaterial, que deriva da especificidade das suas unidades orgânicas, com uma história riquíssima, em alguns casos sem paralelo em termos nacionais e até internacionais, que importa preservar, estudar e divulgar, mas não se pode também perder a preocupação que deve existir em constituir e criar novas formas de património, designadamente através do desenvolvimento de novos programas arquitetónicos, sendo disso o Instituto exemplar, nomeadamente através da construção de edifícios que são e serão peças muito relevantes do espaço arquitetónico contemporâneo e como tal premiadas, através da constituição de novas formas de património, como o evidencia o projecto *Porfolios*. Registe-se por fim que, na diversidade dos saberes de que é composto, tem também denominadores comuns, evidenciados também na forma como se relaciona não só com as questões patrimoniais, mas sobretudo nas suas duas prioridades, o Ensino e a Investigação e que tão bem são conjugados na sua divisa: *VBI SCIENTIA ET ARS, IBI SAPIENTIA ET PRAXIS*.

37. Cf. "Colecções especiais" in página da *Biblioteca Nacional de Portugal*. *Página da Internet*. Disponível em: http://www.bnportugal.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=116&Itemid=148&lang=pt. Acedido em 2018, junho, 20.

38. Disponível em: https://portfolios.esml.ipl.pt/. Acedido em 2018, junho, 19.

Referências

"Biblioteca" in *ISCAL – Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa. Página da Internet.* Disponível em: https://www.iscal.ipl.pt/index.php/recursos/biblioteca. Acedido em 2018, junho, 26.

"Colecções especiais" in *Biblioteca Nacional de Portugal. Página da Internet*. Disponível em: http://www.bnportugal.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=116&Itemid=148&lang=pt. Acedido em 2018, junho, 20.

Collecção de Leis e outros Documentos Officiaes. Lisboa: Imprensa Nacional, 1837

"Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial". Paris: UNESCO Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2003, Outubro, 17. Disponível em: http://www.gepac.gov.pt/bd-relacoes-internacionais/relacoes-multilaterais/unesco/legislacao-210-doc.aspx?v=ce4065c9-c815-4448-a67c-8d0df90a8034. Acedido em 2018, junho, 6

Da Physica à Engenharia : Catálogo do Museu de Física do ISEL. Lisboa : ACF/ISEL, 2005. CD-ROM

Diário da República. Lisboa

Diário do Governo. Lisboa

Estatutos do Real Seminário da Santa Igreja Patriarcal, 1764, Agosto, 23. Biblioteca Nacional de Portugal, COD. 3693. Disponível em: http://purl.pt/26501. Acedido em 2018, junho, 8.

"História da ESTeSL e das Ciências e Tecnologias da Saúde" in *Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa. Página da Internet. Disponível em https://www.estesl.ipl.pt/investigacao/grupos-de-interesse/historia--da-estesl-e-das-ciencias-e-tecnologias-da-saude. Acedido em 2018, maio, 2*

AA. VV.. *Genealogia dos Corpos do Exército: Armas*. Lisboa : Direção do Serviço Histórico-Militar, 1991

AA. VV.. *Genealogia dos Corpos do Exército: Serviços*. Lisboa : Direção do Serviço Histórico-Militar, 1993

AA. VV.. *Património Histórico dos Corpos Militares : Condecorações*. Lisboa : Direcção do Serviço Histórico-Militar, 1986

ALMEIDA, Carolina Dionísio de. *O Edifício do conservatório Nacional (Lisboa) : Estudo Histórico e Arquitetónico*. Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura. Lisboa : Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, 2017

BORGES, Isabel Maria de Carvalho Gonçalves Borges. *Testemunhos Museológicos e sua Habitabilidade no ISEL as Colecções Museológicas do Instituto Industrial de Lisboa : ISEL, Origem, História e sua Apresentação*. Lisboa : Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa, 2009

FERREIRA, Nuno Martins Ferreira. *A Escola Normal Primária de Lisboa (1916-1930)*. Lisboa : Livros Horizonte, 2018.

MARTINHO, António Manuel Matoso. "A criação do ensino industrial em Portugal" in *Máthesis*. Viseu, 2006, n.º 15. Disponível em https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/23570/3/Mathesis15_artigo4.pdf?ln=pt-pt. Acedido em 2018, junho, 15.

MENDES, João Maria. *Sobre a "escola portuguesa" de cinema*. Amadora : Escola Superior de Teatro e Cinema, 2017

RODRIGUES, Lucia Lima; RODRIGUES, Gomes Lima; RUSSEL, Delfina e RUSSEL, Craig. "Aula do Comércio: Primeiro estabelecimento de ensino técnico profissional oficialmente criado no *Mundo?" 2011*. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228866666_Aula_do_Comercio_Primeiro_estabelecimento_de_ensino_tecnico_profissional_oficialmente_criado_no_Mundo. Acedido em 2018, maio, 22.

RODRIGUES, Rui Manuel Pires (orient. MELO, Isabel Maria Alves de Carvalho de). *Do ensino industrial ao ensino da engenharia*. Lisboa : ISEL (edição policopiada), 2017

ROSA, Joaquim Carmelo. "Depois de Bomtempo: A Escola de Música do Conservatório Real de Lisboa nos anos de 1842 a 1862" in *Revista Portuguesa de Musicologia.* Lisboa : 2000, n.º 10

VASQUES, Eugénia. *A Escola de Teatro do Conservatório (1839-1901) : contributo para uma história do Conservatório de Lisboa.* Lisboa : Gradiva, 2012

AGRADECIMENTOS

Mestra Luísa Marques, Dr.ª Teresa Martins, Gabinete Comunicação IPL, professor doutor António Silvestre, Dr.ª Isabel Maria Alves de Carvalho de Melo.

Os recintos amuralhados da Província da Huíla. Elementos para um futuro projeto de investigação

Soraia Santos Ferreira
Diretora do Museu Regional da Huíla/Docente ISCED-Huíla

Introdução

Falar de investigação arqueológica na Província da Huíla é, ainda, prematuro. A bibliografia disponível e, até ao momento, consultada aponta os anos 50, 60 e 70 do século XX como os mais produtivos no que diz respeito a trabalhos de campo que culminaram na identificação e registo de inúmeros sítios de interesse arqueológico na região.

O interesse pelo estudo dos amuralhados surge em 2013, ano em que, ao desfolhar a separata do Boletim da Câmara Municipal de Sá da Bandeira, nº 38 (1975) tomei conhecimento da existência do Recinto amuralhado do *Eleu*. A mesma separata, embora se centre no levantamento e descrição do *Eleu*, faz referência à existência de outros recintos na Província da Huíla.

Nesta busca de informação acabei por encontrar e consultar, para além do Boletim de Sá da Bandeira, os artigos de António de Almeida e Camarate França, Adriano Vasco Rodrigues e Vitor Oliveira Jorge que, fazem, igualmente, referência aos amuralhados. A obra de Carlos Ervedosa, *Arqueologia Angolana* de 1980 é igualmente uma referência nesta matéria.

António Almeida e Camarate França, por exemplo, publicam, em 1960, o artigo, "Recintos Muralhados de Angola" como resultado de levantamentos efetuados no âmbito das Missões Antropobiológicas de Angola em 1955 revelando a existência de cinco amuralhados na zona administrativa de Capelongo, Matala - amuralhados do *Oci, Txipunda Txa Njimbo, Cuacanda, Muomena e Camunengue*, referindo ainda o amuralhado do *Kola* e de *Galangue*.

Em "Construções Bantas de Pedra", Adriano Vasco Rodrigues, 1968, identifica a região de Sá da Bandeira, atual Lubango, como uma região onde foram identificados numerosos recintos amuralhados, utilizando como exemplo o amuralhado do Oci, ao qual se refere como "a grande cidade triangular do *Ossi*", descrita anteriormente por António Almeida e Camarete França referindo-se ainda aos de *Txipunda Txa Njimbo, Cuacanda, Muomena, Camunengue, Negola* e *Jau*.

> " Em Angola foram detectados recintos fortificados na região de Sá da Bandeira (…)
> Dos recintos fortificados, que ocupam área mais vasta distingue-se a chamada cidade triangular do Ossi, localizada na confluência do rio Cunene e a Mulola do Hossi a qual foi objecto de uma noticia de António Almeida e Camarate França. Nessa região conhecem-se outras fortificações. Não menos importante é a do Jau… (Rodrigues, 1968, p.170)

Porém, é apenas com as informações disponibilizadas no artigo de Vitor Oliveira Jorge, 1978, "Alguns elementos para o Estudo dos Recintos Muralhados do Planalto da Humpata (Região Huíla, Sudoeste de Angola)" que se começa a ter uma noção mais ou menos definida, quer do número de recintos existentes nesta região quer da sua dispersão no território.

Vitor Oliveira Jorge, em levantamentos levados a cabo nos anos 70 do Século XX identifica 19 recintos distribuídos pelos Municípios do Lubango, Humpata e Chibia.

Em 1975, para o enquadramento da sua pesquisa, os autores da Separata do Boletim de Sá da Bandeira, Manuel Ribeiro, José Moreira, João Ribeiro e Fernando Loureiro fazem um apanhado de informações recolhidas de diversas fontes que referem igualmente a existência de amuralhados na região. Embora tenham tido o Eleu como foco da pesquisa, os autores acabam por mencionar a existência de outros 11 recintos.

Carlos Ervedosa por sua vez refere-se mais concretamente aos amuralhados do *Eleu, Daundo, Ossi e Txipunda Txa Njimbo.*

É importante referir que a recolha de informações não se esgota nos artigos e obras aqui referidos, estando a pesquisa numa fase muito inicial. No entanto, a bibliografia e as informações orais de que dispomos, até ao momento, confirmam a existência de grande parte dos recintos havendo a necessidade de confirmação destas informações no terreno.

Esta corresponde à primeira fase de um trabalho de levantamento exaustivo que se pretende levar a cabo no futuro com o objetivo de identificar e estudar todos os recintos existentes nesta região.

Os grandes objetivos da investigação passam pela necessidade de trazer à luz o número exato de recintos existentes na Província da Huíla, de perceber a sua distribuição geográfica, de fazer sua georreferenciação e mapeamento, de responder às questões: quem, quando e por que razão foram os recintos edificados e de perceber se a técnica construtiva usada foi a mesma em todos os amuralhados. A definição de estratégias que visem a preservação e divulgação deste património serão igualmente objetivos a atingir.

Quantos e onde se localizam os amuralhados?

As informações fornecidas pela bibliografia permitiram perceber que existe uma grande concentração de amuralhados na Província da Huíla, e, embora ela nos dê pistas relativamente à localização de alguns, a grande maioria está identificada apenas com os nomes pelos quais são conhecidos.

Houve então necessidade de saber, por um lado, quantos amuralhados estão identificados na bibliografia e, por outro, tentar localizá-los no espaço, enquadrando-os, inicialmente, nas suas zonas administrativas.

Com esse duplo objetivo realizou, Felisberto Nicolau, estudante do ISCED-Huíla (Instituto Superior de Ciências da Educação – Província da Huíla), em 2015, no âmbito da sua monografia de fim de curso, uma investigação cujo resultado revelou estarmos perante trinta e quatro recintos distribuídos pelos Municípios da Humpata, Huíla, Chibia, Lubango, Caconca, Matala, Quilengues, Cuvango, Caluquente e Chiange.

Destes, foi possível perceber, também, que o Município da Chibia, mais concretamente a comuna do Jau, é o que maior número de recintos concentra, com 17 amuralhados - o do *Eléu,* o de *Ococapunda, Umpah, Nancopo, Canga, Calondo, Munhere, Ompunda-*

-yomuti, Quetemo, Bome Cavambo, Pocolo, Mulemba, Dangala, Cangalonge, Cangalongue I e Cangalongue II. Seguidamente surge o Município da Matala, zona de Capelongo, onde foram identificados cinco recintos - o do Óssi, *Txipunda Txa Njimbo, Cuacanda, Muonema e Camunengue*. Os restantes recintos encontram-se dispersos pelos Municípios da Humpata, com três, *Elumbi, Bianda e Camúcua*; Lubango, com dois, o amuralhado I e II da Huíla; Caconda, com dois, *Uaba* e *Bissapa;* Quilengues, com dois de *Daundo e Negola*; Caluquembe, com um, o do *Kola*; Chiange, com um, o amuralhado do *Chiange* e Cuvango com um, o amuralhado de *Galangue* (ver figura 1 e 2).

Fig. 1 - Mapa de Angola com destaque para a Província da Huíla assinalada a verde

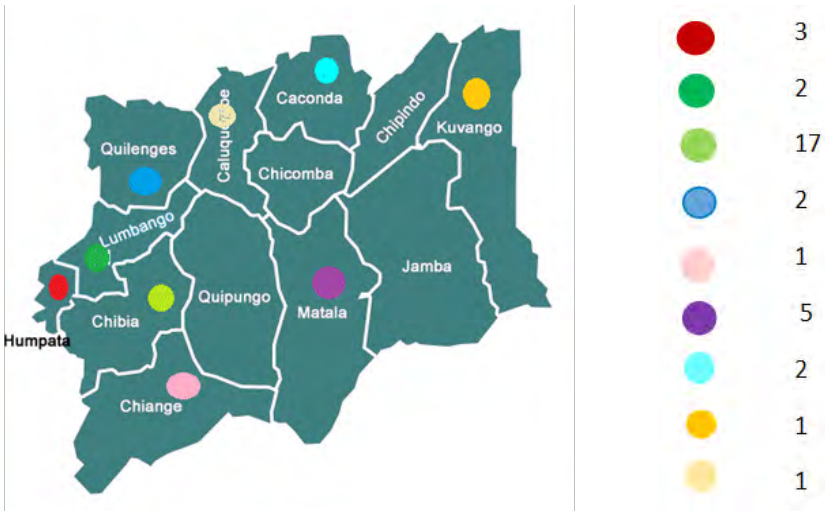


Fig. 2 - Mapa da Província da Huíla onde estão assinaladas os Municípios onde se encontram os amuralhados

Estas são localizações gerais às quais será necessário associar as respetivas coordenadas geográficas obtendo, assim, a localização exata de cada amuralhado, procedendo ao seu mapeamento.

Ainda relativamente ao número de recintos pensa-se que poderão existir outros ainda por identificar.

Oliveira Jorge chega mesmo a admitir que o número de recintos pode ser superior falando na necessidade de se realizarem trabalhos de prospeção e levantamento que cubram toda a Província. Relativamente à sua área de pesquisa - Chibia, Humpata e Lubango - afirma "que graças sobretudo às prospeções de Machado da Cruz, há conhecimento dos recintos, quase todos concentrados na área administrativa do Jau (…) na qual aquele autor assinalou dezassete e tais monumentos, sem que, mesmo assim, considerasse esgotantes as suas pesquisas…" continua dizendo "que este tipo de estações deverá se bastante abundante neste planalto, e que a sua distribuição está (…) muito condicionada pela maior ou menor intensidade das prospeções realizadas".(Jorge, 1978. p.227)

Características gerais dos amuralhados

Dos 34 amuralhados identificados nas fontes apenas os do *Eléu, Ossi, Mulemba, Txipunda Txa Njimbo,* o amuralhado *I da Huíla* e o do *Daundo* foram descritos com algum pormenor.

Dessas descrições é possível concluir que:

1. são monumentos implantados em pequenas elevações;
2. com exceção do *Eleu*, com planta sub-pentagonal, e do *Ossi*, com planta sub triangular, os outros apresentam planta circular;
3. a construção da muralha é em pedra solta sem qualquer argamassa;
4. que altura das muralhas varia entre os 2 e 3 metros e a espessura entre 1,5 e 2 metros;
5. que todas apresentam "seteiras";
6. que em todas há vestígios de fundos de cabana e vestígios de moinhos de pedra;
7. que os amuralhados do *Ossi* e o do *Eléu* são apontados como os de maiores dimensões. Almeida e França (1960), em relação ao *Ossi*, afirmam que terá cerca de 9 km de extensão e Oliveira Jorge afirma que o *Eléu* possui "…mais de nove hectares".

Hipóteses explicativas

As fontes consultadas, embora tenham levantado hipóteses quanto à cronologia das muralhas, aos seus construtores e às razões pelas quais foram edificadas, parecem ser consensuais apenas na questão que diz respeito aos motivos que levaram as populações desta região de Angola a construir muralhas de pedra, assumindo que terá sido por razões defensivas.

À pergunta com que finalidade? Ribeiro, Moreira e Loureiro (1975) afirmam: "Esta parece-nos ser a questão que nos oferece menos dúvidas quanto a uma resposta objectiva. Efetivamente, as opiniões convergem em relação ao que se julga ser o factor principal: a defesa."

À pergunta quando? e quem? os investigadores não são consensuais admitindo hipóteses que se distanciam.

Almeida e França (1960), por exemplo, terminam desta fora o seu artigo: "(…) Serão estas construções obra de Bantos e, por conseguinte, relativamente recentes – datando

quando muito do século XIX? (…) Contudo, as construções de pedra não são tradicionais na região em que se situam, nem obras defensivas e muito menos habitações. Sublinhe-se ainda que os próprios nativos, referindo-se ao recinto do Oci, afirmam que essas construções existiam antes da chegada dos seus antepassados"

Dizem ainda que "Baseado nas fotografias dos recintos que lhe mostrámos, o eminente arqueólogo Padre Henri Breuil admitiu, a princípio, tratar-se de obras de Bantos muito primitivos, impressão essa substituída ulteriormente por outra, segundo a qual os recintos muralhados constituem testemunho de uma eventual e antiga influência cultural de povos do Mediterrâneo… (…) É provável que se esteja perante um fenómeno de imitação de obras anteriormente existentes, ou então e simplesmente, na presença de uma tradição arquitetónica que se perdeu; por isso só futuras e mais profundas investigações *in situ* poderão contribuir para resolver tão interessante problema arqueológico…"

Jorge (1978) relativamente às mesmas questões diz que "Machado da Cruz pensa ser legítimo dizer que o aparecimento deste tipo de construção se processou numa época anterior ao conhecimento do ferro, à introdução da economia pastoril na região e em plena vivência da economia de colectores e caçadores", diz ainda, tendo em conta o seu próprio ponto de vista que "Estamos, como se vê, a caminhar sobre conjecturas (…) parece-nos mais coerente a ligação dos amuralhados a uma economia de produção (…) economia essa que, não é muito antiga em Angola e basicamente se liga à Idade do Ferro. Não nos repugna admitir uma data relativamente recente para a generalidade dos amuralhados (…) não é de facto incoerente pensar-se que o embate de duas civilizações – a europeia, portuguesa, e a africana, negra, com todo o predomínio tecnológico e militar da primeira, e à medida que se processava a ocupação do Sudoeste de Angola, terá introduzido elementos de crise e convulsão interna nas sociedades negras que as terá levado a um estado de permanente alerta que justificaria a construção de amuralhados."

Independentemente destas hipóteses ele chama a atenção para isso mesmo, para o facto de serem apenas hipóteses interpretativas dizendo: "…tudo isto são hipóteses muito gerais e cremos que a aquisição de conhecimentos mais seguros implicará um programa interdisciplinar de pesquisas, históricas, etnológicas e arqueológicas, com uma recolha sistemática de toda a documentação escrita de origem europeia, tratamento exaustivo dos dados da tradição oral, e, finalmente estudo arqueológico dos amuralhados…"(Jorge, 1978.p 243)

Embora possamos ter em linha de conta as hipóteses levantadas é necessário reavaliar os estudos efetuados para que novas hipóteses surjam e contribuam para uma melhor e maior compreensão destes recintos. Impõe-se assim, a necessidade de estudos que nos possibilitem perceber a origem e que motivações estiveram na base da edificação dos amuralhados.

Considerações finais

Tratando-se este trabalho de uma fase embrionária do projeto de investigação que se pretende levar a cabo futuramente, cabe-me, referir alguns aspetos que me parecem fundamentais e que merecem ser sublinhados: a predominância de inúmeros amuralhados na Província da Huíla; a possibilidade de existência de um número superior ao conhecido, até à data, e a necessidade de se conhecer mais profundamente este importante património

histórico/arqueológico.

Após recolha exaustiva da informação bibliográfica disponível, da consulta das fontes orais, da análise topográfica da Província, do estudo da toponímia associadas aos amuralhados e da análise da fotografia aérea, que no fundo corresponde à primeira fase desta pesquisa, haverá necessidade de se efetuarem trabalhos de campo com recurso à prospeção arqueológica cujos objetivos serão a confirmação *in loco* de todos os recintos referenciados na bibliografia, possível identificação de novos recintos, georreferenciação e mapeamento dos mesmos. Ainda relativamente aos trabalhos de campo a realizar, sondagens e escavações arqueológicas serão fundamentais para o estudo que tem em vista a resolução do problema arqueológico que se estabelece: quem, quando e por que razão foram edificadas tantas muralhas na Província da Huíla?

Referências Bibliográficas

Almeida, A e França C. (1960) Recintos Muralhados de Angola. *Memórias, Junta de Investigação do Ultramar*. 2º série, nº 16, p.109-122

Ervedora, C. (1980) *Arqueologia Angolana*. República de Angola, Ministério da Educação.

Jorge, V. (1978). Alguns elementos para o estudo dos Recintos Muralhados do Planalto da Humpata. (Região Huíla, Sudoeste de Angola). *Revista Guimarães*. Nº 87, p. 220-246

Nicolau, F (2015). *Os Recintos amuralhados da Província da Huíla. Caso do Eleu.* Monografia de fim de curso de História. ISCED-Huíla.

Ribeiro M., Moreira J., Ribeiro J. e Loureiro F. (1975). Recinto Muralhado do Eleu. *Boletim da Camara Municipal de Sá da Bandeira*. Nº 38, p.3-14.

Rodrigues, A. (1968). Construções Bantas de Pedra, em Angola. *Boletim do Instituto de Investigação Científica de Angola*. nº5, p. 169-189

Santos, S (2013). Os recintos amuralhados da Província da Huíla: análise das fontes. *Africana Studia*. Nº 20, p. 85-88

Contributo da antiga capital do Reino do Kongo na construção da História de Angola 1482 – 1665

Teresa Etelvina Massanga

Licenciada em Ensino de Historia pelo ISCED-Cabinda. Funcionaria do Governo da Província de Cabinda. Líder Juvenil

José Manuel Sita Gomes

Doutor em Ciências da Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais Brasil. Docente do ISCED-Cabinda.

Introdução

O presente trabalho sobre o contributo da antiga capital do reino do Kongo na construção da história de Angola, de 1482-1665, é fruto da familiaridade obtida ao longo da minha formação académica no ISCED-Cabinda, mas também no contacto com os mais velhos, amigos e companheiros da minha convivência e participação na cultura dos bakongos.

O conhecimento actual da história da antiga capital do Kongo, a nosso ver está limitado fundamentalmente na tradição oral e na memória dos mais velhos. Esse conhecimento, cada dia que passa vai se perdendo, porque a morte de um ancião significa o desaparecimento de uma biblioteca, isto motivou-nos a escrever sobre este assunto pois, o reino do Kongo, formado no século XIV, segundo Alberto (2005, p. 5), chegou a constituir-se num dos maiores reinos de África, em termo de extensão e organização sociopolítico e cultural, e a sua capital, Mbanza Kongo, centro cultural e político, constitui-se num acervo muito pouco explorado, o que incentivou-nos mais ainda a fazer um estudo sobre ela.

O objectivo do presente trabalho configura-se em conhecer o contributo da antiga capital do reino do Kongo na construção da história de Angola. Especificamente, procuramos contribuir na divulgação da história do reino do Kongo, tanto quanto o papel desta cidade na construção da história de Angola. Todas essas acções resultaram da indagação principal que foi: Qual é a importância do estudo da antiga capital do reino do Kongo na construção da história de Angola?

Para atingirmos os objectivos preconizados neste trabalho, usamos vários métodos e técnicas. Sendo um trabalho descritivo, em primeiro lugar apoiamo-nos nos métodos histórico, dedutivo e documental, análise de documentos, a entrevista estruturada e não estruturada.

Inicialmente apresentamos uma revisão da literatura sobre alguns itens considerados como cruciais para a compreensão da abordagem em análise neste texto no sentido de dar resposta aos objectivos por nos traçados. Assim, vamos nos ater em relação às ideias que foram e, estão sendo elaboradas no seio dos académicos, angolanos, e internacionais, de

autores que se debruçam sobre a questão do património, tradição, religião, entre outros, no sentido de coligar entre as prescrições e as formulações demandadas pelos investigadores nesse campo, tendo em consideração o contexto actual.

Considerações teóricas

Para uma compreensão lógica e cientificamente sustentada, achamos pertinente definirmos alguns conceitos que se relacionam com o tema, para melhor compreensão do leitor sobre o tema em estudo.

Património: Bens de família; herança, bens pertencentes a uma pessoa, instituição ou colectividade património da humanidade categoria dada aos conjuntos tanto naturais como culturais com valor universal excepcional do ponto de vista histórico (Enciclopédia Novo Século, 2002, p. 1674).

Património: bens herdados do pai ou mãe, bens de família, bens necessários para ordenação e sustento do eclesiástico. Propriedade. Cabidal comum a uma classe de homens, a uma colectividade (Dicionário enciclopédico, 2002, p. 483).

Tradição: transmissão de notícias composições literárias, doutrinas ou costumes, feitas de geração em geração. Notícia de um facto antigo transmitido por esse modo. Transmissão as gerações subsequentes de valores culturais e por esse modo. Transmissão as gerações subsequentes de valores culturais e de civilização, atitudes, concepções morais e suas formas de manifestação. A tradição, a passagem de valores para as tradições, é feita principalmente de maneira não reflexiva, pelo costume (Enciclopédia Novo Século, 2002, p. 629). Porém, tradição também pode ser percebida como transmissão oral de factos, lendas, dogmas etc., de geração em geração, coisa transmitida, memória, uso, recordação, hábito, notícia de facto transmitido, oralmente ou por testemunho, que livros sucessivamente da sagrada escritura, vinda directamente de Cristo ou por intermédio dos apóstolos considerada como fonte de revelação divina.

Kongo (reino): antigo estado africano formado na desembocadura do rio Congo em época pré-europeia. A partir de 1482 começou a penetração portuguesa e o país foi cristianizado, recebendo forte influência cultural e política de Portugal. O império dedicou-se ao tráfico de escravos e de marfim com a Europa. No século XVII, começou a sua decadência. O antigo reino do Kongo está hoje dividido entre a República de Angola e a República Democrática do Congo. (Enciclopédia Novo Século, 2002, p. 571). Para esta expressão também encontramos sendo diferente ao antigo estado indígena do oeste da África Equatorial, situado na margem esquerda do baixo Congo, com o qual os portugueses entraram em relações já no fim do século XV e foram expulsos em 1627 por uma revolta. Mantiveram-se, porém, na costa, São Paulo de Luanda, actualmente Luanda, capital da actual de Angola. As principais tribos do antigo reino do Kongo eram os bacongos, os cacongos, os basolongos, os baiumbes, os basundis, os babuendis e os bavillis, na costa atlântica das duas repúblicas do Congo e de Angola. (Lello Universal, 2002, p. 610). Ainda segundo essa mesma fonte, Kongo também pode ser encontrada sob a descrição de antiga designação de um distrito de Angola, extinto em 1961, que passou a fazer parte dos distritos de Uige e do Zaire, (Lello Universal, 2002, p. 571).

Mbanza Kongo: antiga capital do reino do Kongo que pertencia a região de Mpemba Nkasi que era sede espiritual e religiosa do reino do Kongo, e serviu de base para uma conquista ao redor, sobretudo em direcção ao sul do reino.

Reinado: governo de um soberano, tempo, época do governo de um soberano. Governo exercido por uma autoridade qualquer. Autoridade moral, influencia-o reinado da justiça. Época em que alguém ou alguma coisa exerce acção predominante, (Lello Universal, Dicionário enciclopédico, volume II, (2002, p. 726).

Konguês: relativo ao Kongo; homem natural do Kongo. (Lello Universal, Dicionário enciclopédico, volume. I, 2002, p. 611).

Povoamento ou organização clânica

Vivia na margem norte um chefe chamado Nimi-a Nzinga. Nzinga é o nome de um grupo de linhagens aliado que se pretendiam descendentes do mesmo antepassado. Nimi-a – Nzinga seria aliança linhageira patrinear e Lukeni, um nome matrinear, (Abranches, 1999, p. 22).

Nimi-a-Lukeni filho de Nimi-a-Nzinga e de Nsassa, a qual é filha de Nsaku Lau é irmã do chefe de Nsuku. Partiu da aldeia do seu pai, derrotou Mbunlulu Mwana Mpangala de Mpemba, fundou Mbanza Nkono no território que foi depois Mbanza Kongo.

Quanto ao território de Mpemba acima citado, onde vivia o Mwana Mpangala o chefe vencido, é onde veio edificar a cidade de Mbanza Kongo, trata-se certamente de Mpemba Nkasi, onde se situou a sede espiritual ou religiosa do reino do Kongo.

O rei Nvemba Nzinga, Afonso I teve três filhos, isto é deu lugar a três ramos da linhagens real que ocuparam todo o Kongo. A primeira, linhagem até Henrique I, ocupava os territórios de Mpemba e Soyo.

As linhagens reais em Mbanza Kongo ligados a Mpemba Nkasi e as do Soyo (Mpangala), ligadas ao Mpinda foram muitas vezes uma e a mesma. E nos dois casos quando se afastavam ou eram afastados do poder, permaneciam em paralelo lutando por ele ou esperando a ocasião para o fazer.

Segundo (Abranches, 1999, p. 24). Os nomes dos doze clãs de que ficou composto no reino do Kongo são:

> 1. Mvemba Lukeni Kia Nzinga; 2. Ki Ntinu Nekongo; 3. Ki Nanga; 4. Ki Nemafuta; 5. Ki Ntumbamba Mvemba; 6. Ki Nvuzi; 7. Ki Myala; 8. Ki Mpanzu a Nganga; 9. Ki Mpanzu a Nimi; 10. Ki Nzanga a Malunga; 11. Nsunda Ndumbu; 12. Mpanzu Kalanga

Origem da cidade de Mbanza Kongo.

D. Afonso I havia pedido ao Papa Clemente VIII a criação duma diocese autónoma para o seu reino. O rei Álvaro II que pensava isolar-se da influência portuguesa, renovou o pedido da criação da Diocese do Kongo ao Papa Clemente VII, para que fosse independente daquele de S. Tomé. (ALBERTO, 2005, p. 57).

Pela bula Super Specula Militantis Ecclesiae de 20 de Maio de 1596, o Papa concedeu o pedido, desmembrando da diocese de S. Tomé a nova diocese do Kongo. Esta diocese tal como outras ultramarinas ficava a pertencer ao padroado de Portugal, tendo como responsabilidade aos reis de Portugal, fazer a apresentação dos bispos a Santa Sé e dos cónegos aos bispos diocesanos. O Papa Clemente VIII comunicou oficialmente ao rei do Kongo sobre a reacção da nova diocese, enviando-lhe o breve Dilatatum Est de 18 de Julho do mesmo ano. Sugeriu que lhe enviassem uma embaixada para prestar obediência a Santa Sé.

A sede da diocese fixou-se em Mbanza-Kongo, que foi elevada a categoria de cidade, recebendo oficialmente o nome de São Salvador, nome vindo da igreja em 1491 com Nzinga Nkuwu que quiseram em sinal de gratidão construir uma igreja dedicada a Jesus Cristo crucificado consagrando-se a mesma e a toda cidade e ao seu nome. A diocese teve como bispo D. Miguel Tangel homem. A cidade de São Salvador contava na altura com cinquenta mil habitantes e dez mil famílias aproximadamente, conforme atesta Adriano Saltarin, citado por Alberto, 2005, p. 58.

Geograficamente a cidade limitava-se com as regiões de Bamba ao sul, Mbata a leste, Soyo a oeste e Sundi ao norte. Mbanza Kongo, incluía ao norte uma floresta sagrada, onde era interdito o corte de árvores. Era como al gaba de cumbi, necrópoles dos reis. Ao sul da capital, uma grande praça, chamada mbasi. Era o tribunal, onde o rei se sentava de baixo de um imenso embondeiro.

Congo (ou Zaire): Rio da África Central, um dos maiores do mundo. Nasce nos maciços de Shaba e corre na direcção norte até ao Equador, formando numerosas cataratas. Em seguida, descreve uma curva para oeste, desdobrando-se em vário (50 km de comprimento por 18 de largura) tem por afluentes, na mergem esquerda, o Lomami eo Kasai e na direita, o Ubangui e o Sanga. É navegável em certos trechos e de Matadi até o mar. Curso, 4.200 km,com rede navegável recebe o nome de Luluaba. Foi descoberto no século XV por Diogo Cão, que lhe deu nome de Zaira. Até 1816 só se conhecia sua desembocadura. Tuckay subiu-o ate as cataratas de Isanguila e Stanley, das fontes ate as cataratas. (enciclopédia novo século, visor volume III, editora egráfico visor do Brasil, L. T. DA, 2002:571).

Caracterização do reino do Kongo

Reino do Kongo: é uma região a densidade territorial que compreendia Mbanza-Kongo até Gabão. Na actualidade, para a República de Angola, esta região é a corresponde a actual província do Zaire.

Origem do reino do Kongo

Segundo ALBERTO (2005, p. 5), os antigos habitantes do reino do Kongo foram de origem Ambundo. Vindo do norte no rio, atravessaram provavelmente este rio no século XIII, e estenderam-se por todo o território ao sul do grande rio, desde o actual Kinshasa (antigo Mpumbu) até ao Dande aproximadamente. O reino do Kongo foi fundado no século XIII, por um guerreiro chamado Nimi-a-Lukeni, filho de Nimi a Nzanga, casado com Lukeni lua Nsanza, filha de Nsaku Nlau que vivia em Cuimba, na região de Vungo, ao norte do rio Zaire. O pai de Nimi a Lukeni era chefe da aldeia do distrito de Cuimba, e cobrava portagem a todos viandantes que atravessam nesta aldeia. Quando Nimi a Lukeni chegou a idade de se emancipar dos pais, já na alta adolescência, era-lhe por vezes confiada, na ausência do pai, a responsabilidade do recebimento da portagem.

Um dia estava ele no exercício dessa função, apareceu-lhe uma tia (irmã do pai) reclamando o imposto passagem, sob pretexto de ser irmã do velho Nimi a Nzinga. Lukeni não concordou e não se limitou apenas a rejeitar a reclamação da tia. Vendo que ela estava grávida, o que significava estar em gestação no seu ventre um futuro rival, o filho da irmã do pai, com direito a herança, sem piedade assassinou-a brutalmente.

Depois do inesperado feito, os membros da família real proclamaram – no chefe, considerando-o um herói corajoso. Nimi a Lukeni, orgulhoso e com o valor das suas armas, submeteu diversas regiões ao redor e com o seu tacto político ganhou ânimo dos súbditos.

Nessa altura, conseguiu agrupar a volta de si um grupo de guerreiros e começou com o processo de expansão do reino, avançou para Oeste e Leste em conquista de novas terras. Submeteu a região de Mpemba onde fixou a capital e denominou-a de Mbanza-Kongo (sede política e religiosa do Kongo). Organizou o seu reino e adaptou leis próprias depois, dividiu o reino em comarcas que distribuiu pelos seus parentes e pelos seus partidários os quais, emulando as suas proezas com igual valor, dilataram os seus territórios. Desta maneira, se formou o vasto reino chamado Kongo.

As regiões conquistadas por Lukeni eram habitadas por numerosos clãs e tribos chefiados por sobas independentes, mantendo entre ambos relações de amizade e comerciais. Isto explica a facilidade, a rapidez e a extensão das suas conquistas.

A partir destas conquistas, Nimi a Lukeni entendeu consolidar a sua autoridade concedendo aos seus familiares mais títulos políticos importantes. Para as províncias nomeou governadores. A posição de chefe para a eleição real e para a distribuição de terra pertencia ao Ntinu Nsaku ne Nvunda, que era o chefe da religião tradicional do reino, e o mediador entre os vivos e os mortos.

O rei tomou o título de mani Kongo o que significa senhor do Kongo, e os representantes das províncias chamavam-se de mani acompanhado com o nome da sua área de jurisdição.

Estrutura geográfica no reino do Kongo

O reino do Kongo pertence ao hemisfério austral, situado no Ocidente de África. Este reino, na sua maior extensão, nos séculos XV e XVI, estendia-se desde Kwilu-Niary (ao Norte) até ao rio Kuanza (ao Sul), e do rio Kuango (a Leste) até a costa atlântica (a Oeste). E, de acordo com (ALBERTO 2005:7) dividia-se em seis províncias: Mpemba, Mbata, Mbamba; Soyo, Nsundi e Mpangu.

Nsundi, uma das maiores regiões do reino pela sua extensão, estendia-se muito próximo de Mbanza-Kongo até ao Baixo Congo na fronteira do reino ao norte. A sua capital chamava-se Mbanza Nsundi. Tinha uma característica peculiar, pelo facto de ser governada geralmente pelo príncipe herdeiro do trono (CAVAZZI, 1965, p. 8).

Mpangu, limitava-se ao norte com Nsundi, a sul com Mbata, a Oeste com Mpemba. Mbata, limitava-se com as regiões de Nsundi, Mpangu e Mpemba. Esta região sempre mereceu especial atenção por parte dos soberanos. Era uma das regiões que dada altura podia dispor de um número maior de tropas com armas de fogo. Tal ocorrência apenas se deveu ao facto de seu território ter sido muito atacado.

Mpemba, situava-se quase no centro do reino. Foi nesta região onde se encontrava a capital Mbanza-Kongo, o rei e a sua corte. Limitava com as regiões e Mbamba ao Sul, Mbata a Leste, Soyo a Oeste e Nsundi a Norte.

Soyo, situado a norte da foz do rio Zaire, entre a costa marinha limitada ao sul com o rio Mbrije que dividia, Mpemba a leste. Esta região foi mais influente província do reino, por causa do porto de Mpinda entreposto comercial.

Mbamba, limitava-se entre os rios Mbrije ao norte que o separa de Mpemba e de Soyo, ao sul o rio Loje. Estendia-se ao longo do oceano até ao rio Lufluene, limitando-se ao sul com o reino Ngola.

Estrutura económica do reino do Kongo

O reino do Kongo ocupava uma vasta extensão entre o mar e o rio Coando. A sua distribuição demográfica correspondia, em traços largos, à abundância de cursos de hidrográficos que o reino possuia na medida em que no Norte a Sul e do Leste a Oeste o Kongo era atravessado por numerosos cursos de água. Dos rios que atravessavam o Kongo, o maior é o Zaire com muitos afluentes. Para além do Zaire, outros rios como o Cuango, Mbrije, Loje, Lufluene, Nkisi e Mpovo irrigavam o reino.

No século XVI praticava-se a agricultura à enxada. Esta era a maior actividade que garantia a economia da população e a fonte de receita pois nesta altura os bakongos tinham-se afirmado também por notável capacidade para a escultura e na manufactura de tecidos. Dai a indústria de metal se destacar no fornecimento dos instrumentos de trabalho para qualquer actividade. O artesanato, a arte do ferreiro, a pesca e a caça constituíam também como actividades praticadas no reino.

Consta que nesta sociedade, havia dupla divisão de trabalho, geralmente por sexo e por idade. A principal actividade económica das mulheres era agricultura e, aos homens eram-lhes reservados a caça, a pesca, roçar a mata, derrubando as árvores e queima-las, para que as mulheres pudessem capinar, semear e plantar. Segundo o ancião Manuel Kai, o homem tinha como principal actividade a caça (pois nas florestas abundavam muitos animais como a pacaça, veados, javalis, elefantes, etc), e a pesca.

Segundo (ALBERTO, 2005, p. 8), a partir do século XVI foi introduzido o milho e a mandioca importados da América tropical na agricultura local. Abundava também no reino, e sobretudo na região do Soyo, as palmeiras de onde os nativos, a partir do dendém extraiam o óleo de palma que servia de sustento na alimentação. Os artesãos fabricavam armas, cerâmica e outros utensílios. Formavam também pequenas indústrias derivadas da caça, da pesca e do artesanato (escultura).

Para a sustentabilidade das populações, a estes produtos eram comercializados localmente mas também na costa do oceano onde podiam traçar com outros por exemplo, o sal, ferro, tecidos de ráfia, peles e produtos alimentares. Este tipo de comércio era conhecido por permuta. Mais tarde, a troca de produtos era feita com a principal moeda, o nzimbu que, segundo (ALBERTO 2005, p. 10), eram conchas apanhadas ou colhidas na ilha de Luanda e depois escolhidas. Eram de vários tamanhos: grandes, médios e pequenos, tendo cada uma o seu valor. Era com o nzimbu que se pagavam todas as despesas administrativas correntes do reino Kongo, dos soldados e dos funcionários, entre outras. A ilha de Luanda era o banco do rei do Kongo e a sua exploração pertencia-lhe. Fazia-se também trocas frequentes com os reinos vizinhos.

Estrutura social do reino do Kongo

Os bakongos segundo (ALBERTO, 2005, p. 11) pertencem à grande família de vários povos que ocupam quase toda a África Subsariana, a família designada bantu. Chamam-se assim porque a grande maioria das raças que habitam este território, possui na palavra

“pessoa” uma raiz comum Ntu tendo no singular o prefixo (um) (muntu) e no plural ba (bantu). Nesta conformidade, a organização social dos kikongos é semelhante à dos outros povos bantu. A sociedade tem por base a família, que se compõe de pai, mãe, filhos e avós. O parentesco é estruturado a partir das relações entre pessoas que se consideram aparentadas por consanguinidade real ou fictícia o que faz com que surja a designação de família alargada segundo (GABRIEL, 1991, p. 10), é a participação das mesmas terras e dos mesmos bens, que pertencem à comunidade e não ao indivíduo.

Um grupo de famílias que descendem dum antepassado comum, formam um clã. Considerando-se, portanto, parentes irmandados numa origem comum. Nele, a descendência é feita pelo sistema matrilinear, no qual a mulher desempenha um papel preponderante. A afiliação é uterina e o filho passa para a linhagem da mãe, cujo sangue o integra na sociedade. A mulher transmite a dignidade e a herança dum tio materno passa para os sobrinhos (filho da irmã) porque estes têm a certeza do sangue nobre que corre do tio materno, (ALBERTO, 2005, p.12).

Estrutura política no reino do Kongo

Quando a chegada dos primeiros europeus ao reino do Kongo, estes encontravam um estado com poderes centralizados, organizado política e socialmente.

Todas as províncias que formavam o reino dependiam política e juridicamente do rei. Cada província era dirigida por um governador nomeado pelo rei. A sucessão governativa era feita por nomeação. O rei escolhia o sucessor na família do defunto.

A nível mais alto, todos os parentes mais próximos do rei e os governadores podiam disputar o trono através de eleições. A preferência ia para a sucessão matrilinear.

Para o mukongo, o poder é uma compensação e oferta de Deus resultante da sua vontade, concedida pelo respeito aos ancestrais e à sociedade, por isso a preocupação do governante cingia-se em agir sempre em conformidade com os ensinamentos dos antepassados. Este tinha como responsabilidade cuidar da saúde do povo, a integridade territorial, a prosperidade económica de todos, evitando guardar os segredos profundos do reino e ser cauteloso na solução das contendas, não se esquecendo de preparar as novas gerações para o substituírem no tempo e no espaço, (ALBERTO, 2009, p. 9).

A principal prorrogativa do rei era a de supremo justiceiro. Os crimes mais graves e os estrangeiros criminosos eram julgados por ele. Mas em cada região havia juízes regionais. A justiça real exercia-se sobretudo na presença dos grandes vassalos e também de outros chefes. Anualmente todos os governadores compareciam perante o rei para prestar contas do seu mandato. A justiça e a tomada das decisões eram feitas em Mbanza Kongo a frente da casa real onde se encontrava o Mbanza Kanu (tribunal tradicional) em baixo duma grande árvore. É nesta árvore onde governadores e as multidões recebiam a bênção do rei e assistiam por vezes os desfiles triunfais das tropas.

Em caso de guerra o rei exigia aos vassalos tropas auxiliares, (KI-ZERBO, 1999:235).

Conta-nos Ki-Zerbo (1999, p. 236) que as ordens urgentes do rei eram levadas por estafetas espalhadas ao longo do trajecto e que estavam sempre preparadas para esse efeito. As distâncias eram calculadas em dias de marcha de um homem, carregado e não carregado.

O exército do Mani Kongo era composto essencialmente de guerreiros a pé, com arcos de pequeno tamanho e setas apropriadas, cujo veneno não perdoava. O general deste

exército comunicava-se com os diferentes corpos por meio de diversos instrumentos, trompas de marfim com música marcial cheia de harmonia e alegre, que entra nas almas e os incita a desprezar o perigo, batuque, coberto de ouro que se bate com pequenas baquetas de marfim.

Reis cristãos do Reino do Kongo

1. D. João I (Nvemba Nkuwu) 1506.

2. D. Afonso I (Nvemba a Nzinga) 1506 a 1541, segundo (ALBERTO, 2005:64) crente e praticante da fé cristã, este rei apesar dos maus exemplos dos missionários portugueses, a sua fé não sofreu qualquer quebra. Durante o seu reinado não se cansou em ver o seu povo cristianizado, por isso no fim de cada missa dominical ou festiva, tomava a palavra para falar de Deus ao seu povo. Várias vezes escreveu a Portugal denunciando os erros dos missionários e pedindo reforços.

Este rei teve uma atitude de quase total condescência perante os portugueses. Não lhe restava outra alternativa na medida em que o comportamento do clero provocava o descrédito das populações, e a expulsão dos padres poderia implicar uma crise das relações com Portugal e o Vaticano.

3. D. Pedro I (Nkanga-a-Nvemba) 1541 a 1544. Querendo cumprir a promessa feita ao pai, aspirava aumentar a glória de Deus, mas pouco tempo teve para executar os conselhos do seu pai. Entretanto durante o seu curto tempo de reinado, aumentou as contribuições das igrejas e edificou muitas outras no seu reino.

4. D. Francisco I (Mpudi a Nzinga a Nvemba) 1544 a 1546. Reinou apenas dois anos, no campo religioso, não se registou obra de destaque durante o seu mandato. (ALBERTO, Op, Cit, p. 65).

5. D. Diogo I (Nkumbi a Mpudi a Nzinga) 1546 a 1561. Durante o reinado deste rei, o seu homólogo de Portugal, D. João III lhe enviou alguns missionários para cuidar da cristandade no Kongo. Neste período construiu-se umas outras igrejas no reino.

Em 1547 por causa de algumas desavenças com os padres Jesuítas em S. Salvador, expusou-os do seu reino porque estes missionários dedicavam-se mais ao trafico de escravos do que ao trabalho da evangelização.

6. D. Afonso II (Nzinga a Nvemba) 1561.

Legado histórico (pertencente a região) do antigo reino do Kongo.

a. Ponta de Padrão

Nas suas expedições além-mar, os portugueses para além da propagação da fé, se propunham essencialmente de fins políticos e económicos. A igreja e o estado eram parceiros e se prestavam mútuo auxílio.

O navegador português Diogo Cão, que procurava o caminho marítimo para a Índia, fonte de riqueza, ao contornar a costa africana, por alturas do Gabão, observou que a água do mar se tornava turva e trazia ervas e restos vegetais. Isto lhe fez compreender que estava perto de uma embocadura de um rio caudaloso. Seguindo e navegando contra a corrente, chegou ao grande rio que os bacongo chamavam de Nzadi e os portugueses soletravam erradamente Zaire, no dia 23 de Abril de 1482. Na margem esquerda da foz do rio colocou o padrão de S. Jorge (em honra do Santo cujo festa se celebrava naquele dia)

com a seguinte inscrição: na era da criação do mundo 6681 anos, do nascimento do nosso Senhor Jesus Cristo de 1482 anos, o mui alto, mui excelente e poderoso príncipe, el-rei descobriu estas terras e por este padrão por Diogo Cão escudeiro da sua casa. Assim, o padrão colocado pelo Diogo Cão é a prova do primeiro contacto entre s nativos do reino do Kongo e os europeus, o primeiro sinal das relações de amizade entre os dois povos e constitui um legado histórico.

b. Kulu Mbimbi

Ruínas da antiga sé catedral do reino do Kongo. Esta igreja começou a ser construída em 6 de Maio de 1491 e terminou em 1 de Julho de 1491. É a primeira igreja cristã construída no reino do Kongo, na sua capital Mbanza Kongo (em prol do baptismo do rei Nzinga Kuwu). É a primeira igreja da África Austral construída pelos europeus, com ajuda dos nativos sob orientação do rei Nzinga Kuwu.

c. Cemitérios dos reis do Kongo

Um lugar sagrado onde eram sepultados a classe real (os reis) do reino do Kongo. Segundo o Sr. Matalulu Kikumbo trabalhador do Mistério da cultura em entrevista connosco no dia 22 de Julho de 2012 disse-nos que as cerimónias fúnebres diferenciavam em alguns reis que não tinham filhos, a esses eram sepultados na posição vertical, como é o caso do rei D. Diogo I.

d. Singulu

Local onde eram lavados os corpos dos reis do Kongo depois da sua morte. É um local sagrado que dista alguns metros do palácio real e era conservado para o efeito. Também servia para embalsamar os corpos dos reis e ficavam ali por um longo período enquanto se esperava a chegada de todos os convidados para as cerimónias.

e. Yala nkuwu

Grande árvore onde os reis do Kongo faziam a justiça e os governadores prestavam contas dos seus mandatos.

f. Campa da Dona Leonor

Rainha do reino do Kongo uma das mulheres do rei João I (Nzinga Kuwu), mãe de D. Afonso I (Nzinga Nvemba) foi enterrada viva sob orientação do seu filho o rei D. Afonso I por causa do desrepeito pela doutrina cristã e por não abandonar a religião tradicional e as suas práticas, negou de aderir o cristianismo e as suas práticas. Segundo o Sr. Matalulu Kikumbo, o rei sentia-se inferiorizado (traído pela mãe) no seu reino sendo ele cristão, a mãe rejeitava as práticas religiosas cristãs, junto com alguns fidalgos, optou por tomar essa decisão para mostrar e manter a sua autoridade e o cumprimento das normas regidas por ele.

Conclusão

O presente estudo desenvolveu-se tendo como a capital do antigo reino do Kongo Mbanza Kongo. A pesquisa foi documental, e efectuamos entrevistas com alguns anciãos conhecedores dos factos. Na pesquisa efectuada encontramos muitas dificuldades em termos de deslocações etc., não obstante este facto, os dados recolhidos aqui apresentados foram suficientes para desenvolver a pesquisa e atingir os objectivos preconizados.

A semelhança de quase todos reinos da antiguidade e da idade média que foram fundados a partir de um embrião de comunidades que tendo poderes políticos, militares ou

religiosos e, por causa disso submeteram outras regiões, o reino do Kongo foi fundado a partir de um embrião de comunidades chefiadas por Nimi a Lukeni, que a partir de Nsundi submeteu outras regiões ao sul e oeste formando deste modo um reino que posteriormente iria ocupar muitas páginas na historiografia africana e, em particular, angolana.

O reino do Kongo era um estado com poderes centralizados na medida em que todas as províncias dependiam directamente da capital Mbanza Kongo. O centralismo político e administrativo do reino não significava nepotismo, pois o rei era auxiliado por um conselho de anciãos nas questões internas e externas pelo Nsaco Ne Nvunda que era chefe da religião tradicional.

O estudo feito sobre o reino do Kongo no período compreendido entre 1482-1665, isto é desde os primeiros contactos entre os europeus e bakongos até a batalha de ambuila. Notou-se que os europeus tinham espírito de superioridade, impunham leis a seus favores e obrigavam os autóctones a aceitarem a cultura europeia em todas as vertentes.

A partir do século XV a historia do reino Kongo começou a ser influenciada pela cultura e religião europeia, pois o rei Nzinga Kuwu ao aceitar livremente o baptismo cristão abriu as portas ao reino para as relações diplomáticas com a Europa e a Santa Sé de onde foram enviadas várias correspondências. A partir daí, as relações que marcaram a Europa e o reino do Kongo do ponto de vista cultural e religioso foram conflituosas pois, cada uma das partes procurou defender a sua cultura e religião.

Os padrões implementados pelos europeus no reino do Kongo davam um reconhecimento da presença europeia (português) no reino do Kongo dando-se o início do processo de aculturação pelos europeus nestes religiões, a língua portuguesa e a religião cristã serviu como suporte cultural nas conquistas e no domínio dos reinos vassalos do Kongo. O reino do Kongo serviu de suporte europeus na expansão do domínio português e na implementação da cultura europeia nas regiões que constituem o território angolano. Os portadores de evangelho eram adeptos duma cultura e duma religião cristã enquanto os Bakongos também tinham a sua cultura e religião tradicional.

Os europeus movidos pela cultura e religião, o espírito civilizador dos povos negros queriam a todo custo modificar a mentalidade e cultura do Kongo tornando a igual a da Europa, esquecendo-se de que, não é de nenhum momento para o outro, nem numa sou geração que se modifica a mentalidade e o modo de ser de um povo. Daí as relações tensas que caracterizaram a evangelização no Kongo, (Ibid).

Acreditamos ainda ser melhor exploradas as possibilidades de divulgação no âmbito da historiografia angolana o facto destas lideranças Kongo terem os primeiros a entrarem em contacto com os europeus, como é o caso de Nzinga Kuwu o primeiro rei a aceitar a cultura europeia a D. António I, o segundo rei que lutou na divulgação e expansão da cultura europeia (cristianismo da língua portuguesa), serem pouco falados, a meu ver, sendo que foi neste reino onde se estabeleceu as primeiras relações diplomáticas com a Europa ao qual enviaram o Caçuta como embaixador diante da Santa Sé, em Roma, a construção da primeira igreja cristã no reino do Kongo (Kulu Mbimbi), em 1491, dentre tantos feitos, são factos concretos que trazem a ribalta o impacto do papel da antiga Capital do Reino do Kongo na construção da história de Angola.

Referências bibliográficas

ABRANCHES, Henrique. Sobre os Basolongos. Arqueologia da tradição oral. Luanda. Edição Fina Petroleo de Angola, 1991.

ALBERTO, Mário Ana Maria. Impacto da Evangelização do Reino do Kongo. ISCED-Cabinda: Monografia para a obtenção de grau de Licenciado. 2005

CAVAZZI DE MONTECUCCOLO, João António. Descrição histórica dos três reinos do Kongo. Matamba e Angola. Trad. Graciano Maria Legozzono. I Volume, junta de investigações ultramar. 1965

ENCICLOPÉDIA, NOVO SECULO. III Volume. Editora gráfica do Brasil. 2002

GABRIEL, Manuel Nunes. Dom Afonso, Rei do Kongo. Um Missionário. Comemorações dos V séculos e encontro de culturas. 1991

JOSEFH, Ki-Zerbo. Breve história de África I. Trad. Amarico de Carvalho. III Edição Lisboa. Publicações Europa América. 1999

LILO UNIVERSAL. Dicionário enciclopédico. I Volume, 2002

A inscrição dos monumentos históricos de Mbanza Kongo na lista do património cultural da humanidade: um contributo para a redefinição e/ou enriquecimento do mesmo conceito (segundo a UNESCO)

Zolana Kiasango Avelino

Mestre em Sociologia (Universidade de Strasbourg), Vice Decano para Área Cientifica e Pós graduação e Docente das disciplinas de Sociologia geral, Sociologia da educação e Metodologia de Investigação Científica da Escola Superior Politécnica do Zaire/Universidade 11 de Novembro. (azolana@hotmail.fr)

Introdução

Nesta abordagem reflexiva e sobretudo interrogativa, partilharemos modestamente algumas reflexões, considerações, fruto das problemáticas anteriormente elaboradas em torno da questão da exportação (de Ocidente para África) dos valores, melhor dito dos padrões patrimoniais e, obviamente dos seus efeitos para serem discutidas neste fórum, sendo a ciência cumulativa.

O presente texto visa reflectir sobre o conceito "Património" e "Património Cultural da Humanidade". A inscrição dos vestígios históricos do Nimi a Lukeni à Património da humanidade na sessão do Comité do Património Mundial da UNESCO que teve lugar na Cidade de Cracóvia (Polónia), precisamente no dia 08 de Julho de 2017, obriga-nos, uma vez que ela se baseou mais nos aspectos imateriais do que materiais cristalizados na memória colectiva do espaço Kongo, a reflectirmos sobre o carácter polissémico do Conceito de Património de forma geral. O que é Património?

Esta abordagem justifica-se pelo facto de o conceito de Património Cultural da Humanidade (segundo a Unesco com as suas divisões entre o material e o imaterial, duas convenções; uma sobre a protecção do património mundial, cultural e natural (1972) e a outra sobre a salvaguarda do património cultural imaterial (2003), ter sido elaborado e concebido num contexto espacial alheio à nossa realidade. No caso de Mbanza Kongo, não há aqui divisões, partições estanques (cloisonnements étanches), entre o material e o imaterial. Pelo contrário, observa-se uma imbricação destas duas dimensões numa relação dialéctica entre as mesmas com a predominância da segunda.

Do ponto de vista teórico, trabalhou-se sobre os conceitos de património e património cultural da humanidade. Analisando os factos, os resultados obtidos das observações nos permitem afirmar que é, finalmente, a carga simbólica em torno da antiga catedral do Reino do Kongo "Kulumbimbi", da árvore multissecular "Yala Nkuwu", do Túmulo da Dona Mpolo (Apolónia) bem como das 12 fontes da Cidade de Mbanza Kongo, que valoriza mais do que a própria dimensão material dos monumentos históricos recentemente inscritos à lista do Património.

Mais do que simplesmente a exaltação destes vestígios históricos de Mbanza Kongo, trata-se da problemática da "Exportação ou transposição (do Ocidente para os pais do sul, de África) dos valores, melhor dito padrões patrimoniais em África, em Angola, em Mbanza Kongo e a necessidade da nossa participação (angolana) na redefinição do Conceito de "Património Mundial" em perpétua mudança. O que está em jogo sobre a questão.

Porém, não pretendemos aqui esgotar o tema. Deu-se destaque às seguintes articulações: Abordagem conceptual do conceito polissémico de Património Mundial, a imbricação do Material e/ou Tangível e do Imaterial e/ou intangível no caso de alguns vestígios inscritos no Património, característica do Caso Mbanza Kongo, Património Mundial, Universal ou "Património da Unesco", Noções universais ou universalizadas? E, finalmente, realçaremos como perspectivas: A redefinição constante ou enriquecimento do conceito de "Património Mundial", uma contribuição do caso Mbanza Kongo?

Abordagem conceptual do conceito polissémico de Património Mundial:

A UNESCO é hoje um actor decisivo na economia política mundial do património, mas cada vez mais, tornou se difícil identificar com precisão o que abrange este conceito para a organização. Se o património é definido como um conjunto de bens materiais e imateriais, reconhecido como tal pela uma colectividade local determinada, força é de constatar que, sem sombra de nenhuma dúvida, é polissémico.

Na visão da mesma organização das Nações Unidas, o conceito de Património Mundial com as suas duas convenções, uma centrada sobre a protecção do património mundial, cultural e natural (1972) e a outra sobre a salvaguarda do património cultural imaterial (2003) com base no documento de Nara (Japão), é um conceito bem definido ou claro.

Contudo, se as declarações oficiais insistem na diferença entre as duas convenções, o Património mundial continue a ser firmemente ancorado no domínio do tangível apesar do reconhecimento tardio do imaterial como parte integrante do mesmo. Na mesma senda, podemos dizer que a produção do património na Europa (Ocidente) inscreve-se no âmbito de uma visão racional e positiva da sociedade na qual as transformações são obra do génio humano e, não divina. As ruínas antigas assim como as catedrais são tanto lições que objectos estéticos. Elas permitem identificar o saber destes construtores bem como, medir a distância que os separa do homem moderno. Este passado opõe-se ao tempo presente, o do homem moderno numa perspectiva evolucionista (SINOU, 1996).

É sabido também que cada cultura, povo e/ou país tem uma representação bem típica da noção de património. Para os Franceses são, grosso modo, os castelos, os Alemães, quanto a eles, citam a história enquanto para os Finlandeses são as tradições e os Italianos privilegiam a arquitectura e a arqueologia seguidamente a pintura e o cinema.

Em África, o ingresso da arquitectura africana no património universal tem sido tardio e, sobretudo marginal. Ela foi afastada no tempo do primitivismo, da inumanidade, valor contrário a levada pelo património ocidental. Encontra-se que as práticas em matéria de ordenamento do espaço não são as mesmas entre a Europa e a sociedade africana pré-colonial. A riqueza de um monarca não se media pela grandeza do seu palácio mas, sim, pelos rituais específicos que cercavam-no e, visualmente pelos seus ornamentos e suas posturas. O principal espaço de representação do seu lugar específico na sociedade

é o seu corpo e não o seu ambiente. Faz pensar aos Reis taumaturgos parafraseando o historiador Marco Bloch (Montlibert, 1996). O que nos confirma o facto de que o conceito de Património mundial foi elaborado numa perspectiva europeocentrista.

Património Cultural da Humanidade", "Património Mundial", Conceito universal ou universalizado?

Hoje, o especialista das ciências sociais, na construção da sua problemática, deve primeiro enfrentar a pergunta crucial da definição de algumas noções necessárias à observação empírica (AMOUGOU, 2004): no plano teórico, sem dúvida que o problema que se põe primeiro, é da definição da noção de património, bem como no caso do Património Cultural da Humanidade, do seu carácter polissémico, conforme nos referimos antecipadamente, que se refere a um conjunto heterogéneo de objectos tanto materiais como imateriais: património arquitectural, património linguístico, património artístico, património genético, etc., que implicam certos "valores".

Essas noções que são constitutivas do léxico, da terminologia construída ao longo de todo o processo de *institucionalização* da questão patrimonial desde muitos anos, ou mesmo séculos. A tentação é realmente grande para as ciências sociais em tomar por sua conta todas as noções, esquecendo o que abrangem verdadeiramente ou o que implicam. Não são apenas palavras mas trata-se das realidades, muita das vezes alheias ao nosso contexto.

Se o conceito de património mundial constitui, hoje em dia, o sistema de conservação de património mais influente ao mundo, convém sublinhar que ele é concebido e elaborado num contexto ocidental e, não é operacional por toda a parte, ele foi "imposto" através de um processo de institucionalização que passa pelos encontros, colóquios internacionais sobre e em redor da questão patrimonial.

Assim sendo, em matéria de universalização das questões patrimoniais, e fora da presença dos especialistas ocidentais das ciências sociais e outras nos encontros de legitimação que são os colóquios e conferências, estes são retransmitidos, em África, como diz-se pelos especialistas locais. Formados na maioria nas instituições universitárias (especializados) das metrópoles coloniais de ontem e, mesmo às vezes dentro do continente africano, estes especialistas continuam, pela sua formação e também através das posições que ocupam nos seus respectivos países, a serem os verdadeiros agentes activos de reprodução das lógicas e estratégias de imposição (por universalização) dos valores ou padrões patrimoniais dominantes. Para convencer-se, é suficiente percorrer os relatórios, os actos dos colóquios ou outras reuniões organizadas pelas instituições internacionais como o ICOMOS ou a UNESCO com o propósito da preservação do património nos outros países fora da Europa. (AMOUGOU, 2004)

Portanto, o património mundial é um produto concebido, elaborado num contexto espácio-temporal dado e, seguidamente largo, imposto no Mundo inteiro ora encontra-se que cada povo, cada cultura tem a sua própria identidade ou elementos identidades que vão dos objectos materiais até ao simbólico que procura conservar. É finalmente a experiência socioeconómica e cultural de uma comunidade num momento da sua história.

De maneira anedota, Alain Sinou, descrevia a viagem para Cotonou de um turista em procura de autenticidade africana: cito-o: "Chegando ao Porto novo desde Cotonou,

o grande metrópole da costa, o taxista que conduz turistas em busca de autenticidade africana, não tem a mesma surpresa que os seus clientes" (SINOU, 1997)

As pedras de *Nzau e vua* na entrada de Mbanza Kongo não atraem da mesma forma os visitantes e os natos da província ou do município de Mbanza Kongo. Daí à nossa grande responsabilidade, o nosso dever histórico de propor ao mundo a nossa leitura do Conceito do Património Cultural da Humanidade, mais próximos da nossa realidade, a valorizar as nossas particularidades

A imbricação do Material e/ou Tangível e do Imaterial e/ou intangível no caso de alguns vestígios inscritos no Património, característica do Caso Mbanza Kongo

Por um lado, o património material, tangível como aquele formado por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Eles estão divididos em bens imóveis – núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais – e móveis – coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

Por outro lado, entende-se por património imaterial ou intangível toda a inteligência linguística e antropológica dos povos (SOUINDOULA, 2014). Concretiza-se nas práticas, representações, expressões conhecimentos e aptidões, em vários domínios tais como nos suportes artísticos, nas crenças, tradições sociais, manifestações festivas, etc.

Nkulumbimbi, Sé catedral

Na actual cidade de Mbanza Kongo, a estrutura da antiga Sé catedral se mantém na superfície como uma das principais testemunhas materiais do Reino do Kongo, compondo o lugar chamado Nkulumbimbi. Por que, de uma cidade de mais de 40.000 habitantes, contendo diversas construções em pedra, como palácios, casa e muralhas, somente esta estrutura. Algumas pesquisas procuraram entender o Kulumbimbi como possuidor de múltiplos significados para os diferentes grupos consultados, evidenciando como estes significados interagiram e continuam a interagir com a materialidade do lugar (PASTRE MÁXIMO, 2014). Aqui, a interacção com a materialidade do lugar constitui um elemento fundamental que o caracteriza. É de salientar que, além do aspecto arquitectónico particular do edifício, o mito de ter sido construído em uma noite apenas e o que caracteriza mais**.**

Portanto, Nkulumbimbi seria apenas uma réplica, do ponto de vista arquitectónico do estilo gótico mas a "fama" do que foi construída quase em uma noite, obra que surgiu da terra, constitui finalmente o elemento fundamental do seu valor como sítio histórico ou património (percepção endogénica).

Túmulo da dona Mpolo (Apolónia)

Sito no recinto aeroportuário, em Mbanza Kongo. A tradição oral dando a sua versão cristalizada na memória colectiva do povo kongo desde dos tempos remotos, afirma que Dona Mpolo terá sido enterrada viva pelo próprio filho, o então Rei à época, Mvemba Nzinga (D. Afonso I) que tinha promulgado uma lei que proibia o uso de medicamentos tradicionais. Uma das filhas do rei adoeceu e a sua avó, mãe do rei, tratou-a às escondidas. Alguns

habitantes aperceberam-se e avisaram os missionários católicos. Estes instaram o rei, que puniu a própria mãe de forma severa. "O rei mandou enterrar a mãe viva num buraco profundo numa cerimónia pública, simulada de festa".

Somos da opinião que as escavações arqueológicas através de uma prospecção por scanner deveriam comprovar a existência dos restos mortais no local, e através da técnica de datação dos vestígios, chamada *Carbono 14,* a fim de confirmar se esses coincidem numa análise sincrónica e diacrónica, de ponto de vista temporal com o reinado de Dom Afonso I.

As 12 Nascentes de Mbanza kongo.

Ao redor do centro histórico de Mbanza Kongo situado sobre num planalto com uma superfície de 923,85 m, existem 12 fontes de água ligadas ao mito fundador da cidade. Alguns autores concordam sobre o papel das 12 nascentes de Mbanza Kongo na edificação do poder kongo. O termo KONGO (assembleia) nasceu com a Historia dessas doze nascentes, pela eleição e, posteriormente, investidura de Nimi'a Lukeni. (BATSIKAMA, 2014). Uma delas, por exemplo, denominada "Santa" do nome kikongo Nto a Nsambu (literalmente fonte sagrada). A memória colectiva confere virtudes terapêuticas a água desta mesma desde dos tempos passados. Daí o nome aportuguesado de Santa. Além da sua importância na fundação de Mbanza Kongo, cada destas fontes tem uma história particular.

Yala Nkuwu

A árvore secular e evocativo reservado aos julgamentos consuetudinários exercidos pelas autoridades tradicionais, no recinto do palácio dos antigos reis do kongo (actual museu dos Reis do Kongo), sito na Rua Comandante Dangereux.

Yala nkuwu não escapa a mesma reflexão com o mito de cair o sangue (seiva encarnada que lhe caracteriza) nos tempos remotos.

Analisando alguns elementos seleccionados para elevação do centro histórico de Mbanza Kongo ao património cultural nacional[1], primeiro e, depois Património Cultural da Humanidade, podemos notar, de um lado, a pouca presencia dos edifícios classificados que não sejam ligados duma forma ou outra à presença ocidental. Por outro lado, muitos elementos do património tangível ou material, só foram inscritos através da carga simbólica que os valoriza mais do que a própria dimensão material como Património.

Isto é, parafraseando, Alain Sinou; "as práticas em matéria de ordenamento do espaço da maior parte das sociedades africanas não obedecem aos mesmos critérios ocidentais. A riqueza de um monarca geralmente não é significada por o esplendor do seu lugar de residência, mas os rituais específicos que cercam-no, e visualmente pelos seus ornamentos e suas posturas. O principal espaço do seu lugar particular na sociedade é o seu corpo e não o seu ambiente " (SINOU,)

Em fim, podemos afirmar que existe uma predominância do simbólico, do imaterial sobre a materialidade de alguns vestígios do Centro histórico de Mbanza Kongo que foram inscritos à lista do património mundial.

1. Decreto Executivo n.º 31/15 de 3 de Fevereiro, Diário da República.

Perspectivas: Necessidade de redefinição e/ou enriquecimento do Conceito de Património Mundial da Unesco ou Cultural da Humanidade

Se uma boa parte de especialistas defende que faz o conceito de Património Mundial da UNESCO tornou-se excepcional graças a sua aplicação universal, (imposição), é preciso sublinhar que a diversidade de culturas e, obviamente do Património cultural, o que deve ser cristalizado na memória colectiva de cada povo represente uma riqueza intelectual e espiritual imprescindível para toda Humanidade. Daí a necessidade de ser reconhecido como um factor essencial do desenvolvimento da Humanidade. (Espírito de Nara)

Se o Governo japonês disponibilizou os fundos para patrocinar uma conferência internacional na Cidade de NARA (Japão) em 1994 a fim de analisarem de forma aprofundada a problemática da autenticidade em relação ao convénio da Unesco sobre o Património Mundial, era no sentido de forçar neste fórum as particularidades dos outros países que não sejam do velho continente. Originalidade, autenticidade foram as palavras-chave do Documento de Nara que foi produzido na altura que deu lugar a segunda convenção de 1993.

A tomada de posição do Governo japonês na altura demonstra o que está em jogo, cito; *a Redefinição do Conceito de Património Cultural Mundial ou da Unesco e a sua legitimação.*

O caso destes alguns exemplos dos vestígios históricos de Mbanza Kongo mostra pelo contrário uma superação destas oposições. Há imbricação e não oposição nem tão pouco duplicidade ou coexistência.

São essas considerações, reflexões que trouxemos para reflectir sobre a problemática da "exportação dos valores (padrões) ocidentais em África". O que é Património para nós? Qual é a nossa contribuição na definição do Conceito de Património Cultural da Humanidade que, finalmente, pertence a todos nós?

Referências bibliográficas:

Amougou, Emmanuel (sous la direction de), La question patrimoniale, de la « patrimonialisation » à l'examen des situations concrètes, Paris, Ed. L'harmattan, 2004, 285p.

Batsikama, P, in Colóquio sobre "o património imaterial como elemento fundamental para classificação da cidade de Mbanza kongo", 2012, Escola Superior Politécnica do Zaire, UON, Mbanza kongo.

Brumann, Christoph, Comment le patrimoine mondial de l'Unesco devient immatériel, traduzido por Joseph, Camille, in *Gradhiva*, Revue d'anthropologie et histoire de l'art, nº18, 2003,

Souindoula, Simão, in Colóquio sobre "o património imaterial como elemento fundamental para classificação da cidade de Mbanza kongo", 2012, Escola Superior Politécnica do Zaire, UON, Mbanza kongo.

Sinou, Alain, L'exportation des valeurs patrimoniales en Afrique noire; une autre valeur du temps, in *les Annales de la recherche urbaine*, nº 72, p.52

Sinou, Alain, Diversité des formes patrimoniales et complexité de la valorisation : l'exemple de la ville de Porto novo au Bénin, in « *Les villes africaines et leur patrimoine* », éd. Riveneuve, 1997.

O reino do Mbalundo hoje e as narrativas sobre sua fundação e reinados

Marino Leopoldo Manuel Sungo
Antropólogo e docente do Instituto Superior Politécnico do Huambo.
Unidade Orgânica da Universidade José Eduardo dos Santos

1. Introdução

Descreverei este artigo com um olhar mais interno sobre o reino, baseando-me fundamentalmente no que a memória local conserva sobre a fundação do mesmo, assim como sobre os reinados dos mais variados losoma inene. Uma instituição consuetudinária que, entre outras, resistiu às repressões impostas fundamentalmente pela administração colonial portuguesa tendo um desfecho diferente de outras instituições com o mesmo pendor em Angola e, entendemos que este feito não deve ser visto como obra do acaso, pois muitos bateram-se, lutaram a favor do reino, preservando em todos os momentos um projeto próprio e, como consequência, o reino do Mbaludno é até hoje esta instituição de referência obrigatória sempre que a temática for, por exemplo, as organizações políticas angolanas de matriz africana. Portanto, as descrições seguintes visarão mostrar que aquilo que o Mbalundo é hoje, é consequência do trabalho de muitos soberanos e da prioridade que os mesmos davam à necessidade de perpetuar a tradição ou cultura local.

1.1. Narrativas sobre a fundação do reino

As fontes orais consultadas dialogam entre si e confluem para certas interpretações que vão sendo compartilhadas entre os que se identificam como pertencentes ao reino. As narrativas orais sustentam que o reino do Mbalundo existe há mais de quatro séculos, e que nos tempos áureos da fundação do mesmo, já existiam 5 aldeias, nomeadamente: Ndulu a Norte, Kaliki assim como Chiaka no Ocidente, Víye no Oriente e Halavala actual Bailundo na região Central. Ekuikui V afirmou-me que "*tais povos, não sabiam nada sobre reinos e ombalas, mas respeitavam e conservavam os seus hábitos e todos obedeciam aos mais velhos da aldeia em que se encontravam*". (Entrevista feita em sua residência).

Sanjukila confirma esta crença ao postular que, «*este povo não conhecia reinados ou embalas, mas devia obediência aos mais velhos sábios e conservadores da tradição*» (SANJUKILA, 1997, p. 11). Porém, parece-me contraditório afirmar que tais povos não sabiam nada sobre reinos e ombalas, na medida em que se torna importante reconhecer que acatar a liderança de autoridades etárias já indica uma forma de regulação própria que constitui uma das bases do sistema consuetudinário. Ao mesmo tempo, indica um crer e saber algo, um saber fundamentalmente prático, e que devia ser reconhecido como algo

importante para a vida cultural e até para a organização política dos mesmos. A título de exemplo, na Halavala (primeiro nome do Mbalundo), as próprias narrativas apontam que antes da fundação do reino, existiam dois anciãos, nomeadamente Mbulo e Chingala que se destacavam em manter a ordem e a tranquilidade assim como em manter e preservar o grupo. Isto evidencia, que desde cedo estas populações apresentavam-se em certa medida, relativamente organizadas do ponto de vista político-cultural e apresentavam uma hierarquia encabeçada pelos anciãos locais, e a palavra destes era poderosa para os aldeões, como postulou Pe. Altuna «*A palavra da tradição, legada pelos antepassados, é mais poderosa que a dos vivos e, entre estes, a de um chefe, um ancião ou um especialista da magia é mais eficaz que a de um homem normal*» (ALTUNA, 2014, p. 88). Assim sendo, e partindo do pressuposto de que suas práticas já espelhavam os fundamentos de reinados ou ombalas, lanço a seguir uma pergunta de um dos integrantes da caravana de estudantes vindos da província de Kwanza Sul no dia 23 de Maio de 2015 e que pude presenciar, dirigida ao soma inene Ekuikui V: "de onde surgem as demais práticas e os fundamentos desta forma de organização social?"

Antes de mais, trata-se de uma problemática cujas respostas foram e continuam sendo fundamentalmente sustentadas pelas próprias narrativas, onde se destaca o papel dos anciãos em passar este legado da fundação do reino às gerações mais novas. Porém, devo dizer que só recentemente foram surgindo os relatos escritos sobre o assunto. Assim sendo, a tradição oral bem como as fontes escritas consultadas, convergem ao apontar a fundação do reino a partir de 5 indivíduos provenientes de Kwanza Sul, nomeadamente: Ngombe-Ya-Chitungo, Katiavala (filho), Sakassanji e Njokila (seus cunhados) e Kaluelue, todos caçadores e pastores que desta província se deslocaram para as matas do Huambo, nas cercanias das montanhas de Halavala, nas imediações do Monte-Belo, a mais ou menos 33km do Bailundo, a fim de levarem avante as atividades mencionadas e aí se fixaram.

Katiavala, Sakassanji, Njokila e Kaluelue continuaram a exercer a atividade pastorícia, em todas as aldeias em que estivessem, porém Katiavala, farto dessa atividade, desenvolvia práticas que levavam muitos animais a morte, tendo sido denunciado ao pai que, chateado decidiu expulsar o filho do meio familiar.

Esta expulsão terá incitado o espírito de liderança a Katiavala, o que se viria concretizar com a fundação do reino por parte deste, tendo vivido primeiro no morro chamado Sambu e, posteriormente, num outro monte denominado Halavala, onde encontrou as duas figuras anteriormente citadas (os anciãos Mbulo e Chingala). Em Halavala, Katiavala estabeleceu intercâmbios diversos que, do ponto de vista político, terão criado as bases para ascender à categoria de soberano da localidade.

Entendo que estas aldeias até aquela altura, do ponto de vista político, estavam organizadas por grupos de pertença com base no parentesco, ou seja, um grupo de parentes constituía uma aldeia e Katiavala propunha outra forma de organização político-cultural, isto é, uma lógica fundamentada na unidade das partes e, para tal, intimidá-los era o caminho a seguir. Foi assim que notando a ausência dos jovens, que se encontravam exercendo a olomundo, Katiavala fez dois disparos numa árvore e começou a queimar algumas casas feitas com paus e terra e cobertas de capim. Comportamento que afugentou os habitantes incluindo as duas figuras máximas do local, em direção ao rio chamado

Chitunga, localizado na montanha chamada Lumba Nganda que os mesmos viriam batizar por Chitomba.

Considero, portanto, que estas narrativas enfatizam um momento de transformação nas relações de poder na localidade, já que foi a partir daquela etapa que se deu início uma organização política mais centralizada. Esta nova organização implicou, portanto, a união das aldeias que se encontravam separadas. Logo era necessário convocar todas as aldeias para um encontro, a fim de informar-lhes sobre a nova lógica organizacional, o que viria acontecer, e na presença dos aldeões de Víye, Ndulu, Kaliki, Chiaka, e os anfitriões de Halavala.

As narrativas são unânimes em considerar que Katiavala com todo ar de arrogância, poder e com a arma ao lado, foi transmitindo os novos hábitos e costumes e impondo o seu cumprimento, afirmando que quem se abdicasse ao cumprimento, poderia passar por uma pena de morte. Entre as novidades comportamentais, salientou o pagamento de impostos ou tributos, e que a resolução de litígios passaria a partir daquele momento a ser de sua única e exclusiva responsabilidade.

Uma comunidade centralizada do ponto de vista político necessita por um lado, de uma sede ou um centro, isto é, de um local onde serão tomadas as decisões da vida da comunidade, e por outro, de um responsável que se considere legítimo pela maioria e que responderá em primeira instância sobre a comunidade. Foi assim que Katiavala I implantou a ombala, e pensou na realização de uma cerimónia de entronização dele como líder da região, consoante os rituais da cultura de onde era proveniente. Para o efeito, ele convocou todos sem exceções etárias, físicas ou de outras naturezas, incluindo os membros que com ele vieram de Kwanza sul.

As narrativas sobre a entronização de Katiavala I, para além de exteriorizarem o século XVI como o da fundação do reino, exteriorizam também os fundamentos do estatuto que o soma inene Katiavala I, passados mais de quatro, séculos continua tendo na etnia Ovimbundu. Ele (Katiavala I) consta na memória como fundador de uma tradição sucessória praticada desde então, onde o líder/soberano é a referência e ao mesmo tempo mentor do ritual de sucessão ao trono que vigora até hoje no reino. Os vários contos sobre a intronização, os entendo como momento chave de instauração de uma temporalidade, pois diversas teorias sobre rituais apontam precisamente que o mesmo tem relação com a demarcação de uma temporalidade própria, a do antes, do início e o depois e, portanto, de uma sequência de eventos e significados que demarcam e explicam a existência das coisas. É deste modo que ao acionar a narrativa se recua no tempo e revive-se os princípios que este ritual instaura. Aliás, julgo que o conceito de ritual elaborado pela Mariza Peirano, dialoga com esta interpretação ao fazer fundamentalmente menção à categoria de repetição, pois, de acordo com a autora,

> «*Ritual é um sistema cultural de comunicação simbólica. Ele é constituído de sequências ordenadas e padronizadas de palavras e atos, em geral expressos por múltiplos meios. Estas sequências têm conteúdo e arranjo caracterizados por graus variados de formalidade (convencionalidade), estereotipia (rigidez), condensação (fusão) e redundância (repetição)*» (PEIRANO, 2003, p. 9).

A cerimónia de entronização, até os dias atuais movimenta todos os estratos sociais do município do Bailundo, é imensamente festejado, e, de acordo com Peirano, *«em relação aos rituais, em todas as sociedades existem eventos que são considerados especiais»* (PEIRANO, 2003 p. 8), portanto, considerando esta lógica, diria que a entronização para a sociedade ovimbundu deve ser entendida como um desses eventos especiais.

Do ponto de vista político, as narrativas sobre a fundação do reino revelam subsídios sobre a atual organização política do reino. Na região, existiam para além da Halavala, mais quatro aldeias, nomeadamente, Víye, Ndulu, Kaliki e Chiaka, mantendo uma fronteira política entre elas, ou seja, do ponto de vista político, uma aldeia poderia ser ou considerava-se independente da outra, dada a inexistência de uma organização política central que pudesse controlar todas as aldeias da região, e que por sinal surgiu com a fundação do reino.

Porém, entendo que Katiavala I, ao fundar o reino, trouxe a unidade política entre tais aldeias, uma vez que, desde aquele momento aos dias de hoje, tornaram-se "dependentes" de uma estrutura política centralizada ou de um líder comum, e cuja base é a ombala yo Mbalundo, que, como disse, é um local onde são projectadas as políticas que visam, entre outras, garantir a funcionalidade e gestão do reino. Era o começo de uma nova etapa política e cultural no Mbalundo, pois surgia a partir daquele momento o Mbalundo como reino, e Katiavala I, como seu primeiro soma inene, comandando as cinco aldeias incluindo Chitomba.

Desta feita, minha compreensão sobre a organização política do reino (reconheço minha pequenez diante dos mesmos) se contrapõe com todos que, como Martins, defendem que «*os ovimbundu de Angola nunca tiveram uma estrutura política central como os Kikongo e os Ambundu [...]*» (MARTINS, 1993, p. 62). Para mim, a centralização da estrutura política, ocorrida um pouco mais tarde, é o principal argumento a se reter sobre a continuidade e fortalecimento do reino, na medida em que trouxe para as aldeias que se encontravam unidas, por exemplo, do ponto de vista linguístico, a coesão política também. Esta minha perspectiva também me opõe àquela sustentada na clássica e também inspiradora obra de Evans-Pritchard e Fortes, na medida em que eles sustentam a ideia de que as sociedades segmentadas ou com um poder político difuso não apresentam uma forma de poder político centralizado. Me oponho neste caso porque o reino, mesmo após a unificação geo-política, continua segmentado em 4 províncias, nomeadamente, Huambo, Bié, Benguela e uma parte da Huíla, originando a necessidade de representatividade do soberano hierárquico nestas localidades e, por esta razão, tornam-se também indispensável as atribuições de poder e responsabilidades (difusão de poderes) a certas especificidades que doravante passarão respondendo em seu nome nas demais regiões que compreendem o reino, distanciadas da ombala yo Mbalundo. Porém, entendo que este poder de representatividade que se lhes atribui não retira de modo algum o carácter central que remotamente o reino passou a ter, pois que estes representantes terão o dever ou obrigação de prestar contas ou apresentar relatórios orais ao soma inene. Assim sendo, estas regiões segmentadas, por exemplo, do ponto de vista territorial ou geográfico, mantêm uma relação de dependência fundamentalmente política, devendo obediência a um soberano hierárquico comum.

1.2. O passo seguinte

Chamo de passo seguinte, porque segundo os narradores, após a entronização, o rei Katiavala I pensou na importância de ter na ombala um local onde, entre outras, se articulariam diretrizes visando garantir o bem-estar coletivo, e onde os anciãos passariam seus testemunhos aos mais jovens. Foi com este propósito que Katiavala I pensou na construção de um Onjango que, de acordo com o rei Ekuikui V, seu valor simbólico, continua patente, pois foram suas as seguintes palavras "*os nossos ojangos, são muito importantes na cultura ovimbundu, e aqui em minha casa eu tenho, pois nem todos devem entrar na casa oficial do rei assim como o meu professor costuma entrar, é lá onde eu recebo quase todos, recebo queixas, aconselho. Eu trabalho dentro deles, trabalho lá mesmo*". (Entrevista feita em sua residência).

Portanto, os onjangos devem ser vistos e interpretados não somente física ou arquitectónicamente; eles são muito mais do que parecem ser diante de uma simples observação. Merecem uma interpretação fundamentalmente antropológica, que levará em consideração as funções simbólicas imbricadas a ele e atribuídas localmente logo após a fundação do reino e que perpetuaram até aos nossos dias. Só uma interpretação a este nível nos levará a conceber os onjangos como uma instituição e não como moradia e ou um simples local de diversão, como um local imprescindível para a vida da comunidade local, pois é lá onde são analisados os mais diversos problemas da comunidade e, em simultâneo, projectados os mecanismos de solução dos mesmos. Não é por acaso que existe dentro da ombala um onjango chamado universidade (ver imagens nº 1 e 1**)** e de uso exclusivo do rei e da sua corte, e outros considerados como gabinetes como, por exemplo, o do usonehi, bem como o onjango central, localmente chamado de tribunal (ver imagem nº 12).

Imagem nº 1 - *Universidade da ombala.* / Imagem nº 2 - *Interior da universidade*
(Fonte: *Arquivo pessoal*)

1.3. De Halavala Para Mbalundo

Durante a construção do ojango, com as finalidades supracitadas, e ainda segundo as narrativas da tradição local, apareceu uma Toupeira com uma omemba (o que é normal, pois, alguns seres desta espécie animal apresentam esta pintura em suas testas, mas atendendo ao momento, foi estranho para Katiavala e companheiros) agarraram a mesma e Katiavala a observou atentamente e percebeu que ela apresentava alguma semelhança com uma prática local que se chamava ombalundo, diferindo apenas nas cores, pois que

a Toupeira apresentava-se pintada a branco e os ovimbundu utilizavam a cor preta para adornar seus corpos. Ou seja, a semelhança consubstanciava-se na pintura que os homens e mulheres desta região faziam no rosto, onde os homens pintavam da testa à ponta do nariz, e as mulheres em forma circular pintavam as bochechas.

Esta pintura era um símbolo de reconhecimento dos membros pertencentes ao reino, pois que, com o passar do tempo, tal prática generalizou-se em todas as aldeias passando a ser um marco dos ovimbundu, o que permitia a sua identificação em qualquer parte de Angola em que os mesmos se encontrassem, bastando, para o efeito observar tais pinturas em seu rosto, isto no século XVI.

Ekuikui V disse-me que "*hoje já não é hábito pintar a cara e as bochechas, mas uma das aldeias da comuna de Luvemba ainda se pintam. Mas todos os indivíduos do sul aqui no nosso país lhes zombam até hoje de bailundus e as pessoas não sabem porque, só chamam, eles não sabem que nem todos do sul são bailundus, vocês professores também devem lhes ensinar isto*" (Entrevista feita em sua residência).

Deve reter-se aqui o fato de as narrativas apontarem o aparecimento da Toupeira no momento da construção do onjango, como a causa que inspirou Katiavala I a alterar o nome da região que se chamava Halavala para Mbalundu. Sanjukila dialogou com esta crença local ao postular que após a observação atenta que Katiavala I fez do animal e dos seus súditos, exclamou alto na língua local dizendo «*etali onduko ya Halavala yapua. Chilo ame mbalundu momo ndikassi povipala viowiñi wossi*». (IBIDEM, 1997 p.18). (*A partir do presente momento, o local em que nos encontramos deixou de ser Halavala passando a chamar-se Mbalundu, pois está bastante claro na testa de todos vós*). E a partir daquele momento aos dias de hoje este nome continua sendo a designação do reino.

1.4. De Katiavala I a Ekuikui V

O Mbalundo, desde que Katiavala I decidiu fundá-lo, várias foram as figuras que deram e continuam dando o máximo de si para que esta organização consuetudinária continuasse existindo. É uma organização baseada na consanguinidade real ou mística e, por isso, exige um meio de transmissão de herança, preferencialmente que as una a uma das genealogias biológicas que qualquer um recebe ou transmite: a matrilinear e patrilinear.

Segundo Ekuikui V, "*a linhagem de Katiavala no nosso reino acabou quando ele morreu porque o que lhe seguiu, não era e nem veio de Kuanza Sul e também não era família de sangue dele.*" (Entrevista feita em sua residência). Este esclarecimento de sua majestade me levou a certos questionamentos, a fim de poder entender quais foram os procedimentos usados para que se encontrasse o sucessor de Katiavala I.

Desta feita, tanto no passado quanto hoje, a consanguinidade foi e é o indicador central para se determinar a sucessão. Porém, também acredito que para além deste indicador, foram e são considerados outros aspectos como a procedência da linhagem residencial/familiar (já que com a morte de Katiavala I, o poder passaria para os naturais de Mbalundo), a observância sobre os conhecimentos locais, dos seus hábitos e costumes, o espírito de liderança, a concordância da voz do povo e sem deixar de lado, fundamentalmente hoje, o parecer do Estado. Esta interpretação julgo dialogar com a teoria da arte de governar que Foucault chamaria de continuidade ascendente, pois de

acordo com o autor «*aquele que quer poder governar o Estado, deve primeiro saber se governar, governar sua família, seus bens, seus patrimónios*» (FOUCAULT, 2014, p. 412). Com isto, entendo que alguns destes princípios terão norteado para que se efetuasse a escolha do sucessor de Katiavala I. E mais, deve-se ter sempre em vista que o sistema de parentesco nas comunidades africanas é bastante alargado, levando em consideração não só aspectos sanguíneos. Portanto, falar de parentesco em África, torna-se importante considerar a vastidão que este indicador ostenta, para assim pensarmos e entendermos ele para além da consanguidade e da afnidade.

Outro aspecto que de igual modo deve ter contribuído para outras rupturas consanguíneas na sucessão foi o momento político bastante conturbado de guerras que Angola viveu. Na fase de administração colonial portuguesa, esta constantemente intervinha em certos momentos na organização política do reino para fazer valer seus interesses, e mesmo no pós-independência, o país mergulhou numa Guerra Civil, onde determinadas forças políticas exerciam sua influência direta no reino, tentando fazer com que o mesmo ficasse sob tutela de determinadas forças políticas e influindo e tentando alterar seus ideais, como mecanismo de salvaguarda de seus próprios interesses em detrimento dos interesses locais do reino. De acordo com Isso «*O comissário David Sapata foi a primeira autoridade governamental a subverter os princípios da entronização dos "reis" do Bailundo, segundo os quais, apenas podem ser reis pessoas de sangue azul, ou seja, que possuem a linhagem real*» (ISSO, 2009, p.3).

Julgo interessante esta transplantação de critérios e linguagem usados nos reinos europeus para as situações africanas, mais precisamente no Reino do Mbalundu. Ainda segundo Isso,

> «*David, sub-repticiamente, favoreceu e contribuiu para que um dos seus amigos, Benjamim Pesela Tchongolola, um granjeiro, se autoproclamasse rei do Bailundo, embora por pouco tempo, porque, em 1979, o comissário David Sapata não sobreviveu a uma emboscada da UNITA, que também dizimou centenas de pessoas que vinham com ele na via do Alto-Hama ao Bailundo*» (IBIDEM, 2009, p. 3-4).

Portanto, diante disto devo dizer que o que se concebe como costume não se deve entender como algo fixo, pois, a sua permanência, resistência ou apresentação dependeu fundamentalmente de quem os viveu ou os praticou. Logo, o processo deve ser entendido considerando um conjunto de factores internos e externos (guerras, mortes, política…) e que, apesar das alternâncias no processo, como consequências de tais factores, há algo que se instaura como continuidade como -tradição sucessória -, e que se deve compreender no tempo, isto é, o fato de que a bem ou mal, legítimo ou ilegítimo, se tratou sempre de achar alguém para que se seguisse com a tradição que era justamente a de ter um líder, um soma inene, alguém que, entre outras, fosse capaz de exercer este papel e unificar a região, de lutar contra inimigos externos. E por esta razão, mais do que questionar desde o seu próprio lugar ou sua legitimidade, o interessante é compreender que um após outro, um novo soma inene foi empossado.

Para mais esclarecimentos, julgo ser pontual e com algumas limitações, citar, para depois descrever, o conjunto de soberanos que desde a fundação do reino até aos dias de

hoje se destacaram e se destacam como soma inene do Mbalundo. As limitações a que me refiro devem-se ao fato da quase inexistência de referências bibliográficas sobre o reino e o cuidado exercido pelos entrevistados ao falar do assunto. E nas entrevistas que tive, sobretudo com o atual soma inene e membros de sua corte, não me foi possível colher informações que me permitissem com precisão falar de todos. Notei a existência de certa descontinuidade sobre o que existe escrito, bem como no que a oralidade conserva sobre cada um deles, impondo-se assim o prosseguimento desta pesquisa.

Com isto, quero antecipar que a descrição que farei apresentará em determinados momentos um aspecto descontínuo. Entre eles, apontaria como primeiro, o tangente a questões decorrentes da própria sucessão, seus princípios e práticas. O segundo estaria ligado aos factores externos, fundamentalmente as interferências da administração colonial portuguesa, que visando descentralizar o poder político do reino, transformou, por exemplo, o reino em sobados, e os losoma, de súditos do soma inene, em soberanos submetidos ao regime colonial.

Apesar do aspecto descontínuo que os reinados apresentam, é imperioso realçar que um fato perpassa em todos eles e que pode ser entendido como um denominador comum. Refiro-me à contínua luta em defesa dos mais variados direitos do reino. Assim sendo, desde a sua fundação até ao presente momento, a memória oral contabiliza 36 soberanos[1], nomeadamente: Katiavala I (por volta de 1700); Jahulu I (por volta de 1720); Somandalu; Chingui I (1774-1776); Chingui II (1776-1778); Ekuikui I (por volta de1780); Numa I (por volta de 1800); Hundungulu I (1800-1810); Chissende I (1810-1811); Junjulu; (1811-1818); Ngunji (por volta de1818); Chivukuvuku Chama Chongonga (também por volta de 1818); Utondossi (1818-1832); Bunji (1833-1842); Bongue (1842-1861); Chissende II(1861-1869); Vassovava (1869-1872); Katiavala II (1872-1875); Ekongo Liohombo (1875-1876); Ekuikui II (1876-1890); Numa II (1890-1892); Moma (1895-1896); Kangovi (1897-1898); Hundungulu II (1898-1900); Kalandula (1900-1902); adjunto Mutu-Ya-Kevela (1902-1903); Chissende III (1904-1911); Kadimba Jahulu II (1911-1935); Mussitu (1935-1938); Chinendele (1938-1948); Filipe Kapoko (1948-1970); Félix Numa (1970-1982); José Maria Pessela Chongolola (1982-1986); Manuel da Costa, com o epíteto de Ekuikui III (1986-1996); Augusto Cachitiopololo, com o epíteto de Ekuikui IV (1996-2012) e Armindo Francisco Kalupeteka, com o epíteto de Ekuikui V (desde 2012).

1.4.1. Soma inene Katiavala I (por volta de 1700)

Katiavala I é o nome mais sonante dos losoma inene do Mbalundo depois de Ekuikui II. Não me é possível precisar o período de seu reinado, porém, de acordo com a oralidade, acredito que tenha sido em torno de 1700. Foi natural da província de Kuanza Sul, tendo-se deslocado para Bailundo por imperativos da atividade que na companhia de seu pai desenvolviam, isto é, a caça e a pastorícia.

São várias as motivações que levam diversos integrantes da sociedade local, a se lembrarem de Katiavala I, sempre que precisam tecer considerações sobre o reino. Porém, nesta vastidão de memória, é importante salientar o fato de o mesmo constar como sendo

1. Esta lista de soberanos a constituí de acordo com as obras de Florêncio (2009, p. 175); Sanjukila (1997, p. 19-20) e MAT (2004, p. 94). Contei ainda com os esclarecimentos de Ekuikui V (atual soberano) e de Fernando Hosi (Usonehi da ombala).

o fundador do reino, a figura que atribuiu o nome ao mesmo, isto é, de Halavala para Mbalundo, como consequência de um costume local (adorno corporal) que os habitantes de Halavala tinham e que se chamava ombalundo.

Para os analistas da estrutura política do reino entendo que somos obrigamos a referenciar Katiavala I em nossas análises, por ser o mentor da centralização do poder e da coesão política no reino.

Nesta altura, Angola já estava invadida pelo Império Colonial Português, desde 1482, porém não se registam fatos de guerrilha de Katiavala I contra o Império Colonial Português, pois julgo que nesta altura (por volta de 1700) a administração colonial portuguesa levava avante o seu plano de exploração ou prospecção das mais variadas regiões que, como o Bailundo, localizam-se no interior de Angola, depois de já se instalarem nas regiões litorais que constavam como prioridade[2].

1.4.2. Soma inene Chingui I (1774-1776)

A memória oral registra que este foi o quarto soberano do reino. O seu reinado foi marcado de relativa tranquilidade embora não absoluta, porque no seu começo, não foi alvo de ataques, pois, apenas uma franja muito reduzida de indivíduos se deslocava em regiões de sua jurisdição com o escopo de explorar. Refiro-me às expedições de exploradores como Serpa Pinto, Silva Porto, Roberto Ivens e outros. Posteriormente a presença destes foi aumentando, criando, deste modo, condições para que efetivamente o Império Colonial Português pudesse se instalar no local, o que motivou, entre outras, duas guerrilhas marcantes, na primeira, os defensores do Império Colonial Português foram vencidos pelos súditos de Chingui I. A segunda foi um contra ataque a todos os níveis brutal, que culminou na fuga do soma inene e sua força para uma fenda que se localiza na serra Lumbanganda. Esconderijo que viria ser denunciado pelo suborno da inakulo (rainha), culminando na detenção do soberano, que com sua esposa foram levados para Luanda, onde se lhes ofereceu uma residência onde foram mantidos em regime de prisão domiciliar. Durante este período, produziram um filho a quem se chamou de Elanga Ngongo Chikundiakundi Puka Kaliliwa Lonjila Ekuikui.

1.4.2.1. Estratégia tomada pela administração colonial portuguesa

Ainda de acordo com os relatos orais, Chingui I viria falecer ainda em Luanda, e a administração colonial portuguesa, em respeito aos hábitos e costumes do reino, conservaram seu crânio. Ao aperceberem-se de que o filho poderia suceder seu pai, decidiram ir incutindo desde cedo suas ideologias, para facilitar as cooperações futuras. Para tal, o matricularam numa escola onde estudou até a adolescência. Elangala Ngongo Chikundiakundi Puka Kaliliwa Lonjila Ekuikui casou-se com Nangalangui. A mãe do príncipe não abandonou Luanda até a sua morte.

2. Julgo ser importante correlacionar a fontes orais com os documentos de registo de portugueses ou outros que descrevem a fase da chegada da comitiva de Diogo Cão em Angola (1482), a da prospecção e o começo do colonialismo. Porém nesta fase ou etapa do trabalho não foi possível fazer esta análise comparativa, não só por causa do pouco tempo durante a pesquisa de campo, mas também porque o Arquivo Histórico de Angola se encontrava com as portas fechadas durante boa parte deste mesmo período, por contas de um processo de restauro que sobre o mesmo se fazia. Todavia, em próximas fases, julgo que isto já será possível.

Julgo importante considerar o fato de que, mesmo presos, perdendo o poder e destronados, as narrativas demonstram que até por parte do Império Colonial Português, eram concebidos como soma inene e inakulo, e se reconhecia a importância de se ter alguém como autoridade local que dialogasse com seus apetites. Isto me parece também ser um forte indicador para afirmar, ainda que de forma hipotética, que havia o reconhecimento das condições e importância do soma inene e do seu sucessor e que estaríamos diante da atualização da tradição reinal.

1.4.3. Soma inene Chiliva Bambangulu com o Epíteto de Chingui II (1776-1778)

A comunidade acredita que Chingui II foi empossado como sucessor de seu pai Chingui I. Comandou os destinos do reino durante algum tempo. Seu reinado no tangente ao relacionamento com o Império Colonial Português se diferenciou em grande medida da do seu antecessor, pois foram vários os ataques contra o reino, motivadas por várias causas, onde poderia destacar duas: a primeira está ligada ao fato de o Império Colonial Português ter sob seu controlo aquele que a seu entender seria o substituto de Chingui I, e por eles formado. A segunda deve-se ao fato das contínuas ocupações das terras afetas ao reino por parte da administração colonial portuguesa.

E, foi numa dessas frentes que o soma inene faleceu, até ao ponto de seus súditos não poderem sequer recuperar o corpo do chefe, para além de perderem duas das 5 aldeias, isto é, as do Víye e Andulo. Aqui está implícita a ideia do poder centralizado através da união das aldeias na guerra contra o regime colonial português. Outro fato marcante durante o reinado de Chingui II foi a passagem do reino por várias calamidades naturais como, por exemplo, a seca.

1.4.4. Soma inene Ekuikui I (Em torno de 1778/1780 até 1780)

Filho de Chingui I e irmão de Chingui II. Foi segundo as narrativas, a figura predileta no entender do Império Colonial Português para dirigir o reino, que após a morte de Chingui I, ficou sob tutela de Chingui II. Mesmo assim, a administração colonial portuguesa enviou-o para o reino, com a finalidade de desenvolver contactos com os membros locais da referida administração.

1.4.4.1. Ascensão de Ekuikui I ao trono e a quebra do pacto deste com a administração colonial portuguesa.

Segundo os relatos orais, esta ascensão não foi de todo modo fácil, apesar do apoio por parte da administração colonial portuguesa. Isto viria a acontecer aproximadamente só nos finais do século XVIII, com a morte de Chingui II. Aos poucos, Ekuikui I entendeu que a essência de seu reinado passava pela defesa de sua população e das terras, porém, pactuar com Império Colonial Português, jamais aconteceria. Percebeu ao mesmo tempo que unidos poderiam lutar contra tudo, tendo com este propósito enviado seus homens para que fossem ao Huambo, Víye e Andulo conquistar mais elementos, e orientou-os para que prometessem melhorias significativas a todos que aderissem aos seus planos. O envio dos seus súditos a estas regiões do reino demonstra a sequência da forma de organização política centralizada do reino. Durante o seu reinado, Ekuikui I deu primazia às relações de poder, reconhecendo a sua soberania e limitações.

Um número considerado de ovimbundu o lembra como o principal mentor do povoamento e união do reino e o fundador de Chilume, bairro por onde moraria boa parte dos indivíduos oriundos de outros cantos que se juntavam ao reino. Acredita-se que vítima de doença, Ekuikui I viria morrer tendo sido sucedido por Numa I. depois passaram como soberanos as seguites figuras: Hundungulu I; Chissende I; Junjulu , Ngunji e Chivukuvuku Chama Chongonga (por volta de 1818 e seu governo ficou marcado particularmente pela implementação da representatividade, dando início ao poder difuso ou difusão do poder).

Devo dizer que este fato explica o elevado número de companheiras ou de esposas que boa parte dos losoma inene do Mbalundo tiveram, considerando a filosofia local segundo a qual se considera esposa, toda a mulher com quem um ovimbundu tiver filho.

1.4.5. Soma inene Ekuikui II (1976 – 1890)

Jolomba Chissenjele (Ekuikui II) filho de Chivukuvuku, que viveu e cresceu na ombala, fato determinante para que ele ascendesse ao estatuto de soma inene, na medida em que assimilava bem o que lhe era ensinado bem como o que observava. O que viria acontecer em 1876, com a morte do rei Ekongo Liohombo, num período em que o Império Colonial Português aumentava consideravelmente o processo de ocupação nas atuais províncias do Huambo, Benguela e Bié.

De acordo com as narrativas, seus objetivos não diferiam na essência com os de seu pai, combatendo essencialmente por via do diálogo a separação e dispersão que o Império Colonial Português incentivava entre os ovimbundu. Seus ensinamentos, através de provérbios, espelhavam seu espírito de unidade e diálogo. De acordo com Sanjukila, foram de Ekuikui II as seguintes palavras, «*olumena hepunguko; epungu te nda likassi ondunda. Okoti kamosi halueyoko; olueyo te nda lukasi ocitungo. Tulikuati omunga vossi yetu oco katuyuliwa*» (IBIDEM, 1997 p. 28). Segundo a tradução feita pelo ussonehi da ombala, o senhor Fernando Hossi, em Português significaria: "*um punhado de milho, posto no almofariz depois de triturado, obtemos o pirão, mas se colocarmos apenas um grão não teremos esta farinha preciosa. Só conseguiremos varrer o quintal enquanto tivermos em mão uma vassoura mas se tivermos apenas um palito, não conseguiremos"*.

As narrativas apontam-no como o primeiro que em 1880 recebeu uma comitiva de missionários protestantes e posteriormente católicos, por perceber que os mesmos ajudariam a massificar os valores que o mesmo defendia. Foi assim que em Outubro de 1880, , os missionários construíram a Missão de Chilume, que, por sinal, em Angola é a primeira missão da Igreja Evangélica Congregacionista em Angola – IECA.

Ekuikui II, atendendo ao número elevado de suas esposas (60), teve muitos filhos, e no seio destes, um chamado Kapiñgala destacou-se na comunidade de Luvemba. Kapiñgala tinha a missão de representar seu pai, cuidando, sobretudo, das fronteiras do reino com as terras de Kwanza Sul. Kapiñgala é que dá origem ao rei Augusto Cachitiopololo que após a sua entronização, se lhe atribuiu o epíteto de Ekuikui IV.

As narrativas sobre o seu reinado permitiram-me compreender a questão da revitalização da linhagem como consequência da poligamia, considerando a perspectiva matrilinear na tradição sucessória. Porém, ele próprio, assim como Ekuikui I e Chingui I, pode ser visto como exemplo para se explicar a perspectiva patrilinear na tradição sucessória, pois sucederam a seus respectivos pais. E, por fim, também se pode usar

Ekuikui II para exemplificar a lógica do neto substituir o avô ou tio-avô, na medida em que um de seus netos, no caso Ekuikui IV, viria posteriormente ascender a categoria de soma. O seu reinado marca também uma nova era no sector religioso na região e em Angola, ao receber, acatar e criar condições para que igrejas de matriz ocidental se instalassem na região.

1.4.6. Soma inene Numa II (1890-1892)

Segundo as narrativas, teve uma missão difícil na medida em que, com a morte de Ekuikui II, o reino entrou numa fragilidade, catalisada pelo português Justino Teixeira da Silva, que passava informações politicamente estratégicas aos seus compatriotas que tudo faziam para se aproximarem e controlarem ainda mais a região. Foi, ainda, alvo de traições de seus súditos e da inakulo.

Acredita-se que, por fruto das informações sobre estratégias de guerrilha do reino, as tropas coloniais portuguesas tinham, por intermédio de Teixeira, visto o reino cercado e novamente introduzido em guerrilha, onde Numa II e seus súditos ofereciam resistência. Esta resistência viria a ser enfraquecida no momento em que os guerrilheiros de Numa II passaram a ser aliciados pela administração colonial portuguesa, pois boa parte dos súditos captularam-se ao Império Colonial Português, que os transformou em escravos.

As mulheres locais eram vítimas de abuso sexual por parte das tropas coloniais portuguesas, tendo, inclusive, estuprado a inakulo, fato que deixou indignado o soma inene, que de imediato mobilizou seus súditos que não se haviam captulado para guerra contra as tropas coloniais portuguesas. O combate durou meses, mas fruto da diferença quantitativa e qualitativa de armamento, Numa II e sua força de guerrilha recuaram e dispersos, povoando as regiões de Mungo, Luvemba, Lunge, Namba e Bimbi. De recordar que foi nesta última região onde Numa II morrera.

1.4.7. Soma inene Kalandula (1900-1902)

Narra-se que durante o seu reinado contou sempre com a colaboração do epalanga Mutu-ya-Kevela. O reino vivia uma crise ainda maior, no que se refere à organização política uma vez que o Império Colonial Português tinha praticamente o mesmo sob seu controlo, ao ponto de montarem uma cerca em torno deste.

De acordo com a oralidade, Kalandula perdeu o trono e morreu por ter aceite um convite e imperado para que todos da sua corte fossem com ele. No local, foi posta uma banheira contendo bebida alcoólica e num regime de bar aberto a festa foi decorrendo. Porém, o epalanga bebia controladamente e se manteve calmo, enquanto outros, a exemplo do soma inene, bebiam descontroladamente. Embriagado, Kalandula persuadiu sua corte para que o acompanhassem até ao quartel militar português, para responder aos convites anteriores. Porém, o epalanga Mutu-ya-Kevela negou. O soma inene e parte dos lossoma vionduko foram ao exército, marcando o fim de sua soberania, pois, depois de recebidos pelo comandante do exército colonial português, foram automaticamente detidos e mortos.

As narrativas sustentam que Mutu-Ya-Kevela, apercebendo-se da morte do soma inene e dos lossoma vionduko que com ele estavam, ficou bravo, e como sinal de manifestação de sua fúria, fez dois disparos em direção ao quartel militar português. De acordo com

Sanjukila, após os disparos, disse: «*ame Mutu-Ya-Kevela, lalimue eteke ndilonoha ndaño waneleleki ocita coloneke. Omuenyo wassoma yange, te walifeta lovimuenyo viene.*» (IBIDEM, 1997, p. 34). (*sou o Mutu-Ya-Kevela, o que significa, Abóbora rija que nem em cem dias coze. Vingarei a vida do meu rei e vós pagareis com vida*).

1.4. Soma inene Mutu-ya-Kevela (1902 - 1903)

Narra-se que Mutu-Ya-Kevela assumiu o reino em condições difíceis, dada a quase inexistência de membros para constituir uma corte que pudesse responder aos ataques do exército colonial português. A missão se tornou ainda mais difícil para o novo soberano porque a administração colonial portuguesa continuava a arrastar para si boa parte dos jovens do reino, que não resistiam ao processo de aliciamento e que temiam um destino semelhante dos constituintes da corte do rei Kalandula. Por esta razão, acredita-se localmente que poucos foram os jovens de Mbalundo que se uniam ao soma inene, tendo para tal se dirigido para a região de onde era natural (Luvemba), incutindo na mente de seus conterrâneos a necessidade de se juntarem em defesa dos interesses do reino. De lá, dirigiu-se e com o mesmo escopo a cidade do Huambo, onde, recebido pelo soma inene Samakaka, desenvolveu cooperações e criaram estratégias para que juntos combatessem o Império Colonial Português. Devidamente organizados e com um grande número de homens mobilizados, foram lentamente vencendo e recuperando aos poucos suas áreas perdidas nas mãos do império colonial português, culminando com a criação de uma base estratégica a curtos quilómetros da base militar portuguesa.

De acordo com as narrativas, as vitórias de Mutu-Ya-Kevela e Samakaka conheceram seu fim com a traição do Pe. Gueep, que preparou seus homens com o intuito de pacificar as partes e infiltrou no seio destes soldados do exército colonial português que com os rostos devidamente pintados a preto partiram em direção à base militar portuguesa, passando sem constrangimento pela ponte onde estava montada o quartel dos losoma inene e seus súditos. Postos lá, reforçaram o exército militar português e de imediato partiram para uma invasão a base de Mutu-Ya-Kevela, Samakaka e suas tropas. Estes, surpreendidos, não resistiram à invasão e colocaram-se em fuga. Fernando Hossi, Usonehi da ombala, disse-me que, "*os reis Mutu-Ya-Kevela e Samakaka, eram os que mais os portugueses queriam matar, mas não conseguiram porque os nossos reis têm poder, eles viram pássaros pretos voam, e naquele dia eles se viraram em pássaros pretos e voaram, foram embora e os portugueses ficaram de boca. Os nossos reis tiro não entra, são poderosos, os seus corpos são trabalhados, por isso não é qualquer pessoa que pode ser rei, senhor professor"* (Entrevista feita em sua casa).

Ekuikui V, durante a visita de estudantes vindos de Kwanza Sul, afetos à Universidade Katiavala Buila, confirmou a prática de transformação de um soma inene em pássaro negro ao afirmar que "*Eu quando for necessário me transformo em pássaro preto e voo, aquela, é a minha porta de saída e entrada*" (afirmação feita na ombala yo a mbalundo).

Acredita-se que os soberanos do Mbalundo são dotados também de algum poder sobrenatural, do qual se servem muitas vezes como meio para educar seus súditos, de antever qualquer calamidade e pensar em mecanismos de prevenção, de cobrar destes o devido respeito e admiração, pois o domínio de tais práticas era e é privilégio daqueles

considerados intermediários entre vivos e mortos, o que é, segundo a crença local, uma das funções de um rei.

Porém, o que se sabe é que Mutu-Ya-Kevela e Samakaka desapareceram neste combate para nunca mais serem vistos, marcando assim o fim de seu reinado. Ainda que tivessem morrido durante o combate, passar esta informação de forma correta criaria duas lacunas a nosso entender, a primeira, é que amedrontaria ainda mais aqueles membros do reino com idade e postura física para garantir a segurança e defesa do reino. A segunda é que estariam criando condições para o derrube de um conjunto de crenças sobre a figura de um rei, que naquela altura os ovimbundu tinham, entre elas, a da imortalidade do mesmo por tiro. Hoje a população continua acreditando segundo Sanjukila que, eles voaram em direção à terra dos Kwanhamas.

Julgo que dois factos devem ser retidos nestas narrativas e que espelham as relações interétnicas e as cooperações políticas que os reinos angolanos desenvolviam. E é isto que se pode entender da viagem que Mutu-Ya-Kevela efectuou ao reino do Huambo, para dialogar com o seu homólogo Samakaka, diante das dificuldades políticas que o Mbalundo atravessava. Foi graças a esta cooperação fundamentalmente política que a situação viria a conhecer melhorias. Outrossim é que as instituições étnicas dialogavam, e os soberanos étnicos deslocavam-se para outras regiões étnicas a fim de trocarem impressões sempre que estivessem a passar por uma situação e acreditassem que seu colega poderia ajudar-lhe na busca de soluções. É assim que um rei do Bailundo poderia deslocar-se em direção ao rei dos Kwanhamas, e vice-versa, com os propósitos supracitados. Esta é uma das lógicas que se pode compreender da, crença local de que os losoma inene Mutu-Ya-Kevela e Samakaka não haviam morrido, mas sim se deslocado ao reino dos Kwanhamas.

1.4.9. Soma inene Chissende III (1904-1911)

Narra-se que o começo de seu reinado foi marcado por momentos bastante conturbados, pois, para além de combater o Império Colonial Português, fenômenos naturais como a seca davam cabo do gado e das culturas, provocando a fome na região. Para além disto uma epidemia tomou conta da região, provocando a morte de centenas de pessoas, levando o soma inene a mudar a ombala para um outro local, porém sempre no interior de Mbalundo pensando que esta mudança poderia trazer a calma ao reino, o que não acontecera.

1.4.9.1. Chingui I, a causa das epidemias e outros males no reino

Notando que nem a mudança geográfica da ombala resolveu os imensos problemas que o reino vivia Chissende III foi obrigado a recorrer aos serviços dos doutores tradicionais que, fazendo uso de seus meios botânicos, afirmaram que tudo se devia ao crânio do rei Chingui I, que havia sido conservado em Luanda pela administração colonial portuguesa e que se fossem a busca do mesmo, as coisas voltariam ao normal. Chissende III entendeu e orientou para que membros de sua corte percorressem sensivelmente 600km em busca do crânio.

Chissende III viria a falecer, mas acredita-se que marcou o Império Colonial Português pela sua coragem e profundo respeito aos seus hábitos e costumes, sobretudo ao sucedido quando sua corte se dirigiu a Luanda em busca do crânio de Chingui I, pois,

de acordo com Sanjukila «*este acontecimento foi acolhido com admiração por parte dos portugueses, criando algum temor pelos ritos tradicionais angolanos*» (IBIDEM, 1997, p. 37). Portanto, devo dizer que estamos diante de uma convergência entre o mito e a história, e que torna-se importante sempre não perder de vista que os mitos por si só têm a sua estrutura, parafraseando L. Straus em As mitológicas.

1.4.10. Soma inene Kandimba Jahulu II (1911 - 1935)

Segundo a memória local, o soma inene Kandimba Jahulu teve um reinado marcado pela redução seguida da abolição da autonomia das autoridades locais, por parte da administração colonial portuguesa, que visava com isto, descentralizar o poder para fragilizar o reino. Para tal, motivou o surgimento de várias ombalas ao transformar e reduzir o reino em sobados. De acordo com Sanjukila, «*dividir para melhor reinar*» (IBIDEM, 1997, p. 37) era o lema do Império Colonial Português. Foi nesta senda que as regiões de Mungo, Luvemba, Bimbe e Lunge, que antes dependiam politicamente da Ombala yo Mbalundo, tornaram-se independentes, marcando a ruptura da coesão política do reino a favor do Império Colonial Português. Ou seja, Kandimba foi destituído politicamente por parte da administração colonial portuguesa, que ao mesmo tempo impunha que o mesmo não fosse visto e respeitado como rei por parte dos ovimbundu, mas que respeitassem como autoridades locais, os losoma (sobas) das respectivas regiões.

1.4.11. Soma inene Manuel da Costa - Ekuikui III (1986-1996)

A oralidade sustenta que o soma inene Manuel da Costa foi oriundo da região de Luvemba. Ekuikui III foi epalanga do soma Chongolola, ascendeu em 1986 e permaneceu no estatuto de soma inene do Mbalundo até 1996, ano de sua morte. Antes ocupou também o cargo de regedor da comuna de Luvemba na ombala de Chicunda. Esta ascensão foi bastante polémica e problemática, criando protestos por parte dos losoma e losekulo da região de Chilume, alegando um possível desrespeito aos princípios genealógicos, fundamentais para eleição de um soma inene. Diziam que Manuel da Costa, o soma inene escolhido, não pertencia à linhagem dos soberanos do Mbalundo, mas sim dos de Luvemba.

De acordo com as narrativas, no seu reinado, Ekuikui III procurou devolver a mística do reino, estabelecendo entre outros, contactos com outras autoridades costumeiras, e com o líder do MPLA-governo, o camarada José Eduardo dos Santos, que várias vezes o convidou para encontros em Luanda como representante máximo do reino. Estas cooperações visavam devolver a coesão política e o reconhecimento do soma inene como soberano. Ekuikui III procurou conservar os hábitos e costumes narrando-os para as gerações mais novas dos ovimbundu; procurou ser uma espécie de biblioteca viva das gerações mais novas, proferia parábolas, como esta de acordo com Sanjukila, «*lilongisi letu tuakulu momo olohaku tukonjeli, kombaka katuendi lene*». Tradução «*aprendamcomosvelhosouanciãos, porque estes ajudam a amarrar o embrulho, mas nem sempre caminharão juntos*» (IBIDEM, 1997, p. 40,41).

1.4.12. Soma inene Augusto Cachitiopololo Manuel - Ekuikui IV (1996 à 2012)

Narra-se que Ekuikui IV foi descendente de Kapiñgala e durante vários anos trabalhou na comuna de Luvemba, tendo, por situações políticas, migrado para Bailundo por voltas

de1980, onde e sob os mesmos problemas rumou para Benguela e posteriormente para Luanda, acomodando-se no Futungo II. Ressalta-se que enquanto cidadão e militante partidário, foi nomeado como membro do Comitê Central do MPLA, partido político e por sinal o maioritário e no poder em Angola desde 1975. Este fato, espelha, claramente a importância e poder que os partidos políticos angolanos atribuem às autoridades locais, visando garantir a sua legitimidade e soberania territorial. Acredita-se no poder que tais autoridades possuem em influenciar seus súditos, logo subentende-se que quanto mais próximo de uma autoridade local um partido político estiver, estará concomitantemente mais próximo da população local.

1.4.13. Soma inene Armindo Francisco Kalupeteca - Ekuikui V - De 2012 ao momento atual

Ekuikui V (ver imagens nº 17 e 18), entronizado numa sexta-feira, isto é, aos 13 de Abril de 2012, é o soma inene ou soberano mais novo de toda história do reino, pois ascendeu ao trono com apenas 38 anos de idade. De acordo com o mesmo, "*eu sou o quinto, na nossa linhagem dos ekuikuis, e é por isso que sou o Ekuikui V. Sou bisneto de Kapingãla Ekuikui e neto de Augusto Kachitiopolo"* (Entrevista concedida em sua residência).

1.4.13.1. Ekuikui V, o escolhido entre os netos

Segundo Ekuikui V, "*somos vários netos, mas quando meu avô morreu, a corte me escolheu, porque eu já trabalhava com ele, trabalhei com ele durante 4 anos, e aprendi muito com ele, já resolvia problemas, também aconselhava meu avô, então quando ele morreu, a corte não duvidou em me escolher"* (Entrevista concedida em sua residência). A narrativa apresenta-nos um aspecto que venho descrevendo e que se deve levar em consideração no processo de escolha visando garantir a tradição sucessória, refiro-me ao fator "competências". Portanto, a sua narrativa, neste caso, nos instrui que não basta apenas ser legítimo do ponto de vista consanguíneo (adquirida), é também fundamental apresentar uma personalidade ou conhecimentos que garanta confiança (atribuída) por parte de quem elege (corte), de quem governarás (povo) e de quem representarás (Etnia). Ser eleito (cargo atribuído) no seio de outros que igualmente possuem condições adquiridas desde o nascimento, pode gerar reclamações e até algumas análises que tentem não legitimar o escolhido, porém a compreensão deste complexo processo de escolha por ser norteado por uma hermenêutica própria, exige uma análise mais profunda e interna, de maneiras a se perceber o leque de aspectos analíticos que determinam a escolha.

1.5. A simbologia no reino

Entendo que toda identidade humana é consequência de uma construção, e a construção e fortalecimento da consciência étnica sempre foi um dos objetivos dos ovimbundu, e, para tal, a simbologia intervém bastante nesse processo que culmina, pelo que entendo, solidificando a coesão étnica. A Ombala Yo Mbalundo, sendo o centro da etnia Ovimbundu, agrega, em certos espaços, parte dos restos mortais, no caso os crânios, de todos aqueles que em determinados momentos lideraram o reino, bem como uma série de objetos que indiretamente ligam os descendentes e conservadores da cultura a seus

antepassados. Outrossim, é que tais objetos testemunham o fato de que a organização no reino é um dado que antecede o período colonial. Eis a descrição e o valor simbólico de alguns objetos e locais na ombala:

1.5.1. Atambo

É um templo, localmente considerado como santuário do reino, um local de respeito particular, sobretudo para o rei e sua corte, pelo fato de ser nele onde jazem os crânios dos reis do reino. É neste local onde o rei e sua corte curvam os joelhos pedindo para que seus antepassados lhes proporcionem as soluções dos mais variados problemas. Refiro-me a problemas de origens naturais, como a seca, excesso de quedas fluviométricas, epidemias e outras catástrofes, bem como aqueles de caráter sobrenatural. Também veneram a estes para agradecer sempre que tiverem êxitos, como grandes colheitas, nascimento, cura. É o local onde o soberano explica a história do reino a todos que visitarem a ombala fundamentalmente para este propósito.

Eles acreditam na existência de dois mundos: um mundo visível onde habitamos e outro invisível habitado por seus antepassados. O mundo invisível é, no entender deles, a fonte de soluções para os problemas do mundo visível. Esta atribuição de funções ou características divinas (deificação) aos seus ancestrais julgo não diferir daquela que é comum entre vários descendentes dos Bantu. Para estes, depois de mortos, seus ancestrais se transformam em espíritos diversos que, ao atuarem sobre a natureza e fundamentalmente sobre o homem, se unem tornando-se num só, como postulou Evans-Prichard, entre os Nuer, pois de acordo com ele, «*é compreensível, portanto, que em relação à ordem social segmentária a concepção do espírito seja dividida em várias refrações, enquanto que em relação à natureza e ao homem em geral a multiplicidade se torna novamente una*» (PRICHARD apud SERRANO, 1983, p 53). Altuna quando refletia sobre os espíritos invisíveis, a fim de poder explicar a pirâmide vital e o monoteísmo Bantu, afirmou que «*o Bantu, situa tais espíritos como intermediários entre a divindade e os vivos*» (IBIDEM, 2014, p. 421).

Isto explica o valor que a comunidade e fundamentalmente o rei e sua corte fornecem ao local. E por este fato, o acesso ao mesmo santuário leva ao cumprimento obrigatório de certos procedimentos por parte de todos. Na porta e esperando por todos que se oferecerem a entrar, está sempre um integrante da corte com um prato nas mãos, contendo no interior Elimbo e óleo de palma. Este membro da corte terá a missão de colocar o seu dedo indicador sobre este óleo e Elimbo e pintar o pulso do membro superior direito e o tornozelo do membro inferior esquerdo, como símbolo de purificação para aceder ao santuário.

1.5.2. Akokotos

Se nos atambo são conservados os crânios, poderá surgir a seguinte questão: onde se enterra o resto do corpo? É exatamente este local (Akokotos), onde se sepulta o resto do corpo de um soberano. É um espaço considerado sagrado por ser o cemitério dos soberanos do reino. O acesso ao mesmo obedece alguns rituais como acontece no Atambo, bem como a oferta de animais.

1.6. Considerações Finais

Procurei neste artigo, com base nas narrativas, demonstrar os critérios mais recorrentes no processo de escolha dos losoma inene, isto é, aqueles baseados na linhagem materna e paterna. Porém, não deixei de considerar os demais ou os regimes de excepção implícitos em tal processo fundamentalmente como consequência de indicação e, às vezes, imposições de organizações diversas. Portanto, temos aí o fato de que as conjunturas políticas mais amplas intervieram sempre nas decisões sobre quem seria o soma inene, embora a população em algumas situações tenha expressado o seu acordo ou não, ora apoiando, ora contribuindo para a sua legitimidade e reconhecimento social, ora contrapondo-se a isto. Porém, diante de tudo isto, a tradição sucessória continua até os nossos dias, sendo um fato no reino do Mbalundo.

Procurei igualmente salientar a questão dos papéis nesses reinados, pois que se ao primeiro soma inene, o fundador Katiavala I, coube unificar as diversas aldeias, dando origem a uma nova forma de organização política, os seguintes, e dentro desta nova lógica de governo no reino, os descrevi com outras e mais atribuições que, de forma geral se sintetizam no papel defesa do reino contra o Império colonial Português, sem deixar de lado o papel religioso, pois, foi com o beneplácito de Ekuikui II, que determinadas igrejas de matriz ocidental se instalaram na região.

A forma como se narra o fim de determinados reinados, como por exemplo o dos losoma inene Mutu-Ya-Kevela e Samakaka, deve ser vista como uma forma de expressão e no contexto mais amplo da própria interação do reino com outros espaços de poder que se consolidam concomitantemente, sejam alianças com reinos vizinhos, sejam antagonismos locais e com as fronteiras regionais e nacionais que estavam e estão sendo consolidadas.

Portanto, fica a ideia de que o reino, no contexto local, foi institucionalizando-se através de alguns dispositivos de reafirmação de poder, que se manifestam com a fixação ou existência da ombala (casa real, palácio), e de outras instituições (onjangos), de um corpo de funcionários ou servidores fiéis (olosoma vionduko), os rituais específicos (entronização, para entrar no Atambo e nos Akokoto), os instrumentos de incorporação do poder e a atribuição de significados a estes objetos (entre outros, a espada, o símbolo de poder e imparcialidade.

Por estas razões, julgo ser oportuno dizer que, neste artigo entre outras, fica a ideia de que muito antes das mais variadas intervenções fundamentalmente políticas do Império Colonial Português no reino, o mesmo já se apresentava em um nível organizacional aceitável do ponto de vista político, cultural, social e económico, o que lhe permitiu resistir aos ataques de todos os níveis e como consequência desta resistência hoje se fala do reino do Mbalundo como uma das mais importantes referência entre instituições consuetudinárias angolanas.

Referências Bibliográficas

SERRANO, Carlos. *Os Senhores da Terra e os Homens do Mar: Antropologia Política de um Reino Africano*. São Paulo: FFLCH / USP, 1983.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO. *1º Encontro Sobre a Autoridade Tradicional em Angola.*1. ed. Luanda: Nzila, 2004.

ALTUNA, Raul Ruiz de Asúa Pe. *Cultura Tradicional Bantu*.2ª ed. Portugal: PaulinasEditora, Prior Velho, 2014.

FOUCAULT, Michel. *Microf]isica do Poder.* Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado.28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014

ISSO, Mbela. *História mais Recente do "Reino" do Bailundo.*Outubro de 2006. Disponíve em <http://www.ovimbundu.org/categoria/hist%C3%B3ria-dos-ovimbundu/hist%C3%B3ria-mais-recente-do-%E2%80%9Creino%E2%80%9D-do-bailundo>. Acessado aos 9 de Novembro de 2014.

MARTINS, João Vicente. *Crenças Adivinhação e Medicina Tradi-cionais dos Tuchokwe do Nordeste de Angola.*Lisboa: ISCSP, 1993.

PEIRANO, Mariza. *Rituais Hoje*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2003.

SANJUKILA, Elias. *Reino do Bailundo: sua história na resistência tenaz contra o colonialismo português*. Huambo/Angola, 1997.

Entrevistados

Árvore de Ganga, 58 anos, reformado.

Armindo Francisco Kalupeteka, 44 anos, soma inene do reino.

Felipe Katuta, 46 anos, pastor.

Fernando Hosi. 63 anos de idade, usonehi da corte.

Domingos Manuel Tchimbulo, 60 anos, sekulo da ombala.

Irineu Cândido Leonardo Sacaála, 57 anos, Administrador cessante do município do Bailundo.

SESSÃO DE ENCERRAMENTO

Mensagem de S. Ex.ª Deputada membro da Delegação da Assembleia da República à Assembleia Parlamentar da CPLP (AP-CPLP) ao XXVIII Encontro da AULP

Professora Doutora Elza Pais

Começo por cumprimentar e agradecer o honroso convite que o Senhor Presidente da Associação das Universidades Língua Portuguesa, Professor Orlando da Mata, Magnífico Reitor da Universidade Mandume Ya Ndemufayo, de Angola, me endereçou para participar nesta reunião, na qualidade de membro da Assembleia Parlamentar da CPLP e de Coordenadora do Programa Pessoa CPLP, no âmbito da 3ª Comissão de Língua, Educação, Ciência e Cultura da AP-CPLP. Infelizmente por motivos de Agenda Parlamentar não me é possível estar presente, como muito gostaria, pelo que envio uma breve mensagem sobre o Programa Pessoa - Mobilidade, Ciência e Desenvolvimento da CPLP.

O "Programa Pessoa" foi lançado pela Presidente da Assembleia da República, Assunção Esteves, durante a Reunião Informal dos Presidentes dos Parlamentos da CPLP, que teve lugar na Assembleia da República, em Junho de 2013.

Com a criação deste Programa pretendeu-se promover o intercâmbio de alunos e professores, assim como a mobilidade entre sistemas de ensino e de formação, no espaço da CPLP, na linha do Programa ERASMUS da União Europeia.

Pretendia-se que este Programa promovesse uma efetiva mobilidade de estudantes e professores do Ensino Superior dos Estados-membros da CPLP, e que permitisse que um estudante inscrito numa instituição de ensino superior de um país da CPLP pudesse desenvolver uma parte do seu ciclo de estudos, durante um determinado período de tempo, numa instituição de Ensino Superior, ou equivalente, de um outro país da CPLP, beneficiando, para isso, de uma bolsa de estudos atribuída pela CPLP.

O Programa dirigir-se-á a Estudantes de Universidades e Instituições do Ensino Superior e formação profissional dos Estados-membros da CPLP.

Na IV reunião da Assembleia Parlamentar da CPLP (AP-CPLP), realizada em novembro de 2013, em Luanda, os Presidentes de Parlamento e Chefes de Delegação aprovaram uma Recomendação no sentido de "construir uma agenda de programa concreto a ser levada às Cimeiras de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, nomeadamente uma agenda para a cidadania, uma agenda social, uma agenda para a educação e uma agenda para o investimento".

Esta ideia de "Uma Agenda para a Educação", foi desenvolvida na V Assembleia Parlamentar da CPLP, Díli, Timor-Leste, em abril de 2014. Nessa reunião, transmitiu-se a necessidade de "aprofundar programas de intercâmbio entre universidades, professores e

alunos, à semelhança do programa Erasmus da União Europeia", destacando-se, ainda, o imperativo de um "maior intercâmbio de experiências, boas práticas e informações entre Instituições dos Estados Membros, responsáveis pela avaliação dos respetivos Sistemas Educativos, com vista ao estabelecimento de um mecanismo que viabilize formas de avaliação transversal dos sistemas no âmbito da CPLP."

Na sequência da discussão deste tema, a VAP-CPLP concluiu e recomendou que "o investimento na educação e formação profissional deve ser o alicerce para o desenvolvimento sustentável dos países membros da comunidade" e "a criação de parcerias estratégicas para o sector da educação, no sentido de se efetivarem as trocas de experiências de forma regular e significativa".

Durante a Presidência da 3ª Comissão, de Língua, Educação, Ciência e Cultura da AP-CPLP, desde abril de 2016, a Delegação da Assembleia da República, na qual me incluo, tem vindo a trabalhar no sentido da consensualização do apoio em torno do tema da "Agenda para a Educação na CPLP". Foi constituído um Grupo de Trabalho no seio desta Comissão, que tenho a honra de presidir, que apresentou à VII Assembleia Parlamentar da AP-CPLP, que reuniu em Lisboa, a 4 e 5 de dezembro de 2017, uma primeira Proposta de Programa Pessoa.

Esta Proposta foi apreciada pela VII AP-CPLP e serviu de base para a aprovação da deliberação nº3/2017 sobre o "Programa Pessoa – Mobilidade, ciência e desenvolvimento" que reconhece este Programa como "instrumento fundamental de aproximação dos países de língua portuguesa que permita a mobilidade dos estudantes, investigadores, docentes e não docentes e o aprofundamento da cooperação científica, académica e formativa e o diálogo e partilha interculturais, permitindo a frequência letiva, durante um período de tempo determinado, de instituições de ensino superior de outro pais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa."

A deliberação nº3 constituiu um passo fundamental no sentido da operacionalização do Programa. Contudo, e dado que o ensino e a educação são uma competência dos Governos, o "Programa Pessoa" só poderá ser desenvolvido com um forte empenho dos executivos da CPLP.

Reconhecendo essa circunstância, os Parlamentares representados na AP-CPLP, membros da 3ª Comissão da AP-CPLP, na reunião de março de 2018, realizada em São Tomé, decidiram remeter a Deliberação n.º 3/2017 para apreciação da Reunião dos Ministros do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia da CPLP, que teve lugar em junho de 2018, com vista à operacionalização do "Programa do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia da CPLP", onde se considerava ser a Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP), a Entidade que reunia melhores condições para o desenvolvimento e operacionalização do Programa.

Na Declaração final daquela reunião, os Ministros do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia da CPLP reafirmaram "o compromisso de fortalecer a cooperação multilateral em ciência, tecnologia e ensino superior para a promoção do desenvolvimento, por meio da capacitação científica e tecnológica das instituições, pesquisadores e estudantes de ensino superior dos estados membros da CPLP" e reiteraram que "os investimentos em ciência, tecnologia e ensino superior são fundamentais para a formação de recursos humanos qualificados que contribuirão para o uso sustentável dos recursos naturais, o crescimento

económico e o desenvolvimento social com vista à melhoria das condições de vida e do bem-estar dos seus cidadãos e, ainda, tomaram nota do Programa Pessoa – Mobilidade, Ciência e Desenvolvimento, proposto pela deliberação nº 3/2017, aprovada pela 7ª Assembleia Parlamentar da CPLP (Lisboa, 2017)".

Em todo este processo foi fundamental o apoio da Senhora Secretária de Estado da Ciência, Professora Doutora Fernanda Rollo, que participou em diversas reuniões da 3ª Comissão de Língua, Educação, Ciência e Cultura da AP-CPLP e muito tem contribuído para os impulsos que este tipo de Programas sempre necessitam no diálogo continuo entre os Parlamentos e os Governos.

Este Programa permitirá à comunidade académica e do conhecimento a utilização de reportórios digitais e a capacitação científica e tecnológica das instituições, pesquisadores e estudantes do ensino superior dos Estados Membros da CPLP.

Os investimentos em ciência, tecnologia e Ensino Superior são fundamentais para a formação de recursos humanos qualificados que contribuirão para o uso sustentável dos recursos naturais, o crescimento económico e o desenvolvimento social com vista à melhoria das condições de vida e do bem estar dos seus cidadãos, como foi afirmado na VIII Reunião de Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, no passado dia 21 de junho de 2018, em Brasília.

A AP-CPLP, e mais especificamente a 3ª Comissão, deposita muita esperança no trabalho que a AULP possa desenvolver, e na sua capacidade para operacionalizar um Programa que muito pode contribuir para o reforço do diálogo e intercâmbio cultural e do conhecimento de estudantes e professores do Ensino Superior neste espaço CPLP de identidade e diversidade, contribuindo desse modo para o reforço da circulação e mobilização de pessoas entre os países da CPLP, para o aprofundamento da nossa comunidade de história, língua, laços e valores comuns.

Antecipadamente grata pelo impulso que essa reunião da AULP possa dar ao desenvolvimento e operacionalização do Programa Pessoa – Mobilidade, Ciência e desenvolvimento da CPLP.

Discurso do Magnífico Reitor da Universidade Mandume Ya Ndemufayo e Presidente da AULP

Professor Doutor Orlando Manuel José Fernandes da Mata

Excelência Prof. Doutor Eugénio da Silva, Secretário de Estado para o Ensino Superior;
Excelência Professora Maria João Tchipalavela, Vice-Governadora Provincial da Huíla para o Sector Político Social e Económico;
Ilustre Professora Rosa Cruz e Silva;
Magníficos Reitores e Directores de Institutos Superiores;
Distintos Conferencistas;
Caros convidados;
Minhas Senhoras e Meus Senhores;

É com o sentimento de dever cumprido, que mais uma vez aproveito este momento para expressar os meus agradecimentos a todas as entidades protocolares e académicas do espaço lusófono, que com a sua presença, prestigiaram este XXVIII Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa.

Ao albergar este evento de grande magnitude, a Universidade Mandume ya Ndemufayo, marcou mais um grande passo no que concerne a sua afirmação no contexto internacional, e a AULP, consolidou a sua posição, como uma das Associações de Instituições de Ensino Superior de maior prestígio, não só pelo número de afiliados que possui, mas também pela sua esplêndida capacidade de reunir anualmente todos os países da lusofonia, para em conjunto definirmos as metas, que nos permitem alcançar a excelência ao nível do Ensino Superior, e produzirmos conhecimentos que permitam o desenvolvimento sustentável e harmonioso de todos os países do nosso espaço.

«Provado está que investigar é uma arte; A arte que conduz à descoberta do conhecimento;

Investigar é cultura, o hábito, o uso e o costume, de quem sabe que o conhecimento não é finito;

Conhecimento é património, a sua produção exige dedicação, esforço e empenho, e deve ser partilhado;

Partilhar o conhecimento, é cooperar, é ser-se nobre, é aprender em todos os sítios e lugares»;

Por isso digo que, durante os dias 18, 19 e 20 de Julho a ciência, a cultura e a cooperação andaram de mãos dadas, na cidade do Lubango.

Excelências, Minhas Senhoras e Meus Senhores, distintos convidados.

A riqueza dos artigos apresentados neste XXVIII Encontro da AULP, nos deixa cientes de que a preservação do Património Histórico do Espaço Lusófono, principalmente no que se refere ao Património Natural e Científico; Linguístico e Cultural e Histórico e

Artístico, ganha uma nova dimensão nas agendas dos nossos países, e deve continuar a concentrar a atenção dos investigadores ligados à academia, mas também, e em forma de apelo, deve continuar a ser uma prioridade, nas agendas políticas dos governos dos países da CPLP, e dos programas de Instituições e organizações ligadas ao ensino;

Excelências Minhas Senhoras e Meus Senhores, distintos convidados.

As Instituições de Ensino Superior da CPLP, demostraram uma vez mais, estarem comprometidas com o desenvolvimento do espaço em que se circunscreve a Comunidade.

Estudamos e investigamos problemas actuais, procurando formas inovadoras para a sua solução, fazendo de cada descoberta, uma componente do património científico da lusofonia, que a cada ano, e em cada encontro da AULP, se vai enriquecendo cada vez mais.

O número de acordos de cooperação firmados neste Encontro, nos dá a plena certeza de que as relações de cooperação entre as Instituições membros da AULP saem mais reforçadas, incentivando outras Instituições de Ensino Superior, a juntarem-se a nós como membros desta Associação, para ao lado das mais de 140 Instituições já associadas estabelecerem também relações multiplamente vantajosas, trocarem experiências, partilharem o conhecimento e expandirem o seu contributo tendo sempre na perspectiva o desenvolvimento da região.

Não podia terminar, sem expressar os meus mais sinceros agradecimentos, à Ministra do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação de Angola Professora Maria do Rosário Bragança Sambo, que incondicionalmente prestou todo seu apoio para a realização exitosa deste Encontro, prestigiando-nos com a sua presença no acto de abertura. O meu apreço se estende ao Senhor Secretário de Estado do Ensino Superior, Prof. Doutor Eugénio da Silva, um filho da terra.

Igualmente enalteço o apoio incondicional das excelentíssimas Senhoras Ministras da Hotelaria e Turismo, Dra. Ângela Bragança, do Ambiente Dra. Paula Francisco Coelho, da Cultura Dra. Carolina Cerqueira, representada pela Secretária de Estado da Cultura Dra. Maria da Piedade de Jesus, por se terem juntado a nós, neste magno evento.

À ilustre Profª. Doutora Maria Fernanda Rollo, Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Portugal, o nosso agradecimento, pelo apoio, e pela disponibilidade de estar connosco, temos a plena certeza, de que os seus ensinamentos serão uma mais-valia, para toda a Comunidade Lusófona.

O meu agradecimento, é extensivo à Sua excelência Governador Provincial da Huíla, Dr. João Marcelino Tyipinge, aqui representado pela Professora Maria João Tchipalavela, Vice-Governadora para o Sector Político e Social, pelo incondicional apoio às acções promovidas pela Universidade Mandume ya Ndemufayo, particularmente, pelo apoio incessante e incondicional, para a realização exitosa deste evento que hoje encerra.

Uma saudação especial, ao Prof. Doutor Rui Martins, anterior presidente da AULP, foi um grande prazer recebe-lo na bela cidade do Lubango, e devo dize-lo que tem sido um grande prazer dar sequência ao seu legado na AULP, o meu muito obrigado.

A todos os Magníficos Reitores, e Directores de Institutos Superiores aqui presentes, também agradeço, pois só com a Vossa entrega, foi possível cumprirmos com êxito este projecto, que a todos nós enche de orgulho.

A toda equipa organizadora da UMN, e da AULP os meus parabéns pelo empenho e dedicação para que este evento fosse um êxito.

Termino agradecendo também, às forças de segurança, e aos órgãos de comunicação social, pelo apoio prestado.

Bem-haja, até ao Próximo Encontro, o XIX que terá lugar na belíssima cidade de Lisboa sob os auspícios do Instituto Superior Politécnico de Lisboa.

Muito Obrigado.

ISBN 978-989-8271-19-8